



ESTE LIVRO FOI COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS DA EMPRESA GRÁFICA DA
"REVISTA DOS TRIBUNAIS" LTDA., A RUA
CONDE DE SARZEDAS, 38, SÃO PAULO,
PARA A
COMPANHIA EDITORA NACIONAL,
EM 1957.



Teoria da História do Brasil

Introdução Metodológica

1.º VOLUME

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

SÉRIE 5.^a ★ BRASILIANA ★ VOL. 11

(GRANDE FORMATO)

Direção de

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

Exemplar N.º 14

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

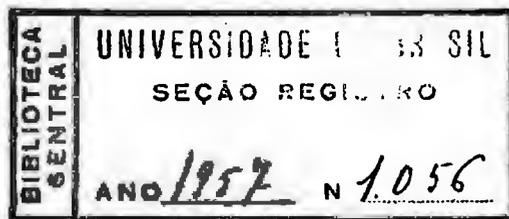
TEORIA DA
HISTÓRIA DO BRASIL

Introdução Metodológica

*2.^a edição, revista,
aumentada e ilustrada*

1.^o VOLUME

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO



Direitos autorais desta edição reservados à
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 639
SÃO PAULO

1957

Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in the United States of Brazil

OBRAS DO AUTOR

- HISTORIOGRAFIA E BIBLIOGRAFIA DO DOMÍNIO HOLANDÊS NO BRASIL, Rio de Janeiro, *Instituto Nacional do Livro*, 1949.
- AS FONTES DA HISTÓRIA DO BRASIL NA EUROPA, Rio de Janeiro, *Imprensa Nacional*, 1950.
- NOTÍCIA DE VÁRIA HISTÓRIA, Rio de Janeiro, *Livraria São José*, 1951.
- A PESQUISA HISTÓRICA NO BRASIL. SUA EVOLUÇÃO E PROBLEMAS ATUAIS, Rio de Janeiro, *Instituto Nacional do Livro*, 1952.
- BRASIL. PERÍODO COLONIAL, México, *Instituto Panamericano de Geografía e Historia*, 1953.
- O CONTINENTE DO RIO GRANDE, Rio de Janeiro, *Edições São José*, 1954.
- ALFREDO DO VALE CABRAL, Separata do vol. 73 dos *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 1954.
- HISTORIOGRAFÍA DEL BRASIL (SIGLO XVI), México, *Instituto Panamericano de Geografía e Historia*, 1957.

PREFÁCIO DA 1.^a EDIÇÃO

Quando, em 1943-44, foi o autor contemplado com uma bolsa de pesquisa da Fundação Rockefeller, para investigar documentos relativos aos holandeses na América e estudar crítica histórica, já pretendia, alargando o segundo objetivo, examinar e estudar a metodologia da história. Verificou, então, que tal como na Europa ninguém podia, naquele país, especializar-se em história sem que, primeiro, tivesse cursado a cadeira de Metodologia, denominada diversamente na Europa e nos Estados Unidos. Por nimia gentileza da Universidade de Colúmbia teve o autor oportunidade de assistir, como "visiting scholar", a algumas aulas do curso ministrado pelo Departamento de História e dirigido pelo professor Charles W. Cole. E foi com extremo devotamento que prosseguiu, nos Estados Unidos, e depois no Brasil, no estudo da metodologia, da pesquisa, da historiografia, da teoria e filosofia da história.

Já vinha escrevendo esta obra, sempre em contacto com o que de mais recente se publicava nos Estados Unidos e na Europa quando, convidado pelo Sr. Embaixador Hildebrando Accioli, então diretor do Instituto Rio Branco, para lecionar no curso de aperfeiçoamento a cadeira de História do Brasil, viu o autor a oportunidade de planejar um curso superior em que, preliminarmente, seriam estudadas a metodologia da história e a nossa historiografia. Visava-se dar aos alunos uma idéia mais exata do que é a história, de seus métodos e de sua crítica, da bibliografia e historiografia brasileiras, de modo a prepará-los para um conhecimento crítico da história do Brasil.

As lições dadas desde 1946 são aqui recolhidas, depois de corrigidas e ampliadas. Há, assim, um fim pedagógico como objetivo primordial deste trabalho. Procura-se oferecer aos estudantes de história geral e do Brasil, aos professores secundários, aos estudiosos ocupados com a história concreta, uma visão de conjunto dos principais problemas de metodologia da história. Da História do Brasil, tão-somente, já que os exemplos ilustrativos são puramente brasileiros.

Tentou o autor fugir a toda visão unilateral dos problemas e ser o mais seguro e exato que lhe foi possível. Cinco anos e meio de leituras e pesquisas consumiu este livro. Seu plano teórico

inicial teve que sofrer, naturalmente, o embate das dificuldades da prática e aqui e ali houve supressões, acréscimos ou cortes. A configuração da obra apresentava-se particularmente difícil, em face da seriedade da matéria, da vastidão da bibliografia, da variedade da doutrina. Seria uma estultícia pretender esgotar o assunto ou defini-lo precisamente. O trabalho devia ser, antes, uma simples introdução à história e à pesquisa histórica no Brasil, e, por isso mesmo, um guia, um roteiro de problemas, processos, crítica e teoria.

Não é necessário mostrar aqui a necessidade de preparar o encontro pessoal, quase sempre árduo, do estudante ou estudioso com o fato puro, nu e cru. Ensinar num plano universitário os fatos sem a teoria seria o mesmo que limitar-se, nos cursos jurídicos, a ministrar a lei e os códigos sem a teoria e a interpretação. Portanto, o valor de uma exposição do método histórico aplicado ao Brasil torna-se evidente, pelo simples fato de que nada existe sobre a matéria na historiografia de língua portuguesa.

Na história, como em qualquer ciência, os progressos referentes ao esclarecimento conceitual, teórico e metódico são tão necessários quanto os relativos ao conhecimento mesmo dos fatos. Se, por outro lado, devemos justamente admitir a pluralidade de métodos científicos, então é necessário conhecer o método próprio, peculiar, específico da história. O método aqui exposto aplica-se especialmente à história concreta, mas, de um modo geral, adapta-se a todas as ciências que têm por ideal o conhecimento histórico, ou sejam, a economia, o direito, a geografia humana, a sociologia, a antropologia, a literatura, porque todas usam o método histórico, ao contrário das ciências matemáticas, físico-naturais, outro grupo de conhecimentos.

Raríssimos serão os países mais cultos que não tenham várias obras dedicadas à metodologia histórica, de tão necessária inclusão no currículo das universidades. Obras clássicas são as de Bernheim, na Alemanha, a de Langlois e Seignobos, na França, a de Garcia Villada, na Espanha, a de Lappo Danilevsky, na Rússia, a de Hockett, nos Estados Unidos. Na América, também a Argentina possui o curso de Metodologia em suas universidades, embora disponha de obras importantes sobre o assunto. No Brasil, onde o apetite pela história é tão grande e tantos são os que a ela se dedicam, seria urgente e indispensável a inauguração de um curso universitário dessa natureza. O que já se fez em direito e em filosofia, com a cadeira de Introdução, dever-se-ia fazer com a história.

Os livros clássicos citados obedecem de regra a planos inteiramente diferentes. Se alguns, como Langlois e Seignobos, se limitam exclusivamente aos problemas de heurística e das ciências auxiliares e da crítica interna e externa, outros, como Bernheim,

dão aos problemas da teoria e da filosofia um lugar de destaque. A obra de Bernheim sofreu em suas várias edições uma constante renovação. A princípio, pouca atenção foi dada às questões filosóficas e teóricas, às relações da história com as outras disciplinas sociais. Só nas últimas edições, especialmente na sexta, é que o autor dedicou-lhes uma atenção mais sistemática e mais ampla, sendo, ainda assim, as relações da história com as ciências sociais muito superficialmente tratadas. O pequeno mas substancioso livro de Hockett obedece ao sistema de ensino da matéria nos Estados Unidos, ao tempo em que foi escrito: heurística, crítica e composição. Mas a parte heurística é prática, objetiva e assume aspecto puramente bibliográfico e do que eles chamam de "detective problems", ou sejam verdadeiras charadas históricas. O livro de F. M. Fling, sobre o modo de escrever a história, muito usado nos Estados Unidos, é uma síntese inteiramente obediente ao plano de Bernheim.

O projeto que traçamos inicialmente tinha por base estas obras clássicas. Naturalmente, novos estudos citados no correr destas páginas guiaram-nos no desenvolvimento da matéria e obrigaram-nos a inumeráveis modificações. Reconhecemos a deficiência de alguns capítulos, e para isto pedimos desde já aos leitores as nossas desculpas. O capítulo sobre "Os vários tipos de história", sugerido pelo curso do Prof. Charles Cole, da Universidade de Colúmbia, é quase que simplesmente bibliográfico, e, ainda assim, exemplificativo e não exaustivo. Ele poderia ou deveria constituir uma parte da historiografia que estamos preparando, mas era necessário metodologicamente, ainda assim, discutir alguns problemas relativos à divisão da matéria histórica, como seguimento lógico ao capítulo sobre a periodização. Ele é omissos e falho, ainda como tentativa e esboço. O mesmo se pode dizer da parte relativa ao "Desenvolvimento da idéia de história", quadro sumaríssimo, que serve apenas para um contacto inicial e rápido com a idéia de história, matéria considerada indispensável pelos tratadistas numa metodologia da história. O pequeno trecho sobre os diplomatas-historiadores que aparece no capítulo sobre a "Significação dos estudos históricos" é simplesmente evocativo, num livro nascido, de certo modo, no Itamarati. Na historiografia que estamos escrevendo a matéria será desenvolvida. Queremos também acentuar que não desconhecemos a importância da iconografia como disciplina auxiliar da história, mas foi-nos impossível preparar, nesta oportunidade, um capítulo menos incompleto. Estudamos a possibilidade de incluir, na parte referente às Fontes, um exame crítico e bibliográfico das fontes da história do Brasil, tomando como base a periodização feita por Capistrano de Abreu. Preferimos deixar essa tarefa para a obra sobre A Evolução da Pesquisa no Brasil, que também temos em preparo. Finalmente, o capítulo sobre "Crítica

Histórica” mostra suas origens no Brasil, situa o feito de Varnhagen e Capistrano de Abreu, compila o que já se fez aqui e apresenta matéria nova.

O nosso plano primitivo incluía ainda, por sugestão vinda da leitura da obra de Eduard Meyer, Zur Theorie und Methodik der Geschichte, e de E. M. Hulme, History and its Neighbours, o estudo das relações da história com as ciências sociais e vizinhas, que auxiliam a interpretação. As lições dadas e os esboços escritos são ainda insatisfatórios e exigiam tempo para pesquisas e reflexão, retardando a publicação do livro.

Uma verdadeira compreensão do ensino superior da história exige o contacto do estudante com os grandes e pequenos mestres, ou seja um curso de historiografia tal como existe na grande maioria das universidades européias, norte-americanas e argentinas. Foi sentindo esta necessidade que esboçamos, no curso, a historiografia brasileira, que constituirá outro livro, pois seria impossível, pela extensão dêste, incluí-la aqui.

A grande tarefa do ensino universitário da história é mostrar como se investiga, como se manejam as fontes, como se aplicam os métodos e a crítica, como se doutrina e interpreta o material colhido e criticado, na tentativa de recriar o passado numa composição ou síntese histórica. Esta Teoria representa uma primeira tentativa do autor no sentido de atender a êsses objetivos. Certamente não está isenta de falhas, mas anima-nos, sobretudo, ao publicá-la, a idéia de que ela possa ser, ainda sob forma imperfeita, de utilidade a professores e alunos.

Não é por simples lembrança dos dias que juntos e unidos discutimos o plano dêste livro, que era então simples ideal, nem em recordação dos anos de trabalho na pesquisa, na criação e na revisão que quero agradecer a Lêda, minha mulher. Que se saiba que muito lhe cabe, é o que desejo, como desejo agradecer ao meu amigo Augusto Meyer as inúmeras sugestões feitas em conversas diárias e o estímulo que dêle sempre recebi. O nosso agradecimento se estende a todos aquêles que colaboraram neste livro, indicando fontes, referindo ou fornecendo livros, corrigindo erros, apontando deficiências. Pedimos insistentemente aos leitores que cooperem, revelando-nos os erros graves ou veniais que nos tenham escapado, por omissão ou ignorância. Saberemos aproveitar a lição.

1949.

PREFÁCIO DA 2ª EDIÇÃO

Sai este livro em 2.^a edição, quando se inaugura, nas quatro dezenas de Faculdades de Filosofia, dotadas de cursos de História, a disciplina de Introdução aos Estudos Históricos. O autor, desde 1945 em artigos e desde 1949 em livro, pleiteia sua criação. Ela resulta da regulamentação da lei 2594, de 8 de setembro de 1955, que desdobrou os cursos de História e Geografia, dando-lhes autonomia e exigindo outra seriação. A nova disciplina, que futuramente deverá transformar-se em cadeira, foi unanimemente incluída no novo currículo pela iniciativa e inteligência dos professores universitários de História, que há muito tempo amadureciam a idéia de sua indispensabilidade na formação do licenciado.

Esgotada há vários anos a primeira edição desta obra e solicitado a reeditá-la, viu-se o Autor diante da necessidade de atender às críticas e observações dos estudiosos e de um público leitor muito mais informado e exigente, preparado pelas Faculdades de Filosofia.

O primeiro problema era o do título. Já na primeira edição hesitáramos muito em adotar o de *Teoria da História do Brasil*, tão censurado por vários críticos. Ninguém duvida do acerto de chamar Teoria a parte introdutória filosófica e vários autores, desde W. Wachsmutts, em sua *Entwurf einer Theorie der Geschichte* (2.^a ed., 1711), até Xenopol, Croce, Meyer, Teggart, Vincent, Beard, Romein e Gottschalk assim denominaram seus estudos ou capítulos de seus livros. O desacerto estaria em que a teoria é sempre geral e não da história do Brasil. Mas também se o título fôsse "Introdução a História do Brasil", como na época se pensou e novamente se voltou a cogitar, não atenderia ao objeto, pois toda a parte filosófica, metodológica e crítica seria geral, sendo relativos ao Brasil apenas os capítulos referentes à pesquisa, fontes e gêneros históricos. A mesma crítica ficaria, assim, de pé. "Introdução à História" poderia, em parte, resolver o problema, mas o autor não quis fazer um guia ao estudo da história em geral, porque seu campo de trabalho na história concreta é a do Brasil e o livro se baseia nesta e dela são extraídos os exemplos que o ilustram. É verdade que toda metodologia, desde Bernheim e

Langlois e Seignobos, sempre se esclarece com exemplos da própria história nacional do autor. Mas nenhum historiador consideraria apropriado elucidar a história geral com exemplos da história do Brasil, país que é mais consumidor que produtor de história, no quadro internacional. O que se desejava, portanto, era escrever uma introdução teórica à história em geral e metodológica à história do Brasil, isto é, uma propedêutica circunstancial, que tratasse da situação da história concreta no Brasil.

Embora fôsem vários os exemplos de mudança de título da primeira para a segunda edição, como são os casos recentes dos livros de Américo de Castro e H. C. Hockett, não se viu vantagem em fazê-lo, quando não se encontrou denominação inteiramente satisfatória, única hipótese em que se justificaria a criação de um problema bibliográfico, com a obrigação de se referir ao primeiro título, já comentado e resenhado no Brasil e no estrangeiro.

A ligação da teoria à prática, que se procura fazer no livro, obedece ao desejo de servir de introdução metodológica ao estudo da história do Brasil, expondo as teorias, os métodos e a crítica históricas. Daí a necessidade de chamar de teoria aquilo que trata de princípios conceituais que precedem, guiam e acompanham a técnica da pesquisa e o processo crítico na história geral ou nacional. Por isso o Comitê de Historiografia do Conselho de Pesquisas nas Ciências Sociais chamou o seu estudo metodológico de *Theory and Practice in Historical Study*. “Não há nada de mais prático que a teoria. A teoria existe para que as experiências práticas não se façam sem motivos e sim sejam feitas desde o início em condições que ofereçam possibilidades de êxito”, dizia P. Kirn em sua *Einführung in die Geschichtswissenschaft*. Já em 1828 K. F. Eichhorn (1781-1854) escrevia em sua “História do Direito e das Instituições alemães” que se tivesse tido um guia aprenderia mais em um ano do que aprendera em dez.

O plano do livro, como observou o professor Oliveira França, é clássico e só deixaria de o ser se o tratamento crítico e auxiliar fôsse reduzido ou condensado em benefício da filosofia e da historiografia. Nesse caso seria preciso fazer uma total revisão do livro, o que não se tinha em vista, especialmente porque o autor escreve uma História da História do Brasil, que cobrirá a área historiográfica. Ainda assim fez-se uma melhor distribuição da matéria e novos capítulos esclarecem aspectos não examinados anteriormente. O primeiro capítulo, “Os problemas da história e as tarefas do historiador” substitui “A significação dos estudos históricos”.

Dedica-se longo tratamento à descoberta dos fatos e talvez se exagere a “*toilette* dos documentos”, resultando não só numa cen-

tralização de um aspecto da metodologia, como numa desarmonia nos capítulos, especialmente o cartográfico, como observou o professor Francisco Iglésias. Não se pretendeu destacar nem defender nenhuma etapa, pois a metodologia não as estabelece e reconhece que o processo é único e a divisão meramente didática. Talvez a riqueza do material das disciplinas auxiliares e da crítica histórica, as únicas mais exercitadas no Brasil, seja a responsável pelos excessos que se notaram. Nem desta vez foi possível harmonizá-las em capítulos mais condensados. É uma tarefa para outra edição. Mas desde já se esclarece, como aliás se fizera na primeira edição, ao tratar da nova orientação metodológica nos Estados Unidos da América do Norte, que o autor, para usar da expressão de Marrou, não tem a tendência a representar o progresso do conhecimento histórico como uma vitória contínua da crítica, que tem feito progressos helicoidais e não lineares (1). Os erros da hipercrítica têm sua base na incompreensão e o Autor quis destacar, no último capítulo, o papel capital da compreensão na ciência histórica. Mas ninguém desconhecerá que certas descobertas factuais são decisivas. Um só exemplo ilustraria a tese: em 1952, Michael Ventris lançou uma grande luz no conhecimento homérico, ao promover a decifração do "B" na grafia minoana linear e ao estabelecer, em 1956, com John Chadwick, os métodos da decifração da escrita micênica (2). Assim também as descobertas dos pergaminhos do Mar Morto do Antigo Testamento e seu estudo atual por vários críticos textuais podem conduzir a novas conquistas no conhecimento histórico e, a partir destas, a nova compreensão do sentido dos atos e da vida humana. O historiador dá grande importância ao fato de possuir uma metodologia própria e ao problema da suficiência ou insuficiência da compreensão. Esta existe com o quadro geral que dirige e acompanha a pesquisa, se esclarece ou se obscurece no desenvolvimento desta; muitas vezes a compreensão será insuficiente pela simples deficiência do texto ou desconhecimento de fatos. O plano, o sentido, o fim, as forças e os poderes impulsionadores, suas possibilidades e pressupostos só se compreendem na relação mútua, funcional e dependente do fato ou texto com a teoria interpretativa.

O historiador não se preocupa com a "etiquêta" de ciência que seja ou não reconhecida à sua disciplina. A exposição que se fez não teve o sentido de provar a cientificidade da história, mas,

(1) H. I. Marrou, "De la logique de l'Histoire à une Ethique de l'Historien", *Revue de Métaphysique et de Morale*, julho-out. 1949, p. 264.

(2) Vide *Documents in Mycenaean Greek*, Cambridge, 1956.

apenas, de apresentar o pensamento de Dilthey e Rickert, cuja filosofia crítica da História foi um passo capital na elaboração de uma teoria da história. O capítulo sobre Filosofia e História foi conservado mais ou menos como estava, incluindo-se uma parte sobre o positivismo lógico e não se tratando, ainda, de Jaspers, Heidegger e Husserl. Não se pode deixar de acentuar a frivolidade do pensamento positivista sobre história, que torna ínfimos seus problemas, porque começa destruindo o significado dos conceitos, desconhece que as entidades abstratas são instrumentos indispensáveis a qualquer língua civilizada, e ao generalizar as leis da significação se esquece da natureza e uso da linguagem comum ou científica, que é primariamente um meio de comunicação das atividades humanas.

A parte filosófica ficou reunida num mesmo capítulo, subdividido em várias partes, e escreveu-se o da "Natureza da explicação histórica: a convicção histórica", em lugar da "Certeza histórica". Na periodização acrescentou-se um trecho final, que examina os últimos trabalhos. O "Desenvolvimento da Idéia de História" foi também mudado e atualizado com os grandes nomes contemporâneos. Nos capítulos sobre a pesquisa, as fontes e os instrumentos do trabalho histórico foram incorporadas novas informações; nas disciplinas auxiliares e na crítica poucas modificações foram feitas, além da inclusão das notas, bibliografias e listas de casos ao pé das páginas ou no próprio texto, quando antes estavam no fim do livro. Maior modificação sofreu todo o capítulo sobre os "Gêneros Históricos", não só no texto de certos gêneros, como na elaboração de outros que não figuravam na primeira edição: a história econômica, do exército, naval, e a biografia foram muito alteradas; a social, da aviação, das artes e iconografia, intelectual e das idéias e da educação foram introduzidas.

Com a atenção voltada para essas tarefas não se pôde, ainda, reduzir as proporções das disciplinas auxiliares, especialmente da cartografia, nem se pôde, como era desejo do Autor desde a primeira edição, tratar das relações da história com as ciências sociais, cujos originais a serem revistos agora destinam-se a uma publicação independente.

Alguns problemas menores, como o ensino da história, as sociedades históricas, a novela e a resenha crítica históricas não puderam merecer nenhum tratamento. Do primeiro será possível cuidar na historiografia didática, sobre a qual reunimos material para possível capítulo de nossa História da História ou para trabalho autônomo; sobre as sociedades históricas era nossa intenção, além das informações já dadas, tanto no capítulo sobre as fontes, como n'*A Pesquisa Histórica no Brasil*, seguir o exemplo de Pierre

Caron, no *Manuel Pratique pour l'Étude de la Révolution Française* (Paris, 1947); sobre a resenha crítica de história, o Autor gostaria de acentuar as diferenças entre a resenha crítica, forma de apreciação bibliográfico-crítica, e a identificação e exame do valor dos testemunhos, ou seja a constatação da autenticidade e fidedignidade dos textos históricos; sobre a novela histórica, outro gênero histórico-literário, sempre em voga, pretendia o Autor chamar atenção sobre suas características, virtudes e defeitos capitais e, especialmente, sobre a necessidade de guias que, a exemplo de Jonathan Niel, em seu *A Guide to the best historical novels and tales* (London, 1904), e Ernest A. Baker, em seu *A Guide to Historical Fiction* (London, 1914), ajudem a identificar os heróis e os temas da novelística histórica.

Um crítico norte-americano censurou a tendência legal ou jurídica de certos trechos do livro. No capítulo sobre a certeza histórica, agora retirado, havia realmente certa comparação excessiva entre o processo jurídico e o histórico, a que fôra levado o Autor por influência da leitura de John Wigmore (*The Principles of Judicial Prof.*, 3.^a ed., Boston, 1937), que conhecera por indicação de Allan Nevins (*The Gateway to history*, Boston, 1938). Com a retirada do capítulo, sob inspiração daquela crítica e do pensamento de Wachs: "die Geschichte ist kein Kriminalgericht" (3), o Autor escreveu, sob a orientação de Gardiner, um novo capítulo, com novo título. Mas ficam de pé em sua integridade as comparações jurídicas que fez em matéria de espécie e colheita de fontes e sobre autenticidade, falsificação e fidedignidade.

Tanto no primeiro capítulo como no relativo à História Social, procurou o Autor evidenciar a importância da ficção como fonte na reconstrução histórica. John dos Passos, na reunião anual dos historiadores americanos, realizada em Washington, em 1955, destacou os valores humanos dos documentos históricos e mostrou a necessidade da imaginação e de psicologia humanas para sua interpretação. Os historiadores podem aprender muito com os romancistas, novelistas e contistas sobre os métodos da descrição viva; poucos historiadores dão atenção aos momentos livres e quotidianos das grandes personagens históricas, quando estas revelam sua essência natural, e não estudam a arte literária da caracterização e narração, como o fazem os próprios romancistas, que substancialmente fazem história ou "estórias".

A *Teoria* cresceu demasiado, muito além de nossa expectativa, em parte devido à incorporação das notas, bibliografia e listas ao texto e também porque se reescreveram capítulos antigos ou se incluíram novos. Fica para outra oportunidade reduzir seus excessos.

(3) *Das Verstehen*, Tübingen, 1933, III, 125.

Aos meus amigos Américo Jacobina Lacombe, Artur César Ferreira Reis e José Antônio Soares de Sousa desejo agradecer a generosidade das notas e observações com que ajudaram a corrigir erros e omissões dêste livro. Aos críticos estrangeiros e nacionais, alguns citados, que me guiaram no caminho de alguns acertos teóricos ou concretos, deixo aqui consignado meu agradecimento. Finalmente, tenho a graça de contar com a colaboração constante e cuidadosa de Lêda, que me assistiu na correção dos originais e provas e na feitura do índice.

13 de fevereiro de 1957.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

SUMÁRIO

1.º VOLUME

CAPÍTULO I. Os problemas da História e as tarefas do historiador. Os problemas da História e da Historiografia brasileira.	1
CAPÍTULO 2. Desenvolvimento da idéia de história. A palavra história. História narrativa, pragmática, genética ou científica.	29
CAPÍTULO 3. Filosofia e História. O conhecimento histórico. I. História e Ciência. A razão histórica; Dilthey, Windelband, Rickert. Conceito de valor de Rickert. Crítica ao conceito de valor de Rickert. Xenopol. Crítica a Xenopol. Naturalismo e historicismo. Historicismo e Historicismos. Ciências naturais e culturais. Características do fato histórico. Desenvolvimentos posteriores. Positivismo lógico e a história. A linguagem histórica.	56
II. Explicação causal. A lei da causalidade científica. O positivismo lógico e a causalidade científica. A História e a explicação causal. A compreensão.	107
III. A natureza da convicção histórica. O conhecimento histórico e sua positividade. A convicção histórica.	123
CAPÍTULO 4. Periodização. Periodização na história universal. Periodizações políticas, filosóficas, ideológicas e sociológico-institucionais. Os ciclos históricos. A Teoria das Gerações. Origem de certas denominações de períodos.	133
CAPÍTULO 5. Periodização na História do Brasil. Januário da Cunha Barbosa. Cunha Matos. Abreu e Lima. Visconde de Cairu. Diretrizes metodológicas de Martius. Francisco Adolfo de Varnhagen. Justiniano José da Rocha. Capistrano de Abreu. Joaquim Nabuco. João Ribeiro. Oliveira Lima. Pandiá Calógeras. Oliveira Viana. Gilberto Freyre. Sérgio Buarque de Holanda.	152
CAPÍTULO 6. Diversos gêneros de História. Os gêneros históricos na História do Brasil. 1. História Geral e História local. 2. História Política. Bibliografia de História Administrativa. 3. História Constitucional. Bibliografia de História Constitucional. 4. História do Direito. Bibliografia de História do Direito. Bibliografia de História da Legislação Portuguesa. 5. História Econômica. Bibliografia de História Econômica. 6. História Diplomática. 7. História do Exército. 8. História Naval. 9. História da Aviação. 10. História da Igreja e da Religião. 11. História da História, História Literária e História das idéias ou intelectual. 12. História da Ciência. 13. História da Educação. 14. História da Imprensa. Bibliografia de História da Imprensa. Bibliografia de História da Tipografia. 15. História Regional e da formação territorial. 16. A Biografia. Bibliografia da Biografia. 17. História social. 18. História da Arte.	182
CAPÍTULO 7. Metodologia histórica. A história da metodologia histórica. Necessidades dos cursos de metodologia histórica. Evolução do ensino da metodologia histórica.	295

CAPÍTULO 8. As fontes históricas. A pesquisa histórica; seus problemas. Divisão das fontes. Bibliografia das Fontes. Espécies de fontes. Documentos perdidos. Coleções e Biografias de fontes. Coleções de fontes. Publicações de arquivos e museus. Bibliografia de Fontes. Bibliografia dos Arquivos e Bibliotecas: Portugal. Geral. Inglaterra. França. Holanda. Estados Unidos da América do Norte. Espanha. Goa. Itália. Bibliografia de fontes no Brasil. História de arquivos brasileiros. História de arquivos estrangeiros. Livros raros.	314
--	-----

2.º VOLUME

CAPÍTULO 9. Disciplinas auxiliares da História. 1. Diplomática e Paleografia. 2. Epigrafia. Bibliografia sobre as inscrições lapidares. 3. Sigilografia. 4. Heráldica. Bibliografia de Heráldica e Nobiliarquia. 5. Genealogia. Bibliografia de Genealogia. 6. Numismática. Bibliografia de Numismática. Medalhas. 7. Cronologia. Bibliografia de Cronologia no Brasil. 8. Bibliografia. Bibliografia das bibliografias. Obras de referência sobre o Brasil. 9. Cartografia. Evolução da cartografia no Brasil. Cartografia de limites.	368
CAPÍTULO 10. Crítica histórica. Posição de Alexandre Herculano e Francisco Adolfo de Varnhagen. Principais etapas da crítica. Determinação das datas.	473
CAPÍTULO 11. Autenticidade e forjicação. Teoria da falsidade. Exemplos de forjicação. Carta de Toscanelli. Exemplos brasileiros de forjicação. As "Cartas Falsas". O Plano Cohen. A perícia técnica. Lista selecionada de exemplos de aplicação dos princípios da crítica aos problemas de autenticidade especialmente relacionados com forjicações reconhecidas ou alegadas.	490
CAPÍTULO 12. Crítica de atribuição. Bibliografia de Pseudônimos Portugueses e Brasileiros. A crítica de atribuição na historiografia brasileira. "Relação do Pilôto Anônimo". As obras de Fernão Cardim. A <i>Prosopopéia</i> . <i>Diálogos das Grandezas do Brasil</i> . <i>Cultura e Opulência do Brasil</i> . <i>História do Brasil</i> de John Armitage. Estudos sobre Caxias. Casos de autoria ainda discutidos. A <i>Arte de Furtar</i> . <i>Cartas Chilenas</i> . Lista de casos de crítica de atribuição.	535
CAPÍTULO 13. Crítica de textos e a edição de documentos históricos. A edição de documentos históricos. O preparo de uma edição de documentos históricos. A seleção. Normas de transcrição. Os sinais de modificação no texto. Ordenação. Colação. Anotação. Preparo do manuscrito para o impressor. A edição crítica em geral e em Portugal. Obras históricas. Edições críticas no Brasil. <i>Diário da Navegação</i> de Pero Lopes de Sousa. As Obras de Fernão Cardim. <i>Diálogos das Grandezas do Brasil</i> . <i>História do Brasil</i> de Frei Vicente do Salvador. Historiografia das minas. <i>História Geral do Brasil</i> de F. A. de Varnhagen. O <i>Tácito Português</i> . <i>Cultura e Opulência do Brasil</i> . <i>Anais do Rio de Janeiro</i> . <i>Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasilicas</i> . <i>Documentos Holandeses</i> .	580
CAPÍTULO 14. Crítica interna. O autor e o valor do testemunho. O testemunho único. Testemunho controlado e incontrolado. O <i>argumentum ex silentio</i> . Credibilidade de fontes específicas. 1. Autobiografia. Diários. Memórias. 2. Cartas. 3. O jornal. 4. Relatos de viajantes.	621
CAPÍTULO 15. A compreensão e a síntese históricas. Interpretação. Teorias interpretativas. A análise histórica. Crise do pensamento histórico. Tarefa científica da história.	642
Índice	657

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<i>Johan Huizinga</i>	60 / 61
<i>Max Weber</i>	140/141
<i>Francisco Adolfo de Varnhagen</i>	188/189
<i>João Capistrano de Abreu</i>	268/269
<i>B. F. Ramiz Galvão</i>	316/317
<i>Guia de Caminhantes (São Paulo)</i>	444/445
<i>Alexandre Herculano</i>	476/478
<i>Carta falsa de Jacinto Guimarães</i>	524/525

ABREVIATURAS

- ABN — *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.*
AHR — *American Historical Review.*
AMI — *Anais do Museu Imperial.*
CEHB — “Catálogo da Exposição de História do Brasil”, publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 9, 1881-1882, 2 vols. e um suplemento (1883).
DHGEB — *Dicionario Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, 1922, 2 vols.
HAHR — *Hispanic America Historical Review.*
RAPM — *Revista do Arquivo Público Mineiro.*
RBEP — *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.*
RH — *Revista de História* (São Paulo).
RIACP — *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco.*
RIC — *Revista do Instituto do Ceará.*
RIHA — *Revista do Instituto Histórico de Alagoas.*
RIHCB — *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.*
RIHGSP — *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.*
RSPHAN — *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.*

CAPÍTULO 1.

OS PROBLEMAS DA HISTÓRIA E AS TAREFAS DO HISTORIADOR

Deus não é dos mortos, mas dos vivos, porque, para êle, todos são vivos. A história também não é dos mortos, mas dos vivos, pois ela é a realidade presente, obrigatória para a consciência, frutífera para a experiência. A vida e a realidade são história, gerando passado e futuro. Assim, todo o movimento da consciência, tôda a pulsação vital do espírito é história, no duplo sentido de *res gestae* e *historia res gestae*, segundo a lição de Croce. Por isso a historiografia está sempre na dependência da história.

E' pela conexão íntima entre o passado e o presente que a História possui incessantemente o mundo e age sôbre a Vida, como a Vida age sôbre a História. Assim, para a História todos são vivos, os que criaram a vida e persistem com sua influência, e os que estão criando a vida, gerando o futuro. O historiador, lembra Oliveira França, lida com defuntos não para conhecer a morte, o passado, mas para conhecer a vida; é nela que êle pensa; é o mistério da vida que êle persegue (1). Êste é o dinamismo da vida e a oposição entre o instante e o eterno, o presente e a história, a unidade do passado e do presente.

A realidade histórica que o historiador tem por missão compreender existe, disse W. von Humboldt, na escala do

(1) Eduardo de Oliveira França, "Considerações sôbre a função cultural da História", *RH*, Out.-Dez. 1951, 256.

seu presente. O historiador deve aprender a viver em diferentes mundos. As significações vitais passadas anunciam seus títulos; o presente coloca-se em posição de fazer valer os seus próprios valores, pois o que vive tem sempre razão. O historiador está essencialmente ligado ao ponto de vista contemporâneo (2).

Daí a importância da história para a vida e sua significação para o Presente. O quadro da história será tanto mais vivo quanto mais próxima fôr a problemática que dêle derive. A história, diz Ritter, não deve ser estranha à vida. Ela seria uma obra essencialmente factual, acumulação morta de matérias, despida de espírito, se permanesse indiferente aos impulsos e estímulos da vida (3). Nem poderia ser de outro modo.

A historiografia é verdadeiramente um espelho onde se refletem os problemas da própria nação e da humanidade. Neste sentido, as revisões históricas não nascem das noções históricas concretas, mas da análise e da crítica dos elementos ideológicos determinativos. É um realismo ingênuo acreditar que se possa conhecer o objeto histórico em si próprio, como numa fotografia. A realidade histórica é uma pintura que depende da perspectiva do historiador. Mas “o historiador só pode ver o fato através de si mesmo”, como homem do seu século, comparando com o tempo em que vive. Sem fatos não há história, mas sem historiador os fatos não têm sentido, e como o historiador é homem de certa época, e muda, com êle muda a história (4).

Dêste modo, um problema histórico é sempre uma questão levantada pelo presente em relação ao passado. Conseqüentemente, o interêsse do interrogador, o princípio da seleção, a análise final, o sistema de valores e

(2) E. Spranger, “Aufgaben des Geschichtschreibers”, *Historische Zeitschrift*, Out. 1952, 251 e seguintes.

(3) Gerhard Ritter, “Leistungen, Probleme und Aufgaben der Internationaler Geschichtsschreibung zur neueren Geschichte”, *Relazioni*, vol. VI, X Congresso Internazionale di Scienze Storiche, Firenze, Sansoni, 1955, 169-330.

(4) Eduardo de Oliveira França, artigo citado, 258.

a ideologia são elementos decisivos na definição da pesquisa. Uma compreensão da história nunca é realizada sem suposições apriorísticas, sem hipóteses, sem um quadro geral composto pelos que nos precederam. O revisionismo histórico, porém, não quer atingir fatos, mas as idéias e os valores, e, especialmente, as relações entre o presente e o passado que os exigem. Os fatos nus e crus são despidos de significação e esta só o historiador, premido pelo presente, lhe dá. Mas o acento da significação pode ser colocado de maneira inteiramente diferente.

Por isso mesmo que a História se ocupa dos vivos e serve à vida é que se impõe, em certos momentos, uma revisão que restabeleça a conexão entre o passado e o presente. A grande crise do mundo contemporâneo gera uma crise no pensamento histórico. A pesquisa histórica, porém, atingiu, desde o século XIX, grande amplitude, plenitude e profundidade. Pode ser difícil digerir tanta sabedoria e conservar o domínio sobre o material já ampliado. A nota de desencanto só nasce da insuficiência de forças capazes de controlar tanta descoberta factual. Todos os historiadores estão conscientes das dificuldades que se apresentam, de um lado devido ao ideal de fundar todo o trabalho em fontes originais de informações e, de outro, pela abertura de novos e imensos campos de investigação ⁽⁵⁾.

A verdadeira crise existe e é tanto mais forte nos fundamentos filosóficos, nos elementos do pensamento histórico, na concepção dos valores históricos com os quais temos de imaginar e construir o mundo histórico. O enorme desejo por uma visão de conjunto unitária da vida histórica filiou uns e outros às concepções filosóficas. De um lado Marx, seguido daqueles que dêle se aproximam espiritualmente, modificou todo o quadro tradicional da história e ensinou novos meios de explicação e novos fins. De outro lado, Max Weber ensinou, em contrapartida, uma teoria funcional de interação pluralista. Novos

(5) Arnold Toynbee, "The limitation of historical knowledge", *Times Literary Supplement*, 6 de janeiro de 1956.

caminhos ensinados por Benedetto Croce, por Toynbee, ou os descaminhos de Nietzsche e Spengler, sacudiram a consciência histórica. E então veio a prova terrível de tôdas as teorias históricas que se formam na época de paz. Guerras mundiais e revoluções são ensinamentos práticos históricos de força tremenda. Não teorizamos e construímos mais sob a proteção de uma ordem que tudo suporta e que torna as mais atrevidas teorias mera insignificância, mas no meio da tempestade da reforma do mundo, onde cada palavra velha deve ser examinada pelos seus efeitos ou pela ausência de efeitos, onde inúmeras idéias se tornaram meras frases e papel.

E' nessa hora que um reexame se impõe. 1943 é uma reviravolta na história, diz o Prof. Barraclough. "Foi a vitória russa de Stalingrado que tornou imperativa uma revisão total da história européia." (6) A Segunda Guerra Mundial precipitou, ao menos para os historiadores, ensina o mestre inglês, a inversão total da antiquada teoria de que o valor do estudo da história estava em habilitar os homens a conduzir melhor seus problemas atuais pela lição dos erros do passado: muitos historiadores sentiram, ao contrário, entre 1939 e 1945, que o principal valor de sua participação no presente era o novo descortino que lhes dava na compreensão dos erros do passado. E como resultado descobriram que Alexandre, o Grande, e Júlio César eram muito mais relevantes para o mundo moderno que Luís XIV, Napoleão e Bismarck, e que não havia nada de contemporâneo em Bülow ou Tirpitz, Lloyd George ou Stanley Baldwin.

O presente descobrindo o passado, mostrando que só nos importa e só queremos conhecer e conhecemos melhor aquêlo passado que interessa ao presente. Só aquêlo para quem o presente é importante escreve uma crônica, disse Goethe (7). A verdadeira compreensão da periodização já deveria ter esclarecido Barraclough, hoje consi-

(6) Geoffrey Barraclough, *History in a changing world*, Oxford, 1956, p. 9 e 181.

(7) Cit. por Joachim Wachs, *Das Verstehen*, vol. III, *Das Verstehen in der Historik von Ranke bis zum Positivismus*, Göttingen, 1933, p. X.

derado um dos mais altos valores da historiografia inglesa, que certos períodos e suas personalidades ou ações populares se tornam mais relevantes não pela contigüidade temporal, mas pela significação espiritual e material. No Brasil, por exemplo, seria ingenuidade querer atribuir relevância para a compreensão da época atual, à histórica republicana mais remota. São dois mundos diferentes, que se separam definitivamente por volta de 1930. A época da Independência apresenta muito maior contemporaneidade.

Uma nova época, como a inaugurada em 1945, exigia novos valores. O resultado da guerra representa uma mudança na perspectiva histórica. Reconhecem os historiadores essa mudança? Muito antes da Segunda Guerra Mundial o impacto soviético sobre o mundo ocidental e as conseqüências esmagadoras do colapso americano de 1929 estavam mostrando que a história que ensinamos e aprendemos tinha pouca conexão com as forças em jogo no mundo atual. Mas os historiadores conservam-se extremamente ligados à paixão da Europa histórica. Mesmo aqueles que viam mais longe se contentavam em seguir a expansão da Europa no Novo Mundo ou no Mundo Oriental Próximo e Extremo.

Se a história não existe para a estultificação e fossilização e deve manter uma conexão viva com o presente, é chegada a hora de enfrentar a nova situação. A União Soviética e os próprios Estados Unidos, os dois gigantes do poder, os dois construtores maiores da história presente e da criação do futuro, não recebem nas histórias gerais o tratamento equivalente. Estas não nos estão preparando para a emergência do mundo em que vivemos e não nos oferecem nada para a compreensão do presente. Novos aspectos do passado, em face daquela preeminência devem ser esclarecidos para iluminar nossa compreensão do presente. Não significa isso que devemos descartar-nos da Europa e libertar nosso pensamento da concentração míope sobre o Ocidente. Essa história euro-

peizante nos conduz a confundir perigosamente a atual distribuição do poder e das forças que agem no mundo em que vivemos. Além disso, ela inocula um falso senso de continuidade, contra o qual a experiência se rebela, e obscurece o fato de que estamos vivendo num mundo inteiramente diferente, em quase tôdas as suas condições básicas, daquele em que Bismarck, por exemplo, se locomoveu. As questões que devemos levantar hoje mudaram e o passado se apresenta em forma inteiramente diferente daquela que víamos antes de 1939 (8).

Continuar ignorando que a Rússia é hoje um sexto da superfície terrestre e que é incontestavelmente uma das duas maiores forças políticas do mundo; ignorar o nascimento da China Comunista, da liberdade e independência da Índia, da libertação nacional de várias antigas colônias européias do Oriente, para continuar focalizando especialmente o poder da Europa, a europeização do mundo, significa desservir a História e o presente.

As questões que perguntamos ao passado mudaram, assim como mudaram as condições do mundo. Tôda época exige sua própria visão da história. Hoje, precisamos de uma nova visão do mundo, adaptada às novas perspectivas. Se devemos restaurar a conexão entre o passado e o presente e tornar a história uma força viva e não um pêso morto de condensada erudição, a primeira tarefa consiste numa nova visão interpretativa do escrito histórico, com tôdas as suas conseqüências pedagógicas. “E fácil para o historiador ser sábio depois do acontecimento; e terrivelmente difícil sê-lo na sua própria época; nós podemos, porém, dizer, com tôda a segurança, que quanto mais universal fôr seu ponto de vista e quanto mais êle se liberte das preocupações nacionais e regionais mais próximo estará de uma concepção do passado que seja válida para o presente.” (9)

(8) Geoffrey Barraclough, “The larger view of history”, *The Times Literary Supplement*, 6 de janeiro de 1956.

(9) G. Barraclough, *History in a Changing World*, Oxford, 1956, p. 182.

O mesmo acento revisionista que se exprime assim pela voz inglêsa se encontra na palavra dos atuais historiadores alemães, que tentam repensar sua história, embora os velhos conceitos ainda estejam servindo. Trata-se nesse caso, especialmente, da revisão de sua própria história e da *via dolorosa* do espírito civil na Alemanha, de diminuir a ênfase sôbre o Estado e o poder e a influência do militarismo. Para Walther Hofer, o revisionismo alemão deve observar os seguintes pontos: 1) Análise crítica e revisão dos pressupostos ideológicos, isto é, metafísicos, éticos, históricos e filosófico-políticos. 2) Crítica e revisão do todo o quadro do próprio desenvolvimento histórico. Não se trata só de uma revisão de fatos e da incorporação de novos aspectos, mas de uma revisão geral, que atenda à nova relação entre o passado e o presente, isto é, à nova posição da Alemanha no quadro europeu ⁽¹⁰⁾. Friedrich Meinecke, Ludwig Dehio e Gehrard Ritter, o primeiro como um Mestre venerado, o segundo pela importância de sua posição, como responsável pelo *Historische Zeitschrift*, e o terceiro como Presidente da Associação dos Historiadores Alemães, dedicaram-se aos trabalhos de religar a história alemã à situação presente da Europa.

Os historiadores soviéticos, convencidos também da importância da periodização ⁽¹¹⁾ — que levou Barraclough àquelas considerações sôbre a revisão do quadro da história universal, afirmam recusar, resolutamente, “a lenda

(10) Vide especialmente a obra de F. Meinecke, *The German Catastrophe*, Harvard University Press, 1950; de G. Ritter, *Europa und die Deutsche Frage*, Munich, 1947, e Ludwig Dehio, *Gleichgewicht oder Hegemonie*, Krefeld, 1948.

(11) Tomando por base a luta libertadora das massas e as revoluções sociais, os historiadores soviéticos adotam como limite entre a história antiga e da idade média a Queda do Império Romano provocada pelo movimento popular antiescravagista e a pressão das tribos germânicas e eslavas. Os tempos modernos começam com as primeiras revoluções burguesas na Europa nos séculos XVII e XVIII. Enfim, a história contemporânea se abre com a Revolução Socialista de Outubro de 1917, que provocou mudanças radicais não só na Rússia como no mundo inteiro. Vide A. L. Sidorov, *Les problèmes fondamentaux de la science historique soviétique et certains résultats de son développement*, Moscou, 1955. (Travaux des historiens soviétiques préparés pour le Xe. Congrès International des Sciences Historiques à Rome), p. 79.

reacionária dos povos ditos históricos e sem história, lenda que foi e continua como um pára-vento ideológico de que se servem as forças agressivas para dissimular sua política colonial e seus objetivos de conquista. A historiografia soviética se pronuncia contra as concepções eurocentristas, contra a oposição artificial do Oriente e Ocidente, contra o colonialismo. Na nossa História Universal nós reservamos um lugar importante à história dos povos eslavos, e dos países do Oriente, da China e da Índia.” (12)

Como se vê, um movimento geral reivindica uma revisão geral que permita: 1) ligar o presente ao passado, estudando mais as origens e desenvolvimento das grandes forças do mundo atual; isso significa dar mais ênfase à História dos Estados Unidos, à História da União Soviética e à História do Oriente e da América do que centralizar o mundo na Europa; 2) estudar mais certos períodos que possam iluminar o nosso presente, como lembrou Barraclough. Alexandre e César nos interessam mais do que, digamos, a história medieval.

Duas forças histórico-culturais se impõem hoje: a americanização do Ocidente e a Sovietização do Oriente. Como compreendê-las se a história que ensinamos e lemos é a história da europeização do mundo, quando a Europa não é mais o mesmo poder criador da História.

Tôda a realidade histórica, tal como existe hoje, “produz” uma diferente consciência da realidade. Devemos voltar ao passado com novos problemas impostos pelo presente. A consciência histórica, como disse Spranger, não é meramente reprodutiva. “Muito mais do que isso, o grande historiador constrói o mundo espiritual, que começa nêle de maneira indissolúvel. A vida de cuja compreensão êle se apropriou torna-se imediatamente uma força presente e formadora do futuro.” (13)

(12) Sidorov, *ob. cit.*, 79-80.

(13) E. Spranger, “Aufgaben des Geschichtschreibers”, *Historische Zeitschrift*, Out. 1952, 268.

Os problemas da História e da Historiografia Brasileira

Do mesmo modo, a historiografia brasileira é um espelho de sua própria história. A historiografia, como outros ramos do pensamento e da atividade humanas, está inegavelmente integrada na sociedade de que é parte. Há, assim, uma estreita conexão entre a historiografia de um período e as predileções e características de uma sociedade. O nexo é econômico e ideológico. A atividade erudita não é um luxo; depende do apoio com que uma sociedade a nutre.

A historiografia brasileira, expressão de sua história, representava até há pouco, e ainda representa em significativa proporção, a sociedade velha e arcaica, a que se referiram Pierre Denis e Jacques Lambert, ⁽¹⁴⁾ e por isso se dedicava tão esmagadoramente à história colonial, expressão do seu apêgo às tradições e à cultura luso-brasileiras, forma de concepção histórico-filosófica de sua personalidade básica e de seu caráter social. O Brasil arcaico é o Brasil rural, com 69% de sua total população, ao contrário de uma sociedade nova, muito mais evoluída e com muito maior estabilidade que domina de modo geral o Estado de São Paulo e o extremo sul, mas que no resto do país é sobretudo uma sociedade urbana.

O Brasil recebeu, de 1850 a 1950, apenas 4.800.000 imigrantes, dos quais somente 3.400.000 permaneceram no país, sendo, ainda, a maioria constituída de portugueses, cuja personalidade básica parece ter sido a predominante no caráter brasileiro. Houve, assim, continuidade de população, de personalidade e cultura e a classe rural dominou até 1930. Embora a personalidade básica luso-brasileira e rural fôsse a dominante, ela não determina tôdas as vicissitudes da cultura, mas supre a direção e define a maneira pela qual se manejam essas vicissitudes de adaptação.

(14) Pierre Denis, *Le Brésil au XXe. siècle*, 6.^a ed., Paris, 1921; Jacques Lambert, *Le Brésil, Structure sociale et institutions politiques*, Paris, 1953.

Temos, assim, dois elementos fundamentais para o conhecimento da história do Brasil e as direções de sua historiografia: a personalidade básica portuguesa e a sociedade rural. Além disso, uma sociedade com alto crescimento potencial demográfico, em constante ascensão, fabrica e modela um tipo de caráter social, a que Riesman ⁽¹⁵⁾ chamou tradicional, no sentido de que o indivíduo aprende a tratar a vida com a adaptação e não com a inovação. No Brasil arcaico, com uma sociedade relativamente estável e de grande tenacidade dos costumes, o caráter social, isto é, aquele que assegura os padrões de conformidade a certos elementos da produtividade, da política, do lazer e da cultura, é tradicional; o ritual, a rotina e a etiqueta orientam todos e pouca energia é exigida para descobrir novas soluções para os velhos problemas.

Assim a historiografia brasileira, expressão do Brasil arcaico, era predominantemente dedicada à fase colonial. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por exemplo, contém mais de 60% de contribuições, nos seus primeiros cem anos, à história colonial. Seus volumes especiais também apresentam o mesmo índice, 60% ⁽¹⁶⁾. É esta a primeira verificação de fato. Mas se adotarmos o critério de problemática historiográfica, vamos notar também que os grandes temas encarados e resolvidos pela pesquisa histórica são, em sua maioria, de história colonial. As histórias gerais ou não ultrapassaram a fase colonial ou se excedem desproporcionalmente nesta em relação à nacional; nos vários gêneros históricos, na história religiosa, diplomática, econômica, política, etc., a predominância colonial é indiscutível; nas grandes coleções de fontes, a grande maioria dos textos históricos é colonial ⁽¹⁷⁾.

(15) David Riesman, *The lonely crowd*, New Haven, Yale Univ. Press, 1950.

(16) V. Rollie E. Poppino, "A century of the Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", separata da *HAHR*, vol. XXXIII, n.º 2, maio de 1953.

(17) Das 36 publicações do Arquivo Nacional, 17 são consagradas à época colonial; dos 108 volumes dos *Documentos Históricos* da Biblioteca Nacional, 100 são relativos à época colonial, e dos 75 vols. de *Anais da*

Dêste modo, a história colonial foi, durante ainda os trinta primeiros anos dêste século, a eleita dos historiadores nacionais e dos responsáveis pelas edições de textos históricos. O excessivo apêgo ao passado português e europeu, quando o Brasil era apenas um fragmento essencial da história de Portugal ultramarino, ou um pouco mais adiante, quando passa a ser parte integrante do grande drama mundial, sob a preponderância britânica, é bem expressão da sociedade arcaica, e da falta de amadurecimento que provocava certos desajustamentos emocionais, levando-nos ao mazombismo, isto é, ao despreço pelo Brasil e ao amor à Europa, ou nos conduzia à auto-exaltação ufanista, ou ainda a certa flagelação crítica, a que se referiu Viana Moog (18).

Mas não é somente esta a significação psicológica que revela a história brasileira dominada pela vida e especialmente pela vida da sociedade arcaica. Um dos traços do caráter luso-brasileiro está na ênfase que no mundo luso-brasileiro se coloca nas relações pessoais e simpáticas e não nas impessoais (19). Ora, êsse personalismo de tão nefastas conseqüências políticas haveria de conduzir ao biografismo histórico, ao estudo das personalidades e dos heróis, tidos como os condutores e elaboradores da história, como mostraremos mais adiante, no nosso capítulo sobre a biografia.

A política imperial ou republicana — uma semilibertação do espírito colonial, era por sua vez igual à biografia imperial ou republicana, forma personalista ligada ao caráter social do Brasil arcaico e tradicional. Os estudos sobre indígenas e negros e sobre a arte são também predominantemente dedicados à fase colonial, aos vários grupos que mais contribuíram para a formação do povo, desde o início da colonização, mas sem um estudo corres-

mesma instituição, grande parte é sobre a Colônia; a série de documentos históricos paulistas e baianos são coloniais e assim ocorre com as demais Revistas dos Institutos Históricos estaduais.

(18) *Bandeirantes e pioneiros*, Editôra Globo, 1954.

(19) Emilio Willems, "Luzo-Brazilian Character", *Atas do Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Vanderbilt University 1953, 77-78.

pondente histórico-cultural da influência indígena e especialmente negra na sociedade moderna e contemporânea brasileira.

Aos poucos, a historiografia do Brasil novo começa a se manifestar, especialmente na história econômica e social. Basta acentuar que no período de 1890 a 1914 a história social ocupa, nas venerandas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 44% da matéria publicada. E no período de 1915 a 1938, 55%, sendo que nos volumes especiais, entre 1889 e 1914, 95% (20).

E' especialmente com Capistrano de Abreu que se inicia a historiografia nova, expressão do Brasil novo, pois ao escrever os *Caminhos antigos e o povoamento do Brasil* (1899), tema colonial ainda, êle rejeita a ênfase sôbre as origens européias e as relações européias. Seu tema é inteiramente nacional, pois convidava os historiadores brasileiros a não centralizar o seu interêsse nas comunidades do litoral, mas no interior, no próprio Brasil arcaico, é verdade, mas nas origens autônomas do Brasil novo: as minas, as bandeiras, os caminhos. A rejeição colonial está implícita no próprio tema colonial. Além disso, desde 1875 Capistrano considerava a Independência como a transformação da emoção de inferioridade a Portugal em consciência de nossa superioridade, embora sem modificar a emoção de inferioridade à Europa. (21).

Mas é sua orientação para a historiografia nova que nos interessa agora. Êle a enriqueceu, graças à sua formação, de novos conceitos: o de cultura substitui o de raça, seus estudos indígenas são atuais e renovam nossa etnografia; a importância da história social e dos costumes aparece pela primeira vez nos *Capítulos*; e o próprio sistema de Casa Grande e de Senzala e sua importância no Nordeste viu-o pela primeira vez em 1910. Êle sugeriu e indicou a seus amigos e discípulos novos problemas e teses, ainda

(20) Vide Rollie E. Poppino, artigo citado.

(21) Capistrano de Abreu, "A literatura brasileira contemporânea", *Ensaios e Estudos*, 1.ª série, Rio de Janeiro, Sociedade Capistrano de Abreu, 1931.

não resolvidos, como a história do regime de terras, a história da legislação e do parlamento, a dos partidos, um dicionário e um atlas de história do Brasil.

Como bem disse Sérgio Buarque de Holanda (22), a “bibliografia histórica do decênio de 30 é largamente ocupada por escritos onde a interpretação elucidativa, e às vezes interessada e mesmo deformadora dos fatos, visa explicar tais fatos ou a caracterizá-los em suas configurações especificamente nacionais”. Reconhece o mestre de São Paulo a importância desses escritos, suscitados em parte pelas perplexidades de uma época de crise e transformação e que contribuíram para dar novo rumo aos estudos históricos.

Ora, já acentuamos que desde a segunda década deste século, devido às rápidas transformações econômicas e aos impulsos das mudanças culturais e técnicas, a historiografia não quer só estudar o passado colonial, mas quer aproximar-se do presente, da fase nacional, seja por interesse de usar o “passado utilizável”, seja pela superação catártica do colonial pelo nacional. É evidente que atualidade e interesse vivo não são a mesma coisa e a expansão do horizonte espiritual através dos estudos históricos não conhece limitações fundamentais.

Entre os exemplos daquela bibliografia histórica citava justamente Sérgio Buarque de Holanda o *Retrato do Brasil* (1928), onde o historiador de *Paulística* (1934), intimamente vinculado à escola de Capistrano de Abreu se propõe, apoiado em copiosa informação histórica, mostrar que o país dormia “seu sono colonial” e, dois anos antes do movimento de 30, enumera a necessidade de se “fazer tábua rasa para depois cuidar da renovação total”. Desejava assim, Paulo Prado, discípulo de Capistrano, libertar o Brasil da pressão do passado que simplesmente pesa sobre ele, pela própria compreensão do mal de que padecemos.

(22) “O pensamento histórico no Brasil”, *Correio da Manhã*, 15 de junho de 1951.

Não nos parece que a *Política Geral do Brasil* (1930), sem favor a mais inteligente análise crítica do Segundo Império e da Primeira República, adote atitude oposta, como quer Sérgio Buarque de Holanda. Não é pelo apêlo aos remédios do passado recente contra os males do presente que se há de caracterizar a obra de José Maria dos Santos, mas, como disse Henri Hauser ⁽²³⁾, pela “verdadeira e definitiva ruptura com o passado colonial, até às vésperas do tempo atual; uma história que afasta tôdas as lendas piedosas e tôdas as ficções patrióticas para mostrar a verdade crua. Analisando os excessos da ideologia *comtiana*, pensando na corrupção parlamentar, nas sedições militares, na substituição da monarquia não por um regime de livre discussão, mas por um presidencialismo cujo absolutismo é temperado pelas revoluções quase periódicas, êle tem a tranqüila audácia — e a falta de respeito, como dizia Michelet, é o primeiro dever de um historiador — “de intitular uma parte de seu livro: a deformação republicana, que levaria àquela que chamamos a Segunda República.”

Se o excesso de apêgo ao passado colonial é um sinal de imaturidade, a rejeição total do passado também o é. Em ambos os livros dominam os excessos da primeira entrevista analítica. Em ambos há a rejeição paterna e o remorso há de surgir como consequência natural da solução imatura. A verdadeira catarse consiste na libertação e assimilação do passado, sentimentos ambivalentes de tôda consciência histórica.

Inteiramente correta parece-nos a lúcida idéia de Sérgio Buarque de Holanda de que “em numerosos estudos de formação publicados pela mesma época, encontra-se o apêgo àquilo que um ensaísta norte-americano denomina o “passado utilizável”, para a composição de quadros empolgantes, que se apresentam para tôdas as nossas mazelas. Essas supostas reconstruções, que levadas à sua forma extrema desembocariam em manifestações totalitárias, es-

(23) Henri Hauser, “Notes et reflexions sur le travail historique au Brésil”, *Revue Historique*, Jan.-Março 1937, 93-94.

pecialmente na doutrinação integralista, mal interessaria, em sua generalidade, à pesquisa histórica”.

O pensamento de Capistrano de Abreu, de Paulo Prado e de José Maria dos Santos reflete o próprio processo histórico da vida nacional. Agora já não se trata só, usando a linguagem de Marc Bloch, de compreender o presente pelo passado, mas também de compreender o passado pelo presente. A faculdade de apreensão do vivo, eis aí, com efeito, diz aquêle mestre, a qualidade essencial do historiador. Para compreender as características fundamentais de certos problemas históricos, é necessário observar e analisar a paisagem atual, porque só ela dá as perspectivas de conjunto, das quais deveríamos partir para nosso estudo. As ligações profundas do passado e do presente exigem a eterna busca e compreensão da mudança, pois a história é a ciência da mudança.

As mais recentes orientações problemáticas de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda refletem, em tôda sua pujança e na acuidade da visão interpretativa, a historiografia nova do Brasil novo. Evidentemente, historiografia viva não é só aquela que trata de temas atuais. Isso seria uma incompreensão, igual à de que o historiador deve não só formular suas questões como suas respostas de acôrdo com os conceitos vivos do presente. As perguntas são feitas muitas vêzes de acôrdo com o presente, como já dissemos, mas as respostas dependem da pesquisa, pois de outro modo o historiador se tornaria tendencioso e sem categoria científica.

Quando, porém, o interêsse pelo período nacional sobrepuja o interêsse pelo passado colonial, não há dúvida que já conseguimos penetrar numa fase nova da nossa historiografia. Sem rejeitar a herança colonial e procurando assimilá-la numa contradição dialética, e numa catarse analítica, iniciamos, aos impulsos do Brasil novo, a nova historiografia.

Se de 1900 a 1956 crescemos de 18 milhões de habitantes para 60 milhões, numa taxa demográfica de 2, 5% ao ano, e num índice de 5% de aumento da renda nacional,

taxas altíssimas e proporcionadas, que podem promover a passagem de um país subdesenvolvido para um país desenvolvido, as tarefas e os problemas da historiografia hão de apresentar-se sob formas novas, pela complexidade, variedade e grandeza, e novos campos de ação e pensamento se oferecem aos historiadores nacionais. As taxas de crescimento demográfico e do produto nacional não são acompanhadas, infelizmente, pelo desenvolvimento da educação. Continuamos com 50% de analfabetismo, quando possuímos, em 1880, 8%; mas possuímos agora 37 Faculdades de Filosofia, com 1693 alunos de História e Geografia (24).

O simples crescimento da população escolar e as maiores possibilidades de recursos econômicos exigem a formação e o aperfeiçoamento senão de historiadores, pelo menos de professores de história. Mas não é somente no campo da educação que se oferecem novas oportunidades de ação para os que se dedicam à História. Nos serviços da Administração Pública ampliam-se as tarefas especializadas dos profissionais da História; nos arquivos, nas bibliotecas, nos museus, que controlam, preservam e administram as principais fontes da História do Brasil. Pleiteia-se, por isso mesmo, que os atuais graduados em História das Faculdades de Filosofia, juntamente com os servidores já exercitados nas investigações históricas, possam ver reconhecidos pelo Govêrno a profissão de historiógrafo e de pesquisadores de história, a exemplo do que se faz nos Estados Unidos e do que já fêz o Museu Paulista. São novos grupos ocupacionais, que executam serviços especializados de investigação histórica, que devem ser reconhecidos pelo Govêrno, na classificação dos cargos do serviço público em geral.

Sabem todos os que se dedicam à História que não é só nas bibliotecas, arquivos e museus que se utilizam os serviços profissionais de historiadores. Nos Estados Unidos possuem as Secretarias do Exterior, da Defesa, da

(24) *Sinopse Estatística do Ensino Superior, 1955*, publicada pelo M. E. C.

Guerra e da Marinha um corpo especial de historiadores que executam serviços de história próxima passada ou contemporânea. Samuel Elliot Morison, o grande professor de Harvard, escreve hoje a crônica detalhada da ação naval americana na Segunda Guerra Mundial, como G. Bernard Noble dirige a Division of Historical Policy Research da Secretaria de Estado e Rudolph A. Winnacker é o historiador da Secretaria de Defesa, todos com um corpo de auxiliares e imitados por vários serviços públicos federais.

O gosto pela história, como já dizia Hauser em 1937 (25), permanece vivo no Brasil. O número de pesquisadores cresce, o método já não é mais privilégio de uma ínfima minoria e, aos poucos, os usos oratórios, as declamações congratulatórias e os trabalhos de segunda e terceira mão desaparecem.

O apêlo à história é um dos meios mais populares e efetivos de reunir apoio ou oposição ao curso controvertido de uma ação pública. Nas horas mais carregadas de futuro é comum a invocação aos exemplos ou à analogia com as ações que a história conservou. Quem não procura, desejoso e ansioso, as páginas da história para reaver fôrças na fôrça dos grandes homens e elevação de propósitos na lembrança das ações elevadas, assim como para encontrar virtude de resignação nas ásperas provas da vida moral e política, para obter sugestões e conselhos, para repetir a si mesmo oportunas palavras *viris*? (26)

Temos assistido recentemente, nas horas difíceis da Nação, à invocação não dos exemplos passados, mas ao julgamento futuro da História. Esse apêlo é, dia a dia, mais comum nos homens públicos brasileiros.

Seria interessante examinar os problemas ligados a estas invocações na sociedade atual. Que significam na consciência moral dos homens privados e públicos e como refletem o aprêço ou despreço à História, que escusa, resgata ou redime procedimentos históricos?

(25) Artigo citado, 93.

(26) Benedetto Croce, *Orientações. Ensaios de Filosofia política*, Rio de Janeiro, s. d., 50.

Nem sempre êsses pedidos refletem os mesmos sentimentos. Há grupos políticos que apelam para a terrível “sentença na voz da História” e há grupos que pedem apenas que seus contemporâneos julguem seus atos, pois êsses são os julgadores dos acontecimentos *in statu nascendi*. Há os que sofrem um grande sentimento de culpa diante dos acontecimentos, como responsáveis ou não; há os que refletem um sentimento de vergonha e, finalmente, os que revelam ansiedade. No notável estudo de Riesman, já por nós referido, cada sentimento corresponde a um tipo de sociedade e de caráter e reflete a sanção pela conduta social não aprovada. E’ evidente que a vergonha e a indignação moral são sentimentos da classe média, aquela, segundo Toynbee, a que se devem os maiores benefícios da civilização ocidental européia e norte-americana: a democracia e o industrialismo.

“O apêlo que a Nação dirige aos seus homens públicos”, dizia há pouco um publicista (27), “pode ser traduzido em termos familiares como um pedido, uma súplica de sinceridade, honestidade intelectual e vergonha — essa vergonha que infelizmente não é comum nos meios políticos e cuja falta exasperava o mesmo Rui, que foi quem mais profligou e vergastou em suas campanhas inesquecíveis, os caras de bronze de todos os feitios.” Outro cronista dos nossos dias escrevia estas palavras tão autênticas do seu sentimento: “E que sentia o cronista? Oh! meu Deus, como tudó isto mata de vergonha! Que seria do historiador do futuro se êle entender de dar ênfase cívica aos dias de hoje e procurar entre as personagens e os fatos uma palavra ou um episódio de grandeza?” (28)

A instabilidade social e política provocada pela luta entre as tradições da sociedade arcaica e os elementos culturais do Brasil novo e as rápidas mudanças tecnológicas e culturais podem, talvez, explicar os sentimentos de culpa, tão notórios no caráter nacional. Quando as perso-

(27) Pedro Dantas (Prudente de Moraes Neto), artigo in *Diário de Notícias*, 26 de novembro de 1955.

(28) Joel da Silveira, artigo in *Diário de Notícias*, 24-11-1955.

nalidades políticas das grandes massas rurais analfabetas e do proletariado urbano com níveis de cultura muito baixos e modos de vida arcaicos, uma vez que vieram há pouco tempo do campo retardado, vencem a luta contra a classe média, podem sentir, muitas vezes, um grande sentimento de culpa, que lhes vem de impulsos interiores e de flutuantes vozes contemporâneas. Aí seu apêlo à história revela a insegurança de confiar mesmo nos sinais de afirmação dos outros. Serão sinceros? Permanecerão no mesmo ponto de vista quando souberem de todos os fatos? Em ambos os casos, a história é vista como uma espécie de justiça transcendental moralizadora.

No terceiro tipo, que começa a aparecer na sociedade brasileira das grandes concentrações urbanas, não há atitude ativa em face da história, nem se procura configurá-la de acôrdo com sua dinâmica imanente. Ele tem uma atitude passiva: é um consumidor, não um produtor de história, e sua tarefa é o presente, sem futuro, aprovado pelos seus contemporâneos. Sabe que suas opiniões variam rapidamente e imagina que as dos outros também possam mudar. Não apela para a história como uma opinião que possa vir a ser contrária à dos seus contemporâneos; preferentemente se associa a estes, procurando olhar-se a si mesmo e às suas ações, através dos olhos de um futuro muito próximo e da geração mais jovem. Não fabrica a história, mas a consome e, como nas historietas de quadrinhos, o principal é vencer, é ter sucesso, é apostar no cavalo que vai ganhar, porque o julgamento histórico não tem significação moral direta. A discussão do veredito da história não é mais confinado aos diários dos grandes homens, mas estende-se a tôda a massa média. Atôres e públicos perguntam-se a si mesmos: como apareceremos aos outros homens atuais? Eles aprovarão nossos atos? Irão declarar que estávamos no caminho certo? Daí o sentimento de ansiedade, a sanção moral não histórica, transcendental, mas contemporânea e imediatista, e as moções oportunistas de solidariedade que vencem a ansiedade em relação à situação do momento.

Esse novo tipo deseja ardentemente ser julgado; teme o julgamento alheio, mas, ao mesmo tempo, dêle necessita como um artigo de consumo indispensável ao seu modo de vida, embora não lhe atribua significação moral direta (29). Como o medalhão de Machado de Assis, figura que só tem nascimento na sociedade arcaica, dirigida pela tradição, quer o juízo imediato dos contemporâneos, com a diferença que aquêle sabia o lôgro que estava querendo passar na História. Procura fabricar a “boa vontade” ou a “opinião pública dos jornais” como uma projeção muito vaga de um possível registo que possa influir num possível julgamento. Para êle, é obsoleta a prática do apêlo escatológico ao futuro e as próprias auto-incriminações das entrevistas e do falatório excessivo revelam a instabilidade psíquica e não visam a fazê-lo entrar na história. Considera que o julgamento moral saiu de moda e que a invocação a uma futura consciência da humanidade é ligeiramente ridícula, senão inteiramente impraticável. Nem Deus nem os homens a ouvirão. Só a conversa com os vivos parece real; a conversa com o futuro é imaginária (30).

O político moralizador, que pertence à classe média, diante de sua impotência de fabricar êle próprio a história, como um revolucionário criador da Revolução Americana, Francesa ou Russa, ou ainda como um Calvinista crente na predestinação, se indigna e se envergonha, e apela para o julgamento final da História.

Seria um estudo complementar muito valioso, pelo seu conteúdo histórico e psico-social e hoje muito focalizado nos Estados Unidos — o de tentar compreender os evidentes sinais de um generalizado conformismo popular e de elites. Quatro ou mais pessoas decidem um caminho e a nação e o povo se conformam. Sabemos todos que o inconformismo tem sido o grande propulsor do progresso social e sabemos também que o conformismo é um dos baluartes da estática social. O próprio caráter social

(29) O A. seguiu e resumiu David Riesman, *ob. cit.* na nota 14, 267 e seguintes.

(30) *Ibid.*, Cf. p. 260.

se aquilata pelas formas com que se asseguram os padrões de conformidade da maioria. No jôgo mútuo de fôrças de conformidade e inconformismo realiza-se o progresso social.

No Brasil, verifica-se ùltimamente, ao lado daqueles aspectos negativos da personalidade básica brasileira (sentimentalismo, horror às soluções trágicas), um alarmante e unânime espírito de conformismo, numa sociedade com um contingente tão forte de jovens (em 1.000 pessoas economicamente ativas existem 779 pessoas economicamente passivas, contando de 0 a 14 anos, ou melhor, mais de 50% de jovens em idade escolar). Êstes aspectos psicossociais, morais e culturais da sociedade contemporânea, com seus componentes residuais do passado, nos mostram as vantagens do estudo da história presente.

A melhor lição sôbre as vantagens da história contemporânea, de que tanto necessitamos, vem do grande historiador Arnold Toynbee, ao declarar que não lhe teria sido possível escrever o seu *A Study of History* ⁽³¹⁾ sem a experiência do Royal Institute of International Affairs, onde compunha o *Survey of International Affairs*. Êle acredita que só pôde fazer um porque fazia o outro. Um inquérito sôbre os negócios correntes do mundo só poderia ser feito sôbre os fundamentos de uma história do mundo e um estudo da história do mundo não teria vida se deixasse de lado a história da época do escritor, porque os contemporâneos são as únicas pessoas que podemos capturar vivas ⁽³²⁾.

Em qualquer hipótese, vê-se claramente que para a história não ser estranha à vida deve ocupar-se das consideráveis modificações da vida espiritual, social e política que experimenta o mundo hodierno. A principal questão consiste em como realizar esta tarefa de maneira realmente fértil, sem fazer da história matéria publicitária diária e do historiador um escritor tendencioso, um publicitário

(31) Londres, 1934-1954, 10 vols.

(32) Arnold Toynbee, "A Study of History. What I am trying to do", *International Affairs*, XXXI, Jan. 1955, n.º 1, 1-4.

sem categoria científica. A história, mesmo a contemporânea, é história compreensiva, que se esforça por uma justiça mais forte e mais objetiva, dizia Gerhard Ritter no X Congresso Internacional de História.

Tudo compreender não significa tudo louvar. Há uma forma de historiografia que aprova tudo que aconteceu e teve conseqüências, sem reparar no seu significado moral. Esta espécie muito difundida de "positivismo", que torna o historiador um simples "claqueur" dos fatos e acontecimentos, não pode ser considerada história de alto estilo e muito menos científica. A verdadeira história é uma ciência humana. Não teme verdades incômodas, porque serve à Verdade e não aos sucessos políticos do dia.

O exemplo do Royal Institute of International Affairs serve para todos como um padrão de alta categoria científica e rigorosa objetividade. Não se trata, evidentemente, de uma história definitiva, mas de alguma coisa que é tentada como subsídio para uma interpretação, de preferência à simples enumeração factual.

Já no Brasil, infelizmente, é grande a maioria entre os que, exercendo a história, consideram-na impraticável. Já vimos a razão principal no excessivo amor ao passado colonial e vemos no citado estudo de Poppino que só decorrido um quarto de século do acontecimento histórico êste recebe, no Brasil, tratamento histórico.

O estudo da historiografia contemporânea é, assim, uma das principais tarefas da historiografia brasileira. Não podemos continuar a desconhecê-la, a evitá-la, deixando que só os historiadores norte-americanos dela tratem nos seus encontros anuais ou os soviéticos, nos Congressos Internacionais, como tem acontecido ultimamente. É necessário cuidar, para usar da expressão de Fidelino de Figueiredo, das zonas vivas, não de preferência, mas ao lado dos aspectos extintos⁽³³⁾. Um povo em fase de transição para o seu completo desenvolvimento econômico não pode continuar a dissipar toda a sua inteligência histórica

(33) "Historiografia portuguesa do século XX", *RH*, n.º 20, Out.-Dez, 1954, 348.

na rememoração colonial, sem cuidar dos temas que nos auxiliam a enfrentar os problemas atuais. Há, naturalmente, diz J. R. M. Butler ⁽³⁴⁾, grandes e óbvias objeções à história contemporânea, como há grandes e óbvias atrações, e o mundo seria imensuravelmente mais pobre se a história contemporânea nunca tivesse sido escrita. Não é necessário relembrar os exemplos de Tucídides, Políbio e Tácito, em que os segredos não puderam ser desvendados em livros e documentos, mas no coração dos homens que, muitas vezes, na maioria das vezes, querem conservar intactas as razões de suas atividades.

A controvérsia contemporânea, vil ou nobre, apaixonada ou serena, não deve impedir que se tragam à luz depoimentos indispensáveis. Diz Churchill no seu livro sobre a Segunda Guerra Mundial, que ele aderiu à sua regra de nunca criticar qualquer medida de guerra ou política depois dos acontecimentos, a menos que ele a tenha exprimido pública ou formalmente. Foi-lhe desagradável registrar os desacordos com muitos homens que ele admira ou respeita; mas seria errado não extrair as lições do passado, diante do futuro. Não esperava também que todos concordassem com seu ponto de vista e ainda menos esperava escrever um livro popular. Deu seu testemunho tendo o máximo cuidado em verificar os fatos; mas é tão grande a revelação dos novos documentos que é possível se chegue a um novo aspecto das conclusões expostas no seu livro. Por isso é importante confiar nos papéis contemporâneos autênticos e nas opiniões emitidas enquanto tudo era ainda obscuro ⁽³⁵⁾.

Churchill, historiador e estadista, resume na introdução ao primeiro volume de seu livro, a idéia da história contemporânea. O desacôrdo não impede a exposição, já que a própria história mais antiga não consegue manter uma total concordância de interpretação. O que se deve desejar é que os depoimentos dos que participa-

(34) *The present need for history*, Cambridge, 1948, 19.

(35) *The second World War*, vol. 1. *The Gathering Storm*, Londres, Cassel & Co., 1948, IX-X.

ram dos acontecimentos sejam revelados e os arquivos das personalidades sejam, pelo menos, resguardados e preservados para consulta futura.

A massa de documentação diplomática publicada pelas grandes nações européias, sôbre a primeira e a segunda Guerras Mundiais, mostram como é possível cuidar de selecionar e preservar os materiais da história presente, não só político-militar, mas geral.

É certo que a história contemporânea oferece muitas dificuldades nem sempre superáveis. Entre estas podemos destacar: 1) O lado derrotado sempre ou quase sempre reluta em contar a história que precedeu o desastre; 2) Enquanto as fontes do passado são acessíveis, nos grandes centros do mundo culto, praticamente a todo estudioso sério, as fontes da História Contemporânea tendem a ser reveladas somente aos favorecidos. O Estado e os Ministros tentam influir nos editôres ou estudiosos dêstes papéis. Êstes não são nem *persona gratissima* nem *non grata*, mas simplesmente estudiosos interessados na apuração da verdade. 3) As personalidades envolvidas nos acontecimentos dêste ou daquele lado não querem prestar um serviço ao esclarecimento da verdade histórica, mas aos seus cortesãos ou às suas paixões.

A história conquista dia a dia novos territórios e mais ainda se articula com novos problemas. De todos, o mais importante, sem dúvida, é o da história econômica e seus novos ramos, a história dos empresários, e dos negócios, da qual falamos nos gêneros históricos.

A história social não constitui novidade: teve, desde 1920, grandes adeptos e produziu uma bibliografia realmente valiosa. O Instituto de História Social de Amsterdam, ⁽³⁶⁾ o novo Instituto de História Social de Paris, e a Hoover Library on War, Revolution and Peace, da Universidade de Stanford, dedicam-se especialmente à história dos movimentos sociais, objeto de uma dissertação no

(36) V. José Honório Rodrigues, *As fontes para a História do Brasil na Europa*, Rio de Janeiro, 1950.

X Congresso Internacional de Ciências Históricas, escrita pelo Prof. Carlos Rama, de Montevideu.

As histórias demográficas, imigratórias, urbana e rural crescem nos países mais desenvolvidos, mas merecem aqui pouca ou nenhuma consideração. A história intelectual limita-se à literatura e muito pouco, por um ou outro dedicado, à das idéias. Nossa história continua muito narrativa, cronológica e biográfica. Num povo essencialmente sentimental e em que predominam as soluções personalistas, não é de surpreender que as biografias representem percentagem tão grande na produção histórica nacional.

Tendências novas que não atraíram ainda a inteligência histórica brasileira são os estudos sobre a formação da consciência rural e burguesa no Brasil, esta última criada antes do aparecimento de uma classe burguesa, e a rural, dominante em toda a história brasileira, e ainda hoje constituindo 69% da nossa população. O papel da classe média urbana e das classes rurais das zonas pioneiras, tão decisivas na evolução histórica destes últimos trinta anos, não foi ainda estudado.

Bernard Groethuysen escreveu aquêle magnífico ensaio sobre a formação da consciência burguesa na França durante o século XVIII ⁽³⁷⁾, baseado especialmente nos Sermões. As próprias fontes literárias, tão indispensáveis pela sua força impressionista, para a descrição espiritual do ambiente histórico, não foram ainda utilizadas.

Os estudos sobre a opinião pública e eleitoral e sobre a natureza da ação política não mereceram ainda, entre nós, nenhum cuidado. A história das relações internacionais não tem interessado aos historiadores e muito menos o grande tema, hoje tão examinado nos centros altamente desenvolvidos da pesquisa histórica, das características nacionais de cada povo. Estes dois últimos são de extrema importância e muito poderiam contribuir para o esclarecimento de atitudes e tensões atuais.

(37) *La formación de la conciencia burguesa en Francia durante el siglo XVIII*, México, 1943 (1.ª ed., 1927).

Toynbee notava que na elaboração da paz, em 1919-1921, os Estados de poder médio tinham sido reintroduzidos no mapa político pela reconstituição da Polônia e pela aspiração do Brasil de ter ultrapassado a estatura de pequeno Estado, mesmo que não pudesse ser julgado como já tendo atingido as dimensões de um Grande Poder. A Europa, acrescentava, ver-se-ia em breve cercada por uma dúzia de gigantes do Poder, quando o Canadá, a Argentina, a Austrália tivessem povoado seus espaços vazios e quando a Rússia, a Índia, a China e o Brasil tivessem adquirido o dom da eficiência. Que fazemos nós, historiadores, para esclarecer as razões do nosso caminho nacional e internacional em busca do poder e do respeito internacionais? Que fazemos nós, historiadores, para reconhecer e esclarecer os climas especiais de opinião, as características de certas épocas e lugares, o caráter de nossa cultura, a personalidade básica de nosso povo, seus traços especificamente nacionais? (38)

Que fazemos para esclarecer, por exemplo, os aspectos capitais da vida brasileira atual? Jacques Lambert dizia que o Brasil era como uma metrópole com suas próprias colônias, constituída pelo Norte e o Nordeste, as quais apresentam tais desequilíbrios econômicos que ameaçam ou podem ameaçar a unidade nacional. Os economistas da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos acentuam as enormes disparidades das taxas de crescimento e da distribuição regional da renda entre o centro econômico brasileiro e a zona Norte e Nordeste, que possui 40% da população nacional. O que se tem feito para esclarecer não as razões deste comportamento diferente — o que seria lógico numa nação tão extremamente variada no seu localismo e provincialismo, mas especialmente o por quê deste profundo de-

(38) O autor prepara um estudo sôbre as características nacionais, matéria que absorve a atenção de estudiosos de tôdas as formações. A bibliografia norte-americana é imensa. A. Sidorov, na obra citada, refere-se várias vezes aos "traços especificamente nacionais" dos diferentes países (81) e da antiga cultura russa (101). Assim também os atuais historiadores poloneses. Cf. B. Lesnodorski, "Les Sciences Historiques en Polone au cours des années 1945-1955", *Relazioni*, vol. VI, obra citada na nota 3, 463 e 487.

sequilíbrio econômico e cultural, que prejudica a integração nacional?

Todos êstes últimos problemas relacionam a economia com a historiografia e é de esperar-se que tal como nos Estados Unidos o fenômeno do crescimento econômico sugira ou impulsione um grande desenvolvimento historiográfico. Haverá, naturalmente, diferenças de opiniões sôbre os caminhos da reforma e os instrumentos particulares a serem empregados para promovê-la, mas a integração nacional será a suma política e seus enormes efeitos na história decidirão os novos rumos da historiografia, que deverá ser mais nacional que estadual ou local.

Mas não é só na temática que surgem as questões fundamentais da moderna historiografia. Que importaria conhecer tôda esta ampliação do campo da investigação, se não considerássemos alguns problemas fundamentais do pensamento e da metódica históricos? Na verdade, todos sabemos que a controvérsia filosófica pouco tem refletido sôbre a pesquisa ou o escrito histórico. Nem gerou, tampouco, novos métodos ou modificou grandemente os já usados. Já notava Henri Hauser, no estudo citado, como um dos nossos defeitos a falta de preparo metodológico e o conseqüente autodidatismo. Ainda assim é indispensável lembrar e repetir sempre e sempre a ladainha de que não podemos fazer crescer nossa historiografia, se não cuidarmos de introduzir nos departamentos de História as disciplinas de Metodologia e Historiografia.

Êstes são, na realidade, os pecados capitais da historiografia brasileira. Pecados veniais, que há pouco o Prof. Charles Boxer considerava como mortais na historiografia portuguesa (39), podem ser culpados também por algumas deficiências de nossa historiografia. E entre êstes: a prolixidade, a atração pelos discursos e conferências, a falta de consulta das obras estrangeiras, a falta de bons índices. É curiosa a coincidência destas observações do Prof. Boxer sôbre os defeitos da historiografia portuguesa com as do

(39) "Some notes on Portuguese historiography, 1930-1950", separata de *History*, Feb. and June, 1954, p. 10.

Prof. Hauser sôbre a historiografia brasileira, a que já nos referimos: os métodos oratórios, a rotina e inércia de certas instituições, o excesso de biografia e os elogios acadêmicos, as comemorações e homenagens dos nossos grandes mortos em tom discursivo.

A situação atual da historiografia no Brasil oferece ainda vários outros aspectos das suas fraquezas e fôrças. Um estado de animação e os resultados conseguidos últimamente fazem-nos acreditar que brevemente poderemos superar algumas das deficiências que perturbam o seu livre caminho. A liberação do currículo acadêmico, tão antiquado com suas cinco cadeiras, sem as disciplinas preferenciais ou optativas, o excesso de ênfase dada a certos períodos e a deficiência de estudo de áreas mais importantes atualmente, como os Estados Unidos, a Rússia e o Oriente, o estabelecimento de padrões profissionais, o reconhecimento da profissão e o amparo do Estado podem promover o crescimento e aperfeiçoamento da historiografia brasileira.

Jacob Burckhardt disse, certa vez, que não queria construir para hoje ou para amanhã, mas para todo o sempre. Ao recordar suas palavras declarou o grande mestre alemão de hoje, o prof. Ritter, no seu discurso de encerramento do X Congresso Internacional de História, aos 11 de setembro de 1955, que só pode compreender quem trabalha também com o coração. Quem realmente conhecer a história estará protegido do entusiasmo barato, mas não poderá encarar o jôgo histórico sem profunda emoção, pelo menos quando se trata do futuro de sua própria terra e de seu próprio povo.

CAPÍTULO 2.

DESENVOLVIMENTO DA IDÉIA DE HISTÓRIA

A Palavra História.

A palavra história origina-se do grego (*istoria*), de onde passou para a maioria dos idiomas modernos, com exceção das línguas germânicas (*Geschichte*, em alemão, *Geschiedenis*, em holandês). A origem exata da palavra grega é incerta, mas tal como acontece com a alemã, que é, às vêzes, considerada objetivamente como o que sucede ou o que sucedeu, e outras vêzes subjetivamente, como o conhecimento do sucedido, ela tem duplo sentido. Expressaria, assim, portanto, não só o sucesso, como o inquérito ou investigação sôbre sucesso.

Para tornar mais clara a distinção entre os sentidos objetivo e subjetivo da palavra história, basta chamar a atenção, por exemplo, para o fato de que o nosso conhecimento da era primitiva dos russos, húngaros, sérvios, croatas e búlgaros seria uma página em branco se os escritores do império Romano do Ocidente não tivessem tido um interêsse tão vivo pelos seus vizinhos. Ora, não deixou de haver sucessos históricos; o que teria deixado de haver era o conhecimento histórico.

É preciso frisar, porém, que se ambas as palavras, tanto a grega, como a alemã, têm dupla significação, não sofreram, entretanto, a mesma evolução. No grego, isto-

ria significava, a princípio, o investigador, o informante. Partiu-se da qualificação subjetiva para depois exprimir o objeto da investigação ou o suceder; portanto, o sentido objetivo. No alemão, *Geschichte* veio de *geschehen*, suceder, e passou da significação objetiva do sucedido para a subjetiva da narração ou conhecimento do sucedido.

Alguns acrescentam ainda a essas duas acepções — o que sucedeu e a compreensão literária do sucedido — uma mais moderna, de formação muito mais recente, o conhecimento da História ou ciência histórica. A melhor maneira, porém, de se conhecer a exata significação da palavra está no estudo da evolução da idéia de história.

Desenvolvimento da idéia de história (1)

Costuma-se distinguir no desenvolvimento da idéia de história três modos de exposição: o narrativo, o pragmático, o genético. Esta a divisão apresentada por Bernheim e seguida por Bauer. Ela se origina de Leibnitz, que reconhecia esta tríplice apresentação da historiografia. "Tria sunt quae expetimus in Historia, primum voluptatem noscendi res singulares, deinde utilia imprimis vitae prae-

(1) Este capítulo é um brevíssimo resumo sem pretensões e inteiramento baseado nas melhores historiografias. Servimo-nos especialmente das seguintes obras: Ed. Fueter, *Histoire de l'historiographie moderne*. Traduit de l'Allemand par Émile Jeanmaire, Paris, Felix Alcan, 1914; G. P. Gooch, *Historia e Historiadores en el siglo XIX*. Version española de Ernestina de Champourein y Ramón Iglesia, México, Fondo de Cultura Económica, 1942; *Histoire et historiens depuis cinquante ans. Méthodes, organisations et résultats du travail historique de 1876 à 1926*, Paris, Felix Alcan, 1927; Louis Halphen, *L'Histoire en France depuis cent ans*. Paris, Armand Colin, 1914; Pierre Moreau, *L' Histoire en France au XIX^e siècle*, Paris, Les Belles Lettres, s. d.; James T. Shotwell, *The history of history*, New York, Columbia University Press, 1939; Bernadotte E. Schmitt, *Some historians of modern Europe*, Chicago, The University of Chicago Press, 1942; James Westfall Thompson, *A History of historical writing*, New York, The Macmillan Co., 1942, 2 vols.; B. Sánchez Alonso, *Historia de la historiografía española*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones, 1.º vol. 1947, 2.ª ed., 2.º 1944, 3.º 1950; a primeira edição é de Madrid, 1944; Benedetto Croce, *Storia della storiografia italiana nel secolo decimonono*, Bari, Laterza & Figli, 1947, 2 vols.; M. L. W. Laistner, *The greater Roman historians*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1947; Georges Lefébure, *Notions d'historiographie moderne*, Paris, Centre de Documentation Universitaire, curso dado na Sorbonne e mimeografado, 1946.

cepta, ac denique origines praesentium a praeteritis, repetitas, cum omnia optime ex causis noscantur” (2).

Huizinga considera essa classificação ilógica, fonte de erros e praticamente inoperante. Êsses três aspectos não se sucedem no tempo nem se superam uns aos outros quanto ao valor (3).

Semelhante a esta classificação é a que apresenta Hegel de uma história imediata, reflexiva e filosófica (4). A primeira é especialmente representada por Heródoto e Tucídides, que viveram no espírito dos acontecimentos por êles descritos. Registraram os sucessos da sua atualidade imediata. O principal caráter da segunda maneira consiste em transcender o presente. Neste gênero convém distinguir diferentes espécies: primeiro, a história geral, que se relaciona intimamente com o gênero anterior, quando se propõe expor o conjunto total da história de um país. Hegel lembra, como exemplos, Tito Lívio e Diodoro de Sicília. A segunda espécie da história reflexiva é a pragmática. Os historiadores têm um propósito moral: procuram extrair da história lições práticas. As reflexões morais são, então, os fins essenciais da história.

Hegel criticou com extrema severidade o pragmatismo histórico, dizendo que as abstrações morais dos historiadores de nada servem e que a experiência e a história nos ensinam que nenhum povo ou govêrno aprendeu qualquer lição da história ou atuou segundo doutrinas dela extraídas. A negação do pragmatismo estava realmente na negação da reversibilidade da história. “Não há um caso que seja completamente igual a outro”, afirmava Hegel.

Convém lembrar aqui que se o pragmatismo prevaleceu em todo o século XVIII, na época de Hegel já estava completamente destruído e, mais do que isto, para negá-lo

(2) G. W. Leibnitz, “Acessiones historicae”, *Revue de synthèse historique*, t. 23, 1911, 266.

(3) J. Huizinga, *El concepto de la historia y otros ensayos*, México, Fondo de Cultura Económica, 1946, 29.

(4) F. Hegel, *Lecciones sobre la filosofía de la historia universal*, Buenos Aires, Revista de Occidente Argentina, 1946, 151-160.

êle não precisava renegar a história como mais tarde veio também a fazer Nietzsche. Era um exagêro gerado, talvez, pelos erros do pragmatismo (5).

O terceiro modo da história reflexiva é o crítico, que consiste na história da história, no juízo sôbre as narrações e na investigação sôbre sua verdade e crédito. Já aqui estamos realmente em face do que Bernheim chama de história genética. A última esfera da história reflexiva é a especial, parcial ou particular. E', por exemplo, a história da arte, do direito, da religião, da ciência. A história filosófica é universal e procura a alma que dirige os acontecimentos.

a) *História narrativa*

A história puramente narrativa, de tradição escrita mais antiga, buscava registrar fatos ou acontecimentos que pareciam extraordinários. Existem pequenos fragmentos referentes aos Fenícios, Caldeus, Egípcios, Assírios, Babilônios, Hindus e Persas descobertos e coligidos no século XIX por estudiosos de arqueologia. Até então considerava-se o Velho Testamento como a mais antiga história. Para a história do Egito, Babilônia, Assíria, Pérsia e Fenícia, só possuímos, afora as pequenas referências do Velho Testamento, os fragmentos que foram reproduzidos pelos escritores gregos. Naturalmente, tôda essa história é ligeira e lendária, como o é também, em parte, a história inicial judaica, que se encontra registrada na Bíblia, especialmente no Pentateuco, ou seja nos cinco livros de Moisés, cujo valor histórico tem sido estudado por alguns historiadores. Nêles se assinalam as migrações, glórias e sofrimentos do povo de Israel. Na Grécia, antes de He-

(5) Segundo Wilhelm Dilthey, só a história nos diz o que o homem é, e é inútil, como fazem alguns, desprender-se de todo o passado para começar de novo a vida sem preconceito algum. Não é possível desvencilhar-se do que foi; os deuses do passado se convertem em fantasmas. A melodia de nossa vida traz o acompanhamento do passado. O homem se liberta da agonia do momento e da fugacidade de tôda a alegria entregando-se aos grandes poderes que a história engendra. Cf. *Introducción a las Ciencias del Espirito*, p. XXIX.

ródoto (480-425 A. C.), os escritores que registravam fatos históricos, entrelaçados em grande parte com lendas e mitos, são chamados logógrafos ou prosadores, em oposição aos poetas.

É com Heródoto, apelidado o Pai da História por Cícero, que se caracteriza nitidamente o período da história narrativa. Foi êle, de fato, o primeiro a fazer do passado objeto de pesquisa e de verificação, mostrando um grande avanço sobre os logógrafos. É nêle que se nota, pela primeira vez, a persistência ao princípio de fidelidade que começa a dignificar a história grega. Embora seu método já revele caráter crítico, seu criticismo está limitado pelas condições da idade, que era primitiva nas suas crenças religiosas e restrita no seu conhecimento geral. Heródoto é o maior exemplo da história puramente narrativa.

b) *História pragmática*

A segunda fase da história é a chamada pragmática. O método puramente narrativo é abandonado e já se faz a investigação daquelas forças que operam no suceder histórico. Tucídides (460-400 A. C.), justamente considerado o maior historiador da Antiguidade, é o iniciador do novo período. Sua *Guerra do Peloponeso* é um trabalho monumental, notável pelo estilo condensado e direto, pela fidelidade do método e pela pesquisa dos motivos que o autor já observa entre os acontecimentos, assim como pelo raciocínio severo e imparcial das questões políticas. Ao iniciá-lo, declara que talvez o livro apresente poucos atrativos para os que o lêem, pelo fato de nada conter de lendário; mas que lhe basta seja êle reconhecido como útil por aquêles que desejam conseguir um claro conhecimento dos sucessos passados e, graças a êle, compreender bem aquêles processos que, segundo o curso das coisas humanas, possam se repetir no futuro do mesmo

modo ou de modo semelhante. Vê-se aqui expressamente afirmado o conceito da reversibilidade dos fatos históricos.

No capítulo 22 de sua grande obra, Tucídides traça o plano a que obedeceu e que alguns consideram como a primeira tentativa de tratamento científico da história. No final do plano encontra-se a famosa frase do historiador grego de que êle não escrevia um ensaio para ser lido no momento, mas uma obra de efeito sólido e duradouro. Não se pode dizer, contudo, que êle já seja um historiador científico. Apesar de sua obra de gênio ser universal e de todos os tempos, traz na sua elaboração as marcas do lugar e do tempo.

Tucídides foi o primeiro a ressaltar a estratégia da guerra como um fenômeno da história e a valorizar os aspectos sociais e econômicos. E é, sem dúvida, o exemplo mais típico da história pragmática, que centraliza sua atenção sobre os motivos, os pensamentos e os fins dos acontecimentos, pretendendo tirar do conhecimento do passado ensinamentos práticos para ocasiões políticas semelhantes.

A fase da história pragmática ou didática ocupa a maior parte da história da história e estende-se até meados do século XIX. Começa, como dissemos, com Tucídides, relembra Políbio e os maiores historiadores romanos, como Tito Lívio e Tácito. Para todos êles o caráter pragmático da história é decisivo. Ela devia ensinar e edificar e não apenas contar ou narrar a verdade.

Tito Lívio (59 A. C. — 17 A. D.) foi o historiador nacional de Roma, o único que, com sucesso, escreveu a longa e intrincada história da guerra e da política romanas, desde a formação da cidade até o estabelecimento do Império. Sua obra é até hoje considerada um monumento.

Mas o maior dos historiadores romanos é Tácito (55-117), comparável a Tucídides na historiografia grega. E pode-se dizer, com Shotwell (6), que Tito Lívio é para

(6) James T. Shotwell, *The history of history*, New York, Columbia University Press, 1939, 1.º vol., 301.

Tácito o que Heródoto é para Tucídides. Seu estilo é o resultado da maturidade do espírito romano e o seu apêlo, como o de Tucídides, dirige-se à inteligência do leitor. Como seus predecessores, Tácito desejava pesquisar a verdade que fôsse útil ao mundo. Seu método de exposição é puramente o do orador; não omite a oportunidade de ressaltar os acontecimentos, de filiar as causas, de interpretar os movimentos e de utilizar-se do discurso. Os *Anais* registram a história dos imperadores da Casa Juliana, desde Tibério até Nero. Pelo poder de análise e plano literário, Tácito é o símbolo do amadurecimento romano. Mas é preciso lê-lo com infinito cuidado, devido à sua parcialidade (7).

E' fácil observar que todos êsses grandes historiadores da Antiguidade estavam sempre interessados no que aconteceu em razão do que estava acontecendo. A história, então, é sempre história da atualidade. Por isso é de surpreender que escritores modernos digam que a Antiguidade clássica parece ter guardado o segredo de descrever os fatos como se êles se tivessem passado sob os nossos olhos, com as personagens movendo-se, falando e vivendo ao nosso lado. Esta arte de descrever, que alguns consideram qualidades essencial do historiador clássico, resultava apenas de que, em geral, êle escrevia os fatos que se haviam passado ou que se passavam sob os seus olhos. Se a história atualmente é a descrição do passado, ela nasceu como narração do presente. Ao invés de esperar a morte do acontecimento para descrevê-lo e analisá-lo, a história clássica descrevia os acontecimentos que nasciam e se desenrolavam à sua vista.

Com a vitória do cristianismo, a história continua pragmática. Apenas um novo elemento se juntava à concepção da idéia histórica. Depois das tentativas de Santo Eusébio (ca. 260-340), ao escrever a *História Eclesiástica*, segundo o plano idealizado por Santo Agostinho (354-430) na

(7) Sôbre a parcialidade de Tácito, vide M. L. W. Laistner, *The greater Roman historians*, Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1947, 123.

Cidade de Deus, e da obra de Paulo Orósio, inicia-se a idéia da história universal. A universalização da história é uma idéia cristã. Mas a verdade é que durante toda essa fase de domínio incontestado e incontestável da Igreja a história não progride: limita-se apenas a preservar os antigos textos clássicos gregos e latinos.

A época medieval é uma fase de transmissão dos textos clássicos para a Renascença. Do século VII ao XIV, os escritores clássicos sobrevivem parcialmente porque formam a base necessária da educação monástica e parcialmente porque uns poucos homens excepcionais defendem a preservação das cópias clássicas. De fato, o entusiasmo pelos clássicos encontra sempre, então, uma reação zelosa que visa resguardá-los do conhecimento geral. Entre as sete artes dos estudos escolásticos não estava incluída a história.

Foi somente nos séculos IX e X que se teve maior cuidado com cópias mais exatas e seguras. O espírito de crítica que foi o fruto do Renascimento italiano vai estimular um novo interesse pelos clássicos e permitir um verdadeiro florescimento da erudição. Durante toda a Idade Média o clamor pela autenticidade dos documentos não dera nenhum resultado e o impulso para se chegar a uma certeza sobre a autenticidade ou não dos documentos proveio dos ataques feitos a inúmeras forjicações que tinham sido aceitas pela Igreja medieval.

Mas antes que o Renascimento despontasse, em plena Idade Média, o “maior cronista de todas as épocas e nações”, Fernão Lopes (1380-1460), no cargo de ordenar “estórias”, recontava os feitos dos Reis de Portugal, convencido de que a História era a clara certidão da verdade ⁽⁸⁾.

E’ no século XVI, com João de Barros (1496?-1570) e suas *Décadas da Ásia* (1552, 1553, 1563), que se atende

(8) V. Aubrey F. G. Bell, *Fernão Lopes*, trad. de A. A. Dória, Lisboa, 2.^a ed., 1943; P. E. Russell, *As fontes de Fernão Lopes*, trad. A. G. Rodrigues, Coimbra, s. d. Aubrey Bell adota o juízo de R. Southey, de que Fernão Lopes foi maior que Froissart e López de Ayala.

àquele primeiro apêlo e se concretiza a idéia cristã da universalização da história. Grande historiador não só pelo estilo e pujança da língua, mas pelo modêlo que seguiu, Tito Lívio, João de Barros revelou ao Ocidente o mundo desconhecido do Oriente, que seu povo pouco antes descobrira. Suas digressões sôbre o comércio, a geografia, as cidades e costumes orientais e sôbre a religião de Mafoma universalizam a história até então só ocidental e ligam o Ocidente ao Oriente. Esta a contribuição de João de Barros que, esquecida pela história da história, deve ser assinalada.

Outras manifestações dêsse novo espírito erudito são encontradas no século XVII, com a edição, em 1643, das *Acta Sanctorum*, feita pelo jesuíta Jean Bolland (1596-1665). A rejeição por Bolland da autenticidade dos documentos merovíngios que comprovavam a propriedade de mosteiros beneditinos promoveu a formação da paleografia. Jean Mabillon (1632-1707) foi o fundador da diplomática ou estudo da autenticidade dos diplomas, com o seu livro aparecido em 1681, *De re diplomatica libri VI*. J. J. Scaliger (1540-1609) um século antes, em 1583, havia fundado a cronologia em base científica e Jean Bodin escrevera, já em 1566, o primeiro tratado metodológico da história. A bibliografia histórica iniciava-se com a *Bibliotheca Hispana Vetus* e a *Bibliotheca Hispana Nova* de Nicolau Antônio (1617-84). As principais ciências auxiliares da história estavam assim fundadas no século XVII.

Duas grandes figuras desta época são G. W. Leibnitz (1646-1716), que influiu consideravelmente na história com suas idéias de continuidade e do processo genético na sociedade humana, e Giambattista Vico (1668-1744), que pela primeira vez impugna a teoria do conhecimento de Descartes, no qual a história não era um ramo do saber. Vico mostrou que o pensamento histórico era construtivo e crítico e desenvolveu princípios filosóficos implícitos no

seu trabalho histórico, censurando a estreiteza do credo filosófico dominante (9).

Na Época das Luzes e do racionalismo, a história continuava com seu caráter pragmatista e generalizador. A filosofia da história para Voltaire (1694-1778) nada mais é que a tentativa de extrair da história as verdades úteis. O homem era considerado com suas razões, suas paixões, seus vícios e suas virtudes como o mesmo, fundamentalmente, e a concepção jus-naturalista que então imperou, inculcando a fé na estabilidade da natureza humana, só podia originar um método histórico pragmático.

Montesquieu (1689-1755), nas suas *Considérations sur les causes de la grandeur des Romains et de leur décadence* (1734), requer da historiografia pragmática que responda às perguntas sobre as causas do suceder, ajuntando ao prático e moralizador a crítica racionalista e preparando, assim, caminho para a história científica. *De l'esprit des lois* (1748) é a principal obra política do século XVIII. Com ela inaugura-se uma nova época no pensamento político e histórico.

E' nessa fase que devemos também a Edward Gibbon (1737-94), o maior historiador de fala inglesa e um dos maiores do século XVIII, a idéia de continuidade da história. E' verdade que o próprio conceito de evolução durante essa fase se distingue nitidamente do que vai, mais tarde, ser exposto pelos grandes filósofos alemães, que fundamentam o conceito moderno da história. Mas tôdas essas contribuições iam tornar possível uma idéia mais positiva da história.

Dois importantes subsídios à noção da história datam dessa época. O primeiro é a secularização da história e o segundo é o conceito de progresso ou de evolução, que abre caminhos novos para a interpretação histórica, acentuando o desenvolvimento da arte, dos costumes e da ciência. Essas duas idéias derivam do pensamento de Voltaire,

(9) R. G. Collingwood, *The idea of history*, Oxford, At the Clarendon Press, 1946, 64 e 71.

que liquidou a historiografia teológica de Bossuet ⁽¹⁰⁾. A opinião corrente de que o século XVIII é um século especificamente a-histórico não é uma concepção historicamente fundada ou fundamentável; é mais um lema levantado pelo Romantismo em sua luta contra a Filosofia das Luzes ⁽¹¹⁾.

Para Cassirer, se chamarmos a Kant de Copérnico da filosofia, bem se pode chamar a J. G. Herder (1744-1803) o Copérnico da História. Herder substitui a historiografia pragmática de sua época por uma nova história que já não era “uma simples coleção de sucessos, mas um drama interior da humanidade”. Era preciso ver no homem não a soma dos seus atos, mas a dinâmica do seu sentir. Era preciso ver não sua fachada, mas seu íntimo ⁽¹²⁾. Herder, para Cassirer, é o marco que separa duas épocas; com seus livros *Auch eine Philosophie der Geschichte zur Bildung der Menschheit* (1774) e *Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit* (1784-91) começam o historicismo e o relativismo históricos ⁽¹³⁾.

Ampliando e refinando o campo da história, os racionalistas obtiveram enorme sucesso popular. O grande interesse pela literatura histórica no século XVIII explica-se talvez pelo fato de que ela não só era considerada como um ramo da literatura como porque, para os pensadores da época, continuava sendo a grande mestra da vida. Chegou-se a dizer que a história era a filosofia ensinada por exemplos. Ao elevar-se a historiografia pragmática ao ponto de vista histórico universal do século XVIII, converte-se a história numa potência, pois é ela

(10) Wilhelm Dilthey, *El mundo historico*, México, Fondo de Cultura Económica, 1944, 368.

(11) Ernst Cassirer, *La filosofia de la Ilustracion*, México, Fondo de Cultura Económica, 943, 191. Mostra Cassirer que o primeiro passo para se converter a história num modelo metódico consistiria em emancipá-la da tutela da teologia. (194).

(12) Ernst Cassirer, *El problema del conocimiento*, México e Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1948, 315.

(13) Ernst Cassirer, *El problema del conocimiento*, 312-318, e Friedrich Meinecke, *El historicismo y su génesis*, México, Fondo de Cultura Económica, 1943, 305-378.

que, dando consciência à idéia da solidariedade, de progresso e de cultura, a transforma numa força que atua em toda parte e penetra no mundo culto. Ela se faz popular para produzir este efeito e converte-se numa obra de arte ⁽¹⁴⁾.

Sob o estímulo do pensamento desses precursores, inicia-se, na Alemanha, no século XIX, um grande movimento de estudos históricos. A nova história que ali começa a ser escrita já não se contenta mais com a simples erudição. Procura salientar a significação, a continuidade dos acontecimentos, observar e entender o desenvolvimento da história. Vai-se inaugurar a fase da história científica.

c) *História genética ou científica*

O início do século XIX é a grande época em que a história conquista seu lugar junto às ciências naturais. O cenário é a Alemanha, onde se conservavam, a partir da Reforma, como lembra Dilthey, as forças do passado europeu, a cultura grega, a jurisprudência romana, o cristianismo primitivo ⁽¹⁵⁾.

O mais forte espírito crítico e a mais viva e inteligente consciência histórica crescem nesse solo. E é por tudo isso que nasce nêle a *Monumenta Germaniae Historica*, a mais autorizada coleção de fontes documentais. Dois grandes historiadores dominam esta fase. O primeiro é B. G. Niebuhr (1776-831) e o segundo Leopoldo Ranke (1795-1885). A ambos deve a ciência histórica uma contribuição de importância decisiva. Pode-se dizer que é então, com o apuro do exame crítico das fontes e a grande e minuciosa colheita de documentos, que a história se torna, definitivamente, no campo de seu método de trabalho e de investigação, uma ciência de indiscutível aceitação.

(14) Wilhelm Dilthey, *El mundo histórico*, México, Fondo de Cultura Económica, 1944, 405.

(15) Wilhelm Dilthey, *El mundo histórico*, 116.

Niebuhr foi o primeiro, acentua Cassirer, a perceber a diferença fundamental que distingue as fontes do saber histórico e a observar que é necessário ter-se sempre em vista tal diferença, se se quiser chegar a uma compreensão realmente segura do suceder histórico. Precisamente por *compreender* bem o que era o mito podia distingui-lo clara e seguramente da realidade histórica. O novo ideal de conhecimento histórico é bem caracterizado por Niebuhr, ao comparar o historiador a uma pessoa encerrada num quarto escuro e cujos olhos vão pouco a pouco se acostumando à obscuridade, até poder distinguir nela os objetos que não via e que reputava invisíveis. O trabalho do historiador é, assim, um trabalho subterrâneo (16).

A figura dominante e mais alta personalidade do movimento alemão de renascimento dos estudos históricos é Ranke, cuja compreensão do mundo histórico o torna o maior historiador do mundo moderno, tão clássico quanto Tucídides. Ranke afirmou, na Europa, a supremacia da erudição alemã e jamais alguém se aproximou tanto quanto êle do verdadeiro historiador. Os serviços que prestou à história podem ser assim resumidos: Dissociou o estudo do passado das paixões do presente e pretendeu narrar a história como na realidade foi. Estabeleceu a necessidade de basear-se a construção histórica em fontes estritamente contemporâneas. Fundou a ciência da prova, mediante a análise das autoridades contemporâneas (17). Lançou os fundamentos da crítica histórica no seu primeiro livro, a *História dos Povos Românicos e Teutônicos* (1824), que lhe deu reputação internacional.

No apêndice que acompanhou essa obra, sob o título "Para a crítica dos mais novos historiadores" (18),

(16) Ernst Cassirer, *El problema del conocimiento*, 327-328.

(17) G. P. Gooch, *Historia e historiadores en el siglo XIX*, México, Fondo de Cultura Económica, 1942, 108-109.

(18) O estudo de Ranke intitulado "Para a crítica dos mais novos historiadores", publicado pela primeira vez como apêndice à *História dos Povos Românicos e Teutônicos* (1824), saiu também em separado, *Zus Kritik neuerer Geschichtsschreiber*, Leipzig e Berlim, 1824, e foi reimpresso em suas Obras Completas, *Sämmtliche Werke*, 2.^a ed., 1874, XXXIII-XXXIV.

Ranke não só discutia com comprovada erudição as fontes históricas como estabelecia princípios críticos sobre o valor adequado do exame e interpretação das fontes. Todos os estudos modernos sobre o valor das fontes contemporâneas têm como fundamento esse apêndice crítico.

Com isso Ranke também provava a inutilidade das histórias gerais como fontes principais e a necessidade do historiador usar arquivos e documentos. Esse pequeno apêndice representou um passo decisivo na evolução da idéia de história. Ele tornou o método, a pesquisa e a investigação das fontes um processo científico. Pelo menos, a história já podia dizer com certo orgulho que na investigação e valorização dos documentos os seus processos críticos eram de tal modo apurados que ela podia se afirmar como uma ciência.

Foi graças a este método que Ranke pôde ser o historiador da Reforma e dos Papas. O que lhe dá autoridade incondicional é o fato dele não se limitar a formular um programa, mas executá-lo. Cassirer considera-o como uma das maiores figuras de todas as manifestações do espírito e não só da historiografia (19).

Os historiadores dos inícios do século XIX com o método filológico da crítica das fontes e a ampla utilização das disciplinas auxiliares sabiam como fazer seu trabalho, segundo seus próprios meios, e não corriam mais o risco de pretender assimilar o método histórico ao natural. As seduções e imposições vindas pouco depois de Augusto Comte e do evolucionismo encontrariam a indiferença dos historiadores competentes, de posse de um método seguro e apurado. Da Alemanha, o método espalhou-se pela França, Inglaterra e Bélgica, como veremos a seguir. Ranke e Niebuhr enriqueceram a consciência histórica, elevando-a a uma etapa mais alta do que as conhecidas até então.

A influência do positivismo de Comte rompia toda a evolução do pensamento histórico, reduzido à descoberta

(19) Ernst Cassirer, *El problema del conocimiento*, México e Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1948, 333-334, 337, 338.

e colheita dos fatos, sôbre os quais o sociólogo, como um super-historiador, cientificamente estabelecia as relações de causa e efeito e formulava as leis gerais do desenvolvimento humano. O mundo histórico era esquematizado com idéias gerais empiricamente fundamentadas e só causal e geneticamente podia ser compreendido. Uma das leis fundamentais é a dos três estados.

Na Inglaterra, H. Thomas Buckle (1821-1862), e na França Hippolyte A. Taine (1828-1892), foram os grandes entusiastas e aplicadores da doutrina positivista ao mundo da história. Taine, cuja significação e importância sobrepassam a de Buckle, foi o ídolo da França radical e do materialismo, e um dos três grandes historiadores franceses, com Renan e Fustel de Coulanges, a partir de 1850 ⁽²⁰⁾. Suas principais idéias se encontram na introdução à *Histoire de la Littérature Anglaise* (1863), onde a história é considerada similar não à geometria, mas à fisiologia e geologia. Agrupa as ciências exatas em torno da matemática e as inexatas em torno da história, ambas operando sôbre quantidades mensuráveis ou imensuráveis. Procura as leis históricas, a conexão geral dos grandes acontecimentos, a causa das conexões, em resumo, as condições da transformação e do desenvolvimento humano. A história deve reduzir-se a uma série de definições que se desenvolvem, a um problema de mecânica, isto é, ao jôgo das três fôrças: a raça, o meio e o momento. A obra histórica que construiu mostrou como êle violentou, com suas idéias teóricas preconcebidas, a própria história. Sua filosofia foi repudiada e sua erudição criticada.

Nessa mesma época, outro historiador francês, Fustel de Coulanges (1830-1889), especialmente com *La Cité Antique* (1864), mostrava seu horror à filosofia e às generalizações, e estabelecia um princípio a que ficaram fiéis os historiadores franceses durante muito tempo: “O melhor historiador é aquêle que se prende aos textos, que

(20) Louis Halphen, *L'Histoire en France depuis cent ans*, Paris, 1914, 96.

os interpreta com a maior justeza, que não pensa senão de acôrdo com êles” (21).

O dever do historiador era, assim, estabelecer os fatos e ordená-los de modo efetivo. Os homens que se formaram depois de 1870 curvaram-se sôbre os documentos diplomáticos para pesquisar as razões da derrota e muitos ainda o fizeram depois de 1940. Henri Berr e Lucien Febvre insurgiram-se contra essa história-historizante, que se basta a si mesma e que pretende ser suficiente para a compreensão histórica.

Na Alemanha, a consciência e a pesquisa históricas encontraram em Theodor Mommsen (1817-1903) uma das maravilhas da erudição ocidental. Mommsen é o próprio gênero histórico e, com Ranke e Burckhardt, forma a mais completa trinca de historiadores do século XIX. Roma, antes de Mommsen, era como a Europa moderna antes de Ranke, disse Gooch (22).

A *História de Roma* (3 vols. 1854-1856), o *Corpus Inscriptionum Latinarum* (15 vols., como organizador geral), e o *Direito público romano* (1871-75), tornaram famoso Mommsen. Ao contrário de Ranke, êle não conhecia a quietude contemplativa; procurava captar os acontecimentos revivendo-os, pensando nêles, submergindo-se nêles (23). Senhor de vários campos de estudos, numismática, epigrafia, arqueologia, história, direito e filologia romana, Mommsen conquistou fama não só como mestre da narração, mas como intérprete das instituições e editor de inscrições e textos (24). Durante sessenta anos publicou milhares de páginas (25), que se distinguem pela originalidade da contribuição, na qual não se nota, segundo observou Gooch,

(21) *Histoire des institutions politiques de l'ancienne France*, 1888, 33, cit. por Louis Halphen, *ob. cit.*, 107.

(22) *Historia e historiadores en el siglo XIX*, México, Fondo de Cultura Económica, 1942, 464.

(23) E. Cassirer, *El problema del conocimiento*, México, Fondo de Cultura, 1948, 371.

(24) G. P. Gooch, *ob. cit.*, 464.

(25) Cêrca de 1510 títulos, dos quais 1000 independentes, tudo a mão, havendo quem calculasse que seriam necessários 400 anos de vida para copiar a mão o que Mommsen editou.

nem falta de maturidade nas primeiras, nem decadência nas últimas. Mommsen reafirmou a superioridade do gênio e da erudição histórica germânicas.

Jacob Burckhardt (1818-1897) está hoje mais vivo que nunca pela força de suas idéias e pela compreensão da arte e do pensamento na história. Não professava as idéias de Ranke sobre o poder e considerava a cultura uma das forças da história universal. Sua grande obra, *A Cultura do Renascimento na Itália* (1860), o mais penetrante e sutil tratado de história da civilização que existe na literatura, segundo Lord Acton, ocupou imediatamente um lugar entre as grandes obras históricas clássicas. Seu grande equívoco foi o de crer na reversibilidade e procurar, na história, o típico e constante. Talvez a nenhum historiador do século XIX, diz Cassirer ⁽²⁶⁾, se aplique mais que a Burckhardt a frase de Mommsen, de que o historiador tem mais de artista do que de erudito. Burckhardt quis, ao estudar a época de Constantino, o Grande (1853), adquirir uma medida para o julgamento dos fatos de sua época. Aquilo que havia acontecido nos séculos 3.º e 4.º, quando o mundo antigo se desmoronou, podia acontecer de novo. Burckhardt evadiu-se para a Itália, numa solidão estoíco-epicurista, para melhor perceber e contar, em sua obra *Época de Constantino*, os perigos que ameaçavam o mundo do século XIX ⁽²⁷⁾.

A historiografia norte-americana aparece realmente na cena da grande historiografia universal com uma contribuição nova e original na obra de F. J. Turner (1861-1932). Até então, H. B. Adams, introduzindo os métodos de seminário e a metodologia germânica, promovera a iniciação científica da historiografia americana. Coube a Turner fazer a declaração de independência da historiografia americana, com seu ensaio *The significance of the frontier in American history* (1893). Demasiada atenção,

(26) E. Cassirer, *ob. cit.*, 391.

(27) José Honório Rodrigues, "Burckhardt", *Diário de Notícias*, 29 de março de 1953.

escrevia êle, “tem sido dada às origens germânicas e muito pouca aos fatores americanos. Cada fronteira sucessiva deixou sua influência característica. O avanço da fronteira significou um constante movimento de isolamento da influência da Europa, um invariável crescimento da independência em linhas americanas. E estudar êste avanço... é estudar a parte realmente americana de nossa história.” Seus estudos demonstraram que o verdadeiro ponto de vista para compreender a história norte-americana era o movimento da fronteira para o ocidente; que tudo que era caracteristicamente norte-americano deriva completamente de uma psicologia da fronteira e das peculiaridades das instituições desta, que são produtos das condições ambientes. O importante é que o centro de interesse se deslocava da política federal para a história dos Estados e das localidades menores; das origens européias para o ambiente e a experiência norte-americanas ⁽²⁸⁾.

Poucos historiadores no comêço do século XX terão influenciado o estudo da história como Henri Pirenne (1869-1935), considerado como um dos maiores mestres que a historiografia possuiu. Pirenne foi o maior historiador de língua francesa e o mais completo pelo exercício continuado de tôdas as atividades eruditas. Editou a *Bibliografia da História da Bélgica* (1895) e, preocupado com as vidas das cidades na Idade Média, escreveu *Les Anciennes Democraties des Pays Bas* (1910) e *Les Villes du Moyen Age* (1927). Pirenne foi dos primeiros a investigar, na prática do trabalho histórico, a influência do fator econômico, do comércio e da indústria. Deu-nos a representação esquemática do feudalismo ao capitalismo e recuou a fase inicial do capitalismo para o século XII (*The stage of social history of capitalism*, 1924). Espírito extraordinariamente aberto e amplo, que se dirigia para o real e o concreto, pouco dado à especulação filosófica, Pirenne tornou-se o mais claro e mais vigoroso dos intérpretes históricos econômicos, sem cair no unilateralis-

(28) H. Hale Bellot, *American History and American Historians*, Londres, Athlone Press, 1952, 22-23.

mo e no esquematismo do materialismo histórico. Esse realismo não o impediu de chegar ao historicismo relativista, ao afirmar que “il y a en somme plusieurs verités pour une même chose”. Todo seu pensamento era histórico, mas o essencial foi seu grande talento para a composição, dando-nos um quadro vivo e colorido, vigoroso e convincente, como só nos poderia transmitir uma pintura bem realizada, na sua *Histoire de la Belgique* (1894-1932). Não existe, provavelmente, nenhum país que tenha recebido das mãos de um só homem uma tão completa representação de sua história. Pode-se dizer, sem exagero, que a Bélgica, sem a História escrita por Pirenne, seria hoje, do ponto de vista político e nacional, menos do que é ⁽²⁹⁾.

Friedrich Meinecke (1862-1954) foi um dos maiores historiadores alemães na longa série dos pesquisadores históricos germânicos. Contribuiu decisivamente para o desenvolvimento da história das idéias na Alemanha. Sua visão filosófica logo o colocou entre os primeiros historiadores europeus. Seus grandes livros são: *Das Zeitalter der Deutschen Erhebung, 1795-1815* (1906), *Weltbuergertum und Nationalstaat* (1908), *Vom Stein zu Bismarck* (1908), *Preussen und Deutschland im 19. und 20. Jarhundert* (1919), *Die Idee der Staatsräson in der neuerem Geschichte* (1924, trad. italiana, 2 vols. 1942), *Die Entstehung des Historismus* (2 vols., 1936, trad. esp., 1946), *Die Deutsche Katastrophe*, (1946, trad. ingl., 1950). Meinecke, ao assumir a direção da *Historische Zeitschrift* em 1896, a mais importante revista histórica alemã, e mais tarde (1914) a cadeira de Ranke, na Universidade de Berlim, adquiriria, com seus trabalhos e seu seminário, cuja reputação ultrapassaria a Alemanha, a liderança dos historiadores alemães, da linha que vinha desde Ranke e se tornara universalmente respeitada e admirada. Sua *Weltbuergertum und Nationalstaat* abria nova visão da história germânica, com a combinação entre a história po-

(29) José Honório Rodrigues, “Henri Pirenne”, *O Jornal* (Rio de Janeiro), 24 de julho de 1952.

lítica e intelectual. Nela revela Meinecke sua mais profunda preocupação a respeito do conflito entre o poder e as idéias na história. Sua *Idee der Staatsräson* é uma história magistral da antinomia entre a ética política e privada ⁽³⁰⁾. Sua maior contribuição é *Die Entstehung des Historismus* (1936), na qual descreve a origem do historicismo desde os precursores até Goethe. De formação prussiana estritamente conservadora, louvou na sua juventude a evolução germânica do cosmopolitismo de Kant e Goethe à Nação-Estado de Ranke e Bismarck. Mais tarde começou a se interrogar até onde Ranke não deturpara a historiografia alemã e o desenvolvimento intelectual alemão com sua glorificação do Estado. Num estudo comparativo entre Ranke e Burckhardt, o primeiro vendo no Estado a mais alta manifestação de civilização, e o segundo colocando esta acima do Estado, Meinecke considera indispensável unir em síntese os dois espíritos e revalorizar a obra de Burckhardt na historiografia alemã. Meinecke foi um dos mais altos pensadores históricos e sua contribuição uma das mais importantes para a história das idéias no mundo ocidental.

Benedetto Croce (1866-1952), historiador e filósofo da história, foi uma das figuras mais controvertidas do pensamento histórico deste século. Como historiador prático, sua obra teve interêsse local ⁽³¹⁾ e pouco depois projetou-se, num campo mais amplo, como estudioso da cultura italiana do renascimento aos tempos modernos, da Itália de 1871 a 1915 e da história da Europa no século XIX ⁽³²⁾. Suas críticas ao marxismo e ao hegelianismo revelaram a fôrça de seu pensamento filosófico. Suas idéias sobre Lógica e Estética deram-lhe renome universal, sendo mesmo o mais universal dos italianos. Para o his-

(30) V. José Honório Rodrigues, "A Razão de Estado", *O Jornal* (Rio de Janeiro), 1-3-1952.

(31) *La rivoluzione napoletana del 1790*, Bari, 1912; *I teatri di Napoli dal Rinascimento alla fine del secolo decimottavo*, Bari, 1916; *Storie e leggende napoletane*, Bari, 1918.

(32) *La Spagna nella vita italiana durante la Rinascenza*, Bari, 1914; *Storia d'Italia dal 1871 al 1915*, Bari, 1928; *Storia della Europa nel secolo decimonono*, Bari, 1932.

torizador interessa sobretudo o *Materialismo Storico e economia marxista* (Bari, 1900, trad. esp. 1942); *Ciò che è vivo e ciò che è morto della filosofia di Hegel* (Bari, 1907, trad. esp., 1943), e *La Filosofia di Giambattista Vico* (Bari, 1911), obras de crítica e de avaliação de três grandes pensadores da filosofia da história, especialmente a do último, que êle considerava um dos maiores pensadores da história da filosofia.

A concepção da História de Croce se desenvolve aos poucos, em alguns de seus mais importantes livros, como *Teoria e Storia della Storiografia* (Bari, 1917) e *La Storia come pensiero e come azione* (Bari, 1938), nas quais reivindica a autonomia da história e dissolve a filosofia na história. Tôda a história é história contemporânea, no sentido de que revive na própria consciência a atividade passada. O que constitui a história é o ato de compreender e entender, induzido pelas exigências da vida prática. As obras históricas de todos os tempos e de todos os povos nasceram destas exigências e das perplexidades que implicam. A ciência e a cultura histórica existem com o propósito de manter e desenvolver a vida ativa e civilizada da sociedade humana.

A teoria da história contemporânea apresenta duplo aspecto: o primeiro, restrito, consistindo na concepção da história como aquilo que se recria e se revive para fazer servir e quanto serve aos nossos interesses particulares; o outro, mais largo, no sentido de que a história do passado se ilumina com as luzes de nossa própria história. A história não consiste na descrição das personagens, dos acontecimentos, catástrofes, horrores do mundo, mas na indagação de quais foram as necessidades efetivas dos povos e de que modo as superaram. A história é, assim, obra do historiador, clara afirmação subjetivista. A história é o conhecimento do eterno presente. Para reviver o passado devemos aproximar-nos de nós mesmos; a história é a história do espírito; finalmente, a história é filosofia, que não é senão metodologia da história. ⁽³³⁾

(33) Sôbre o historicismo de Croce, vide o capítulo seguinte.

Na linha que vem de Ranke, passa por Mommsen e Burckhardt, colocam-se Max Weber (1864-1920) e Ernst Troeltsch (1865-1923), pelas profundas e frutíferas idéias com que impulsionaram a interpretação histórica. Weber, que foi o maior sociólogo do mundo moderno e historiador da economia e da cultura, pode servir de exemplo, justamente, dessa idéia de estudar a história concreta, próxima dos acontecimentos particulares de cada momento, cheio de reservas nas generalizações, porque nunca se esquece da multiplicidade dos fatores reais. A teoria da multiplicidade das conexões causais, da importância dos fatores ideais, as idéias sobre a periodização da história universal receberam de Weber e de Troeltsch as mais decisivas contribuições concretas. *Die Protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus* (1904-1905, trad. ingl., 1930), a *Wirtschaftsgeschichte* (Munich, 1923, trad. ingl., 1927 e esp., 1942), a *Wirtschaft und Gesellschaft* (1922, 2. ed., 2 vols., 1925), seus vários estudos históricos e sociológicos ⁽³⁴⁾ (*Gesammelte Aufsätze zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*, 1924) representam um corpo sistemático novo e original de interpretação histórica, que nenhum historiador pode desconhecer. Max Weber foi, na verdade, um dos alemães mais vigorosos e um dos sábios mais universais e mais severamente metódicos da nossa época ⁽³⁵⁾.

Ernst Troeltsch, com seu *Die Soziallehren der christlichen Kirchen und Gruppen* (1912, trad. ingl., 1931), suplementa e enriquece as pesquisas originais de Weber, reforçando a teoria da interação pluralística dos fatores que influem na história ⁽³⁶⁾. Seu *Der Historismus und seine Probleme* (1922) é um dos mais completos e ricos

(34) V. Max Weber, *Essays in sociology*, Londres, 1947. Nos capítulos sobre a causalidade, periodização e outros, encontram-se várias referências a Weber.

(35) José Honório Rodrigues, "Capitalismo e Protestantismo", *Notícia de Vária História*, Rio de Janeiro, 1951, 37.

(36) *Die Bedeutung des Protestantismus fuer die Entstehung der modernen Welt* (1911, trad. ingl. *Protestantism and Progress*, 1912) estuda as relações do protestantismo com o mundo moderno.

exames do historicismo e dos fundamentos lógicos da filosofia da história. Ele analisa as grandes correntes de idéias na história da história e especialmente o historicismo, que procura superar no seu *Der Historismus und seine Ueberwindung* (Berlim, 1924). Seu estudo sobre a periodização no *Historismus und seine Probleme* é o mais completo exame do problema, tão fundamental para uma verdadeira concepção histórica (37).

Não são só os pensadores da história e suas teorias que devem interessar à história da história. Osvaldo Spengler (1880-1936), com sua morfologia da cultura, originada da teoria de Danilevsky (38), e o determinismo ou fatalidade dos ciclos de civilização, representa uma naturalização do pensamento histórico. As inter-relações morfológicas, que consistem de similaridades de estrutura, são inteiramente naturalistas, pois a concepção da sucessão das fases dentro de uma cultura se assemelha à vida natural: nascimento, crescimento e morte. Spengler é uma figura de menor categoria no pensamento histórico (39).

Charles Seignobos (1854-1942) foi um dos historiadores franceses de maior reputação internacional e se sua obra hoje está em grande parte superada pela investigação moderna, coube-lhe escrever, juntamente com Charles V. Langlois o melhor sumário do método histórico, exercendo, deste modo, uma influência didática decisiva na moderna formação dos historiadores.

Alguns trabalhos de Sir William Ashley (1860-1927) representam o resultado de pesquisa original, mas grande parte de sua obra se baseia em fontes reconhecidamente secundárias ou é apenas a síntese de trabalhos de outros autores. Ele nunca completou sua importante *Introduction to English economic history and theory* (1892); sua significação na história vem não da originalidade do que escreveu, mas da originalidade do campo a que se dedicou

(37) No capítulo sobre a periodização resumimos suas idéias.

(38) V. H. Stuart Hughes, *Oswald Spengler, A critical estimate*, New York, Scribner, 1952. Vide capítulo sobre a periodização.

(39) V. Collingwood, *The idea of history, ob. cit.*, 181-183, e Stuart Hughes, *ob. cit.*, 152.

e do método que empregou. Ele foi o mais persistente advogado do estudo da história econômica e, por três vezes, criou, em Toronto, Harvard e Birmingham, o departamento de história econômica, encarregando-se da primeira cadeira de história econômica no mundo (40).

Alfons Dopsch (1868-1953) começou seu trabalho histórico colaborando na *Monumenta Germaniae Historica* e mais tarde desenvolveu-o no campo social, econômico e constitucional da Áustria Medieval. Seu seminário *Wirtschaft und Kulturgeschichte* tornou-se famoso e nenhum trabalho austríaco rivaliza, nos anos de entreguerra, com *Die wirtschaftlichen und sozialen Grundlagen der europäischen Kulturentwicklung aus der Zeit von Cäsar bis auf Karl den Grossen* (2 vols., 1918-20). Sua obra anterior sobre o desenvolvimento econômico da época carolíngia especialmente na Alemanha (*Die Wirtschaftsentwicklung der Karolingerzeit vornehmlich in Deutschland*, 2 vols., 1912-1913) reconstruiu os fatores da civilização medieval. Sustentou, ainda, a teoria da continuidade dos tempos antigos e da Idade Média e rejeitou a tese de Karl Bücher da sucessão de distintos tipos econômicos na história. Os Germânicos assimilaram a herança romana sem nenhuma quebra cultural. Suas interpretações provocaram amplas críticas, mas a obra de Dopsch é ainda de valor permanente.

A significação da obra de Johan Huizinga (1872-1945) é tão grande que ele domina uma época da historiografia como uma de suas figuras centrais. Se não é o maior, o mais perfeito, o mais completo, é, certamente, o mais original, nos métodos, no pensamento, nos caminhos escolhidos. A história das idéias e da cultura tem especialmente em Huizinga e Bernard Groethuysen as mais autênticas expressões de seu cultivo, pelo arejamento incomum, pela iniciativa, vigor e efeitos duradouros. É o encanto de sua obra, o forte sentimento histórico, o

(40) V. Janet L. Mac Donald, "Sir William Ashley (1860-1927)", in Bernadotte E. Schmitt (ed.), *Some historians of modern Europe*, Chicago, 1942, 20-42.

gosto literário, aquela capacidade de pôr-nos em contacto com as próprias coisas, dando-lhes vida, que o tornam um dos maiores historiadores dêste meio século.

Huizinga teve sua obra traduzida nas principais línguas e o reconhecimento universal da sua apurada contribuição à História. São quatro as obras traduzidas em espanhol e mais conhecidas do público brasileiro: *Entre las sombras de la mañana* (Madrid, 1936); *Homo ludens* (México, 1943); *El otoño de la Edad Media* (Madrid, 1946) e *Sobre el estado actual de la ciencia histórica* (Madrid, 1934). O *Concepto de la Historia* (México, 1946) é uma coletânea de ensaios, extraídos de livros e revistas, tal como *Im Bann der Geschichte* (Basiléia, 1943). Suas *Obras Completas* estão sendo agora editadas na Holanda.

O *Outono da Idade Média* considerado justamente como sua obra-prima, pela renovação dos métodos e conceitos, apareceu em 1919, depois de doze anos de trabalho e meditação, e provocou, em tôda a Europa, uma acolhida extraordinária. Poucos livros terão modificado tão estruturalmente o nosso conhecimento da Idade Média como êste.

Na sua autobiografia (41), escreve Huizinga: “Se devo me atribuir um merecimento para explicar o sucesso do meu trabalho, eu o chamarei o resultado de uma busca feliz e de alguma observação. Recebi, para usar a expressão do nosso velho Windersheimer, apenas uma pequena centelha, que de vez em quando quis arder.”

A centelha se apagou na noite de 1.º de fevereiro de 1945 e, realmente, quem ainda não o conhece não possui uma das melhores fontes de enriquecimento intelectual (42).

Ritter von Srbik (1872-1951), o maior dos historiadores austríacos no campo da história moderna, produziu

(41) *Mein Weg zur Geschichte*, Basiléia, 1947; editado também em holandês, *Mijn weg tot de historie*, 1947.

(42) V. José Honório Rodrigues, “Huizinga”, *O Jornal* (Rio de Janeiro), 3 de abril de 1952.

dois grandes trabalhos que nenhum estudioso da Europa do século XIX pode negligenciar. Escreveu a mais completa biografia de Metternich (2 vols., 1925) e a *Deutsche Einheit* (4 vols., 1935-1942), que traça a história da rivalidade austro-prussiana (43). Srbik formou-se no Instituto de Pesquisa Histórica da Áustria e seu primeiro trabalho, *Wallenstein Ende* (1920), foi uma obra-prima de metodologia histórica. Srbik legou ao mundo, ao falecer, em 1925, uma das obras mais importantes do pós-guerra. Seu livro *Espírito e História do Humanismo* (*Geist und Geschichte vom Deutschen Humanismus*, Munich, 1950-51, 2 vols.) foi acolhido na Europa e nos Estados Unidos como a mais limpa e autêntica expressão do humanismo europeu.

Srbik era uma das mais renomadas figuras intelectuais da Áustria e conhecido e considerado expositor no campo da ciência histórica. No último trabalho citado conta a história da historiografia alemã desde a Idade Média e do Humanismo até o fim do III Reich. Mas ao mesmo tempo que conta o suceder da historiografia alemã, seus guias e principais obras, em consonância com os grandes períodos vitais do pensamento germânico e europeu, estende-se sobre as questões fundamentais da vida européia, constituindo uma história do espírito do mundo ocidental (44).

Nesse ligeiro sumário destacaram-se, apenas, aqueles que, mortos, revelaram durante sua vida importantes idéias no esclarecimento da história, quer pela sugestão teórica, quer pelas contribuições concretas. Muitos outros faltam, mesmo entre os nomes recentes, como Sir Charles Firth (1857-1936), como D. Rafael de Altamira y Crevea (1866-1952), Henri Hauser (1867-1946), Philippe Sagnac (1868-1954), A. F. Pollard (1869-1948), Louis Halphen (1881-

(43) Cf. G. P. Gooch, *History and historians in the nineteenth century*, ob. cit., XIV-XV.

(44) V. José Honório Rodrigues, "A historiografia alemã", *O Jornal* (Rio de Janeiro), 12 de abril de 1953, e "A História e Srbik", *Diário de Notícias* (Rio de Janeiro), 26 de abril de 1953.

1951), John H. Clapham (1873-1946), Harold Temberley (1879-1939), Eileen Power (1889-1940), Carl Beker (1899-1945), cujos trabalhos eruditos ou de divulgação contribuíram para a história concreta, mas cuja exata avaliação e julgamento exige maior espera. Outros como G. M. Trevelyan, G. N. Clark, F. M. Powicke, R. H. Tawney, L. B. Namier, Arnold Toynbee (45), G. P. Gooch, Winston Churchill, Charles Webster, George Barraclough, Lucien Febvre, Pierre Renouvin, Ludwig Dehio, Gerhard Ritter, Arnaldo Momigliano, os dois Potemkine (F. e V.), A. Sidorov, F. Vercauteren e muitos outros ainda estão contribuindo com novos estudos.

(45) Vide José Honório Rodrigues, "Toynbee e a Filosofia da História na Inglaterra", *O Jornal* (Rio de Janeiro), 6 e 13 de abril de 1947, e "Uma conversa com Toynbee", *O Jornal*, 7 de fevereiro de 1952.

CAPÍTULO 3.

FILOSOFIA E HISTÓRIA. O CONHECIMENTO HISTÓRICO.

I. *História e ciência*

Foi somente nos meados do século XIX que a história atingiu não apenas um grande desenvolvimento mas aperfeiçoou seus métodos e definiu seus problemas e interesses, começando alguns pensadores, filósofos e lógicos a estudar os aspectos teóricos do conhecimento histórico.

Seguia-se, até aí, a opinião sustentada por Descartes e mais tarde apoiada por Kant, de que só poderia ser considerado científico o saber rigorosamente demonstrável. No *Discurso do Método*, escrito em 1637, lançou Descartes os fundamentos do naturalismo que, por três séculos, iria dominar o pensamento europeu. Aí explicava porque as matemáticas, cheias de certeza e evidência, tanto agradavam, enquanto a história, as línguas, a eloquência e a poesia, embora estimadas, pertenciam a plano inferior ⁽¹⁾. O conhecimento científico deve ser certo e evidente e não dar lugar a opiniões prováveis. “Se o nosso raciocínio é justo”, dizia, “das ciências já conhecidas as únicas às quais nos conduz a observação

(1) René Descartes, *Discours de la méthode*, edição da Bibliothèque de la Pléiade, *Oeuvres et lettres*, Paris, 1937, 95-96.

destas regras para a direção do espírito são a aritmética e a geometria” (2).

De acôrdo com êsse critério, todo saber que não pudesse passar pelo crivo da demonstração matemática e ser reduzido a axiomas evidentes devia ser pôsto de lado. O histórico ficava, portanto, excluído do ideal científico cartesiano.

O naturalismo, como se convencionou chamar a essa filosofia, foi provocado pelo grande desenvolvimento das ciências naturais.

Êle é o fundamento de um sistema de expressão possivelmente matemático, de leis de relação quantitativa, por meio das quais se atinge a libertação do acaso, das impressões visuais, o domínio sôbre o que se repete. Constitui a maravilhosa base de tôdas as técnicas que o homem já conheceu e a êle devem-se os magníficos progressos da matemática, da astronomia, da física, da química (3). Mas nada disso é realmente algo de novo e a própria aplicação dessas idéias à manufatura e à indústria modernas não deixou de estar implícita na física do século 17, que desabrochou na filosofia naturalista de Descartes (4).

Do mesmo modo, quando Kant vai construir o seu sistema filosófico é sôbre as ciências naturais que medita e se apóia. Quando êle explica os rudimentos metafísicos das ciências naturais, chegara-se ao esplendor do naturalismo. Para êle só existe ciência quando, das observações que constituem o objeto do estudo, se podem extrair leis de caráter universal, não afetadas pelas circunstâncias de lugar e tempo, e passíveis de verificação tôdas as vêzes que se repete o fenômeno. Repisando o pensamento car-

(2) René Descartes, *Règles pour la direction de l'esprit*, *ibid.*, 7-8. Na *Recherche de la vérité par la lumière naturelle* (*ibid.*, 672-673), Descartes mostra o mesmo desprezo pela história, a geografia e as línguas.

(3) Ernst Troeltsch, *Der Historismus and seine Probleme*, Tübingen, Mohr, 1922, 104.

(4) R. G. Collingwood, *The idea of history*, Oxford, At the Clarendon Press, 1946, 203-209.

tesiano, êle diria não ser possível caráter científico numa disciplina a não ser que nela entrasse a matemática (5).

Não havia, assim, possibilidade de a história ser considerada uma disciplina científica. O desinterêsse de Kant pela história explica-se por circunstâncias pessoais e pelo grande desenvolvimento das ciências naturais na sua época. Já houve quem dissesse que o filósofo de Conisberga não conhecia nem o alfabeto nem a tábua de multiplicar de tôda a teoria da história (6). A isso redargüiram os kantianos e neo-kantianos que Hegel desconhecia inteiramente os fundamentos das ciências naturais.

Sob o poderoso influxo do pensamento de que apenas a lei universal caracterizava a ciência, os homens dedicados à investigação da natureza pareciam ofendidos quando alguém lhes dizia não serem êles os únicos a trabalhar cientificamente, e muitos historiadores prosseguiram no afã de transpor para as ciências culturais ou históricas os conceitos das ciências físicas. (7).

Desde a Época das Luzes, em que ainda predomina o pensamento naturalista, registam-se tentativas de aplicar os princípios metodológicos das ciências naturais à investigação dos sucessos históricos. A física e a matemática mostrariam como se deve trabalhar no campo da história. O suceder histórico estaria determinado por leis naturais, do mesmo modo que o movimento dos astros ou os processos físicos e químicos. Os representantes dêsse pensamento naturalista aplicado às ciências sociais são,

(5) Emmanuel Kant, *Metaphysische Anfangsgruende der Naturwissenschaft*, Riga, 1784, cit. por E. Cassirer, *Kant*, México, 1948, 263.

(6) G. G. Gervinus, *Grundzuege der Historik*, 1837, 63.

(7) Benedetto Croce (*La historia como hazaña de la libertad*, México, Fondo de Cultura Económica, 1942, 328) declara não caluniar as ciências naturais quando define seus métodos e propósitos como abstrações, produtos de uma operação prática, na qual as coisas são assinaladas e marcadas para poderem ser de novo encontradas e usadas quando necessário, e não para que possam ser compreendidas. Os próprios estudiosos dessas ciências não as definem de outra maneira quando afirmam que se detêm nas aparências e fenômenos, deixando de lado as essências e *noumenos* e declarando que além dos fenômenos estão o incognoscível e o mistério. Efetivamente, além ou por baixo dêles está a história.

por exemplo, no campo da teoria concreta da história, Comte, Buckle, Lamprecht e, de certo modo, Marx.

O fato do conhecimento histórico ter ficado, por assim dizer, relegado à obscuridade, em consequência da atenção geral estar voltada para as ciências naturais, fêz com que os próprios historiadores errôneamente chegassem a deformar sua tarefa e, face aos progressos realizados na física por um Newton, na química por um Lavoisier e na biologia por um Darwin, se mostrassem descontentes com a situação da história no momento. Esta deveria também sofrer os impulsos naturalistas para chegar a igualar-se à física na “exatidão” e seguir os passos da biologia (8).

Foi nesse sentido que trabalhou Karl Lamprecht. Mas êle nada conseguiu trazer ao caráter lógico do método histórico com tôda a sua massa de conceitos biológicos, como o tipismo e a excitabilidade. Seus trabalhos históricos não coincidem com seu objetivo, pois êle continuou, como qualquer outro historiador, a expor as evoluções históricas singulares na sua singularidade, sem proceder à maneira das ciências naturais. Lamprecht, tal como Buckle, seu antecessor, procurou aplicar no campo da história concreta as teorias evolucionistas e naturalistas. Ambos saíram-se mal da emprêsa.

(8) L. M. Hartmann, *Über historische Entwicklung*, 1905, 3, citado por W. Bauer, *Introducción al estudio de la historia*, Barcelona, Bosch, 1944, 41. Um exemplo do entusiasmo com que se tentou, com extraordinária aceitação, aplicar às ciências sociais e históricas os processos naturalísticos, especialmente biológicos, está no livro, hoje inteiramente ultrapassado e totalmente esquecido de Paul Mougelle, *Les problèmes de l'histoire* (Paris, 2.^a ed., 1902). O autor procurava dar à história um corpo científico-biológico, sob a base de que a história da humanidade era apenas um capítulo da história dos seres vivos. Como êste, outros modelos podem ser apontados, inclusive no campo do direito, como é o caso de S. Stucker, *Fisiologia del Derecho*, trad. 1896. Êles nos mostram não só a aplicação prática no campo da história concreta como no da teoria da história, onde, ao lado de Mougelle, figura a *Philosophie de l'Histoire* de Charles Rappoport (Paris, 2.^a ed., 1925), mistura de evolucionismo e marxismo. A impropriedade da combinação originava-se da própria biologia filogenética, com método histórico e objeto naturalista. Os biólogos foram buscar na história o conceito de evolução. Os extraordinários sucessos da biologia, ciência histórica nos seus métodos, levou os historiadores, numa confusão infeliz, a aplicar à história métodos naturalistas.

Muito parecido com Lamprecht é Kurt Breysig, iniciador da escola da “doutrina histórica” (*Geschichtslehre*), que se consagra à teoria da essência e formas do *devenir* histórico. Estabeleceu (9) vinte e quatro leis históricas sem nenhuma aplicação.

A novidade dos processos de Lamprecht e Breysig está hoje inteiramente desfeita. Melhores pensadores, como Rickert, Croce e Spranger já julgaram severamente essa pseudo-história, que usou apenas de fórmulas tautológicas, como evolução, luta pela existência, sobrevivência do mais forte, tipismo, tropismos, destruindo todo o sentido histórico genuíno e todo pensamento histórico poderoso (10).

Mesmo no Brasil, ao findar do século XIX, quando o problema do conhecimento histórico já se achava pôsto em outros termos, Pedro Lessa (11) negava à história caráter científico porque, até então, não fôra possível determinar leis históricas. O método descritivo aplicado pelo historiador permitia apenas colecionar e dispor os materiais e fatos em cuja observação e comparações hauriam suas induções diversas ciências. Era a idéia, sempre de novo repetida, de que a existência de uma disciplina como ciência está condicionada à possibilidade ou não da formulação de leis.

As ciências naturais gozavam de uma tradição firme, tinham um propósito comum, assentavam-se em bases

(9) Kurt Breysig, *Der Stufen Bau und die Gesetze der Weltgeschichte*, 1905. Emil Ermatinger defende o estabelecimento de leis na própria ciência literária. Formula apenas princípios lógicos e metodológicos e não leis, por evidente influência da metodologia histórica embora combata as diretrizes de Dilthey e Rickert. “La ley en la ciencia literaria”, *Filosofia de la ciencia literaria*, México, Fondo de Cultura Económica, 1946, 353-400.

(10) Cf. H. Rickert, *Ciencia cultural y ciencia natural*, Buenos Aires, 1937, 28; Benedetto Croce, *Teoria e Storia della storiografia*, Bari, Gius. Laterza & Figli, 1943, p. 272, 278, e *La historia como hazaña de la libertad*, México, Fondo de Cultura Económica, 1948, 330-331; Eduard Spranger, *Die Grundlagen der Geistes Wissenschaft*, 1905, 43; Siegfried-Erzberg Fränkel, *Moderne Geschichtsauffassung*, Czernowitzer Universitätscher, 1906, 39. A obra de Eduard Meyer propõe-se refutar especialmente a “nova teoria” de Karl Lamprecht. Vide “Zur Theorie und Methodik der Geschichte”, *Kleine Schriften zur Geschichtstheorie und zur wirtschaftlichen und politischen Geschichte des Altertums*, Halle, Verlag von Max Niemeyer, 1910.

(11) Pedro Lessa, *É a história uma ciência?*, São Paulo, 1900.

filosóficas, apresentavam-se impressionantes pela solidez mesma de sua estrutura e haviam realizado progressos admiráveis, enquanto as ciências históricas ou culturais, muito mais jovens não realizavam nenhuma investigação positiva. Só no século XIX é que atingiram a uma altura inesperada e imprimiram seu caráter à vida científica dessa época, em oposição ao século anterior, predominantemente naturalista. Mas nem por isso se devia confundir a ciência com o progresso científico, isto é, sua existência com sua maturidade.

Rickert disse com muita agudeza que o fundamentalmente novo nesse terreno das ciências particulares do século XIX foi constituído, antes de tudo, pelos trabalhos dos grandes historiadores que investigaram a vida da cultura ⁽¹²⁾. Assim como o grande desenvolvimento das ciências naturais possibilitou sua conceituação filosófica, também o grande desenvolvimento das ciências históricas ou culturais possibilitou aos filósofos e lógicos contemporâneos a meditação sobre seu caráter científico. Ao invés de reduzir-se a reflexões filosóficas e lógicas sobre as ciências físicas, como fez Kant, buscou-se o contato com as ciências históricas. Dêsse contato nasceu uma nova conceituação lógica e filosófica do que seja ciência e a justificativa de que a história seria uma ciência.

A Razão Histórica; Dilthey

Formulou-a Wilhelm Dilthey (1833-1911), um dos maiores pensadores dos últimos tempos, considerado o mais vivo e mais distinto representante do historicismo — movimento humanista e filosófico que, em oposição ao naturalismo, busca na história o fundamento de uma concepção do mundo. Sua *Introdução às Ciências do Espírito* (1883) ⁽¹³⁾ é a mais importante obra filosófica dos fins

(12) H. Rickert, *Ciencia cultural y ciencia natural*, Buenos Aires, Espasa Calpe, 1937, 120.

(13) Wilhelm Dilthey, *Introduccion a las ciencias del espiritu*, México, Fondo de Cultura Económica, 1944.

do século XIX e o melhor conjunto de idéias para os estudiosos das ciências históricas.

Estamos, agora, em posição completamente diferente. Com Dilthey inicia-se um movimento filosófico e lógico que tem por base não mais as ciências naturais e sim as ciências históricas. Dêsse movimento origina-se a autonomia dos conceitos de natureza e história, os quais se distinguem pelo seu objeto e pelos seus métodos. Procurando investigar a natureza e a condição da consciência histórica e realizar uma crítica da razão histórica, Dilthey estabeleceu, logo de início, a autonomia da cultura e das ciências culturais em relação à natureza e às ciências naturais.

Dilthey propôs-se naquela obra, como principal tarefa, fazer valer a independência das ciências do espírito dentro da formação do pensamento filosófico, em face do predomínio das ciências da natureza, e, ao mesmo tempo, pôr em relêvo o alcance que para a filosofia podiam ter os conhecimentos das ciências culturais. Para êle não eram somente as ciências que descobriam as leis causais que apresentavam garantia de conhecimento positivo. A crítica histórica, que substitui a conexão tradicional por outra determinada intelectualmente, pela crítica e interpretação das fontes, e que encontra em cada novo documento uma nova confirmação dessa conexão, logra também uma garantia objetiva de certeza histórica ⁽¹⁴⁾. As ciências do espírito, entre as quais está a história, têm como fundamento a percepção interna e a compreensão. Como as ciências espirituais e históricas não explicam, mas compreendem e interpretam, a psicologia passa a ser o fundamento das ciências do espírito e, portanto, do conhecimento histórico ⁽¹⁵⁾. Segundo Dilthey, nós explicamos a natureza e compreendemos a vida espiritual.

(14) Wilhelm Dilthey, *Teoria de la concepcion del mundo*, México, Fondo de Cultura Económica, 1945, 119.

(15) Wilhelm Dilthey, *El mundo historico*, México, Fondo de Cultura Económica, 1944, 340.

Dilthey emprega a palavra espírito no mesmo sentido em que Montesquieu falou do “Espírito das Leis”, Hegel de “Espírito objetivo” e Ihering de “Espírito do Direito Romano”. Para êle tôdas as ciências do espírito descansam no estudo da história e a psicologia — não a experimental, mas uma nova que êle propõe seja criada — deve conhecer o homem na história, mediante a introspecção histórica. Spranger, discípulo de Dilthey, veio posteriormente dar expressão a essa nova psicologia (16).

Para Dilthey, as ciências espirituais são incapazes da mesma objetividade e precisão das ciências naturais, e o novato encontra-se, diante delas, num caos de relatividade. Isso não significa, no entanto, que elas não tenham padrões de precisão e objetividade. O cepticismo que tal afirmasse seria barato e ignorante. Por ser concreta e pela riqueza e colorido de sua experiência humana, paga a história alto preço: é menos objetiva.

Dilthey dissentiu completamente de Comte quanto à classificação das ciências. Para êste, as ciências naturais eram uma pirâmide tendo por base a mecânica. As ciências eram logicamente dependentes umas das outras, estando sempre as mais simples à frente das mais complexas. Os estudos humanos eram reduzidos à ciência da sociologia. Para Dilthey, os estudos humanos não podem ser a continuação de uma hierarquia das ciências naturais, porque descansam sobre um fundamento diferente. Não há nêles a observação dos fatos físicos, mas a compreensão dos fatos humanos. As ciências naturais e as ciências do espírito desenvolveram-se lado a lado e não há o primado de umas sobre outras (17).

(16) Eduardo Spranger, *Formas de vida. Psicologia y etica de la personalidad*, Buenos Aires, Revista de Occidente Argentina, 1946.

(17) H. A. Hodges, *Wilhelm Dilthey, an introduction*, New York, Oxford University Press, 1944, 76-78.

Windelband

W. Windelband (1848-1915), em 1894, num discurso como reitor da Universidade de Estrasburgo ⁽¹⁸⁾, foi o primeiro a mostrar, do ponto de vista filosófico, a impossibilidade de identificação das conceituações científicas da física e da história. Distinguiu os conceitos ideográficos, que são os próprios da investigação histórica, dos conceitos nomotéticos, gerais ou de leis, que são exclusivos da ciência natural, e, em especial, da física. Partindo do princípio de que, incontestavelmente, o novo — no sentido formal e objetivo da palavra — do trabalho científico do século XIX deve ser procurado no caráter do pensamento histórico e de que só quando a vida de uma ciência atinge seu apogeu, conquista seu sucesso e afirma sua originalidade é que a reflexão filosófica entra em cena e se propõe conhecer as formas do pensamento que tornaram possível aquele resultado, Windelband dividiu as ciências, segundo os fins que elas visam, em ciências de leis e ciências de acontecimentos.

Essa divisão foi proposta na Alemanha por Windelband e por Simmel e foi apoiada, na Suíça, por Adrien Naville ⁽¹⁹⁾. Como o próprio Windelband reconhece, ela procede de Leibnitz, quando se referiu às verdades eternas e às verdades de fato. Os fatos reais não derivam

(18) W. Windelband, *Geschichte und Naturwissenschaft*, Strassburg, 1894; reimpresso in *Präludiven*, v. II, Tübingen, 1915.

(19) A classificação de Adrien Naville encontra-se em seu livro *Nouvelle classification des sciences* (Paris, 1901). Recentemente, outros autores, seguindo a orientação de Dilthey e Rickert, ou a de Heidegger, propuseram classificações muito parecidas. É assim a de Johanues Thyssen, que embora proponha se abandone a divisão de ciências do espírito e ciências da natureza, liga-se a Rickert, ao sugerir que se proceda atendendo unicamente ao ponto de vista lógico-formal, distinguindo as ciências empíricas das históricas. (*Die Einmaligkeit der Geschichte. Eine geschichtslogistische Untersuchung*, Bonn, Cohen, 1924, citado por Benedetto Croce, *Teoria e storia della storiografia*, 5.^a ed., Bari, Laterza & Figli, 1943, 308). A classificação de Eric Dardel (*L'Histoire, Science du concret*, Paris, 1946, 15) divide as ciências em exatas e humanas ou concretas, entre estas últimas incluindo a história. Ele obedece a uma orientação fenomenológica e liga-se, também, a Dilthey.

de leis, mas supõem sempre outros fatos reais, dos quais decorrem, como uma necessidade rigorosa. As leis naturais têm em todos os casos uma regularidade permanente e da observação dos fatos e da obediência de uma lei pode originar-se um fato novo. Tôda aplicação da física e da matemática à indústria manufatureira moderna provém dêsse princípio, que não se aplica às ciências dos acontecimentos, ou seja às ciências históricas ou culturais.

Exatamente porque não é possível a formulação de leis históricas, também não é possível que um fato novo se origine da observância de uma lei. Os caracteres distintivos dos fatos históricos são, segundo Windelband, os seguintes: serem únicos, individuais e não sujeitos à repetição (20).

Rickert

O abismo aberto por Dilthey e Windelband entre as ciências naturais e as ciências do espírito foi levado a seus últimos extremos do ponto de vista metodológico e lógico por H. Rickert (1863-1936). Rickert tentou estudar a estrutura lógica da história e demonstrar não só a oposição capital entre as ciências culturais e naturais, como, ainda, que nas primeiras é o caráter de individualidade, de particularidade, que condiciona seu conceito e metodologia. Tôda tentativa, portanto, de transferir para a ciência histórica os conceitos das ciências naturais seria um erro de graves conseqüências.

Numa conferência pronunciada em 1898, Rickert definiu os interêsses, problemas e métodos comuns às disci-

(20) W. Windelband, "La science et l'histoire devant la logique contemporaine", *Revue de synthèse historique*, IX, n.º 26, 1904, 125-140. Vide também *Einleitung in die Philosophie*, Tübingen, Mohr, 1923, onde sustenta que assim como nos primeiros estádios da filosofia da natureza ela foi orientada como uma filosofia das ciências naturais, ou seja como teoria do conhecimento da pesquisa naturalista, assim também a filosofia da história pode ser orientada como filosofia das ciências históricas, ou seja uma teoria do conhecimento da pesquisa cultural.

plinas culturais e traçou a divisória entre estas e as ciências naturais. Seu objetivo era examinar os limites da ciência cultural e sua relação com a investigação da natureza. Nesse trabalho que, no ano seguinte, foi publicado em livro (21), Rickert diz que natureza e história são dois conceitos opostos, que se distinguem pelo seu objeto e pelos seus métodos. Enquanto na natureza se considera um fato, um ser ou um fenômeno sem referência a valores, e buscam-se as relações universais a fim de procurar estabelecer leis que valham sempre para todos os fenômenos, a história estuda o fenômeno cultural na sua particularidade, na sua individualidade. A tarefa do historiador é a do particularizador e não a do generalizador, como a do físico, por exemplo. A natureza é uma realidade total, concebida de modo generalizador e indiferente a valores. Nas ciências culturais ou históricas, o espírito e a consciência do homem devem ser compreendidos. Entre o objeto da história e o historiador há uma relação de vida (22).

O mesmo não acontece em relação às ciências naturais. Nelas o investigador se destaca de toda perspectiva histórico-social e por essa razão foram consideradas o ideal de trabalho científico a que todas as outras ciências deviam aspirar. Todo conhecimento que tivesse por fim a compreensão da qualidade era considerado de menor valia.

Procura-se hoje, é certo, resolver as antinomias do conhecimento científico naturalista e histórico. Edgar

(21) H. Rickert, *Ciencia cultural y ciencia natural*, Buenos Aires, Espasa Calpe, 1937. Rickert tratou da filosofia da história em correspondência à sua introdução lógica à ciência histórica não só em *Die Grenzen der naturwissenschaftlichen Begriffsbildung* (1896-1902), como em *Die Probleme der Geschichtsphilosophie* (Heidelberg, 1924), onde expõe os problemas da filosofia da história, os "princípios" da vida histórica, as possibilidades de uma história universal filosófica e a situação atual da filosofia da história. Nas *Grenzen*, como na *Ciência Cultural e Natural*, limita-se à lógica da história, mostrando, nesta última, que embora a lógica seja o fundamento de qualquer filosofia da história científica, os problemas da filosofia não coincidem com os lógicos, nem se exaurem neles.

(22) W. Dilthey, *El mundo historico*, México, Fondo de Cultura Económica, 1944, 140.

Wind, (23), por exemplo, afirma a intromissão do observador no processo de conhecimento da própria física e estabelece uma analogia em matéria de evidência entre o documento e o instrumento físico, o qual, como aquêle, participaria da estrutura do que pretende revelar. Deixou de lado, contudo, um fato fundamental. A razão da impossibilidade de exatidão por parte da ciência histórica, tão denunciada por Dilthey, está em que na pesquisa da qualidade existem elementos mais ou menos inter-relacionados com a concepção do mundo do sujeito conhecedor. Assim, por exemplo, se na teoria de Einstein existe uma relação entre o observador e o fato, de tal modo que as figuras geométricas descritas por um corpo, ao ser lançado no ar, dependem dos sistemas de coordenadas do observador, coordenada da inércia ou do movimento, não existe na relação: fato e observador, uma concepção do mundo que o impeça de estabelecer uma lei válida universalmente para os observadores dos dois sistemas de coordenadas.

A história tem como fito a particularização do único e do que não ocorre outra vez. Por isso ela nunca se repete. Por isso também não é possível determinar leis, tal como acontece nas ciências naturais, em que a repetição dos fenômenos obedece à mesma ordem de causalidade, dá lugar a leis generalizadoras para todos os fenômenos produzidos segundo as mesmas circunstâncias de causa e efeito.

Temos, assim, segundo Rickert, uma maneira clara de distinguir entre os dois objetos. A realidade é natureza quando a consideramos com referência ao universal; é história quando a consideramos com relação ao particular, ao individual. Daí se origina uma consequência metodológica: o processo generalizador da ciência natural e o processo individualizador da ciência histórica. Existem duas espécies de trabalho de caráter científico: de um lado o das ciências naturais, generalizadoras, e de outro

(23) Edgar Wind, "Some points of contact between history and natural science", in *Philosophy & History. Essays presented to Ernst Cassirer*, Oxford, At the Clarendon Press, 1936, 255-264.

o das ciências históricas, culturais ou sociais, particularizadoras.

Rickert e Dilthey divergem em alguns pontos. A própria designação *diltheyana* de ciências do espírito é considerada por Rickert como deficientíssima para as ciências particulares não naturalistas, desde que, para êle, a psicologia, sendo como reconhece o próprio Dilthey, uma ciência natural, não poderia servir de base para as ciências do espírito. Rickert propõe a designação de ciências culturais, tendo como fundamento a história. A oposição ao conceito de natureza encontra-se no de história, como o de suceder singular, na sua particularidade e individualidade.

O conceito de valor de Rickert

Para que se tenha uma compreensão melhor da posição de Rickert é necessário falar-se do conceito de valor em sua teoria. O que torna o fato histórico um suceder singular na sua particularidade, na sua individualidade, na sua irreversibilidade é a relação de valor que dá ao acontecimento a importância de fato histórico. Assim como o homem individual é incapaz de acumular em sua memória tôda a soma de detalhes de que foi testemunha, não conservando e não falando senão daqueles que lhe pareceram importantes, ou que possuam a seus olhos certo valor, do mesmo modo o conjunto das recordações da humanidade não é constituído senão pelos fatos e acontecimentos que apresentam uma relação qualquer com valores que determinam a vida da espécie. Entre a enorme multidão de objetos individuais, diferentes todos uns dos outros, fixa-se o historiador somente naqueles que, pela sua peculiaridade individual, encarnem valores culturais ou estejam em relação com êstes.

O conceito de cultura proporciona, assim, o princípio de seleção do essencial para a conceituação histórica. Os valores que residem na cultura e as referências a êles

constituem o conceito de individualidade histórica apta a ser exposta. A história como ciência, ou como ciência da cultura, não é possível senão quando existem valores que têm um alcance geral e que nos fornecem a razão da escolha e da síntese dos fatos.

Essa posição de Rickert mereceu apoio do próprio Windelband, seu predecessor e seu mestre, que a aceitou integralmente. Mas, ao mesmo tempo, é um dos pontos em que Rickert tem sofrido maiores críticas. É a noção de valor que ensina a distinguir, em história, o que é essencial do que não o é. Os fatos só se tornam históricos quando se referem a valores de cultura ou valores de civilização. O conceito de valor é, portanto, fundamental no sistema de Rickert. Haverá que distinguir quatro atitudes humanas: a primeira, cega para os valores, constitui a essência do pensamento naturalista; a segunda, valorativa, constituiria a essência da lógica, da moral e da estética. Ao lado dessas duas atitudes, a não valorativa e a valorativa, teríamos outras duas: a que refere realidades a valores e a que supera os valores. A primeira é o mundo da cultura, onde se coloca a história; a segunda o da religião.

Desde logo, cabe distinguir entre avaliação ou referência a valor e valoração ou valorização de natureza prática, que é elogio ou censura. Não se trata, por exemplo, de dizer se a Revolução Francesa foi benéfica ou nociva para a França ou a Europa, mas se foi importante e significativa (24).

Crítica ao conceito de valor de Rickert

Para Rickert, os valores reconhecidos por todos os homens são, para a história, o que as leis são para as ciências naturais. Esta opinião foi aceita por Windelband

(24) H. Rickert, *Ciencia cultural y ciencia natural*, Buenos Aires, Espasa Calpe, 1937, 109. A história prova a verdade ou falsidade dos fatos e não das opiniões, diz G. M. Trevelyan, em *The recreations of an historian*, London, Thomas Nelson and Sons, 1919, 54.

e Dilthey, tornando-se o ponto crítico de todo o sistema rickertiano (25). Nesta parte Rickert foi censurado por grandes figuras, como por exemplo Ernst Troeltsch, Max Weber, Ernst Cassirer, Eduard Meyer e A. D. Xenopol (26).

O grande historiador Eduard Meyer opôs à teoria do valor de Rickert a da eficácia histórica. É histórico aquilo que é ou foi eficaz (27). Mas Rickert respondeu satisfatoriamente a essa objeção, lembrando que a proposição — a história expõe o que é historicamente eficaz — não é outra coisa senão uma fórmula diferente de dizer que a história trata dos efeitos essenciais para os valores culturais. Onde faltar o ponto de vista do valor, que é o que decide quais os efeitos historicamente essenciais, tornar-se-á completamente inaplicável, como princípio de seleção, o conceito da eficácia histórica (28). Bauer, por exemplo, lembra que a eficácia histórica, por meio da qual um fato passa o umbral da consciência histórica, ou se faz digno da história, está condicionado: 1) pelos sinais externos dos seus efeitos (juízos dos contemporâneos ou da posteridade); 2) pela influência que provavelmente exerceu sobre outros fenômenos (29). Ora, se a

(25) A opinião de W. Windelband aparece registrada um pouco adiante. Dilthey trata do assunto no livro *El mundo histórico*, México, Fondo de Cultura Económica, 1944, 317-318.

(26) A melhor revisão crítica encontra-se em Ernst Troeltsch, *Der Historismus und seine Probleme*, Tübingen, Mohr, 1922, 200-220. Troeltsch admitiu que o homem ativo e a história que relata suas atividades não podem ser compreendidos sem a idéia da relatividade dos valores. É uma posição de acolhimento moderado, ou melhor, relativista. Ernst Cassirer, ao assumir posição contrária à de Rickert, em sua *Zur Logik der Kulturwissenschaften* (Gothenburg, 1942), faz a êste graves objeções. Achou mais natural e plausível a atitude do grande historiador e teórico Eduard Meyer. Cf. sua *Antropologia Filosófica*, México, Fondo de Cultura Económica, 1945, 356.

(27) Eduard Meyer, "Zur Theorie und Methodik der Geschichte", *Kleine Schriften zur Geschichtstheorie und zur wirtschaftlichen und politischen Geschichte des Altertums*, Halle, Verlag von Max Niemeyer, 1910, 43-44.

(28) H. Rickert, *Ciencia cultural y ciencia natural*, Buenos Aires, Espasa Calpe, 1937, 115.

(29) Wilhelm Bauer, *Introducción al estudio de la historia*, Barcelona, Bosch, 1944, 35, e Eduard Meyer, "Zur Theorie und Methodik der Geschichte", já citado, p. 44. Assim como Colombo ignorava haver descoberto o novo mundo, assim também Darwin ignorou que sua tese biológica conduzia à admissão do histórico no biológico. "O histórico, que era até então

eficácia se resolve segundo os juízos dos contemporâneos, isto é, os valores dos contemporâneos, então a tese de Rickert é apenas um segundo passo daquela de Meyer. Um fato histórico é eficaz segundo os juízos de valor dos contemporâneos ou segundo o “interêsse histórico” que o presente atribui a tal ou qual ordem de fatos.

Aqui, ainda, pode-se recordar que Ernst Cassirer, ao declarar que o conhecimento histórico é a resposta a perguntas levantadas e ditadas pelo presente, pelos nossos interêsses intelectuais, morais e sociais presentes (30), não faz senão reconhecer, de certo modo, que a eficácia depende do juízo de valor dos contemporâneos. Apenas o presente, segundo Meyer, não é jamais histórico, porque ainda não produziu efeitos.

Crítica mais séria foi apresentada por Xenopol, ao dizer que para firmar essa noção de valores culturais teríamos de submeter-nos ao critério do valor absoluto e que, dessa forma, a moral passaria a ser o fundamento de toda a ciência histórica. Aliás, Windelband, que precedeu Rickert na exposição do problema, mas depois o seguiu nessa questão dos valores, afirmou ser a moral a ciência filosófica dos valores gerais que constituem a teoria do conhecimento geral da história (31). Ela se incumbiria da análise dos princípios sem os quais a pesquisa histórica não poderia fazer um só passo para se orientar

simplesmente tolerado, passou a ser chamado a substituir o racional. Não se admite outra explicação racional do mundo orgânico senão a que consiste em mostrar sua gênese. As leis da natureza real passam a ser leis históricas; sua descoberta é a única coisa que nos permite fugir ao simples esquematismo lógico e remontarmos às verdadeiras causas dos fenômenos”. Como explicar-se, pergunta Cassirer, que a teoria da evolução alcançasse tal importância e vigor no pensamento do século XIX, se o seu material probatório era tão deficiente e lacunoso? É porque na atitude espiritual do século XIX havia o primado da história e com aquela teoria esta mentalidade penetra no campo da biologia. Ernst Cassirer, *El problema del conocimiento*, México e Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1948, 244-245.

(30) Ernst Cassirer, *Antropologia Filosófica*, México, Fondo de Cultura Económica, 1945, 326.

(31) W. Windelband, “La science et l’histoire devant la logique contemporaine”, *Revue de synthèse historique*, t. IX, n. 26, 1904, 136-137, e *Lehrbuch der Geschichte der Philosophie*, 3.^a ed., Tübingen, 1903, 542-552.

na escolha da quantidade inumerável dos fatos que encontra. Para Xenopol, essa noção de valor que escolhe os fatos, que designa os que importa conhecer e os que se deve afastar, não pode ser exclusiva da história e não pode servir para a constituição científica desta pelos seguintes motivos: primeiro, porque é estranha ao domínio da lógica, por ser de natureza moral; segundo, porque não pode ser absoluta, e a ciência não pode basear-se no relativo; terceiro, porque se se lhe dá a acepção de síntese científica, ela pertence à esfera de todo o conhecimento e não pode constituir traço distintivo da história; quarto, porque se fôr entendida como valor cultural aplica-se a todo o domínio das ciências do espírito; e, finalmente, porque ela se induz somente da evolução do espírito e não pode ser aplicada à evolução inteira.

Apesar dessa divergência, que parece separar tão frontalmente Xenopol de Rickert, a verdade é, como diz Troeltsch, que ambos são, no fundo, muito aparentados ⁽³²⁾.

Xenopol

Foi em 1899, nos seus *Princípios fundamentais da história*, que Xenopol pela primeira vez estudou a diferença entre a história e as outras ciências. Mais tarde, na sua *Teoria da História*, publicada em 1908, desenvolveu as idéias que havia abordado em seu primeiro livro. Para Xenopol, o fundamento lógico que há de ditar uma classificação racional das ciências consiste em distinguir os fatos de repetição dos fatos de sucessão. A ciência se dividiria, assim, em dois ramos. O primeiro compreenderia os fenômenos em que em nada influi o tempo, a saber, os de repetição. O segundo compreenderia as ciências que tenham por objeto os fenômenos submetidos ao influxo transformador das forças que atuam no tempo, a saber, os sucessivos. Xenopol designou as ciências da primeira categoria de teóricas, ou,

• (32) Ernst Troeltsch, *Der Historismus und seine Probleme*, Tübingen, Mohr, 1922, 110-111, nota 48.

segundo Hermann Paul, ciências de leis, reservando para as segundas o nome de ciências históricas. Ao passo que as outras ciências estudam os fenômenos que se repetem mercê da permanência e da força que os produz e que, assim, incidem constantemente em condições essencialmente idênticas no tempo e no espaço, os fenômenos históricos nunca se repetem, não fazendo mais que suceder-se, pois ainda que as mesmas forças os produzissem, as circunstâncias já se teriam de tal modo modificado, seriam tão diferentes que os efeitos não poderiam jamais ser idênticos.

Daí conclui Xenopol que as ciências dos fenômenos de repetição são as únicas que podem formular leis. As séries são os quadros gerais de sucessão em que se enfileiram os fatos individuais evolutivos, isto é, históricos. Ao passo que as ciências dos fenômenos de repetição têm por fim descobrir leis, a história tem por objeto estabelecer a série dos acontecimentos, isto é, ligá-los entre si e relacioná-los com a sua causa. O elemento da série evolutiva ocupa todo o campo da sucessão. Do ponto de vista lógico, acrescenta Xenopol, essa circunstância torna a série apta para constituir o elemento distintivo da sucessão, porque, como diz Rickert, a realidade não pode ser observada senão de duas maneiras: nas ciências de repetição por meio das noções gerais, e nas ciências históricas por meio dos fatos individuais. As ciências de repetição encontram um elemento universal que as caracteriza, a lei; as ciências de sucessão necessitam também de um elemento que seja aplicável a todas elas, e esse elemento é a série. A série histórica é sempre única e particular em relação ao tempo no qual se realiza e ao qual vai encadeada de modo indissolúvel. A série difere da lei quanto à relação em que se acha com o elemento tempo. Enquanto a lei independe d'êla, a série só no seu transcurso existe (33).

(33) Depois da teoria da relatividade de Einstein é impossível sustentar que a lei independe do tempo. É sintomática como exemplo, apesar do evidente exagero, decorrente da falta de contato teórico com a história, a afirmação de Einstein e Infeld de que na "física, muito mais do que na

Xenopol cita, então, vários exemplos de série. Tôda série de desenvolvimento enquadra uma sucessão de fatos que parte de um núcleo, sobe ou baixa para chegar a um resultado que dê nome à série. É típico o caso da evolução das liberdades inglêsas que tiveram sua origem na conquista normanda e que se desenvolveram através de grande número de fatos e sucessos até a Constituição de 1688, que fixou de maneira definitiva o triunfo do constitucionalismo. Outro exemplo é o da afirmação do poder real na França, que começa com Luís VI e chega, através dos fatos mais diversos, ao apogeu de seu desenvolvimento com Luís XIV, fazendo triunfar por completo o poder absoluto. O renascimento artístico nasce na Itália com Nicolas Pisano e penetrando cada vez mais fundo nos espíritos faz triunfar definitivamente o retôrno da pintura e da escultura às velhas formas da Antiguidade.

Concluindo, Xenopol afirma três princípios: que a história é em si uma ciência; que a noção de valor é inteiramente estranha à história e que ela não tem necessidade de apoiar-se em tal noção para constituir-se em ciência; que o verdadeiro elemento organizador da ciência histórica é a série.

Crítica a Xenopol

A teoria de Xenopol tem sido bastante discutida e muito poucos a aceitam. A verdade é que êle, ao apresentar suas novidades, limita-se a períodos muito curtos, a exposição muito breves e é muito pobre em suas exemplificações. A oposição que estabelece entre os fatos de

história, a exata caracterização de onde e quando um acontecimento se verificou é de grande importância, porque êsses dados formam a base de uma descrição quantitativa¹. Albert Einstein e Leopold Infeld, *The evolution of physics*, New York, Simon and Schuster, 1938, 210. Ela mostra, talvez, a influência do pensamento histórico no campo das ciências físicas. Antigamente não se levavam em conta fatores essenciais de tôda investigação histórica, como datas, e hoje se acredita que a descrição histórica presta todos os serviços próprios da explicação. Vide Ernst Cassirer, *El problema del conocimiento*, México e Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1948, 134, 246-247.

coexistência e repetição ou os de sucessão não poderia satisfazer-nos porque nos obrigaria a aproximar estudos tão diversos como a história dos astros ou a das espécies ao estudo das sociedades. Isso se nota na sua classificação das ciências e especialmente na parte referente aos fenômenos de sucessão, pois ao lado das ciências da matéria, que seriam a geologia, a paleontologia e a teoria da hereditariedade, Xenopol coloca as ciências do espírito, a história em todos os seus ramos. De modo que a geologia, expondo a história da terra, e a paleontologia, expondo a sucessão dos seres na superfície do globo, se aproximariam ou estariam classificadas dentro do mesmo grupo de sucessão com a história política ou a história das instituições econômicas. Esse grupo de conhecimentos sucessivos seria, para Xenopol, a classe das ciências históricas reais ⁽³⁴⁾.

Difícilmente se poderia concordar em que a paleontologia ou a geologia pudessem se aproximar da história civil, social ou econômica pelos seus objetivos e pelos seus métodos. Além disso, como bem observou Troeltsch, aquêles que, como Xenopol, admitem duas espécies de causalidade, a das ciências naturais e a das ciências do desenvolvimento histórico ou também psicológicas, chegam a êsse resultado através da analogia que estabelecem com as ciências naturais e, portanto, através de forte inconseqüência ⁽³⁵⁾.

Realmente, Xenopol estabelece uma dupla forma de causalidade: a dos fatos que se repetem e a dos fatos que se seguem, e depois estabelece como princípio que a causalidade nos fatos de repetição, ou seja nas ciências naturais, tem muito menos importância do que a causalidade nos fatos de sucessão ou nas ciências históricas, para chegar à aplicação, numa analogia inconseqüente, da causa-

(34) Sobre a classificação das ciências de Xenopol, vide sua *Teoria de la historia*, Madrid, 1911, 27-28, e especialmente seu artigo "Les classifications des sciences et l'histoire", *Revue de synthèse historique*, t. II, 1901, 264-276.

(35) Ernst Troeltsch, *Der Historismus und seine Probleme*, Tübingen, Mohr, 1922, 659-660.

lidade natural às ciências de sucessão ou históricas. Trataremos da causalidade na história em capítulo especial.

Como vimos dessa exposição, uma nova classificação das ciências aparece, rompendo completamente com o critério das anteriores. As de Bacon, d'Alembert, Comte são tôdas inspiradas no naturalismo. O que caracterizava a ciência em geral era a existência de leis naturais. A contribuição de Dilthey e Rickert está em que, pela primeira vez, se vê aparecer ao lado do mundo da natureza, o mundo da história e ao lado da ciência natural uma ciência histórica, social ou cultural, filosoficamente justificada (36). A novidade dessa classificação está em que ela quebra com toda a tradição da lógica aristotélica. Desde Aristóteles era aceito unânimemente, inclusive pelos historiadores, que uma disciplina científica não admitia o particular, o individual. A idéia de universalidade, como pressuposto da ciência, ficou definida por Descartes e por Kant, como vimos. Das investigações de Dilthey e de Rickert percebe-se, antes de tudo, o fato de que existe outro proceder científico distinto formalmente da ciência natural.

Não se coaduna bem esse fato com a lógica tradicional? pergunta Rickert. Pois tanto pior para ela, responde. Há também ciências que não se propõem estabelecer leis naturais e que não se preocupam de modo absoluto em formular conceitos universais. São elas as ciências históricas, no sentido mais amplo da palavra.

(36) A classificação das ciências da humanidade ou ciências morais, em oposição às ciências da natureza, é do século XVIII, embora sem nenhuma fundamentação lógica e filosófica. Cf. W. Dilthey, *El mundo historico*, México, Fondo de Cultura Económica, 1944, 106; Ernst Renan, *L'Avenir de la Science, Pensées de 1848*, Paris, s. d., 211. No volume especial da *Revue de synthèse historique* (t. 62, 1931), dedicado às ciências da natureza e à síntese geral, Paul Valéry (9-11) considerou aquelas essencialmente diferentes das ciências do espírito. "J'apelle science, au sens moderne, l'ensemble des recettes qui reussissent toujours. Histoire, psychologie, morale, sociologie appartiennent entièrement à la categorie du savoir non verifiable. Leur attrait et leur intérêt est essentiellement de produire des excitations de l'esprit". O que não fôr receita é literatura. A dicotomia *lettres et sciences*, tradicional na França, está aqui bem caracterizada. Também quando Valéry fala de *excitations* lembra a *exterioridade* dos *éxtases* na linguagem de Heidegger.

Nada há a objetar aos que quiserem reservar o nome de ciência para os produtos da concepção generalizadora, diz Rickert, e nem se poderia chamar semelhante determinação terminológica de verdadeira ou falsa; mas ninguém sustentará que seja particularmente feliz uma terminologia que não admite o nome de ciência para as obras de Ranke e de outros grandes historiadores. Melhor será, ao contrário, esforçar-se por elaborar um conceito de ciência que compreenda de fato tudo que geralmente se tem como ciência. Para tal fim, porém, é preciso ter em conta, antes de tudo, que as ciências não apresentam sempre a mesma forma do método naturalista ou generalizador. Este é, portanto, o ponto decisivo.

Naturalismo e historicismo

Desde que a história lida com fatos individuais, seu conteúdo e seus métodos não de, por força, ser diferentes dos das ciências naturais. A contribuição essencial dos grandes pensadores alemães que citamos é ter mostrado a diferença entre naturalismo e historicismo, as duas grandes concepções científicas do mundo moderno, desconhecidas nesse sentido pela Antiguidade e pela Idade Média. Exatidão, clareza, lógica e calculabilidade são propriedades do conhecimento natural, como acentua Troeltsch. Mutabilidade, criação, plenitude e responsabilidade, dramatismo e personalidade pertencem à história.

A essa teoria da vida histórica, entretanto, não pode estar ligado nenhum desprezo pelas ciências naturais. É justamente por meio dela que podem ser destacadas a grandeza da oposição e a importância das ciências naturais. Com a delimitação puramente lógica entre os dois métodos possibilita-se o melhor exame de uma realidade que se apresenta universal ou particular aos olhos do observador. O historicismo, como um movimento humanista e filosófico que, em oposição ao naturalismo, busca na história o fundamento de uma concepção do mundo, continua a ser

uma das bases das mais recentes atividades que se desenvolvem no campo da teoria das ciências. Pelo menos assim é na Alemanha, onde mais a fundo se penetrou neste problema e onde se afirma hoje com maior fôrça de convicção, e em sentido muito mais amplo do que aquêle da época em que Rickert escrevia, o ponto de vista de uma ciência do espírito com existência própria (37) .

O historicismo significou, assim, uma separação do naturalismo, fundamentando pela primeira vez uma teoria do conhecimento das ciências do espírito sob bases próprias, emancipando-as da tutela das ciências naturais. Ele revelou que a ciência e a gênese do conhecimento histórico diferiam fundamentalmente da investigação própria das ciências naturais, que a história que não buscasse a meta de seus conhecimentos no particular dos acontecimentos mesmos se condenava a uma atrofia geral. O movimento historicista teve uma importância tão fundamental, que hoje se diz que o que há de novo nas ciências naturais deriva do que a história lhes forneceu.

Há para o naturalista, diz Mach, uma especial cultura clássica, que consiste no conhecimento das leis que presidem a evolução de sua ciência. Não abandonemos a mão guiadora da história. A história fêz tudo e pode mudar tudo (38).

Dêste modo, o século XIX assiste ao primeiro deslinde substancial de campos entre dois grandes ideais. O ideal das ciências matemáticas da natureza, que havia dominado o século XVIII, já não está isolado. Desde Herder e do romantismo, enfrenta-o, de modo cada vez mais enérgico e consciente, outra direção espiritual e outra potência do

(37) J. Huizinga, *El concepto de la historia y otros ensayos*, México, Fondo de Cultura Económica, 1946, 25. Cita, a propósito, na nota 3, trabalhos de E. Rothacker, Theodor Litt e Hans Freyer.

(38) E. Mach, *Die Geschichte und die Wurzel des Satzes von der Erhaltung der Arbeit*, Praga, 1872, citado por Cassirer, *El problema del conocimiento*, 134.

espírito. Pela primeira vez, no campo da filosofia e da ciência se vê colocado no centro da atenção o conhecimento histórico (39).

Foi à história que a ciência natural pediu emprestado o conceito de evolução. Cassirer mostra como nada há de novo, de essencialmente novo no campo da natureza que já não estivesse implícito na física do século XVII. Eduard Meyer, tão insuspeito quanto a uma afirmação dessa natureza, porque não se filiou ao movimento de Rickert, sustenta que tôdas as disciplinas descritivas naturais e a geologia tomam cada vez mais um caráter histórico. E segundo Windelband, a única direção em que se ultrapassou os princípios encontrados, estabelecidos e elaborados no século XVII, foi determinada pelo fato de haver-se pedido emprestado ao pensamento histórico o princípio da evolução. Dêste modo, nas próprias ciências naturais o princípio novo foi de natureza histórica (40).

Historicismo e Historicismos

A palavra Historicismo (41) foi, provavelmente, usada pela primeira vez por Karl Werner, ao falar do historicismo filosófico de Vico (42), num dos melhores estudos sobre o grande autor da *Scienza Nuova*. Vico foi o único, em sua época, a lutar contra o naturalismo cartesiano e o mecanicismo das ciências naturais. A palavra teve, assim, nascimento legítimo, significando aquela concepção da realidade como história e que só historicamente pode ser conhecida. Mas o conceito não teve aceitação e a palavra

(39) Ernst Cassirer, *El problema del conocimiento*, México e Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1948, 244-246.

(40) Eduard Meyer, "Zur Theorie und Methodik der Geschichte", *Kleine Schriften zur Geschichtstheorie und zur wirtschaftlichen und politischen Geschichte des Altertums*, Halle, Verlag von Max Niemeyer, 1910, 127. O mesmo em R. G. Collingwood, *The idea of history*, Oxford, At the Clarendon Press, 1946, 208-209.

(41) Boa exposição, que seguimos em parte, é a de Karl Heussi, *Die Krisis des Historismus*, Tübingen, 1932. Vide também Frederick Engel-Janosi, *The growth of German historicism*, Baltimore, 1944.

(42) G. B. Vico als *philosoph und gelehrter Forscher*, Viena, 1881.

foi utilizada inadequadamente por Carlos Menger, em seu livro de crítica à escola histórica da economia de Gustavo Schmoeller (43), e por Adolf Wagner, em 1892, no mesmo sentido de valorização excessiva da história ou das origens dos erros econômicos presentes.

É em 1905 que Karl Lamprecht se refere ao “impotente espírito de epígono da arte e da poesia, como ao intrutífero Historicismo das ciências do espírito dos anos 50 a 70 do século 19” (44). Não é preciso lembrar que Lamprecht foi o historiador que mais procurou sujeitar as ciências históricas ao domínio das ciências naturais. A história da humanidade era apenas uma continuação da história da natureza. Estávamos, então, em pleno domínio da biologia e da teoria evolucionista. Aplicar seus princípios às ciências históricas parecia ser a última palavra. Lamprecht não percebia que o grande movimento historiográfico do século XIX iria conduzir à elaboração da razão histórica e à sua total emancipação do naturalismo. O uso inadequado continuava. George Simmel, tratando da teoria do conhecimento histórico, assinala como Historicismo o simples conhecimento da produtividade formadora do nosso espírito (45). Era já um passo para o seu exato sentido.

É somente em 1922, quando aparece o livro de Troeltsch, (46) que se passa a definir o Historicismo como um dos traços fundamentais do século. “O naturalismo e o historicismo são as duas grandes criações científicas do mundo moderno, desconhecidas nesse sentido pela Antiguidade e Idade Média, enquanto, ao inverso, a metafísica, a ética e a lógica nêle decaíram.” “Este histo-

(43) *Die Irrtümer des Historismus in der deutschen Nationalökonomie*, Viena, 1884, apud E. Meinecke, *El Historicismo y su genesis*. México, 1943, 11.

(44) *Modern Geschichtswissenschaft*, Freiburg, 1905, 12.

(45) *Die Problem der Geschichtsphilosophie*, Leipzig, 1907, IX, 28.

(46) *Der Historismus und seine Probleme*, Tübingen, Mohr, 192, 104. Troeltsch, em seu *Der Historismus und seine Ueberwindung* (Berlim, 1924), tentou superar o historicismo como uma reivindicação da consciência moral, pois para êle o historicismo levava ao relativismo absoluto. Vide sobre a superação do historicismo, Karl Jaspers, *Origen y meta de la historia*, Madrid, 1949, 291-295.

ricismo se opõe principal e geralmente ao naturalismo e é preciso afastar os falsos subentendidos dessa palavra, que deve ser compreendida como tóda realidade de uma vasta conexão que abstrai de tóda experiência imediata e de todo qualitativo, abrangendo tudo o que existe. O naturalismo é o fundamento de um sistema de expressão possivelmente matemática, de leis de relação quantitativa, de onde se liberta do acaso e das impressões visuais, atingindo ao maior grau de extensão e clareza, de domínio do que muda e do que é sempre o mesmo e constitui a maravilhosa base de tódas as técnicas que o homem já conheceu. A êle são devidos os progressos da matemática, astronomia, física, química, biologia, etc.” Já o Historicismo é a própria compreensão do espírito, enquanto se trata de sua produção na história, como se verá adiante.

Não nos parece que possa haver melhor definição e o tratamento de Troeltsch não teve ainda quem o superasse. Mas a conceituação de Troeltsch não é a única e deve-se distinguir, pelo menos, três grupos distintos, de raízes comuns. Se para Troeltsch o historicismo é uma concepção do mundo, uma interpretação filosófica que se opõe ao naturalismo cartesiano, para Meinecke, que escreveu a história dos precursores do historicismo⁽⁴⁷⁾, êle é uma das maiores revoluções espirituais surgida no pensamento dos povos do Ocidente. Sua substância está na substituição de uma consideração generalizadora das forças humanas históricas por uma consideração individualizadora. O historicismo, para Meinecke, é mais que um método das ciências do espírito, pois não julga, ao contrário da doutrina jusnaturalista, que o homem, com sua razão e suas paixões, com seus vícios e virtudes, haja sido sempre o mesmo, fundamentalmente, em todos os tempos. A doutrina jusnaturalista contém um fundo de verdade, mas desconhece as profundas transformações e a diversidade das formas que experimentam a vida anímica e espiritual do indivíduo e das comunidades, não

(47) *El historicismo y su genesis*, México, 1946.

obstante a permanência das qualidades fundamentais humanas. Ele é, assim, o mais alto grau atingido até agora para a compreensão das coisas humanas no campo da filosofia e da historiografia. “O historicismo que, em geral, não era só uma nova maneira de ver do historiador, senão de toda a vida humana, levou o processo de individualização à sua própria consciência, porque ensinou a compreender toda a vida histórica como evolução do individual, ainda que sempre encaminhada em cursos típicos e regulares.

O terceiro grupo, o mais extremado, é representado por Croce. O historicismo é a afirmação de que a vida e a realidade são história e nada mais que história. O historicismo nasceu em oposição ao racionalismo abstrato e à Ilustração, e seu mais importante precursor é J. B. Vico, que primeiro refutou as extremas consequências do direito natural e do cartesianismo. Vico só foi compreendido quando as novas gerações se converteram de “ilustradas, enciclopedistas e jacobinas, em românticas, historicistas e liberais”. Para chegar à concepção de que a vida é história e estabelecer o historicismo como um princípio lógico foi preciso uma revolução espiritual que contém em si a sucessão de vários pensadores e filósofos. Para Croce, história e filosofia são idênticas, pois que uma e outra consistem na forma lógica do juízo, que é verdadeiro e genuíno. O homem conhece o que faz e assim verdade e fato se convertem um no outro. O meio de conhecimento da filosofia é o conhecimento histórico, de tal modo que aquela é uma espécie de historiografia ideal. A distinção que se costuma fazer só tem valor didático, mas não rigor absoluto.

Croce aproximou os conceitos humanismo e historicismo para mostrar a identificação de ambos nesta fórmula: o historicismo é o verdadeiro humanismo. O princípio universal do humanismo consiste na referência a um passado, para extrair dele as luzes que esclareçam a obra e ação próprias. Mas o humanismo, por amplas que fôs-

sem suas concessões, nunca chegou à conclusão que êle mesmo enunciava, isto é, que o passado, graças ao qual se ilumina nossa determinação e ação, é a história inteira da humanidade, que de vez em quando volta a fazer-se presente. A realidade é história e só historicamente a conhecemos; as ciências podem medi-la e classificá-la, como é necessário, mas não a conhecem propriamente, nem é seu ofício conhecê-la intrinsecamente (48).

Estas são as principais acepções. Outras foram dadas por Karl Mannheim e E. Rothacker (49). O primeiro definiu o historicismo como um poder espiritual de imprevisível alcance, “o verdadeiro suporte de nossa concepção do mundo, um princípio que não só organiza, com mão invisível, todo o trabalho científico-espiritual, como condiciona a vida diária. O historicismo não é historiografia, mas concepção do mundo e seu eixo filosófico é o pensamento da evolução. Para Rothacker, o historicismo é uma direção das ciências do espírito; o que se nota é a historização das ciências espirituais, isto é, das ciências humanas, em contraposição às físico-naturais.

Há outras acepções, como, por exemplo, a de K. Popper, segundo o qual historicismo é a “teoria ligada a tôdas as ciências sociais, que faz da predição histórica seu principal fim e ensina que o mesmo pode ser alcançado se se descobrem os ritmos ou padrões, as leis ou tendências gerais que dirigem os desenvolvimentos históricos” (50).

(48) Vide especialmente *La historia como hazaña de la libertad*, México, Fondo de Cultura Económica, 1942 (“El historicismo y su historia” e “Historicismo e Humanismo”); *Il carattere della filosofia moderna*, 2.^a ed., Bari, 1945 (onde discute o conceito de Filosofia como historicismo absoluto); *Filosofia e Storiografia*, Bari, 1949 (O historicismo e a idéia tradicional da filosofia). Vide ainda Manlio Ciardo, *Le Quattro epoche dello storicismo* (Vico, Kant, Hegel, Croce), Bari, 1947.

(49) Cf. “Historismus”, *Archiv fuer Sozialwissenschaft und Socialpolitik*, vol. 52, I, 1-60; E. Rothacker, *Logik und Systematik der Geisteswissenschaft*, Bonn, 1948.

(50) Vide K. Popper, *Misère de l'historicisme*, trad. francesa, Paris, 1956, XV. Vide também von Mises, *ob. cit.*, 224, que entende o termo como exagero ou superestimativa do ponto de vista histórico.

Os conceitos de Troeltsch, Meinecke e Croce apresentam traços comuns, que mostram sua raiz comum e unidade lógica, podendo ser assim caracterizados: 1) O historicismo é a conseqüente historização fundamental de todo nosso pensamento sôbre os homens para compreender sua cultura e seus valores. 2) É uma categoria do conhecimento humano, não só histórico, mas até poético, como pensa Croce. O fato é a verdade. 3) É um movimento espiritual, uma tendência que se opõe ao naturalismo e forma, com êste, uma das duas principais tendências dominantes. 4) Tôda a lógica moderna se centraliza ora no pensamento matemático-físico (natural), ora no pensamento histórico-genético. Os dois movimentos não estão apenas um ao lado do outro; procedem, apesar de todos os seus antagonismos, de raiz comum, da análise da consciência como fundamento da filosofia. 5) Ambos vingam no presente e levam a ameaçadores desenvolvimentos. O naturalismo pode conduzir ilimitadamente a uma temível naturalização, ao materialismo, à desolação da vida; o historicismo ao cepticismo relativista dos valores e a uma dúvida da cognoscibilidade. 6) Como disse Eugênio Imaz ⁽⁵¹⁾ trata-se, no historicismo, de uma consideração historicista da problemática filosófica. No lugar da metafísica coloca-se uma meta-história. No lugar da *mathesis universalis* de Descartes, a *História universal*. A filosofia não encontra a verdade refletindo sôbre o mundo físico, que não é radicalmente cognoscível, mas sôbre o mundo humano, o mundo histórico, sôbre o homem concreto, não abstrato. Desde que não mais se reconhecem as normas da formação da vida no dogma eclesiástico ou no seu descendente, o dogma racionalista, só restam a história como fonte e a filosofia da história como solução ⁽⁵²⁾.

(51) *El pensamiento de Dilthey*, México, El Colegio de Mexico, 1946, 13-29. Análise muito valiosa das relações do historicismo e do existencialismo encontra-se em E. Nicol, *Historicismo y Existencialismo*, México, 1950.

(52) E. Troeltsch, *Der Historismus*, ob. cit., 109. A posição da Igreja em face da concepção do historicismo, que desconhece "qualquer verdade ou lei absoluta" está afirmada na Carta Encíclica "Humani Generis" de Pio

Em conclusão, o historicismo não é só uma concepção do mundo, uma teoria do conhecimento filosófico, uma historização da vida. Significa que a vida é história (não historiografia) e não natureza, e só a conhecemos através da história (passado e vida presente). Procura elaborar os fundamentos da razão histórica (como Kant elaborou os princípios da razão pura), que se contrapõem aos do naturalismo, que é a base filosófica das ciências naturais. Historicismo e naturalismo são as duas estruturas do conhecimento teórico. Este é indispensável para o mundo extenso e amplo da natureza, aquêle para o mundo da vida humana; um corresponde ao mundo da exatidão, clareza, calculabilidade, o outro ao mundo humano e social da história, da criação, mutabilidade, responsabilidade, conteúdo espiritual e criação de valores. O historicismo procura estudar o mundo próprio da história, isto é, a estrutura íntima das operações e transformações das nações no tempo.

Ciências naturais e culturais

Para fazermos uma comparação de exemplos que distinguem perfeitamente segundo Rickert, as ciências naturais e culturais, basta lembrar a exposição de Von Baer sôbre o desenvolvimento do pinto no óvo e a exposição de Ranke sôbre os Papas Romanos nos séculos XVI e XVII. No primeiro caso, uma multidão de objetos, em número incalculável, ficou reduzida a um sistema de conceitos universais, que se propõem valer para a generalidade dos casos que se repetem sempre de novo. Ao

XII. Vide *Sôbre algumas doutrinas errôneas. Documentos Pontifícios*, Editora Vozes, Petrópolis, 1950, e Discours de Sa Sainteté Le Pape Pie XII au Xème Congrès International des Sciences Historiques, 7 Septembre 1955, Cidade do Vaticano, 7, onde se diz: "O termo historicismo designa um sistema filosófico; aquêle que não percebe em tôda realidade espiritual, no conhecimento da verdade, na religião, na moralidade e no direito, senão mudança e evolução, e rejeita, por consequência, tudo o que é permanente, eternamente válido e absoluto".

contrário, no segundo caso, uma série de realidades, uma série singular determinada é concebida de tal sorte que a particularidade e individualidade de cada caso recebe uma expressão que a exposição acolhe, a qual nunca existiu antes e jamais se repetirá. Dessa diversidade de problemas seguem-se, necessariamente, diversos modos e diversas formas lógicas de pensamento. Baer, como todos os especialistas da ciência natural, reúne o que têm de comum os diferentes objetos e o produto do seu pensamento é, em tal caso, o conceito específico universal. Ao contrário, Ranke tem de reduzir cada um dos Papas a um conceito particular e, para consegui-lo, necessita formar conceitos com conteúdo individual.

Outro exemplo que bem pode ilustrar essa diferença entre as ciências naturais e as ciências históricas é o seguinte: Um meteorologista estuda um ciclone com o fim de compará-lo com outros e estuda o seu número com o fito de verificar quais são suas características constantes, de modo a poder dizer o que são os ciclones. O historiador procede de maneira diferente. Quando êle estuda a Revolução Praieira ou a Balaiada, não tem como fim último concluir o que sejam as revoluções. A diferença está em que as ciências de observação, as ciências naturais são organizadas para fins diversos. Enquanto na organização da meteorologia o fim último do que se observou sobre uma situação é condicionado pela sua relação com o que se observou em outras situações, na organização da história o valor último do que se conhece sobre a Balaiada ou sobre a Revolução Praieira é condicionado não pelas relações com o que é conhecido sobre as outras revoluções, porém em relação ao que é conhecido sobre as outras coisas que o povo fez na época da Balaiada ou da Revolução Praieira.

Características do fato histórico

A história é, assim, o suceder singular em sua particularidade, individualidade e irreversibilidade.

Essa diferença essencial entre ciência natural e ciência cultural, justificada filosófica e logicamente por Dilthey e Rickert, não ganhou logo a unanimidade de historiadores e filósofos. Já acentuamos que muito depois da obra dos dois mestres, Lamprecht fazia exatamente o contrário: usava e abusava da biologia na história. Embora os historiadores estivessem bem munidos metodologicamente para resistir a esta tentativa de deturpação da história e a erudição alemã permanecesse céptica em relação à falsa história científica de Lamprecht, foi somente em 1903, na reunião do Sétimo Congresso de Historiadores Alemães que Friedrich von Gottl-Ottilienfeld protestou contra essa historiografia naturalista, negando-se a admitir que a história da humanidade fôsse apenas uma continuação da história da natureza. E propôs, então, que se emancipasse o pensamento histórico do naturalismo ⁽⁵³⁾.

No campo da história concreta, atendia-se ao pensamento de Dilthey e Rickert, mais tarde incorporado aos tratados de metodologia histórica. Assim, por exemplo, o mais recente tratado alemão, o de Wilhelm Bauer, ao distinguir as duas espécies de ciência declara: a natural tende à simplificação de sua conceituação, subordinando os fatos particulares a grandes conceitos gerais, enquanto que a história se detém de preferência ante a multiplicidade dos fenômenos e considera especialmente sua individualidade e irreversibilidade, o fato de que se deu uma vez e não voltará a se dar.

A ciência natural atinge a sua mais alta finalidade quando consegue expressar em fórmulas gerais as relações fixas que existem entre os elementos da realidade. Ela atomiza, em primeiro lugar, o mundo, e logo o reduz a um esquema (lei matemática), a uma receita, no dizer de Paul Valéry, dominada pela necessidade. Por isso

(53) Friedrich von Gottl-Ottilienfeld, *Wirtschaft als Leben, eine Sammlung erkenntniskritischer Arbeiten*, Jena, Fischer, 1925, citado por Benedetto Croce, *La historia como hazaña de la libertad*, México, Fondo de Cultura Económica, 1942, 330-331.

a sua finalidade é o conhecimento do geral, enquanto que a finalidade da história é a compreensão; uma compreensão que quer que reviva entre nós a vida em toda sua plenitude de relações, tendendo a conhecer o que é especial na generalidade do conceito.

Vimos, com Dilthey, o papel que representa a compreensão nas ciências culturais e especialmente na história, considerada por Cassirer como uma ciência hermenêutica, ao contrário das ciências naturais que são ciências de leis. Os conceitos de individualidade, singularidade, particularidade e irreversibilidade que, segundo a maioria dos autores dessa corrente, constituem os característicos principais dos fatos históricos, devem ficar bem esclarecidos.

É preciso examinar porque o processo científico-histórico se orienta sempre para a particularidade, a individualidade da realidade que sucedeu e não sucederá de novo. Os fatos singulares são aqueles que se consideram em sua individualidade, distintos de quaisquer outros. Assim, por exemplo, a Restauração da Bahia, em 1625, é um fato singular. Ela se distingue de todos os outros fatos históricos. É o transcórrer individual e único que sempre interessa à história.

O objeto científico da história é o único, o especial, não só no seu isolamento, mas na dependência da evolução dentro da qual ele existe e é levado em consideração (54). A unicidade concreta do fato histórico ou sua singularidade, particularidade e individualidade implica na sua irreversibilidade. Os fatos isolados, particulares, singulares ou individuais são os ocorridos uma só vez (55).

Desde Hegel, que foi o primeiro grande filósofo da história, sustenta-se a irreversibilidade dos fatos históricos. A lição essencial que colhemos da história é a de que não

(54) Ernst Bernheim, *Lehrbuch der historischen Methode und der Geschichtsphilosophie*, Leipzig, Verlag von Ducker & Humblot, 1908, 10.

(55) Johannes Thyssen, *Die Einmaligkeit der Geschichte. Eine Geschichtslogische Untersuchung*, Bonn, Cohen, 1924.

há jamais um caso completamente igual a outro e que, portanto, um fato nunca se repete; mesmo que uma causa igual ou semelhante atue. “Os fatos históricos não aparecem senão uma vez no transcurso do tempo e não se reproduzem nunca de modo igual.” (56)

É a necessidade didática de classificação dos fatos históricos que conduz à falsa idéia da repetição na história. Mas não é possível que por simples exigência didática se deforme a essência da história, que é a eterna mudança, não de nomes e de colocação no espaço e no tempo, mas dos próprios atos e fatos. A própria variação de nomes não basta para mostrar que se modificaram os conteúdos espirituais? pergunta Croce. E já Huizinga denunciou os perigos da inflação de conceitos e do uso de padrões fixos. É assim o caso do termo Renascimento, que se deve datar de época entre Donatelo e Ticiano e que, no entanto, tem-se estendido de tal modo que se chegou a falar de “renascimento” carolíngio e “renascimento” geral. Com isso a palavra perde seu miolo e seu sabor, já que um termo histórico só conserva sua valia quando se liga a um passado historicamente determinado. O mesmo ocorreu com as palavras gótico e barroco (57).

O outro perigo está na tentação de aplicar um conceito ou esquema a fatos que exigem uma nova penetração, uma nova qualificação especial. São assim os termos capitalismo, feudalismo, reação, burguesia e democracia.

(56) Hegel, *Lecciones sobre la filosofia de la historia universal*, Buenos Aires, Revista de Occidente Argentina, 1946, 157; Louis Halphen, *Introduction a l'Histoire*, Paris, Presses Universitaires de France, 1946, 73; W. Bauer, *Introduccion al estudio de la historia*, Barcelona, Bosch, 1944, 48; Xenopol, *Teoria de la historia*, Madrid, 1911, 106.

(57) Num estudo recente, Isaiah Berlin (*Historical inevitability*, Oxford Univ. Press, 1955, 37, 61, 72) fala de ambigüidade e confusão geradas por termos ou conceitos que têm significação fluida e mudam de significação ou aplicação. Tais, por exemplo, “espírito clássico”, “renascimento” (fala-se agora em Renascimento na China Comunista), “Espírito Medieval” ou “capitalista”, “o século 20, a última etapa do capitalismo”, que, às vezes, parecem entidades supernaturais de grande poder, espíritos neoplatônicos ou gnósticos, anjos e demônios que brincam conosco e fazem exigências que, não obedecidas, nos põem em perigo.

O historiador que trata a sério de dar uma reprodução viva e digna de confiança do passado deve evitar cuidadosamente o uso de tѐrmos carregados de sentimento e ressentimento (58).

Ora, o uso de tѐrmos como romantismo e classicismo na história da arte, de materialismo e espiritualismo na história da filosofia, de liberdade e democracia, tirania e demagogia na história política fêz crer que a história fôsse, como lembra Croce, uma alternativa monótona dos mesmos fatos, que se repetiam sob formas sucessivas. Mas o ponto essencial, o próprio da história, não está nos rótulos postos sôbre os acontecimentos mas nos próprios acontecimentos, cada qual de per si, com sua fisionomia inconfundível (59).

Do mesmo modo que é sempre perigoso querer comparar figuras literárias, mesmo levando em conta apenas sua obra, assim também seria uma ilusão comparar personalidades políticas ou acontecimentos sempre essencialmente únicos e singulares. Eles filiam-se à história precedente, como as revoluções sucessivas da Regência e do Segundo Império, mas 1832 difere totalmente de 1835-1845 ou de 1848. Cada revolução é um fato único, que não se repete e nem seus produtos se transmitem intactos, salvo quando são etapas de um mesmo processo. Cada líder, como um poeta, mesmo que venere seus antecessores, entoia um canto que êste não entoou (60).

A história é perpétua mudança, como um rio que corre num fluxo incessante. Nunca pára e nunca retorna. Segue sempre para a frente, ligada ao que precede e ao que será (61).

(58) J. Huizinga, *Im Bann der Geschichte, Betrachtungen und Gestaltungen*, Basel, Akademische Verlagsanstalt Pantheon Schweizerische Lizenzausgabe, 1943, 55, 58, 59.

(59) Benedetto Croce, *La historia como hazaña de la libertad*, México, Fondo de Cultura Económica, 1942, 299.

(60) Benedetto Croce, *ibid.*, 303.

(61) Sôbre a irreversibilidade da história é quase unânime a opinião dos teóricos e filósofos da história, constituindo exceção alguns historiadores remanescentes do pragmatismo. Coube a Ranke afirmar, pela primeira vez, que o singular é o fundamento do saber histórico. (W. Dilthey, *El mundo*

É lógico que ao conceituar o fato histórico como singular e individual não se eliminam da história as manifestações coletivas. A singularidade ou individualidade está na eterna diferença de um para outro. A história considera tanto o indivíduo quanto a coletividade, que produziu o fato. Em face de fenômenos análogos, a Independência do Brasil ou a Independência americana, o historiador individualiza o que corresponde a cada suceder, dirigindo-se ao especial de cada fato e não, como nas ciências naturais, ao geral.

O fato histórico é, então, precisamente aquele que sempre se distingue pelas suas particularidades dos outros, que nada têm de comum com os outros fatos históricos. A tarefa primária da história é comunicar aos menos sensíveis ou menos eruditos uma consciência viva de outros tempos e outros lugares, como sempre distintos e peculiares.

Mas de que modo existe o universal na história? Este foi um dos problemas mais debatidos da lógica de Dilthey e Rickert (62). Dizer apenas que as verdades universais do pensamento abstrato não são o fundamento

historico, México, Fondo de Cultura Económica, 1944, 123). Entre os teóricos da história que participam desse ponto de vista, apontam-se todos os grandes autores de trabalhos metodológicos, como Ernst Bernheim (*Lehrbuch der historischen Methode und der Geschichtsphilosophie*, Leipzig, Verlag von Duncker & Humblot, 1908, 9-10), Wilhelm Bauer (*Introducción al estudio de la historia*, Barcelona, Bosch, 1944, 36, 38, 39, 48), G. M. Trevelyan (*The recreations of an historian*, London, 1919, 22), Fred M. Fling (*The writing of history*, New Haven, Yale University Press, 1926, 24) e Charles Beard ("Ground for a reconsideration of historiography", in *Theory and practice in historical study: a report of the Committee on historiography*, New York, Social Science Research Council, Bulletin 54, 1946, 6-7 e 137). Entre os filósofos da história, Vide: Hegel (*Lecciones sobre la filosofía de la historia universal*, Buenos Aires, Revista de Occidente Argentina, 1946, 157), Wilhelm Dilthey (*Introducción a las ciencias del espíritu*, México, Fondo de Cultura Económica, 1944, 39-41 e *El mundo histórico*, México, Fondo de Cultura Económica, 1944, 108, 123, 139), Heinrich Rickert (*Ciencia cultural y ciencia natural*, Buenos Aires, Espasa Calpe, 1937, 77, 79, 103), Benedetto Croce (*La historia como hazaña de la libertad*, México, Fondo de Cultura Económica, 1942, 297-304); e Theodor Litt, "The universal in the structure of historical knowledge", in *Philosophy & History. Essays presented to Ernst Cassirer*, Oxford, At the Clarendon Press, 1936, 131.

(62) Theodor Litt, "The universal in the structure of historical knowledge", in *Philosophy & History. Essays presented to Ernst Cassirer*, Oxford, At the Clarendon Press, 1936, 125.

da ciência histórica, mas seu fim último, e que elas estão sempre em relação mútua com o conhecimento histórico singular não parece resolver o problema. Esta a palavra de Dilthey. Para Rickert, o universal entra na história não como nas ciências naturais, mas como um meio indispensável. O fim não é o universal, mas o único e a história usa da significação universal das palavras como elemento que representa a imagem do particular.

Para Rickert, o naturalmente universal é a lei física, o teorema matemático, e o historicamente universal é o valor cultural. O primeiro tem uma validade universal e é universalmente aceito. Assim a teoria da relatividade (63) ou o teorema de Pitágoras. O histórico só é universal pela sua importância. A realidade histórica tem um valor universal quando, na sua individualidade, se tornou importante, e não porque possa ser observada ou experimentada universalmente. A Independência dos Estados Unidos é um fato de importância universal. O conhecimento do fato histórico — Independência dos Estados Unidos — é também aceito universalmente. A diferença está em que um teorema algébrico, uma fórmula química ou uma lei física têm existência universal, podendo ser observada ou experimentada universalmente, enquanto a Independência dos Estados Unidos, embora seja universalmente conhecida, não sucedeu nem sucederá universalmente. É um fato histórico particular dos Estados Unidos, mas universal pela sua importância e significação social, política ou cultural. O universal histórico é o que ultra-

(63) A teoria da relatividade formula as leis físicas para todos os sistemas de coordenadas, ao contrário da lei de Newton, que embora continue como a base de todos os cálculos astronômicos, em matéria de gravidade só é válida no sistema de inércia, porque se baseia apenas na distância. Na teoria da relatividade, as leis físicas são as mesmas em todos os sistemas de coordenadas, movendo-se uniformemente. Cf. Albert Einstein e Leopold Infeld, *The evolution of physics*, New York, Simon and Schuster, 1938, 67, 225, 226, 249 e 259. Na história concreta, tanto Ranke como W. von Humboldt afirmaram que o historiador só busca o particular. "O formal é o universal, o real é o particular, o vivo". L. Ranke, *Politisches Gespräch*, citado por Ernst Cassirer, *El problema del conocimiento*, México e Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1948, 343, 346, 359.

passa os limites da existência meramente local e temporal e possui significação válida para todos os homens e todos os tempos.

Mas não é só pela consideração que todos os homens em todos os tempos atribuem ao fato histórico que o universal entra na história. O fato histórico individual exprime-se em formas universais de pensamento e linguagem. Há padrões de conduta, alguns comuns à natureza humana. O historiador não procura descrevê-los em sua generalidade, mas particularizá-los em sua individualidade.

Há uma forma de conduta universal dos grupos sociais chamada Revolução. Pois bem, o historiador não descreve a Revolução em geral — o que não é problema histórico, mas sociológico, mas esta forma universal de conduta, no caso particular da Revolução Francesa, Inglesa, Americana, etc. Há também padrões característicos de conduta econômica como, por exemplo, o *laissez-faire* na Inglaterra na época vitoriana, ou o capitalismo, sistema econômico particular com características bem determinadas. Tratam-se de generalizações empíricas indispensáveis, formas universais de expressão do particular. Na forma puramente simbólica do universal contém-se apenas o particular, como no qualificativo da Revolução Francesa se exprime o individual do conceito universal Revolução. O que se quer é qualificar a particularidade do fato histórico.

É certo que o historiador pode fazer uma história das revoluções ou do capitalismo, mas, nesse caso, ele terá que destacar cada uma delas em sua particularidade. Ainda assim não estaria fazendo essencialmente história, mas história social ou econômica, as quais, pela vizinhança com a sociologia e a economia, têm maior possibilidade de generalização.

Há ainda a considerar a significação universal das palavras. Quando, por exemplo, Varnhagen escreve que “pelo mesmo tempo que a Côrte, em Julho de 1609, se

ocupava com ternura e carinho de mandar declarar livres todos os índios, os de Pôrto Seguro se mostravam insolentes e alevantados, pondo em apertado cêrco o engenho de Gomes de Aragão” (64). O caráter da particularidade dos “índios de Pôrto Seguro” não se confina ao sujeito gramatical indicado pelo nome próprio, mas está no predicado “insolentes e alevantados”, independente da universalidade da significação daquelas palavras. A significação do predicado não exclui a particularidade da insolência e do alevantamento do sujeito definido. É precisamente a insolência dêstes definidos índios que êle quis significar e não a insolência como forma universal de atividade que êles exercem como inumeráveis outros índios. Aqui, naturalmente, entra em jôgo aquela forma de universal no desenvolvimento da qual a linguagem torna possível um processo classificador do pensamento (65).

Vemos, assim, além da importância histórica, as generalizações empíricas, os conceitos fundamentais *a priori* e a significação universal das palavras, como forma do universal na estrutura do conhecimento histórico (66).

Exemplificados êsses conceitos, podemos concluir chamando de histórico a essa plenitude de suceder na multiplicidade das suas relações e enlaces externos e internos que constituem, por assim dizer, o material em bruto do qual o historiador extrai e forma a história no sentido subjetivo. Vemos, também, que ao formar a história êle se utiliza da *seleção*, que se acha condicionada, por sua vez, aos sinais externos dos fatos e de seus efeitos ou à *influência* que os mesmos tenham exercido sôbre outros fatos. É a questão da *eficácia* histórica, segundo a ex-

(64) Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, S. Paulo, Editora Melhoramentos, s. d., v. II, 138.

(65) As pesquisas sôbre o universal na linguagem devem-se a Ernst Cassirer, na sua *Philosophie der symbolischer Formen*, Berlin, 1923, v. I, *Die Sprache*, 244. Cf. Theodor Litt, “The universal in the structure of historical knowledge”, in *Philosophy & History. Essays presented to Ernst Cassirer*, Oxford, At the Clarendon Press, 1936, 131.

(66) Theodor Litt, ob. acima citada, 135-136, e H. Rickert, “Les quatre modes de l’universel dans l’histoire”, *Revue de synthèse historique*, t. 2, 1901, 121-140.

pressão de Eduard Meyer, ou do *valor cultural* do fato, segundo Rickert, no fundo duas fórmulas muito parecidas para exprimir a mesma idéia, desde que a eficácia se comprova pelos juízos dos contemporâneos, ou seja pelos juízos de valor que os contemporâneos fazem dos fatos históricos.

Para compreender a seleção é preciso não confundir a história com o escrito histórico. A continuidade do processo histórico só é datada por necessidade de compreensão e recriação, e, portanto, no escrito histórico, que trata do passado. É nesse sentido que se deve compreender a frase de Croce, de que a contemporaneidade é o caráter de toda a história (67). Também Heidegger acentuou que a equação entre o histórico e o passado não é mais que uma ilusão, devido a que, de ordinário, os acontecimentos a que se ajunta o epíteto histórico são de fato já passados; porém podemos perfeitamente definir tal ação contemporânea como histórica, porque prevemos que determinará “a história”, isto é, os sucessos que estão por vir (68). Enquanto o passado é o momento fundamental da historicidade, a fonte principal da historicidade está no presente, que é capaz de constituir uma história. Assim, não há, filosoficamente, distinção no processo histórico entre as três etapas fundamentais da própria vida quotidiana, o ontem, o hoje e o amanhã. O escrito histórico só se ocupa do passado, embora o presente, que logo se transforma em passado, seja criador da história. Por isso diz Jaspers que a história e o presente são inseparáveis, e que a objetividade da história e a subjetividade do agora

(67) Vide *Teoria e Storia della storiografia*, 5.ª ed., Bari, 1943, 5. P. Gardiner, por não compreender aquela distinção, considerou uma contradição em si mesmo o pensamento *croceano*, de que a história é conhecimento do presente eterno. Vide *The Nature of historical explanation*, Oxford Univ. Press, 1952, 36, nota 1.

(68) A. de Waelhens, *La filosofia de Martin Heidegger*, Madrid, 1945, 234.

vivem em virtude um do outro, pois na visão do grande resplandece a história como presente eterno (69).

Ora, se a história está tão entrelaçada com o presente é lógico que este representa um papel decisivo no escrito histórico. Ele é fonte da história futura pela criação dos fatos, e é árbitro da seleção dos fatos; ele é o historiador, não porque este possa antever a historicidade — e aí ele já faria seleção no próprio presente, mas porque “está sujeito à ressonância dos fatos no seu próprio tempo” (70). Não se trata só de apresentar o passado com vestuário do presente, mas de recolher e recriar o importante ou ínfimo, que para os homens presentes é essencial na sua existência, ou que pertença ao mundo atual de sua experiência. (71).

De modo que os fatos podem repousar durante muito tempo, através dos séculos, para reaparecer devido ao interesse que alcançaram na atualidade, no juízo dos contemporâneos. Como disse Cassirer, o conhecimento histórico é a resposta a perguntas definidas. Uma resposta que deve ser proporcionada pelo passado. Porém, as próprias perguntas acham-se colocadas e ditadas pelo presente, pelos nossos interesses intelectuais presentes e pelas nossas necessidades morais e sociais presentes. É devido aos interesses diferentes de cada geração que a história é reescrita, bem como pelo encontro de novos materiais, que tornam possível uma visão mais clara dos fatos estudados.

Isto não significa, no entanto, que o historiador se torne um simples “claqueur” dos fatos e acontecimentos e só formule questões com suas respostas de acordo com as correntes vivas do presente, pois se assim fôsse, se ele se pusesse a reforçar ou reprimir tendências, opiniões e

(69) Karl Jaspers, *Vom Ursprung und Ziel der Geschichte*, München, 1949, 333 e 339, trad. esp., Madrid, 1950, 289 e 294. A frase é quase igual à de Croce.

(70) Eduardo de Oliveira França, “A Teoria Geral da História”, *RH*, n. 7, 1951, 122-123.

(71) Cf. Oakeshott, *Experience and its modes*, citado por P. Gardiner, *The nature of historical explanation*, *ob. cit.*, 35.

doutrinas atuais com explicações do passado, seria um escritor tendencioso, um publicista sem categoria ⁽⁷²⁾. A História serve à própria História, mas grande parte da história é elaborada para atender às solicitações a que se referia Cassirer.

Desenvolvimentos posteriores

O mundo histórico recebeu de Dilthey e Rickert a mais autêntica compreensão filosófica. Rickert continuou suas investigações em sua obra *O Problema da Filosofia da História* ⁽⁷³⁾, onde, ao analisar as três épocas da filosofia da história, mostra que na terceira é o sujeito e não a natureza o ponto central da teoria do conhecimento. A Natureza, diz êle, não é a realidade absoluta, mas seu modo geral, determinado por formas compreensivas subjetivas, e assim o infundável universo não é nada mais que uma idéia do sujeito. Através dessa idéia, os fundamentos do naturalismo estão totalmente minados ⁽⁷⁴⁾. O homem, agora como sujeito, não só está no centro da Natureza cientificamente concebida pela sua razão teórica, como a compreende com sua razão prática. A Natureza já não é mais o mundo, mas uma representação do ser sensorial através do homem. Há, assim, um sentido em explicar a vida cultural historicamente condicionada em sua unicidade e individualidade de valores.

Troeltsch, Croce, Collingwood, Ortega y Gasset e o próprio Jaspers ⁽⁷⁵⁾ aceitam, em linhas gerais, as carac-

(72) G. Ritter, "Leistungen, Probleme und Aufgaben der Internationale Geschichteschreibung zur neuen Geschichte", *Relazione*, vol. VI do X Congresso Internazionale di Scienze Storiche, Firenze, 1955, 322.

(73) *Die Probleme der Geschichtsphilosophie, Eine Einfuehrung*, 3.^a ed., Heidelberg, 1924.

(74) *ob. cit.*, 138-139.

(75) As principais obras de E. Troeltsch (*Der Historismus und seine Probleme*, 1922; de B. Croce, *Teoria e storia della storiografia*, 1943; de R. G. Collingwood, *The idea of nature*, 1945 e *The idea of history*, 1946; de Ortega y Gasset, *Historia como sistema*, 2.^a ed., 1942, já foram aqui aprovadas. Resta lembrar o continuador de Ortega, Julian Mariás, *Introducción*

terísticas do conhecimento histórico, tais como foram aqui expostas nas linhas do pensamento de Dilthey e Rickert.

O Positivismo Lógico e a História

Uma nova escola filosófica, o positivismo lógico do “círculo de Viena”, ou a chamada filosofia científica, não aceita as teses de Dilthey e Rickert e seus sucessores e defende a unidade do conhecimento científico. Segundo os positivistas lógicos, a primeira dificuldade para o estabelecimento de juízos positivos está na linguagem, que dividem em científica e do senso comum. A “lógica” acumulada na linguagem comum representa um estágio primitivo da ciência; o positivista, como toda gente, usa a linguagem coloquial de modo a se fazer compreendido, mas usa-a de modo crítico. A filosofia científica procura, em primeiro lugar, determinar o que há de comum em todos os ramos da ciência. O principal problema surge quando se estudam as relações mútuas dos dois grupos de ciências, que, de regra, têm sido consideradas como opostas ou mesmo incompatíveis: as ciências naturais e as humanidades. O positivismo lógico pela primeira vez desenvolveu a idéia de que a epistemologia não é senão o estudo lógico da linguagem na qual se expressam os resultados científicos ⁽⁷⁶⁾.

O “círculo de Viena” desenvolveu a teoria de que a linguagem científica pode ser construída de maneira coerente em simples elementos uniformes. As sentenças são curtas e imediatamente compreensíveis. Para eles não existe diferença fundamental entre a ciência natural e a história, e especialmente entre os dois casos extremos: a física teórica e a história pura (?). Para sustentar isso

a la filosofia, e aceitando também a unicidade, irreversibilidade, particularidade da história, Karl Jaspers, *Vom Ursprung und Ziel der Geschichte*, 1949, trad. esp., *Origem e meta de la historia*, Revista de Occidente, 1950.

(76) Não aceitam o dualismo científico, mas defendem o dualismo e, até mesmo, a pluralidade lingüística.

afirmam que o historiador usando, para a descrição dos acontecimentos, das expressões que a linguagem coloquial lhe oferece (e só ocasionalmente a suplementam ou alteram com suas próprias formulações), reduz (!) o “único” a uma combinação de elementos reversíveis ou capazes de repetição, e então procede análogamente ao físico, que retira da corrente dos fenômenos naturais os aspectos que se repetem ou recorrentes. O trabalho científico do historiador consiste essencialmente nesta redução e na concepção de juízos gerais sobre os quais repousa a redução. Pode-se dizer que o trabalho do historiador está mais próximo da realidade do que o do físico, no sentido de que os processos de abstração e simplificação que aplica não se adiantam muito ao usual na linguagem diária. O contraste entre os dois campos extremos pode, talvez, ser esquematizado dizendo-se que o físico faz *especialmente* afirmações gerais e deixa as inferências dos casos individuais ao leitor, ao passo que o historiador, ao contrário, usa seus julgamentos gerais *antes de tudo* para a seleção e formulação das sentenças que descrevem a ocorrência individual. Assim, não concordam os positivistas que seja uma caracterização útil afirmar que a física, no caso ideal, consista somente de sentenças que são tão gerais quanto possíveis, e que a história consista somente de afirmações puramente individualizadas. Para eles, em todos os campos se encontra uma progressão da observação simples para a generalização compreensiva, que corresponde à essência do trabalho científico, mesmo que a extensão da generalização que se almeja e se consegue seja muito diferente nas várias disciplinas.

Finalmente, não se pode construir um contraste básico entre as ciências naturais e as humanidades em relação à matéria ou ao método. Estabelecidos esses princípios gerais sobre a alegada limitação dos conceitos científicos e afirmada a inexistência do dualismo científico, propõem-se os positivistas lógicos a tratar da conceituação histórica. Depois de fixar que a palavra história é empregada no sentido de objeto do escrito histórico e de escrito de um

historiador, afirmam: 1) que não se pode distinguir entre ciência natural e história, na base da unicidade, pois na evolução biológica do homem, na teoria da descendência e na paleontologia ocorre o “único”, no mesmo sentido histórico; 2) que na história científica, em princípio, tal como ocorre na física, se destacam do curso único dos acontecimentos os fenômenos parciais que se repetem (reversibilidade); que a história trata dos eventos que aconteceram nos últimos 5 ou 6 mil anos, e que estão conotados uns com os outros pela tradição (!); num passo adiante, estão as ocorrências filogenéticas, que influem umas sobre as outras, pela hereditariedade; um passo abaixo, os processos físicos, fisiológicos e psicológicos, cuja duração tem a mesma ordem de magnitude da prolongação das reações humanas individuais; que o problema epistemológico decisivo na ciência histórica é o da verdade histórica (Neste caso exemplificam deste modo: quando nós afirmamos “César cruzou o Rubicão”, a questão do critério de verdade aparece e o conceito aristotélico da verdade, de acordo com o qual a sentença “A é B é verdadeira se A é *realmente* B” não basta aqui, porque é exatamente aquele é *realmente* —, já que se trata de passado, que precisa de explicação. Naturalmente, raciocinam os lógicos positivistas, que concordam que a sentença em questão é conotada com as regras apropriadas da linguagem, isto é, César é o nome de uma pessoa e não de um rio, e Rubicão de um rio e não de uma propriedade. Ora, como não é possível a verificação, afirmam que em relação ao passado só se pode dizer sobre aquilo que deixou traços); que o critério da verdade de uma afirmação histórica repousa na verificação possível dos efeitos posteriores observados dos fatos alegados e de suas conseqüências indiretas (fontes!), incluindo a aplicação de inferências derivadas de experiências gerais.

O texto de uma exposição histórica, como um todo, ou de um detalhe, não é nunca determinado pelos fatos, mas sempre se origina da *teoria* (todo registo histórico é uma teoria do acontecimento em questão, como a aplica-



ção das equações de Newton é uma teoria de um simples fenômeno do movimento). A teoria está incluída nas convenções lingüísticas geralmente aceitas, por estipulações implicitamente admitidas, por suposições hipotéticas sobre relações causais e, finalmente, pelos fins manifestamente estabelecidos e as tendências tácitas. As teorias históricas (Comte, Marx, Buckle, Spengler) consistem de princípios gerais fracamente fundamentados, que pretendem ser exclusivistas. Tornar precisas essas idéias, adaptá-las umas às outras, determinar seus fundamentos empíricos e delinear os limites da validade, parecem ser os problemas cuja solução se encontra num futuro remoto (77).

A chamada filosofia científica, que reduz o método à linguagem, exprime-se com uma total incompreensão das características do trabalho histórico, falando de história pura, de redução, desconhecendo a unicidade, particularidade e individualidade do fato histórico, tal como foi exemplificado nessas páginas. Baseando-se no velho tratado de J. G. Droysen, hoje tão ultrapassado; estabelecendo que o problema decisivo é a verdade histórica, com o citado exemplo tão ingênuo; ensinando que na história só se pode afirmar o que deixou conseqüências, e explicando daquele modo cândido qual o critério da verdade histórica; não compreendendo o papel dos conceitos gerais, como Revolução, na individualidade histórica, o positivismo lógico não traz conseqüências para o conhecimento histórico e em nada contribui para seu esclarecimento positivo. Dizer que todo acontecimento físico é único, como o fez von Mises e reafirma Hans Reichenbach (78), e, portanto, que a unicidade não é característica da história, é não compreender o conceito já explicado. Dizer que “duas situações políticas que conduzem à guerra podem ser muito diferentes em muitos detalhes, mas que ambas

(77) Seguimos e resumimos a exposição de Richard von Mises, *Positivism. A Study in human understanding*, Harvard Univ. Press, 1951, 2, 3, 9, 211, 212, 213, 219-223.

(78) “Probability methods in social sciences”, *Policy Sciences*, Stanford Univ. Press, 1951, 121-128.

exibem certas feições comuns, que as fazem conduzir à guerra” e que, portanto, a explicação histórica, como física, consiste em mostrar que a ocorrência individual é o padrão para uma relação geral que pode ser estabelecida ⁽⁷⁹⁾, não parece contribuir para o esclarecimento do problema. Sustentar na crítica ao conceito da irreversibilidade histórica que o processo da combustão ⁽⁸⁰⁾ é irreversível, parece aos historiadores e filósofos da história total incompreensão ⁽⁸¹⁾ da impossibilidade de reproduzir um fato histórico, a menos que se esteja jogando com os conceitos

(79) Hans Reichenbach, *ibid.*

(80) Hans Reichenbach, *La filosofia científica*, México, Fondo de Cultura Económica, 1953, 138.

(81) Total incompreensão do conhecimento e pesquisa histórica e da historiografia se revela em artigo de partidário da filosofia científica no Brasil. (“História e Ciência”, *Diário de Notícias* (Rio de Janeiro), 18 de dezembro de 1955). Vejam-se, por exemplo, as seguintes afirmações: “O estudo histórico, ao contrário do que acontece no domínio científico, desenvolve-se em plano puramente discursivo, sem recorrer a equações funcionais, que captem os vínculos de proporcionalidade constante entre as variáveis”. Certas disciplinas (e a história seria uma delas) sofrem de infantilismo metodológico. Imaturidade maior, porém, revela o próprio autor ao escrever que “o registo cronológico” baseado na observação dos períodos cíclicos que correspondem às inundações do Nilo seria trabalho de historiador. O registo cronológico, simples auxílio à história, não é trabalho de historiador e nem sequer de cronista. O Autor declara que “a manipulação (!) direta das fontes e documentos requer aptidão de especialista, que se mostre capaz de discernir os dados autênticos por mais que eles se ocultem sob a camada espessa do trivial e aleatório”. Ao lado disso o historiador deve recorrer à “pesquisa das causas, porém suplementada por hipóteses sobre a influência no concreto de poder político e de liberdade social, que se projeta no plano da metodologia científica”. “Sua atividade se mostra extremamente complexa, pois implica um jogo duplo em que poucos se mostram peritos, revelando quase toda maior inclinação para a técnica historiográfica, desacompanhada de qualquer preocupação com a crítica das instituições e a análise de seu sentido político e social”. A historiografia não aguardou a lição dos positivistas e do filósofo brasileiro para recorrer à pesquisa das “causas” e motivos e para examinar e criticar as instituições, o poder político e a liberdade social. Ranke, Dopsch, Mommsen, Huizinga, Meinecke e Pirenne há muito tempo deram à história o sentido crítico que dela exigem os positivistas que efetivamente não a conheceram. O que eles não puderam fazer e nunca se fará em qualquer disciplina humanística — foi eliminar o plano narrativo e recorrer “a equações funcionais que captem os vínculos de proporcionalidade constante entre as variáveis”, pois, de outro modo, eliminar-se-iam a linguagem e a palavra com todas as suas inevitáveis ambigüidades. Não é possível converter a história numa fórmula algébrica ou em figuras geométricas. Podemos identificar-nos com as personagens históricas e as obras poéticas e compreendê-las, diz P. Kim, mas não com as idéias ou o mundo dos sentimentos do quadrado da hipotenusa ou de uma nuvem carregada de eletricidade (*Einfuehrung in die Geschichtswissenschaft*, Berlin, 1947, 64).

gerais, indispensáveis na narração histórica, como, por exemplo, o da Revolução, já tratado, e esquecendo que só o fato histórico deve ser sempre qualificado: Revolução Francesa, Americana, Russa, sem o que se trata de uma abstração a-histórica. A história não estuda Revoluções em abstrato, mas revoluções específicas.

A linguagem histórica.

Uma crítica do positivismo deve ser mais cuidadosamente observada: a linguagem histórica deve ser menos vaga e complexa, menos obscura e ornada, evitando-se o tom discursivo oratório, heróico e fútil para torná-la inconcussa. A variedade e riqueza da história não deve ser motivo para o uso de uma linguagem vaga e enfeitada. A precisão e definição de certos conceitos em termos exatos deve ser tentada, para que se evitem desentendimentos. Já nos referimos aos conceitos como Revolução, Feudalismo, Barroco, Renascimento, Capitalismo, Civilização⁽⁸²⁾, que são muitas vezes empregados em sentidos diferentes.

Sobre o conceito das palavras Revolução, Revolta, Rebelião, Barbosa Lima Sobrinho⁽⁸³⁾ mostrou como “a divergência no seu emprêgo anuncia, antes de tudo, uma interpretação diferente dos fatos”, o que revela a importância do esclarecimento conceitual destes termos na historiografia. Lembra o autor que no tempo do Império todo movimento armado era denominado rebelião, mas isso “seria mesquinho para nós que desejamos enquadrar o movimento de 1848 na história do Brasil e não no Código Penal do Império. Do ponto de vista dos governos constituídos, toda a revolução não passa de uma rebelião. Mas que valeria uma história sujeita a critérios primitivos, ou adstrita às classificações das leis penais?” Além das Revoluções que são qualificadas pelos adjetivos como Praieira,

(82) Vide José Honório Rodrigues, “Civilização. Palavra e conceito”, *Diário de Notícias* (Rio de Janeiro), 24-5-1953; V. Alfred Cobban, “The Vocabulary of Social History” in *Political Science Quarterly*, 1956, V 71, 1-17.

(83) “Revolução, revolta, rebelião”, *Jornal do Brasil*, 10-7-1949.

Farroupilha etc., ou pela época, Revolução de 1817, fala-se, muitas vezes, de Revolução social, industrial, significando movimentos sociais e econômicos. No primeiro caso, como acentuou ainda Barbosa Lima Sobrinho ⁽⁸⁴⁾, tôdas as revoluções são movimentos sociais. “Para se dizer, porém, de uma determinada revolução que fôra uma revolução social, seria necessário exigir um pouco mais que a simples presença e atuação de fatores econômicos. O que poderia justificar semelhante classificação seria um conflito de classes, mas um conflito perfeitamente definido e com as necessárias proporções, para decidir dos sucessos e para orientar os fatos.” E não só isto. ‘Como a história não estuda em geral Revoluções políticas ou sociais, mas tais e quais revoluções políticas e sociais, sempre se há de ater o historiador a revoluções específicas no tempo e no espaço. Ele pode descrever a história das revoluções, mas sua narração se fará tendo em vista movimentos particulares. Da mesma forma se fará em relação a qualquer outro tipo qualificado de Revolução, como a chamada Revolução Industrial, cujo conceito e conjunção de palavras se originou na França ⁽⁸⁵⁾, embora caracterizasse um fato econômico e social que ocorreu especialmente na Inglaterra, onde, aliás, a palavra mais se generalizou na linguagem comum ⁽⁸⁶⁾. Para Clark, a idéia expressa no termo Revolução Industrial é inadequada, vaga e capaz de gerar confusão. Não é suscetível de prova estatística, não emerge de um exame compreensivo das fontes manuscritas, não deve nada a nenhuma espécie de técnica científica. Mas como são as idéias que nos dão acesso ao concreto, que não se pode exprimir em fórmulas, é através delas que chegamos à idéia da Revolução Industrial, frase composta de dois nomes abstratos, mas que adquiriu, com o uso, quase tanta natureza quanto um nome próprio ⁽⁸⁷⁾.

(84) *A Revolução Praieira*, Recife, 1949, 53.

(85) Anna Bezanson, “Early use of the term Industrial Revolution”, *Quarterly Journal of Economics*, XXXVI (1922), 343.

(86) George Norman Clark, *The Idea of the Industrial Revolution*, Glasgow, 1953.

(87) *Ob. cit.*, 32-33.

Há, como diz Gardiner, uma fundamental distinção entre as linguagens usadas pelo historiador e o cientista na descrição do mundo em que estão interessados respectivamente. A teoria das “construções lógicas” ensina que se deve evitar o uso de palavras de conceituação duvidosa, a que já nos referimos. O historiador não pode formalizar sua linguagem, como o cientista; a terminologia que usa reflete a variedade e riqueza de sua matéria, e sua linguagem é aquela do senso comum, que por motivos de economia e força se enche de expressões elípticas e metafóricas. Não é tarefa do filósofo, dizem os positivistas, alterar os hábitos lingüísticos do povo ou reduzir a riqueza e variedade da língua coloquial e comum, mas é importante impedir a ocorrência de confusões filosóficas e para isso deve-se sublinhar as metáforas quando delas se utilizam e apontar os limites lógicos das expressões figurativas ⁽⁸⁸⁾. Não quer isso significar o empobrecimento da linguagem do historiador, que tem uma liberdade maior de expressão pela força de seu estilo próprio, embora a clareza e a concisão devam ser suas normas. Já ensinava Fernão Lopes que “escrevendo homem do que não é certo, ou contar mais curto do que foi, ou falar a mais largo do que devemos, mentirá, e este costume é muito afastado de nossa vontade”. Seu objetivo era só escrever a verdade e desprezariam o seu livro os que “por ventura em esta crônica buscam fermosura e novidade de palavras e não a certidão das histórias. . .” “Nem entendaes que certificamos cousa, salvo de muitos aprovada e por escrituras vestidas de fé. Doutra guisa, ante nos calariamos, que escrever cousas falsas, que logar nos ficaria para a fermosura e afeitamento das palavras pois todo nosso cuidado é isto, desprezo não abasta para ordenar a má verdade” ⁽⁸⁹⁾.

Como lembrou Dilthey, a história não é nem precisa nem exata como as ciências naturais, porque sendo mais concreta e aproximando-se muito mais da experiência hu-

(88) Patrick Gardiner, *The Nature of Historical Explanation*, ob. cit., 51-64 e 120.

(89) *Crônica del Rei Dom João*, Lisboa, 1644, 2.

mana tem de ser, por isso mesmo, algumas vezes imprecisa. Daı o dizer-se acertadamente que o que distingue, na verdade, o grande historiador   a riqueza, a profundidade e a intensidade de sua experiência pessoal. Sem ela o historiador não poderia penetrar nos fatos históricos, que são essencialmente fatos humanos.

Por isso que a ciência natural   tão típicamente exata e as ciências históricas são tão típicamente inexatas   que alguns disseram, como Trevelyan, que a história seria científica, nos seus métodos, mas literária na exposio. (90). Forma errnea de ver o problema, pois, como escreveu Huizinga, seria deplorável para a nossa cultura se as obras de história destinadas a pessoas de cultura geral fôssem entregues a historiadores movidos mais por um interêsse esttico, que escrevessem obedecendo a um impulso literário, buscando, com meios literários, efeitos literários (91).

Mas o fato de se desejar, como disse Huizinga, que o historiador não procure são efeitos literários ou não use são de meios estticos não significa que êle não tenha como obrigao essencial utilizar-se de uma linguagem correta, de vez que a forma da exposio desempenha na história um papel muito mais importante que em qualquer outra especialidade científica.

(90) Quanto   posio de George Macaulay Trevelyan, já nos reterimos, anteriormente,   sua reao ao chamado "cientificismo histórico". Mas   preciso ressaltar que êsse "cientificismo" nada tem a ver com a fundamentao da história como ciência, de Dilthey e Rickert. Aquêle era a transposio do naturalismo, especialmente biológico, para a história, enquanto que êste era a afirmao autnoma da ciência histórica. Trevelyan simplesmente desconheceu os problemas levantados por esta última corrente e, por isso, sua crítica não se dirige a Dilthey e Rickert. Além disso, a afirmao filosófica e lógica da história como ciência, feita principalmente pelos dois filósofos, não conduzia nem conduz   negao da qualidade artística da composio histórica. A frca do grande historiador está também na capacidade literária de sua narrao. Já o cientificismo de Lamprecht, falso e superficial, impedia, pelo uso e abuso de uma linguagem deformada, a arte da composio histórica.

(91) J. Huizinga, *El concepto de la Historia y otros ensayos*, México, Fondo de Cultura Econmica, 1946, 36.

II. *Explicação causal.*

A lei da causalidade científica

Quando a ciência procura explicar os fenômenos, ela recorre ao princípio da causalidade, ou seja à identificação do antecedente com o conseqüente. O princípio da causalidade não é outra coisa que a suposição de que todos os fenômenos da natureza estão submetidos a leis. Dêste modo, a causa de um fenômeno é a lei, a regra empírica que governa tôda a classe de fenômenos análogos. Houve assim, explica Meyerson, uma assimilação completa entre os dois conceitos de causa e lei, o segundo dominando e absorvendo o primeiro e transformando o princípio da causalidade em princípio de legalidade, ou seja a suposição da legalidade de todos os fenômenos da natureza.

A fé absoluta no valor das leis não podia, por si só, sustentar o postulado, pois é claro que a lei não exprime diretamente a realidade já que ela é uma construção ideal não do que se passa, mas do que se passaria, caso certas condições se realizassem. A lei enuncia que se as condições se modificam de maneira determinada, as propriedades atuais dos corpos devem sofrer também uma modificação igualmente determinada, e nesse caso, pelo princípio causal, deve haver ali uma relação entre as causas e os efeitos, isto é, as propriedades primitivas e mais a modificação das condições devem igualar as propriedades modificadas.

Meyerson, depois de assim expor a relação da lei com a causa, afirma que de nenhum modo se pode dizer que esta última, que é uma das condições determinantes do fenômeno, seja única. Ela pode, apenas, ter aparecido como a mais notável (1).

(1) Émile Meyerson, *Identité et Réalité*, 4.^a ed., Paris, Alcan, 1932, XVIII, 1-3, 9-10, 21-22, 35, 39.

Hoje, nas próprias ciências exatas há menos confiança na universalidade e necessidade da explicação mecanicista. Whitehead, por exemplo, sustenta que o elétron, dentro de um corpo vivo, difere de um elétron fora d'êste. "O elétron corre cegamente dentro ou fora do corpo, mas dentro do corpo êle corre de acôrdo com o caráter dêsse mesmo corpo, isto é, de acôrdo com o plano geral do corpo, e êste plano inclui o estado mental" (2).

O positivismo lógico e a causalidade científica

As proposições causais são insustentáveis, afirmam os lógicos. Para a filosofia científica, a relação de causa e efeito, entre outras tão usadas na linguagem comum, é das mais interessantes do ponto de vista epistemológico (3). Originalmente não há distinção entre a relação causal e a puramente temporal. As explicações sempre procuram relacionar um acontecimento com outro ou com um conjunto de acontecimentos que o ocasionam ou condicionam (4).

A explicação causal procura, portanto, uma correlação de acontecimentos, e a formulação de leis ou generalização. Para Russel, é desejável a eliminação completa da palavra *causa* do vocabulário filosófico e a simples razão pela qual a física deixou de pesquisar as causas é porque, de fato, elas inexistem (5). Segundo os positivistas lógicos, Hume representa o ponto culminante no tratamento do problema da causalidade: a sucessão causal e a temporal não são equivalentes, e infere-se a impressão necessária de conexão simplesmente da conexão temporal experimental entre certos fenômenos (6).

(2) A. N. Whitehead, *Science and the modern world*, London, Penguin Books, Ltd., 1935, 96. Aí se mostra, ainda, que é com a *Mecanique Analytique* de Lagrange, publicada em 1787, que culmina a idéia da explicação mecânica, 76.

(3) Von Mises, *ob. cit.*, 152.

(4) Gardiner, *ob. cit.*, 1, a quem seguimos nesta exposição.

(5) *Mysticism and logick*, New York, 1918, 180.

(6) Von Mises, *ob. cit.*, 156.

A opinião clássica a respeito da causalidade era a de que a causa de um acontecimento tinha uma certa duração definida, e que logo que esta se extinguia começava o efeito. Haveria, assim, um instante de cessação da causa e outro de início dos efeitos. Mas se o tempo é considerado como uma série de instantes, é claro que não pode haver instantes contíguos, pois entre dois instantes, por mais próximos que se possa imaginá-los, é sempre possível interpor outros. Por conseguinte, se dissermos que a causa é a parte que precede diretamente o efeito, ou seja o instante final antes de começar o efeito, logo surge uma dificuldade — a de que é possível interpor um número infinito de instantes entre os dois selecionados e nossa pesquisa por uma causa correspondente aos últimos instantes de um processo redundará em um regresso infinito aos acontecimentos em questão. Seria, assim, impossível estabelecer a causa de um efeito.

Para os positivistas lógicos há que distinguir entre a causalidade no conceito popular e a causalidade no conceito científico. Na vida diária, a relação causa e efeito não possui a precisão da análise crítica precedente, em termos de duração, contigüidade imediata etc. Para acender um fósforo basta que se saiba que riscando-o se obterá o efeito desejado (7). O senso comum é seletivo; seleciona como causa dos acontecimentos aqueles aspectos que possam ser utilizados para sua produção ou prevenção. As generalizações do senso comum afirmam uma relação relevante entre os fenômenos que conotam: isto é tautologia. Não vão além, não fazem uma análise estrutural dos fenômenos que ligam: contentam-se em noticiar uma simples copresença ou sucessão na experiência (8). A vida diária não exige precisão e os termos gerais servem adequadamente aos propósitos da comunicação. Preocupam-se com as regularidades de uma espécie relativamente simples.

(7) P. Gardiner, *The nature of historical explanation*, Oxford University Press, 1952, 9-10.

(8) Gardiner, *ob. cit.*, 16.

Já a linguagem científica usa outra espécie de generalização na formulação de leis. A correlação completa entre hipóteses de níveis mais altos e mais baixos de generalidade e abstração é acompanhada do desenvolvimento de correspondentes terminológicos (9). Uma lei física nunca se exprime em forma de generalização simples; tôdas as leis físicas têm a forma de equações, em que uma variável é função de outra (10). Haveria, assim, segundo Mach, correlação funcional em têrmos de medida e esta, ainda assim, seria feita mediante padrões *independentes dos sentimentos do observador*. Mas os positivistas lógicos, tratando-se de fenômenos mensuráveis, consideram — um pouco diferentemente de Mach — que a expressão matemática da relação causal não é a relação funcional entre duas variáveis, mas uma equação diferencial, em que o tempo desempenha o papel de variável independente (11). A lei de causalidade é a generalização indutiva da experiência que, de regra, se pode achar para qualquer acontecimento B outro acontecimento A, de tal modo que B segue A e nunca ocorre sem A. Mas se se abandonar a idéia de atomizar o mundo em acontecimentos isolados simples, que se repetem sob certas condições, então a lei de causalidade perde sua significação (12).

A ciência prefere a noção de probabilidade (13), que gradua as influências e procura não omitir nenhuma, nem aceitar uma só. Se não encontramos leis causais nas ciências mais avançadas como a Física, se filósofos como Russell a rejeitam, isso não significa, diz Gardiner, que ela seja inútil. Ela é indispensável em outros níveis, como o do senso comum. A explicação física e a comum dependem das correlações observadas na experiência (14). E entre as duas se interpõe uma outra: a das disciplinas históricas,

(9) Gardiner, *ob. cit.*, 17.

(10) Gardiner, *ob. cit.*, 21.

(11) Von Mises, *ob. cit.*, 158.

(12) Von Mises, *ob. cit.*, 152 e 161.

(13) Von Mises, *ob. cit.*, 163 e seguintes.

(14) Gardiner, *ob. cit.*, 24.

que não podem atingir a precisão da física e da matemática e que ainda usam de formas causais de explicação, embora suas teorias tentem também eliminá-las do seu vocabulário.

A História e a explicação causal. A compreensão

É lógico que tal reação haveria de fortalecer-se nas ciências históricas, especialmente depois das contribuições filosóficas de Dilthey e Rickert. Em 1898, Wundt dizia que toda tentativa de construir a história de cada povo e a da humanidade segundo leis de causalidade seria empresa não só inexequível como falha ⁽¹⁵⁾. Quer no campo da atividade histórica, quer no da teoria, foi ganhando força a afirmativa não só da impossibilidade de conhecer as causas dos acontecimentos, mas também da própria inutilidade do conceito, importante na segunda metade do século XIX, mas hoje excluído da filosofia e da história, libertadas do naturalismo ⁽¹⁶⁾.

Foi a falsa analogia estabelecida entre os processos do mundo natural estudado pelos naturalistas e as vicissitudes dos negócios humanos que provocou seu uso e abuso. “Se o princípio de causa fôsse introduzido no processo vivo da ação histórica, a história se reduziria a um momento; introduzido na historiografia, transforma-a logo em algo ininteligível; introduzido na filosofia, torna inconcebível a vida espiritual ⁽¹⁷⁾.”

Não se pretende evitar o uso da palavra, mas o do conceito. O historiador pode valer-se dêle como de uma metáfora, mas não julgar que, com êle, descreve um processo efetivo do pensamento histórico. O jôgo das causas eficientes, sem alma alguma, é substituído pelas representações, sentimentos e motivos. A torrente que se pre-

(15) Wundt, *Vorlesungen über die Menschen und Tierseele*, Leipzig, 1898, 3.ª ed., 488.

(16) Benedetto Croce, *La historia como hazaña de la libertad*, México, Fondo de Cultura Económica, 1942, 322.

(17) Benedetto Croce, *Teoria e storia della storiografia*, Bari, Laterza & Figli, 1943, 291.

cipita compõe-se de gotas d'água homogêneas, que se entrechocam; porém, uma só frase, que não é mais que o hálito de uma bôca, comove tôda a sociedade, mediante um jôgo de motivos de puras unidades individuais. É uma interação diferente que consiste não só no fator externo mas na ação interna, pessoal, individual, singular. Existe um fim, e o historiador procura ver a adequação do ato ao propósito. É uma tarefa psicológica, alheia às explicações naturais. A intenção impedida, a pressão do mundo, o impulso e a resistência, tudo isso mostra a relação íntima entre a ação e o fato. Um espírito se objetiva no fato. Êste não pode ser compreendido se nos limitarmos a uma relação mecânica de causa e efeito. Formam-se fins, realizam-se valores, e é êste algo espiritual que se incorpora ao fato, que impede explicação e exige compreensão (18).

Os grandes historiadores, experimentados no exercício constante da atividade concreta, não hesitam em afirmar com a mesma convicção a verdade enunciada por um Croce ou um Dilthey. É assim que Trevelyan, o grande historiador e professor inglês, escreve que “os sentimentos, especulações e ações dos soldados do exército de Cromwell são interessantes em si mesmos e não meramente como parte de um processo de causa e efeito”. Seu primeiro dever é contar a história, tecer a narrativa, compreender os acontecimentos. “Nós queremos saber, independentemente de causa e efeito, os pensamentos e realizações da raça humana, uma coisa que nunca se repetirá, que uma vez tomou forma e existiu” (19).

Neste mesmo sentido, diria Charles Beard, por exemplo, que os têrmos causa e causalidade deveriam ser eliminados da história, porque são ambos ambíguos. Qualquer fato histórico, como a Revolução Americana, complicado agregado de acontecimentos, condições e persona-

(18) Wilhelm Dilthey, *Introducción a las ciencias del espíritu*, México, Fondo de Cultura Económica, 1944, 50.

(19) George Macaulay Trevelyan, *The recreations of an historian*, London, Thomas Nelson and Sons, 1919, 21-22.

lidades, é uma delimitação no espaço e no tempo e assim seria uma operação altamente duvidosa atribuir causa ou causas a fatos que não podem ser isolados na sua ocorrência. Há apenas aspectos limitadores, determinantes ou condicionadores (20).

Max Weber, teórico e prático da história econômica e da sociologia, campos onde mais facilmente se generaliza, afirma que as leis da causalidade não dominam as ciências históricas; no mundo das ciências culturais e históricas há relações compreensivas de meios e fins, isto é, de motivos e atos.

A compreensão histórica é alguma coisa de inteiramente diferente, sendo quase que exclusivamente uma questão psicológica. Na esfera histórica, quase tudo passa pela consciência. Apenas em determinadas épocas revolucionárias, de crise ou guerra, os fatores irracionais exercem uma influência mais acentuada. Mas, na verdade, no campo histórico tudo se volta para a interação dos esforços conscientes, nos quais mesmo os elementos inconscientes tendem a se resolver (21).

Devemos ter sempre em mente a infinita complexidade dos motivos que aparecem de todos os lados e agem uns sobre os outros, complexidade que dá um caráter peculiar a todo caso individual e desafia todo cálculo e experimentação. Daí a impossibilidade de previsão ou prognose (22).

(20) Charles Beard, "Ground for a reconsideration of historiography", in *Theory and practice in historical study, A report of the Committee on historiography*, New York, Social Science Research Council, Bulletin 54, 1946, 136-137.

(21) Baseamo-nos num excelente resumo feito por Ernst Troeltsch, na *Encyclopedia of Religion and Ethics*, editada por James Hastings, 1913, vol. VI, verbo "Historiography".

(22) São ilustrativos estes casos de previsão no Brasil, um acertado, outro errôneo. O primeiro foi formulado, em 1878, por Henrique de Beau-repaire Rohan, profundo conhecedor da geografia e da economia e história brasileiras, nos seguintes termos: "No lapso de dez anos estará extinta ou quase extinta a escravidão no Brasil". (*O futuro da grande lavoura e da grande propriedade no Brasil*, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1878, 12). O outro foi feito por José Justiniano da Rocha, jornalista de *O Brasil*, no número de sábado, 2 de abril de 1843, com data de 1943. Aí noticia a chegada de S. M. o Imperador de uma visita pelas 52 províncias do

Conseqüentemente, tôdas as ocorrências da vida individual ou do grupo são tão afetadas pela condição psíquica do indivíduo e da massa que se introduz nas mesmas um elemento incalculável. No processo histórico sempre emerge o novo, que nunca é a mera transformação das forças existentes, mas um elemento de sentido essencialmente original, devido à convergência dos vários fatores históricos. O novo não é somente a síntese da tese e da antítese. É algo de inteiramente incalculável e imprevisível.

É evidente que há, assim, uma correlação entre a situação da vida e o processo de pensamento que vai realizar e participar da nova situação. Tôda a dificuldade de aplicação da causalidade à vida histórica está exatamente no fato de que êste processo de pensamento não pode ser previsto. Como ocorreu, só depois de ocorrido é que se apreende. E como nunca se repete, será impossível saber como ocorrerá noutra situação, em que a analogia e semelhança pudessem fazer crer tratar-se de situação igual.

Eis por que a motivação psicológica difere, a todos os respeitos, da causação natural. Sendo embora a essência da causalidade histórica de natureza preponderante-

Brasil, diretamente da capital de Minas, em viagem de trem, com a rapidez surpreendente de 36 horas. Diz que S. M. fôra visitar a Província de Mato Grosso, mas, para poder examiná-la mais detidamente, preferiu viajar não de trem ou fluvialmente e sim pela estrada de côche. Registra depois o aparecimento de uma História do Brasil que abrange nossa época. Sumaria os acontecimentos de nossa evolução até o reinado de D. Pedro III e João I, nos quais "tôdas as instituições se desenvolveram, a prosperidade pública aumenta, a marinha, o comércio e a indústria protegidos com habilidade multiplicam nossas relações e dão-nos desconhecida influência no exterior. As nossas hábeis negociações mercantis com a Europa, nossas alianças com a Alemanha, nossas relações com os dois reinos da América do Norte e de Buenos Aires, com o grão-ducado de Montevidéu e do Chile, hoje tão opulento, mostram a influência do sistema brasileiro na sorte dessas outrora malfadadas repúblicas". Outro caso de profecia acertada é o de David Caldas (1835-1879), que no *Oitenta e Nove*, jornal de Teresina, afirmou, em 1.º de janeiro de 1873, dezessete anos antes da proclamação da República, que a mudança de regime se daria em 1889. Vide Iussien Batista, "David Caldas, o profeta da República", in *Diário de São Paulo*, 1.º de janeiro de 1950. Apesar dos exemplos, a história não profetiza. Vide Ortega y Gasset, *La rebelión de las masas*, Madrid, 1948, 59.

mente psíquica, o historiador não precisa, como acentua Graebner, esperar até que um determinado problema seja resolvido pelos psicólogos, mesmo porque a pesquisa psicológica é sempre dirigida ao geral, ao típico, e portanto não permite uma aplicação certa aos acontecimentos individuais da história. O que o historiador precisa, em primeiro lugar, é de um grande conhecimento prático do espírito humano, uma compreensão da natureza humana. Essa qualidade não pode ser apreendida como o resultado de uma ciência, mas nasce do íntimo da pessoa e pode ser desenvolvida pela educação (23).

Trata-se, assim, não da explicação da vida anímica em geral, da psicologia experimental, ciência natural, mas da inteligência de alguns homens ou de certas massas determinadas, em determinada época. A psicologia naturalista quer afirmar leis, a psicologia histórica narra fatos e revive "a vida da alma na história", no seu transcurso individual (24). É por esta razão que se encontra entre os historiadores notáveis psicólogos, no tempo mesmo em que não havia nem sequer o conceito atual do psíquico. É, portanto, a psicologia descritiva, narrativa, compreensiva (*Geisteswissenschaft*), em contraposição à psicologia naturalista, que explica e formula leis (*Naturwissenschaftliche Psychologie*), a auxiliar indispensável do historiador.

Essa psicologia, criada por E. Spranger (25), estuda as diferentes formas de vida necessárias para as diferentes realizações espirituais dos vários tipos. Entre as formas de vida, Spranger descreve-nos como tipos ideais e fundamentais, o homem-teórico, o econômico, o esteta, o social, o político e o religioso. Bernhard Groethuysen descreveu o tipo econômico burguês como uma forma de homem, de ser, pensar e agir como homem (26).

(23) F. Graebner, *Methode der Ethnologie*, Heidelberg, Carl Winter's Universitätsbuchhandlung, 1911, 161-170.

(24) H. Rickert, *Ciencia cultural y ciencia natural*, Buenos Aires, Espasa Calpe, 1937, 82.

(25) Eduard Spranger, *Formas de Vida, Psicologia y etica de la personalidad*, Buenos Aires, Revista de Occidente Argentina, 1946.

(26) Bernhard Groethuysen, *La formación de la conciencia burguesa en Francia durante el siglo xviii*, México, Fondo de Cultura Económica, 1943.

A diferença fundamental entre esta psicologia e a explicativa está exatamente em que nesta trabalha-se com a percepção, observam-se os fatos, generaliza-se, formulam-se leis sobre a associação de idéias, num homem geral e abstrato. A psicologia cultural descreve um homem concreto, vivido na história, e procura compreendê-lo. Todavia, isso não significa que a etiologia histórica possa ser interpretada por meio da psicologia. E por que? Porque os estudos históricos não trabalham só com motivos psicológicos, mas recorrem a vários motivos, entre os quais os fatores de ordem material.

Às vezes, causas puramente naturais, tais como as limitações da região polar, as fomes, os invernos, as secas destrutivas, representam um grande papel na história, nem sempre pelos seus efeitos puramente materiais. Como exemplo de uma influência material que se exerce não direta mas indiretamente, pela motivação psicológica que produz, temos o referido por Rodolfo Teófilo, a propósito das chamadas "experiências de Santa Luzia", no dia 13 de dezembro, e que consistiam não só na atenta observação do tempo nessa data, que corresponderia ao mês de janeiro, e os seguintes aos meses de fevereiro, março e assim por diante, como na colocação de seis pedras de sal em um plano, ao relento, já na véspera. No primeiro caso, se amanhecesse escuro e caíssem alguns chuviscos, ocorreriam chuvas regulares; do contrário, todo o mês correspondente àquele dia seria seco. No segundo caso, a pedra mais dissolvida pela manhã representaria o mês mais chuvoso. A influência psicológica dessas experiências sobre os matutos era de tal sorte que quando os resultados eram negativos logo havia alguns que abandonavam tudo e tratavam de emigrar (27).

Sobre a influência direta da ação de um fator climático no curso de um acontecimento histórico temos, por

(27) Rodolfo Teófilo, *História da seca do Ceará, 1877 a 1880*, Rio de Janeiro, Imprensa Inglesa, 1922, 74-75. Vide também Josa Magalhães, "Previsões folclóricas das secas e dos invernos no Nordeste Brasileiro", *RIC*, t. LXVI, 1952, 252-268.

exemplo, o papel importante representado pelo inverno na destruição dos exércitos napoleônicos pelos exércitos Russos.

Os deterministas geográficos e econômicos atribuem, apesar da negativa de alguns dos seus partidários, a causas puramente materiais a eclosão dos fatos históricos. Se não se pode aceitar o exagêro de Simmel, de que as condições do solo e do clima são para o curso da história tão indiferentes quanto o clima e o solo de Sírio, uma vez que não influenciem direta ou indiretamente a constituição psicológica dos povos ⁽²⁸⁾, ou o de Ratzel, da influência decisiva destas condições materiais, pode-se aceitar moderadamente que a natureza e a geografia são apenas o substrato da história, como escreveu Eduard Meyer. As condições geográficas não têm poder criador; sob idênticas condições de solo e clima houve a eclosão do gênio grego e sua miséria moderna e atual; sob idênticas condições geográficas houve a cultura indígena pré-cabralina e a singular civilização tropical que o mundo conhece.

Na pesquisa das causas materiais, de natureza econômica, não se pode deixar de ver também a própria motivação psicológica e as reações ideológicas e superestruturais. A origem do capitalismo, por exemplo, ilustra bem a tese da íntima relação entre as causas econômicas e éticas, e da insubordinação às vêzes decisiva destas às sugestões daquelas. Max Weber mostrou que enquanto o calvinismo, provocando uma revolução moral e espiritual, libertava a consciência protestante dos problemas surgidos com a formação do capitalismo e dêste modo facilitava a nova síntese capitalista, a superestutura católica dos países que primeiro contribuíram para a formação do capitalismo, pelas descobertas marítimas, pela abertura de novos mercados, pelo influxo de metal precioso trazido à Europa,

(28) Georg Simmel, *Die Probleme der Geschichtsphilosophie*, Leipzig, 1905, I.

dificultava, pela criação de conflitos morais e religiosos a definitiva constituição do capitalismo (29).

A melhor atitude interpretativa será sempre aquela que procurar ver o conjunto das condições materiais, relacionadas funcionalmente, ou seja, na dinâmica do fato que sucedeu, a função de cada parte no conjunto. Não há prioridade de uma causa, erigida em fundamental pelos deterministas. Nisto assenta a principal divergência entre eles e entre eles e os historiadores. Não se pode admitir hierarquia na motivação histórica.

Ao investigar um acontecimento, o historiador distingue entre o que se pode chamar o lado externo e o lado interno do fato. O interno é o que só pode ser descrito em termos de pensamento. O historiador nunca pode excluir qualquer deles. Ele investiga não meros acontecimentos, mas ações, e ação é a unidade do aspecto externo e interno de um acontecimento. Ele sempre se lembra que sua tarefa consiste em pensar na ação, para discernir o pensamento, o motivo, o fim ou o propósito do agente.

Na natureza, essa distinção não aparece. Os acontecimentos da natureza são meros acontecimentos e não atos de agentes, cujo pensamento se procurasse descobrir. Collingwood escreve, a esse propósito, que o historiador, investigando qualquer acontecimento no passado, distingue entre o que pode ser chamado o exterior e o interior do acontecimento. Por exterior significa qualquer coisa que possa ser descrita em termos de corpos e movimentos e por interior o que somente pode ser descrito em termos de pensamento. O historiador nunca cuida somente de um desses aspectos com exclusão do outro. Investiga não o simples acontecimento, mas ações e estas constituem a

(29) Max Weber, *The protestant ethic and the spirit of capitalism*, London, 1930. Vide também José Honório Rodrigues, *Capitalismo e Protestantismo. Estado atual do problema*, S. Paulo. Separata do *Digesto Económico* de Nov. de 1946. Sobre o caso especial de Portugal, vide José Honório Rodrigues, "Expansão capitalista versus ideologia canônica em Portugal", *Província de S. Pedro, Pôrto Alegre*, n. 10, 1947, 33-41.

unidade do exterior e do interior ⁽³⁰⁾. Isso significa que o historiador tenta compreender o fato e o espírito do fato.

Para o cientista, a natureza é sempre e apenas um fenômeno, um espetáculo apresentado à sua inteligência; os acontecimentos da história, ao contrário, não são nunca meros fenômenos, meros espetáculos, mas coisas carregadas de pensamentos e fins. Ao penetrar no interior dos sucessos para descobrir o pensamento que nêles se exprime, o historiador faz o que nenhum cientista natural necessita ou pode fazer. Descobrir o pensamento e compreender a ação é uma tarefa muito mais complexa e, ao mesmo tempo, é mais simples, na pesquisa dos motivos dos acontecimentos. O que êle precisa é compreender o fato e quando o compreende sabe porque aconteceu. Quando o historiador pergunta por que Brutus assassinou César, procura conhecer não a causa, mas o que Brutus pensava quando se

(30) *The Idea of History*, *ob. cit.*, 2-3. Gardiner (*The nature of historical explanation*, *ob. cit.*), de cuja exposição sôbre a causalidade no senso comum e no científico nos aproveitamos, argumenta cuidadosamente contra a teoria de Collingwood e Croce, das intenções e planos que tornam *sui generis* a explicação histórica. Para êle, a terminologia do historiador é a da linguagem comum, e embora diga que está narrando está, realmente, explicando, em termos causais do senso comum, (68-82). Para êle, essa terminologia é confusa e perigosa, pois seu uso de conceitos, como inevitabilidade, necessidade, e de verbos metafóricos, como forçar, compelir, etc., dá a impressão de que a história é a descrição do homem como pobre e agitada criatura, sujeita a um Destino cruel e irracional (69). Essa afirmação revela o desconhecimento da historiografia, embora o Autor não negue que a explicação histórica é um problema extremamente complicado, que freqüentemente exige uma análise longa e detalhada, e que quanto mais complexo, maiores são as exigências feitas ao julgamento do historiador (98). Diz também que o historiador seleciona uma causa "verdadeira" e que as chamadas teorias históricas têm sua fonte numa incorreta interpretação das explicações históricas do tipo de *causa* fundamental. A causa única está ligada à fundamental e não há historiador que as aceite, senão os que a isso estão obrigados, ou os que vieram para a história para provar uma causa, como os marxistas, positivistas, deterministas geográficos etc. Ainda recentemente, Clark protestava contra a causa única como a que se tenta procurar para explicar a Revolução Industrial: o crescimento do comércio internacional, invenções técnicas (Marx), aumento da procura e da taxa de juro, e o desenvolvimento demográfico (*The Idea of the Industrial Revolution*, *ob. cit.*, 32). O verdadeiro historiador não concorda com as causas decisivas, nem que as condições econômicas criaram Napoleão (110-111). É lógico também que as teorias históricas não funcionam como teorias científicas: sua significação reside no seu poder de sugestão, e na sua importância direta, (112).

decidiu a cometer aquêlo ato ⁽³¹⁾. A causalidade histórica entendida como uma relação entre causa e efeito escapa à história ⁽³²⁾.

O processo natural é processo de acontecimentos, a história é processo de pensamentos e ações. Ainda quando se tratam de ações irracionais ou puramente naturais (comer, beber, amar), a consciência e o pensamento se fazem sentir no resultado, como já observamos.

Em resumo, na explicação mecanicista e natural, os motivos psicológicos, as intenções, os fins são irrelevantes. Na história, os fatos são propositados, intencionais e têm uma finalidade. Entendida a causalidade histórica como reconstrução de motivos ou conexões individuais (não gerais ou universais), vê-se que a história não está isenta de *causa*. O que se nega é a aplicabilidade da lei causal naturalista ao fato histórico. Cada fato ou ato está carregado de espírito e de propósito, que não podem ser determinados em seu processo segundo o modo causal naturalista. Domina também o espírito do homem, que é o agente, a determinação interior, o fim ⁽³³⁾.

A história esforça-se por compreender os vínculos, os nexos, as conexões que ligam o agente aos resultados ou efeitos. Narra um processo que sob determinadas condições se efetuou como necessário. Se a causa é concebida como uma atividade que opera na produção de um efeito, temos no conceito de causa três têrmos: antecedente, um processo de intervenção que deve ser determinado pelo investigador, e o conseqüente. Na história temos também três têrmos, com a diferença fundamental que o segundo é o homem, e que portanto dominam motivos psíquicos que só a compreensão pode conhecer, mas que não podem

(31) R. G. Collingwood, *The idea of history*, Oxford, At the Clarendon Press, 1946, 213-214.

(32) Ernst Troeltsch, *The social teaching of the Christian churches*, New York, Macmillan, 1931, v. II, 1003. Do mesmo modo pensa Henri Sée, *Science et Philosophie de l'histoire*, Paris, 1933, 143-150.

(33) Sidney Hook, *Os heróis através da história*, S. Paulo, Ed. Universitária, 1945, 149-150. A mesma afirmação fez A. N. Whitehead, em *Science and the modern world* (London, Penguin Books, 1935, 17).

ser explicados, como nas ciências naturais. Daí os acasos (34), os condicionais e o azar na história. Que aconteceria se os franceses tivessem perdido a batalha do Marne? Se a ordem de retirada não tivesse sido dada às tropas alemãs? Se não houvesse a intervenção americana?

Um dos mais famosos de todos os *Se* foi originalmente apresentado por Eduard Meyer e usado como exemplo por Max Weber para ilustrar seu discurso sobre a possibilidade objetiva da história. Qual teria sido a conseqüente história da Europa se as hostes persas tivessem vencido as batalhas de Maratona, Salamina e Platéia? Meyer afirma, com razão, que tanto a história política como os valores culturais da civilização grega e européia teriam sido profundamente diferentes do legado que chegou até nós (35).

Portanto, em resumo, a natureza peculiar da causalidade histórica mostra a natureza distinta do conhecimento histórico, mas não lhe fornece uma base. Essa base deriva só do método, que é determinado não pela sua própria substância, mas pelo fim em vista, pois o conhecimento não é uma mera reprodução de experiências,

(34) Para Eduard Meyer, o acaso não está absolutamente em contradição com a causalidade. "Zur Theorie und Methodik der Geschichte", *Kleine Schriften zur Geschichtstheorie und zur wirtschaftlichen und politischen Geschichte des Altertums*, Halle, Verlag von Max Niemeyer, 1910, 23. O acaso pode significar apenas a colisão de duas ou mais cadeias independentes de causas ou motivos. Vide Gardiner, *ob. cit.*, 111. Vide também excelente artigo de Sérgio Buarque de Holanda, "ABC das catástrofes", *Diário Carioca*, 3 de fevereiro de 1951.

(35) Ernst Troeltsch, "Historiography", *Encyclopaedia of Religion and ethics*, edited by James Hastings, VI, 1913. Entre outros vários exemplos de "se" na história, podem citar-se: 1) Afirma-se que se Colombo não tivesse mudado aos 7 de outubro de 1492 a direção de sua rota, que era de este para oeste, e governado para sul-oeste, ele teria entrado na corrente de água quente ou *gulf-stream* e teria sido levado para a Flórida, e daí, talvez, para o Cabo Hateras e a Virgínia. Esse incidente seria de enorme importância, pois que teria podido dar aos Estados Unidos em lugar de uma população protestante inglesa uma população católica espanhola. (Alexandre Humboldt, *Examen critique de l'histoire de la géographie du Nouveau Continent*, Paris, 1836-39, 3.º vol., 158); 2) "Se Marco Aurélio e Avidio Cássio houvessem dado ao Ocidente do Império uma nova constituição, uma espécie de constituição representativa, convertido

mas sempre uma seleção abstrata dos elementos particulares da experiência para um fim intelectual definitivo. O método das ciências históricas é condicionado pelo objetivo de selecionar do fluxo dos acontecimentos aquilo que em maior ou menor escala é qualitativa e unicamente individual. Ele abstrai das leis universais que não explicam os elementos concretos e específicos e trabalha com as causas individuais que precisamente devido à sua infinita complexidade reproduzem o único, e não com a concepção de equivalência causal. O método das ciências naturais, por conseguinte, exige uma lei universal. O método das ciências históricas exige uma motivação individual. O primeiro compreende o mundo físico, pela dedução de leis universais; o segundo faz a reconstituição das conexões causais.

Individualidade, aí, como já repetimos várias vezes, não expelle o universal. Mesmo a história universal ou a história da humanidade será um assunto livremente selecionado e individualmente concreto e assim só pode ser observado ou compreendido como uma concatenação particular e não como uma operação de lei universal. Tal explicação causal constitui o caráter distintivo da história como ciência teórica do individual, do singular, do que não se repete.

Entre o antecedente e o conseqüente, temos a ação humana ⁽³⁶⁾, sempre tão complexa e imprecisa, incapaz de se reduzir à fórmula de uma lei. Como vimos, o novo não

em cidadãos os habitantes da Gália, Espanha, Itália e Grécia, destruído a grande propriedade territorial, reformado a Religião com sentido estóico, teriam dado firmeza ao Império e o teriam protegido contra os cristãos, inimigos do Estado. Dêste modo, não teria havido Idade Média na Europa e o cristianismo ter-se-ia reduzido ao Oriente". (Charles Renouvier, *Ucronia. La Utopia en la Historia*, Buenos Aires, Edit. Losada, 1945). Na realidade, o historiador não está primariamente preocupado em descrever o que teria ou poderia ter acontecido, se determinadas circunstâncias fôsem diferentes, No entanto, Joaquim Nabuco escreveu que a Revolução de Pernambuco (1848) não teria acontecido se o Ministério, em vez de adiá-la para abril, tivesse dissolvido logo em outubro a Câmara dos Deputados, que só veio a dissolver em fevereiro do ano seguinte. *Um estadista do Império*, 2.^a ed., 1936, I, 69. Os exemplos são inúmeros. Vide Joseph Calmette, *L'élaboration du monde moderne*, Paris, Clio, 1942, 533.

(36) Frederick J. Teggart, *Theory and processes of history*, Univ. of California Press, 1941, 70-71.

é sòmente a síntese da tese e da antítese; é algo de imprevisível, algo de incalculável, algo sujeito ao homem, capaz de ação própria, consciente ou inconsciente, racional ou irracional (37). É êste algo intermediário que torna diferente a relação de causa e efeito na ciência natural e na ciência histórica.

III. A natureza da convicção histórica

O conhecimento histórico. Sua positividade

A história tem de comum com tôdas as outras ciências a necessidade de provar o historiador a si mesmo e a terceiros as razões em que se baseou seu conhecimento histórico.

Antes de tentar descobrir as características da indução histórica pelo seu lado positivo, é necessário mostrar como, até bem pouco, os historiadores, de regra, procuravam uma resposta pronta às questões que a história le-

(37) Os psicanalistas falam também mais em motivos e intenções que em causas e generalizações. Vide Stephen Toulmin, "The logical status of psychoanalyses", *Analysis*, Dez. 1948, citado por Gardiner, *ob. cit.*, nota 13. O próprio Freud fala em causação dos atos pelos processos mentais. Os motivos das ações atuais são correlacionados às experiências infantis e à conduta adulta e ajustados ao sistema conceitual adaptado às suas descobertas. Vide Gardner, *ob. cit.*, 13-15. Baseados na influência desses fatores irracionais, os psicanalistas quiseram também contribuir para a explicação dos motivos humanos na história. Franz Alexander, chefe da escola psicanalista de Chicago, num ensaio sôbre a psicologia e a interpretação dos fatos históricos, declara que os historiadores, durante séculos, não viram senão os motivos superficiais e que não nos devemos surpreender que não pudessem testemunhar o poder das forças ocultas e destrutivas. Sòmente o psiquiatra sente, naqueles fenômenos, a voz baixa, mas inescapável, da consciência humana. ("Psychology and the interpretation of historical events", *The cultural approach to history*, Chicago Univ. Press, 1940, 48-57. Nos Estados Unidos, alguns psicanalistas afirmam que Jefferson tinha um complexo anti-autoritário que se originou de certas relações desagradáveis em seus dias de infância, entre êle e o pai). M. Nathan considera prematuro decidir se a psicanálise deve ou não ser admitida entre os métodos históricos, de vez que, na sua opinião, um documento histórico não pode ser interpretado como confissão psicanalítica. Diz, porém, que se essa fonte de informação não tem valor absoluto, talvez se lhe possa reconhecer valor sugestivo e pedir à psicanálise sugestões que os métodos precisos da história se encarregarão de controlar e verificar.

vantava. Se, formulada determinada pergunta, encontravam a resposta dada por outras pessoas e a aceitavam, estas eram tidas como “autoridades” e sua declaração, denominada de testemunho, era transcrita e incorporada à narração.

Muitas vèzes havia duas e mais respostas que eram englobadas na exposição, embora houvesse entre elas contradições; o mais que se fazia, em tal caso, era procurar conciliar tais respostas ou decidir por uma delas. Durante muito tempo, essa história que combinava os testemunhos de várias autoridades foi dominante na história da história. Evidentemente, ela não nos podia conduzir a nenhuma espécie de certeza nem satisfazer às condições indispensáveis de um conhecimento positivo. Daí muitos repetirem que a história, que procurava respostas dadas nos livros antigos, contemporâneos ou não aos acontecimentos, que se limitava a repetir as informações, conciliando-as, quando contraditórias, não era uma ciência, a despeito dos clamores dos historiadores profissionais, que procuravam — diziam os cépticos — exaltá-la. Ficaram famosas as frases de Fontenelle: “La histoire n’est qu’une fable convenue”, e a daquele celebre capitão de indústria americano: “History is a bunk” (A história é uma balela) (1).

Foi somente no século XVII, com o aparecimento da diplomática e da paleografia, como veremos adiante, que os historiadores começaram a pôr em ordem sua casa. Dois novos movimentos apareceram então. Um, o do exame sistemático das autoridades, a fim de determinar a sua credibilidade e, em particular, o estabelecimento de princípios, de acôrdo com os quais essa determinação pudessem ser levada adiante. O outro foi o movimento para ampliar as bases da história, fazendo uso de fontes não literárias, que também estudaremos quando tratarmos das disciplinas auxiliares (2).

(1) G. J. Carraghan, *A guide to historical method*, New York, Fordham University Press, 1946, 78.

(2) Nos últimos cem anos, o ideal de basear o trabalho nas fontes originais, a abertura de novos campos de atividade e o apuro do padrão

Logo passou-se a compreender que era impossível aceitar uma verdade histórica até que a credibilidade do autor em geral e de sua determinação em particular fôsse sistematicamente investigada. O documento que antigamente era chamado de autoridade adquiriu uma nova expressão e passou a chamar-se "fonte", uma palavra que indica apenas que êle contém uma informação, sem que isso implique na determinação do seu valor. O documento está *sub judice*, vai ser examinado e criticado. É o historiador quem vai julgar de sua veracidade ou não.

É, portanto, uma história crítica a que se inicia no século XVII e atinge seu apogeu com as regras de metodologia estabelecidas quase que definitivamente no século XIX, com a escola de Ranke. Agora já não mais se tratava de incorporar aquelas declarações encontradas nas autoridades, mas de perguntar primeiro, por intermédio dos métodos de crítica histórica, do valor ou não da informação.

Vico foi o primeiro a mostrar que as declarações contidas numa fonte muitas vêzes não devem ser aceitas em seu sentido literal, mas que se deve procurar saber o que o autor quis dizer. É o problema da crítica interna, que estudaremos mais adiante, quando tratarmos da crítica histórica.

Vemos, por aí, que para atingirmos a convicção histórica, repelindo vitoriosamente todos os motivos contrários, é indispensável o preenchimento de certas condições. Devemos conhecer as fontes, devemos examinar sua autoridade e integridade, o que fazemos por intermédio das disciplinas auxiliares e da crítica histórica. Só assim poderemos chegar à realidade do que aconteceu.

Collingwood declara que os historiadores de sua geração estarão bem lembrados da excitação que provavelmente sentiram quando, pela primeira vez, verificaram que

metódico, têm feito crescer as dificuldades dos historiadores. V. Arnold Toynbee, "The limitations, or historical knowledge", *The Times Literary Supplement*, 6-1-1956.

tinham em suas mãos uma afirmação histórica que nada deixava ao capricho e que não admitia nenhuma conclusão alternativa, mas provava ser, em todos os pontos, tão conclusiva quanto uma demonstração matemática. Em face dos elementos colhidos não era possível uma conclusão alternativa, só aquela a que se chegara era admissível, e não outra (3).

Evidentemente, a afirmativa de Collingwood sobre a certeza histórica refere-se a determinados casos nos quais a plenitude das fontes encontradas nos permite chegar a uma conclusão exata de como realmente as coisas sucederam.

É exato que as línguas da antiga Creta e da Etrúria são ainda desconhecidas, mas a decifração dos caracteres hieróglifos e cuneiformes, a reconstrução da antiga vida do Oriente-Próximo pelas escavações arqueológicas e outras realizações da pesquisa histórica são conquistas tão grandes quanto aquelas realizadas pela mais exata ciência (4). Não é a existência insolúvel do problema que justificaria o cepticismo. Nem é a reviravolta radical do pensamento que invalida o conhecimento (5). No campo da ciência física, a teoria da relatividade de Einstein significa uma brusca mudança total de pensamento tão grande quanto representou a revolução econômica promovida por Karl Marx, ou a reforma iniciada pelos constitucionalistas contra as teorias de Pasteur.

Dêste modo não se justificaria o velho cepticismo, não o de Fontenelle, ou o daquele industrial americano, mas do nosso Machado de Assis, quando escreveu, nas *Memórias Póstumas de Brás Cubas*: “Viva pois a história, a volúvel história que dá para tudo” (6).

(3) R. G. Collingwood, *The idea of history*, Oxford, At the Clarendon Press, 1946, 254-255 e 262.

(4) G. Salvemini, *Historian and scientist*, Cambridge, Harvard Univ. Press, 1939, 50.

(5) H. Rickert, *Ciencia cultural y ciencia natural*, Buenos Aires, Espasa-Calpe, 1937, 158.

(6) Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Rio de Janeiro, ed. Jackson, 1938, 19.

Não é só a história, “com seus caprichos de dama elegante”, que muda de opinião. Os conceitos das ciências naturais, generalizadoras, formados por uma geração de investigadores, são logo modificados e até desfeitos pela geração seguinte, a qual deve resignar-se a ver seus conceitos substituídos por outros novos. Não é pois uma objeção contra o caráter científico da história dizer que ela tem de voltar a ser reescrita constantemente, pois tal é a sorte comum de tôdas as ciências. O caráter obrigatório das conclusões das ciências naturais está também sujeito a modificações gerais e radicais (7).

A convicção histórica

Não se trata, porém, da realidade do passado, da positividade do conhecimento histórico. A queda do Império Romano, ou a Independência do Brasil, em 1822, são fatos positivos sobre os quais possuímos certeza. É uma verdade objetiva de que a tradição nos informa e as fontes nos confirmam. O problema não se inicia com a positividade do conhecimento, a factualidade do acontecimento ou sua verificabilidade. É possível chegar-se a esta não pela repetição — não podemos reproduzir as condições que determinaram o colapso do Império Romano e observar suas conseqüências, mas, como sustentou Max Weber, pela comparação da interpretação subjetiva com o curso concreto do acontecimento, indispensável em tôdas as hipóteses (8). Quando se trata de saber como e por que o

(7) Rickert, *ob. cit.*, 158. As respostas científicas também se modificam diante dos resultados da investigação. Os fundamentos do pensamento científico exigem reinterpretação. Cf. E. Wind, “Some points of contact between history and natural science”, *Philosophy & History, Essays presented to Ernst Cassirer*, Oxford, At the Clarendon Press, 1936, 257. Vide sobre as oscilações da teoria dos físicos na questão da matéria e do eter, R. G. Collingwood, *The Idea of Nature*, Oxford, 1945, 149; A. N. Whitehead, *Science and Modern World*, Penguin Book, 1938, 28, 62, 69; Albert Einstein e Leopold Infeld, *The evolution of physics*, New York, 1938, 275; Ernst Cassirer, *El problema del conocimiento*, México, 1948, 162-163.

(8) Max Weber, *The theory of social and economic organization*, London, W. Hodges, 1947 e New York, Oxford Univ. Press, 1947.

Império Romano caiu ou a Independência do Brasil se fez, aí é que a verdade objetiva dêse fato vai se transformar numa verdade subjetiva, por interferência do historiador, construtor da história, que tem, êle próprio, suas idéias, sua concepção do mundo, e em consequência do exame da ação histórica, misto de fato e de espírito do fato.

A história é um estudo empírico, no sentido de que não é um aglomerado não interpretado de símbolos, sem referência à experiência. Daí representar a intuição ou a adivinhação de que falava Capistrano de Abreu um papel importante, pois é nesse sentido que se pode compreender que o mundo da experiência do historiador não começa com os fatos, mas acaba com êles (9). É com sua experiência do mundo, com sua ideologia, sua concepção, suas teorias que êle vai do fato objetivo à construção subjetiva, à interpretação que se eleva do mundo da prova para a explicação ou compreensão dos motivos da queda do Império Romano ou da Independência do Brasil. Nesse trabalho êle tenta estabelecer a interconexão processual, ou seja descobrir os fatos e mostrar suas relações, processo simultâneo. O valor do trabalho do historiador consiste largamente na revelação dessas conexões. Mas a subjetividade consiste em que diante de tôda evidência, limpa pela crítica de qualquer suspeita, historiadores da melhor categoria intelectual e do melhor preparo crítico metodológico e filosófico, interpretam diferentemente os acontecimentos. Isso porque há historiadores desiguais, escrevendo com fins e interesses diferentes, e compreendendo os acontecimentos com as mais variadas ideologias e teorias.

Daí as antinomias e as contradições do trabalho histórico. Um historiador republicano e outro monarquista verão a figura de Floriano de modo diferente na reconstrução da história republicana devido à sua concepção do mundo político. Fatôres outros também interferem, como a distinção dos aspectos relevantes e irrelevantes e de suas

(9) M. J. Oakshott, *Experience and its modes*, Cambridge, 1933, 107.

correlações (10). A fide ou infidedignidade das fontes é um problema de primeira instância, mas, no final, na hora do julgamento e da avaliação, o historiador, como o juiz, para chegar à convicção tem sua liberdade de interpretação. Assim como o juiz deixa de ser “um espectador inerte na produção das provas” (11), o historiador também conduz sua pesquisa das fontes segundo sua intuição, suas hipóteses (12), e livremente constrói sua interpretação e sua narrativa.

Dêste modo, a narrativa é objetiva e subjetivamente verdadeira, isto é, a realidade do passado é objetivamente estabelecida pelas fontes, mas subjetivamente interpretada pelo historiador. O historiador, participante do processo histórico, indivisível no seu suceder contínuo, composto de presentes passados e de passados presentes, e carregado de historicidade pela criação do histórico futuro, tem por função recriar e repensar o acontecido, que existiu na sua factualidade, mas que lhe cabe construir, no escrito histórico, e, conseqüentemente, no processo histórico atual. Para isso é extremamente importante o problema da interconexão processual entre os fatos e o espírito do fato. Os historiadores, na discussão da vida humana, fazem sempre referência aos desejos, pensamentos e diretrizes das pessoas e povos de que tratam. Temos, assim, os propósitos do próprio historiador, sua concepção do mundo e sua teoria da história e os pensamentos e propósitos das personagens e do povo que agiram, e quando se fala em ação se compreende o misto de ato e de pensamento.

Seria infantil negar a importância dêsse fato, que se torna um ponto central da interpretação histórica e a dis-

(10) Luciano (115-200), na sua *De Historia Conscribenda* (traduzida por Custódio José e Oliveira, *Sobre o modo de escrever história*, Lisboa, 1771, 60-61), critica severamente os historiadores que registavam os preços dos peixes, “pois escrevendo estas coisas com miudeza se ficaria ignorando as grandes façanhas”.

(11) V. Francisco Campos, *Exposição de motivos ao Código de Processo Penal*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1941, 8; Narcélio de Queiroz, “O novo Código de Processo Penal”, *Revista Forense*, março 1943, 457-467.

(12) V. Eduardo de Oliveira França, “A Teoria Geral da História”, *RH*, n. 7, julho-set. 1951, 128-131.

tingue profundamente de qualquer ciência exata. “Seria falta de senso falar de fenômenos naturais motivados por desejos. A maçã de Newton não caiu porque assim o desejava, nem irrupções vulcânicas ou erosões se destinaram a destruir os habitantes ou evitar o aproveitamento da terra. Os planetas não se movem porque assim o desejam, ou porque não querem perturbar o trabalho do sistema solar. Nas formas de vida, especialmente a animal, a distinção seria mais difícil, mas há um certo constrangimento, uma sensação de que a linguagem está sendo sutilmente embaraçada, quando se fala das abelhas guardando mel para provisão do inverno, ou que o gato passeia pela janela porque planeja ir-se embora. É somente do homem e de seus feitos que é estritamente correto falar de intuição, crença, pensamento, plano” (13). Por isso, a explicação na história é tão diferente da científica e se chama ou se deve chamar compreensão (14). A distinção foi exemplificada por Collingwood, ao propor que o historiador, quando pergunta: Por que Brutus matou César?, quer saber o que Brutus pensou e o que o fez decidir matar César. (15).

A explicação histórica é, assim, e sempre, uma tentativa de reconstrução, não só das condições físicas ou materiais do acontecimento, mas uma compreensão dos pensamentos, das decisões que irromperam e deram curso ao acontecimento. Para compreender a responsabilidade da liderança, a irracionalidade ou racionalidade do povo, agitado na Independência, não basta falar de causas físicas e materiais, não basta eleger uma condição fundamental (racial, geográfica, econômica), mas compreender, isto é, penetrar simpaticamente na mentalidade das personalidades e dos períodos, para ver nos acontecimentos concretos a expressão de tais motivos, de esperanças e desejos, de resoluções e cálculos.

(13) Patrick Gardiner, *ob. cit.*, 115.

(14) Vide último capítulo.

(15) R. G. Collingwood, *The idea of history, ob. cit.*, 214-215.

A compreensão não é, portanto, nenhum mistério, nem se procuram fantasmas psíquicos, como alguns críticos da compreensão histórica a julgam, vendo também uma disputa entre teorias materialistas e idealistas. Mesmo que se elegesse uma condição material, digamos a econômica, como o principal fator dos acontecimentos, nunca se poderia compreendê-los se não entrássemos em comunhão de simpatia com os motivos concretos e inconscientes, as esperanças e liberdade dos povos, a responsabilidade e decisão das minorias criadoras ou dominantes, os desafios e as respostas, etc. Dizer que é impossível conhecer os motivos internos das ações humanas e que se deve reconhecer seus limites lógicos como expressões figurativas, usadas na linguagem comum e empregadas livremente pelo historiador, é reduzir a significação das fontes conhecidas ou por conhecer, no estabelecimento da positividade do fato e encurtar a capacidade de compreensão humana, que pode descobrir a intenção ou intenções, tidas e modificadas no curso dos acontecimentos. O historiador pode dar explicação inteiramente satisfatória do curso do acontecimento e das intenções, una ou dupla, das personagens.

Todo o capítulo sobre a Proclamação da Independência, em *A vida de D. Pedro I*, de Otávio Tarquínio de Sousa, por exemplo, é uma análise dos motivos, das esperanças, das intenções, da duplicidade dos fins das personagens e especialmente de D. Pedro I (16). Substantiva uma intenção principal, que é a Independência, e não deixa de analisar os vários motivos psicológicos que repercutiram no acontecimento.

Porque não se desconhece a insegurança das referências às formulações verbais e simbólicas, que se ligam a palavras como intenções, planos, desejos — embora possamos obter essa espécie de informação, é que se diz que não se trata de certeza, mas da convicção, que livremente o historiador forma na interpretação dos fatos históricos. A própria experiência do historiador no processo vivo da

(16) Rio de Janeiro, José Olímpio, 1952, vol. II.

história do seu tempo sugere as hipóteses com que colhe os elementos de convicção, os guias para descobrir e interpretar as razões e os propósitos de alguém. Para sua maior segurança, êle verifica, como ensinou Weber, que a interpretação subjetiva coincide com o curso concreto do acontecimento.

Da positividade do fato surge a certeza: a Independência foi proclamada em 1822; da interpretação do porquê e como se deu, da concepção do mundo e das teorias interpretativas, especialmente as monistas (racial, geográfica, econômica) do historiador e dos planos, desejos, pensamentos, esperanças, decisões do povo e personagens não surge a certeza, mas a convicção que livremente o historiador forma e segundo a qual constrói a sua narração.

CAPÍTULO 4.

PERIODIZAÇÃO

PENSAR na história já é, certamente, dividi-la, periodizá-la, pois, como lembra Croce, pensamento é organismo, dialética, drama e, como tal, tem seu princípio, meio e fim e tôdas as outras pausas que um drama comporta e requer (1).

Tôdas as periodizações e delimitações do curso da história universal são apenas condicionais e voluntárias. Que pausas, que períodos seriam ideais, se a história é realmente um suceder contínuo, em que os acontecimentos estão ligados uns aos outros, sem ruptura nem desunção (2).

Os historiadores, em sua unanimidade, sentem um moderado temor de encerrar a vida do suceder histórico em rígidos limites de datas e conceitos. Mas, por mais falhas que sejam as periodizações históricas, delas não se pode prescindir. A necessidade que nos impulsiona para a periodização não é outra senão a de eliminar a trama obscura dos fenômenos históricos, compreender e ordenar as relações históricas.

A periodização tem como fim descobrir a estrutura de uma época histórica e como método a formação de con-

(1) Benedetto Croce, *Teoria e storia della storiografia*, 5.^a ed., Bari, Laterza & Figli, 1943, 98.

(2) O prof. C. S. Lewis (*De descriptione temporum*, Cambridge, 1955, 4), em aula inaugural, declara: "tôdas as divisões falsificam nosso material de algum modo; o melhor que se pode esperar é escolher aquelas que menos falsifiquem". É exatamente isto o que tenta a teoria da periodização.

ceitos que exprimem o ser próprio da época. Dentro de cada um desses conceitos deve ajustar-se à série de fatos, até mesmo os antagônicos, que são também característicos da fase conceituada. A totalidade da época compreendida é, então, definida como uma categoria histórica. Para Dilthey, estas surgem por intuição (3). Só o verdadeiro historiador é capaz de sentir e compreender a essência de uma época.

A linha de curso histórico, com suas transformações e os nexos efetivos que as ligam como a um todo, pode ser destacada analiticamente e separada em seções temporais. São as tendências dominantes e que logo caracterizam uma época. O historiador concentra num período toda a cultura de uma época, de tal modo que na atribuição de valores, na adoção de fins e no estabelecimento de regras de vida ele estabelece o padrão que a caracteriza. Às vezes uma pessoa, um simples fato, um acontecimento encarnam em si mesmos um período. As tendências dominantes coexistem com as que se lhes opõem, porque toda oposição se mantém no terreno e estrutura da época. Portanto, a principal tarefa consiste em reconhecer nas diversas manifestações da vida a unidade da determinação de valores e da adoção de fins. Naturalmente, cada época continua suas relações com a anterior e a que se lhe segue.

Assim como das insuficiências da época anterior nasceu o afã criador que gerou o período atual, assim cada época traz em seu bôjo os limites, tensões e sofrimentos que preparam a fase seguinte (4). Toda forma histórica é finita e universal, contém uma mistura de satisfação e necessidade, fôrça e agonia. Novas opressões formadas pelo anelo insatisfeito dos homens geram a necessidade de transformação, obrigam à procura de novas soluções e, conseqüentemente, de novos períodos.

(3) Wilhelm Dilthey, *El mundo historico*, México, Fondo de Cultura Económica, 1944, 313.

(4) Wilhelm Dilthey, *El mundo historico*, 201.

A periodização nasce, pois, da necessidade que sente o historiador de destacar na sua especialidade o sucessivo encadeamento do processo histórico. Nasce do conhecimento mais profundo das relações do “devenir” histórico. Em nenhuma parte como aqui o historiador demonstra tanto se ficou na exterioridade ou na superfície do suceder ou se penetrou mais profundamente na essência de uma época. É aqui, ainda, onde ele mostra se é um pedante, um rato de biblioteca, um burocrata da história ou realmente um historiador (5).

Na capacidade de bem periodizar estaria a força do grande historiador. Para Troeltsch, o principal problema da síntese cultural está na periodização da história universal, que é o corte das diversas grandes conexões culturais uma das outras, a adoção de grandes cesuras entre elas e a caracterização geral e ligação ideal destas partes com grandes totalidades culturais existentes e características. Em tal periodização está o elemento propriamente filosófico da história universal (6).

É preciso, porém, antes de entrar sumariamente nas discussões havidas entre os vários historiadores e filósofos da história sobre os vários períodos, expor como surgiram as fronteiras tradicionais que nos têm servido de guia no estudo da história.

Diz Huizinga que a necessidade de dividir a história do mundo numa série de períodos, cada um dos quais continha sua própria essência e determinava seus próprios termos, não responde às exigências da própria historiografia, mas tem sua raiz na explicação cosmológica, na astrologia. Somente com o cristianismo a idéia de sucessão de épocas se transferiu do cosmológico para o histórico. Serviu de base para a divisão da história universal em épocas a concepção dos quatro impérios universais: Assíria, Pérsia, Macedônia e Roma, que se su-

(5) Wilhelm Bauer, *Introducción al estudio de la historia*, Barcelona, Bosch, 1944, 155.

(6) Ernst Troeltsch, *Der Historismus und seine Probleme*, Tübingen, Mohr, 1922, 700.

cedem uns aos outros, superando cada um os anteriores. A doutrina dos quatro impérios universais manteve-se de pé como esquema de divisão da história sem que ninguém a impugnasse até o século XVI (7).

O esquema dos quatro períodos, os quatro Impérios, baseou-se não numa observação exata dos fatos, mas num esquema arbitrário, extraído do Livro de Daniel (VII,14, 23). É certo que houve na Idade Média tentativas de periodização tríplice da história universal. Assim a de Joaquim de Floris, com o Reino de Deus, que é a Idade pré-cristã, o Reino do Filho, que é a cristã, e o Reino do Espírito Santo, que deveria começar no futuro.

Jean Bodin foi o primeiro a refutar a teoria das quatro monarquias e dos quatro séculos de ouro (8)

Durante a Idade Média, a ficção da persistência do Império Romano permitiu enquadrando na última das quatro idades profetizadas do mundo tudo que havia sucedido e o que havia de suceder desde a aparição de Cristo na terra. Foram os humanistas que deram o impulso para uma nova concepção. Sua visão da Antiguidade como ideal literário e cultural do mundo inspirou-lhes a distinção segundo a qual, com a queda do Império Romano do Ocidente, havia se iniciado uma época intermediária, bárbara e desprezível, o *medium aevum*, de mau latim e arte gótica, da qual o Ocidente fôra salvo nos últimos tempos pela restauração das boas letras (9).

Ainda no século XVII, Antônio Vieira era condenado pelo Tribunal do Santo Ofício, por ter afirmado, nos comentários às *Esperanças de Portugal Quinto Império do Mundo, Primeira e Segunda Vida de El-Rei D. João IV*,

(7) J. Huizinga, *El concepto de la historia y otros ensayos*, México, Fondo de Cultura Económica, 1946, 71-72.

(8) *Methodus ad facilem historiarum cognitionem*, Paris, 1566. Vale citar duas edições recentes dessa obra. Uma francesa, *La méthode de l'histoire*, Publication de la Faculté de Lettres d'Alger, 1941, e outra inglesa, *Method for the easy comprehension of history*, Records of civilizations, New York, Columbia University Press, 1945.

(9) A expressão Idade Média foi criada em 1667 pelo professor Horn, em Leiden. Cf. Oswald Spengler, *La decadencia de Occidente*, Madrid, Espasa Calpe, 1944, I, 39.

escritas por Gonçalo Annes Bandarra, “que ainda há de haver quinto Império no mundo”. Ora, o Império Romano, segundo os teólogos, havia de durar até o fim do mundo, e entre aquêle e o do Anti-Cristo nenhum surgiria, a menos que se declinasse ao êrro dos judeus, que esperavam reino temporal contra Cristo Redentor. A sentença que o condenou, lida aos 23 de dezembro de 1667, censura não só a profecia, mas a heresia do Quinto Império (10).

Até o fim do século XVII, aproximadamente, não passa da terminologia literária para o campo específico da história o esquema tripartido: Antiguidade, Idade Média e Época Moderna. De princípio, essa divisão apenas tinha valor escolar, mas foi se impondo pouco a pouco através dos livros de ensino. Foi Cristóvão Cellarius, professor de Halle, quem transplantou essa ordem para a história geral. Segundo Cellarius, a história antiga chegava até Constantino, o Grande, em 337, a história média até a queda de Constantinopla, em 1453, e a estas se agregava a história nova.

Sem que essa determinação tivesse conseguido reconhecimento geral, foi admitida de novo por Gatterer, que adiantou os limites de cada época. A Antiguidade foi estendida até 476 e o comêço da idade moderna foi situado entre 1492, descobrimento da América, e 1517, Reforma de Lutero. No conjunto, manteve-se firme a trilogia (11). Tal divisão foi aceita em princípio pela maioria das escolas, inclusive por ser tão fácil de guardar-se de memória. Além disso, ela corresponde ao campo ideológico da Ilustração, que caracterizava os séculos de domínio absoluto da Igreja Romana como uma época de superstições obscuras e sombrias.

(10) Cf. *Obras Inéditas* do Padre Antônio Vieira, tomo 1, Lisboa, J. M. C. Seabra & T. Q. Antunes, 1845, 133-173. Os comentários de Vieira a Bandarra são de 29 de abril de 1659, 84-131.

(11) Wilhelm Bauer, *Introducción al estudio de la historia*, Barcelona, Bosch, 1944, 145.

Nos estudos de Jacob Grimm, de Savigny e de outros, a imagem da Idade Média ganha claridade ⁽¹²⁾. Os seus fatos adquirem perfis mais nítidos e começa-se a duvidar se ela está suficientemente definida para poder ser empregada como um conceito histórico. Hesitava-se quanto ao acêrto do ano de 476 como divisório entre duas épocas históricas e vacilava-se entre o ano de 1453, queda de Constantinopla, e 1492, descobrimento da América, como limites finais da chamada Idade Média. Outros ainda queriam fazer valer o ano de 1450, época do nascimento da imprensa; como aquêle que assinala o aparecimento de um novo período.

O caráter artificial dos períodos pode ser apreendido quando se procura determinar a passagem de um dêles para o seguinte. Assim, por exemplo, quais são os fenômenos predominantes que nos permitem anunciar a vinda ao mundo da Idade Média? É a queda do Império Romano, são as invasões barbaras, é a difusão do cristianismo ⁽¹³⁾?

Sustentam-se as mais variadas opiniões sôbre a época do nascimento da Idade Média. Pirenne e Fueter datam-na de 622, com a aparição do Islã ⁽¹⁴⁾. Para Pirenne, é errônea a hipótese tradicional de que a fundação do reino franco seja a base e o ponto de partida da época carolíngia e, conseqüentemente, da Idade Média ⁽¹⁵⁾. Foi com a aparição dos muçulmanos que se produziu uma variação radical, política e econômica. Dopsch

(12) Herder foi dos primeiros a reabilitar a Idade Média, mais a germânica que a cristã. Ainda assim, êle se opôs às opiniões dominantes sôbre aquela época. Vide *Une autre philosophie de l'histoire*, Aubier, s. d., edição bilingue; Friedrich Meinecke, *El historicismo y su génesis*, México, Fondo de Cultura Económica, 1943, 345 e sgts.; Ernst Cassirer, *El problema del conocimiento*, México, Fondo de Cultura Económica, 1948, 318.

(13) Henri Sée, *Science et philosophie de l'histoire*, Paris, Felix Alcan, 1933, 2.^a ed., 268.

(14) Henri Pirenne, *Les villes du Moyen Âge*, Bruxelas, 1927, e Ed. Fueter, *Inschriften für Schweizerische Geschichte*, v. 3, 1923, 456, e v. 4, 1924, 177.

(15) Henri Pirenne, "Mahomet et Charlemagne", *Revue Belge de Philologie et d'histoire*, v. 1, 1922, 77, especialmente 80.

também concorda que em geral a época merovíngia seja uma continuação da Antiguidade ⁽¹⁶⁾.

Para Troeltsch, os séculos XVI e XVII não são Idade Média nem Idade Moderna: são a época confessional da história europeia e do mútuo roçamento de três fatores, o catolicismo, o luteranismo e o calvinismo, de que se origina o mundo moderno ⁽¹⁷⁾. Quando se designa o mundo ocidental como mundo moderno em relação à Antiguidade expressa-se pela primeira vez, a valorização da Idade Média como base e cultura anterior de nossa vida atual. Da parte da maioria dos pesquisadores modernos há hoje uma tendência bem pronunciada a não considerar a Idade Média como um período distinto ⁽¹⁸⁾.

A noção do Medievo foi implantada quando êsse período era considerado de decadência e profunda estagnação. Mas os progressos da história e os estudos monográficos mais recentes desafiam tal modo de pensar. A Idade Média marca, ao contrário do que se julgou por tanto tempo, o surgimento do mundo moderno. Ela é a matriz da civilização ocidental, sustenta Troeltsch ⁽¹⁹⁾. É o instante em que a civilização penetra mais profundamente o mundo ocidental, ganha a Germânia e depois os países eslavos. Do ponto de vista da ciência matemática é o momento em que os árabes emprestam ao mundo ocidental a álgebra, que prepara os espantosos progressos do mundo moderno.

O mundo moderno ou o presente é, para Troeltsch, a transformação dos estados bárbaros ocidentais e dos domínios feudais nos grandes quadros dos modernos estados unitários militarizados e burocratizados e nas imensas massas de populações que originam e mantêm os

(16) Alfons Dopsch, *Economia natural y economia monetaria*, México, Fondo de Cultura Económica, 1943, 137 e 138.

(17) Ernst Troeltsch, *Protestantism and progress*, New York, Putnam's, 1912, 89.

(18) Alfons Dopsch, *ob. cit.*, distingue Idade Média primitiva (merovíngia e carolíngia), Alta Idade Média, séculos X a XII, e Baixa Idade Média, séculos XIII e XIV.

(19) Ernst Troeltsch, *ob. cit.*, 40.

sistemas econômico-sociais do capitalismo, da grande exploração e da expansão colonial. Esse mundo começa na alta Idade Média, com o início dos Estados soberanos e absolutos, que corresponde, ao mesmo tempo, ao aparecimento de outra formação espiritual soberana, livre e individual e de uma incrível civilização intelectual e técnica (20). Para êle, o *Neuzeit*, a época moderna em sentido lato, começa no século XV, e em sentido estrito com a Revolução Inglesa e a Época das Luzes.

Em tôda periodização se intromete a idéia do mundo do historiador ou filósofo. Uns preferem periodizar segundo critérios econômicos, outros, como Troeltsch, marcam os períodos baseados nas transformações espirituais e culturais ou nas suas relações com as modificações econômicas, e outros, finalmente, como von Below, de acôrdo com a tradição, preferem apoiar-se nas modificações políticas (21).

Qualquer fixação de fronteiras históricas no curso do suceder contínuo está condicionada subjetivamente às crenças ou ideologias do historiador ou filósofo. Os católicos vêem na Reforma, na Renascença e na Época das Luzes um *intermezzo*, ou um recuo ao paganismo. Para os protestantes, a Reforma é o ponto decisivo que decide o limite entre os dois mundos históricos; para os clássicos e humanistas, a Renascença e, para os historiadores políticos, a formação dos Estados nacionais. Enquanto as periodizações ideológicas, como as de Vico, Comte, Marx, interessam-se pela significação geral da história para a concepção do mundo, as simplesmente históricas resolvem o problema com meios puramente em-

(20) Ernst Troeltsch, *Der Historismus und seine Probleme*, Tübingen, Mohr, 1922, 764.

(21) G. von Below criticou severamente Troeltsch, restabelecendo entre as duas Idades a fronteira tradicional e política de 1500. (G. von Below, *Ueber historische Periodisierung mit besondere Blicke auf die Grenze zwischen Mittelalter und Neuzeit*, Berlin, Deutsche Verlagsgesellschaft fuer Politik und Geschichte, 1925, 108, *apud* O. de Halecki, "Moyen âge et temps modernes, Une nouvelle defense des divisions traditionnelles de l'histoire", *Revue de Synthèse historique*, t. XLIII, 69-82. A data de 1500 é também aceita por Dopsch, *ob. cit.*, 227.

píricos, com dados exclusivamente concretos. Nas primeiras há sempre um caráter qualificativo, que deforma a história universal concreta. A época divina, heróica e humana de Vico, o Estado teológico, metafísico e positivo de Comte, o feudalismo, capitalismo e socialismo de Marx sucedem-se qualitativamente em tôda a história universal. Êles repetem-se e são inevitáveis.

Aqui se destaca claramente o pensamento naturalista que condiciona êstes esquemas. Êles são um foco de emoções e um incentivo à ação. Os que ainda não atingiram um período mais elevado devem lutar para que o fim último da história universal seja alcançado. O último período é, então, o ideal supremo, e relembra o reino do Espírito Santo de Joaquim de Floris. O caráter religioso e ortodoxo, o valor mágico e o gôsto metafísico estão presentes em todos êsses esquemas.

Oswald Spengler tentou empreender um estudo comparativo da morfologia das culturas. Depois de reagir contra os velhos esquemas (Idade Antiga, Média e Moderna) e de louvar a idealização de J. de Floris (22), propõe quatro épocas correspondentes às da arte (Egípcia, Antiga, Árabe e Ocidental). Na realidade, a *Decadência do Ocidente* é essencialmente uma série de comparações entre as atitudes do homem ocidental e clássico e, em menor extensão, o homem mágico, inserido entre aquêles. As três culturas, Egípcia, Indiana e Chinesa, aparecem em raros intervalos; as duas outras, Babilônia e Mexicana, figuram excepcionalmente em ligeiras referências. Spengler dá um tratamento especial à última cultura — a Russa, vista por êle como uma sociedade cuja verdadeira história ainda não começou. Das oito culturas primitivas, quatro, a Egípcia, Chinesa, Semítica e Índica reaparecem como na classificação de Danilevsky. As outras, êle acaba por reduzir a duas. Funde gregos e romanos em clássico ou “Apolíneo,” e os Iranianos, judeus

(22) *La decadencia de Occidente*, Espasa Calpe, 1944, vol. 1, 33, 35, 39, 42.

e árabes no conceito “Mágico”. Sobram os germanos e latinos ou cultura européia, à qual corresponde o Ocidente ou o homem “Fáustico”. A Rússia e a Europa Oriental estão fora do que denominamos sociedade européia; a mexicana é promovida ao estado de civilização e a peruana é tratada descuidadamente (23).

Estamos, assim, no reino do subjetivismo, onde uma periodização morfológica se baseia numa história inconsciente animal, numa torrente biológica, que tenta tornar-se consciente, mas acaba numa disciplina natural. A reunião de antigos e ocidentais domina a periodização de Spengler, que se torna somente européia: sucedem-se as culturas apolínea, árabe-mágica, isto é, cristã-semítica-neoplatônica, fáustica ou gótica e barrôca, e as civilizações da inteligência, da técnica, dos grandes Estados, da Democracia e do Cosmopolitismo (24).

A esta periodização filia-se a de Arnold Toynbee, com a principal diferença de que em Spengler o isolamento das várias culturas é tão completo quanto o das mônadas de Leibnitz. As relações de tempo, lugar e similaridade entre elas só são perceptíveis ao historiador. Para Toynbee, essas relações, embora externas, fazem parte da experiência das próprias civilizações. É essencial para êle que as sociedades se filiem umas às outras, e, assim, salve-se a continuidade histórica. Dêste modo, o triunfo do naturalismo em Toynbee só afeta os princípios gerais e em Spengler penetra em todos os detalhes (25).

Toynbee apresentou uma classificação de dezenove sociedades com as datas de seus nascimento e desaparecimento. São elas: Ocidental, Cristã-Ortodoxa, Irânica, Árábica (que mais tarde, com a incorporação da Irânica, se apresenta na Sociedade Islâmica), Hindu, Extremo-Oriente, Helênica, Síria, Indiana, Sínica, Minoana, Sumérica,

(23) H. Stuart Hughes, *Oswald Spengler, A critical estimate*, New York, Scribner's, 1952, 67-68.

(24) E. Troeltsch, *Der Historismus und seine Probleme*, *ob. cit.*, 734-735.

(25) R. G. Collingwood, *The idea of history*, Oxford, 1946, 183.

Hitita, Babilônica, Andina, Yucateca, Maia e Egípcia (26). Estas civilizações são estudadas em suas relações e contactos, na sua gênese, crescimento, decadência e desintegração. O resultado é uma visão subjetiva de seis mil anos de história, enquadrada na teoria estóica dos ciclos históricos, ou das recorrências cíclicas. Seu gosto em “botanizar” a história, em classificá-la em gêneros e espécies, revela bem o naturalismo que atinge de morte os princípios gerais do seu método e da sua pesquisa. Isto foi possível na botânica, com Lineu, mas não na história, que é multiforme. Ele fala em leis e pontifica com 21 civilizações, que se sucedem e se ligam em períodos históricos. No período, leis e civilizações são apenas nebulosas estruturas mentais (27).

O livro de Toynbee, revelador de um conhecimento histórico inigualável e sem paralelo na época atual, representa uma submersão no estudo das características de cada época, embora não se possa seguir suas linhas de separação, por demais subjetivas (28).

Tôdas essas construções histórico-religiosas e histórico-filosóficas são irreais. Para Troeltsch, quem quiser libertar-se dêsse esquematismo em busca de formas mais duradouras deve mergulhar muito mais profundamente nos segredos da teoria da estrutura-superestrutura, que vem de Marx, mas já não é mais Marx. E não o é, primeiro, porque se afirma uma liberdade na relação mútua, sem hierarquia, e uma dependência recíproca, condicional, de um lado e de outro; segundo, porque a periodização não é abstrata, filosófica e valorativa, mas simplesmente objetiva.

(26) *A Study of History*, Oxford, 2.^a ed., 1945, 1.^o vol., 129-133. O Autor aumentou de 19 para 21 as civilizações, com o desdobramento em duas da Cristã-Ortodoxa (Rússia e Corpo Principal) e da do Extremo-Oriente (Coréia e Japão e Corpo Principal). Vide Tábua, in vol. VI, 327, reimpressa em vol. VII, 769, e vol. IX, 758.

(27) Ernest Baker, “Dr. Toynbee’s Study of History” *Review of International Affairs*. v. XXXI, n. 1, jan. 1955, 5-16.

(28) José Honório Rodrigues, “Toynbee e a Filosofia da História na Inglaterra”, *O Jornal*, 6 e 13 de abril de 1947; “Uma conversa com Toynbee”, *idem*, 7 de fevereiro de 1952, e “A civilização ocidental e Toynbee”, *idem*, 14 de fevereiro de 1952.

Cada círculo cultural é decomposto em seus componentes sócio-econômico-políticos e civilizatório-técnicos, de acôrdo com sua própria lógica. O elemento puramente sociológico e, antes de tudo, o econômico são algumas vêzes condicionados pela base cultural-espiritual e muitas vêzes dominados, mas muitas vêzes, também, procuram trazer esta ao seu domínio ⁽²⁹⁾. Terceiro, porque separa-se diante da pesquisa objetiva o mundo oriental do ocidental, aquêle impossível, para nós, de sujeitar-se a uma mesma periodização. Quarto, porque Marx sofria as deficiências de uma época ainda não de todo científica no seu saber histórico. A história estava, então, ainda dominada pelos historiadores de cola e tesoura e por isso sua classificação denota as insuficiências da falta de pesquisa profunda e de saber histórico. Quinto, porque as etapas não são nem necessárias nem fatais, e assim evita-se afirmar qual será o período do futuro, ganhando em objetividade e exatidão.

Max Weber estabelece a distinção fundamental entre a sociedade asiático-oriental e a mediterrânea-asiático-ocidental-européia. Na segunda existe a seguinte periodização: nomadismo, fundação e evolução da Polis, Império mundial e monarquia militar, com a consequência do nivelamento e da organização coercitiva. Para Max Weber a história do Ocidente antigo e moderno é a história do espírito cidadão, com curtas interrupções de épocas sem cidades. A cidade antiga é muito diferente da moderna, e nisso repousa a maior parte das diferenças das grandes eras ⁽³⁰⁾.

A exposição de Werner Sombart foi feita em *O Moderno Capitalismo*. Limita-se à história ocidental e liga-se à de Max Weber. Ao período do nomadismo e da colonização, do qual estudou fortemente os fundamentos jurídicos, segue-se o feudalismo. Depois há a fase de transição da economia de troca para a cultura das cidades e finalmente o capitalismo ocidental, moderno, específico, que

(29) Ernst Troeltsch, *ob. cit.*, 748.

(30) Ernst Troeltsch, *Ibid.*, 749.

creceu com o Estado moderno, a técnica, a ciência. Essa periodização é sociològicamente pensada e històricamente fundada. Temos, assim: 1) nomadismo; 2) Idade Média inicial feudal; 3) alta Idade Média cidadina; 4) Mundo moderno, caracterizado pelo capitalismo e Estado unitário. A periodização econômico-sociológica é a subestrutura das periodizações gerais ou políticas, estas sempre mais refinadas (31).

Os dois grandes pensadores evidenciaram as formas e motivos fundamentais econômico-sociológicos dos períodos singulares e deixaram para uma pesquisa mais complicada e sutil o exame do comportamento relacionado entre a estrutura econômico-sociológica e os elementos ideológicos. Por isso Troeltsch pôde afirmar que dêsse profundo exame nasce uma periodização inteiramente condicionada pela prova das formas reais de vida, em cuja seqüência intervêm naturalmente fatores psicológicos e também catástrofes e transformações exteriores (32).

Temos, assim, ao lado de periodizações políticas, as filosóficas, ideológicas e sociológico-institucionais. Quase tôdas as periodizações que se baseiam em circunstâncias naturais, geográficas e antropológicas são, no fundo, uma busca dos últimos subfundamentos e, portanto, estão ligadas à relação estrutura-subestrutura. Fálham porque hierarquizam um dos subfundamentos da estrutura e fazem-no dominar inteiramente a superestrutura. A contribuição significativa de Max Weber e Werner Sombart está precisamente em estabelecer que a relação consiste num jôgo livre de dependência mútua e em caracterizar a estrutura como um todo geográfico, antropológico, sócio-econômico.

A teoria dos ciclos históricos, de origem estóica, ou a repetição cíclica (*anacylosis*), que Cícero chamava, seguindo Políbio, o *mirabilis circuitus*, representa uma explicação rítmica do processo histórico, que se sucede em momentos repetidos. Ela vive e revive no pensamento his-

(31) Ernst Troeltsch, *Ibid.*, 751-754.

(32) Ernst Troeltsch, *Ibid.*, 749. A obra de Sombart, *Der Modern Kapitalismus*, é de 1902, 2 vols.; 4.^a ed., 3 vols. München, 1921-27.

tórico. Sem falar nos antigos, ressurgiu em Vico, quando afirma que certos períodos da história têm um caráter geral, que de tal modo reaparece em outros que dois períodos diferentes podem ter um mesmo caráter, geral. Há, dizia êle, uma semelhança geral entre o período Homérico da história grega e a Idade Média européia, o que nos permite chamá-los pelo nome genérico de período heróico. É a lei do *corso e ricorso*, que mostra que êstes períodos tendem a se repetir na mesma ordem. O período heróico é seguido pelo clássico e assim por diante. Mas, de acôrdo com Vico, não se trata de uma mera rotação da história segundo um ciclo de fases fixadas; não há um círculo, e sim uma espiral; a história nunca se repete, modifica-se na nova fase em forma diferenciada da que foi antes (33).

Toynbee aplicou muito a teoria cíclica para explicar a queda das civilizações. Ela seria uma das explicações sôbre a predestinação das sociedades. A teoria deve ter nascido da comparação entre a vida da civilização e o universo físico e sua aplicação à história da humanidade foi um corolário natural da sensacional descoberta astronômica, que parece ter sido feita no Mundo Babilônico, entre o oitavo e o sexto séculos antes de Cristo: o ciclo terrestre de dia e noite, o ciclo lunar do mês e o ciclo solar do ano (34).

A teoria das gerações, que ùltimamente parece ter revivido na interpretação do processo histórico, origina-se talvez da Bíblia e encontra sua primeira expressão nos Provérbios de Salomão e especialmente no Livro do Eclesiastes ou Pregador (XXX, 11-14 e I, 4), onde se diz que uma geração vai e outra geração vem, mas que a terra sempre permanece; o sol nasce e se põe e volta ao lugar donde nasceu.

(33) Benedetto Croce, *La filosofia di Giambattista Vico*, Bari, Laterza, 4.ª ed., 1947, 127-137; R. G. Collingwood, *The idea of history*, ob. cit., 67-68.

(34) A. Toynbee, *A Study of History*, Oxford, 1940, IV, 23-39.

Giuseppe Ferrari foi quem primeiro concebeu uma teoria dos períodos históricos, segundo gerações calculadas em trinta anos e fração e trinta e três anos e fração, reagrupadas por tetraedros ou tríades em períodos de 125 anos ou de um século. Em 1872, A. A. Cournot formulava a mesma teoria, que foi retomada, em 1886, por Ottokar Lorenz. A mesma idéia aparecida em 1857 renasce, independentemente, em 1872, e depois em 1886, sem nenhuma ligação entre os três doutrinadores. Só muito recentemente, é que Walter Vogel, Karl Joel, Wilhelm Pinder e Alfred Lorenz retomam a idéia de Ottokar Lorenz para aplicá-la à história e à arte ⁽³⁵⁾. Ottokar Lorenz fôra buscar numa frase de G. Rümelin ⁽³⁶⁾, o pensamento fundamental sôbre um sistema natural de períodos históricos. A duração de três gerações no sentido histórico perfaz cem anos e encontra sua significação no século, que representa uma certa unidade histórica espiritual, e no qual repousa aquela elementar *lei das três gerações*. O século passa, então, a ser uma medida objetivamente fundada de todos os acontecimentos históricos. A significação histórica dos ciclos de gerações que Ottokar Lorenz cita como exemplo não é senão o fato de que, por vêzes, a relação natural de várias gerações se evidencia nos acontecimentos históricos, mas não se pode sequer falar numa regularidade dos acontecimentos e muito menos

(35) A. A. Cournot, *Consideration sur la marche des idées et des événements dans les temps modernes*, 1872; Ottokar Lorenz, *Die Geschichtswissenschaft in ihren Hauptrichtungen und Aufgaben*, Berlin, 1886; Walter Vogel, "Über den Rythmus im geschichtlichen Leben des abendländischen Europa", *Historische Zeitschrift*, t. 129, 1924, 1-68; Karl Joel, "Der säkuläre Rythmus der Geschichte", *Jahrbuch für Soziologie*, 1925; Wilhelm Pinder, *Das Problem der Generation in der Kunstgeschichte Europas*, Berlin, 1926; foi traduzido para o espanhol sob o título *El problema de las generaciones en la Historia del Arte de Europa*, Editorial Losada, 1946; e Alfred Lorenz, *Abendländische Musikgeschichte im Rythmus der Generation*, 1928.

(36) G. Rümelin, *Über den Begriff und die Dauer einer Generation*, 1875, apud Ernst Bernheim, *Lehrbuch der historischen Methode und der Geschichtsphilosophie*, Leipzig, Verlag von Duncker & Humblot, 1908, 82. Sôbre os períodos na história literária, vide Herbert Cysarz, "El principio de los periodos en la ciencia literaria", in *Filosofia de la ciencia literaria*, México, Fondo de Cultura Económica, 1946, 93-135. O trabalho é acompanhado de excelente bibliografia.

em leis. A lei das três gerações não é, como quer Lorenz, o princípio objetivamente fundado dos acontecimentos históricos, nem um dos seus princípios inerentes, mesmo porque ele próprio declara que a lei só é válida para as famílias monogâmicas ⁽³⁷⁾. Além disso, como lembra Huizinga, há uma falta de lógica na doutrina. Assim como há uma trindade de gerações de 1700 a 1733, de 1734 a 1769 e de 1770 a 1800, há outra cadeia de 1701 a 1734, de 1735 a 1770, 1771 a 1801 e assim simultaneamente, com a mesma variação quanto ao ano inicial e praticamente quanto ao dia ⁽³⁸⁾.

O primeiro exame crítico fundamental da teoria das gerações e de sua aplicação ao processo histórico foi feito por Julian Marías ⁽³⁹⁾, exaltando, naturalmente, o pensamento renovador de Ortega y Gasset.

Atribui-se um papel preponderante na marcha da história às gerações e procura-se compreender como as vigências e as inovações substanciais coincidem com as sucessões cíclicas de gerações. Ora, as variações humanas, tema central da história, dependem das gerações, que são os fatores humanos destas transformações. A história move-se em função das gerações sucessivas. Cada geração representa uma certa atitude diante da vida, dos problemas e situações que esta apresenta. Mas a geração não coincide com a idade. Um velho pode pensar como um moço. Nem todos os contemporâneos são coetâneos, isto é, possuem a mesma idade histórica, possuem os mesmos ideais e se comportam igualmente diante do drama. Pois o conjunto dos que são coetâneos é que constitui uma geração.

O conceito de idade histórica é de importância capital. Ortega divide a idade humana vital em cinco períodos, dos quais, para a eficácia histórica, só dois têm

(37) Ernst Bernheim, *Lehrbuch*, ob. cit., 82.

(38) J. Huizinga, *El concepto de la historia y otros ensayos*, México, Fondo de Cultura Económica, 1946, 80.

(39) *El metodo historico de las generaciones*, Madrid, Revista de Occidente, 1944.

importância. Nos primeiros quinze anos (sem atuação histórica) e dos quinze aos trinta (época de informação e acumulação) não se influi na vida histórica. É da luta entre os homens de 30 a 45 anos (época da gestação), quando se começa a atuar e se deseja impor sua inovação, e dos homens de 45 a 60 anos (época de predomínio), quando se conseguiu impor o que se desejava inovar, que depende a transformação do mundo. A nova geração entre os 30 e 45 anos já encontra as formas de vida impostas pela que a antecedeu (45 a 60 anos) e quer impor suas idéias e valorizações, que esta não deseja alterar. Dos 60 anos em diante é a época da sobrevivência histórica. Há muito menos homens desta idade que nos outros grupos. Eles estão fora da vida e o seu papel é transmitir a forma social vigente. Considerando que hoje há muito mais homens desta idade em predomínio, Ortega espera que em futuro próximo se altere o esquema.

Nem sempre há crise, porque existem fases históricas cumulativas, em que a nova geração se sente solidária ou homogênea com a anterior, e também épocas eliminatórias ou polêmicas, em que se combatem e se iniciam as novas formas. Dêste modo, uma geração é uma mudança de sentir e compreender a vida, oposta à maneira anterior, ou, pelo menos, diferente dela. Nas gerações renovadoras aparecem sempre os mestres da transição, aquêles que, pela primeira vez, ensinam os novos caminhos. Sem êles a geração que representam e a história parariam, numa formação definitiva, sem possibilidade de renovação radical.

Assim, para Ortega y Gasset muito mais importante que a distinção entre um revolucionário e um reacionário, homens de seu tempo, é a distância que separa, numa mesma geração, os indivíduos portadores de um ideal e os vulgares. Os antagonistas atuais são muito mais próximos entre êles que de qualquer afiliado de suas idéias no século passado. Os amigos e inimigos pertencem, pois, a uma mesma geração.

Bernheim, Croce e Huizinga objetaram contra a teoria das gerações especialmente seu caráter naturalista e biológico. Mas Julian Mariás fez questão, no trabalho acima referido, de responder às contestações. Huizinga, diz êle, apesar de ser uma das melhores cabeças que escreveram neste século sôbre história, esquece-se que só com a idéia de gerações se compreende a duração e substituição dos sistemas de vigência. Só com elas podemos entender porque certas idéias e costumes desaparecem ou são renovados. Para compreender-se a distância que separa um homem de 50 anos de um jovem, para explicar a distância espiritual que separa nossos pais de nossos próprios sentimentos e idéias e de que modo nossos filhos compreendem ou repelem nossos usos e idéias, a teoriã das gerações é um recurso ideal, um método aconselhável.

A teoria das gerações não é naturalista, diz Mariás, porque se baseia na razão histórica. Ela é historicista como tôda a filosofia culturalista de hoje. Não se trata de continuidade biológica, mas de estrutura de vigência, nascimento, duração e extinção de formas sociais e, logicamente, dos seus representantes, da geração que varia o mundo e incorpora esta inovação ao mundo que não variou. Não se trata de sucessão biológica, mas de transmissão de formas sociais por grupos qualificados pela mesma idade. Trata-se de transmissão espiritual e não de herança biológica.

No Brasil, contando-se a média de três gerações para cada século, estaríamos hoje, segundo essa teoria, a partir de nossa descoberta, no curso da décima quarta geração (40). Essa teoria poderá servir, ainda, para renovar a genealogia, como veremos quando desta tratarmos.

O estudo da periodização contribui também para explicar as origens de algumas palavras que caracterizam

(40) Sôbre a teoria das gerações na América, cf. Carlos Alberto Evro, "Introducción al estudio de la generación del 37", *Panorama*, vol. 2, n. 2, 84-89, e Justo Pastor Benitez, "A teoria das gerações", *O Jornal*, 15-7-1952. O primeiro estuda a geração de 1837, que sucedeu à de 1810 (Revolução e Independência) e promoveu a Organização Nacional. O segundo retrata rapidamente as gerações do Uruguai, Argentina e Paraguai.

certos períodos. Assim, por exemplo, veio dizer-nos que até o ano 50 do século XIX, a época que hoje designamos com a palavra Renascimento ou Renascença não foi considerada pelos historiadores como um período de cultura própria que se destacasse cabalmente dos outros. Se Michelet foi o primeiro a adotar a expressão, Burkhardt foi o primeiro a dar a êsse conceito o seu verdadeiro sentido. A palavra helenismo, que significa um período determinado da história grega, foi criada por Droysen, em 1833. A expressão Contra-Reforma, que nos primeiros anos do século XVIII se usou como denominação aplicada aos distintos casos de regiões que, tendo chegado a ser protestantes, voltaram à prática da religião católica, procedia do direito imperial alemão. Da história da arte nos vêm as palavras “rococó” e “barroco” (41). A primeira usa-se no sentido de uma periodização geral na história da arte e a segunda, que foi empregada a princípio para designar certo período da Antiguidade grega, veio mais tarde a ser utilizada como conceito geral de estilo na história da arte.

Esta exposição nos mostra como a periodização (42) se tornou, no campo da história, um dos problemas mais agitados e de solução mais difícil.

(41) Sôbre o barroco no Brasil, cf. Sérgio Buarque de Holanda, “Sôbre o Barroco”, *Diário de Notícias*, 16-2-1951; “Limites do Barroco”, *idem*, 23-12-1951; “Ainda o Barroco”, *idem*, 27-1-1952.

(42) A mais completa exposição sôbre a teoria de periodização se encontra in J. H. J. van der Pot, *De Periodisering der Geschiedenis*, Haia, 1951. Estudos especiais sôbre periodização na Europa e na Alemanha são, por exemplo os de Oscar Halecki, *The limits and division of European History*, Londres, 1950, e Johannes Haller, *Die Epochen der Deutschen Geschichte*, Stuttgart, 1951.

CAPÍTULO 5.

A PERIODIZAÇÃO NA HISTÓRIA DO BRASIL

A intrincada tarefa de distinguir as épocas de nossa história nasce naturalmente com os nossos primeiros livros históricos. Domina, então, a necessidade puramente didática ou lógica de classificação do material selecionado. Não há nenhuma preocupação de natureza ideológica, filosófica ou teórica. É só muito mais tarde, com o desenvolvimento da historiografia que se iniciam contribuições de caráter filosófico ou sociológico. Mas a compreensão da necessidade de um critério e de sua importância surge, no Brasil, com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que foi o principal estimulador dos estudos históricos.

Logo na primeira sessão do Instituto, em 1.º de dezembro de 1838, Januário da Cunha Barbosa propôs a seguinte questão, que deveria ser discutida pelos vários sócios: “Determinar-se as verdadeiras épocas da história do Brasil e se esta se deve dividir em Antiga ou Moderna, ou quais devem ser suas divisões” (1).

O problema, pôsto nesses termos, vai ocupar a ordem do dia de várias sessões daquela instituição (2). Na se-

(1) Cf. *RIHGB*, t. 1, 2.ª ed., 1856, 57.

(2) Na segunda sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ofereceram sugestões sobre as épocas da história do Brasil o Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos, José Lino de Moura e José Silvestre Rebêlo, que leram sobre o assunto trabalhos escritos. Tomaram parte das discussões Pedro de Alcântara Bellegarde, Januário da Cunha Barbosa, Cunha Matos, Emílio Joaquim da Silva Maia, José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de S. Leopoldo) e José Marcelino Rocha Cabral.

gunda, leram trabalhos escritos e participaram das discussões o Brigadeiro Cunha Matos, Lino de Moura e Silvestre Rebêlo. Na terceira, em 19 de janeiro de 1839, Cunha Matos e Silvestre Rebêlo continuaram a leitura de seus trabalhos escritos, sendo o do primeiro, ligeiramente modificado, publicado mais tarde na *Revista do Instituto* (3), sob o título "Dissertações acêrca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Brasil". Nêle, depois de uma notícia sôbre as várias fontes da história brasileira, Cunha Matos propunha três épocas: a primeira, relativa aos aborígenes ou autóctones, a segunda, compreendendo as eras do descobrimento pelos portugueses e a administração colonial, e a terceira, abrangendo todos os acontecimentos nacionais desde a Independência. Ele próprio dizia que talvez houvesse algumas divergências acêrca dos princípios da primeira e terceira épocas, cada um tendo boas razões para marcar datas diversas. E após uma série de considerações sôbre cada uma das três épocas, responde à pretensão então geral de que se escrevesse uma história filosófica do Brasil, propondo que em face da ignorância em que então se vivia a respeito de muitas províncias o melhor seria escrever antes a história particular de cada uma delas, e só depois redigir uma história geral cronológica. Fazia também uma classificação filosófica dos períodos e dizia que muitos historiadores descreviam em primeiro lugar as notícias ou tradições dos tempos fabulosos, depois dêstes os heróicos e, finalmente, os antigos e modernos. Nessa classificação Cunha Matos lembra, de certo modo, os três cursos da história universal propostos por Vico. Dividia também em três períodos diferentes a história do Brasil anterior ao seu descobrimento. Tratava-se, assim, com Cunha Matos, de uma primeira exposição teórica das épocas ou dos diferentes períodos da história brasileira.

O problema não estava resolvido e nem se encerraram as discussões. O Instituto Histórico, na sua faina

(3) *RHGB*, t. 26, 1863, 121-144.

de estabelecer métodos e preparar questões filosóficas — como então se dizia —, continuou a discutir, em sessões posteriores, problemas relativos à periodização. Na quarta sessão, em 1839, Januário da Cunha Barbosa, que é no Brasil o verdadeiro precursor nesse assunto, propôs, entre outras, a seguinte questão: “Marcar as diversas épocas da criação das capitanias gerais do Brasil, da fundação de seus bispados e das suas relações.” Sòmente na sexta sessão, em 2 de março de 1839, foi que entrou em discussão o parecer de comissão sòbre as épocas brasileiras, aprovando-se a divisão em três períodos (4). É evidente que a comissão se deixou influenciar pelo trabalho de Cunha Matos, que já então falecera. Mas ainda depois de aprovada essa divisão, o Instituto continuou a discutir questões ligadas à periodização.

Na verdade, porém, quem primeiro pretendeu concretizar a idéia ventilada no Instituto Histórico foi o General José Inácio de Abreu e Lima, no seu *Compêndio da História do Brasil* (5). Numa carta dirigida ao Instituto Histórico, apresentando seu livro à douta associação, Abreu e Lima escrevia: “Uma coisa resulta do meu compêndio e é quanto basta para dar-lhe algum valor. Tudo quanto existia escrito acêrca do Brasil era sem método nem plano algum histórico. Era um montão de fatos atirados ao acaso, *sem discriminação de épocas nem de períodos*. E tanto é assim que o Instituto há pouco se ocupou dêsse objeto, tratando, antes de tudo, de triangular o terreno sòbre que devia um hábil corógrafo traçar a carta da

(4) Pronunciaram-se também na sexta sessão do Instituto Histórico, Silvestre Rebêlo, Januário da Cunha Barbosa, o desembargador Rodrigo de Sousa da Silva Pontes e o Dr. Emílio Joaquim da Silva Maia.

(5) Inácio de Abreu e Lima, *Compêndio da História do Brasil*, Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert, 1843. Saiu uma segunda edição, “continuada até nossos dias por um distinto liberato”, Rio de Janeiro, Laemmert, 1882, a qual não merece confiança, não só pelo desrespeito ao texto da primeira, como por estar eivada de erros de impressão. Cf. José Honório Rodrigues, “Abreu e Lima. O General das Massas”, *Digesto Econômico*, n. 25, dezembro 1951, 97-106. O estudo da divisão das épocas nascia também em Portugal, na obra de Alexandre Herculano. Cf. “Cartas sòbre a História de Portugal”, *Opúsculos*, t. V, 33-155, especialmente, 120-221.

nossa história” (6). Dizia então que não havendo o Instituto decidido definitivamente essa importante questão, tomara a resolução de fazê-lo no seu compêndio, adotando oito épocas ou capítulos em que dividia a história pátria até a coroação de D. Pedro II. Acrescentava: “Eis as côres com que distribuí as épocas: 1) Descobrimento. As primeiras explorações. Estado físico do país; 2) Colonização; 3) Transição para o domínio estrangeiro; 4) Volta ao domínio pátrio. Guerra dos holandeses; 5) Estado da colônia. Melhoramentos. Administração interna. 6) Estabelecimento da Côrte no Brasil. Administração del rei; 7) Independência. Administração do Primeiro Império. 8) Menoridade. Administração da Regência. A maioridade.” Declarava que a quinta época, que abrangia século e meio, bem poderia ser dividida marcando-se a primeira parte desde 1654 a 1763 e a segunda desta data a 1807. “Porém toda ela é tão estéril de acontecimentos notáveis”, dizia Abreu e Lima, “que não vejo a côr que deva distinguir essas duas partes, pois os dois acontecimentos mais notáveis são a invasão de Duguay Trouin no Rio de Janeiro e a ocupação de Santa Catarina pelos espanhóis, fatos transitórios que não deixaram no país outros vestígios senão a dissolução inerente a tôdas as conquistas de pouca duração.” Acentuava que todo êsse espaço de tempo devia formar uma só época pois, de outro modo, ter-se-ia de traçar longamente êsses dois “episódios desgraçados de nossa história”, o que iria afetar em muito o corpo do compêndio, cujas partes êle havia gradualmente calculado e descrito, de modo que conservassem justa proporção com o todo. Terminava sua carta dizendo que na “divisão das épocas buscara sempre uma côr que as distinguisse, mas que essa côr devia ser tal que se apresentasse à primeira vista e que, para ser bem compreendida, era mister que cada época tivesse seu cunho particular, isto é, uma mudança, uma variação do estado anterior”.

(6) Carta de Abreu e Lima a Januário da Cunha Barbosa, s. d., lida na sessão de 14 de setembro de 1843, *RIHGB*, t. 5, 2.^a ed., 1843, 370.

Nessa missiva vangloriava-se Abreu e Lima de haver atingido com a sua divisão de épocas ou períodos um dos primeiros alvos do Instituto, (7).

Oferecido o compêndio ao Instituto Histórico, coube a Francisco Adolfo de Varnhagen a incumbência de dar parecer sôbre o mesmo. Do Juízo que Varnhagen redigiu, e que o Instituto aprovou, originou-se uma das mais violentas polêmicas da historiografia brasileira (8). Abreu e Lima saiu logo em campo, com uma réplica publicada em Pernambuco, no mesmo ano de 1844. (9). É preciso acentuar que Varnhagen, na sua crítica a Abreu e Lima, não entrou na questão que ora examinamos. Disse principalmente que este havia se baseado quase que exclusivamente na História do Brasil de Alphonse Beauchamp, que, como sabem, é um plagiário conhecido do livro de Roberto Southey. O compêndio, segundo Varnhagen, estava inçado de erros, erros graves, causados pelo modelo que seguira, porque Beauchamp, apesar de ter plagiado Southey, uma vez por outra decidira fazer incursões próprias no domínio da história brasileira, o que dera lugar a erros imperdoáveis.

Varnhagen não poderia discutir o problema das épocas porque, como veremos adiante, ao tratar de sua História Geral, êle não possuía base teórica e filosófica sôbre a matéria. Mas Abreu e Lima, em sua resposta, aproveita a ocasião para, mais uma vez, declarar que sem a perfeita divisão dessas épocas não se poderia jamais escrever a história segundo as regras da cronologia. Acrescenta que achou a sua primeira época perfeitamente concebida por Aires de Casal e as outras em Rocha Pita,

(7) *RIHGB*, v. 5, t. 5, 1843, 369-371. A carta de Abreu e Lima foi lida na 112.^a sessão, a 14-9-1843.

(8) "Primeiro Juízo. Submetido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo seu sócio Francisco Adolfo de Varnhagen, acêrca do "Compêndio de História do Brasil" pelo sr. José Inácio de Abreu e Lima", *RIHGB*, t. 6, 60-83.

(9) *Resposta do general J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa ou análise do Primeiro Juízo de Francisco Adolfo Varnhagen acêrca do Compêndio de História do Brasil*, Pernambuco, na Tip. de M. F. de Faria, 1844.

Brito Freire, Simão de Vasconcelos, frei Rafael de Jesus, Berredo, frei Gaspar da Madre de Deus, Monsenhor Pizarro e Armitage; o que êle queria era os grandes acontecimentos que lhe servissem de baliza para demarcar as épocas ⁽¹⁰⁾.

A resposta de Abreu e Lima é concebida em termos tão violentos que Januário da Cunha Barbosa, dizendo ter ela ultrapassado os limites da decência, propôs ao Instituto Histórico que inserisse nos jornais uma nota declarando que não se lhe respondia por não estar escrita em termos ⁽¹¹⁾. Por outro lado, Varnhagen, na sua *Réplica apologética de um escritor caluniado e Juízo final de um plagiário difamador que se intitula General* ⁽¹²⁾, dava por encerrada a discussão, limitando-se a publicar títulos comprobatórios de sua nacionalidade brasileira e não alemã, como afirmara Abreu e Lima.

É fácil verificar que a periodização de Abreu e Lima obedece a critérios bem suscetíveis de crítica. Em primeiro lugar, preocupou-se em demasia com os aspectos puramente administrativos, apesar de declarar que buscou sempre uma côr que distinguisse os períodos apresentando-os logo à primeira vista, e que desse a cada época um cunho particular. Faltou-lhe uma maior capacidade de penetração nos fatos da história que lhe possibilitasse uma divisão mais bem definida nos seus contornos. Não se lhe poderia censurar a falta de critérios sociais e econômicos na distinção dos períodos e a divisão político-administrativa, desde que a história social e econômica é de data muito recente e essa crítica não atenderia aos critérios de sua época.

Crítica mais grave que se poderia fazer à periodização de Abreu e Lima é a de que êle mesmo declarou, em sua resposta ao *Juízo* de Varnhagen, que êle não partira do conhecimento e penetração do material bruto da

(10) Inácio de Abreu e Lima, *Resposta* etc., 39.

(11) Sessão 138.ª, de 7 de agosto de 1845, *RIHGB*, t. 7, 1845, 421.

(12) Francisco Adolfo de Varnhagen, *Réplica apologética de um escritor caluniado e Juízo final de um plagiário difamador que se intitula General*, Madrid, Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1846.

história brasileira para então organizar teòricamente a divisão em períodos. Disse, expressamente, que de posse de um quadro sinótico das diferentes épocas de nossa história, teve a sugestão de um compêndio. Então, acrescentava, só faltava preencher os períodos de cada época colocando os fatos secundários na ordem cronológica e fazendo-os entrar no lugar e tempo correspondentes, por meio de uma narração adequada (13). Abreu e Lima, pois, partiu de uma classificação para os fatos, quando a atitude correta deve ser a contrária.

De qualquer forma, seu *Compêndio de História do Brasil* marca, na realidade, a primeira tentativa de um agrupamento de fatos por períodos. Mas o Instituto Histórico foi tão injusto em sua crítica a Abreu e Lima que chegou até a considerar o trabalho de Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde, um compêndio elementar então adotado nas escolas, como superior ao do General (14).

No *Resumo de Bellegarde* (15) adotam-se seis épocas superficialmente distintas, como nos antigos cronistas que se preocupavam mais com a distribuição das matérias do que com as delimitações periódicas. Não teve o autor, ao contrário de Abreu e Lima, nenhum interesse em periodização. Seu trabalho antecede de quatro anos o levantamento do problema pelo Instituto Histórico. As seis épocas são: 1) O Brasil antes da conquista; 2) O Brasil conquistado pelos portugueses; 3) O Brasil no Domínio Espanhol; 4) O Brasil livre do jugo da Espanha; 5) O Brasil como sede da monarquia portuguesa; 6) O Brasil Império Constitucional Independente. Apesar de

(13) Inácio de Abreu e Lima, *Resposta, ob. cit.*, 39.

(14) Parecer da Comissão de Redação, assinado por Januário da Cunha Barbosa, Antônio José de Paiva Guedes de Andrade, aos 11 de janeiro de 1844. *RIHGB*, t. 6, 1844, 125.

(15) *Resumo da História do Brasil até 1828*. Traduzido de M. Denis, correto e aumentado por H. L. de Niemeyer Bellegarde, Rio de Janeiro, Tip. de Gueffier e Cie., 1831. Existe uma segunda edição, Rio de Janeiro, Tip. R. Ogier, 1834. Nesta declara Bellegarde ter abandonado o primeiro original e composto outro, no qual os dados tirados de F. Denis são "os menos circunstanciados", razão por que já não se diz mais "traduzido de M. Denis". Esta segunda edição foi adotada pelo Governo para uso das escolas e aprovada pela Circular às Câmaras Municipais de 26 de abril de 1834.

ambos terem feito compilação, ou melhor, usarem e abusarem da cola e tesoura, e de terem cometido alguns mesmos erros e enganos, a obra de Abreu e Lima é nitidamente superior à de Bellegarde, não só porque julga e interpreta, procurando tecer as conexões dos fatos, como porque compõe melhor a narrativa (16).

Portanto, o Instituto Histórico, que desde a sua primeira sessão se preocupara com o problema da periodização, é duplamente injusto quando decide, poucos anos passados, desconhecer a contribuição de Abreu e Lima a uma periodização brasileira, para limitar-se apenas à crítica dos fatos materiais compreendidos em cada época, e apontar como modelo uma obra na qual não se fazia nenhum esforço de periodização, como a de Bellegarde e que era, além do mais, um simples compêndio elementar, bem inferior ao de Abreu e Lima, especialmente na parte do Brasil-Reino.

Foi também muito fácil nesse período a confusão entre divisão por épocas e efemérides. É assim que tanto o *Compêndio das Eras da Província do Pará*, de Antônio Ladislau Monteiro Baena (17), como o "Compêndio das épocas da Capitania de Minas Gerais desde o ano de 1694 até 1780" (18), de autor anônimo, organizaram a matéria, seja observando exclusivamente uma dedução cronológica, como no primeiro caso, seja em forma de efemérides, como no segundo.

Vê-se, assim, que cabe a Januário da Cunha Barbosa o levantamento do problema, ao brigadeiro Cunha Matos a primeira discussão teórica, a Abreu e Lima a primeira tentativa de realização concreta. A obra de Bellegarde

(16) Um exemplo flagrante do uso da cola e tesoura está no trecho referente à invasão da Bahia, em 1624, escrita com as mesmas palavras. Não nos parece que Abreu e Lima tenha copiado Bellegarde. No caso, ambos repetiram uma mesma "autoridade". Comparar Bellegarde, edição de 1831, 85, ed. de 1834, 89, e Abreu e Lima, ed. de 1843, 112-113 e ed. de 1882, 75.

(17) Antônio Ladislau Monteiro Baena, *Compêndio das eras*, Pará, Tipografia de Santos e Santos Menor, 1838.

(18) "Compêndio das épocas da Capitania de Minas Gerais desde o ano de 1694 até 1780", *RIHGB*, t. 8, 1846, 53-64.

é didática, a de Baena de efemérides e finalmente, a de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, *História dos principais sucessos políticos* (1826-1830) ⁽¹⁹⁾, limita-se a distribuir a matéria coligida. Escreveu êle por incumbência de d. Pedro I, “a fim de perpetuar a memória dos sucessos do Brasil desde o dia de sua Independência”. Dividiu em dez períodos ou épocas a história brasileira, relativos, respectivamente, à achada, divisão, conquista, restauração, invasões, minas, Vice-Reinados, Côrte, Estados e Constituições do Brasil. O plano, como logo se verifica, tinha excessivo caráter político-administrativo e, ademais, o autor se preocupava especialmente em que fôsem dignamente transmitidos à posteridade pela história os feitos e fatos de caráter heróico.

O impulso mais importante e a melhor contribuição aparecida durante tôda essa época para uma periodização da história do Brasil é a que traz o grande naturalista alemão Karl Friedrich Phillip von Martius (1794-1868), no seu trabalho “Como se deve escrever a história do Brasil”, escrito em 10 de janeiro de 1843 ⁽²⁰⁾. Januário da Cunha Barbosa, cujo nome está tão indelêvelmente ligado a essa questão, porque dêle partiram tôdas as iniciativas nesse sentido, foi quem, na 51.^a sessão do Instituto Histórico, em 14 de novembro de 1840, ofereceu cem mil réis como prêmio àquele que oferecesse ao Instituto um plano para se escrever a história antiga e moderna do Brasil, organizado de tal modo que nêle se compreendessem as partes política, civil, eclesiástica e literária. O Instituto, considerando excelente a idéia, resolveu acrescentar mais cem mil réis ao referido prêmio, que foi anunciado. Candidataram-se von Martius e Wallenstein, sendo Martius o premiado.

O plano do sábio naturalista não traduz, na realidade, nenhuma tentativa ou esbôço de periodização. Mas contém tantas idéias gerais sôbre o problema da história

(19) J. da Silva Lisboa, *História dos principais sucessos políticos do Brasil*, Rio de Janeiro, Tip. Imperial e Nacional, 1826-30, 4 vols.

(20) Karl Friedrich Phillip von Martius, “Como se deve escrever a história do Brasil”, *RIHGB*, t. 6, 1845, 389-411.

brasileira que irá servir de ponto de partida para vários trabalhos que mais tarde serão escritos sob a inspiração do método aí delineado. A fôrça da penetração de Martius, a acuidade de suas observações e de suas idéias gerais sôbre a história brasileira vão facilitar aos que o seguiram a delimitação mais exata, a segregação de certos tipos ou de certas seções da nossa história.

Martius é o primeiro a chamar atenção sôbre a importância da contribuição das três raças na história brasileira. É o primeiro a dizer que seria um êrro, em face de todos os princípios da historiografia desprezar as fôrças dos indígenas e dos negros importados, fôrças essas que igualmente concorreram com o elemento europeu para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população. Lembra, então, a necessidade de se estudar os indígenas, seus costumes, seus usos, sua língua; de se ter sempre em conta, ao estudar o papel dos portugueses, que o período do descobrimento e colonização primitiva do Brasil não poderia ser compreendido senão em conexão com as suas façanhas marítimas, comerciais e guerreiras, e jamais deveria ser considerado como fato isolado na história; que o historiador do Brasil jamais deveria perder de vista, na história da colonização e do desenvolvimento civil e legislativo do país, os movimentos do comércio universal de então, incorporando-os mais ou menos exteusamente à nossa história.

Apontou, ainda, a necessidade de se estudar a história da legislação e do estado social da nação portuguesa, para poder mostrar como nela se desenvolveram pouco a pouco instituições municipais tão liberais como as que foram transplantadas para o Brasil, e averiguar quais as causas que concorreram para o seu aperfeiçoamento neste país. Acentuou o papel dos jesuítas e mostrou ser necessário estudar-se o desenvolvimento das relações eclesiásticas e monacais. Indicou como uma das tarefas de maior interêsse mostrar como se estabeleceram e desenvolveram as ciências e artes, como reflexo da vida européia.

Sem esquecer-se dos menores detalhes, Martius acrescentava que se devia mostrar como viviam os colonos, transportando o leitor para suas casas, tanto na cidade como nos estabelecimentos rurais, fôsem êles cidadãos ou escravos. Para evitar o conflito das histórias especiais de cada província, que então se andava propondo, lembrava que melhor seria tratar conjuntamente daquelas porções do país que, por analogias de sua natureza física, pertencessem umas às outras, ou seja que se fizessem histórias dos grandes grupos regionais. Assim, por exemplo, propunha a convergência da história das possessões de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso; a do Maranhão e Pará; a de Pernambuco com o Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba; a história de Sergipe, Alagoas e Pôrto Seguro não poderia ser escrita sem a da Bahia. Era, assim, a primeira sugestão de história regional que se fazia no nosso país.

É evidente que se Martius não propôs classificação alguma de épocas ou períodos, suas idéias serviram muito para daí em diante relacionarem-se os fatos, agrupá-los e, portanto, dividi-los sob melhor critério. O parecer do Instituto Histórico que decidiu dos dois planos que concorreram ao prêmio, e de que foi relator Freire Alemão, diz que o de Martius é profundamente pensado. Dizia mesmo que era bom demais e que não poderia ser pôsto em prática naquele momento, mas serviria de modelo para quando fôsse realizável. E acrescentava que sua utilidade se manifestava desde logo na direção que deveriam tomar as investigações históricas no Brasil ⁽²¹⁾.

Outro projeto apresentado ao Instituto Histórico naquela ocasião, o de Wallenstein, estava muito longe do de Martius. Considerava o mais acertado seguir Tito Lívio, João de Barros e Diogo do Couto, isto é, expor a história dividida em décadas, narrando-se os acontecimentos dentro de períodos certos. Sustentava que só

(21) "Parecer do Dr. Francisco Freire Alemão, Monsenhor Joaquim da Silveira e Dr. Tomás Gomes dos Santos sôbre a Memória..., Como se deve escrever a História do Brasil (20 de maio de 1947)", *RIHGB*, t. IX, 279.

assim seriam os sucessos bem encadeados. O texto deveria conter especialmente a história política, julgada por êle a principal. A história civil, eclesiástica e literária deveria ser tratada no final de cada década, em separado, servindo de observação ao texto ⁽²²⁾.

Em 1854-57, publicava Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Pôrto Seguro, sua *História Geral do Brasil* que é, até hoje a que reúne, sem contestação, o maior número de fatos. O plano da obra, porém, apesar de ter-se o autor inspirado fortemente nas sugestões de Martius, não traz nenhuma novidade em matéria de periodização. As linhas mestras de classificação são quase as mesmas de Southey, ou mesmo dos mais antigos, que se limitavam a seguir os clássicos, dividindo a história em décadas. Se é verdade que êle não se limitou à pura narração dos fatos políticos ou à história biográfica dos mandões e procurou ocupar-se principalmente dos fatos mais em relação com o verdadeiro desenvolvimento da civilização do país, como êle próprio escreveu no Prólogo da obra, também certo que foi incapaz de compreender os fatos, de reuni-los, agrupá-los, relacioná-los em períodos característicos.

O método de trabalho de Varnhagen foi quase que exclusivamente o de realizar investigações materiais dos fatos apontados por Martius como importantes e significativos, sem a capacidade maior de generalização que lhe possibilitasse apresentá-los dentro do esquema de uma classificação original. Martius declarara ser indispensável estudar os índios do Brasil, sua língua, seus usos, costumes e organização social. Varnhagen pesquisou os fatos relativos a êsses temas, mas não teve fôrça suficiente para, sentindo que se tratava de um mesmo grupo de fatos, reuni-los sob um mesmo capítulo, que abrangesse o conhecimento da gente indígena do Brasil. Martius apontara a necessidade de se estudar o direito dos colonos, a le-

(22) Henrique Júlio de Wallenstein, "Sôbre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil", *RIHGB*, XLV, 159-160. É datada do Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1843.

gislação social dêses povos, e Varnhagen reuniu numa seção, por exemplo, os direitos dos donatários e colonos. Ora, tais direitos, estabelecidos nos primeiros Regimentos e nos Códigos Manuelino e especialmente Filipino, não constituíam, como é sabido, direitos característicos de um período. Eles persistem além do período colonial. Apenas os direitos dos donatários é que deixam de subsistir, quando vão desaparecendo, aos poucos, as donatarias (23).

Varnhagen, na realidade, não teve a menor preocupação de periodizar. E tanto isso é exato que no seu Prólogo ele diz: “Bem que preferíamos agrupar os assuntos sob determinadas épocas, esmerando-nos por que fôsem as transições fáceis. Julgamos poder-nos dispensar de adotar no texto as divisões pedantes e escolásticas em grandes períodos e livros, contentando-nos, como na anterior edição, com a simples divisão em seções” (24).

Como disse Capistrano de Abreu, Varnhagen soube escavar documentos, demonstrar-lhes a autenticidade, solver enigmas, desvendar mistérios, revelar uma multidão de fatos. Compreender, porém, tais fatos em suas origens, em sua ligação com outros mais amplos e radicais de que dimanam, generalizar as ações e formular-lhes a teoria, não conseguiu nem conseguiu-lo-ia (25). Foi essa

(23) É preciso registrar que Varnhagen variou muito na divisão de matéria da primeira para a segunda edição da *História Geral do Brasil*. Ambas obedecem a um critério puramente cronológico e são muito infelizes nos títulos, às vezes absolutamente vagos: “Sucessos imediatos à criação do Arcebispado” (1.^a ed., sec. XXXVII), ou “Outros fatos e providências durante 1750. Ouro e Diamantes” (1.^a ed., sec. 42); “Fatos e sucessos do 1703 a 1715 estranhos à luta” (2.^a ed., sec. 39). Além disso, a sua primeira edição continha 58 seções, enquanto a segunda contém somente 54. Realmente, apesar de deficiente nesse sentido, a segunda edição ganha em concisão e melhor divisão. A terceira edição seguiu a segunda, deixando assim de lado tôda a parte que vai de 1817 a 1831, que fazia parte da 1.^a edição e que fôra abolida na segunda. É curioso observar, além disso, que sentindo a censura de d’Avezac, Varnhagen colocou na segunda edição tôda a parte referente à terra e à gente logo no início do livro. A primeira edição começava com a descoberta da América e as explorações primitivas, para só na seção VII começar a descrever o Brasil e sua gente.

(24) Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, t. I, 4.^a ed., S. Paulo, Companhia Melhoramentos, s. d., XIII.

(25) Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen por Capistrano de Abreu, *História Geral do Brasil*, 4.^a ed., 1.^o tomo, 507.

incapacidade teórica de Varnhagen que o impossibilitou de realizar, na obra mais completa da historiografia brasileira, uma bem planejada e bem arquitetada divisão de períodos. Varnhagen obedeceu quase que exclusivamente à cronologia, a que todos obedecem, mas sem periodizar.

Justiniano José da Rocha propôs uma divisão puramente cronológica, baseada nas ações e reações da vida política. “De 1822 a 1831, período de inexperiência e de luta dos elementos monárquico e democrático; de 1831 a 1836, triunfo democrático incontestado; de 1836 a 1840, luta de reação monárquica, acabando pela maioria; de 1840 até 1852, domínio do princípio monárquico, reagindo contra a obra social do domínio democrático, que não sabe defender-se senão pela violência e é esmagado; de 1852 até hoje (1855), arrefecimento das paixões, quietação no presente, ansiedade do futuro, período de transição ⁽²⁶⁾. Era uma visão excessivamente contemporânea da vida política, mas também muito valiosa como sugestão para o estudo da nossa história.

Em 1881, quando foi realizada a Exposição de História do Brasil da Biblioteca Nacional, Ramiz Galvão fez uma classificação puramente cronológica, na base do material bibliográfico. Adotou oito épocas: 1500-1548; 1549-1639; 1640-1762; 1763-1807; 1808-1821; 1822-1831; 1831-1840; 1841-1881 ⁽²⁷⁾.

Não é à toa que o maior historiador brasileiro, não pela contribuição material mas pela agudeza e capacidade crítica, tenha sido também quem melhor distinguiu os períodos de nossa história. Capistrano de Abreu sentiu a necessidade espiritual de buscar, sob métodos críticos de pesquisa, as raízes de nossas verdadeiras épocas, distintas, únicas e singulares. Sua periodização não é só objetiva, empíricamente baseada nas fontes materiais e nos fatos, mas sociológica. As construções periódicas passam a ser mais autônomas e completamente libertadas do esquema

(26) *Ação: Reação: Transação. Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil*, Rio de Janeiro, 1855, 5.

(27) Cf. *CEHB*, Suplemento, 1883, Chave da classificação, II.

tismo ou da simples distribuição da matéria. Pela primeira vez se põe em relêvo as formas e os motivos fundamentais econômico-sociológicos de cada período individual e se deixa em aberto as relações de comportamento entre êsses fundamentos e as superestruturas ideais. Capistrano de Abreu primeiro decompõe e analisa os componentes sócio-econômicos e políticos para, então, estudar as várias conexões culturais. É das últimas camadas dessas raízes econômicas, nas circunstâncias geográficas e naturais e nas suas transformações e continuações em cada período que nasce a verdadeira periodização de Capistrano de Abreu.

É exato que Capistrano foi, como outros historiadores de sua época, bastante influenciado pelo determinismo geográfico, pela teoria evolucionista e pelo positivismo de Comte. Isto explica por que sua obra parece basear-se mais nas características geográficas do que nos elementos sócio-econômicos. Mas seria um êrro ver apenas nos rótulos os elementos essenciais de sua periodização. Além do mais, não se deve esquecer que as circunstâncias geográficas, naturais e antropológicas, que parecem ter sido a preocupação principal de sua análise, são também, como já dissemos, os últimos subfundamentos das formas econômico-sociológicas. Ele nunca se esqueceu de decompor a multilateralidade dos fundamentos sócio-econômicos e de relacioná-los com os diferentes elementos da superestrutura espiritual ou psicológica (28).

O primeiro aprofundamento consciente do problema da periodização aparece no artigo escrito por Capistrano de Abreu a propósito do Visconde de Pôrto Seguro (29), a mais profunda e aguda página de periodização da história do Brasil jamais escrita na nossa historiografia. "A história do Brasil de 1500 a 1614 oferece uma feição que

(28) Cf. sôbre as teorias de Capistrano de Abreu, José Honório Rodrigues, "Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira", *RIHGB*, vol. 221, out.-dez. 1953, 120-138, e 1.º vol. da *Correspondência de Capistrano de Abreu*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954, XXXVII-LVI.

(29) Capistrano de Abreu, artigo na *Gazeta do Rio de Janeiro*, 21, 22 e 23 de novembro de 1882, reproduzido na *História Geral do Brasil de Varnhagen*, *ob. cit.*, t. 3, 440-444.

lhe é própria. Aí se tratou principalmente de ocupar o litoral, não só porque os indígenas proibiam a internação, como porque os franceses, com os seus ataques continuados, exigiam a presença dos colonos junto ao mar. No período que vai de 1614 a 1700, o litoral está todo povoado, exceto uma nesga ao Sul e os terrenos ao Norte do Amazonas. Começa agora a internação, mas pelos rios.” Expedições pelo rio Amazonas e seus afluentes; bandeiras paulistas que seguem o Tietê, vão ao Paraná e Uruguai expulsar os jesuítas, e se estendem pelas margens do Paraíba, galgam a serra da Mantiqueira, perlustram Minas Gerais e seguindo o Mogi-Guaçu transpõem o Rio Grande e vão ter a Goiás, caracterizam a fase de conquista do Sertão. “No Rio de São Francisco encontram-se paulistas que descem e baianos e sergipanos que sobem. As suas margens são rapidamente povoadas e a criação de gado assume proporções enormes.” Um criador de gado descobre o Piauí e Gomes Freire de Andrade manda explorar o caminho entre o Maranhão e a Bahia. De 1700 a 1750, dominavam as minas. Minas Gerais, Goiás, Cuiabá, Mato Grosso são explorados e povoados e a agricultura é abandonada. Rompem rivalidades e a anarquia toma grandes proporções. Continua-se o processo de internamento, povoando-se Santa Catarina e Rio Grande do Sul, descobrindo-se o caminho de Mato Grosso pelo Madeira, descendo o Tocantins e o Parnaíba e subindo o Itapicuru. “O período que vai de 1750 a 1808 é o da consolidação do sistema colonial.” Anulam-se as municipalidades, proíbe-se a indústria, resgatam-se as capitanias dos donatários, declinam as minas, expulsam-se os jesuítas, transfere-se a capitania para o Rio de Janeiro. “As rivalidades entre colonos e reinóis se acussam e dão em resultado a idéia de independência. O período seguinte, que começa em 1808, é o da decomposição do sistema colonial.” Iniciou-o D. João VI e continuou-o D. Pedro I. A Regência concluiu com seus códigos e D. Pedro II com a debelação das tentativas separatistas. “Desde 1850 começou um novo período, que se poderá chamar centralista, imperialista ou industrial.” O vapor

punha o Brasil em comunicação rápida com a Europa e as províncias, o tráfico termina e a escravidão agoniza, enquanto a indústria é implantada. “Êsses seis períodos, parece-nos, apresentam entre si, ao lado de feições congêneres, caracteres que os separam pronunciadamente.” Capistrano de Abreu acrescentava então que o defeito fundamental da maior História Geral do Brasil era o de não ter sabido distinguir êstes caracteres e outros talvez mais importantes, embora pouco conhecidos.

Mais tarde, novo exame aparece na Introdução às *Informações e Fragmentos Históricos do Padre José de Anchieta* ⁽³⁰⁾. Aí êle escreve que o ponto mais característico para a definição do período que começa com o descobrimento de Cabral e remata com a conquista do Maranhão — período que se pode chamar o *transoceânico* — é o desdém pela terra, o desdém pelos naturais. Os primitivos colonos achavam a terra melancólica, pelas suas privações, pelos perigos internos de bichos e índios, e pelos externos, que os traziam em constante sobressalto; os filhos de portugueses nascidos no Brasil eram tratados com desdém, “faltos de engenho” e afeiçoados aos costumes indígenas.

Ao período *transoceânico* segue-se, em 1614, o da exploração do interior, com exceção de São Paulo, onde já muito antes se iniciara, porque a estreita restinga que separa a cordilheira oriental do Oceano obrigou a galgá-la desde logo. As bandeiras se alastram e os conquistadores estendem os limites da civilização. A criação de gado se alonga e em 1697 descobre-se o caminho da terra entre a Bahia e Maranhão pelo Piauí. A ligação térrea permite a unidade e vai se desfazendo o desdém pelo território e pela gente.

O terceiro período inicia-se nos primeiros anos do século XVII, com as minas e a conseqüente revolução psicológica. As rusgas, as guerras contra os emboabas

(30) Introdução às *Informações e fragmentos históricos do Pe. José de Anchieta*. (Materiais e achegas para a história da geografia do Brasil). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1886, n. 1.

em Minas Gerais, e dos mascates em Pernambuco mostram as diferenças que separam êste período do transoceânico. Agora os desdenhados não são mais os mazombos e caboclos.

Não será exagêro dizer que Capistrano de Abreu soube, com essas poucas páginas, elevar-se realmente a uma altura ainda não atingida por nenhum historiador brasileiro. É aqui, então, que êle anota a deficiência fundamental de Varnhagen, sua falta de percepção filosófica. E é aqui, ao adotar estas grandes cesuras, ao caracterizá-las e ligá-las que êle mostra o elemento pròpriamente filosófico da história do Brasil, e demonstra sua penetrante capacidade teórica, que o distingue de qualquer pedante, de qualquer rato ou burocrata da história para elevá-lo ao nível de um verdadeiro historiador. Os grandes grupos concentrados distinguem-se nitidamente. Mas não é só nos fundamentos sócio-econômicos ou nos subfundamentos naturais e antropológicos que êle vai buscar a categoria histórica de um período. É também — e aí tôda a grandeza lógica de suas seções temporais — nos fins, nas regras de vida, nos sentimentos e ideais de cada círculo que êle busca as fronteiras de suas épocas. Fundamentos econômicos e psicológicos ligados tão estreitamente, entrevistados em conjunto, mostram a profundeza das revelações de Capistrano de Abreu. Nada de subordinação ou hierarquia; às vêzes é o fato psicológico *desdém* que caracteriza tôda uma época; outras é a substituição do sentimento de inferioridade pela consciência da superioridade que define o traço essencial de um período.

Alguns anos depois publicava Capistrano de Abreu os seus *Capítulos de História Colonial* ⁽³¹⁾. Embora, como o título indique, só se abranja a fase da Colônia, a ver-

(31) A primeira edição dos *Capítulos de História Colonial* de Capistrano de Abreu foi publicada em *O Brasil, Suas riquezas naturais* (Rio de Janeiro, M. Orosco e Cia., 1907, sob os auspícios do Centro Industrial do Brasil), levando o título de “Breves traços da História do Brasil Colônia, Império e República”. A separata já traz o título definitivo. É de 1928 a edição da Sociedade Capistrano de Abreu (Rio de Janeiro, Leuzinger). 4.^a ed., rev., anot. e pref. por José Honório Rodrigues, Livraria Briguiet, Sociedade Capistrano de Abreu, 1954.

dade é que se trata mais de distribuição de matéria do que de periodização. Ainda assim a divisão do livro em onze capítulos caracterizava muito bem cada período, que constituía um conjunto bem delimitado e configurado, distinguindo-se claramente o que precedia do que sucedia. Os títulos adotados foram: Antecedentes indígenas, Fatores exóticos, Primeiros descobridores, Primeiros Conflitos, Capitánias hereditárias, Capitánias da Coroa, Franceses e Inglêses, Guerra Flamenga, Sertão, Formação de Limites, Três Séculos Depois.

É claro que a divisão não obedeceu ao intuito de periodizar, já que não seria difícil a Capistrano de Abreu seguir neste livro a distinção anteriormente feita de seis períodos perfeitamente delineados. Ao próprio Capistrano não passaria despercebido não só a inexpressividade de certos rótulos, como o segundo e o último, como também a falta de uniformidade dos fundamentos divisórios. Ele que sempre ligara, na caracterização dos seus seis períodos, as bases econômicas aos elementos superestruturais, perceberia que o quinto e o sexto capítulos obedecem a um critério quase exclusivamente político-administrativo, o primeiro a um juízo mais geográfico, os outros a dados históricos, sendo o último apenas um título e nada mais. Ora, já observou Bauer que toda classificação de períodos deve subordinar-se a um mesmo critério, seguindo de perto as transformações históricas, ou baseando-se em fatos políticos, administrativos, etc (32).

Contra a opinião de Bauer pode dizer-se que é quase impossível na história do Brasil obedecer exclusivamente a um critério uniforme de classificação de períodos. Possuímos largos trechos de nossa formação ainda muito mal ou pouco conhecidos. Observa-se perfeitamente esse fato quando se verifica que na história colonial os historiadores mais modernos, com o conhecimento dos fatos — já que a periodização deve sempre partir dos fatos para a teoria e não ao contrário, como fez Abreu e Lima — têm podido

(32) Wilhelm Bauer, *Introducción al estudio de la historia*, Barcelona, Bosch, 1944, 157.

classificar sob critérios sociais e econômicos a fase colonial, o que já não se verifica em relação ao Império e ao meio século de República.

Duas observações devem ainda ser feitas quanto à divisão de Capistrano de Abreu neste trabalho. A primeira refere-se à crítica que D'Avezac fizera à periodização de Varnhagen, censurando-lhe o ter principiado sua obra com a Europa e não com o Brasil. Deveria ter começado com a descrição do país e dos indígenas seus habitantes e só em seguida viria a época da chegada dos europeus (33). Varnhagen respondeu que a obra se inicia com a chegada de Cabral a Pôrto Seguro, sendo o capítulo precedente apenas uma introdução. Com isto pretendia ligá-lo à história da humanidade (34). Parece-nos que Capistrano de Abreu considerou justa a observação de D'Avezac e assim começou sua narrativa com os antecedentes indígenas. Além disso, Capistrano esqueceu-se — e diz-se que interrogado declarou que o fizera propositadamente — de certos movimentos de opinião que foram formadores da consciência nacional, tais como os movimentos revolucionários que ocorreram no século XVIII, entre os quais a Inconfidência Mineira. Desta, em particular, poderia ter-se esquecido, mas não do movimento nacional de opinião e consciência que êle tão bem apontou como uma das características fundamentais do quarto período.

Uma exceção se deve fazer porque representa uma etapa importantíssima na periodização histórica brasileira. Joaquim Nabuco, ao propor algumas divisões da história política no seu *Um Estadista do Império*, alargou a contribuição de Capistrano de Abreu (1897). Adotando a princípio a classificação de Justiniano José da Rocha (35) e considerando a Guerra do Paraguai como “o divisor das águas da história contemporânea” (36), pois embora mar-

(33) D'Avezac, *Considerations géographiques sur l'Histoire du Brésil*, Paris, Imprimerie de L. Martinet, 1857, 9-10.

(34) Francisco Adolfo de Varnhagen, *Examen des quelques points de l'Histoire Géographique du Brésil*, Paris, Imprimerie de L. Martinet, 1858, 12-13.

(35) Um estadista do Império, 2.^a ed., 1936, t. 1, 30, nota.

(36) Idem, idem, 428.

caso o apogeu do Império também dê procediam as causas principais da decadência e da queda da dinastia. Nabuco tentou dividir a história do Império e percebeu, com toda a lucidez de sua visão histórica, certos momentos decisivos de reviravolta. “O reinado de D. Pedro II (1840-1889) pode-se dividir em seis fases distintas: de 1840 a 1850, consolidação da ordem interna, fim das revoluções, aperfeiçoamento do governo parlamentar, luta contra o tráfico; de 1850 a 1863, política exterior, equilíbrio do Prata, conciliação política, empreendimentos industriais, emissões bancárias, abertura do país pelas estradas de ferro, centralização crescente; de 1864 a 1870, guerra do Paraguai; de 1871 a 1878, emancipação gradual, liquidação diplomática da Aliança, começo da democratização do sistema (imprensa e condução barata, — os bondes, que tinham começado em 1868, revolucionam os antigos hábitos da população — idéia republicana, viagens imperiais e caráter democrático que o Imperador nelas ostenta e depois delas assume); de 1879 a 1887, eleição direta, agitação abolicionista, importância maior do Sul pelo progresso rápido de São Paulo, desaparecimento de antigos estadistas, novos moldes, processos e ambições; de 1887 a 1889, doença do Imperador, seu afastamento gradual dos negócios, descontentamento do exército, abolição súbita, prevenções contra o Terceiro Reinado (da grande propriedade contra a Princesa Da. Isabel; do exército contra o Conde d’Eu, futuro Imperador); ouro abundante, febre da Bôlsa, Positivismo, surpresa final de 15 de Novembro” (37). Não se poderia exigir melhor quadro geral, no qual conexões estruturais e superestruturais revelam maior ligação e intimidade. Nabuco via as reviravoltas da continuidade histórica, e tinha o senso de que novos períodos surgiam, de que as mudanças caracterizavam unidades singulares pela sua particularidade e individualidade. A despeito do caráter mais político de sua periodização, Nabuco percebia a unidade da vida histórica e com a mesma e profunda objetividade histórica e concepção fi-

(37) Idem, *idem*, t. 2, 374, nota.

losófica de Capistrano de Abreu, apresentava um quadro resumido, um esboço, como o dêste, mas que revelava a profunda distância que o separava, e ao seu livro, de seus contemporâneos, na visão e compreensão do processo histórico. Capistrano e Nabuco representam, assim, as duas maiores figuras da nossa historiografia, no fim do século.

A lição de Capistrano de Abreu e Joaquim Nabuco era muito recente para que João Ribeiro, Oliveira Lima e Pandiá Calógeras dela se aproveitassem. A contribuição do primeiro se limitou a uma *História do Brasil* de caráter escolar. Apesar da enorme influência didática que êsse livro exerceu — e num capítulo sôbre a historiografia didática melhor será estudada ⁽³⁸⁾, João Ribeiro não fêz nenhuma pesquisa decisiva embora trouxesse alguma contribuição importante ao nosso saber histórico. Alguns subsídios originaes, algumas interpretações felizes podem realmente ser destacadas no seu compêndio superior de história do Brasil. A decisiva influência do determinismo geográfico — tão própria de sua geração — não o impediria de periodizar com acêrto e assim contribuir para uma melhor delimitação das diferentes categorias históricas de nossa evolução. E isso porque já acentuamos que qualquer periodização tendo por base a pesquisa dos subfundamentos naturais ou geográficos não deixa de ser uma contribuição, embora limitada, a uma periodização real e objetiva. Na obra de João Ribeiro é nos fundamentos naturais e nos elementos políticos que se estabelece a relação estrutura-superestrutura. Os próprios rótulos são essencialmente políticos e às vêzes jurídicos, como o IV, “Domínio Espanhol”, o X, “Absolutismo e Revolução”, o XI, “O Império, Progresso da Democracia”, e o XII, “A República” ⁽³⁹⁾. E isso se prova inclusive também pelo período Absolutismo e Revolução pois, como mostrou Bauer, a de-

(38) O autor dêste trabalho tem em preparo uma “História da História do Brasil”, onde figura um capítulo especial sôbre a História Didática.

(39) São os seguintes os capítulos da *História do Brasil* de João Ribeiro: 1) O Descobrimento; 2) Tentativa de unidade e organização da defesa; 3) Luta pelo comércio livre contra o monopólio. Franceses e Holandeses; 4) Preliminares. Domínio Espanhol; 5) A invasão Holandesa;

nominação “época de absolutismo” procede do direito constitucional (40).

João Ribeiro, influenciado por Martius, nota em cada um dos núcleos primitivos da nação um sentimento característico: o da Bahia é o da religião e da tradição; o de Pernambuco é o radicalismo republicano e extremo de tôdas as revoluções; o de S. Paulo (Minas e Rio) é o liberalismo moderado; o do Amazonas, demasiado indígena, é talvez o da separação, como o é no extremo sul o Rio Grande, demasiado platino. Excluídas as duas últimas, a primeira das quais sinal de ressentimento pelo abandono a que se vê voltada, e não pròpriamente característica, e a segunda extravagante, não há que negar a capacidade de observar certas feições características capazes de ajudar a futura e complicada pesquisa das relações de comportamento entre a estrutura e a superestrutura, tarefa indispensável a uma periodização mais segura e acertada.

A obra de Oliveira Lima é um dos mais poderosos conjuntos de interpretação da vida brasileira, especialmente nas fases pré-independência e independência. Nos seus trabalhos mais gerais, como *A Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira* (41) ou os *Aspectos da história e da cultura do Brasil* (42), não se nota nenhuma preocupação maior, tal como em João Ribeiro, por uma periodização objetiva e empíricamente fundada. Há uma excelente distribuição da matéria, que não se limita aos aspectos puramente políticos, mas acolhe os de natureza sociológica, os econômicos e os antropológicos. Como naqueles, porém, há que assinalar nestes trabalhos algumas originalidades felizes e capazes de revelar as relações profundas

6) A formação do Brasil. a) História universal; 7) A formação do Brasil. b) História local; 8) Definição territorial do país; 9) O espírito de autonomia; 10) O absolutismo e a Revolução Republicana e Constitucionalista; 11) O Império. Progresso da Democracia; 12) A República. (Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1929, 12.ª ed. Curso Superior).

(40) Wilhelm Bauer, *Introducción al estudio de la historia*, Barcelona, Bosch, 1944, 154.

(41) Oliveira Lima, *Formation historique de la nationalité*, Paris, 1911, trad. port. de Aurélio Domingues, C. Ed. Leitura, 1944.

(42) Oliveira Lima, *Aspectos da história e da cultura do Brasil*, Livr. Clássica Editôra, 1923.

entre os fundamentos econômicos e os ideais. Evitando o erro grosseiro de converter a literatura num apêndice final de todos os capítulos — tal como os atuais programas de ensino secundário estabelecem, Oliveira Lima relaciona sempre a vida econômica e a literatura, expressão refinada de toda estrutura. Sua *Formação da Nacionalidade* é uma tentativa clara e lúcida de ver a ligação interna e lógica dos dois fatores. Nova e séria aproximação para a solução do problema, sua contribuição não para aí e nisso se espelha a diferença essencial que o separa de João Ribeiro. *D. João VI no Brasil* (43) é um dos melhores e dos mais exatos estudos históricos brasileiros, explicando-nos uma fase característica bem definida nos seus contornos físicos e intelectuais. Com êle avança-se decisivamente para uma melhor e verdadeira periodização da história do Brasil-reino. Já notamos que as pesquisas e o saber sobre a fase colonial já nos permitiam periodização objetiva, o que se não podia fazer à partir da decomposição do sistema politicamente colonial. Com *D. João VI*, com *O Reconhecimento do Império* (44), com o próprio *Império do Brasil* (45), obra simples de síntese, já penetramos melhor no conjunto da história que se gera a partir de 1808 até 1889.

Posição semelhante de certo modo ocupa João Pandiá Calógeras, não pela sua *Formação Histórica do Brasil* (46), que não tem intuítos de periodização, mas, como no caso de Oliveira Lima, pelo conhecimento profundo que lança, com certeza e exatidão, sobre determinados aspectos de nossa vida. A *Formação Histórica do Brasil* que, conforme afirma o autor, é inspirada para os séculos XIX e XX no modelo inexecutável dos *Capítulos de História Colonial*

(43) Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*, Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1909, 2 vols. 2.ª ed., José Olímpio, 1945, 3 vols.

(44) Oliveira Lima, *História diplomática do Brasil, O reconhecimento do Império*, Garnier (1901).

(45) Oliveira Lima, *O Império do Brasil. 1822-1889*, S. Paulo, s. d. (1927).

(46) João Pandiá Calógeras, *Formação histórica do Brasil*, 1.ª ed., Rio de Janeiro, Livr. Pimenta de Melo e Cia., s. d.; 3.ª edição, S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938 (coleção Brasileira).

de Capistrano de Abreu, não nos parece muito feliz nas atribuições periódicas, de vez que Calógeras costuma separar a parte econômica e social da parte político-administrativa. Tanto é assim que ao capítulo “descobrimento e colonização” se segue um de organização econômica e outro de riquezas minerais. Isso na parte colonial. No trecho relativo à Independência dedica três capítulos a fatos político-administrativos e militares para novamente separar em capítulo especial os problemas de organização, de trabalho e tráfico. Por conseguinte, não só desliga fatos inseparáveis de uma época ou período como abandona quase inteiramente os dados culturais, entregando-se excessivamente à seleção política. Embora seja sua obra uma magnífica síntese, superior talvez sob este aspecto à *Formation Historique de la Nationalité Brésilienne*, a verdade é que Calógeras não trouxe aí uma contribuição valiosa à periodização da história do Brasil.

A contribuição importante vem de suas obras de análise, como as *Minas do Brasil e sua legislação* ⁽⁴⁷⁾, *La Politique Monétaire du Brésil* e a *Política Exterior do Império*. Com a primeira chega-se a um exame minucioso e exato dos últimos fundamentos estruturais de certos e definidos períodos de nossa história. Ninguém melhor que êle analisa detidamente e caracteriza logicamente o terceiro período de nossa história, segundo a classificação de Capistrano de Abreu. Já registramos a observação de Wilhelm Dilthey, de que a energia que determina a direção fundamental se objetiva na legislação da época. Estudando-a, Calógeras revelaria, ao lado dos fundamentos econômicos do período, os elementos espirituais que o encarnam. Trata-se, assim, da concentração de toda a cultura de uma época, objetivamente encarada e caracteristicamente decomposta. Neste livro, assim como para Oliveira Lima, a regência de D. João VI inicia uma nova era: “uma série de providências, umas técnicas, outras

(47) João Pandiá Calógeras, *As minas do Brasil e sua legislação*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1904-1905, 3 vols.; *La politique monétaire du Brésil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1910; *A política exterior do Império*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927-28, 2 vols.

administrativas foram tomadas com o plano de favorecer a revivescência das minas” (48). Para êle, o ano de 1819 pode considerar-se característico da evolução individual brasileira em assuntos de mineração (49). A extensão da obra, que se alonga até a época presente, facilitaria uma ou outra afirmação, tal como esta, que segundo Capistrano de Abreu, era mais aparente que real (50).

Com a *Política Monetária* Pandiá Calógeras esboçaria um novo exame dos fundamentos econômicos de nossa vida, preparando, assim, uma caracterização lógica de períodos. A grande contribuição do historiador e homem público dos mais preparados que tivemos não está, portanto, na sua *Formação Histórica do Brasil*, mas nas várias e minuciosas análises de natureza econômica, tarefa que exigia, como acentuou Capistrano de Abreu, largo fôlego e ombros fortes.

Chegamos, afinal, às contribuições de Oliveira Viana, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, que trouxeram à história do Brasil novos critérios de pesquisas e interpretação e levaram, tal como no caso de Martius, a uma nova penetração e distribuição dos fatos históricos.

Os trabalhos de Oliveira Viana, muito mais preocupado com os fatos sociológicos e antropológicos do que com os políticos, vieram caracterizar a aristocracia rural como o fator humano mais importante da evolução da sociedade brasileira e mostrar, no evolver das instituições políticas, o papel representado por essa aristocracia da terra, não só no período colonial como no imperial.

Talvez se possa dizer que os seus capítulos sôbre a evolução da raça estejam hoje inteiramente superados, devido ao critério racista que os informou. A verdade,

(48) João Pandiá Calógeras, *As Minas do Brasil e sua legislação*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1904-1905, 1.º vol., 149-50, 2.º vol., 523. Para êle, o ano de 1819 pode considerar-se característico da evolução industrial brasileira em assuntos de mineração.

(49) João Pandiá Calógeras, *Ibid.*, 1.º vol., 175.

(50) Capistrano de Abreu, “As minas nacionais”, *Jornal do Comércio* de 26 e 27 de outubro de 1904, reproduzido in *Calógeras na Opinião de seus contemporâneos*, edição de Antônio Gontijo de Carvalho, S. Paulo, 1934, 31-32.

porém, é que *A evolução do povo brasileiro* ⁽⁵¹⁾ foi um marco na história da história brasileira e representou uma contribuição muito importante para a periodização da nossa história.

O conhecimento de novas épocas, no entanto, a capacidade de atribuição feliz de um nome que constitua uma época de descobrimento que nos leva a regiões nunca conhecidas antes, se deve a *Casa Grande & Senzala* ⁽⁵²⁾. Este é o estudo mais exaustivo e mais completo da formação da família brasileira sob o regime de uma economia patriarcal, que possuímos até hoje.

A Casa Grande, completada pela Senzala, como diz Gilberto Freyre, representa todo um sistema econômico, social e político de produção — a monocultura latifundiária; de trabalho — a escravidão; de transporte — o carro de boi, o bangüê, a rêde, o cavalo; de religião — o catolicismo; de família — com o capelão subordinado ao *pater familias*, culto da morte, etc.; de vida sexual e de família — o patriarcalismo polígamo; de higiene do corpo e da casa — o banho de rio, o banho de assento, o lava-pé; de política — o compadrismo.

Pela primeira vez ficam perfeitamente estudadas sob base ampla e segura as características gerais da colonização portuguesa no Brasil, a formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida. E pela primeira vez o velho plano de Martius, do estudo do indígena, do colonizador português e do escravo negro na formação da família e da sociedade brasileira é plenamente realizado. Se Varnhagen seguiu o plano de Martius, seguiu-o apenas na colheita do material, mas foi Gilberto Freyre que, demonstrando uma enorme capacidade de interpretação, reuniu e relacionou os fatos numa caracterização geral da sociedade e da família brasileiras.

(51) *A evolução do povo brasileiro*, 1.^a ed., São Paulo, Monteiro Lobato e Cia., ed., (depois de 1923); 2.^a ed., São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1933.

(52) *Casa Grande & Senzala*, 1.^a ed., Maia & Schmidt Ltda., 1934; a partir da 2.^a ed., Livraria José Olímpio Editora, sendo a 5.^a ed. em 2 vols.

O plano da *Casa Grande & Senzala* encontrou seu desenvolvimento num período posterior em *Sobrados e Mucambos* (53), que Gilberto Freyre pretende completar com "Ordem e Progresso". Assim, a velha trilogia periódica, que foi discutida e aprovada segundo o plano de Cunha Matos, no Instituto Histórico, volta novamente a dominar a periodização brasileira. Teremos a primeira fase colonial, de formação da família brasileira, sob a base da economia patriarcal, seguida de uma fase de transição, onde se estuda a decadência do patriarcado rural no Brasil e o sentido em que se modificou a paisagem social brasileira durante o século 18 e a primeira metade do século 19, para nos dar, com "Ordem e Progresso", a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. O terreno triangular de Abreu e Lima vem, assim, se realizar sob aspectos sociais e antropológicos muito mais bem definidos, na obra completa de Gilberto Freyre.

Não é menos de louvar-se a capacidade de escolher títulos tão sugestivos e felizes na caracterização dos períodos da história brasileira: *Casa Grande & Senzala* (1934), *Sobrados e Mucambos* (1936) e "Ordem e progresso" (em preparo). Nem todos, naturalmente, aceitariam como definitiva — não a contribuição, mas a sugestão dos títulos. Mas, de qualquer forma, a verdade é que os trabalhos de Gilberto Freyre nos possibilitam uma melhor compreensão, uma melhor fixação entre a imensa multidão das conexões causais, a divisão dos grupos históricos do suceder brasileiro.

Na obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (54), se delineia ainda uma sugestão que realmente é bastante valiosa, como contribuição para a periodização na história brasileira. É assim que êle marca 1888, a data da abolição, como um marco divisório entre duas épocas, o instante talvez mais decisivo de nossa evolução de povo. A partir desse momento, a vida brasileira desloca-se niti-

(53) *Sobrados e Mucambos*, Decadência do Patriarcado Rural no Brasil, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936.

(54) *Raízes do Brasil*, 1.^a ed., Rio de Janeiro, José Olímpio, 1936; 2.^a ed. rev. e amp., Rio de Janeiro, José Olímpio, 1948.

damente de um pólo a outro, com a transição para a urbanocracia, que desde então se impõe completamente.

Teremos, assim, segundo Sérgio Buarque de Holanda, dois períodos: um que domina até às vésperas da República, com o domínio agrário, e outro a partir da Abolição, que marca os novos tempos, com o bacharelismo, as cidades, o romantismo, o positivismo e a transição do trabalho escravo para o livre. O próprio autor reconheceu que havia algum exagero nos limites do início do segundo período.

A verdade, parece-nos, está mais com Gilberto Freyre, segundo o qual o domínio agrário se desfaz e muda completamente a paisagem social na segunda metade do século 19. Oliveira Viana põe também como marco do domínio da “aristocracia rural” (ou “patriarcado rural”, na expressão de Gilberto Freyre) o último decênio do século 19.

Como explica Gilberto Freyre, a nobreza rural conservaria quase intactos alguns de seus privilégios e principalmente o elemento decorativo de seu brilho até os fins do século 19. Mas esse elemento, como todo ritual, toda liturgia, sabe-se que tem uma extraordinária capacidade para prolongar a grandeza ou, pelo menos, a aparência de grandeza de instituições já feridas de morte em suas raízes. De modo que a decadência do patriarcado rural, que se iniciara a partir da chegada do Príncipe Regente, com a fundação das cidades e os primeiros inícios de uma burguesia urbana, com a fundação, em 1827, das Faculdades de Direito, portanto, de um bacharelismo citadino e livresco, tem a sua fase, por assim dizer, final de vida por volta de 1850-1875. Inicia-se aí uma era industrial, com o desenvolvimento enorme da civilização material no Brasil.

Poder-se-ia, assim, dizer que o que há entre 1850 e 1888 é apenas uma aparência de grandeza e de domínio rural, ou seja uma época de transição do patriarcado rural para a burguesia urbana. 1888 seria, então, o extremo dessa fase, porque daí em diante nem a liturgia, nem o ritual, que dão a aparência de grandeza às instituições,

existem mais, iniciando-se, já, a substituição do trabalho escravo pelo livre.

Outro importante ponto teórico que se extrai da obra de Gilberto Freyre é o de que a passagem de um período para outro não ocorre sempre igualmente em todo o território nacional. Trazendo da antropologia o conceito da área cultural e aplicando-o ao caso particular da periodização, a obra de Gilberto Freyre faz ver que as mudanças em uma área cultural não coincidem com as de outras.

Aqui mais depressa sucede a transformação da primeira para a segunda época; ali em outra área cultural mais demorada é a passagem do segundo período para o terceiro. O puro critério histórico *tempo* fica, portanto, mais ligado ao critério *espaço*, que não é só físico, mas cultural.

As delimitações de Gilberto Freyre são, assim, baseadas na sua teoria antropológica e não apresentam a mesma fixidez dos antigos autores. As possibilidades de variação nos períodos estão muito mais próximas da realidade do suceder histórico.

Segundo Troeltsch, o mais notável pensador histórico é aquele que melhor periodiza. No Brasil, Capistrano de Abreu e Joaquim Nabuco souberam desenvolver uma classificação mais empiricamente exata, vendo num detalhe, num fato, o espírito de uma época. Ambos levaram longe e aprofundaram a relação de comportamento entre a estrutura e a superestrutura, possibilitando-nos o trabalho do primeiro melhor compreensão e fixação entre a imensa multidão de conexões causais e a divisão dos grupos históricos do suceder brasileiro. As contribuições de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, não concluídas, representam um avanço, não só temporal, mas interpretativo às determinações "epocais". Como iniciador e pioneiro, mestre e guia, representa Capistrano o que de mais alto produziu a historiografia brasileira, não só empírica, como filosoficamente.

CAPÍTULO 6.

DIVERSOS GÊNEROS DA HISTÓRIA

O suceder histórico é único e indivisível. A periodização procura, apenas, como vimos, destacar na plenitude dos sucessos contínuos aquilo que se distingue. Ela não chega, dêste modo, a dividir os sucessos históricos que fluem sem cessar; tenta, unicamente, reunir os elementos estruturais e os objetivos espirituais que marcam uma fase característica.

Quando o historiador se dedica especialmente a uma determinada matéria histórica, então sim, êle realmente a divide, deformando a realidade do sucedido. A devoção exclusiva à recriação da vida econômica, artística ou política significa a mutilação da unidade do sucesso histórico, conjunto complexo de fatos de estrutura e de fenômenos ideais (1).

Deve-se, dêste modo, distinguir clara e logicamente a periodização da divisão da matéria histórica. Na primeira não há divisão; há apenas distinção. A vida humana é apreendida na multilateralidade dos seus aspectos fundamentais. Na segunda há uma mutilação da unidade, porque o historiador revela apenas os aspectos da vida que o interessam na sua especialização. Além disso, a própria continuidade histórica não é percebida totalmente, mas aparentemente, sob a base daquele aspecto unilate-

(1) Os autores franceses, como Lucien Febvre (*Combats pour l'histoire*, Paris, Armand Colin, 1953, 19) e Marc Bloch (*Apologie pour l'histoire*, Paris, Armand Colin, 1949, 72 e segts.), adotam o ponto de vista da unidade histórica.

ral, que se elegeu como objeto de narrativa. Assim, a eleição de um aspecto da atividade humana, como objeto da história, representa não só uma relativa quebra da continuidade, como uma ruptura da unidade complexa da vida.

Não é a especialização o êrro fundamental, embora quase sempre exponha o historiador a graves perigos. Existe também a especialização em períodos, quer o indicado por grandes periodizadores, quer o livremente eleito. Nesta hipótese, não mutila o historiador a unidade das atividades humanas, embora deixe, quase sempre, de ver a significação do seu período na totalidade do passado.

Dêste modo, devemos distinguir os dois especialistas: o dos períodos faz, afinal, história geral daquela fase. A vida histórica está integralmente recriada, embora de certo modo frustrada, porque a continuidade histórica é quebrada num repouso finito. Todos os repousos sugeridos pela periodização são finitos, embora a matéria histórica seja infinita. Mas o historiador especialista de períodos faz, ao contrário, um finito no infinito; o da matéria selecionada faz história geral de uma só atividade, correndo dois graves riscos: primeiro, a continuidade também não se salva íntegra, porque é mutilada em um só aspecto — a continuidade da vida econômica, da vida literária, da vida política; segundo, tôda a vida histórica é brutalmente ferida na unilateralidade de uma visão.

O primeiro especialista salva-se apenas pela graça de ver o homem todo; o segundo mais se perde que se salva porque apenas uma parte da continuidade é poupada. O primeiro pode conservar intacta sua qualidade de verdadeiro historiador se souber mostrar a significação de sua obra no conjunto de tôda a história; o segundo para salvar-se precisa de uma fôrça excepcional; precisa relacionar a atividade histórica eleita ao conjunto da realidade histórica, o que é obra dificilmente realizável.

Há, ainda, um terceiro modo de especialização histórica. A matéria não é selecionada segundo uma atividade humana, mas segundo o espaço em que esta se

realiza. Aí se estuda o grupo humano em todo seu conjunto de atividades, limitando-se o historiador a recriar a vida dêste num espaço delimitado. É a história das cidades, dos Estados, regional, territorial. Sabemos que espaço e tempo estão sempre entrelaçados no conjunto histórico. Na periodização prepondera o fator tempo; nesta última especialização domina o fator espaço: a unidade de vida não está mutilada, nem a continuidade histórica rompida. Vê-se o homem todo, na multilateralidade de suas realizações, como na periodização, e ao contrário do que ocorre nas histórias especializadas, econômica, política ou religiosa. Êste especialista não corre, assim, todos os perigos que acima apontamos, mas sua visão é tão estreitamente reduzida que a vida histórica fica amesquinhada. O remédio, como no caso do especialista de períodos, consiste em enquadrar a especialização na história geral. Qualquer especialização pode ser exercida nobremente, com efetivos resultados para a compreensão geral da vida histórica. Não se diminui seu relevante papel ao apontar os riscos a que se expõe um historiador que a ela se limita.

Finalmente, um quarto modo de especialização da matéria histórica é a biografia. Aqui também o historiador despreza a continuidade histórica, porque a suspende intencional e intempestivamente, e ofende a totalidade da vida histórica pelo aspecto personalizador. É por isso que grandes historiadores, como Eduard Meyer, dizem que embora a biografia seja, em nosso tempo, tratada por historiadores, ela não é pròpriamente uma atividade histórica. Seu objeto, diz êle, é a personalidade em sua totalidade e não como fator efetivo da história — o fato de ela o ter sido é um pressuposto, razão por que se escreve sua biografia. Nenhuma biografia, enquanto permanecer puramente biografia, pode realizar a tarefa pròpria da obra histórica, ou seja uma compreensão total e criadora de um curso histórico (2), quer pelas limita-

(2) Eduard Meyer, "Zur Theorie und Methodik der Geschichte", *Kleine Schriften zur Geschichtstheorie und zur wirtschaftlichen und politischen*.

ções de sua própria tarefa, quer pelo finito da pessoa descrita.

Mas nos seus métodos, na sua compreensão e na narrativa a biografia é também história, história de uma única vida, com suas crenças, seus sentimentos, seus pensamentos, suas decisões, seus erros e virtudes. Quando o biografado chefiou homens, dominou, estêve a serviço do poder ou contra êle lutou, influiu pela sedução de sua conduta e de suas idéias sôbre a história de sua época, então estamos diante de um fato não só biográfico, mas também histórico, cuja descrição ajuda a compreender o curso histórico, dentro, naturalmente, das condições restritivas da unilateralidade, e de se tratar de um objeto finito, porque tudo é feito em tórno da pessoa.

A biografia tem como tarefa a personalidade, que é a individualidade tornada objetiva, a individualidade própria. Todos os homens são indivíduos, mas nem todos pessoas. Reunidos, em massa, têm personalidade coletiva, potencial⁽³⁾. Ao personalizar a história, desleixando as relações totais da estrutura do fato histórico, cuidando apenas daquele homem e no máximo de suas ligações sociais, econômicas e morais, a biografia torna o fato histórico unilateral e parcial. Esta é sua fraqueza. Nem por isso suas realizações deixam de trazer ao saber histórico uma decisiva e definitiva contribuição, focalizando aspectos de regra descuidados. Trevelyan observou que a vida de estadistas rivais, soldados e pensadores é, muitas vezes, o caminho mais rápido para os diversos pontos de vista que compõem a vida de uma época. *Ceteris paribus*, é mais provável que uma simples biografia desencaminhe o estudioso do que uma história do período; mas diversas

Geschichte des Altertums, Halle, Verlag von Max Niemeyer, 1910, 66. Meyer mostra que essa diferença entre descrição de uma vida e a narrativa histórica já era percebida pelos Antigos, que distinguiam perfeitamente a biografia da história. O tipo ideal de biografia está em Plutarco. A comparação de sua biografia com o *Anabase* ilustra a distinção. Ao lado dessa forma "peripatética" da biografia, existe a forma erudita "alexandrina", em que o material é organizado esquematicamente, segundo categorias. É o tipo feito por Suetônio.

(3) Wilhelm Windelband, *Einleitung in die Philosophie*, Tübingen, 1923, 338.

biografias são muitas vezes mais profundamente instrutivas do que uma simples história (4).

Deixando de lado o biógrafo, vemos que a tarefa inicial do historiador especialista consiste fundamentalmente em distinguir seja as características ou formas de vida do homem, seja os espaços e tempos em que aquelas essencialmente se exerceram. Todos naturalmente procuram narrar as atividades humanas exercidas num espaço e tempo determinados. Sabemos que a divisão da matéria histórica é sempre arbitrária e produz uma forte ruptura. “A vida histórica forma uma engrenagem e enlace de relações múltiplas, das quais uma invade a outra, engrenagem de tal modo estreita que os fundamentos da divisão não se podem distinguir com clareza” (5).

O especialista dos períodos, levando em conta todos esses fatores, marca suas fases num tempo determinado. A condição tempo é então preponderante. O especialista de matéria considera essencialmente uma atividade. Esta a marca de sua obra. O especialista de certos locais ou Estados atende à delimitação geográfica — espaço — que é a dominante.

Há ainda a considerar a história intelectual, da qual a história literária e a história da história seriam ramos.

Os riscos que apontamos em tôdas as especializações não impedem a sua legitimidade e que elas abram novos caminhos de conhecimento. Há pesquisadores que consagram tôda sua vida a um problema especial e reduzido, e é evidente que nessa investigação podem descobrir novos aspectos e criar um saber autêntico e legítimo. Para êstes seria sempre útil a possibilidade de um mergulho livre na totalidade da vida histórica. Quanto mais vasto fôr o horizonte e quanto mais profundamente nêle se penetre melhor será a compreensão.

(4) George Macaulay Trevelyan, “The Muse of History”, *The recreations of an historian*, London, 1919, 55.

(5) Wilhelm Bauer, *Introducción al estudio de la historia*, Barcelona, Bosch, 1944, 144. Tudo se liga na vida social, em qualquer momento, em qualquer povo; existe entre as instituições privadas, econômicas, políticas dêsse povo uma solidariedade estreita. Cf. Hauser, *L'enseignement des sciences sociales*, Paris, 1903, 441-445.

Os especialistas das diversas atividades humanas têm hoje, na caracterização teórica de Spranger, as várias formas de vida necessárias para as diferentes realizações dos vários tipos humanos. São formas-tipos ideais e fundamentais as seguintes: o homem teórico, o econômico, o esteta, o social, o político e o religioso.

O historiador especialista que procura descrever a vida intelectual toma como centro de sua pesquisa o homem teórico, assim como o historiador da economia o econômico, o historiador da arte, o esteta, o historiador da sociedade, o social, e o historiador eclesiástico, o religioso.

De tudo isso se segue que quanto maior fôr a experiência de um historiador com um determinado período ou campo, tanto melhor compreenderá êle o passado. O que distingue, em verdade, o grande historiador, disse Cassirer, é, sem dúvida, a riqueza e variedade, a profundidade e intensidade de sua experiência pessoal (6). O que tem uma ampla experiência dos fatos econômicos terá mais sucesso como intérprete da vida econômica do que aquêle a quem falte tôda experiência naquele campo. O que tem ampla experiência dos fatos militares terá mais êxito nos estudos de história militar do que aquêle cujo treino tenha sido exclusivamente literário (7).

A compreensão histórica é obra da educação e da cultura, mas presume, também, como todo dote do espírito, uma certa predisposição primária (8). É essa vocação que possibilita — mais que no especialista da matéria — a compreensão de um período, de um século, de uma fase. No especialista da história econômica, da história política ou religiosa, predomina a experiência, e no especialista de períodos prevalece aquela tendência. É por isso que Capistrano de Abreu e Ernst Cassirer con-

(6) Ernst Cassirer, *Antropologia Filosófica*, México, Fondo de Cultura Económica, 1945, 341.

(7) Giovanni Salvemini, *Historian and scientist*, Cambridge, Harvard University Press, 1939, 71.

(8) Eduard Spranger, *Formas de vida, Psicologia y etica de la personalidad*, Buenos Aires, Rev. de Occidente Argentina, 1946, 432.

cordaram em afirmar, em épocas diferentes e sem conhecimento um do outro, que cada século exige certas qualidades especiais em quem o estuda (9).

OS GÊNEROS HISTÓRICOS NA HISTÓRIA DO BRASIL

Na historiografia brasileira tem-se praticado os vários gêneros históricos. O *Catálogo da Exposição de História do Brasil* (10) adotou do ponto de vista da matéria histórica os seguintes: I) História civil, ou seja política, abrangendo a história geral e provincial; II) História administrativa; III) História eclesiástica; IV) História constitucional; V) História diplomática; VI) História militar; VII) História natural; VIII) História literária e das artes; IX) História econômica. Esta classificação não é de todo satisfatória, particularmente porque não inclui todos os gêneros e espécies. É assim, por exemplo, que não vemos uma História da legislação, já que a constitucional ou a administrativa não abrangem todos os aspectos da legislação, nem julgamos satisfatórios certos títulos que deveriam ser mais amplos. História literária e das artes não compreende a história das idéias políticas, econômicas ou sociais e nem sempre contém a história da imprensa e a história da história.

A título provisório poder-se-ia propor a seguinte classificação (11): I) História geral, compreendendo a

(9) Capistrano de Abreu, "Sobre o Visconde de Pôrto Seguro", *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen, S. Paulo, Cia. Editora Nacional, s. d., 3.^a ed., t. 3, 438, e Ernst Cassirer, *Antropologia Filosófica*, México, Fondo de Cultura Económica, 1945, 372.

(10) "Catálogo da Exposição de História do Brasil", *ABN*, v. 9, 1881-1882, 2 vols. e um suplemento (Rio de Janeiro, 1883).

(11) A divisão ou subdivisão dos gêneros e espécies históricas — uma sobrevivência naturalista do século 19 e especialmente da botânica de Lineu, pode atingir o infinito, revelando uma quebra da unidade histórica. Um exemplo ilustra o caso. O prof. J. M. Romein, que leciona Teoria da História na Universidade de Amsterdam, subdivide a história nos seguintes gêneros: 1. História Política; 2. História Institucional; 3. História Econômica; 4. História da Técnica; 5. História da Geografia; 6. História Social; 7. História da Igreja; 8. História do Direito; 9. História da Guerra; 10. História Literária; 11. História da Arte; 12. História

história geral do Brasil, que considera especialmente os fatos políticos, embora não despreze totalmente os administrativos, constitucionais, legais, diplomáticos, militares, econômicos, sociais, religiosos e intelectuais; II) História particular ou local, limitada à descrição de uma província, um Estado, uma cidade, de acordo com os princípios da primeira; III) História Política (administrativa, legal, constitucional, de partidos políticos), que descreveria apenas os aspectos administrativos, legais, constitucionais, desprezando quase totalmente os outros fatos. É evidente que se poderia adotar ao invés de História Política uma História Administrativa, uma História Constitucional, uma História da legislação. É por medida de economia de classificação, tendo em vista especialmente a pobreza da história inteiramente dedicada a cada um desses aspectos que se considera melhor reuni-los num só item. IV) História diplomática; V) História do Exército e naval; VI) História social e econômica; VII) História cultural, intelectual e das idéias, compreendendo a história literária, a científica, a da educação, a artística, a da música, a da imprensa e opinião pública, a história da história e a história das idéias econômicas, sociais e políticas; VIII) História religiosa; IX) História territorial, compreendendo a expansão geográfica e a conquista do território; ela abrange desde problemas das fronteiras até a formação de seções, tendo em vista especialmente a história geográfica.

Qualquer que seja a classificação adotada ou a adotar, não se pode deixar de considerar os gêneros aqui apontados (12).

da Ciência; 13. História da Filosofia; 14. História do Serviço Religioso. História da Cultura. Cf. *Apparaat voor de Studie der Geschiedenis*, Groningen, J. B. Wolters, 1949.

(12) Este capítulo poderia constituir uma parte da historiografia brasileira que o autor está escrevendo. Mas a necessidade de exemplificar os vários gêneros da história o fez indicar aqui obras que serão examinadas naquele trabalho. Não é necessário declarar que, às vezes, o que se aponta é pouco e que, muitas vezes, chega-se mesmo à omissão.

1. *História Geral e História local.*

A História geral ⁽¹³⁾ tem como exemplos Robert Southey, Francisco Adolfo de Varnhagen, Heinrich Handelman ⁽¹⁴⁾. A história local é uma das mais efetivas contribuições à historiografia e à ciência social. Muito pouco tem sido escrito no Brasil, apesar de não ser difícil despertar o interesse pelo seu cultivo. Embora não se possa sustentar que a história geral ou a estadual sejam a soma das histórias locais, é certo que as generalizações nunca serão seguras se não se levar em conta os desenvolvimentos locais. Uma história detalhada do desenvolvimento de uma comunidade representa a mais legítima contribuição à história nacional. A história de uma nação é incompleta se deixa de tratar dos interesses e atividades dos homens comuns, e a história local cuida como nenhuma outra dos acontecimentos diários do homem comum, promovendo, dêste modo, um conhecimento mais seguro e amplo da vida nacional que o historiador tenta reconstruir.

A história local ⁽¹⁵⁾ corre sempre o perigo de ser fragmentária ou difusa. Ela deve recorrer aos arquivos

(13) A história geral desde Frei Vicente do Salvador, Rocha Pitta, Abreu e Lima, Rio Branco, Galanti, Rocha Pombo até Pedro Calmon, afora as estrangeiras e a didática (especialmente os mais representativos, José Pedro Xavier Pinheiro, J. M. de Macedo e João Ribeiro) constitui capítulo da nossa história da historiografia brasileira.

(14) A principal bibliografia até 1881 encontra-se no *CEHB* e no *Manual de Estudos Brasileiros*. Robert Southey, *History of Brazil*, London, 1810-19, 3 vols.; Tradução portuguesa de L. J. Oliveira e Castro, anotada por J. C. Fernandes Pinheiro, *História do Brasil*, Rio de Janeiro, Garnier, 1862, 6 vols. — Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, 1.^a ed., Madrid, 1854-1857, 2 vols.; 2.^a ed., Rio de Janeiro, Laemmert, 1877, 2 vols.; 3.^a ed., integral, anotada por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, São Paulo, Cia. Melhoramentos, s. d., 5 vols. — Heinrich Handelman, *Geschichte von Brasilien*, Berlin, Julius Springer, 1860; tradução brasileira publicada na *RIHGB*, t. 108, v. 162, 1931, 1 vol., *História do Brasil*, tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer, rev. do Gen. Bertoldo Klinger.

(15) T. J. Weaver, *The material on English history*, London, Thomas Nelson and Sons Ltd., 1938, 151. O mais prático e valioso guia para o estudo da história local (e nós, no Brasil, tanto precisamos de um) é o de Donald Dean Parker, *Local History. How to gather it, write it and publish it*, Social Science Research Council, 1944. Em Portugal, a monografia de P. M.

privados, nem sempre integralmente preservados, e ao conhecimento pessoal dos velhos habitantes, seja por inquéritos, seja por conversas. A tradição oral é uma das mais ricas fontes da história local, quase sempre muito preocupada com detalhes e minúcias. A história local pode alargar sua especialização da mais ínfima localidade à mais importante província ou Estado. Os arquivos municipais e estaduais e a imprensa local têm sido muito pouco explorados como fontes para o estudo da história local, municipal, provincial ou estadual. A história das cidades ou urbana, tão cultivada ultimamente ⁽¹⁶⁾, pode ser escrita como mera história territorial, como história das origens histórico-jurídicas (caráter de sua formação), ou dos aspectos políticos, ou, por último, enciclopèdicamente.

Tal como no caso da história geral, ela inclui todos os ramos da história política, eclesiástica, social, econô-

Laranjo Coelho, *As monografias locais na literatura histórica portuguesa* (Lisboa, Academia das Ciências, 1935), apresenta a evolução do gênero em geral e os estudos portugueses. Vide também Manuel Silva, "Esquema de história local", *Revista de História* (Portugal), 7, 1913, 182-183. Diz que em Portugal não existem ainda estudos de metodologia de história local e sugere para os mesmos o seguinte esquema:

fontes modernas	{	geologia — terreno.
		antropologia — povos, tipos.
		arqueologia — vestígios primeiros itens.
		etnologia — usos, costumes, legislação.
	{	filologia — filologia, vocábulos, etc.
fontes clássicas	{	literatura — lendas, tradições, memórias, crônicas.
		diplomática — documentos, registo de arquivos públicos e particulares.
		arte — monumentos.

(16) Gilberto Freyre, *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, José Olímpio, 1942; Gilberto Freyre, *Olinda. Segundo guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, José Olímpio, 1944; Manuel Bandeira, *Guia de Ouro Preto*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, Publicação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1938. Foi feita uma tradução para o francês, *Guide d'Ouro Preto*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948, tradução de Michel Simon. O Centro de Estudos Baianos tem publicado ultimamente as mais importantes contribuições de história local. Excelente modelo de história de cidade é o de Eurico J. Salis, *História de Bagé*, Porto Alegre, Liv. do Globo, 1955.

mica e, em certos distritos, naval e militar. Mas os incidentes locais nem sempre são representativos e podem ter pouca relação uns com os outros. É por isso que Weaver (17) aconselha o historiador local a aceitar francamente as limitações impostas pela natureza do assunto e não tentar produzir um quadro cujos claros sejam completados com material hipotético. Nunca se deve pensar que o êxito na pesquisa da história local seja menos árduo e prolongado e necessite de menor devoção do que em qualquer outro ramo de inquérito histórico.

A história provincial ou estadual tem como seus melhores e mais autênticos representantes José Feliciano Fernandes Pinheiro, João Francisco Lisboa, o Barão de Studart e Oliveira Lima (18). A moderna historiografia estadual encontra no Instituto do Ceará (19) e no Centro de Estudos Baianos (20) os dois mais influentes e mais ativos focos de pesquisa e publicação. Naturalmente, no

(17) T. J. Weaver, *The material on English history*, London, 1938, 165.

(18) A principal bibliografia até 1881 se encontra no CEHB. Vide também José Feliciano Fernandes Pinheiro, *Anais da Província de São Pedro*, Rio de Janeiro, 1819 (1.º tomo), Lisboa (2.º tomo); 2.ª ed., Paris, 1830; 3.ª ed., Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946. — João Francisco Lisboa, “Apontamentos e observações para servir à história do Maranhão”, *Obras Completas*, São Luís, 1864-1865, e Lisboa, 1901, 2 vols. — A bibliografia do Barão de Studart é enorme; espalha-se em suas várias monografias e na Revista do Instituto do Ceará. — Oliveira Lima, *Pernambuco e seu desenvolvimento histórico*, Leipzig, F. A. Brockhaus, 1895.

(19) Desde 1938 o Instituto do Ceará decidiu publicar uma exaustiva História do Ceará. O plano vem sendo realizado aos poucos, tendo sido publicadas até agora as seguintes monografias: n.º 3. Th. Pompeu Sobrinho, *Pré-História Cearense*, 1953; n.º 4.º Th. Pompeu Sobrinho, *Proto-história Cearense*, 1946; n.º 12. Raimundo Girão, *História Econômica do Ceará*, 1947; n.º 15. Euzébio de Sousa, *História Militar do Ceará*, 1950; n.º 18. 1.º tomo e 2.º tomo, 1.ª parte, e 3.º tomo, Dolor Barreira, *História da Literatura Cearense*, 1948-1954; n.º 23. Joaquim Alves, *História das sécas (séculos XVII a XIX)*, 1953. Fora do plano editou Raimundo Girão a *Pequena História do Ceará*, 1953.

(20) O Centro de Estudos Baianos não se dedica exclusivamente à história baiana, mas já publicou mais de 32 monografias de alta categoria pelo rigor e método da pesquisa e pela novidade do conhecimento. Muitas se dedicam a matéria baiana.

Paraná ⁽²¹⁾, no Rio Grande do Norte ⁽²²⁾ e no Rio Grande do Sul ⁽²³⁾, em Pernambuco ⁽²⁴⁾ e em São Paulo ⁽²⁵⁾, adiantam-se por influências pessoais ou universitárias os estudos de história local. Um dos fatores de convergência e estímulo seria a criação da cadeira de história de cada Estado nas Faculdades de Filosofia.

2. , História Política.

A história das instituições políticas, em qualquer de seus aspectos político-administrativos, legais e constitucionais, está intimamente ligada à política e ao direito. O conhecimento da organização do Estado e da organização jurídica convertem-se em problemas decisivos e adquirem uma significação extremamente importante. Até

(21) A obra de Romário Martins (*História do Paraná*, 2.^a ed., São Paulo, 1939; 3.^a ed., ed. Guaíra, s. d., *Terra e Gente do Paraná*, Curitiba, 1944) representa um esforço de compilação e um valioso conjunto de informações. A obra mais séria e mais valiosa pelo método antropológico que segue, pela riqueza da interpretação e pelo caráter social é a de Wilson Martins, *Um Brasil diferente. Ensaio sobre os fenômenos de aculturação no Paraná*, São Paulo, 1955.

(22) Vide Luís Câmara Cascudo, *História do Rio Grande do Norte*, Ministério da Educação e Cultura, 1955. Trata-se de obra de extraordinária riqueza informativa e interpretativa.

(23) A bibliografia histórica do Rio Grande do Sul é extremamente rica. Cf. João Francisco Ferreira, "Elementos para uma bibliografia sobre o Rio Grande do Sul", in *Fundamentos da Cultura Rio-Grandense*, Faculdade de Filosofia do R. G. S., 1954. Esse volume representa uma das melhores iniciativas universitárias no sentido de criar e estimular a investigação histórica local. Vide também E. F. de Souza Docca, *História do Rio Grande do Sul*, Organização Simões, 1954. A revista *Província*, as editoras Globo e Selbach de Porto Alegre vêm editando valiosos trabalhos regionais.

(24) O III Centenário da Restauração de Pernambuco estimulou um grande movimento de estudos regionalistas e estaduais. Cf. especialmente as obras de José Antônio Gonçalves de Melo Neto sobre as figuras das lutas contra os holandeses. A comemoração da Revolta de 1848 e a ação do Arquivo Público Estadual desempenharam papéis análogos.

(25) A comemoração do IV Centenário da Fundação de São Paulo concorreu para impulsionar inumeráveis e valiosas investigações históricas e promover a publicação de estudos. Vide: E. Simões de Paula, "A segunda fundação de São Paulo. Da pequena cidade à grande metrópole de hoje", *RH*, n. 17, jan.-março 1954, 167-179, e ns. 21 e 22, jan. 1955. Bons exemplos são os de Alberto Lamego, *A Terra Goitacá*, Rio de Janeiro, 1913-1945, 7 vols., e Tancredo Moraes, *Resumo histórico antropológico do Estado de Alagoas*, Rio de Janeiro, 1954.

muito recentemente, a história quase se limitava ao estudo do Estado e de seu desenvolvimento, considerado, a partir de Hegel, como acima da própria economia. Os adeptos da história exclusivamente política diziam, com tôda razão, que os historiadores se haviam preocupado sempre quase que só com o Estado, porque êste era o terreno especial da história. As ligações exteriores dos acontecimentos só deveriam ser fundamentadas pelos historiadores quando tivessem por ponto de partida as idéias dominantes e as influências espirituais na sociedade estatal (26). É, portanto, o efeito do poder sôbre o homem e sôbre o Estado, e do homem poderoso, que estuda com especial interêsse a história política (27).

Relações tão íntimas aproximam a Política, ou seja a teoria do Estado, como ciência, da História Política, com a qual muitos a têm confundido. Enquanto a primeira examina o desenvolvimento, as condições e necessidades da existência do Estado e da vida política, a fim de conhecer, pela comparação, os tipos gerais das diversas formas de Estado e os fatores de sua manutenção, e assim caracterizar as modificações no progresso das várias formas, a história limita-se ao conhecimento da evolução em si mesma, sem preocupação por qualquer tipo geral. Naturalmente, na compreensão do Estado, o historiador necessita do conhecimento de outros tipos de Estado, podendo-se dizer que a Política é uma auxiliar importante da história e esta da Política, pois tem seu substrato concreto nos acontecimentos reais da história (28).

(26) Paul Barth, *Die Philosophie der Geschichte als Soziologie*, Leipzig, O. R. Reisland, 1897, 262-264, capítulo sôbre "A compreensão política da história".

(27) Sôbre o homem político, visto psicologicamente, vide Eduard Spranger, *Formas de Vida, Psicologia y etica de la personalidad*, Buenos Aires, Revista de Occidente, 1946, 231. A mais antiga historiografia até a positivista identificou a história com história política e ignorou a história da arte, da religião, da ciência e da filosofia. Como o conhecimento é um instrumento de predomínio, que tão facilmente se revela na regra "voir pour savoir, savoir pour prévoir, prévoir pour régler", então a história verdadeiramente pragmática é a política. Esta deve constituir a substância da história.

(28) Ernst Bernheim, *Lehrbuch der historischen Methode und der Geschichtsphilosophie*, Leipzig, 1908, 92.

No Brasil, a história política foi também dominante até os princípios deste século. Pode-se dizer, mesmo, que antes da história política, da organização política do Estado e das instituições políticas brasileiras tivemos biografias das personagens políticas ou história doméstica dos heróis. Se alguns e muito poucos, como Nabuco (29), conseguiram, em torno de uma figura política, relatar as grandes instituições políticas da época do seu biografado, e se outros, como José Maria dos Santos, na sua *Política Geral do Brasil*, conseguiram estudar a influência das idéias na história política do Brasil, a verdade é que até hoje, por exemplo, não possuímos uma história dos partidos políticos, sem a qual pouco se pode compreender de nossas atividades políticas passadas (30).

Nada se fez para estudar certos aspectos mais modernos da vida política, como os grupos de pressão, tão atuantes na época do tráfico e na fase da Escravidão, numerosos, bem organizados e fortes, na vida brasileira deste século. Nada se fez ainda para estudar os conformismos e inconformismos na vida brasileira, especialmente o primeiro, que tanto marcou nossa evolução política feita de compromissos e acordos desde a Independência. Tentar compreender os comportamentos históricos das elites e

(29) Vide a seguir parte Biografia, onde se aponta a relação entre a Biografia e a História Política.

(30) O pouco que possuímos sobre a História dos partidos políticos resume-se em José de Alencar, *Página da atualidade. Os partidos*, Rio de Janeiro, Tip. Quirino, 1866; Américo Brasiliense, *Os programas dos partidos e o 2.º Império*, São Paulo, Tip. de Jorge Seckler, 1878; José Artur Boiteux, "Os partidos políticos de Santa Catarina (1821-1871)", *Anais do 1.º Congresso de História Nacional*, vol. 1, 901-950, t. especial da RIHGB; Afonso Celso, "O poder pessoal do Imperador; Inversão das situações políticas; Os programas dos partidos; Agitação democrática", *Anais do 1.º Congresso de História Nacional*, v. 4, 375-414; Padre João Manuel [de Carvalho], *Reminiscências sobre vultos e fatos do Império e da República*, Amparo, 1894; Afonso Arinos de Melo Franco, *História e teoria do partido político no direito constitucional brasileiro*, Rio de Janeiro, 1948; George C. A. Bohrer, *Da Monarquia à República. História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, (1954). Vide também *Um Estadista do Império*, de Joaquim Nabuco, onde se encontram numerosos estudos sobre os vários partidos políticos do Império, e Rui Barbosa, *O Partido Republicano Conservador*, in *Obras Completas*, XXIV, 1897, t. 1, Rio de Janeiro, 1952.

das classes populares diante das grandes horas históricas muito ajudaria a verdadeira interpretação de nossa história, onde muitos agem como os heróis das historietas em quadrinhos. Pouco se tem feito para estudar também o papel dos militares na vida política brasileira, fator dominante, ou dos bastidores. O estudo do coronelismo, devido a Victor Nunes Leal, constituiu uma das melhores análises objetivas da vida política brasileira.

A história política pode-se dividir em história administrativa e história jurídica, da qual a constitucional é parte. A primeira trata dos ministérios, dos conselhos de Estado, da administração provincial, das câmaras municipais, das repartições públicas e autárquicas e seu funcionamento e baseia-se especialmente em relatórios, orçamentos, exposições, legislação e inquérito (31).

BIBLIOGRAFIA DE HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

Para os trabalhos mais antigos, vide *CEHB*, 695-749. Entre os trabalhos mais recentes devem ser consultados: Tavares de Lira, "Organização política e administrativa do Brasil", *Anais do 3.º Congresso de História Nacional*, t. esp. da *RIHGB*, v. 2, 1941, 45-224; Max Fleiuss, *História administrativa do Brasil*, São Paulo, Cia. Melhoramentos, (1925); Diogo de Vasconcelos, "Linhas gerais da administração colonial. Como se exercia. O vice-rei, os capitães-mores de vilas e cidades", *Anais do 1.º Congresso de História Nacional*, v. III, 281-298, tomo esp. da *RIHGB*. Estudos fundamentais sobre a administração no Império, embora não sejam história administrativa, mas sim fontes para a história administrativa, são os de Paulino José Soares de Souza, Visconde do Uruguai,

(31) Essa história tem seu modelo inexecdível na obra de Henrique da Gama Barros, *História da administração em Portugal nos sécs. XII a XV*, Lisboa, Livr. Sá Costa, 1945-46, 4 vols. É preciso não esquecer que o primeiro grande trabalho sobre administração colonial é de José João Teixeira Coelho, "Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais" (1780), *RIHGB*, XV, 1852, 257. Três obras recentes da mais alta significação para a história administrativa e econômica são: Damião Peres, *Regimento das Casas das Índias e Mina*, Coimbra, 1947; Francisco Mendes da Luz, "Regimento da Casa da Índia", *Anais* 1951, VI, t. II, Ministério das Colônias, Junta de Investigações Coloniais, Lisboa, 1951; *Exposição Histórica do Ministério das Finanças*, Notícia Histórica dos Serviços, Catálogo, Bibliografia. Lisboa, 5 de Julho, 1952. Um grande exemplo brasileiro é o de Afonso Rui, *História política e administrativa da cidade de Salvador*, Salvador, Bahia, 1949.

Ensaio sobre o direito administrativo, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1862, 2 vols; do mesmo autor, *Estudos práticos sobre a administração das províncias do Brasil*, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1865, 2 vols.; A. C. Tavares Bastos, *Cartas do solitário*, 1.^a ed., 1862, 2.^a ed., 1863, 3.^a ed., S. Paulo, Cia. Editôra Nacional, 1938; do mesmo autor, *A Província. Estudo sobre a descentralização do Brasil*, Rio de Janeiro, Tip. B. L. Garnier, 1870; J. Guilherme de Aragão, *La jurisdiction administrative au Brésil*, Rio de Janeiro, Dasp. 1955.

3. *História Constitucional.*

A história constitucional estuda o regime eleitoral, eleições, assembleias legislativas, gerais e provinciais, as Constituições e a legislação provincial. Baseia-se em discursos, atas, anais, Falas, pareceres, relatórios, constituições, formulários, instruções, folhetos, etc.

BIBLIOGRAFIA DE HISTÓRIA CONSTITUCIONAL

Sobre a história constitucional consulte-se o *CEHB*, 813-875: As obras mais importantes para o estudo da Constituição do Império são as de José Antônio Pimenta Bueno, *Direito Público Brasileiro*, Rio de Janeiro, Villeneuve, 1857; e Joaquim Rodrigues de Sousa, *Análise e Comentário da Constituição Política do Império do Brasil, ou teoria e prática do governo constitucional brasileiro*, S. Luís do Maranhão. Tip. de B. de Mattos, 1867-70, 2 vols. Para a Constituição Republicana de 1891, João Barbalho Uchôa Cavalcanti, *Constituição Federal Brasileira*, Tip. da Companhia Lito-Tipográfica, 1902; e Aurelino Leal, *Teoria e prática da Constituição Federal*, Tours, Briguiet, 1925, 1.^o vol. (arts. 1-40). Para a Constituição de 1934: Araújo Castro, *A Nova Constituição Brasileira*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1936; Pontes de Miranda, *Comentário à Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, Editôra Guanabara, s. d., 2 tomos: Para a Constituição de 1946, Pontes de Miranda, *Comentários à Constituição de 1946*, São Paulo, Max Limonad, 1953, 5 vols; Carlos Maximiliano, *Comentários à Constituição Brasileira*, Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1954, 3 vols.; Temístocles Brandão Cavalcânti, *A Constituição Federal Comentada*, Rio de Janeiro, Konfino, 1948-49, 4 vols. Cf. também *Constituições do Brasil (1824-1946)*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948.

Como trabalhos de história geral constitucional, consultem-se: Agenor de Roure, *Formação constitucional do Brasil*, Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1914; Aurelino Leal, *História constitucional do Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1915; Felisbello Freire, *História da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, Tipografia Aldina, 1894-1895, 3 vols.; do mesmo autor, *As Constituições dos Estados e a Constituição Federal*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898; *Anais do 1.º Congresso de História Nacional*, v. 3, onde se encontram numerosos estudos; Percy Alvim Martin, "O Federalismo no Brasil", *HAHR*, 18, maio 1938, 143-163; Victor Nunes Leal, *O Município e o regime representativo no Brasil. Contribuição ao estudo do "coronelismo"*, Rio de Janeiro, 1948, também publicado sob o título *Coronelismo, enxada e voto*; Edmundo Zenha, *O Município no Brasil (1532-1700)*, São Paulo, Ipê, 1948.

4. História do Direito.

Não é possível tratar da história do direito sem pôr em relêvo as íntimas relações que unem estas duas disciplinas: direito e política. Na parte relativa à certeza histórica e às fontes novos aspectos serão revistos, mas aqui é preciso dizer que a história não pode ignorar o direito, que tem na lei a expressão da maneira de ser de uma sociedade em dado momento. Para Troeltsch, Max Weber só se tornou um filósofo da história porque soube estudar com profundidade as instituições jurídicas⁽³²⁾. Do mesmo modo, quem quiser conhecer profundamente o Direito terá de buscar o socorro da história, que explica muitas das instituições jurídicas.

Estudando os aspectos jurídicos em que não pode haver progresso sem história, Benjamin Cardozo aponta como o exemplo mais característico no sistema da *common law* o direito relativo à propriedade imóvel, afirmando que nenhum legislador, meditando um código de leis, concebeu o direito feudal de propriedade. A história construiu o sistema e o direito que o acompanhou⁽³³⁾. As sesma-

(32) Ernst Troeltsch, *Der Historismus und seine Probleme*, Tübingen, Mohr, 1922, 565.

(33) Benjamin N. Cardozo, *A natureza do processo e a Evolução do Direito*, Tradução de Leda Boechat Rodrigues, S. Paulo, Cia. Editora Nacional, 1943, 39; 2.ª ed., com Notícia Bio-Bibliográfica, 1950. No direito

rias (34), os laudêmios, a *enfiteuse*, os corpos de mão-morta, os morgados (35) são instituições jurídicas que não podem ser compreendidas senão à luz da história. Clóvis Bevilacqua lembra alguns casos em que o costume forçou a adoção de normas legais reguladoras, em face da realidade já existente (36).

O que nos importa aqui, essencialmente, porém, não é o auxílio que a história possa prestar à interpretação de instituições jurídicas. Interessa-nos muito mais mostrar que o historiador, para conhecer a vida da sociedade, necessita saber as leis e normas que disciplinavam a vida social dos povos a estudar. A regulamentação das relações entre a vida social e a organização exterior da sociedade, entre os homens e as coisas é mantida pelo direito. Assim o conhecimento dessas relações jurídicas torna-se uma das diretrizes fundamentais do saber histórico.

Já Martius chamara atenção para a necessidade do historiador estudar a história da legislação e do estado social da nação portuguesa, para melhor compreensão das instituições municipais portuguesas transplantadas para o Brasil e quais as causas que concorreram para o seu aperfeiçoamento neste país (37). Seria tarefa de sumo interesse para o historiador da nossa legislação reconhecer

anglo-americano, essa questão é excelentemente exposta por Cardozo, especialmente no capítulo "Métodos da história. Tradição e Sociologia" (*ob. cit.*, especialmente 37-42) e por Oliver Wendell Holmes, em seu estudo "The path of law", *Collected Legal Papers*, New York, Harcourt and Brace, 1920, 167 e segts.

(34) José Honório Rodrigues, "História das concessões de terras no Brasil", *Digesto Econômico*, n. 28, Março de 1947, 44-48; Rui Cirne Lima, *Pequena história territorial do Brasil. Sesmarias e terras devolutas*, Pôrto Alegre, Edição Sulina, 1954; Waldemar Matos, *Contribuição ao estudo da sesmaria no Brasil*, Publicação n.º 18 do Centro de Estudos Baianos, Salvador, 1955.

(35) Cid Teixeira, *Contribuição ao estudo dos morgados em Portugal e no Brasil*, Publicação n.º 19 do Centro de Estudos Baianos, Salvador, Bahia, 1953.

(36) Clóvis Bevilacqua, *Teoria geral do direito civil*, 2.ª ed., Rio de Janeiro, Livr. Alves, 1929, 34-35.

(37) Karl Friedrich Philip von Martius, "Como escrever a história do Brasil", *RIHGB*, 1844, v. 6, 400.

até que ponto, por exemplo, a legislação portuguesa ficou mais isenta da influência do direito romano, que os reis espanhóis haviam propagado em Portugal.

O historiador precisa ter não só noções gerais de direito público e privado como conhecer as fontes onde encontrar a legislação pertinente aos períodos ou épocas estudados. As fontes de direito escrito anteriores à Independência do Brasil são não só as leis em espécie, como alvarás, cartas régias, decretos, resoluções, e as consultas e assentos da Casa da Suplicação.

Quais são as leis gerais do Reino que vigoraram no Brasil e disciplinaram a nossa vida social? Quando o Brasil foi descoberto, até o ano de 1514, dominaram as Ordenações Afonsinas, que eram o mais antigo Código português e haviam sido publicadas em 1486. Como o período de sua vigência é demasiado curto, o nosso interesse diminui muito. Foram seguidas pelas Ordenações Manuelinas, publicadas em 1514, emendadas e concluídas na impressão em 1521. Foram decretadas por D. Manuel. A divisão da obra, o sistema e o espírito geral da legislação são os mesmos. Únicamente foram inseridas as novas providências e alterações que no intervalo entre uma e outra compilações haviam sido publicadas.

O primeiro livro das Ordenações Manuelinas, que trata da organização da justiça, tribunais, magistrados e de seus respectivos auxiliares, foi o que sofreu mais notáveis alterações. No segundo livro, em que se trata do direito dos soberanos e dos privilégios da Igreja e da Nobreza, foram omitidas tôdas as regras referentes aos mouros e judeus, que anteriormente haviam sido obrigados a converter-se ou a expatriar-se. Os direitos romano e canônico continuavam a ser subsidiários, nos mesmos termos em que o eram antes, nas Ordenações Afonsinas. O terceiro livro era referente ao processo civil (idêntico ao penal), o quarto ao direito privado (civil e comercial) e o quinto ao direito penal. A vigência das Ordenações Manuelinas vai de 1521 até 1603, quando é feita a reforma e entra em

vigor o novo Código Filipino, decretado por Filipe II, durante o domínio espanhol de Portugal.

A reforma das Ordenações mandada fazer por D. Filipe I logo nos princípios do seu Reinado, com o fim de evitar a confusão das leis e obter a estima dos portugueses, e mais tarde publicada por seu filho d. Filipe II, em 1603, foi a que mais longamente nos regeu, pois que seu domínio persistiu desde essa data até 1823, e depois disso, parcialmente, diminuindo, gradativamente, até 1917, quando começou a vigorar o Código Civil Brasileiro e cessou de todo a vigência da legislação portuguesa no Brasil ⁽³⁸⁾.

As Ordenações Filipinas seguiam o mesmo método das Ordenações Manuelinas, tendo-se apenas inserido nelas as leis posteriores, sobretudo as que se continham na Coleção de Duarte Nunes de Leão. O livro primeiro ficou como estava, sofrendo poucas alterações. Nos outros livros se encontram algumas alterações, mas não são tais que influíssem no sistema ou mudassem a natureza da legislação anterior. De 1603 a 1823, isto é, pelo espaço de 220 anos, vigoraram essas Ordenações, com as modificações introduzidas pela própria legislação portuguesa.

As chamadas Leis Extravagantes são outra fonte do direito. Elas se compõem de tódá a legislação posterior às Ordenações e constam, em primeiro lugar, das leis propriamente ditas, cartas de leis ou cartas patentes, nas quais se expediam as providências que deviam ter efeito permanente, de mais de um ano.

Pela lei de 20 de outubro de 1823, promulgada pela Assembléia Constituinte Legislativa, mandaram-se vigorar no novo Império as Ordenações, leis, regimentos, alvarás, decretos e resoluções sancionados pelo Rei de Portugal e pelos quais se governara o país até o dia 25 de abril de 1821, quando se deu a partida de d. João VI para Portugal. Esta lei assegurou aqui à antiga legislação portuguesa e

(38) Sôbre as razões da reforma, vide Cândido Mendes de Almeida, *Direito Civil Eclesiástico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Garnier, 1866, 1.º vol., CCXXII e sgts.

ao Código Filipino uma vitalidade mais prolongada. A partir daí, as modificações são as introduzidas pela legislação brasileira.

É necessário lembrar também que a aplicação dessa legislação portuguesa sofreu, no Brasil, restrições motivadas pelas condições sociais, culturais, econômicas e geográficas. A própria obrigatoriedade do direito havia de sofrer, aqui, enormes dificuldades. Somos levados, assim, a admitir diferentes graus possíveis de obrigatoriedade das normas jurídicas portuguesas aplicadas ao Brasil. “Esta terra não se deve nem pode regular pelas leis e estilos do Reino; se vossa alteza não fôr muito fácil em perdoar não terá gente no Brasil”, escrevia Mem de Sá em 31 de março de 1560 (39).

Teremos, neste ponto, uma das melhores justificativas para a explicação histórico-sociológica da obrigatoriedade do direito. Clóvis Bevilacqua acha que o elemento negro predispôs o brasileiro para um certo modo de conceber e executar o direito. As nossas instituições jurídicas sofreram a influência indireta do elemento negro. Não acreditava Clóvis que a nossa benignidade jurídica fôsse exclusivamente latina ou uma simples superfetação literária. Não se encontraria entre nós nenhum instituto em que a ação do negro se manifestasse de modo apreciável, mas a influência negra apareceria na nossa legislação para determinar o regime de exceção, visto que o negro entra na formação do povo brasileiro como escravo, isto é, sem personalidade e sem capacidade jurídica. Não sendo considerado cidadão para os efeitos da vida social, política e pública, não gozando de direitos políticos e não podendo exercer cargos públicos, as antigas leis portuguesas permitiam, em relação a êles, os açoites, as torturas, as mutilações e penas cruéis. Foi somente com a Constituição do Império de 1824 que se aboliram as torturas, marcas

(39) Mem de Sá, “Carta a el-rei de 31 de março de 1560”, *ABN*, v. 27, 1906, 228.

de ferro quente e penas cruéis, embora permanecessem no Código Criminal os açoites ⁽⁴⁰⁾.

É difícil também falar-se de uma influência indígena no direito brasileiro. Dizer-se que certa suavidade brasileira na punição do crime de furto talvez reflita particular contemporização do europeu com o ameríndio quase insensível à noção dêsse crime, em virtude do regime comunista de sua vida e economia, como escreveu Gilberto Freyre, baseado na afirmação de Clóvis Bevilacqua da quase nula repressão do furto, não nos parece exato. A propriedade entre os indígenas é comum, só existindo, em regra, a propriedade pessoal dos objetos de uso, mas por isso mesmo é que a grande maioria dos autores reconhece que o furto é punido com muito maior severidade entre os povos primitivos do que os crimes contra a vida. Por isso também é que se diz, com acêrto, que reinava no sertão muito maior respeito pela propriedade do que pela vida humana. Ladrão era e ainda é hoje o mais afrontoso dos epítetos.

A vida humana não inspirava o mesmo acatamento. Se não se punia o crime e se o furto de gado era de enorme extensão, por exemplo, é porque não só inexistiam os meios materiais de punição do crime, faltando até cadeias, como pela insuficiência do aparelhamento de repressão, dificuldades de transporte, pequena densidade da população, etc. A punição do crime de morte é também dificultada por todos êsses fatores, mas a verdade é que se dava muito menor importância ao homicídio do que ao furto. Aquêlê era muito mais admitido e facilitado.

As lutas entre famílias no sertão, verdadeiras vinditas, favoreceram a expansão e admissão do assassinato. No Ceará, por exemplo, o Desembargador J. A. Rodrigues de Carvalho ⁽⁴¹⁾ capitulava entre as razões de seu definha-

(40) Perdigão Malheiros, em *A escravidão do Brasil* (Rio de Janeiro, 1867, 3 vols.), estuda magnificamente a posição do negro escravo perante as leis positivas. Na 2.^a parte do 2.^o vol. trata da escravidão dos índios, extinção, catequese e civilização.

(41) J. A. Rodrigues de Carvalho, "Descrição geográfica abreviada da Capitania do Ceará", *RIC*, t. 12, 1898, 13.

mento a freqüência dos crimes de morte, que perdiam logo dois homens, o morto e o agressor, que ordinariamente escapava, e lembrava a indiferença com que os habitantes consideravam tais crimes.

Havia, além disso, uma generalizada impunidade e fraqueza, de tal modo que José Martiniano de Alencar, ao assumir o govêrno do Ceará, considerou como uma de suas principais tarefas o combate aos facinorosos que o infestavam (42). O mesmo sucedeu com João Maria da Silva Bittencourt (43), também preocupado em punir o crime e defender a segurança individual. “O puxar da faca é o modo usual de liquidar desavenças nessa terra sem lei”, escreveu o viajante George Gardner. E era tão difícil aplicar a lei que José Martiniano de Alencar escrevia que o interior do Brasil ainda não estava bem preparado para as instalações que garantissem o Código de Processo Criminal de 1832.

Seria influência indígena êsse modo de liquidar desavenças familiares? É certamente difícil responder-se, mas no estudo sôbre o direito entre os povos indígenas, realizado por Max Schmidt, o mais exaustivo que até hoje se fêz em relação aos índios brasileiros, vê-se que entre êstes o ofendido e seus parentes procuravam, êles próprios, obter a satisfação das ofensas.

É certo que o próprio Código Filipino (V, 36, § 1) autorizava o pai a castigar e prender seus familiares. Essa lei coercitiva da família portugüesa, a que os colonos primitivos deram extensão, foi transformada no direito lato das sociedades primordiais em relação ao *pater-familias*. Os filhos, genros, noras, netos, escravos, todos reconheciam a autoridade dêsse chefe, isto é, o poder parental, que não obstante as leis existiu de fato no Brasil. A permissão de castigar não significava a legalização dô homicídio, nem tampouco o direito de se substituir à autoridade, solvendo obrigações civis, etc.

(42) Paulino Nogueira Borges da Fonseca, “Presidentes do Ceará, 7.º Presidente, José Martiniano de Alencar”, *RIC*, t. 13, 1899, 47-106.

(43) Paulino Nogueira Borges da Fonseca, “Presidentes do Ceará, 12.º Presidente, José Manoel da Silva Bittencourt”, *RIC*, v. 21, 1907, 3-11.

Da enorme extensão que teve o *pater-familias* no Brasil colonial nasceram as lutas intestinas com que se celebrou o interior da terra brasílica; as contendias dos Militões e Guerreiros no sertão da Bahia e dos Melos e Mourões no Ceará ainda hoje são lembradas. Verdadeiros barões feudais, os fazendeiros opulentos não prestavam obediência à autoridade pública. A opinião pública não reprovava a punição em praça pública da môça seduzida, para desagravo da família, e aceitava o direito de vida e morte sobre a família e os escravos por parte do pai e senhor (44).

Vê-se, assim, que a aplicação do direito sofria, no Brasil, várias restrições, cujo conhecimento é indispensável para melhor se poder reconstruir a vida da antiga sociedade brasileira. Muitos problemas histórico-jurídicos como estes estão a exigir estudo no Brasil. Qual a extensão e o limite do sentimento de justiça no homem comum e no de elite? Quais as influências político-sociais dos juizes na vida nacional (45) e quais as reações do povo às decisões judiciárias?

BIBLIOGRAFIA DE HISTÓRIA DO DIREITO

Bibliografia Geral: Cf. CEHB; Cândido Mendes de Almeida, *Ordenações Filipinas, ob cit.*, XXXIX-LXII; Edwin M. Borchart, *Guide to the law and legal literature of Argentine, Brazil and Chile*, Library of Congress, Washington, 1917.

História do direito em Portugal e no Brasil: M. A. Coelho da Rocha *Ensaio sobre a história do govêrno e da legislação de Portugal para servir de introdução ao estudo do direito pátrio* (3.^a ed., 1851); Martins Júnior, *História do Direito Nacional*, (1.^a ed., 1895; 2.^a, 1941); Clóvis Bevilacqua, "O direito no Brasil", ABN, vol. 38, 1916, 1-11; Virgílio de Sá Pereira, "O código criminal de processo e comercial. Formação do nosso direito civil", *Anais*

(44) Tristão de Alencar Araripe, "O pater-familias no Brasil dos tempos coloniais", *RIHGB*, t. 55, 2.^a parte, 15-23.

(45) Cf. Afonso Rui, "Os Juizes do Povo e sua influência político-social no cenário baiano do século XVII", *Anais do Segundo Congresso de História da Bahia*, 1952, Salvador, Bahia, 1955, 141-153; "Alguns documentos relativos à administração da Justiça nos tempos coloniais", *RIHGPS*, XIX, 303.

do 1.º Congresso de História Nacional, t. esp. da RIHGB, 1916, v. 4, 149 e sgts.; Adelino Marques e Constantino Cardoso, *Exposição sucinta da História do Direito*, Coimbra, Editôra, 1923, e Paulo Merêa, *Lições de história do direito português*, Coimbra, 1923; Pontes de Miranda, *Fontes e evolução do direito civil brasileiro*, Rio de Janeiro, 1928; Clóvis Bevilacqua, *Código Civil*, Rio de Janeiro, Livraria Alves, 4.ª ed., 1931, 6 vols.; J. X. Carvalho de Mendonça, *Tratado de direito comercial brasileiro*, Rio de Janeiro, 2.ª ed., 1933, 10 vols.; Paulo Merêa, *Apontamentos para a história do direito privado*, Coimbra Editôra, 1937, e *Novos estudos de história do direito*, Barcelos, 1937; L. Cabral Moncada, *Estudos de história do direito*, Coimbra, 1948-49, 2 vols.; Guilherme Braga da Cruz, *Formação histórica do moderno direito privado português e brasileiro*, Braga, 1954; José Câmara, *Subsídios para a história do direito pátrio*, Rio de Janeiro, Livr. São José, 1954; Oswaldo R. Cabral, *A organização das justiças na Colônia e no Império e a História da comarca de Laguna*, Pôrto Alegre, 1955; Waldemar Martins Ferreira, *História do direito brasileiro*, Rio de Janeiro, 1951-1955; 3 vols.; e *História do direito constitucional brasileiro*, São Paulo, Max Limonad, 1955; Anyda Marchant, "Politics, government and law in Brazil", *Portrait of half a continent*, ed. por T. L. Smith and. A. Marchant, New York, 1951.

BIBLIOGRAFIA DE HISTÓRIA DA LEGISLAÇÃO PORTUGUESA:

Sobre o Código Filipino, vide a edição de Cândido Mendes de Almeida, *Código Filipino ou Ordenações e leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado d'El Rei D. Filipe I*. Décima-quarta edição, segundo a primeira de 1603 e a nona de Coimbra de 1824. Com diversas notas por Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, Tip. do Instituto Filomático, 1870; José Anastácio de Figueiredo, *Sinopse cronológica de subsídios ainda os mais raros para a história e estudo crítico da legislação portuguesa*, Academia Real das Ciências, 1143-1603, Lisboa, 2 tomos, 1790; João Pedro Ribeiro, "Memórias sobre as fontes do Código Filipino", *Memórias de Literatura Portuguesa*, Academia Real das Ciências, 1792, t. 2;

Fontes de legislação posterior ao Código Filipino: Coelho de Sousa, *Sistema ou coleção de regimentos pertencentes à administração da Fazenda Real*, Lisboa, 1783, 6 vols.; Antônio Delgado da Silva, *Coleção de legislação portuguesa desde a última compilação das Ordenações, 1750-1820*, Lisboa, 1825-47, 9 vols. compreendidos os 3 de Suplemento; José Justiniano de Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, compilada e anotada desde

1603 até 1700, Lisboa, 1854, 10 vols. A primeira coleção dos regimentos reais contém matéria da maior importância para o estudo da história econômica brasileira, pois nela se reproduzem vários regimentos referentes à administração da Fazenda Real. As outras duas coleções contêm a legislação esparsa referente a matéria variada e que não estava ordenada pelo Código Filipino. Falta ordenação da legislação entre 1700 e 1750, o que pode ser suprido pela *Coleção cronológica de leis extravagantes, posteriores à nova Compilação das Ordenações do Reino publicadas em 1603, desde esse ano até o de 1761*. Coimbra, 1819, 6 vols.; *Boletim do Conselho Ultramarino*. Legislação Antiga, vol. 1, Lisboa, 1867; João Pedro Ribeiro, *Índice cronológico remissivo da legislação portuguesa posterior à publicação do Código Filipino, com um Apêndice*, Lisboa, 1805-1820, 6 vols.; Desembargador Manuel Fernandes Thomaz, *Repertório geral ou Índice alfabético das leis extravagantes do Reino de Portugal, publicadas depois das Ordenações, compreendendo também algumas anteriores que se acham em observância*, Coimbra, Na Real Impr. da Universidade, 1815, t. 2, Lisboa, Imp. Régia, 1825, 2 vols.; *Índice alfabético das Leis do Brasil em continuação do Repertório Geral de Manoel Fernandes Thomaz*, por Alberto Antônio de Moraes e Carvalho, Rio de Janeiro, 1831; *Repertório alfabético das leis do Brasil promulgadas de 1829 até o fim do ano de 1840*. Em continuação ao *Repertório Geral de Manoel Fernandes Thomaz e ao Índice Alfabético de Alberto Antônio de Moraes e Carvalho*, Por... , advogado brasileiro, Rio de Janeiro, 1842. O Desembargador Vieira Ferreira de modo sumário compila a "Legislação portuguesa relativa ao Brasil", *RIHGB*, t. 105, v. 159, 199-229.

Dicionário muito útil é o de José Caetano Pereira e Sousa, *Esbôço de um dicionário jurídico, teórico e prático, remissivo às leis compiladas e extravagantes*, Obra póstuma, tomo 1, A-E, Lisboa, na Tip. Rolandiana, 1825.

Bibliografia de Legislação Brasileira: A legislação brasileira está publicada na *Coleção de Leis do Brasil*, editada a princípio na Tipografia Nacional e depois na Imprensa Nacional. Durante o Império chamou-se *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Contém, ainda, as leis de 1808 a 1822, quando o Brasil era sede da Monarquia portuguesa. Vide também J. P. de Figueroa Nabuco de Araújo, *Legislação brasileira, ou Coleção cronológica das leis, decretos, resoluções de consulta, provisões etc. do Império do Brasil, desde o ano de 1808 até 1831 inclusive*, Rio de Janeiro, J. Villeneuve e Comp., 1836-1844, 7 vols. (mais de 2.000 peças inéditas); *Repertório geral ou Índice alfabético das leis do Império do Brasil publicadas desde o começo do ano de 1808 até o presente, em seguimento ao Repertório geral do Desembargador Manuel Fernandes*

Thomás, Ordenado por Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça, Rio de Janeiro, E. e H. Laemmert, 1847-62, 5 vols.; *Coleção das leis brasileiras, 1808-1840*, Ouro Preto, na Tip. de Silva, 1834-41, 14 vols.; *Código Brasiliense ou Coleção das leis, alvarás, decretos, cartas régias etc. promulgadas no Brasil desde a feliz chegada do Príncipe Regente N. S. a estes Estados. Com um índice cronológico*, Tómo I, desde 1808 até o fim de 1810, Rio de Janeiro, Na Impressão Régia, 1811; *Coleção das leis e decretos do Império do Brasil desde a feliz época da sua Independência*, Obra dedicada à Assembleia Legislativa, Sess. de 1822 a 1826, Rio de Janeiro, E. Seignot Plancher, 1831-1844; *Coleção de Leis (1808-1821)*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889-1891; *Coleção das Leis do Império do Brasil (1822-1825)*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887; *Coleção das Leis do Império do Brasil (1826-1889)*, Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1950-1889; *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil (1889-1891)*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890-1891; *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891.

A legislação referente aos índios foi sumariada por João Francisco Lisboa, *Obras Completas*, São Luís, 1864-1865, v. 1, 370 e sgts; *Regimento e Leis sôbre as missões dos Estados do Maranhão e Pará e sôbre a liberdade dos índios*, 1724; *Coleção de Breves pontifícios e leis régias que foram expedidos e publicadas desde o ano de 1741 sôbre a liberdade das pessoas, bens e comércio dos índios do Brasil*, Lisboa, 1759; e Mathias C. Kieman, *The Indian Policy of Portugal in America, with special reference to the Old State of Maranhão, 1500-1755*. Repr. from *The Americas*, vol. V, April, 1949, n. 4.

A legislação referente a negros foi sumariada por Perdigão Malheiros, *A Escravidão no Brasil*, Rio de Janeiro, 1867, 3 vols.

A legislação eclesiástica, tão importante até a separação da Igreja do Estado, obra da República, encontra-se na *Constituição do Arcebispado da Bahia*, 1.^a ed., Lisboa, 1719, 2.^a ed., Coimbra, 1720, 3.^a ed., São Paulo, 1853, e em Cândido Mendes de Almeida, *Direito Civil Eclesiástico Brasileiro antigo e moderno*, Rio de Janeiro, Garnier, 1866-73, 2 t. em 4 vols.

5. *História Econômica.*

A história econômica é hoje um dos gêneros mais cultivados. O fato de poder e dever basear-se em dados quantitativos e estatísticos torna-a, talvez, o mais exato

ramo da história. Os historiadores econômicos, com o desenvolvimento da estatística, deveriam adquirir o que Clapham (46) chamou o "senso estatístico", isto é, o hábito de sempre indagar, em face de qualquer instituição ou qualquer política, grupo ou movimento: qual sua extensão? qual sua duração? qual sua frequência? qual sua significação?

O desenvolvimento da história econômica se deve a muitas razões, teóricas e práticas. Quanto às primeiras, é de assinalar-se a importância que lhe deu Karl Marx ao sustentar a influência dos fatores econômicos na totalidade da vida presente e histórica. Quanto às segundas, porque o caminho para a história dos negócios e das grandes empresas atraiu para as pesquisas os fundos de grandes firmas empenhadas em relatar a história de suas atividades.

Karl Marx, na sua *Crítica da Economia Política*, formulou a dialética história nestes termos: O modo de produção na vida material determina o caráter geral dos processos da vida social, política e espiritual. Não é a consciência do homem que determina sua existência, mas, ao contrário, sua existência social que determina sua consciência (47). E já anteriormente, em 1847, na *Miséria da Filosofia*, Marx declarara que o moinho de mão dera como resultado uma sociedade de gênero feudal e o moinho a vapor uma sociedade capitalista-industrial (48).

Esta tese deve ser considerada como uma hipótese de interpretação teórica, um método de trabalho, e assim inteiramente afastada da profecia revolucionária, da teoria do fatalmente necessário, que nos diz que o desenvolvimento econômico conduzirá, necessariamente, a uma organização econômica e jurídica socialista. Esta última se torna não uma fundamentação de ordem optativa, mas de

(46) J. H. Clapham, "Economic History as a discipline", *Encyclopaedia of the social sciences*, New York, Macmillan, 1942, vol. 5, 328.

(47) Karl Marx, *A contribution to the critique of political economy*, Chicago, Charles A. Kerr and Co., s. d., 11-12.

(48) Karl Marx, *Misère de la philosophie, Réponse a la philosophie de la misère de M. Proudhon*, Paris, M. Giard, 1922, 125.

fatalidade histórica, de transição da fase utópica para a fase científica da sociedade.

Pelo fato da hipótese de trabalho e do socialismo, como programa político partidário, terem nascido da mesma cabeça, foi fácil ligar a hipótese ao programa. Este é um ponto que se torna da maior importância prática e cujas trágicas dificuldades hoje verificamos. A fatalidade e a inevitabilidade do programa dão ao segundo ponto um caráter de lei, e sabemos a precariedade de tais tentativas. Se o historiador pode aceitar a interpretação econômica como uma hipótese de trabalho — e no capítulo final tratamos desse aspecto — não pode, pelo menos em sua atividade profissional, iludir-se quanto à segunda parte, que é prognose, verbo, profecia e programa (49).

Um é uma teoria do que foi, outro do que deve ser; um é teleológico, outro descritivo, e como tal divergem. Sua estreita correlação é de grande importância para o efeito prático agitador, como concepção do mundo de um partido revolucionário, mas de menor importância para as simples tarefas e métodos históricos, que são os únicos que aqui nos interessam. Por mais paradoxal que pareça, aplicando-se o marxismo ao marxismo, a concepção da história de Marx é, ela própria, uma superestrutura ideológica das condições de sua época (50).

De qualquer forma, quer se aceite ou não esta interpretação, mesmo como método de trabalho, deve-se reconhecer que ela estimulou os estudos de história econômica, tão indispensáveis para a compreensão do desenvolvimento das sociedades, obrigou os historiadores a se preocuparem com as lutas de classe e os fatos econômicos nas reconstruções da sociedade passada e fez surgir uma enorme literatura sobre as origens do capitalismo.

Os historiadores soviéticos afirmam que ao considerar as relações sociais e econômicas como fator primordial da evolução histórica não tentam diminuir o papel das ins-

(49) G. Radbruch, *Filosofia do Direito*, S. Paulo, 1934, 34.

(50) Salo Baron, *A social and religious history of the Jews*, New York, Columbia University Press, 1937, vol. 3, 129.

tuições políticas do Estado, que em cada sociedade exprime os interesses das classes no poder ⁽⁵¹⁾.

Os historiadores dos negócios, treinados por N. S. B. Gras, da Universidade de Harvard, vêm sua especialidade como distinta da história econômica. A sutil linha de divisão está exemplificada nas 1.200 páginas do *Guide to Business History*, compilado por Henrietta Larson ⁽⁵²⁾.

A *Business History* é o estudo da administração e operação dos negócios no passado. Origina-se da história econômica, mas é um campo novo e separado, que se preocupa com o homem de negócio e as unidades de trabalho, mais do que com a descrição do desenvolvimento geral das indústrias, as instituições e organizações econômicas ou com outros interesses de vários tipos da história econômica. A concepção da importância do homem de negócio e de sua unidade de trabalho foi o pensamento guiador da *business history*, desenvolvido na Escola Graduada de Administração de Negócios da Universidade de Harvard. O estudo de homens de negócios e de suas firmas é a primeira tarefa daqueles que trabalham na *business history*. Seus adeptos acreditam que somente partindo da compreensão de como os homens e firmas trabalharam e desenvolveram seus negócios podem ser escritos os grandes estudos históricos de certas indústrias, da administração de negócios ou de certos sistemas econômicos.

A *business history* estuda tôdas as espécies de negócios agrícolas, industriais, de mineração, petróleo, colonização, imóveis, transportes, financeiros, seguros, etc. A história dos empresários encontra, no *Research Center in Entrepreneurial History* ⁽⁵³⁾, de Harvard, o seu foco de irradiação. O Centro dedica-se especialmente ao papel

(51) A. L. Sidorov, *Les problèmes fondamentaux de la science historique soviétique et certains résultats de son développement*. Moscou. *Travaux des Historiens Soviétiques préparés pour le X^e Congrès International des Sciences Historiques à Rome*, 1955, 109.

(52) Harvard University Press, 1950.

(53) Research Center in Entrepreneurial History, *Change and the Entrepreneur*, Cambridge, Harvard University Press, 1950.

do líder de negócios na mudança econômica e social. Parte do princípio de que na elaboração do mundo ocidental o negócio foi uma força prodigiosa e por isso é indispensável à compreensão deste mundo estudar a história dos negócios e dos homens que os dirigiram.

Quando, como agora, já não se desestimam os homens de negócios e as atividades prático-econômicas, como antigamente, e jovens procuram nessas atividades o exercício de suas capacidades, antes inteiramente voltadas para as profissões liberais, militares ou eclesiásticas, fontes únicas do prestígio social, não seria valioso que nossa historiografia se dedicasse também a êsse campo novo?

Tendência mais antiga é a da história dos preços, que encontra em Harvard o seu grande centro de investigações, depois de ter tido grande florescimento na Universidade de Berlim. A história dos preços possui hoje bibliografia considerável e de alta categoria. A história econômica não deve limitar-se à conjuntura e aos fatos do momento, mas deve estudar os problemas de fundo, que determinam o desenvolvimento social.

A própria história da história econômica revela sua inconstância intelectual. Nos meados do século passado, além das influências marxistas, as teorias liberais estavam especialmente interessadas nas diretrizes políticas do Estado e desejavam firmar as razões intelectuais das campanhas imperialistas e protecionistas. Gerações posteriores procuraram explicar, também sob inspiração alemã, as relações da religião e do capitalismo. Assim foram Weber, Sombart e Tawney. Outros estabeleciam os vários ciclos do desenvolvimento econômico, inspirados inicialmente em Bruno Hildebrand e Karl Bücher e mais tarde sob influência marxista devotaram-se ao estudo especialmente dos dois ciclos: feudalismo e capitalismo e socialismo (54).

(54) Excelente iniciação à história econômica geral in Charles Verlinden, *Introduction à l'Histoire Economique Générale*. Coimbra, 1948. No Décimo Congresso Internacional de Ciências Históricas, reunido em Roma, em setembro de 1955, o tema principal das discussões foi o das tendências ou fases alternativas na ascendência econômica da Europa Ocidental. Cf. *Relazioni*, Firenze, Sansoni, vol. IV, e os trabalhos soviéticos apresentados.

Aquê e êste tornaram-se um dos temas de maior interêsse e que suscitaram a maior bibliografia da história econômica nestes últimos tempos (55).

Outros, ainda, marxistas ou antimarxistas, estudam a significação da etapa capitalista, a aversão capitalista, os efeitos do capitalismo sôbre as classes trabalhadoras (56). Procuram alguns demonstrar que a história real das conexões entre o capitalismo e o proletariado é quase o oposto do que sugeriam as teorias sôbre a expropriação das massas. Dêste modo, a história econômica deve ser muito mais do que se pensou a princípio. Deve estudar a influência da teoria política, das idéias morais e da política fiscal nas mudanças de produção e do consumo. A moderna história econômica prefere estudar a contribuição dos índices de nascimento e morte nas tendências da população, a validade da hipótese marxista da expropriação das terras dos lavradores como um requisito da Revolução Industrial, a influência da taxa de juros no suprimento do capital, o procedimento do homem de negócios nas diferentes fases do desenvolvimento econômico, a capacidade de resposta do trabalhador ao estímulo econômico do salário (57), os estímulos do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos comparados aos desenvolvidos.

A história geral, a caracterização dos ciclos econômicos, inspirados no desenvolvimento da história européia, os temas gerais dominam a história econômica brasileira. Um desses é o da luta de classes no Brasil, sôbre a qual foi o primeiro a chamar atenção Abreu e Lima. Ao escrever sôbre a escravidão negra no Brasil e sua necessidade

E. A. Kosminsky, *Basic problems of West-European feudalism as reflected in Soviet Historical Science*, Moscou, 1955; N. M. Droujinine, *La Gênese du capitalisme en Russie*, Moscou, 1955, e A. L. Sidorov, *Les problèmes fondamentaux de la science historique soviétique et certains resultats de son développement*, Moscou, 1955.

(55) José Honório Rodrigues, "Capitalismo e Protestantismo", *Notícia de Vária História*, Rio de Janeiro, Livr. São José, 1951.

(56) C. A. Hayek, editor, *Capitalism and the Historians*, Chicago, 1954.

(57) M. Postan, "Economic social history", *The Times Literary Supplement*, 6 de janeiro de 1956.

naquela fase de nossa evolução, esclarece que quando emprega as denominações de “branco”, “mulato” ou “negro” estas devem ser entendidas apenas como acidentais, para denotar uma classe, “pois ninguém deverá persuadir-se que possamos usar de uma expressão com o desígnio de ofender a pessoa alguma, nem para menoscar a dignidade de uma porção de homens que, em nosso conceito, têm tanto direito à nossa benevolência como outra qualquer classe ou indivíduo”. Diz Abreu e Lima que logo à primeira vista se nota que a população brasileira está dividida em duas partes iguais, isto é, pessoas livres e pessoas escravas, que de certo modo não apresentam grande afinidade, as quais, por sua vez, se dividem em quatro grandes famílias distintas tão opostas e inimigas umas das outras como as duas grandes seções entre si (58).

Em 1889 Nabuco admitia que o partido republicano é um “partido de classe, como os dois partidos monárquicos” (59).

Oliveira Viana, embora reconhecendo que tãda a evolução grega, romana, medieval e moderna se fêz sob a influência das lutas de classe, negou, em relação à história do Brasil, qualquer influência dêsse fator (60). Disse êle que sem quadros sociais completos, sem traços sociais definidos, sem hierarquia social organizada, sem classe média, industrial, comercial e urbana em geral, a nossa sociedade rural lembra um vasto e imponente edifício em arcabouço incompleto, insólido, com os travejamentos mal-ajustados e ainda sem ponto firme de apoio (61).

Em nossa história, segundo Oliveira Viana, os conflitos de classe são raríssimos e, quando surgem, apresentam invariavelmente um caráter efêmero, descontínuo, local (62). Astrojildo Pereira critica tais afirmações, di-

(58) Abreu e Lima, *Bosquejo de História do Brasil*, Niterói, 1835, 55-56.

(59) Joaquim Nabuco, *Discursos Parlamentares*, São Paulo, Ipê, 1949, vol. XI, 373, discurso de 11 de junho de 1889.

(60) Oliveira Viana, *Populações meridionais do Brasil*, São Paulo, Cia. Editôra Nacional, 1933, 229.

(61) Oliveira Viana, *Ibid.*, 190-191.

(62) Oliveira Viana, *Ibid.*, 229.

zendo que nas próprias *Populações Meridionais do Brasil* se encontram vários exemplos de lutas de classe na história brasileira, tais como a quilombada dos Palmares, e atritos entre rurais e urbanos (63).

Caio Prado Júnior procurou mostrar que também na nossa história os heróis e os grandes feitos não são heróis e grandes senão na medida em que acordam com os interesses da classe vigente, em cujo benefício se faz a história oficial. Dá enorme importância à Cabanagem do Pará (1833-36), à Balaiada do Maranhão (1838-1841) e à revolta Praieira de 1848, que são as principais revoluções populares ou de classe no Brasil (64).

É pela infância da historiografia econômica que se justifica sua pobreza bibliográfica e sua improvisação. A obra dos primitivos cronistas, como Gabriel Soares de Sousa, Ambrósio Fernandes Brandão, André João Antonil, José Mariano da Conceição Veloso, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos e Luís Vilhena é descrição da atualidade econômica e não história econômica, assim como as de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, as do Desem-

(63) Astrojildo Pereira, *Interpretações*, Rio de Janeiro, 1944, 161-178. Sobre os motivos e a luta característica entre os senhores de engenho arruinados e os burgueses do Recife, vide especialmente José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro, *A civilização holandesa no Brasil*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1940, capítulo relativo à Revolução.

(64) Caio Prado Júnior, *Evolução política do Brasil. Ensaio de interpretação materialista da história do Brasil*, São Paulo, 1938. Uma interpretação econômica de Mauá foi realizada por Edgardo de Castro Rebêlo, sob o título *Mauá, Restaurando a verdade*, Rio de Janeiro, Editora Universo, 1932. As lutas de classe no Brasil foram especialmente lutas de escravos e senhores. Alguns exemplos podem ser sumariados nesta lista: 1) os tumultos populares no Rio de Janeiro em 1661, *ABN*, v. 39, 1921, doc. n. 848 a 853, 863, 865, 866, 869, 873, 875-880; 2) Sublevação de negros em 1720 em S. Paulo, *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, v. 53, 191; 3) Revolta popular na Paraíba, em 1751, *ABN*, vol. 31, 1909, doc. n. 189; 4) Associação sediciosa de mulatos, 1793, "Escravos domésticos inimigos irreconciliáveis de seus senhores, cujo jugo por mais livre que seja lhes é insuportável", *ABN*, v. 36, 1914, doc. n. 18.433; 5) "Levantamento de escravos contra brancos em 1807", *ABN*, v. 37, 1915, doc. n. 29.893; 6) "Rebelião de negros na Bahia, princípios de 1800", manuscrito da Biblioteca Nacional, II-33, 24, 29 e II-33, 24, 22, II-34, 6, 57; 7) "Rebelião de negros na Bahia, 1828", Manuscrito da Biblioteca Nacional, I-31, 13, 13; 8) Revolução em Minas Gerais em 1821, *RAPM*, v. 5, 1900, 158-160.

bargador João Rodrigues de Brito e as dos reformadores da fabricação de açúcar, como João Manso Pereira, Manuel Ferreira da Câmara, Morais Navarro, Caetano Gomes, Manuel Jacinto Sampaio e Melo e Miguel Calmon du Pin e Almeida, são obras de política econômica ⁽⁶⁵⁾.

A historiografia econômica começa neste século, com a obra de Amaro Cavalcânti, Leopoldo Bulhões, João Pandiá Calógeras, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, F. T. de Sousa Reis, Afonso Taunay, Roberto Simonsen, Alfredo Ellis Júnior, Caio Prado Júnior, Afonso Arinos de Melo Franco, Josias Leão, Marcos Carneiro de Mendonça, José Jobim, Pires do Rio, Alice Canabrava, José J. F. Normano e Wanderley Pinho. A historiografia portuguesa, fundamento da nossa, é também extremamente pobre. Ela tem em João Lúcio de Azevedo e Francisco Antônio Correia ⁽⁶⁶⁾ seus principais historiadores gerais e em Virgínia Rau e Vitorino Magalhães Godinho seus grandes intérpretes modernos ⁽⁶⁷⁾.

A história econômica, porém, não é só a história da utilização pelo homem do solo, para obtenção de sua subsistência, nem a história da transformação da maté-

(65) José Honório Rodrigues, "A literatura brasileira sobre açúcar nos séculos XVIII e XIX", *Brasil Açucareiro*, julho e maio de 1942.

(66) João Lúcio de Azevedo, *O marquês de Pombal e a sua época*, Rio de Janeiro, 1922; *Épocas de Portugal Econômico*, Lisboa, 1929; *Novas expandidas*, Lisboa, 1932. Francisco Antônio Correia, *História econômica de Portugal*, Lisboa, 1929-31, 2 vols.

(67) Virgínia Rau, *Os holandeses e a exportação do sal de Setúbal nos fins do século XVII*, Coimbra, 1950; *A Exploração e o Comércio do sal de Setúbal, Estudo de História Econômica*, Lisboa, 1951; Virgínia Rau e Bailey W. Diffie, "Alleged fifteenth-century Portuguese joint-stock companies and the articles of Dr. Fitzler", in *The Bulletin of the Institute of Historical Research* v. XXVI, 1953. Vitorino Magalhães Godinho, *História Econômica e Social da Expansão Portuguesa*, Lisboa, 1947, t. I; *Documentos sobre a expansão portuguesa*, Lisboa, 1955, vol. III; *Prix et Monnaies au Portugal*, Paris, 1955. Cf. também Henrique Gomes de Amorim Parreira, *História do Açúcar em Portugal*, in *Anais*, Junta das Investigações do Ultramar, vol. VII, t. 1, 1952, Lisboa; e Frédéric Mauro, *Monnaie et conjuncture a Lisbonne au XVII^e siècle*, Paris, 1951 (Extrait de Hommage à Lucien Febvre); Virgínia Rau, *A Casa dos Contos*, Coimbra, 1951; Vitorino de Magalhães Godinho, "Portugal, as frotas de açúcar e as frotas de ouro (1670-1770)", *Revista de História*, n. 15, julho-set. 1953, 69-88; Virgínia Rau, *Subsídios para o estudo do movimento dos portos de Faro e Lisboa durante o século XVII*, Lisboa, 1954.

ria-prima e de sua distribuição. Na multiplicidade dos seus aspectos, história do capital e dos bancos, história da indústria e dos processos de produção, cabe, como já vimos, a história dos negócios e dos grandes empreendedores, como, por exemplo, Mauá e Antônio Prado (68).

BIBLIOGRAFIA DE HISTÓRIA ECONÔMICA

A bibliografia de história econômica geral até 1881 está registrada no *CÉHB*, 1115-1249, abrangendo indústria, manufatura, comércio, finanças, estradas, navegação, telégrafo. Uma tentativa mais moderna é a *The Economic literature of Latin America*, Cambridge, Harvard University Press, 1935-36, 2 vols.

Trabalhos de história econômica são os de Castro Carreira, *História financeira e orçamentária do Império do Brasil desde sua fundação*, Rio de Janeiro, 1889; Capítulos de história econômica encontram-se em *Le Brésil en 1889*, Paris, 1889 (população, trabalho, zonas agrícolas, finanças, Bancos e instituições de crédito, caminhos de ferro, comércio e navegação, correios, etc.); Amaro Cavalcanti, *O meio circulante nacional* (Rio de Janeiro, 1893), *Resenha financeira do ex-Império do Brasil* (Rio de Janeiro, 1890), "A vida econômica e financeira do Brasil", *ABN*, 1916, vol. 38, 12-34; de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, *O Ministro da Fazenda da Independência e da Maioridade* (Rio de Janeiro, 1918), *Bancos de emissão no Brasil* (Rio de Janeiro, 1923); de Leopoldo Bulhões, "Os financistas do Brasil", *ABN*, v. 35, 1913, 191-210; de J. Pandiá Calógeras, "O Brasil e seu desenvolvimento econômico", *ABN*, vol. 35, 1913, 48-61, *As minas do Brasil e sua legislação* (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1904-1905, 3 vols.), *La politique monétaire du Brésil* (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1910); de F. T. de Souza Reis, "Dívida do Brasil, pública e privada", *Anais do 1.º Congresso de História Nacional*, v. IV, 613-690, t. esp. da *RIHGB*; Vitor Viana, *O Banco do Brasil, Sua formação, seu*

(68) Alberto de Faria, *Mauá*, São Paulo, 2.ª ed., 1933; Edgardo de Castro Rebêlo, *Mauá, Restaurando a verdade*, Rio de Janeiro, 1932; Lídia Besouchet, *Mauá e seu tempo*, São Paulo, 1942; Visconde de Mauá, *Autobiografia*, Pref. e anotações de Cláudio Ganns, Rio de Janeiro, 2.ª ed., 1943; *Correspondência política de Mauá no Rio da Prata (1850-1885)*, São Paulo, 1943; Sobre o Conselheiro Antônio da Silva Prado, vide Nazareth Prado, *1.º Centenário do Conselheiro Antônio da Silva Prado*, São Paulo, 1946, e José Honório Rodrigues, "Antônio da Silva Prado", *Digesto Econômico*, n. 30, 1947; Fernando Monteiro, *Figuras do Banco do Brasil*, Cadernos AA BB, n.º 8, Rio de Janeiro, 1955.

engrandecimento, sua missão nacional, Rio de Janeiro, 1926; Marcos C. Mendonça, *O Intendente Câmara*, Rio de Janeiro, 1933; Afonso de E. Taunay, *História do Café no Brasil* (Rio de Janeiro, 1939-41, 12 vols., *Pequena história do café no Brasil* (Rio de Janeiro, 1945); Alfredo Ellis Júnior, *A evolução econômica paulista e suas causas* (São Paulo, 1937); de Roberto Simonsen, *História Econômica do Brasil* (São Paulo, Cia. Editôra Nacional, 1937), *A evolução industrial do Brasil* (São Paulo, 1939); de Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil contemporâneo* (São Paulo, 1942) e *História Econômica do Brasil* (São Paulo, 1945); de Afonso Arinos de Melo Franco, *Síntese da História Econômica do Brasil*, (Rio de Janeiro, 1938), *Desenvolvimento da civilização material do Brasil* (Rio de Janeiro, 1944), *História do Banco do Brasil* (São Paulo, 1947); Lemos Brito, *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, 1923, 2.^a ed., São Paulo, 1939; J. F. Normano, *Evolução econômica do Brasil*, São Paulo, 1939; Josias Leão, *Mines and minerals in Brazil*, Rio de Janeiro, s. d.; José Jobim, *História das Indústrias no Brasil*, Rio 1941; Alice P. Canabrava, *O comércio português no Rio da Prata, 1580-1640*, São Paulo, 1944; Wanderley Pinho, *História de um engenho do Recôncavo, 1552-1944*, Rio, 1946, Frederico Edelweiss, *O cacau na economia brasileira*, Publicação n.º 6 do Centro de Estudos Baianos, Salvador, 1951; *Brazil, Portrait of half a continent*, New York, 1951 (população, vida rural, imigrantes, economia, industrialização, comércio interno, legislação social); Jerônimo de Viveiros, *História do comércio do Maranhão, 1612-1895*, São Luís, Maranhão, 1954, 2 vols.; Basílio de Magalhães, *O açúcar nos primórdios do Brasil Colonial*, Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1953; João Batista Magalhães, editor, "Documentação do Conselheiro José Antônio Lisboa, financista do Brasil Reino e Brasil Império", *RIHGB*, v. 213, 1953, 3-132; Heitor Ferreira Lima, *Evolução Industrial de São Paulo*, São Paulo, 1954; Documentos para a *História do Açúcar*, Instituto do Açúcar e do Alcool, Serviço Especial de Documentação Histórica, vol. 1, *Legislação, 1554-1596*, vol. 2, *Engenho Sergipe do Conde. Livro de Contas 1622-1653*, Rio de Janeiro, 1954-1956; Miriam Ellis, *O monopólio do sal no Estado do Brasil (1631-1801)*, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1956; Jorge Benci, *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos (1700)*, 2.^a ed. prep., pref. e anotada por Serafim Leite, Pôrto, 1954.

6 — História Diplomática

A história diplomática investiga e relata a defesa dos direitos nacionais e as relações econômicas, sociais e polí-

ticas que se codificaram em tratados e convenções (69). Compreende o exame das origens e dos resultados de nossas negociações diplomáticas, as reparações pacíficas de afrontas, as aquisições sem guerra de partes de nosso território, as incorporações definitivas à custa de argumentos históricos e geográficos de grandes trechos, objetos de litígio, como as questões das Missões e do Amapá. Exige grandes qualidades e virtudes de exposição, pois de outro modo pode tornar-se, como acentuou Rowse, descolorida e monótona (70), como uma história sem fim de intrigas, de memorandos e conversas. É por isso que um dos grandes meios de dar-lhe vida é enchê-la do elemento humano; a biografia é um dos melhores instrumentos de qualificação da história diplomática. Foi naturalmente pensando nisso que Edgar Prestage, uma das melhores autoridades da história diplomática, ao escrever *As Relações Diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668* (71), focalizou especialmente as várias embaixadas, missões e residências. Assim, anima o seu quadro dos enredos políticos com as dificuldades, os serviços, as agruras, e os frutos da vida diplomática. É uma lição que deve ser guardada.

É evidente também que a história diplomática contém em si o estudo da evolução de nossa organização diplomática, constituída desde nossa Independência para o fim exclusivo da defesa dos nossos direitos internacionais. Para nossa história diplomática anterior à Independência é necessário, então, conhecer o organismo diplomático de Portugal e seus servidores, bem como seus atos e relações. Neste campo ninguém excedeu, até hoje, quer no plano, quer na execução, Manuel Francisco de Barros, Visconde de Santarém. É certo que tanto o *Quadro Ele-*

(69) O autor tem em preparo uma Introdução à História Diplomática do Brasil.

(70) A. L. Rowse, *The use of history*, London, Hodder & Stoughton Ltd., 1946, 80.

(71) Edgar Prestage, *As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928.

mentar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal ⁽⁷²⁾ como o *Corpo Diplomático Português* ⁽⁷³⁾ são muito mais fontes que obras de história diplomática. Do mesmo modo se deve considerar a parte diplomática que se contém nas coleções de tratados e convenções, como a coordenada por José Ferreira Borges de Castro e continuada por Júlio Firmino Judice Biker ⁽⁷⁴⁾.

A historiografia diplomática portuguesa é muito pobre ou insatisfatória. Trabalhos como os de Edgar Prestage são exceção. Ele se dedicou a historiar as relações de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668, e com a Suécia, de 1641 a 1670. Sua obra erudita, extraordinariamente bem feita, serve-nos de exemplo de história não só especializada na matéria como no período ⁽⁷⁵⁾.

Poucos trabalhos merecem, pela correção da pesquisa e pela contribuição original formar ao lado dos de Prestage. Entre êstes figuram os de Aldo Marques Guedes, sobre a aliança inglesa, Carlos Hermenegildo de

(72) *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal*, edição do Visconde de Santarém, Luís Augusto Rebêlo da Silva e J. da Silva Mendes Leal, 19 vols., Paris, 1842-1860.

(73) *Corpo diplomático português*, ed. de L. A. Rebêlo da Silva, José da Silva Mendes Leal e Jaime Constantino de Freitas Muniz, Lisboa, 1862-1902, 12 vols. Estas duas obras são incompletas. A primeira só abrange as Relações Diplomáticas com a Espanha, França, Cúria Romana e Inglaterra até 1815, deixando de lado as relações com a Holanda, Dinamarca, Suécia, Prússia, Império da Alemanha, Turquia, África e Potências Barbarescas, Estados Unidos e Ásia. A segunda só abrange a Cúria Romana e partir do século XVI.

(74) *Coleção dos tratados, convenções, contratos e atos publicados entre a Coroa de Portugal e as mais potências desde 1640 ao presente*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856-1858, 8 vols., Suplemento, *Ibid.*, 1872-79, vs. 9 a 18, faltando o 17.

(75) A bibliografia de Edgar Prestage é bem extensa. Abrange, afora as obras já citadas, *Ministros portugueses nas côrtes estrangeiras no reinado de D. João IV e sua correspondência*, Pôrto, 1915; *Dr. António de Sousa Macedo, Residente de Portugal em Londres (1642-1646)*, Coimbra, 1916; *Frei Diniz de Lencastre, Embaixador extraordinário na Holanda*, Pôrto, 1917; *As duas embaixadas do Primeiro Marquês de Nisa à França (1642-1646 e 1647-1649)*, Coimbra, 1919; *A embaixada de Tristão de Mendonça Furtado à Holanda em 1641*, Coimbra, 1920; "As missões de Francisco Rebêlo, de Rui Teles de Menezes e do Marquês de Sande, 1663 a 1665", *Revista de História*, vol. X, 1921; *Frei Domingos do Rosário, diplomata e político (1595-1662)*, Coimbra, 1926; *Relação do tratado de 1641 entre Portugal e Holanda pelo Dr. António de Sousa Tavares*, Lisboa, 1917; *Chapters in Anglo-Portuguese Relations*, Watford, 1935. De colaboração com Pedro de Azevedo,

Sousa, sôbre a aliança anglo-portuguêsa, Damião Peres sôbre a diplomacia portuguêsa na sucessão de Espanha e especialmente a magnífica biografia feita por Maria Amália Vaz de Carvalho, do Duque de Palmela (76). Os trabalhos de história diplomática de Eduardo Brasão são, de modo geral, valiosos pelos dados informativos (77).

Vê-se, assim, que não há correspondência entre a riqueza das fontes e a historiografia diplomática portuguêsa.

A situação brasileira é completamente diferente. Não possuímos uma edição de fontes gerais, como os portuguêses: apenas algumas fontes fundamentais para um episódio e para a história geral diplomática (78).

editou Prestage a *Correspondência diplomática de Francisco de Sousa Coutinho até sua embaixada na Holanda*, Coimbra, 1920-1926, 3 vols.; e com o General Carlos du Bocage, a *Relação da embaixada à França em 1641 por João Franco Barreto*, Coimbra, 1918.

(76) Aldo Marques Guedes, *A aliança inglêsa. Notas de história diplomática*, 1.^a ed., 1938; 2.^a ed., Lisboa, 1943; Carlos Hermenegildo de Sousa, *Aliança anglo-portuguêsa*, Lisboa, 1939; Damião Peres, *A diplomacia portuguêsa na sucessão da Espanha, 1700-1714*, Barcelos, 1943; Maria Amália Vaz de Carvalho, *Vida do Duque de Palmela*, Lisboa, 1898-1903, 3 vols.

(77) Eduardo Brasão, *Relance de história diplomática de Portugal*, Pôrto, Livraria Civilização, 1940; *Restauração, relações diplomáticas de Portugal de 1640 a 1668*, Lisboa, Livraria Bertrand, s. d.; *Relações externas de Portugal: reinado de D. João V*, Pôrto, 1938, 2 vols.

(78) *Arquivo diplomático da Independência*, Rio de Janeiro, 1922-25, 6 vols.; Antônio Pereira Pinto, *Apontamentos para o direito internacional ou Coleção completa dos tratados celebrados com diferentes nações estrangeiras*, Rio de Janeiro, F. L. Pinto & Cia., e Tip. Nacional, 1864-69, 4 vols.; Feliciano José da Costa, "Sinopse dos tratados, convenções, protocolos e outros atos celebrados entre o Brasil e as demais nações, em vigor em 30 de abril de 1896", anexo ao *Relatório do Ministério das Relações Exteriores* de 1896, e *Código das relações exteriores do Brasil*, Rio de Janeiro, 1900, 2 vols.; J. M. Cardoso de Oliveira, *Atos diplomáticos do Brasil*, Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1912, 2 vols.; Hildebrando Accioly, *Atos internacionais vigentes no Brasil*, Rio de Janeiro, 1937, 2.^a ed., 2 vols.; Raul Adalberto de Campos, *Relações diplomáticas do Brasil, contendo os nomes dos representantes diplomáticos do Brasil no estrangeiro e os dos representantes diplomáticos dos diversos países no Rio de Janeiro de 1808 a 1912*; Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1913; e do mesmo, *Legislação internacional do Brasil, 1808-1929*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1929,

Graças ao nobre esforço de um grande historiador, possuímos um quadro geral da evolução de nossas relações internacionais, desde as origens coloniais até a queda de Rozas. Enquanto o Visconde de Santarém planejou e executou em grande parte uma das mais exaustivas pesquisas jamais realizadas no campo da política internacional, Pandiá Calógeras analisava os principais documentos indispensáveis e aprofundava a leitura dos clássicos de história política brasileira, portuguesa e europeia para oferecer-nos um admirável ensaio das vicissitudes e grandezas dos negócios do Brasil em suas relações com o estrangeiro. Mas seria uma temeridade dizer que a *Política Exterior do Império* (79) é uma obra completa e definitiva.

Antes de Pandiá Calógeras já Pinto da Rocha professara no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro um curso de história diplomática do Brasil. Não há comparação possível entre os dois trabalhos, mas, ainda assim, à vista da pobreza bibliográfica do assunto, a obra de Pinto da Rocha, feita sem nenhum cuidado metodológico, mais compilação que pesquisa e interpretação, deve ser citada (80).

2 vols.; *Ministros e altos funcionários da antiga Repartição dos Negócios Estrangeiros*, etc. Rio de Janeiro, 1939; Jaime Cortesão (editor), *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)*, Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, 1950-1954, parte II, t. 1 (Obras Várias, 1950), parte II, t. II (Documentos Biográficos, 1950), parte III, t. 1 (Antecedentes do Tratado, 1951), parte III, t. II (Antecedentes do Tratado, 1951), parte 1, t. 1 (Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid, 1952), parte IV, t. 1 (Negociações, 1953); José Honório Rodrigues, (editor), *Catálogo da Coleção Visconde do Rio Branco*, Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, 1950, 2 vols.; José Maria da Silva Paranhos, *Cartas ao Amigo Ausente*, Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, 1953, edição preparada e prefaciada por José Honório Rodrigues; *Tratado de Madrid — Antecedentes — Colônia do Sacramento*, Biblioteca Nacional, 1954 (Manuscrito da Coleção de Angelis, preparado por Jaime Cortesão).

(79) João Pandiá Calógeras, *A Política exterior do Império*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927-28, 2 vols., tomos especiais da RIHGB. A obra é completada com o volume *Da Regência à Queda de Rozas*, São Paulo, Comp. Editôra Nacional, 1933.

(80) Artur Pinto da Rocha, "História diplomática do Brasil", 1.ª série, RIHGB, t. 77, 2.ª parte, 1916, 219-418; "História diplomática", DHGEB, v. 1, 926-939. O segundo trabalho é um resumo do primeiro, nada lhe acrescentando.

A nossa força no campo da história diplomática concentra-se especialmente nas questões de limites ou em episódios especiais, como a Independência. Aí produzimos trabalhos que nada deixam a desejar e podem ser justamente apontadas como modelos inexcedíveis, mesmo em face de historiografias mais amadurecidas. É o caso das obras de Joaquim Caetano da Silva, Rio Branco e Joaquim Nabuco, sobre as questões do Amapá, Missões e Guiana Inglesa. Antes deles, Varnhagen, os Viscondes de São Leopoldo e do Uruguai, Duarte da Ponte Ribeiro, J. M. Nascentes de Azambuja e A. Pereira Pinto ⁽⁸¹⁾, haviam preparado memórias e materiais sobre problemas de limites. Modernamente, Hildebrando Accioly, Souza Docca e Artur César Ferreira Reis escreveram monografias sobre problemas de limites ⁽⁸²⁾.

O único capítulo ou período da história diplomática brasileira que se apresenta farta e poderosamente estudado, seja pela riqueza das fontes, seja pela capacidade crítica, seja finalmente pela lucidez da exposição, é o da Independência, a propósito do qual avultam Oli-

(81) Francisco Adolfo de Varnhagen, *As primeiras negociações diplomáticas respectivas ao Brasil*, Rio de Janeiro, 1843; Visconde de São Leopoldo, "Quais são os limites naturais, pactuados e necessários do Império do Brasil", *RIHGB*, v. 65, 341; Duarte da Ponte Ribeiro, *Memória sobre a questão de limites entre o Império do Brasil e a República da Nova Granada*, Rio de Janeiro, 1870; *Limites do Brasil com o Paraguai*, Rio de Janeiro, 1872; *Apontamentos relativos à fronteira do Império do Brasil com a Guiana Francesa*, Rio de Janeiro, 1895; *Apontamentos sobre o estado da fronteira do Brasil em 1844*, Rio de Janeiro, 1895; *Comissões científicas nomeadas pelo Governo Imperial desde 1843, para exame de limites e demarcações de fronteiras do Brasil...*, coordenados pelo Barão da Ponte Ribeiro, Rio de Janeiro, Laemmert, 1876; Joaquim Maria Nascentes de Azambuja, *Questão territorial com a República Argentina, Limites do Brasil com as Guianas Francesas e Inglesas*, Rio de Janeiro, 1891-92, 2 vols.; Antônio Pereira Pinto, *Questões internacionais*, São Paulo, 1867.

(82) A principal bibliografia se encontra no CEHB. Vide ainda: Hildebrando Accioly, *Limites do Brasil, A fronteira com o Paraguai*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1938; Souza Docca, *Limites entre o Brasil e o Uruguai*, Rio de Janeiro, 1939; Artur César Ferreira Reis, *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira*, 1.º tomo, A fronteira colonial com a Guiana Francesa, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947; 2.º tomo, *A fronteira com as Colônias Espanholas*, Rio de Janeiro, 1948. Sobre as fronteiras em geral, vide a obra de Hélio Viana, *História das Fronteiras do Brasil*, Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1949.

veira Lima e Hildebrando Accioly ⁽⁸³⁾. Possuímos também algumas boas introduções ao problema da história diplomática, como são as de Menezes de Drummond, Oliveira Lima e Araújo Jorge. Oliveira Lima, com as *Coisas Diplomáticas* e as conferências *Vida diplomática* e *Nossos Diplomatas* sugeriu como e de que modo se poderia escrever uma história diplomática do Brasil. Araújo Jorge, com sua Introdução às *Obras* de Rio Branco, esboçou todo o quadro dos nossos problemas de limites na Colônia, no Império e na República, tendo como centro a figura do Barão ⁽⁸⁴⁾.

Com êstes elementos bibliográficos e com novas e exaustivas pesquisas das fontes brasileiras e estrangeiras,

(83) Oliveira Lima, *O reconhecimento do Império*, Rio de Janeiro, Garnier, s. d. (1901); 2.^a ed., 1902; Hildebrando Accioly, *O reconhecimento da Independência do Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927, 2.^a ed., Imprensa Nacional, 1945; Vide também José de Almeida Correia de Sá (Marquês de Lavradio), *D. João VI e a Independência do Brasil. Últimos anos do seu reinado*, Lisboa, 1937.

(84) Antônio Vasconcelos Menezes de Drummond, *Preleções de diplomacia, com referência e aplicação de seus princípios às leis particulares do Brasil até 1867*, Pernambuco, Tip. do Correio do Recife, 1876; Oliveira Lima, *Coisas diplomáticas*, (Lisboa, Companhia Editôra, 1908); *Vida diplomática*, Conferência no Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, Edição do Jornal do Recife, 1904; "Nossos diplomatas", *ABN*, v. 35, 1913, 77-88; *A nossa diplomacia*. Conferência na Sociedade de Cultura Artística, São Paulo, 1914; *Na Argentina, Impressões, 1918-19*, São Paulo, Weisflog Irmãos, 1920. A. G. de Araújo Jorge, *Introdução às Obras de Rio Branco*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945; "História do Brasil Holandês", *Revista Americana*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, junho-novembro de 1918 e agosto-setembro de 1919; *A Restauração e a história diplomática do Brasil-Holandês (1640-1661)*, Separata dos Anais da Academia Portuguesa de História, vol. VII, Lisboa, 1942; *Ensaio de história diplomática do Brasil no regime republicano*, Rio de Janeiro, 1912.

Sobre o Barão do Rio Branco, cf.: Raul Fernandes, *Rio Branco*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, s. d.; Gilberto Amado, *Rio Branco*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1947; Hildebrando Accioly, *O Barão do Rio Branco e a Segunda Conferência da Ilha*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1945; Raul do Rio Branco, *Reminiscências do Barão do Rio Branco*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1942; Álvaro Lins, *Rio Branco*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1945, 2 vols.; Dunshee de Abranches, *Rio Branco e a política exterior do Brasil (1902-1912)*, Rio de Janeiro, 1945, 2 vols.; Francisco Venâncio Filho, *Rio Branco e Euclides da Cunha*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1946; Américo Jacobina Lacombe, *Rio Branco e Rui Barbosa*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1948; Aluizio Napoleão, *Rio Branco e as relações entre o Brasil e os Estados Unidos*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1947.

poder-se-á tentar tanto monografias especiais, episódicas e periódicas, como obras gerais de história diplomática que venham corrigir as lacunas, falhas ou omissões de Pandiá Calógeras. Já possuímos alguns ensaios especiais sôbre episódios, afora os relativos à história da Independência, como, por exemplo, os de Hélio Lôbo sôbre as relações diplomáticas da guerra do Paraguai ou sôbre Rio Branco ⁽⁸⁵⁾, os de Heitor Lyra sôbre a política brasileira no Prata ⁽⁸⁶⁾, os de Mário de Vasconcelos sôbre alguns motivos de história diplomática do Brasil ⁽⁸⁷⁾, os de Renato de Mendonça sôbre o Barão de Penedo e sua época ⁽⁸⁸⁾, os de Joaquim Nabuco relativos à intervenção estrangeira durante a revolta de 1893 ⁽⁸⁹⁾, os de Hildebrando Accioly e Manuel Cardozo ⁽⁹⁰⁾ sôbre os núncios apostólicos, a delegação apostólica e a questão dos Bispos, e, finalmente, os de José Antônio Soares de Souza sôbre o visconde do Uruguai e o Barão de Ponte Ribeiro ⁽⁹¹⁾, todos resultados de excelentes pesquisas de arquivo e de boa e lúcida interpretação e exposição.

(85) Hélio Lôbo, *Antes da Guerra. A missão Saraiva ou os preliminares do conflito com o Paraguai*, Rio de Janeiro, 1914; *História diplomática do Brasil. As portas da guerra (Do ultimatum Saraiva, 10 de agosto de 1864 à convenção de 1865)*, Rio de Janeiro, 1916; *Rio Branco e o arbitramento com a Argentina*, Rio, J. Olímpio, 1952.

(86) Heitor Lyra, *Ensaio diplomáticos*, São Paulo, 1922.

(87) Mário Vasconcelos, *Motivos de história diplomática do Brasil*, 1.ª série, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1930.

(88) Renato de Mendonça, *Um diplomata na Córte de Inglaterra*, São Paulo, Cia. Editôra Nacional, 1942.

(89) Joaquim Nabuco, *A intervenção estrangeira durante a Revolta de 1893*, Rio de Janeiro, 1896; 2.ª ed., São Paulo, Cia. Editôra Nacional, 1939. Este assunto foi novamente examinado por Sérgio Correia da Costa, *A diplomacia do Marechal*, Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1945.

(90) Hildebrando Accioly, *Os primeiros núncios no Brasil*, São Paulo, Ipê, 1949; Manuel Cardozo, *The first apostolic delegation in Rio de Janeiro and its influence in Spanish America. A study in Papal policy, 1830-1840*. Washington, The Catholic University, 1950; e *The Holy See and the question of the Bishop-Elect of Rio, 1833-1839*, Repr. from *The Americas*, vol. X, July 1953, n. 1.

(91) *A Vida do Visconde de Uruguai*, Brasiliana, v. 243, Rio de Janeiro, 1944; e *Um diplomata do Império (Barão de Ponte Ribeiro)*, Brasiliana, vol. 273, Rio de Janeiro, 1952.

Mas se as relações diplomáticas não se esgotam no manêjo das coisas políticas, e envolvem, sobretudo hoje, os negócios econômicos, então, capítulo dos mais importantes da história diplomática seria o que narrasse as misões comerciais e o intercuro mercantil. As relações comerciais da Inglaterra e de Portugal estão descritas no trabalho de Shillington e Chapman, as de Portugal e Suécia esboçadas na obra de Prestage e Mellander, as antigas relações comerciais do Brasil com a França, nos inícios do século XIX, também foram descritas por Horace Say (92).

Não será com a condensação da matéria conhecida, mesmo em forma sintética e agradável, que se poderá contribuir para o conhecimento da história diplomática do Brasil. Trabalhos gerais como os de Pinto da Rocha, já citados, e Renato de Mendonça (93), um anterior e outro posterior a Pandiá Calógeras, servem mais a fins didáticos que científicos.

7. História do Exército.

A historiografia do exército e a naval, muito especialmente a primeira, têm devorado grande parte de história política (94). Desde os clássicos até muito recentemente, são as façanhas e os sucessos guerreiros que têm constituído a matéria selecionada da história política. As origens e o desenvolvimento das instituições políticas, constitucionais, legais e administrativa foram abandonadas a favor das audácias ou fraquezas da força militar. É talvez por

(92) V. M. Shillington e A. B. W. Chapman, *The commercial relations of England and Portugal*, London, 1907; Edgar Prestage e Karl Mellander, *Relações diplomáticas e comerciais entre a Suécia e Portugal de 1641 a 1670*, Porto, Edições Gama, 1943; Horace Say, *Histoire des relations commerciales entre la France et le Brésil et considerations générales sur les monnaies, les changes, les banques et le commerce extérieur*, Paris, 1839.

(93) Renato de Mendonça, *Historia de la politica exterior del Brasil*, Instituto Pan Americano de Geografia e História, 1945.

(94) O autor tem reunido muito material para um Guia Bibliográfico de História Militar.

essa razão que até hoje não se constituiu a história militar numa verdadeira especialidade. A falsa história política tem-lhe roubado a matéria e a militar tem-se limitado a esmiuçar os fastos guerreiros tratados naquela.

De regra ela se enquadra na historiografia pragmática, pois deve vir em auxílio dos oficiais para sua futura atuação no campo de batalha ⁽⁹⁵⁾. Os chefes e historiadores militares acreditam que ela seja essencial à correção de idéias e à habil condução de guerra. O grande almirante e historiador naval Mahan afirma que é particularmente no campo da estratégia naval que os ensinamentos do passado têm valor que não pode ser subestimado. Eles são úteis não só como ilustração dos princípios, mas como precedentes, devido à permanência comparativa das condições. A mudança de armas, da maneira de lutar, não invalida o estudo das experiências passadas, com as quais se aprendem os princípios da guerra e o modo de aplicá-los ao uso tático dos instrumentos modernos ⁽⁹⁶⁾.

O estudo da estratégia militar do mundo moderno e contemporâneo e do crescimento e decadência do espírito militar entre os vários povos do mundo, os problemas e práticas de guerra moderna, as várias idades heróicas da humanidade mereceram de Arnold Toynbee páginas notáveis de estudo, que muito serviriam aos nossos historiadores militares, como metodologia e interpretação ⁽⁹⁷⁾.

A historiografia do Exército, cuja finalidade principal está no estudo da estratégia, tática, armas, recrutamento, transporte, abastecimento, soldo e desenvolvimento das forças adversárias, tem sido, infelizmente, tratada sem o cuidadoso exame das fontes e da bibliografia.

A história das guerras, não só como luta armada, mas como crise social e política, tem importância fundamental

(95) Wilhelm Bauer, *Introduccion al estudio de la historia*, Barcelona, Bosch, 1944, 177. Vide também Varnhagen, *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*, Lisboa, 1872, VI.

(96) A. T. Mahan, *The influence of sea power upon history, 1660-1783*, 12.^a ed., Boston, Little, Brown and Co., 1943, 9.

(97) Arnold Toynbee, *A Study of History*, Oxford, 1954, vol. VIII, Heroic Ages, e vol. IX, Technology, War and Government, vol. X, 1.^a parte.

para o conhecimento do passado. Burckhardt, estudando o papel das guerras nas crises dos povos, mostrou a importância e significação dos fatos bélicos para a compreensão da sociedade passada. Alguns acontecimentos decisivos da história foram o resultado de sucessos guerreiros e não poderiam ser compreendidos só com o estudo das tendências constitucionais, das condições econômicas ou das instituições sociais. Não seria necessário ilustrar a afirmativa com conhecidos fatos, como o da batalha de Salamina, cujo resultado decidiu, segundo Eduard Meyer, os destinos da civilização grega e dos seus frutos.

As campanhas coloniais contra franceses e ingleses, as memoráveis lutas contra os holandeses, por exemplo, representaram acontecimentos negligenciáveis na vida e no desenvolvimento social do Brasil? A guerra pela Independência não forçou o governo português a desistir de suas teorias de administração colonial e não afetou o governo e o crescimento do império do Brasil? As façanhas de Caxias não representaram um papel importantíssimo na formação constitucional e legal do poder público no Brasil? E os exemplos não teriam fim.

Não se devem estudar tão somente as campanhas dos grandes generais, mas também as felizes operações de comandantes e chefes menores, cujos resultados decidiram a vitória final. E não só as grandes lutas e seus grandes chefes, mas também a descoberta ou inovação militar em armamentos, tática e organização devem ser examinadas e tratadas com todo o cuidado. A invenção de certas armas de combate é fator de tanta importância como qualquer invenção mecânica na vida civil.

Esta é a verdadeira apologia do estudo da história militar, no conjunto de suas operações navais, aéreas e terrestres. Intensiva pesquisa das fontes manuscritas e impressas, dos mapas, das armas, dos sistemas de ataque e defesa, do abastecimento, exame cuidadoso da bibliografia (98), treino crítico, publicação documental erudita, di-

(98) Papel importante no exame da bibliografia tem desempenhado ultimamente a *Revista Militar Brasileira*, editada pela Secretaria Geral do

vulgação de trabalhos de caráter popular, cursos e conferências em colégios e instituições militares superiores possibilitam um crescimento do saber e facilitam a obra de defesa nacional.

Todos estão convencidos de que se não pode negligenciar a contemplação e o estudo das campanhas e batalhas dos predecessores, embora a teoria, que se baseia na história, não possa, portanto, formular prescrições positivas. Lucas Alexandre Boiteux, estudando as quatro fontes para a compreensão da tática naval, escreve que a “principal é a história”. “Do exame aprofundado, metuculoso da vida, ações e campanhas dos grandes capitães, dos lutadores mais notáveis de mar e guerra, alcançaram os historiadores analistas e críticos reunir farta messe de observações conceituosas que racionalmente comparadas nas suas aplicações e resultados foram adotadas como verdadeiros preceitos fundamentais da arte da guerra” (99).

De regra, o militar tem a experiência necessária para o estudo técnico dos fatos, mas falha pela falta de méto-

Ministério da Guerra e também a *Revista* do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Na primeira distinguem-se, pela alta categoria de sua competência crítica e método, os “Verbetes para um Dicionário Bio-bibliográfico Militar Brasileiro”, do General F. Paula Cidade (vol. LII, ns. 1-2, Jan.-Junho 1950; vol. LIII, ns. 3-4, Julho-Dez. 1950; vol. LIV, ns. 1 e 2, Jan.-Junho 1951; vol. LV, ns. 3-4, Julho-Dez. 1951; vol. LVI, ns. 1-2, Jan.-Junho 1952; vol. LVII, ns. 3-4, Julho-Dez. 1952; vol. LVIII, ns. 1-2, Jan.-Junho 1953; vol. LIX, ns. 3-4, Julho-Dez. 1953; vol. LX, ns. 1-2, Jan.-Junho 1954; vol. LXI, ns. 3-4, Julho-Dez. 1954).

(99) Lucas Alexandre Boiteux, *A tática nas campanhas navais*, São Paulo, Cia. Melhoramentos, s. d., 10-11. Nos Estados Unidos, cada Arma possui seu corpo de historiadores e seus manuais metodológicos, como, por exemplo: *Guide to the writing of American military history*, Army Pamphlet, n. 20-200, G. P. U., Washington, 1951; *Manual for Air Force Historian*, Department of Air Force, Washington, 1952. Obras de caráter geral preparam o historiador militar: J. D. Hittle, *The military staff: its history and development*, Pa., 1945; e Paul P. van Rifer, “Survey of Materials for the study of military management”, *The American Political Science Review*, 1955, 828-850; sôbre a organização e trabalho do corpo de historiadores da Segunda Guerra Mundial, cf. Kent Roberts Greenfeld, *The Historian and the Army*, Rutgers University Press, 1954; sôbre os arquivos públicos durante a ocupação militar, cf. Ernst Posner, “Public records under military occupation” *The American Historical Review*, vol. XLIX, n. 2, Jan. 1944. Existe nos Países Baixos um Instituto especial sôbre a documentação militar. O Rijks Institut voor Oorlogs Documentatie, Amsterdam, (Herengracht 474), que já tem publicado vários relatórios sôbre suas atividades.

dos de pesquisa, por não saber valorizar as fontes e pelo despreparo crítico. O historiador dispõe destes elementos essenciais, mas não possui a especialização própria do oficial, também indispensável para a compreensão do fenómeno (100). Assim, o problema fundamental de um historiador militar — que é reconstruir o plano da campanha e narrar a sua execução — deixa de ser plenamente realizado. O remédio simples seria a formação de historiadores militares, com preparo metodológico e crítico e noções de natureza militar que facilitassem o julgamento da campanha, da técnica de guerra, da estratégia das batalhas.

Além disso, poucos têm estudado os efeitos do poder militar e naval no curso da nossa história. Colecionar os fatos que se encontram esparsos nas histórias políticas é uma maneira vaga e imprecisa de reconhecer aquela influência. A crônica das ocorrências militares e os anais das vicissitudes navais não relacionam esses fatos com os da história geral, procurando mostrar quando as influências destes foram decisivas no suceder.

O estudo da história militar oferece, no Brasil, êstes defeitos fundamentais. Na realidade, sempre cultivamos muito mais a história do exercito que a naval, apesar da enorme influência do fator marítimo na nossa história. Mas todo esse cultivo tem sido insatisfatório em razão daqueles motivos.

Como nos casos anteriores, temos de recorrer às histórias militares portuguesas, encontrando aí as obras de Cristóvão Aires, Carlos Selvagem, Inácio da Costa Quintela, João Manuel Cordeiro e A. Tavares e J. A. da Silva (101).

(100) Wilhelm Bauer, *Introduccion al estudio de la historia*, Barcelona, Bosch, 1944, 173.

(101) Uma das melhores críticas das fontes militares se encontra in J. Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*, Lisboa, 1933, 98-108. Cristóvão Aires, *História do Exército*, 4 vols., 1896-1908; *Provas*, 13 vols., 1902-1921; Carlos Selvagem, *Portugal Militar*, Lisboa, 1931; Inácio da Costa Quintela, *Anais da Marinha Portuguesa*, Lisboa, 1839-1840, 2 tomos; João Manuel Cordeiro, *Apontamentos para a história da artilharia portuguesa*, Lisboa, 1895; A. Tavares e J. A. da Silva, *Notícia histórica das ordens militares e civis*, 2.^a ed., 1881; Francisco Augusto Martins de Carvalho, *Dicionário bibliográfico Militar-Português*, Lisboa, 1891.

Não possuímos até hoje uma história do exército. A de José de Mirales não passa de um arcabouço, digno pela documentação, mas falto de outros requisitos indispensáveis para que se lhe possa dar o nome de história ⁽¹⁰²⁾.

Os analistas ou memorialistas militares anteriores a Mirales ocupam grande parte de nossa historiografia militar. Houve época em que esta era a única especialidade histórica acolhida com certa benevolência pela censura inquisitorial ⁽¹⁰³⁾. Houve época, também, em que se unia a pena à espada e grandes militares são historiadores ou grandes escritores são militares. É o caso de Francisco Manuel de Melo e do seu mestre Manuel de Meneses, restaurador da Bahia.

A história do exército brasileiro abrange especialmente as lutas com os holandeses, as lutas com os espanhóis sobre a Colônia do Sacramento ⁽¹⁰⁴⁾, a invasão do Rio Grande do Sul, as lutas com a Guiana Francesa em torno de Caiena, as com os Estados Platinos (1811-27) ⁽¹⁰⁵⁾, a guerra do Paraguai e a participação do Brasil na guerra de 1914-18 e 1939-45. A bibliografia de cada episódio é imensa e só cabe nos períodos respectivos da história do Brasil. Aqui só os livros gerais de história militar devem ser indicados. É aqui também que reside a nossa maior debilidade, se excetuarmos as *Efemérides* do Barão do Rio Branco, pois sobre os episódios particulares da história do exército

(102) A principal bibliografia se encontra no *CEHB*. Vide também: José de Mirales, "História Militar do Brasil", *ABN*, v. XXII, 1900.

(103) A própria Metrópole exigia notícia dos sucessos militares da Colônia. Cf. Carta d'El Rei de 20 de maio de 1649, in *Correspondência de Francisco de Sousa Coutinho durante sua embaixada em Holanda*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920.

(104) O primeiro trabalho histórico-militar sobre as lutas pela posse da Colônia é o de Simão Pereira de Sá, *História topográfica e bélica da nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*, composta por volta de 1737, mas só publicada em 1900 (Liceu Literário Português, Rio de Janeiro), com introdução de Capistrano de Abreu. Obra moderna, baseada em documentos originais, é a de Jônatas da Costa Rêgo Monteiro, *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*, Pôrto Alegre, Livraria Globo, 1937, 2 vols.

(105) General F. de Paula Cidade, *Lutas, ao sul do Brasil, com os Espanhóis e seus Descendentes*, ed. da Biblioteca Militar, 1948; Tenente-Coronel Antônio de Souza Júnior, *Caminhos históricos de invasão*, ed. da Biblioteca do Exército, 1950.

possuímos alguns bons exemplos que revelam qualidades superiores no trato dos problemas táticos e estratégicos, como o do General Tasso Fragoso ⁽¹⁰⁶⁾. É na imensa bibliografia sôbre a guerra do Paraguai que está concentrada a melhor e mais autêntica história militar do Brasil.

Pode-se dizer que quem melhor estudou no Brasil história do exército foi o Barão do Rio Branco, quer no seu “Esbôço biográfico do General José de Abreu, Barão do Sêro Largo”, onde tratou das lutas do sul entre 1811 e 1827, quer nas anotações a Schneider sôbre a Guerra da Tríplice Aliança, quer finalmente nas *Efemérides Brasileiras*, que contêm, até hoje, a maior e melhor coleção de fatos militares de nossa história ⁽¹⁰⁷⁾. O Barão do Rio Branco tinha em preparo uma História Militar do Brasil, que deveria ser naturalmente o mais completo trabalho especializado ⁽¹⁰⁸⁾.

Últimamente, seguindo o exemplo dos estados maiores europeus, o Exército tem estimulado, promovido e publicado vários estudos. O auxílio e incentivo não têm sido infelizmente correspondidos, salvo raras exceções. As histórias militares de Genserico de Vasconcelos e de Aliatar Loreto não correspondem à expectativa, exatamente pela falta de preparo crítico histórico, dos métodos de pesquisa

(106) Tasso Fragoso, *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, Rio de Janeiro, Imprensa do Estado Maior do Exército, 1934, 5 vols.

(107) Barão do Rio Branco, “Esbôço biográfico do General José de Abreu, Barão do Sêro Largo”, *RIHGB*, t. 31, parte 2, 1868, 62-135, reproduzido no vol. 7, *Biografias*, das *Obras do Barão do Rio Branco*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947, publicação do Ministério das Relações Exteriores; *A Guerra da Tríplice Aliança (Império do Brasil, República Argentina e República Oriental do Uruguai) contra o govêrno da República do Paraguai (1864-1870)* de L. Schneider, tradução de M. Th. Alves Nogueira, anotada por J. M. da Silva Paranhos, Rio de Janeiro, Tip. Americana, 1875-76, 2 vols.; *Efemérides Brasileiras*, 1.^a ed., *RIHGB*, t. 82, vol. 136, 1917; 2.^a ed., *Ibidem*, 1938; 3.^a ed., Ministério das Relações Exteriores, 1946.

(108) Os *Apointamentos para a história militar do Brasil* do Barão do Rio Branco foram primeiramente publicados na *Revista Americana*, ano VI, out. e nov. de 1916, ns. 1 e 2, e reproduzidos, conforme o texto original que se conserva no Arquivo Histórico do Itamarati, nos *Estudos Históricos*, vol. 8 das *Obras do Barão do Rio Branco*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1948, 155-200.

e pelo desconhecimento das fontes e das autoridades (109). Como sempre, o melhor está na parte técnica, estratégica ou tática, que sabem apreciar e julgar com acêrto. Mais bem feita é a monografia de Luís Lôbo, sôbre a história militar do Pará, na qual também se podem anotar algumas das deficiências acima apontadas (110).

A história do exército pode compreender, também, as biografias dos grandes soldados, e estas se têm esgotado quase inteiramente nas figuras de Caxias e Osório (111). Se a historiografia militar é assim tão débil nos seus fundamentos críticos, já a biografia militar eleva-se realmente, nos trabalhos de Vilhena de Moraes (112), a um nível de superior qualidade, em que o método, a pesquisa, a crítica das fontes e a lucidez da exposição são o que há de mais apurado. De publicação recente, o *Osório* do Coronel J. B. Magalhães peca pelo desmedido da introdução, pelo esparramado da exposição e por certas deficiências de método. (113).

O estudo das fontes, dos instrumentos de luta e dos veículos de transporte e dos uniformes (114) não tem merecido a atenção dos eruditos. A obra de J. da Silva Campos

(109) Gensericco de Vasconcelos, *História Militar do Brasil*, Rio de Janeiro, 1941-42. Biblioteca Militar, vols. 48-49; Aliatar Loreto, *Capítulos de História Militar do Brasil. Colônia. Reino*. Rio de Janeiro, 1946, Biblioteca Militar, vol. 103.

(110) Luís Lôbo, *História militar do Pará*, Rio de Janeiro, 1943, Biblioteca Militar, vol. 65. O autor não indica as fontes e a bibliografia de que se utilizou.

(111) Como exemplo sofrível de biografias militares, consulte-se Henrique Boiteux, *Santa Catarina no Exército*, Rio de Janeiro, Bedeschi, 1942.

(112) Vilhena de Moraes, *O Duque de Ferro, Aspectos da figura de Caxias*, Rio de Janeiro, Calvino, 1933; *Caxias em São Paulo. A Revolução de Sorocaba*, Rio de Janeiro, Briguier, 1934; *Novos aspectos da figura de Caxias*, Rio de Janeiro, Leuzinger, 1937; *Introdução aos Apontamentos para a História Militar do Duque de Ferro* por Eudoro Berlink, Rio de Janeiro, Briguier, 1934.

(113) J. B. Magalhães, *Osório. Símbolo de um povo. Síntese de uma época*, Rio de Janeiro, Agir, 1946.

(114) *Uniformes do Exército Brasileiro*, Desenhos, aquarelas e documentos de J. Wasth Rodrigues, Direção geral e organização do texto por Gustavo Barroso, Rio de Janeiro e Paris, 1922. O texto contém a história da organização do Exército e de seus uniformes. A segunda parte é a documentação geral, acompanhada de índice.

sobre as fortificações da Bahia cuida mais do aspecto arquitetônico e artístico, dos fortes considerados monumentos históricos, do que das posições fortificadas de valor puramente militar ⁽¹¹⁵⁾.

8. *História Naval.*

Não é pequena a bibliografia sobre a influência do poder naval na história das grandes nações européias. Naturalmente, os melhores estudos são ingleses, pois nunca a história presenciou um poder imperial tão grande e unânime, uma paz tão duradoura, mantida não em um mesmo continente, mas em mais de sete mares, como o da Grã-Bretanha.

Afora o trabalho clássico do almirante Alfredo Thayer Mahan ⁽¹¹⁶⁾, considerado como a maior obra moderna de estratégia naval, e as conferências do almirante Sir Herbert Richmond ⁽¹¹⁷⁾, há que assinalar os trabalhos do almirante Sir W. M. James ⁽¹¹⁸⁾.

O poder naval é aquela forma de força nacional que habilita seu possuidor a enviar seus exércitos e comerciar através dos mares e oceanos. O tema principal das conferências do almirante James é mostrar que em toda a história quatro elementos conferem poder para controlar as rotas oceânicas: os navios mercantes, as bases, as armas e os homens treinados a manejar êsses instrumentos. Na sua opinião, a Grã-Bretanha emergiu vitoriosa de dez grandes guerras marítimas, porque faltou aos seus inimigos um desses elementos. Mas é especialmente no quarto

(115) J. da Silva Campos, *Fortificações da Bahia*, Rio de Janeiro, 1940, Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 7. Alberto Silva, *Um documento inédito sobre as fortificações da Cidade do Salvador*. Publicação n. 12 (Centro de Estudos Baianos), Bahia, 1952.

(116) A. T. Mahan, *The influence of sea power upon history*, Boston, Little, Brown and Co., 1943. 12.^a ed.

(117) Herbert Richmond, *Statesmen and sea power*, Oxford, 1947.

(118) W. M. James, *The influence of sea power on the history of the British people*, Cambridge, 1948, cuja exposição seguimos, tendo-a divulgado antes in "O poder marítimo e a história", *O Jornal*, 9/8/1952.

elemento, a liderança e as qualidades de luta que o Império Britânico mostrou sempre considerável superioridade.

Para o almirante James, o conhecimento da história militar e das realizações dos antepassados nos campos de batalha fortificou o povo britânico nos tempos de adversidade e inspirou os atos de soberbo heroísmo de seus homens e mulheres.

O método de conduzir a guerra operava sistematicamente de acordo com o desenvolvimento das armas de guerra. Os princípios permaneciam intangíveis e, deste modo, o estudo dos métodos empregados nas guerras anteriores era proveitoso, e talvez essencial, se no rompimento da guerra as forças fossem utilizadas para a melhor vantagem e se as táticas empregadas pelos comandantes em terra, no mar e no ar, fossem não somente o fruto de súbita inspiração, mas o conhecimento das táticas empregadas pelos grandes comandantes no passado.

Aí está toda a justificativa prática do estudo da história militar. Todos os chefes e historiadores militares participam da opinião de que ele é indispensável à hábil condução da guerra. Os ensinamentos da história militar devem vir em auxílio dos oficiais para a sua futura atuação no campo de batalha. E não só como uma inspiração psicológica e um estímulo ao heroísmo, mas como ilustração do princípio e precedentes, que devido à permanência das mesmas condições também não mudam, como disse o almirante James. A própria mudança das armas e da maneira de lutar não invalida o estudo das experiências passadas, com as quais se aprendem os princípios da guerra e o modo de aplicá-los ao uso tático dos instrumentos modernos.

Mas um acontecimento novo levanta a dúvida sobre a utilidade desse estudo. A explosão da bomba atômica em Hiroshima parece ter iniciado um capítulo novo na história da guerra. Que valor haverá no estudo de guerras passadas e de que nos servirá o conhecimentos da estratégia e táticas empregadas com armas de poder comparativamente insignificantes, como exércitos, esquadras e forças aéreas, quando o problema será decidido pela descarga de poucas bombas atômicas?

Lògicamente, o valor dêsse estudo perderia todo seu interêsse. Mas também seria a primeira vez na história que uma nova arma não inspiraria a concepção de uma contra-arma. De regra, o aparecimento de um novo instrumento mortífero tem feito crer que as demais armas são obsoletas. Isto, porém, não é verdadeiro. Na época moderna, o torpedeiro, o submarino, o aeroplano e o tanque foram considerados como armas dominantes, contra as quais as demais eram impotentes. Cada uma foi, aos poucos, sendo colocada no seu verdadeiro lugar. Não há, diz o almirante James, nenhuma prova de que os criadores desta nova e terrível arma sejam incapazes de inventar um meio de fazê-la explodir antes de alcançar seu objetivo. Basta lembrar que o rápido avião era quase invulnerável à artilharia anti-aérea, mas hoje já se está muito próximo de um projétil que atingirá certamente o aeroplano e, logo que isso seja alcançado, o bombardeiro ocupará um lugar menos importante.

As lições da primeira e da segunda guerras mundiais mostram a importância extraordinária do poder marítimo. A estratégia da primeira guerra, diz o almirante James, foi a da Guerra dos Sete Anos (1756-1763). A esquadra principal permanecia em Scapa Flow, donde continha a armada germânica. Nos cinco oceanos, esquadrons de cruzadores conservavam abertas as linhas de comunicação e, aos poucos, limpavam os mares dos navios alemães destinados a atacar o comércio inglês. Mas a luta principal se fez entre o domínio dos mares, a manutenção do comércio aliado e o bloqueio submarino. O contróle naval tem sido a chave das vitórias militares da história inglesa.

A campanha, entre as duas guerras, para convencer o povo de que o aeroplano tinha tornado obsoletas tôdas as demais armas quase pôs em perigo, mais tarde, a defesa das rotas marítimas. O principal argumento era de que um encouraçado custava o preço de mil aeroplanos. Mas esqueceram-se de que as próprias fôrças militares e os transportes tornavam-se cada vez mais dependentes de óleo e êste tinha de ser trazido à Grã-Bretanha, como também alimentos e os minerais indispensáveis à guerra. A cam-

panha não deu resultado e, na segunda guerra, os mesmos princípios eram aplicados.

Só um novo elemento trouxe ansiedade ao comando inglês: a mina magnética, que, lançada de aeroplano nos estuários do sul, ameaçou destruir as comunicações inglesas. Durante um pequeno período, os ingleses perderam o controle das rotas, até que duas minas, caçadas no estuário do Tâmis, possibilitaram a descoberta do segredo e as contra-medidas, inclusive a mina acústica, que sucedeu à magnética.

O controle dos mares permitiu o transporte, entre setembro de 1939 e dezembro de 1944, de cerca de 10 milhões de tropas, das quais só se perderam 2.848 vidas. O poder marítimo exprimiu nestes algarismos toda a sua força e significação. Mas se na primeira guerra faltou aos alemães o terceiro elemento de que se compõe o poder naval — bases — na segunda, com a queda da França, não só parte da esquadra francesa passou-se para o Eixo, dando-lhe a supremacia numérica, como foram-lhe cedidas as bases da larga costa francesa. Mas agora o que faltava era o quarto elemento — a liderança e a capacidade de dirigir as forças navais. As obrigações das forças navais inglesas nunca foram tão extensas. Com a entrada da Rússia na guerra, largas forças eram devotadas a guardar os comboios até Arcangel; com a entrada do Japão, grandes forças foram retiradas do Ocidente, para tentar deter o avanço japonês para o Sul.

Nunca, na longa história da guerra marítima, teve o poder naval domínio tão incontestável como quando mil navios carregaram os exércitos aliados de uma costa a outra.

O poder marítimo foi, assim, segundo o almirante James, decisivo no resultado da segunda guerra mundial. Novas armas foram usadas para que o poder marítimo se exercesse, mas foi ele que, dando liberdade ao uso das rotas, decidiu o problema. Pretende, ainda, que não foi a bomba atômica o elemento decisivo na derrota do Japão, e sim o poder naval, que forçou os japoneses a se retirarem de suas amplas conquistas e a oferecer, na sua própria terra, a última batalha. O poder marítimo cortou as linhas

japonêsas de comunicação com as ilhas Salomão e a Nova Guiné.

Por outro lado, Winston Churchill ⁽¹¹⁹⁾ atribui às batalhas navais no Mar da Coréia e das Ilhas Midway, ganhas pelas forças navais americanas, a reviravolta da posição dominante no Pacífico.

O domínio dos mares foi decisivo. Neste século, todos nós testemunhamos o rápido desenvolvimento do poder e do alcance das armas, mas dois elementos permaneceram imutáveis, como peças do jogo final: o soldado de infantaria e o navio mercante. Este alterou-se um pouco nos últimos cinquenta anos e pouco se alterará nos próximos cinquenta anos. Do navio mercante e do de guerra depende o bom êxito de uma luta. Se é assim, há um argumento irresponsável na defesa da tese do valor do estudo dos métodos de conduzir as guerras passadas. A história continua a ser, para os estrategistas ingleses, uma lição pragmática e útil.

A história naval no Brasil sofre dos mesmos defeitos apontados em relação à militar. A criação, em 1937, no Ministério da Marinha, da Divisão de História Marítima do Brasil, subordinada ao Estado-Maior da Armada ⁽¹²⁰⁾, não evitou o amadorismo da pesquisa. As instruções que regulavam o cumprimento do decreto respectivo estabeleciam não o preparo e formação de historiadores navais, mas a coordenação dos elementos indispensáveis para a elaboração do texto oficial da História Marítima do Brasil ⁽¹²¹⁾. É exato que o curso de História Naval adotado oficialmente na Escola de Marinha durante longo período poderia ter originado a formação de historiadores navais. O fato é que os trabalhos iniciais de M. Pinto Bravo e Teotônio Meireles da Silva ⁽¹²²⁾ não conseguiram ultrapassar as

(119) Winston Churchill, *The Hugs of Fate*, 4.º vol. das Memórias, Cassel & Co., 1951.

(120) Decreto-lei n. 101, de 23 de dezembro de 1937, publicado no *Diário Oficial* de 31 de dezembro de 1937.

(121) Cf. Instruções de 29 de dezembro de 1937, in *Subsídios para a história da Marinha do Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1938, 7-9.

(122) M. Pinto Bravo, *Curso de História Naval*, Rio de Janeiro, Tip. de João de Aguiar, 1878; Teotônio Meireles da Silva, *História Naval Brasileira*, Rio de Janeiro, Garnier, 1884.

fronteiras dos compêndios para uso das escolas de marinha e ganhar geral estima dos estudiosos da história brasileira.

Para o estudo do papel da marinha durante a Guerra do Paraguai, contamos com excelente monografia do Visconde de Ouro Preto ⁽¹²³⁾, experimentado no assunto e Ministro daquela pasta em 1866, e com várias contribuições de valor desigual do Almirante Artur Silveira da Mota, Barão de Jaceguai ⁽¹²⁴⁾, nas quais ora o relato dos acontecimentos é enriquecido com observações valiosas e interessantes de natureza estratégica e tática, ora se apresenta sem fôrça e sem fôlego.

Pouco se tem feito para mostrar a influência do poder naval na nossa história e os fatores táticos e estratégicos das nossas campanhas navais. O poder naval foi, talvez, um dos fatores que mais influíram para abreviar a nossa emancipação ⁽¹²⁵⁾. A ela se deve, também, a manutenção

(123) Visconde de Ouro Preto, "A Marinha de Outrora. Nota subsidiária para a sua história", *RIHGB*, vol. 166, 1932, 5-381. Pela segurança das informações e sobriedade de linguagem, constitui fonte para a história dos negócios da marinha durante a Guerra do Paraguai.

(124) Barão de Jaceguai (Almirante Artur Silveira da Mota), "Reflexões críticas sobre as operações combinadas da esquadra brasileira e exércitos aliados", publicadas em *Quatro séculos de atividade marítima. Portugal e Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, e depois reproduzidas no volume *De aspirante a almirante*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 2 vols., 1906-1907. Trata-se de uma exposição clara e limpa, cheia de espertos comentários de quem soube ver, à luz dos ensinamentos militares, os acontecimentos depois recriados. A primeira obra citada, os *Quatro séculos de atividade marítima*, foi escrita em colaboração pelo Barão de Jaceguai e C. Vidal de Oliveira Freitas. Originalmente, fôra destinada ao *Livro do Centenário do Descobrimento do Brasil*, mas foi rejeitado, por exceder as proporções marcadas para a inclusão naquela coletânea. Não se alonga nos detalhes indispensáveis; é sem fôrça e sem fôlego. Um resumo foi feito pelos dois autores para o *Livro do Centenário* (Rio de Janeiro, 1900, 2 tomos), e leva o título "Ensaio histórico sobre a gênese e o desenvolvimento da Armada Brasileira". Tem caráter didático e além de excessivamente reduzido, o "Ensaio" contém contradições chocantes. Foi, como as "Reflexões", reproduzido no volume *De Aspirante a Almirante*. — V., ainda, as *Reminiscências da Guerra do Paraguai* (Rio de Janeiro, 1935), que abrangem dois anos do comando em chefe do Marquês de Tamandaré. Sobre o Barão, Barbosa Lima Sob., *Artur Jaceguai. Ensaios bio-bibliográficos*, Rio de Janeiro, 1955.

(125) Capitão de Fragata Raia Gabaglia, "A importância do poder marítimo em relação ao Brasil", *Jornal do Comércio*, 17-6-1949.

de nossa unidade, quando ameaçada de destruição pelas numerosas revoluções dos inícios do século XIX. O máximo de nosso período naval foi atingido nos dois últimos anos da Guerra do Paraguai, quando se forçou a passagem de Humaitá. Apesar das numerosas monografias, não se escreveu ainda um estudo exaustivo, inspirado nas melhores fontes, sobre a influência da marinha no curso da história brasileira.

Entre os autôres que mais se têm dedicado aos estudos de história naval estão Henrique Boiteux ⁽¹²⁶⁾ e Lucas Alexandre Boiteux ⁽¹²⁷⁾, dos quais possuímos numerosos trabalhos. Carlos Carneiro é autor de uma pequena sinopse informativa, sem indicação e sem bibliografia ⁽¹²⁰⁾.

(126) Henrique Boiteux, *Santa Catarina na Marinha*, Rio de Janeiro, Ofic. Gráfica da Liga Marítima Brasileira, 1912; "A Marinha na Guerra dos Farrapos. Expedição a Santa Catarina", *Anais do 1.º Congresso de História Nacional*, v. 5, 49-110, tomo esp. da RIHGB; *O Marquês de Tamandaré*, Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1943, e pequenos folhetos como *O Almirante Jesuíno Lamago Costa (Barão de Laguna)*, Rio de Janeiro, Liga Marítima Brasileira, 1912; *O capitão de mar e guerra João Nepomuceno de Menezes*, Rio de Janeiro, Liga Marítima Brasileira, 1912; *O Almirante José Marques Guimarães*, Rio de Janeiro, Liga Marítima Brasileira, 1913; *O tenente Alvaro Augusto de Carvalho*, Rio de Janeiro, Liga Marítima Brasileira, 1913; *O segundo tenente José de Jesus. O piloto José Poluxeno da Silva de Andrade Costa*, Rio de Janeiro, Liga Marítima Brasileira, 1914; *O naufrágio do cruzador misto Almirante Barroso (21-5-1893)*, Rio de Janeiro, Oficina Industrial Gráfica, 1929.

(127) Lucas Alexandre Boiteux, *A Marinha de guerra brasileira no reinado de D. João VI e de D. Pedro I (1807-1831)*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1913; *A tática nas campanhas navais nacionais*, São Paulo, Cia. Melhoramentos, s. d.; *A marinha imperial na revolução farroupilha*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1935; *Marinha imperial versus Cabanagem*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943; *Pozos e Riachuelo (11-6-1826, 11-6-1865)*, Florianópolis, 1918; *O tenente-general Antero José Ferreira de Brito, Barão de Tramandaí*, Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1931; *Ministros da Marinha, Notas biográficas (1808-1840)*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1933; *As façanhas de João das Botas, o marinheiro da Independência*, Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1936; *Ministros da Marinha (Notas biográficas)*, 2.^a série, 1840-1865, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1939; *A escola naval (Seu histórico, 1761-1937)*, Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1940.

(128) Carlos Carneiro, "Sinopse de História Naval Brasileira", *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, vol. 1, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922, 1211-1255. Cf. também Prado Maia, *Através da história naval*, São Paulo, Cia. Editôra Nacional, 1936; Juvenal Greenhalgh, *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História, 1763-1822*, Rio de Janeiro, 1955; Luís Monteiro da Costa, *Construções navais da Bahia no século 17. O Galeão Nossa Senhora do Pópulo*, Publicação n.º 17 do Centro de Estudos Bahianos, Salvador, 1952.

9. História da aviação.

Nada ou quase nada se tem feito sobre a história da aviação no Brasil, de que somos pioneiros e precursores. Os estudos de Afonso d' E. Taunay ⁽¹²⁹⁾ sobre Bartolomeu de Gusmão e a prioridade aerostática e sobre Santos Dumont ⁽¹³⁰⁾ e a prioridade brasileira da dirigibilidade dos aerostatos e do vôo do mais pesado que o ar representam a nossa contribuição para a história da aviação. O extraordinário desenvolvimento da aeronáutica civil e comercial no Brasil ⁽¹³¹⁾ — fator de extrema importância na vida econômica brasileira, a função do Correio Aéreo Nacional, fundado a 12 de junho de 1931 e a grande significação da FAB no poderio militar estão a exigir um conhecimento mais amplo e seguro de sua história ⁽¹³²⁾, especialmente depois da participação da FAB na 2.^a Guerra Mundial ⁽¹³³⁾.

10. História da Igreja e da Religião.

Outro gênero de história é a eclesiástica, de formação moderna, fruto da Reforma religiosa. De regra, os humanistas não se preocupavam com a história interna da Igreja.

(129) Bartolomeu de Gusmão e sua prioridade aerostática, São Paulo, 1938; Bartolomeu de Gusmão, inventor do aerostato, A vida e a obra do primeiro inventor americano, São Paulo, 1942. V. também Antônio de Portugal de Faria, Le précurseur des navigateurs aériens, Bartholomeu Lourenço de Gusmão, l'homme volant portugais né au Brésil (1685-1724), Paris, 1910.

(130) Aluizio Napoleão, Santos Dumont e a conquista do ar, Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 1941, tradução inglesa 1945, tradução francesa, 1947; Lysias Rodrigues, Brasileiros pioneiros do ar, Rio de Janeiro, 1944; José Garcia de Souza, A famosa controvérsia Irmãos Wright, Santos Dumont, Rio de Janeiro, 1948; Henrique Dumont Villares, Quem deu asas ao Homem, Santos-Dumont, sua vida e sua glória, São Paulo, 1953; V. também C. V. Gago Coutinho, Como nasceu o aeroplano, Lisboa, 1948.

(131) A aviação comercial transportou em 1938, 119.943 passageiros entre embarcados e desembarcados e em 1953, 5.043 581 nas mesmas condições. V. Anuário Estatístico, IBGE, 1955, 223.

(132) V. R. Chambre, Histoire de l'aviation, Paris, 1945 e J. A. L. Hébrard, L'aviation des origines à nos jours, Paris, 1954.

(133) V. sobre os feitos de abril de 1945 Discurso do Senador General Caiado de Castro, Diário do Congresso, 24 de abril de 1956.

A história da doutrina e da administração eclesiástica é filha da Reforma quinhentista.

A história da Igreja pode ser dividida em externa e interna, a primeira estudando as relações da Igreja com os homens, e a segunda examinando a doutrina e constituição da Igreja, seu culto e disciplina. A diferença fundamental desta história com as histórias leigas reside especialmente na não exclusão de fatores sobrenaturais, como a intervenção de Deus no curso dos sucessos e a existência de milagres ⁽¹³⁴⁾.

Trabalho de extrema erudição, rico de informações, mas pobre de espírito crítico, é o *Agiológico Lusitano dos Santos e Varões Ilustres* ⁽¹³⁵⁾, fonte indispensável da pesquisa histórica religiosa. Antônio Rodrigues da Costa foi incumbido pela Academia Real da História Portuguesa de redigir a história eclesiástica do Ultramar, mas não chegou a executá-la ⁽¹³⁶⁾.

A história da igreja em Portugal foi escrita por Fortunato de Almeida, porém de modo insatisfatório ⁽¹³⁷⁾. O autor limitou suas pesquisas de arquivo, organizando o trabalho com os materiais que se encontravam dispersos nas obras impressas.

A história da Igreja no Brasil encontra no *Direito Civil Eclesiástico* ⁽¹³⁸⁾, de Cândido Mendes de Almeida, sua obra fundamental. Esta contém a legislação civil

(134) A existência de milagres é essencial para os católicos. Nos seus trabalhos de metodologia histórica aplicada à história leiga, dedicam um capítulo especial a esta questão. Cf., por exemplo, G. J. Carraghan, *A guide to historical method*, New York, Fordham Univ. Press, 1946, 298-304.

(135) *Agiológico lusitano dos santos e varões ilustres*, Lisboa, Oficina Craesbeckiana, 1652-1744, 4 vols. O 1.º vol. compreende janeiro e fevereiro, o 2.º, março e abril, o 3.º, maio e junho e o 4.º, composto por Antônio Caetano de Sousa, julho e agosto.

(136) Manuel Teles da Silva, *História da Academia Real da História Portuguesa*, Lisboa, 1727, 63, 96, 182, 189, 219-220, 225, 304, 364.

(137) Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Coimbra, Imprensa Acadêmica, 1910-1923, 9 vols.

(138) *Direito Civil Eclesiástico Brasileiro Antigo e Moderno em suas relações com o direito canônico, ou Coleção completa cronologicamente posta desde a primeira dinastia portuguesa até o presente*, Rio de Janeiro, Garnier, 1866, 3 vols. A principal bibliografia se encontra no CEHB. Vide também Rerta Leite, "O Brasil no Índice Bulário Romano", *Anais do IV Cong. de Hist. Nacional*, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1950, v. 2, 345.

eclesiástica cronologicamente disposta (Bulas, breves e outros rescritos pontifícios, acêrca do Padroado, dos dízimos, da criação e limitação das dioceses e outras matérias que particularmente interessam à Igreja Brasileira). Cândido Mendes procurou definir a posição legal da Igreja brasileira, reunindo a legislação civil de 1500 a 1866 e a legislação puramente eclesiástica promulgada pelo Poder Temporal quando em sua relação com a Igreja. Como a Igreja Brasileira é filha da de Portugal, reuniu diferentes atos relativos a ela, promulgados em época em que aqui não existia, mas cujas disposições foram aqui codificadas e fundidas na Legislação Civil Eclesiástica comum às duas Igrejas, tais como concórdias e concordatas.

Na introdução, Cândido Mendes trata da utilidade dos estudos teológico-canônicos, do ensino do Direito Eclesiástico e do progresso da Igreja Católica. No capítulo IX estuda as liberdades da Igreja no Brasil; no X, o Padroado, e, no XI, o futuro do catolicismo no Brasil. Nenhuma obra geral conseguiu, até hoje, ultrapassar o Direito Civil Eclesiástico, que reuniu os frutos de uma pesquisa exaustiva, orientada por seguro método e pela competência universal de Cândido Mendes.

Antes escrevera Inácio Acioli de Cerqueira e Silva a história eclesiástica da Bahia ⁽¹³⁹⁾. Mais tarde, a história da Igreja, que tinha no direito civil eclesiástico uma fonte e uma inspiração metodológica, foi retratada em livros limitados à história religiosa regional, como os de Monsenhor Alves Ferreira dos Santos ⁽¹⁴⁰⁾ sobre a arquidiocese do Rio de Janeiro, de Francisco de Paula e Silva ⁽¹⁴¹⁾ sobre a história eclesiástica do Maranhão, do Cônego Raimundo Trindade ⁽¹⁴²⁾ sobre a arquidiocese de Mariana, ou de Mon-

(139) *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia*, Bahia, 1835-37, 4 tomos. O 4.º trata dos Bispos da Bahia; 2.ª ed., Bahia, 1919-1940, 5 tomos, sendo os Bispos da Bahia tratados no t. 5º.

(140) *A arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1914.

(141) *Apontamentos para a história eclesiástica do Maranhão*, Bahia, Tip. de São Francisco, 1922.

(142) Cônego Raimundo Trindade, *A arquidiocese de Mariana*, 1.ª ed., São Paulo, 1928-1928, 3 vols.; 2.ª ed., Belo Horizonte, 1953-1955, 2 vols.

senhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo ⁽¹⁴³⁾, sobre a Igreja na História de São Paulo, todos contribuindo para o melhor conhecimento da Igreja no Brasil.

A história geral continua seu curso, não com a força e a inspiração que movera Cândido Mendes, mas com o mesmo desejo de ilustrar as atividades da Igreja no Brasil, como nos tratamentos do Padre Manuel Barbosa ⁽¹⁴⁴⁾, Paulo Florêncio de Camargo ⁽¹⁴⁵⁾, Américo Jacobina Lacombe ⁽¹⁴⁶⁾, ou na limitação temporal (época colonial), de Frei Odulfo van der Vat ⁽¹⁴⁷⁾.

Poucas, por outro lado, são as notícias históricas dos vários arcebispados e de seus titulares, citando-se entre outras as de Francisco Soares Maris ⁽¹⁴⁸⁾ sobre as instituições canônico-pátrias, em que o autor se mostra pouco ortodoxo, revoltado contra o que qualificava de usurpações da soberania terrena, promovidas pelas Constituições dos arcebispados, a de Carlos A. Peixoto de Alencar ⁽¹⁴⁹⁾ sobre os bispos do Brasil, e a de Manuel de Alvarenga ⁽¹⁵⁰⁾.

Para o conhecimento da vida religiosa no Brasil são de leitura indispensável as Constituições do Arcebispado

(143) Mons. Paulo Florêncio da Silveira Camargo, *A Igreja na História de São Paulo*, São Paulo, 1952-1953, 7 vols.

(144) Pe. Manuel Barbosa, *A Igreja no Brasil*, Rio de Janeiro, 1945.

(145) Paulo Florêncio de Camargo, *História eclesiástica do Brasil*, Petrópolis, 1955.

(146) Américo Jacobina Lacombe, capítulo sobre o Brasil, in Richard Pattee, *El catolicismo contemporâneo en hispanoamerica*, Buenos Aires, 1951.

(147) Frei Odulfo van der Vat, *Princípios da Igreja no Brasil*, Petrópolis, Editora Vozes, 1952.

(148) Francisco Soares Maris, *Instituições canônico-pátrias*, Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1822. O autor, natural de Pernambuco, formado em leis pela Universidade de Coimbra, escreveu este livro para uso do clero pernambucano, que dele tanto necessitava, especialmente "porque a Constituição do Arcebispado da Bahia", de que se servia o Bispado de Pernambuco, contém umas decisões e muitas temporalidades que são usurpações da soberania terrena". A princípio, trata da história eclesiástica pernambucana, do direito canônico escrito e não escrito, de coleções de cânones e decretos, e escreve que para compor sua história "desenterrei carcomidos papéis, mendiguei truncados manuscritos e descobri um imperfeito índice de ordens régias sem expressão dos motivos". Abrange desde o primeiro Bispo até Frei Antônio de São José Bastos, em 1811.

(149) Carlos Augusto Peixoto de Alencar, *Roteiro dos Bispados do Brasil e seus respectivos Bispos, desde os primeiros tempos coloniais até o presente*, Tip. Cearense, 1864.

(150) Manuel de Alvarenga, *O episcopado brasileiro. Subsídios para a história da Igreja Católica no Brasil*, São Paulo, (1915).

da Bahia, promulgadas em 1707 por D. Sebastião Monteiro da Vide, que discutira com o clero convocado tôdas as leis disciplinares da Igreja ⁽¹⁵¹⁾.

As Constituições resultaram de estudos feitos pelo Sínodo Diocesano reunido na Bahia; foi o primeiro código emanado de assembléia colonial, sem audiência dos mestres do reino, e um dos grandes monumentos da cultura brasileira católica do século XVIII. Tomaram parte no Sínodo o provisor do arcebispado, o vigário geral, o promotor, o secretário, notários e juizes delegados, religiosos de várias ordens (jesuítas, beneditinos, carmelitas, franciscanos), procedendo-se de acôrdo com o Concílio de Trento.

No campo da história eclesiástica externa possuímos uma bibliografia de mérito incontestável. Não é nas obras dos cronistas religiosos ou leigos, devotados à narração do desenvolvimento da vida religiosa no Brasil que se encontram exemplos dignos de menção. Os livros de Agostinho de Santa Maria, Apolinário da Conceição ⁽¹⁵²⁾ e de Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão ⁽¹⁵³⁾ não merecem o nome de história; podem ser fontes, tal como as cartas jesuíticas dos primeiros padres. Estas, fontes primárias, e, as outras, fontes secundárias.

É especialmente com o Padre Serafim Leite que se reinicia uma nova e decisiva fase da história religiosa luso-brasileira ⁽¹⁵⁴⁾. A colheita de documentos inéditos, a crítica das fontes, a exposição ordenada e sistemática, a correta citação bibliográfica, mostram que a *História da Companhia de Jesus no Brasil* ⁽¹⁵⁵⁾ é um dos mais ma-

(151) D. Sebastião Monteiro da Vide, *Constituições do Arcebispado da Bahia*, 1.^a ed., Lisboa, 1719; 2.^a ed., Coimbra, 1720; 3.^a ed., São Paulo, 1853.

(152) Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano*, Lisboa, 1707. 1723, 10 vols.; Apolinário da Conceição, *Primazia seráfica na região da América*, Lisboa, 1733.

(153) Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, *Novo orbe seráfico brasileiro, ou Crônica dos frades menores da província do Brasil*, Lisboa, 1761, Rio de Janeiro, 1858-59, 2 vols.

(154) A obra de João Lúcio de Azevedo, *Os jesuítas no Grão Pará. Suas missões e colonização* (2.^a ed., rev., Coimbra, 1930), já dera um rumo às pesquisas regionais sôbre ordens religiosas.

(155) Lisboa, Rio de Janeiro, 1938-1950, 10 vols. Sôbre esta obra, cf. José Honório Rodrigues, "A historiografia brasileira em 1945", in *Notícia*

duros exemplos da literatura histórica luso-brasileira. Fica-se conhecendo amplamente a história das atividades jesuíticas no Brasil, embora nem sempre se possam conhecer as fontes, fechadas à curiosidade leiga, e nem sempre se concorde com algumas das interpretações do autor, devidas à sua formação e ideologia de homem da Companhia.

Mas a história das atividades dos jesuítas no Brasil não se limita ao auto-exame pelos próprios jesuítas. O grande tema tem merecido tratamento de gente de toda origem e formação, quer na publicação das fontes ⁽¹⁵⁶⁾, quer na interpretação histórica, como o fez, com vasta e rigorosa pesquisa e extraordinária competência, Magnus Mörner ⁽¹⁵⁷⁾.

Já as histórias das atividades dos carmelitas, franciscanos, capuchinhos e beneditinos não é tão bem conhecida quanto a dos jesuítas. Os trabalhos do Barão de Ramiz Galvão sobre a ordem beneditina em geral e em particular sobre o Mosteiro de N. S. do Monserate ⁽¹⁵⁸⁾, de Frei Basílio Röwer sobre os franciscanos ⁽¹⁵⁹⁾, de Frei Fidelis Primério sobre os capuchinhos ⁽¹⁶⁰⁾ e de Frei André

de Vária História, Rio de Janeiro, 1951, 113-122. Serafim Leite, que prepara, no Vaticano, a edição dos documentos jesuíticos sobre o Brasil, editou novas contribuições: *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil*, Lisboa, 1953; *Breves itinerários para uma biografia do padre Manuel da Nóbrega*, Lisboa, 1955; *Mauel da Nóbrega, Diálogos sobre a conversão do gentio*, Lisboa, 1954; *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, S. Paulo, 1954; *Cartas do Brasil e Mais Escritos do P. Manuel da Nóbrega*, Coimbra, 1955.

(156) Vide, preparados por Jaime Cortesão, os Manuscritos da Coleção De Angelis, da Biblioteca Nacional, vol. 1, Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640); vol. 2, Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1596-1760), Biblioteca Nacional, 1951-1952. O Padre Arnaldo Bruxel, do Colégio Anchieta, do Pôrto Alegre, realizou extensa pesquisa na Europa e prepara volumes de documentação.

(157) Magnus Mörner, *The political and economic activities of the Jesuits in the La Plata Region, The Habsburg Era*, Library and Institute of Ibero-Americana Studies, Stockolm, 1953; "Jesuitstaten" I *Paraguay Myt och verklighet*, Uppsala, 1953.

(158) Barão de Ramiz Galvão, "Apontamentos históricos para a Ordem Beneditina em geral e em particular sobre o Mosteiro de N. S. de Montserrat", *RIHGB*, 1872, 6. 35, 2.^a parte, 249.

(159) Frei Basílio Röwer, *Páginas de história franciscana no Brasil*, Petrópolis, Editôra Vozes, 1941.

(160) Padre Frei Fidelis M. do Primério, *Os Capuchinhos na Terra de Santa Cruz nos séculos XVII, XVIII, XIX*, São Paulo, Martins, 1942.

Prat sobre os carmelitas ⁽¹⁶¹⁾, embora não ostentem o apuro crítico e a erudição da monumental obra do Padre Serafim Leite, merecem, realmente, pelo tratamento metódico e sério do assunto, alta posição na historiografia religiosa ⁽¹⁶²⁾.

Os trabalhos da pesquisa das fontes, do exame crítico bibliográfico, da informação erudita, das referências preliminares indispensáveis para uma história legítima estão sendo iniciados e realizados, sendo a obra de José Carlos de Macedo Soares ⁽¹⁶³⁾ um exemplo de informação geral sobre as fontes, e os estudos do Padre Júlio Maria ⁽¹⁶⁴⁾ e especialmente o de Apolônio Nóbrega ⁽¹⁶⁵⁾, preciosas fontes de referência e informação.

Episódios como os da luta contra os holandeses ⁽¹⁶⁶⁾, problemas das relações da Igreja e do Estado, como a

(161) Frei André Prat, *Notas históricas sobre as missões carmelitanas no extremo norte do Brasil, séculos XVII e XVIII*, Recife, 1941. *Apêndice*, Recife, 1942. Vide também Frei Gregório de S. Marino, "Os capuchinhos na Bahia", *Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia*, Salvador, 1950.

(162) Sobre as ordens religiosas vide: *Biblioteca Carmelítico-Lusitana histórica, crítica, cronológica*, Romae, 1754; Augustin Backer (e) Alois de Backer, *Bibliothèque des écrivains de la Compagnie de Jésus, ou Notices Bibliographiques...*, Liège, Impr. de L. Grandmont, 1853-1861, 7 tomos; Augustin Backer, Alois de Backer e Charles Sommervogel, *Bibliothèque des écrivains de la Compagnie de Jésus*, nova edição refundida e consideravelmente aumentada, Liège, 1869-76, 3 vols.; Padre Auguste Carayon, *Bibliographie historique de la Compagnie de Jésus ou Catalogue des ouvrages relatifs à l'histoire des Jésuites depuis leur origine jusqu'à nos jours*, Paris, Auguste Durand, 1864. Charles Sommervogel, *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*. Première Partie: Bibliographie par les Pères Augustin et Alois de Backer. Seconde Partie: Histoire par le Père Auguste Carayon, Nouvelle édition, par Charles Sommervogel, Bruxelles e Paris, 1890-1932, 11 tomos.

(163) José Carlos de Macedo Soares, *Fontes da História da Igreja Católica no Brasil*, São Paulo, 1954. A propósito da publicação de fontes, vide também Berta Leite, "História eclesiástica do Brasil (Subsídio)", *Anais do IV Congresso de História Nacional*, 1951, 1.º vol., 207-259; C. A. Peixoto, *Roteiro dos bispos do Brasil*, Ceará, 1801; José Moreira Brandão Castelo Branco, "Igrejas e freguesias do Rio Grande do Norte", *RIHGB*, vol. 215 (1952), 1953, 3-10.

(164) Padre Júlio Maria, "A religião católica. Ordens religiosas. Instituições piás e beneficentes no Brasil", *Memória no Livro do Centenário*, Rio de Janeiro, 1900, v. 1, 81-134.

(165) Apolônio Nóbrega, "Dioceses e bispos do Brasil", *RIHGB*, vol. 222 (1954), 3-328.

(166) Cf. José Honório Rodrigues, *Bibliografia e Historiografia do domínio holandês no Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1949.

Questão dos Bispos (¹⁶⁷), estudos particulares sôbre capelas e igrejas (¹⁶⁸), sôbre direito eclesiástico (¹⁶⁹), e sôbre o Padroado (¹⁷⁰), e vários outros (¹⁷¹), especiais ou gerais sôbre a evolução religiosa no Brasil (¹⁷²), ajudam a reconstruir o quadro histórico-religioso.

Mas seria incompleta tal visão se não se procurasse estudar as demais religiões que vêm ùltimamente conquistando fiéis e influindo no comportamento, no conformismo e nas características gerais do povo brasileiro. Estudos como os de José Carlos Rodrigues (¹⁷³), de Erasmo Braga e Kenneth Grubb (¹⁷⁴), e especialmente de Emile G. Leonard (¹⁷⁵), revelam o nascimento e a expansão

Posteriormente foi publicada vasta literatura, mas, neste gênero, vide Francisco Leite de Faria, *Os Barbadinhos franceses e a Restauração Pernambucana*, Coimbra, 1954; idem, *Frei Mateus S. Francisco (1591-1663)*, Montariol, Braga, 1955.

(167) Cf. Ramos de Oliveira, *O conflito muçônico-religioso de 1872*, Petrópolis, Editora Vozes, 1952.

(168) Anfrisia Santiago, *Capelas antigas da Bahia*, Publicação n. 1 do Centro de Estudos Baianos, 1951; e a série *Pequeno Guia das Igrejas da Bahia*, ed. pela Prefeitura do Salvador, 1949.

(169) Frei Bartolomeu, O. C., "As ordens religiosas e as leis de mão morta na República Brasileira", *Revista Eclesiástica Brasileira*, vol. 9, fasc. 1, março 1949, 68-77.

(170) João Dornas Filho, *O Padroado e a Igreja Brasileira*, Cia. Editora Nacional, 1938.

(171) Luís Monteiro da Costa, *A Virgem Milagrosa de S. Lucas e a Invocação de N. S. do Pópulo*, Salvador, 1953; Cônego Manuel de Aquino Barbosa, "A primeira reunião do Episcopado brasileiro", *Anais do 1.º Congresso de História da Bahia*, vol. VI, 467-505 (1950).

(172) Tristão de Ataíde (Alceu de Amoroso Lima), Nota sôbre a Evolução religiosa no Brasil, in *A Manhã* (Rio de Janeiro), 9 de agosto de 1942.

(173) José Carlos Rodrigues, "As religiões acatólicas do Brasil", *Memória in Livro do Centenário*, Rio de Janeiro, vol. 2, 135. Sôbre José Carlos Rodrigues, cf. Charles A. Gauld, *RH*, n. 16, out.-dez. 1953, 427-438.

(174) *The Republic of Brazil. A Survey of the religious situation*, London, 1932.

(175) "Brasil, terra de História", *RH*, n. 2, abril-junho 1950, 219-228; "O protestantismo brasileiro, Estudo de eclesiologia e de história social", *RH*, n. 5, jan.-março 1951; n. 6, abril-junho 1951; n. 7, julho-set. 1951; n. 8, out.-dez., 1951; n. 9, jan.-março, 1952; n. 10, abril-junho 1952; n. 11, julho-set., 1952; n. 12, out.-dez. 1952. Vide também *L'Illuminisme dans un Protestantisme de Constitution Récent (Brésil)*, Paris, Presses Universitaires, 1953

paulatina das várias seitas protestantes ⁽¹⁷⁶⁾ que contam, hoje, com mais de um milhão e seiscentos mil fiéis.

Além disso, nenhum historiador pode deixar de lado os aspectos sociais das religiões; suas relações com nossa organização social; temas como aquêles enumerados nesse pequeno e admirável livro de Thales de Azevedo ⁽¹⁷⁷⁾: “a feição peculiar do catolicismo brasileiro, com as suas variantes regionais relacionadas com a origem e a história política e econômica de suas populações, — catolicismo quadrissecular, trazido de Portugal e somente modificado, de modo por assim dizer vegetativo, por sua própria dinâmica interior como sucedeu por efeito do relativo isolamento, às subculturas das regiões em aprêço; catolicismo novecentista dos imigrantes europeus, enxertado sobre a mesma matriz, porém adaptado, através uma história diferente daquela, a áreas agrícolas e industriais e a meios urbanos mais dinâmicos; e no catolicismo mais tradicionalmente brasileiro, o culto dos santos, as devoções domésticas, as promessas, as romarias, as “bandeiras” e as “folias” do Divino, as irmandades, a posição e o papel das pessoas simplesmente religiosas e daquelas consideradas “beatas” e “carolas”, bem como dos clérigos, do seminarista, do antigo seminarista, do padre egresso; as maneiras de participação nos atos do culto; as funções sociais, integrativa e coesiva, da religião; as relações da Igreja com outras instituições; a expansão e as características do protestantismo, do espiritismo, do ocultismo, da teosofia, como as implicações sociais da indiferença religiosa e do próprio ateísmo, do peculiar anticlericalismo brasileiro; dos sincretismos, encarados não somente do lado das religiões africanas e do

(176) Afora as obras de viajantes como Kidder e Fletcher, vide também os opúsculos da Igreja Evangélica de Friburgo: *Oração fúnebre em memória do Pastor Frederico Oswald Sauerbronn*, Nova Friburgo, 1897; *História da emigração friburguense para o Brasil, 1819-1820*, Nova Friburgo, 1918; *Comunidade evangélica luterana de Nova Friburgo*, Rio de Janeiro, 1924. Sobre atividades de missionários, como Hugh Clarence Tucker, vide Lula Thomas Holmes, *A citizen of the Americas*, Hugh Clarence Tucker, New York, 1951. A Revista Teológica do Seminário Presbiteriano do Sul (São Paulo) contém informações úteis.

(177) Thales de Azevedo, *O catolicismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Cadernos de Cultura, Ministério da Educação e Cultura, 1955, 5-6.

espiritismo mas do lado do catolicismo; dos surtos de fanatismo e de misticismo em tórno de líderes carismáticos, de “taumaturgos” e até de sacerdotes católicos como o Padre Cícero e o Padre Antônio, de Urucânia”. Neste sentido, o livro de Thales de Azevedo, como os de Roger Bastide (178), abre um campo novo de pesquisa, lançando as bases metodológicas e interpretando, com visão sociológica, o campo da história religiosa e social.

11. *História da História, História Literária e História das Idéias ou Intelectual.*

A emancipação da historiografia da história literária é uma realização do princípio dêste século, quando se pleiteou que a obra histórica fôsse analisada ou avaliada segundo critérios históricos e não literários ou estéticos. A história da história libertou-se da história literária e modernamente constitui não somente um campo extraordinariamente rico da investigação histórica, com extensa bibliografia (179), como é independentemente estudada em cursos universitários (180) e estimulado seu cultivo por instituições históricas (181).

A história da literatura no Brasil teve o seu primeiro ensaio histórico escrito por Francisco Adolfo de Varnhagen,

(178) Roger Bastide, “Contribuição ao estudo da geografia religiosa no Estado de São Paulo”, *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia*, vol. III, Rio de Janeiro, 1944; “Structures Sociales et religions afro-brésiliennes”, *Renaissances*, ns. 2 e 3, New York, 1945; “Religion and the Church in Brazil”, in *Brazil, Portrait of half a continent*, New York, The Dreyden Press, 1951, 334-355.

(179) Vide nota 1 do capítulo 2.

(180) Vide capítulo sôbre a Metodologia.

(181) A IV Assembléia (Caracas, 1946) do Instituto Pan-americano de Geografia e História decidiu “recomendar que o Instituto Pan-americano de Geografia e História patrocine a publicação de uma Biblioteca de Historiografia Americana”, que tenha como objeto servir de guia com respeito às obras mais notáveis que existem acêrca da história de cada país americano”. O Instituto já publicou: Catts Pressoir, Ernst Trouillot, Henock Trouillot, *Historiographie d’Haiti*, México, 1953; Elsa V. Goveia, *A Study on the Historiography of the British West Indies to the end of the nineteenth century*, México, 1956. Vários outros volumes estão em preparo, cabendo a parte brasileira ao autor dêste livro.

no *Florilégio da poesia brasileira* (182). Depois da obra de Varnhagen foram publicados vários cursos de história da literatura brasileira, como os de Ferdinand Denis; Fernandes Pinheiro; F. Wolf; F. Sotero dos Reis; Sílvio Romero; José Veríssimo; Artur Mota; Lúcia Miguel Pereira; Andrade Muricy; Afrânio Coutinho, Eugênio Gomes e Barreto Filho; e Guilhermino César (183).

Entre os trabalhos de síntese, o melhor é o *Compêndio de história da literatura brasileira*, de Sílvio Romero e João Ribeiro. Merece também citação a *Pequena História da Literatura Brasileira*, de Ronald de Carvalho.

Para o período colonial, constitui trabalho de interesse e valor o de Oliveira Lima, *Aspectos da literatura colonial brasileira*.

A história das idéias começou há 15 anos nos Estados Unidos, num movimento iniciado por Arthur O. Lovejoy, professor de filosofia, cujo método consiste na análise filosófica das idéias, dando-se atenção especial à terminologia e às contradições dos escritores. Procura estudar a disseminação das idéias através dos filósofos populares e dos poetas. Seu método pode ser criticado pelo excessivo intelectualismo. Lovejoy fundou uma Revista especial para a divulgação de suas idéias e das de seus discípulos, o *Journal of the History of Ideas*. Concebe a mudança ideológica como um processo que subsiste por si próprio e dá pouca atenção ao conteúdo histórico ou psicológico. Para êle, a poesia é meramente um documento para a história intelectual e as idéias em literatura são idéias filosóficas em dissolução. A história das idéias é uma disciplina com valor de exegese para o estudo da história da

(182) 1.^a ed., t. I-II, Lisboa, 1850, t. III, Madrid, 1853, Apêndice, Viena, 1872; 2.^a ed., Academia Brasileira de Letras, 1946, 3 vols., com a bibliografia das obras literárias de Varnhagen por Clado Ribeiro Lessa e biografias, notas e pesquisas sobre os autores contidos no *Florilégio*, por Rodolfo Garcia. Começa com Eusébio e Gregório de Matos, no século XVII, e vai até José Bonifácio, Januário da Cunha Barbosa e Francisco Vilela Barbosa, no século XIX.

(183) Afrânio Coutinho, Eugênio Gomes e Barreto Filho, *A literatura no Brasil*, Rio de Janeiro, 1955-1956, 2 vols.; Guilhermino César, *História da literatura no Rio Grande do Sul (1737-1902)*, Editora Globo, 1956.

literatura (184). Deseja examinar a influência das idéias filosóficas sôbre a literatura, a religião, o pensamento social como a influência dos progressos científicos sôbre a filosofia e a cultura (185).

A História das Idéias tem empolgado largos círculos históricos contemporâneos e Pierre Renouvin, na Relação Geral que apresentou ao último Congresso Internacional de Ciências Históricas (Roma, 1955) (186), estuda e relata as últimas iniciativas que pretendem dar uma explicação espiritual ao comportamento do povo. Acrescenta que no estudo dos problemas do método reconhecem os vários grupos que uma história intelectual é diferente de uma história dos intelectuais ou de uma história das idéias, e que ela deve ter por objetivo o estudo do conjunto das atividades mentais, nas suas relações mútuas, isto é, que ela se propõe a ser ao mesmo tempo um estudo comparativo e um estudo das influências recíprocas, de conexões. Na história intelectual, a pesquisa pelas conexões entre os vários corpos conjuntos de pensamento e as áreas relacionadas de experiência intelectual e social é central e sistemática (187). A história intelectual começou a crescer nos Estados Unidos a partir de 1940 e seus investigadores reconhecem que o aparecimento, declínio e modificação de conceitos, como democracia, nacionalismo, individualismo, consciência de classe, preconceito racial, anti-intelectualismo, e crenças fundamentais sôbre Deus e a natureza ainda desafiam a erudição histórica (188).

Renouvin lembra que duas escolas se “desenham”: para uns basta examinar essas influências no seio da elite intelectual, isto é, pesquisar que relações é possível estabelecer entre as preocupações e as concepções dos “ho-

(184) René Wellek, “Literary scholarship”, in *American Scholarship in the twenty century*, Harvard Univ. Press, 1953, 119.

(185) A obra principal de Lovejoy é *The great chain of being*, Harvard Univ. Press, 1936.

(186) “L’orientation actuelle des travaux d’histoire contemporaine”, in *Relazioni*, vol. VI, Firenze, Sansoni, 1955, 354-356.

(187) John Higham, “The rise of American intellectual history”, *AHR*, abril 1951, 453-471.

(188) *Idem*, 467 e 471.

mens de pensamento”; outros desejam ir além; querem ver em que medida a influência dêesses homens se exerce sôbre as massas, reconstituir, em suma, o clima intelectual de um povo, determinar os motivos das mudanças dêesse clima.

Na América, afora os Estados Unidos, é especialmente no México, Cuba e Argentina que se desenvolvem estudos desta natureza. A primeira Reunião de Consulta da Comissão de História do Instituto Pan-americano de Geografia e História resolveu (Resolução XVII) recomendar às instituições culturais a criação de centros de investigação nos países onde não existiam, para que nêles se elaborem as respectivas histórias nacionais das idéias, o pensamento e a filosofia; recomendar o estabelecimento de cátedras como se faz na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autônoma do México, e estimular os trabalhos prévios de uma História Geral das Idéias, pensamento e Filosofia na América (189). Pela Resolução XVIII, recomendava que a Comissão de História estudasse a conveniência de criar um Comitê de História das Idéias (190). Criado o Comitê, com a finalidade de estimular o estudo das Idéias, o Pensamento e as influências filosóficas no Continente, planejou-se um largo programa de publicações, com a ajuda financeira da Fundação Rockefeller (191).

No Brasil, João Cruz da Costa estudou o desenvolvimento da filosofia no Brasil, analisou a herança portuguesa, as vicissitudes da formação colonial, o pensamento e as idéias durante o século XIX, o positivismo e as idéias no século XX (192).

(189) *Primera Reunión de Consulta de la Comisión de Historia*, Instituto Pan-americano de Geografia e História, México, 1947, 29.

(190) *Idem*, 30. A 2.^a Reunião (1950) reafirmou as resoluções da primeira (Resolução n. XIX). Cf. *Segunda Reunión de Consulta de la Comisión de Historia*, Instituto Pan-americano de Geografia e História, México, 1951, 20.

(191) O Boletim do *Comité de Historia de las Ideas en America* divulgou um plano organizado para a divulgação de vários trabalhos sôbre a história das idéias na América.

(192) *Contribuições à História das Idéias no Brasil*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1956.

A história da erudição histórica há de ser também, cedo ou tarde, um tema da história intelectual (193).

12. História da ciência.

A iniciativa da historiografia científica deve-se a Ranke, quando, em 1858, apresentou à Comissão Histórica da Academia Bavariana uma notável memória pleiteando que a História da Ciência Alemã fôsse escrita por um grupo de especialistas de reconhecida competência (194). No ano seguinte, Ranke desenvolveu a idéia num discurso, na mesma Academia, sob o título de "Esquema para uma História da Ciência na Alemanha" (195).

Já vimos, quando tratamos das relações filosóficas da História com as Ciências Naturais, que o novo nesse campo era a tendência dessa a historizar-se, mediante a introdução da idéia da evolução e o emprêgo do tempo, no sentido histórico. O evolucionismo, fazendo abandonar a idéia da natureza como um sistema estático, incrementou o prestígio do pensamento histórico. Como lembra Collingwood, havia antagonismo entre o pensamento histórico e o científico. A história exigia uma matéria essencialmente progressiva, e a natureza uma essencialmente estática.

Com Darwin, o ponto de vista científico capitulou ante o histórico, e ambos concordaram em aceitar seu material como progressivo. A evolução podia ser usada como um termo genérico, compreendendo o progresso histórico e natural. A vitória do evolucionismo, nos círculos científicos, significou não só a tentativa de injuriar a his-

(193) O livro clássico sobre o assunto é o de John Edwin Sandy, *A short history of classical scholarship*, Cambridge, 1915. Vide também *Historical Scholarship in America. A report by the Committee of the American Historical Association on the planning of research*, New York, 1932; e *American scholarship in the twentieth century*, Harvard Univ. Press, 1953.

(194) *Historische Zeitschrift*, Munich, I, 1859, 29-35; reimpressa nas *Sämtliche Werke*, 3.ª ed., Leipzig, 1824-90, vol. 54, 41-52 e 485-91.

(195) Leopold Ranke, "Entwurf zu einer Geschichte der Wissenschaft in Deutschland", *Historische Zeitschrift*, II, 56-61.

tória, submetendo-a à lei da natureza, como também uma redução parcial da natureza à história, ao conceito de tempo e progresso ⁽¹⁹⁶⁾. A história livrou-se da injúria devido à solidez do seu método definitivamente estabelecido. A natureza deixou-se em parte historizar, levando os especialistas ao estudo da história de cada ciência natural.

A história da ciência natural no Brasil relembra, os primeiros cronistas, os viajantes e os estudiosos da botânica, zoologia, matéria médica, medicina e geografia física, cujas observações muito contribuem para o conhecimento do nosso país. O melhor trabalho até hoje realizado sobre essas explorações científicas foi escrito por Rodolfo Garcia ⁽¹⁹⁷⁾, que se ocupa das primeiras investigações astronômicas, dos primeiros viajantes, da marcação de latitudes e longitudes da costa, das primeiras tentativas cartográficas, das primeiras observações médicas de Piso e das observações sobre a botânica e a zoologia feitas desde os primeiros cronistas até os mais recentes viajantes.

Sobre a utilidade desses estudos, não para as ciências naturais, sobre as quais não nos cabe aqui dizer, mas para o próprio conhecimento histórico, basta assinalar que eles nos revelam as condições primitivas de nossa vida material ⁽¹⁹⁸⁾.

Os principais trabalhos de história da botânica, da zoologia, da mineralogia e da geologia no Brasil encontram-se registrados no *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Trabalhos mais recentes sobre a botânica e a agricultura, a biologia, a fitogeografia, a fauna e a flora do Brasil são os de F. C. Hoehne, Melo Leitão, A. J. de

(196) R. G. Collingwood, *The idea of history*, Oxford, At the Clarendon Press, 1946, 129.

(197) Rodolfo Garcia, "Explorações científicas no Brasil", *DHGB*, 856-910.

(198) José Ribeiro de Sousa Fontes, "Quais foram os animais introduzidos na América pelos conquistadores?", *RIHGB*, t. 19, 1856, 509-527; Francisco Freire Alemão, "Quais as principais plantas que hoje se acham aclimatadas no Brasil?", *RIHGB*, t. 19, 1856, 539-78.

Sampaio, Alípio de Miranda Ribeiro e Olímpio da Fonseca (199).

As histórias da medicina, da higiene e saúde públicas (205) têm sido também cultivadas e apresentam a mesma utilidade no campo da história geral. Elas nos dirão as epidemias que sofremos e as principais espécies das chamadas doenças tropicais, assim como as primeiras iniciativas, como a da criação do primeiro laboratório químico no Brasil, em 1812, a do tabelamento dos preços das drogas medicinais em 1808 (201) e outras de interesse mais amplo ou restrito.

É verdade que alguns especialistas, como Afrânio Peixoto dizem que a saúde no Globo é independente da fatalidade das latitudes e que se pode declarar que o Brasil, por exemplo, não tem nenhuma doença própria. A nossa história nos teria mostrado, sucessivamente, a importação da varíola, da febre-amarela, do cólera, do tracoma, trazidos por europeus, e das quais muito custamos a nos desvencilhar. Apenas a malária, desde os tempos da Colônia, e o beribéri desde o século passado constituíram as doenças mais notórias. A febre amarela, que se tornou um problema no Brasil, foi importada no período colonial e depois, novamente, em 1849. A sífilis, segundo, especialmente, as pesquisas de Friederici (202), não era originária

(199) F. C. Hoehne, *Botânica e agricultura no Brasil no século XVI*, São Paulo, Cia. Edit. Nac., 1937; C. de Melo Leitão, *A biologia no Brasil*, São Paulo, Cia. Edit. Nac., 1937; A. J. de Sampaio, *Fitogeografia do Brasil*, 2.^a ed., rev. e aum., São Paulo, Cia. Edit. Nac., 1938; Alípio de Miranda Ribeiro, "Fauna do Brasil", *DHGEB*, I, 190-219; Olímpio da Fonseca, "Flora do Brasil", *DHGEB*, I, 210-225; Oliveira M. de Oliveira Pinto "A zoologia no Brasil", in *As Ciências no Brasil*, São Paulo, Edit. Melhoramentos, s. d., 93-148; Mário Guimarães Ferri, "A Botânica no Brasil", in *ob. cit.*, 149-200.

(200) A principal *História da Medicina em Portugal* é a de Maximiano Lopes, Coimbra, 1899, 2 vols.

(201) Cf. Antônio Delgado da Silva, *Coleção de Legislação Portuguesa*, volume correspondente aos anos 1811-20, 1825, 117, decreto de 25 de janeiro de 1812, e volume correspondente aos anos de 1808-10, 630, decreto de 5 de novembro de 1808.

(202) Georg Friederici, *Der Charakter der Entdeckung und Eroberung Amerikas*, t. 1, Stuttgart, 1925.

da América, como disseram sempre alguns autores. Foi também importada.

Afrânio Peixoto, que foi dos nossos melhores especialistas no campo da medicina pública, em *Clima e Saúde* chegou à conclusão de que não há doenças climáticas e, portanto, que não há doenças tropicais (203). Nos trabalhos de Melo Moraes (204) e de J. F. Sigaud (205) encontramos excelentes capítulos para a história da medicina e cirurgia nos tempos coloniais e no Império e sobre a introdução da homeopatia no Brasil. Autores de contribuições mais recentes são J. E. Teixeira de Sousa, Alfredo Nascimento, J. P. Fontenelle, Álvaro A. de Sousa Reis, Artur Viana, Joaquim José da Silva Jardim, Rodolfo Teófilo, Juliano Moreira e Maurício de Medeiros (206). Seus trabalhos podem dar-nos uma boa visão desses problemas no Brasil.

A mais importante contribuição para a história das ciências é de iniciativa de Leonídio Ribeiro, na obra orga-

(203) Afrânio Peixoto, *Clima e Saúde. Introdução biogeográfica à civilização brasileira*, São Paulo, Cia. Edit. Nac., 1938.

(204) Melo Moraes, *História da trasladação da Côrte Portuguesa para o Brasil em 1807-1808*, Rio de Janeiro, 1872; *Brasil Histórico*, Rio de Janeiro, 1866-1868, 3 tomos.

(205) J. F. Sigaud, *Du climat et des maladies du Brésil, ou statistique médicale de cet Empire*, Paris, 1844; *Discurso sobre o estado atual da farmácia no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Seignot-Plancher, s. d.

(206) José Eduardo Teixeira de Sousa e Agostinho José de Sousa Lemos, "As ciências médico-farmacêuticas. Memória", *Livro do Centenário*, Rio de Janeiro, 1901, 1.^a parte, introd. de J. E. T. de Sousa, 1-63 e 2.^a parte, 1808-1900, de A. J. de Sousa Lemos, 64-147; J. E. Teixeira de Sousa, *A medicina antes da organização do ensino médico*, Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1908; Alfredo Nascimento, *Primórdios e evolução da medicina no Brasil*, Rio de Janeiro, Academia Nacional de Medicina, 1929; J. P. Fontenelle, "Higiene e Saúde Públicas", *DHEG*, I, 418-64; Álvaro A. de Sousa Reis, "História da medicina no Brasil", *DHGB*, I, 1279-1293; Artur Viana, *As epidemias no Pará*, Pará, 1906; Joaquim José da Silva Jardim, "Higiene pública. Apontamentos para a história da repartição da Saúde no pórtio do Rio de Janeiro", *Anais do 1.º Congresso de História Nacional*, III, 717-756, t. esp. da *RIHGB*; Juliano Moreira, "O progresso das ciências no Brasil", *ABN*, XXXV, 32-47 e 147-163; Maurício de Medeiros, "A evolução da medicina brasileira", in *Aspectos da formação e evolução do Brasil*, Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1953, 298-317. Sobre Rodolfo Marcos Teófilo, cf. *RIC*, t. 1933; Serafim Leite, *Serviços de saúde da Companhia de Jesus no Brasil, 1549-1760*, Lisboa, 1952; J. P. Leite Cordeiro, "Alguns documentos sobre médicos e medicina no Brasil", *RIHGB*, v. 216, 1953, 3-42.

nizada sob a direção de Fernando de Azevedo. *As Ciências no Brasil* (207).

A história das chamadas ciências naturais (zoologia, botânica, mineralogia etc.) tem sido naturalmente, mais cultivada que a das ciências exatas (matemática, física etc.), que encontram nas indicações acima o primeiro tratamento histórico já realizado no Brasil.

13. *História da Educação.*

A história da educação no Brasil ainda não foi escrita. Os estudos publicados sobre a evolução geral do ensino em seus vários graus carecem de pesquisa, desconhecem as fontes e repetem-se na compilação dos fatos sumariados. O levantamento bibliográfico já feito (208), não exaustivamente, pode servir como um roteiro inicial, para estudo mais sério. Tomando-se como base a divisão política das etapas de nossa história, pode-se dizer que mesmo a história colonial ainda está por se fazer. Há, nesta fase, contribuições definitivas para certos aspectos, como o do ensaio jesuítico e franciscano no Brasil (209) e o superior da Universidade de Coimbra (210).

(207) Edições Melhoramentos, s. d.

(208) Raul Brigue, "Educação" (1500-1899), Lourenço Filho, "Educação" (1889-1941), in *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro, 1949, 151-159, 159-166, bibliografia. 167-197. A obra bibliográfica principal é a do CEHB (1881), II, 1057 e seguintes, e Suplemento, 1689.

(209) *História da Companhia de Jesus*, de Pe. Serafim Leite, Lisboa, Rio de Janeiro, 1937-1950, 10 vols., especialmente vols. 1, 4, 5, 6 e 7 sobre os vários colégios e o ensino superior nas várias capitanias. O livro 2 do vol. 7 trata do Magistério de dois séculos. Vide também, de Serafim Leite, *O curso de filosofia e tentativas para se criar a Universidade do Brasil no século XVII*, Rio de Janeiro, Universidade Católica, 1948, (Separata de *Verbum*, t. 1, fasc. 2, junho 1948); *João Gonçalves, primeiro mestre de noviços no Brasil* (1556), Rio de Janeiro, Universidade Católica, 1951 (Separata de *Verbum*, t. VIII, fasc. 3, março 1951); *A Cabana de Antônio Rodrigues, primeiro mestre-escola de São Paulo (1553-1554)*, Lisboa, 1953 (Separata de *Brotéria*, LVI, abril 1953). Sobre o ensino superior franciscano, vide Frei Basílio Röwer, *Franciscanos no Sul do Brasil durante o século XVIII, A contribuição francesa na formação religiosa da capitania das Minas Gerais. Os Estudos da Província franciscana da Imaculada Conceição do Brasil nos séculos XVII e XVIII*, 2.^a ed., Petrópolis, 1954.

(210) Francisco Morais, *Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil*, Coimbra, 1949 (Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra).

Mesmo o exame cuidadoso da legislação colonial nunca foi feito, embora se saiba que as obras de J. J. de Andrade e Silva, Antônio Delgado da Silva e as compilações de leis extravagantes ⁽²¹¹⁾ reúnem grande parte das leis e reformas do ensino. O desconhecimento dessas fontes, essenciais no caso, e a falta de domínio completo da bibliografia histórica impedem uma realização de categoria científica. A pesquisa dos arquivos coloniais de Portugal visando a história da educação, para completar o exame da bibliografia, e a análise e compilação da legislação também nunca foram feitas, se excetuarmos as obras do Padre Serafim Leite, as publicações sobre os estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra e algumas raras investigações ⁽²¹²⁾, assim como o magnífico roteiro histórico-legal de Oliveira Santos ⁽²¹³⁾.

Os educadores ou publicistas ⁽²¹⁴⁾ que têm escrito a história da educação desconhecem os princípios da

(211) *Coleção Cronológica, ob. cit.*, (1603-1700); *Coleção de Legislação, ob. cit.* (1750-1820) e as várias coleções de leis extravagantes citadas na parte "História do Direito".

(212) M. D. Moreira de Azevedo, "A Instrução pública nos tempos coloniais", *RIHGB*, v. 55, 2.^a parte, 141-158; Afonso d'E. Taunay, "Os jesuítas e o progresso cultural. Os jesuítas e o ensino colonial", *Mensário do Jornal do Comércio*, t. 115, v. 3, 619-623, 673-677, 731-735, Rio de Janeiro, setembro 1941; idem, "Coisas do ensino e da cultura no São Paulo regencial", *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. XXII, n. 55, julho-set. 1954, 142-150. Vide também Ernesto Goulart Penteado, "A instrução popular em São Paulo", *RIHGPS*, XXII, 309.

(213) M. P. de Oliveira Santos, "Instrução pública", *DHGBE*, I, 373-382.

(214) Vide *MBEB*. J. R. Pires de Almeida, *L'instruction publique au Brésil, histoire et législation*, Rio de Janeiro, 1889 (só consultou a legislação do Império); José Veríssimo Dias de Matos, "A instrução e a imprensa. Memória", in *Livro do Centenário*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, vol. 1 (1500-1822); Fernando Magalhães, "O ensino público", *Anais do 1.º Congresso de História do Brasil (1914)* t. esp. da *RIHGB*, vol. 3, 482-488; Sud Menucci, "Instrução pública (1822-1922)", in *Estado de São Paulo*, 7 de setembro de 1922; Afrânio Peixoto, "Cem anos de ensino primário", in *Livro do Centenário do Poder Legislativo*, Rio de Janeiro, 1926, vol. 1, 401-527; Raul Alves, *Eshôjo histórico e crítico geral da educação*, Rio de Janeiro, 1929; Antônio Figueira de Almeida, *História do ensino secundário no Brasil*, Rio de Janeiro, 1936; Francisco Venâncio Filho, "A evolução da educação no Brasil", in *Formação*, ano 3, n. 23, Rio de Janeiro, 1940; Ernesto de Sousa Campos, *Educação Superior no Brasil*, Rio de Janeiro, M. E. S., 1940; A. Carneiro Leão, "The evolution of education in Brazil", in *Brazil. Portrait of half a continent*, New York, 1951, 313-333; Raul Bittencourt, "A educação brasileira no Império e na República", in *Aspectos da formação e evolução do Brasil*, Rio de Janeiro, *Jornal do Comércio*, 1953, 118-139, reproduzido in *Rev. Bras. de Est. Ped.*, XIX, n. 49, jan.-março 1953, 41-76.

pesquisa histórica e se limitam a repetir os trabalhos anteriores. Um só exemplo bastaria para comprovar o desconhecimento total das fontes legais. Todos ou quase todos os publicistas tratam de Pombal e da expulsão dos jesuítas e se esquecem da Lei de 28 de junho de 1759, fundamental pela reforma de ensino que introduziu ⁽²¹⁵⁾.

Já a época imperial da instrução pública está melhor tratada ⁽²¹⁶⁾ e assim mesmo por muito poucos estudiosos, que se arrojam às investigações arquivais, consultando os relatórios ministeriais, alguns manuscritos, outros impressos, lendo a legislação da época. Alguns, viciados ainda no regime da compilação, deixaram de se referir a qualquer fonte, embora as tivessem consultado, pois de outro modo não poderiam se reportar aos fatos reunidos. Na época imperial outras fontes se apresentam aos estudiosos e foram pouco ou quase nada consultadas, tais como a legislação, os discursos no Parlamento (Anais), os relatórios provinciais e, ultimamente, as reuniões e exposições, planos e obras individuais e oficiais de reforma, as descrições da atualidade e a obra pedagógica, fontes essenciais também da história da educação na República ⁽²¹⁷⁾.

Nestas acrescenta-se o exame cuidadoso e mais extensivo, porque mais freqüente, dos planos de reforma, as discussões da atualidade educacional e os documentos oficiais, as interpretações críticas sobre a moderna e contemporânea pedagogia ⁽²¹⁸⁾, os estudos e pesquisas sobre o ensino de certas disciplinas ⁽²¹⁹⁾, os estudos biográficos

(215) Vide José Honório Rodrigues, "O ensino na época colonial", *O Jornal* (Rio de Janeiro), 13 de novembro de 1952.

(216) Vide obra de J. R. Pires de Almeida e os estudos de Primitivo Moacyr in *MBEB*.

(217) Vide *MBEB*.

(218) Vide *MBEB*.

(219) Vide *MBEB* e ainda: A. Morales de los Rios, *O ensino artístico. Subsídios para sua história. (1816-1886)*, s/ed., s/d; Carlos Honório de Figueiredo, "Faculdade de Direito no Brasil, 1859", *RIHGB*, v. 22, 507 e segts.; J. C. Sampaio de Lacerda, *Esbôço histórico sobre a organização dos cursos jurídicos no Brasil*, Rio de Janeiro, 1939; Haroldo Valadão, "A fun-

de educadores ⁽²²⁰⁾, as pesquisas históricas ⁽²²¹⁾, os artigos de revistas e de imprensa e os dados estatísticos ⁽²²²⁾, e se teriam as bases documentais para contar a história da educação no Brasil.

14. *História da Imprensa.*

O jornal, como uma das principais fontes de informação histórica, merece do historiador consideração toda especial. Mas nem sempre a independência e exatidão dominam o comentário editorial. Ele é quase sempre uma mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso. O problema da autoridade, fidedignidade e autenticidade do jornal como fonte histórica é tão discutido que, em 1908, uma sessão inteira do Congresso Anual da Associação Histórica Americana foi dedicada a êsse assunto. É claro que o jornal pode dar-nos a côr e a vivacidade de uma época, pode guiar-nos nas manobras externas da vida política, pode fornecer-nos várias e curiosas notícias de história social e econômica.

A discussão de problemas desta natureza pouco tem preocupado os historiadores da Imprensa no Brasil. Eles

dação dos cursos de ciências jurídicas e sociais, base do desenvolvimento cultural do Brasil”, in *Aspectos da formação e evolução do Brasil*, Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1953, 289-298, reprod. in *RBEP*, XIX, n. 49, Jan.-Março 1953, 28-40; Artur César Ferreira Reis, Eremildo L. Viana, Hélio Viana, Virgílio Corrêa, *O ensino da história no Brasil*, Instituto Pan-americano de Geografia e História, México, 1953; L. A. Costa Pinto, *As ciências sociais no Brasil*, (Campanha Nacional de aperfeiçoamento do pessoal de nível superior, Série Estudos e Ensaios, n. 6), Rio de Janeiro, 1955; L. C. Escrag-nolle Dória, *Memória histórica comemorativa do 1.º centenário do Colégio Pedro II*, Rio de Janeiro, M. E. S., 1937; Otacílio Pereira, *O Colégio Pedro II nos últimos dez anos*, Rio de Janeiro, s. d., Haroldo Valadão, *O ensino do direito, especialmente do direito internacional privado*, São Paulo, 1940.

(220) Vide *MBEB*, e ainda: Anísio Teixeira, *Um educador. Abílio César Borges*, *RBEP*, v. XVIII, n. 47, julho-set. 1952, 150-155. Vide Biografia, in *CEHB*.

(221) Vide *MBEB*, e ainda: Solon Borges dos Reis, “Desenvolvimento do ensino secundário em São Paulo”, *RBEP*, XII, n. 53, jan.-março 1954, 192-99.

(222) Vide *MBEB*.

se limitaram sempre à exata ou inexata narração dos periódicos e jornalistas que desde os tempos da Independência formaram ou expressaram a opinião pública.

BIBLIOGRAFIA DE HISTÓRIA DA IMPRENSA

Vide C.E.H.B. Alfredo do Vale Cabral, *Anais da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro, de 1808 a 1822*, Rio de Janeiro. Tip. Nacional, 1881: Supl. (1823-1831) ABN, v. 73, 1954; Francisco de Sousa Martins, "Progresso do jornalismo no Brasil", *RIHGB*, t. 8, 2.^a ed., 1867, 262-275; M. Duarte Moreira da Fonseca, "Origem da imprensa no Rio de Janeiro", *RIHGB*, v. 31, 1865, 169; *Sessenta anos de jornalismo. A Imprensa no Maranhão, 1820-1880*, Rio de Janeiro, 1883, por Ignotus (pseudônimo de Joaquim Maria Sena Sobrinho, Cf. Tancredo de Barros Paiva, *Achegus a um Dicionário de Pseudônimos*, Rio de Janeiro, 1929, 76); J. J. Cezar, "Notas sôbre a imprensa no Rio Grande do Sul", in *Anuário Graciano Azambuja para 1885*, 188-200; Lafaiete de Toledo, "Memória histórica. (Registro comentado de 1536 jornais e revistas do Estado de São Paulo)", *RIHGSP*, III, 1897, 303; Antônio da Cunha Barbosa, "Origem e desenvolvimento da imprensa colonial brasileira", *RIHGB*, v. 63, 2.^a parte, 1900, 239; Alfredo Ferreira Rodrigues, "Notas para a história da imprensa no Rio Grande do Sul", in *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, 1900, 231-257; "A Imprensa em Belo Horizonte", *RAPM*, vol. 8, 1903, 585; Tancredo Fernandes de Melo, "Os principais jornais do Rio Grande do Sul", in *Almanaque Popular Brasileiro* de Echenique & Cia., 1905, 1906; Alfredo de Carvalho, "Gênese e progresso da imprensa periódica no Brasil", *1.º Centenário da Imprensa Periódica no Brasil*, 1908, 1.º vol., 1.^a parte, tómo especial da *RIHGB*; Alfredo de Carvalho, "Catálogo dos jornais, revistas e outras publicações periódicas do Estado de Pernambuco desde 1821 a 1908", *1.º Centenário da Imprensa Periódica no Brasil*, 1908, 1.º vol., 2.^a parte; Alfredo de Carvalho, *Diário de Pernambuco. Notícia histórica e bibliográfica*, Recife, Diário de Pernambuco, 1908.

No primeiro Congresso de Imprensa Periódica no Brasil, em 1908, afora o "Catálogo" de Alfredo de Carvalho, vide: Remígio de Belido, *Catálogo dos jornais paraenses, 1822-1908*, Pará, Imprensa Oficial, 1908; J. B. de Faria e Sousa, A. Monteiro de Sousa, Alcides Bahia, *A imprensa no Amazonas, 1851-1908*, Manaus, Imprensa Oficial, 1908; João Batista de Faria e Sousa, "Catálogo dos jornais, revistas e outras publicações periódicas do Estado do Amazonas de 1851 a 1908", *RIHGB*, t. esp. do *1.º Centenário da Imprensa Periódica no Brasil*, v. 1, parte 2.^a, 1908; Manuel de Melo Cardoso Barata, "Catálogo dos jornais, revistas e outras publi-

cações periódicas do Estado do Pará de 1882 a 1908”, *id. id.*, 91-159; Augusto Olímpio Viveiros de Castro, “Catálogo... do Estado do Maranhão de 1821 a 1908”, *id. id.*, 161-217; Barão de Studart, “catálogo do Estado do Ceará, de 1824 a 1908”, *id. id.*, 219-319; Luís Fernandes, “Catálogo... do Estado do Rio Grande do Norte de 1832 a 1908”, *id. id.*, 321-368, editado também separadamente, Natal, Tip. A República, 1908; Diógenes Caldas, “Catálogo... do Estado da Paraíba de 1826 a 1908”, *id. id.*, 369-387; Joaquim Tomaz Pereira Diegues, “Catálogo... do Estado de Alagoas de 1831 a 1908”, *id. id.*, 683-773; Manuel Armindo Cordeiro Guaraná, “Catálogo... do Estado de Sergipe, de 1832 a 1908”, *id. id.*, 775-813; Romário Martins, *Catálogo dos jornais publicados no Paraná de 1854 a 1907*, Curitiba, Imprensa Paranaense, 1908. Antônio Egídio Martins, “Jornais e jornalistas (Do Farol Paulistano — 7 de fevereiro de 1827 ao Comércio de São Paulo, 17 de janeiro de 1893)”, *RIHGSP*, 1911, v. XVII, 113; Afonso A. de Freitas, “A imprensa periódica de São Paulo (Registro comentado de 1496 jornais e revistas da capital de São Paulo a partir de 1823)”, *RIHGSP*, XIX, 1913, 321-1136; Basílio de Magalhães, “Jornalistas da Independência”, *RIHGB*, 1917, vol. 82, 2.^a parte, 771; Afonso A. de Freitas, “Notas à margem do estudo da imprensa periódica de São Paulo”, *RIHGSP*, XXV, 1919, 445; Afonso A. de Freitas, “O primeiro centenário da fundação da imprensa paulista”, *RIHGSP*, XXV, 1919, 5; Max Fleiuss, “A Imprensa no Brasil”, *DHGEB*, 1922, vol. 1, 1550-1565; João Pio de Almeida, “Gênese da imprensa do Rio Grande do Sul”, in *Comemorações em honra do Centenário da Independência do Brasil*, Porto Alegre, A Federação, 1923, 121; Félix Guisard Filho, “A imprensa taubateana”, *RIHGSP*, XXVIII, 1922, 153; Barão de Studart, *Para a história do jornalismo Cearense, 1824-1924*, Ceará, 1924; 1.^o Centenário do Jornal do Comércio, 1827-1927, Rio, 1928; “O primeiro Diário de Alagoas”, *RIHA*, 1927, vol. 12, 192; Alfredo Varela, *História da Grande Revolução*, 1933, vol. I, 308; Eusébio de Sousa, “A imprensa do Ceará dos seus primeiros dias aos atuais”, *RIC*, XLVII, 1933, 7-45; Barão de Studart, “Para a história do jornalismo cearense”, continuação, *RIC*, XLVII, 1933, 143-159; Getúlio Schilling, *Evolução histórica da imprensa santamariense*, 1934; Barbosa Lima Sob., *A ação da imprensa em torno da Constituinte*, Rio, 1934; Basílio de Magalhães, “A imprensa republicana em Minas Gerais”, in *Estudos de História do Brasil*, São Paulo, Cia. Edit. Nac., 1939; Gondim da Fonseca, *Biografia do jornalismo carioca (1808-1908)*, Rio de Janeiro, Livr. Quaresma, 1941; Nestor Ericksen, *A imprensa do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Livraria do Globo, 1941; Hélio Viana, *Contribuições à história da imprensa brasileira, 1812-1863*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945; Carlos Rizzini, *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822, Com um breve estudo geral sobre a informação*, Rio de Janeiro,

Livraria Kosmos, 1946; Correio da Manhã, "Trajetória", 15 de junho de 1951; José Teixeira Neves, "Fastos da imprensa no Brasil. Qual a primeira fôlha republicana de Minas Gerais?", *Jornal do Brasil*, 1.º de junho de 1952; Bruno Basseches, "Introdução da imprensa no Brasil", *Diário Carioca*, 22 de novembro de 1953; Luiz do Nascimento, "História ou Bibliografia da imprensa de Pernambuco", *Diário de Pernambuco*, 23 de agosto de 1953; "Homenagem a Júlio Mesquita. O Jornalista", *Correio da Manhã*, 30 de janeiro de 1955; Miguel Costa Filho, *A imprensa mineira no primeiro Reinado*, Rio de Janeiro, 1955. A Seção de Mss. da Biblioteca Nacional possui inéditos a "Relação dos Jornais Brasileiros de 1808 a 1889", de Rafael Arcanjo Galvão, e o "Catálogo de Espécimes de Jornais e mais Periódicos Brasileiros", 1908.

BIBLIOGRAFIA DA HISTÓRIA DA TIPOGRAFIA.

Resumo histórico sobre a tipografia Marmota, 12 de agosto de 1859; Melo Moraes, "A tipografia no Brasil", in *História da trasladação da Côrte Portuguesa para o Brasil em 1807-1808*, Rio de Janeiro, E. Dupont, 1872, 114-132; Aurélio Pôrto, "Tipografia riograndense", in *Publicações do Arquivo Nacional*, XXX, 1934, 326-367; Estêvão Leão Borroul, "A tipografia e a litografia no Brasil", *RIHGSP*, XIII, 3.

15. *História Regional e da Formação Territorial*

Resta, finalmente, apontar os ensaios de historiografia territorial e regional, esta última hoje preferida à estadual. A historiografia regional encontra sua preferência na justificativa, talvez razoável, de que há grupos de estados que constituem quase uma unidade regional, uma área cultural ou uma seção econômica. Eles estão quase unificados geográfica, social e economicamente por uma consciência de si próprios, por idéias e costumes e possuem o sentimento da distinção de suas aspirações em face de outras partes do país.

A história regional é, afinal, o estudo das condições geográficas especiais, das tradições históricas particulares, das peculiaridades étnicas e raciais ou religiosas e de determinados interesses econômicos, difíceis, na sua variedade, de sentir, perceber e compreender, sem o íntimo

conhecimento geográfico, a consulta aos livros dos arquivos estaduais e municipais, das paróquias e instituições religiosas. Esta a história regional que ainda não foi tentada e que a historiografia brasileira reclama como uma das suas mais urgentes tarefas, desde a famosa sugestão feita pelo sábio Martius, a que já nos referimos.

A história territorial abrange tôda a evolução do povoamento, a direção das linhas de penetração, a conquista do sertão, a exploração das minas, os limites dos estados, o patrimônio territorial dos mesmos, as fronteiras estrangeiras. Muito tem sido feito neste particular, especialmente sôbre a conquista do sertão, o povoamento interior, as minas, as bandeiras. Não é pelo título que a obra de Felisbello Freire, *História Territorial do Brasil* (223), seria a única que se enquadraria neste tipo de história especial. O título foi realmente pouco usado, mas a atual bibliografia das minas, das bandeiras, das fronteiras reduziu a originalidade daquele estudo.

Ela relembra os primeiros cronistas das Minas Gerais, como Antonil, Bento Fernandes Furtado de Mendonça, Cláudio Manoel da Costa, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, José Joaquim da Rocha; de Mato Grosso, como Manuel Cardoso de Abreu, João Antônio Cabral Camelo, José Gonçalves da Fonseca, Ricardo Franco de Almeida Serra; de Goiás, como Diogo Soares, Luís Antônio da Silva e Sousa; os do Maranhão e Amazonas, como João Pereira Caldas (possível autor do Roteiro do Maranhão a Goiás), M. da Gama Lôbo de Almeida; os anônimos do Rio Grande do Sul, que todos nos deram a certidão das estórias contando as novidades da vitória e conquista territorial.

Um longo caminho deveria percorrer a historiografia até que a figura de Capistrano de Abreu, a partir de 1899, com seus ensaios sôbre os *Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*, alterasse profundamente o escrito histórico no Brasil. Até então a história brasileira centralizava seu interêsse especialmente nas comunidades do litoral.

(223) Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1906.

A partir daí, as minas, as bandeiras, os caminhos. como processos de incorporação e dilatação da fronteira ocidental, passam a ser um campo novo, um método de pesquisa e uma análise original da formação colonial do Brasil.

Os *Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil* são, para a nossa historiografia, o que foi, para a norte-americana, o ensaio de F. Turner, *The frontier in American History*, de 1893: com um só estudo renovava-se todo o espírito de nossa historiografia e se estimulava a investigação e o esclarecimento de uma zona nova, desconhecida, abandonada ou desleixada. A investigação das bandeiras sofreu desde êsse momento capital um novo impulso decisivo e o nosso saber histórico alargou-se profundamente.

Poucos capítulos de nossa história terão sofrido um tão grande e radical alargamento de perspectivas e de conhecimento como o da história das bandeiras, a partir dos inícios do século 20. Ainda em 1907, Capistrano de Abreu escrevia, nos *Capítulos de História Colonial*, que faltavam documentos para redigir-se a história das bandeiras: O estudo dos caminhos, da penetração e expansão articula-se diretamente com o das bandeiras e infelizmente não teve, como êste, um resultado em profundidade igual ao oferecido por Afonso d'E. Taunay na sua *História Geral das Bandeiras Paulistas* (11 vols., 1924-1950) ⁽²²⁴⁾, obra monumental, extremamente rica, pela vastidão da pesquisa e da informação histórica. Outro — o dos caminhos — inspirado como o das bandeiras na obra de Capistrano, continua a ser um tema monográfico, de contribuições parciais, que só futuramente poderão ser somadas, comparadas e apresentadas como um resultado analítico geral.

As pesquisas sobre bandeirismo e história territorial encontraram em Jaime Cortesão um dos maiores estudos. O exame dos manuscritos da Coleção De Angelis

(224) Vide também edição resumida, *História das Bandeiras Paulistas*, São Paulo, Cia. Melhoramentos, s. d., 2 tomos.

(²²⁵) permitiu-lhe não só apresentar uma das maiores contribuições documentais para a história do bandeirismo e da expansão e formação do atual território nacional, como lecionar, no Instituto Rio Branco, em 1948, um curso renovador de história da formação territorial do Brasil (²²⁶) e escrever uma interpretação das mais inteligentes e agudas sôbre os bandeirantes (²²⁷), embora de suas teorias e hipóteses — e Jaime Cortesão é cheio delas — se possa muitas vêzes discordar.

Um dos subsídios mais valiosos pela riqueza documental, pela novidade histórica e pela interpretação crítica foi a de Sérgio Buarque de Holanda, com suas *Monções* (²²⁸), ao estudar os caminhos do sertão, o transporte fluvial, os sertanistas e mareantes e as estradas móveis.

A bibliografia do bandeirismo, altamente enriquecida nestes últimos anos (²²⁹), especialmente com os trabalhos escritos e publicados em São Paulo, recebeu de Afonso Taunay, Jaime Cortesão e Sérgio Buarque de Holanda a nutrição mais suculenta, quer documentalmente, quer teòricamente.

Ao lado do bandeirismo, a expansão territorial encontrou bom tratamento nos estudos de Aurélio Pôrto, Sousa Docca e Borges Fortes sôbre o Rio Grande do Sul (²³⁰); na de Oswaldo Cabral sôbre Santa Catarina (²³¹);

(225) Os documentos da Coleção De Angelis serão publicados em 6 vols. e vários tomos: 1) Jesuítas e bandeirantes no Guaira (Biblioteca Nacional, 1951); 2) Jesuítas e bandeirantes no Itatim (Biblioteca Nacional, 1952); 3) Jesuítas e bandeirantes no Tapes; 4) Tratado de Madrid (1 vol., 1954); 5) Tratado de Santo Ildefonso; 6) D. João VI e a política do Prata.

(226) As apostilas foram mimeografadas.

(227) Introdução à História das Bandeiras, série de mais de 60 artigos, in *A Manhã*, Rio de Janeiro, 1947-1948.

(228) Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1945.

(229) A melhor bibliografia é a de Alice Canabrava, in *Manual de Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro, 1949, 492-526. Vide também Francisco de Assis Carvalho Franco, *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas de São Paulo*, São Paulo, 1954 (Comissão do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo).

(230) Vide José Honório Rodrigues, *Brasil, México*, Instituto Panamericano de Geografia e História, 1953; idem, *O Continente do Rio Grande*, Rio de Janeiro, Editôra São José, 1954.

(231) *Santa Catarina, História e Evolução*, São Paulo, 1937; *Laguna e Rio Grande do Sul*, 3.º Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia, Pôrto Alegre, 1940.

e nas de Barbosa Lima Sobrinho e Artur César Ferreira sobre o norte e o extremo-norte ⁽²³²⁾; o estudo das fronteiras realizado por Raja Gabaglia ⁽²³³⁾ e Hélio Viana ⁽²³⁴⁾ e especialmente o dos limites, já indicado na parte diplomática, definem, com os ensaios como o de Mário Monteiro de Almeida ⁽²³⁵⁾, o quadro e a história da expansão territorial.

16. A Biografia.

A palavra Biografia foi, pela primeira vez, usada pelo poeta laureado e historiógrafo real John Dryden (1631-1700), na introdução à tradução inglesa de Plutarco, feita em 1683. Os alemães conheceram-na desde 1709 e os franceses só a viram reconhecida pela Academia em 1762 ⁽²³⁶⁾.

À consciência moderna, diz Reed Stuart ⁽²³⁷⁾, pode parecer paradoxal que o cuidado zeloso pela fama póstuma não tivesse conduzido os povos clássicos ao recurso da forma biográfica. No entanto, até que tivesse passado o sol do gênio criador grego, a biografia não surgiu, no seu aspecto normal, como gênero separado da prosa. Em nenhum período de sua civilização os habitantes do mundo helênico manifestaram aquela paixão pela perpetuação própria, baseada na crença religiosa, que moveu os Reis egípcios a recorrer, no terceiro milênio antes de Cristo, aos grandiosos registos biográficos, pictóricos e monumentais. O temperamento romano, a esse respeito substancialmente em contraste com o grego, acostumou-se à composição de crônicas dos estados e familiares, destinadas a conservar na memória dos vivos as gerações passadas.

(232) Obras já citadas de Artur César e de Barbosa Lima Sobrinho, *O devassamento do Piauí*, São Paulo, 1946, Brasiliense, vol. 255.

(233) *As fronteiras do Brasil*, Rio de Janeiro, 1916.

(234) Obra já citada.

(235) *Episódios históricos da formação geográfica do Brasil. Fixação das raias com o Uruguai e o Paraguai*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1951.

(236) J. Romein, *De Biografie. Een inleiding*, Amsterdam, 1948, 14.

(237) Duane Reed Stuart, *Epochs of Greek and Roman Biography*, University of California Press, 1928. A parte inicial deste capítulo foi baseada no estudo introdutório de Reed Stuart.

O espírito comemorativo grego era outro, bem diferente, mais idealista, menos realista ou material. A reverência pelos grandes indivíduos e heróis era parte do primitivo conceito religioso dos povos helênicos e se manifestou inicialmente não nos mármore e bronzes, que não constituem os únicos registos, mas na poesia dos menestrelis e especialmente na *Iliada* e na *Odisséia*, formas primitivas da biografia heróica.

Por isso, para escrever a história da evolução biográfica entre os antigos deve-se propor uma definição suficientemente ampla de modo a compreender os vários registos artísticos e verbais dos fastos e personalidades, não incluídos na moderna biografia. A *Iliada* e a *Odisséia* estão repletas de histórias das vidas dos heróis gregos. O poder de caracterização dos poemas homéricos sobrepassa os romanos na exatidão e versatilidade, como produto de um apurado artesanato. Os incidentes de uma simples carreira ou a marcha de um espírito heróico são tratados simplesmente ou na pluralidade de várias pessoas.

A própria tragédia foi inicialmente definida como a representação da vida e dos discursos dos heróis. A maioria dos dramas gregos forma um corpo de narração das experiências da vida de personagens heróicas, cuja historicidade nenhum grego questionava. Há, assim, uma relação espiritual entre as principais formas de poesia grega comemorativa da personalidade e a biografia. O elogio fúnebre, a trenodia, o epitáfio têm todos um denominador comum, que é o louvor à personalidade morta, cantada pelos seus feitos heróicos. As obséquias serviram sempre para as primitivas manifestações biográficas. A veia comemorativa grega manifestou-se a princípio na poesia e só mais tarde, com a *Memorabilia* de Sócrates, o *Agesilaus* e o 1.º e o 2.º livros do *Anabasis* de Xenofonte, e o *Encomium* de Evágoras, se iniciam os tratados exclusivamente devotados à transmissão de vidas históricas e de personalidades.

O Prof. Reed Stuart sustenta que a biografia, como gênero literário, é contemporânea do fim do desenvolvimento grego. A poesia comemorativa exerceu o mesmo

papel que mais tarde tiveram a composição de diversos retratos dos feitos e sofrimentos dos Santos, as *Acta Sanctorum*, as *Passiones* e a *Martyria*. Assim como a história da vida de Cristo e outros anais dos Evangelhos forneceram o material para o drama litúrgico da Idade Média, assim também os auditórios gregos assistiam biografia sagrada expressa em forma dramática.

O impulso comemorativo, o estímulo que impeliu à biografia formal literária e histórica, cresceu e se espalhou desde a Renascença.

Na história da literatura portuguesa, o tesouro literário colecionado por Barbosa Machado regista os inumeráveis Elogios Fúnebres, e mais tarde Genetliacos dos Reis, Rainhas e Príncipes, os Aplausos de Anos, dos mesmos, os Epitalâmios, os Aplausos Oratórios e poéticos pela saúde dos Reis, os simples Elogios ⁽²³⁸⁾. O Elogio Fúnebre, exercitado nas associações acadêmicas e especialmente no Brasil nos Institutos Históricos, foi sempre a primeira forma comemorativa biográfica. Nêla alguns se distinguiram pelo desempenho contínuo e devotado, como Joaquim Manuel de Macedo, cujos Elogios se converteram no *Ano Biográfico Brasileiro* ⁽²³⁹⁾, e B. F. Ramiz Galvão, cuja obra permanece recolhida nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ⁽²⁴⁰⁾. Os Elogios dêstes oradores imitavam, bem ou mal, a esquemática sancionada pela teoria retórica grega.

O dilúvio de biografias é um fenômeno moderno e Carlyle asseverava que havia muito mais pessoas cujas histórias deveriam ser escritas, que biografias. Todos se achavam com direito à sua biografia, mais os proeminentes que os eminentes, os notórios e medalhões que os beneméritos e dignos. A iniquidade do esquecimento futuro atemorizava-os e estimulava-os a pleitear, sugerir ou remunerar a distinção ao mérito de uma possível perpetui-

(238) Cf. B. F. Ramiz Galvão, "Diogo Barbosa Machado", *ABN*, I, 1876, 31.

(239) Rio de Janeiro, 1876, 3 vols.

(240) Orador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1872, com intervalos, e desde 1912 a 1938.

dade. Por tudo isso acentuou Sidney Lee (241) que a biografia existe para satisfazer um instinto natural no homem — o instinto comemorativo.

Já notara Henri Hauser, (242) refletindo sobre a História do Brasil, que ainda havia muitas biografias e estudos concebidos no estilo de elogios acadêmicos e se abusava das comemorações e homenagens aos nossos grandes heróis.

Na verdade, os historiadores sempre foram muito conscientes dos perigos inerentes à biografia, especialmente à biografia política em larga escala, que provoca uma distorção da história geral de um período para adaptá-la às necessidades do estudo do caráter e da personalidade biografada.

Políbio afirmava essa verdade ao dizer que uma visão compreensiva da história política não podia ser obtida pelo estudo isolado de acontecimentos e épocas (243). Muito mais sujeito a crítica seria o método “A Vida e a Época”, adotado por vários biógrafos ingleses, o qual tende a exagerar a parte representada pela personalidade.

O interesse pela biografia sofreu, nesses últimos anos, acentuado declínio (244), especialmente na Grã Bretanha, onde exercia um encanto particular e era, talvez, mais praticada que em qualquer outra parte. Mudanças sensíveis dos objetivos da história, novos desenvolvimentos da psicologia e alterações do método biográfico provocaram o declínio atual, tão notado pelos ingleses. Não se trata de sustentar a desvalia da biografia política, como elemento de esclarecimento do processo histórico geral. A natureza e o exercício do poder político são assunto vital na compreensão de qualquer período da história humana, muito particularmente quando a política assume caráter pessoal, como se deu na Inglaterra do século XVIII, e continua a se dar entre nós.

(241) *Principles of biography*, Cambridge, 1911, 7.

(242) Henri Hauser, “Notes et réflexions sur le travail historique au Brésil”, *Revue Historique*, XLXXXI, fasc. 1, Jan. Mars 1937, 93.

(243) Políbio, *Histoires*, I, 4, trad. de P. Waltz, Garnier, I, 5-6.

(244) J. H. Plumb, “The interaction of history and biography”, *The Times Literary Sup.*, 6 de janeiro de 1956, XXI.

No Brasil houve sempre um predomínio da biografia de personalidades sôbre a própria história política. Afir-mam alguns estudiosos que um dos traços do caráter luso-brasileiro, de sua personalidade básica está na ênfase que no mundo luso-brasileiro se coloca nas relações pessoais e simpáticas, e não nas impessoais, categóricas e secundá-rias ⁽²⁴⁵⁾. Ora, êsse personalismo havia de conduzir à biografia, ao estudo da personalidade e dos heróis, tidos como os condutores e elaboradores da história. Em 1955, no Congresso Internacional de Ciências Históricas, Pierre Renouvin sublinhava o gôsto da historiografia sul-ameri-cana, como da finlandesa, pelos estudos biográficos ⁽²⁴⁶⁾. A personalidade histórica, expressão do personalismo de nossa vida política, é um grande centro de interêsse da historiografia do Brasil arcaico.

Não significa isso que se não deva estudar as perso-nalidades históricas e escrever-lhes a biografia, mas tão sômente que escrever a história política através de biogra-fias políticas é um sinal de imaturidade. Grandes livros nacionais sôbre o Brasil Reino, o Brasil Império e o Brasil República se escreveram em tôrno de figuras consideradas centrais; D. João, D. Pedro I, D. Pedro II, Nabuco de Araujo, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e Afrânio de Melo Franco. Os heróis aparecem nas atividades domésticas ou superestruturais da política, sem que esta última se coordene com as bases econômicas da vida nacional. É uma his-tória sem economia e sem povo, quase diríamos, sem querer, de exemplares de minorias dirigentes, nem sempre criadoras. São evidentes as vulnerabilidades desta espécie de historiografia, altamente valiosa pelo estudo da contribuição individual, mas pouco esclarecedora das respostas positivas dadas aos desafios que nossa civilização vem enfrentando. O milagre da criação e da “mimesis” dependeu, em grande parte, não de indivíduos mas das minorias criadoras, e

(245) Emílio Willems, “Luso-Brazilian Character”, in *Portuguese Cul-tures in Brazil, Atas do Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Vanderbilt University Press, 1953, 77-78.

(246) Pierre Renouvin, “L’Orientation actuelle des travaux d’histoire contemporaine”, in *Relazioni, etc., ob. cit.*, Firenze, 1955, 333.

no Brasil para usar da expressão de Toynbee, as nossas minorias não foram criadoras, mas dominantes. A vulgarização e barbarização da minoria dominante no Brasil pode ser notada desde cedo, pois já em 1640 Vieira orava, no Sermão da Visitação de Nossa Senhora, que a enfermidade do Brasil é como a do menino Batista — pecado original. “Perde-se o Brasil, Senhor, digamo-lo em uma palavra, porque alguns Ministros de S. M. não vêm cá buscar o nosso bem, vêm cá buscar nossos bens.”

A geração atual de historiadores, diz Plumb, ocasionalmente se aventura no campo da biografia e quando o faz limita-se à forma de ensaio. Isto porque, mais interessados na história social e econômica e nas interrelações destas com a política e a biografia, desenvolveram um método biográfico que melhor atende a êsses objetivos ⁽²⁴⁷⁾. O método consiste em estudar não uma, mas centenas de biografias, de modo a criar uma espécie de dicionário-biográfico de uma questão histórica definitiva. O mais formidável expoente desta técnica foi Lewis Namier, que a usou para descobrir os liberais, conservadores e independentes dos primeiros anos do reinado de Jorge III. Nesta análise microscópica, o sistema de dois partidos, tão amado pelos ingleses, apagou-se, deixando atrás de si uma multidão de facções e interesses ⁽²⁴⁸⁾. Importantes decisões eram adotadas freqüentemente de acôrdo com as ambições pessoais. O estudo das figuras do Parlamento revelava a complexidade dos motivos da conduta política que o mais amplo estudo da história política tende a obliterar. O método oferecia, como oferece, seus perigos, acrescenta Plumb. Embora a realidade imediata possa ser confusa, os próprios acontecimentos e decisões criam uma coerente dicotomia da política. Ainda assim os fatores pessoais da vida política se explicam melhor que a concentração numa figura, mesmo que se pretenda — e raramente se consegue, evitar

(247) Plumb, *art. cit.*

(248) Vide Lewis Namier, *The structure of politics at the accession of George III*, London, 1929. Sobre Namier, vide “The Namier view of history”, in *Times Literary Supplement*, 28 de agosto de 1953, e Catherine Strateman Sims, “L. B. Namier”, in *Some modern historians of Britain*, New York, 1951, 341-357.

o tratamento de figura central e revelar suas íntimas conexões com a vida, os problemas e as outras figuras de seu tempo.

A descrição de várias vidas de uma época tem sido confinada à história política, embora raramente se procure ligá-la à história econômica e social. Namier ligou-as à história parlamentar, dissecando a vida de cada político, loquaz, ativo, silencioso, acomodaticio ou fiel aos seus princípios. Para conhecer a vida social e econômica, para penetrar na intimidade de uma época ou de um episódio, o largo e abundante exercício biográfico é indispensável. Tão ou mais importante que o conhecimento da vida de Nabuco de Araújo seria fornecer ao estudioso da vida social e econômica uma série de material biográfico que descrevesse a vida e mostrasse a participação de senhores de terras, dos barões do café, nas suas relações de classe, com lavradores e escravos. Importantes questões seriam ou poderiam ser então resolvidas. O conhecimento da vida dos senhores do vale do Paraíba representaria uma contribuição importantíssima à reconstrução histórica do século 19 e seria muito menos pessoal a visão, embora pudesse ser também evocativa e sentimental.

A diminuição do interesse pela biografia política, "the authoritative lives in two or even three volumes" (249), a que se referem os ingleses e que se tornou um modelo clássico hoje tão imitado no Brasil, resultou também da falta de aplicação dos progressos da psicologia na caracterização dos tipos. A moderna psicologia ofereceu aos historiadores novas técnicas de interpretação. Com poucas exceções, a atual geração evita os problemas difíceis do caráter humano, da personalidade, os caprichos da conduta humana. A teoria de Freud, em qualquer de suas variedades, representa uma nova dimensão para o conhecimento humano, seja a escola ortodoxa, seja a inglesa ou Kleiniana (Melanie Klein), seja a cultural de origem americana, representada por Erich Fromm, Karen Horney

(249) Vide J. H. Plumb, *ob. cit.*; G. M. Trevelyan (*A Reader's Guide Biography*, National Book League, 1947, 4) fala na "two volumed official biography".

e Abraham Kardiner, influenciada pelos antropólogos culturalistas Margareth Mead e Ruth Benedict (250).

Esta escola notou especialmente que as generalizações de Freud sobre a natureza humana, os complexos, eram simplesmente característicos da sociedade burguesa e da classe média e superior da Europa Ocidental. A escola culturalista, ao acrescentar essa dimensão histórica na visão biológica e individualista de Freud, insistia na importância da aprendizagem e do treino cultural. Os instintos, de cuja frustração resultavam os complexos, não eram necessidades biológicas básicas, mas atitudes desenvolvidas na natureza humana por uma cultura específica.

A novidade estaria muito mais nas imposições empíricas da historiografia que no desenvolvimento do método exposto pelos seus teóricos. Dizer, como Romein o faz, que as características da moderna biografia são três: veracidade, faculdade de penetração psicológica e a realização do retrato psicológico, não é acrescentar muito ao que nasceu do seu próprio desenvolvimento, como acabamos de ver nessa exposição. Discutir os problemas teóricos da boa biografia estudando o que deve revelar interesse, a capacidade do objeto, as relações do biógrafo com o objeto, e afirmar finalmente que a biografia não é ética, não é história nem é psicologia serviu muito como introdução metodológica ao iniciante, mas não representa um passo, senão didático, no progresso da realização biográfica. Os problemas da interpretação das fontes, da significação das cartas, do papel da grafologia, do valor dos Diários, da autobiografia, da importância da análise do estilo e do inquérito e da aplicação da periodização na vida humana, de que trata no capítulo "A técnica da biografia" são princípios mais metodológicos, gerais, históricos, que puramente biográficos (251).

(250) Vide "Psychological approaches" *Times Literary Supplement*, 29 de agosto de 1952. O autor tem em preparo um estudo histórico sobre as mudanças das características do povo brasileiro, aplicando a teoria do caráter nacional.

(251) Vide J. Romein, *De biografie*, ob. cit., 177 e seguintes.

Tènicamente, as biografias se dividem em duas classes: a biografia oficial, escrita logo depois da morte de uma pessoa, com a sanção da família e dos amigos, e baseada no arquivo familiar, e a biografia retrospectiva, escrita por um historiador de uma geração posterior. A segunda é freqüentemente, embora nem sempre, mais crítica; goza das vantagens de ver sua personagem afastada por longos anos e pode apreciar com melhor perspectiva os efeitos ulteriores de sua vida e de seus trabalhos ⁽²⁵²⁾. A outra é um piedoso tributo, que muitas vêzes se liberta da indulgência e se torna um subsídio de valiosa significação.

Foi devido à influência de Lytton Strachey que o público se tornou impaciente em face da biografia oficial em dois volumes (às vêzes 3) e preferiu um simples volume com liberdade retrospectiva. A Biografia pode também ser dividida, segundo Trevelyan, em Vida de Literatos e de Homens de Ação. A vantagem da primeira sôbre a segunda está especialmente em que uma das fontes primordiais, a correspondência, é quase sempre melhor redigida pelos literatos que pelos políticos. A superioridade compensadora da Vida dos homens de ação, está na maior animação e na própria importância de suas atividades ⁽²⁵³⁾.

A biografia clássica compreendia a reprodução das conservas, mas o dom de reconstruí-las é extremamente raro.

A biografia é uma das mais difíceis tarefas do historiador. Estabelecer a relação entre a personalidade e o mundo que o rodeia, dizer o que aquela deve a êste e êste àquela, sem atenuar, sem maliciar, como queria Shakespeare ⁽²⁵⁴⁾, pressupõe grandes qualidades. Talvez se possa dizer que na biografia, mais que em qualquer outro campo da historiografia, o conhecimento histórico se aproxima muito da arte ⁽²⁵⁵⁾. E talvez em razão dos elementos artísticos ou estéticos que contém, porque apela para a

(252) G. M. Trevelyan, *ob. cit.*, 3.

(253) G. M. Trevelyan, *ob. cit.*, 4-5.

(254) William Shakespeare, *Othelo*, ato V, cena II, *The complete works of Shakespeare*, New York, Oxford University Press, s. d., 340.

(255) Wilhelm Bauer, *Introduccion al estudio de la historia*, Barcelona, Bosch, 1944, 132 e 178.

imaginação e torna o passado mais concreto, mais real e mais vivido, a biografia é mais lida que a própria história (256). Porque ela humaniza o passado e enriquece a experiência do presente, sua popularidade cresce de tal modo que as vidas romanceadas têm se tornado um dos piores instrumentos de adulteração da história (257).

É necessário, portanto, ter uma rápida idéia do desenvolvimento da biografia no Brasil. Ela nasceu com Simão de Vasconcelos, que escreveu as vidas dos padres João de Almeida e José de Anchieta. Exprimindo-se em linguagem dura e difícil, coligiu e atestou fábulas e credências que a ignorância popular havia propagado. Não se pode atenuar a insuficiência ou o desmerecimento de sua obra apelando para a época. A biografia de Simão de Vasconcelos foi obra de pouco interesse e nenhuma salvação.

Passaram-se séculos sem nada digno de menção. Nos meados do século XIX, o Conselheiro Pereira da Silva andou escrevendo biografias vulgares de pouco ou quase nenhum valor. Varnhagen, que estava, então, empreendendo a obra de secularização da nossa história, deu os primeiros passos na história verdadeira da nossa biografia. Seus pequenos estudos biográficos, publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, (258) ainda merecem ser lidos. Na verdade, porém, só a partir dos fins do século XIX é que, sofrendo o influxo europeu,

(256) Allan Nevins (*The gateway to history*, Boston, Heath and Co., 1938, 319) afirma que para cada pessoa que lê uma história da guerra civil há dez que lêem biografias de Lincoln, Grant ou Lee.

(257) J. Huizinga, *El concepto de la historia y otros ensayos*, México, Fondo de Cultura Económica, 1946, 48 e Allan Nevins, *ob. cit.*, 384 e sgts. Nevins mostra como a fórmula oferecida em 1918 por Strachey foi imitada pelo estudo superficial do assunto, pela anedota fácil, pelo enigma divertido, de tal modo que a biografia se tornou uma fórmula que nada custava ao autor e ao leitor, para a espantosa difusão dos Maurois, Ludwig, Zweig, etc.

(258) O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem, ultimamente, promovido a análise conjunta de uma figura por várias pessoas. É um método extremamente eficiente, pelo conjunto de visões oferecidas. Vide Curso Joaquim Nabuco, *RIHGB*, v. 204, julho-setembro 1949; Curso Rui Barbosa, *RIHGB*, vol. 205, out.-dez. 1949; Curso Capistrano de Abreu, *RIHGB*, vol. 221, out.-dez. 1953; e as conferências sobre Pinheiro Machado, *RIHGB*, vol. 211; abril-junho 1951.

começamos a aprender os métodos inaugurados naquele século.

Daí em diante o espírito comemorativo e o personalismo do caráter brasileiro — a que já nos referimos — acentuaram-se desmedidamente e a história política quase passou a ser a biografia política. Talvez se possa dizer — com raras exceções, que se conhece o Brasil Reino pelo livro de Oliveira Lima sobre D. João VI, o Brasil do Primeiro Reinado pela Vida de D. Pedro I, e a Regência pelas biografias de Bernardo Pereira de Vasconcelos, Diogo Antônio Feijó, Evaristo da Veiga e José Bonifácio, de Otávio Tarquínio de Sousa, o Segundo Reinado pelo D. Pedro II de Heitor Lyra, a Vida do Visconde do Uruguai de José Antônio Soares de Sousa e a Vida de Nabuco de Araújo, de Joaquim Nabuco; a República pela Vida de Benjamim Constant, de Miguel Lemos, as biografias de Rui Barbosa, a de Joaquim Nabuco por Carolina Nabuco e Luís Viana e a de Afrânio de Melo Franco por Afonso Arinos de Melo Franco. O domínio do empreendimento biográfico revela bem a debilidade de uma historiografia que reflete a natureza pessoal do partido político, o papel das minorias dissociadas da realidade econômica nacional e, no fundo, a profunda estrutura psicológica da personalidade básica do povo brasileiro, que se deixa e se tem deixado dominar por fórmulas individualistas.

Na realidade, a visão de uma história política num quadro geral de várias personalidades históricas da mesma época, como oferece de certo modo o conjunto da obra de Otávio Tarquínio de Sousa, excetuada a parte econômica e social nem sempre bem salientada, é uma rara exceção, que só encontra paralelo na série, que é um dicionário biográfico de um episódio, desenvolvida recentemente por José Antônio Gonçalves de Melo, neto ⁽²⁵⁹⁾.

(259) Antônio Dias Cardoso, *Sargento Mor do Têrço de Infantaria do Pernambuco*, Universidade do Recife, 1954; D. Antônio Filipe Camarão, *Capitão Mor das Índias da Costa do Nordeste do Brasil*, Universidade do Recife, 1954; Felipe Bandeira de Melo, *Tenente de Mestre de Campo General do Estado do Brasil*, Universidade do Recife, 1954; Henrique Dias, *Governador dos Pretos, Crioulos e mulatos do Estado do Brasil*, Univ. do Recife, 1954; Francisco de Figueiroa, *Mestre de Campo do Têrço das Ilhas em Pernambuco*,

Não possuímos um dicionário biográfico; os de Blake e Velho Sobrinho, bibliográficos, estão repletos de erros e incorreções. Qualquer tentativa de organização de um Dicionário Biográfico Brasileiro deve começar pelo exame dos 45.000 documentos biográficos da Biblioteca Nacional, vindos da Secretaria do Império.

BIBLIOGRAFIA DA BIOGRAFIA

Dicionários biográficos estrangeiros: *Dictionary of national biography*, ed. by Leslie Stephen and Sidney Ree, reimp., Londres, Smith, Elder, 1908-1909, Oxford University Press, 1901-1940, com suplementos; *Dictionary of American Biography*. Under the auspices of the American Council of Learned Societies, ed. by Allen Johnson and Dumas Malone, New York, Scribner, London, Milford, 1928-35, 15 vols.; *Allgemeine Deutsche Biographie*, Leipzig, 1875-1912, 56 vols.; *Biographie universelle ancienne et moderne*, Nouv. ed. publiée sous la direction de M. Michaud, rev. corr. et considérablement augm. d'articles omis ou nouveaux; ouvrage rédigé par une Société des Gens de Lettres et de Savants, Paris, Mme. C. Desplaces, 1843-65, 45 vols.; *Nouvelle biographie générale depuis les temps les plus reculés jusqu'à nos jours, avec les renseignements bibliographiques et l'indication des sources à consulter*; publiée par M. M. Firmin Didot frère, sous la direction de M. de le Dr. Hoefer, Paris, Firmin Didot, 1853-66, 46 vols.; *Dictionnaire de biographie française*, sous la direction de J. Balteau, M. Borrouse, M. Prevost, Paris, Letouzey, 1933-35, 2 vols., só até a palavra Anduza; A. J. van der Aa, *Biographisch woordenboek der Nederlanden, bevattende levens beschrijvingen van zoodanige personem, die zich op eenigerlei wijze ins ons vaderland hebben vermaard gemaakt*, voortgezet d.K.J.R. van Harderwijk end D.J. Shotel, M. Suppl., Harlem, 1851-79, 21 tomos em 27 vols.; *Nieuw Nederlandsch biographisch woordenboek*, onder red. van P. C. Molhuysen en P. J. Blok, en Fr. K. H. Kossmann, Leiden, 1911-1933, 9 vols. *Dictionnaire Biographique Français Contemporain*, 2.^a ed. Paris, 1954.

Dicionários e trabalhos bibliográficos brasileiros e portugueses:

A principal bibliografia encontra-se no *CEHB*, *ob. cit.*, II, 1300-1349 e Suplemento, 1702-1705; Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana, histórica, crítica e cronológica*, Lisboa, 1741-59, 4 vols.; *Biblioteca Lusitana Escolhida*, Lisboa, Ofic. de Antônio Gomes, 1785, que segundo Inocêncio contém inúmeros erros, faltas

Univ. do Recife, 1954; *Frei Manuel Calado do Salvador*, Univ. do Recife, 1954; *João Fernandes Vieira*, idem, 1956, 2 vols.

e equívocos; Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico português*, Lisboa, 1858-1923, 22 vols., sendo que os vols. 10 a 21 foram continuados e ampliados por Brito Aranha; Martinho Fonseca, *Aditamentos ao Dicionário bibliográfico português de Inocêncio da Silva*, Coimbra, 1927; Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake, *Dicionário bibliográfico brasileiro*, Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1883-1902, 7 vols.; Guilherme Studart, *Dicionário biobibliográfico cearense*, Fortaleza, 1910-15, 3 vols.; Armando Guaraná, *Dicionário biobibliográfico sergipano*, Rio de Janeiro, 1925; Antônio Joaquim de Melo, *Biografias de alguns poetas e homens da província de Pernambuco*, Recife, 1856-59, 3 vols.; Francisco Augusto Pereira da Costa, *Dicionário biográfico de brasileiros célebres*, Recife, 1882; S. A. Sisson, *Galeria dos brasileiros ilustres*, Rio de Janeiro, 1859-61, 2 vols.; Antônio Henriques Leal, *Pantheon Maranhense*, Maranhão, 1873-75, 4 vols.; Joaquim Manoel de Macedo, *Ano biográfico brasileiro*, Rio de Janeiro, 1876, 3 vols. Múcio Teixeira, *Os gaúchos*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, 1920-21, 2 vols. J. F. Velho Sobrinho, *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1937-1940, 2 vols. Consulte-se também Ramiz Galvão "Biografias", *DHGEB*, I, 1674-1682. — Dicionário biobibliográfico atual é o de Ronald Hilton, *Who's who in Latin America. Part VI. Brazil*, Stanford University Press, 1948. Third edition, rev. and enlarged. A maior riqueza biográfica se encontra na Biblioteca Nacional, nos Documentos Biográficos.

17. *História Social.*

A história política tem sido vista como soma de atividades de políticos, de personalidades influentes, como expressão de classes superiores e de minoria dirigentes. Nesse conjunto de biografias, o povo não aparece, o povo não tem história, senão a de sua eterna dependência e servidão. Ora, não é preciso adotar o ponto de vista marxista, nem a dos modernos historiadores soviéticos, como Sidorov ⁽²⁶⁰⁾, para observar que essa história é formal e descrever da fidelidade de qualquer quadro imposto pelas próprias classes superiores, que "insensivelmente encorajam uma interpre-

(260) A. L. Sidorov, (*Les problèmes fondamentaux de la science historique soviétique et certain résultats de son développement*, Moscou, 1955, 73-74) sustenta que "as leis sociais se manifestam graças à atividade dos homens, das classes, das massas populares, que são os verdadeiros criadores da história", e que "a força realmente decisiva e criadora da história é o povo, são as massas populares.

tação convencional da história, que aparenta um ar de respeitável antigüidade para com os arranjos legais e econômicos que a favorecem ou que êles favorecem. . .” (261).

A tentativa de Namier de tornar a biografia coletiva, visando uma fase, ou acontecimento histórico, e suas conexões psico-econômico-sociais, não era evidentemente senão um meio de remediar os males e perigos das estruturas políticas manifestadas na heroicidade pessoal.

A grande historiadora inglêsa Eileen Power promovia, na mesma época, uma análise similar, ao ilustrar a vida social da Idade Média inglêsa por meio de seis personalidades apresentadas como tipos de figuras comuns e não brilhantes (262).

A história social, dizia no prefácio, sofre também da censura de ser vaga e geral e, dêste modo, incapaz de competir com a história política por causa da falta de personalidades notáveis. Acreditava na possibilidade de dar à história social um tratamento pessoal, fazendo com que o passado revivesse pela personalização. Daí a biografia da gente humilde, que construiu a vida agrária, que trabalhou efetivamente na construção do desenvolvimento industrial. A teoria do medalhão da história política seria substituída pela teoria do povo: estudar a conduta do povo, substituir as personagens pelos grupos, estruturados em formas sociais e econômicas. A Associação Histórica da América sugeriu desde 1939 a necessidade de examinar a vida de grupos que têm sido negligenciados pelos historiadores — analfabetos, os obscuros socialmente, os lavradores e trabalhadores, os imigrantes, etc. A penetração nessa nova área, muito facilitada pelos estudos antropológicos, significaria contribuir para o esclarecimento da cultura popular, do quadro geral da estrutura psico-sócio-econômica onde se manifestam as imposições das minorias dirigentes e seus líderes.

Tendências novas, de certo modo virgens na historiografia brasileira, seriam os estudos sôbre a formação da

(261) R. H. Tawney, *The agrarian problem in the sixteenth century*, London, 1912, 177.

(262) *Medieval People*, Pelican Book, Harmondsworth, 1939.

consciência rural e burguesa no Brasil, esta última talvez criada antes do aparecimento de uma classe burguesa, e a rural, dominante em tôda a história brasileira, ainda hoje constituindo 69% de nossa população. Nem se estudou, também, o papel da classe média e das classes rurais das zonas pioneiras, tão decisivas na evolução histórica dêstes últimos trinta anos. A única exceção seria a obra de Pierre Monbeig ⁽²⁶³⁾, assim mesmo mais atenta à análise da estrutura agrária da zona pioneira.

Um modêlo a seguir, no caso da formação da consciência, seria o de Bernard Groethuysen ⁽²⁶⁴⁾, que se baseou em fontes de tanto interêsse social, só lidas pelo valor estético ou religioso: os sermões.

Outra área inexplorada pelos historiadores é a da personalidade e cultura e correntemente conhecida como a do caráter nacional ⁽²⁶⁵⁾. Êstes estudos têm pouca relação com os métodos antigos de esboçar o caráter nacional em base racial ou climatológica; ao contrário, são meios de relacionar estudos antropológicos de cultura com os históricos de consistência e durabilidade, num mesmo grupo, com a técnica freudiana da formação do caráter individual, e os trabalhos modernos sôbre o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças ⁽²⁶⁶⁾.

O estudo histórico cultural apresentaria um esbôço da evolução e das mudanças culturais, não como somatório de diferentes qualidades e virtudes, defeitos e vícios expressos em adjetivos e substantivos, mas como o resultado da integração dêstes traços na configuração cultural regional e nacional. O que é ser mineiro, paulista, gaúcho, ou nordestino? Suas características e seus comportamentos históricos como mudaram no desenvolvimento da cultura nacional? A enorme literatura sôbre êsse assunto representa um esfôrço de análise impressionista, da qual se libertam

(263) *Pionniers et planteurs de São Paulo*, Paris, 1952.

(264) Bernard Groethuysen, *La formación de la consciencia burguesa en Francia durante el siglo XVIII*, México, Fondo de Cultura Económica, 1943, 1.ª ed., 1927.

(265) O autor prepara um estudo histórico sôbre o caráter nacional brasileiro.

(266) Margaret Mead, "Antropologist and historian", *American Quarterly*, III, n. 1, Verão de 1951, 8.

apenas os estudos de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Luíz Martins e Viana Moog ⁽²⁶⁷⁾.

A aproximação da história, especialmente a social contemporânea, com a antropologia nos daria imensos resultados novos para o conjunto do conhecimento histórico.

A sugestão de Margaret Mead pode e deve ser adotada, de modo a que não falte o caráter histórico a estudos como os de Charles Wagley e seus companheiros sobre as relações sociais em comunidades rurais ⁽²⁶⁸⁾ e sobre uma cidade fictícia amazônica ⁽²⁶⁹⁾.

A colaboração entre antropólogos e historiadores, tão necessária ao desenvolvimento da história social no Brasil, poder-se-ia fazer promovendo a realização de um trabalho comum que tomasse como exemplo investigar uma pequena cidade brasileira entre 1900-1914, estudando seu desenvolvimento econômico e social, com particular interesse nas mudanças das oportunidades de emprego, da propriedade, na tomada de decisões e, finalmente, no meio pelo qual a pequena cidade se integra na vida econômica e social da região, da nação e do mundo. Esta espécie de pesquisa poderia utilizar não só a informação documental própria de historiadores, como a oral, no sistema de entrevista, de velhos habitantes, histórica e antropológica ⁽²⁷⁰⁾.

Numa aventura dessa natureza, os antropólogos perceberiam por que os historiadores consideram indispensável ir buscar a seqüência anterior, ou ainda mais anterior, e por que designam essa fase como nova, ou começando em certo ano ⁽²⁷¹⁾. A duração de uma época varia de acôrdo com os

(267) Vide especialmente *Raízes do Brasil*, 1.^a ed., 1936. Tôda a obra de Gilberto Freyre, desde *Casa Grande & Senzala*, 1.^a ed., 1934, até *Um brasileiro em terras portuguesas*, 1953. Luíz Martins, *O Patriarca e o bacharel*, 1953. Viana Moog, *Bandeirantes e pioneiros*, 1954.

(268) *Race and class in rural Brazil*, Paris, Unesco, 1952.

(269) *Amazon town. A study of man in the tropics*, New York, 1953. Os extraordinários estudos do prof. Tales de Azevedo, especialmente *As elites de côr* (vol. 282 da *Brasiliana*, 1955) sofrem da mesma limitação. Pensando em sua correção disse-nos em conversa o prof. Charles Wagley que o remédio seria a convocação de historiadores para tarefas dessa natureza.

(270) A sugestão aparece em Margaret Mead, *ob. cit.*, 11.

(271) Margaret Mead, *ob. cit.*, 12. Ela não compreende os critérios de periodização que nos levam a considerar *seqüencial* ou *diacrônica* tal ou qual fase.

aspectos que considerarmos. Ela não é a mesma na política nacional ou internacional, na história econômica e social. Nesta última, a dificuldade se extrema, pois um costume, uma atitude espiritual ou uma visão da vida dificilmente podem ser datados.

A função da história social, o mais humilde gênero de história, não consiste, como dizia Tawney, no alistamento de mais um recruta no batalhão dos atuais especialistas. Sua matéria não consiste meramente ou principalmente na superfície irradiante das maneiras, costumes, modas, costumes e relações sociais, mas nos fundamentos invisíveis, que são considerados pela maioria dos homens, na maioria das gerações, como indiscutíveis, até que mudem ou desmoronem ⁽²⁷²⁾.

Acentuava ainda Tawney a importância da literatura, dos romances, contos, novelas e da poesia, como fontes da história social. “O prazer da literatura é um fim em si mesmo e não um meio: é somente um bárbaro degradaria a verdade perene da literatura ou a condição do material para uma disciplina mais humilde”. A literatura abre janelas à realidade ainda desconhecida e preenche deficiências de fontes estritamente históricas ⁽²⁷³⁾. O jogo mútuo entre as atividades práticas de uma sociedade e os imponderáveis da emoção, do sentimento moral e do gosto revelados na arte é uma feição peculiar a uma época. É um ciolismo pretender generalizar sobre as relações entre o homem e sua sociedade, seu comércio com seus companheiros, suas convicções, aspirações e emoções, elementos capitais da história social. Nós não sabemos nada até hoje das relações entre a obra artístico-literária e o caráter da vida econômica, afirma Tawney ⁽²⁷⁴⁾.

A história não é só o fato, mas também o espírito do fato. Queremos conhecer o pensamento íntimo de Rio Branco ou de seus contemporâneos, as aspirações de uns, o civismo de outros, as paixões e os ideais, o caráter do homem influente e comum, de cuja decisão ou conformismo

(272) R. H. Tawney, *Social history and literature*, Cambridge, National Book League, 1950, 8-9.

(273) Tawney, *ob. cit.*, 11-12.

(274) *Ob. cit.*, 34.

dependeu o curso da história. Mas para isso é preciso viver a história, é preciso, como dizia Ulisses a Dante e Virgílio, numa passagem do "Inferno": ganhar experiência do mundo do vício e da dignidade humana.

G. M. Trevelyan, o grande historiador inglês, no prefácio de sua História Social da Inglaterra (²⁷⁵), afirma que a história social não fornece meramente o laço entre a história econômica e política. Tem também seu valor positivo. e seu objeto peculiar. Seu fim pode ser definido como o estudo da vida diária dos habitantes nas idades passadas; inclui as relações humanas e econômicas de diferentes classes, o caráter da vida familiar e doméstica, as condições do trabalho e do lazer, a atitude do homem para com a natureza, a cultura de cada idade, como surge das condições gerais da vida e se manifesta em formas mutáveis na religião, literatura e música, arquitetura, conhecimento e pensamento.

As relações entre a história social e econômica são tão íntimas, que muitos querem que a história social inclua a econômica. É uma tendência generalizada e quase universal, pois se manifesta na Holanda, na Alemanha, na França e na Inglaterra (²⁷⁶).

A história social vem sendo estimulada e impulsionada por instituições novas criadas para seu cultivo, como o Instituto de História Social de Amsterdam (International Institute of Social History) (²⁷⁷), o Instituto de História Social de Paris, a Hoover Library on War, Revolution and Peace, da Universidade de Stanford, dedicada especialmente à história dos movimentos sociais (²⁷⁸).

(275) *English Social History. A survey of six centuries. Chaucer to Queen Victoria*, Londres, Longmans Green & Co., 1.ª ed., 1942. 3.ª ed., 1947, VIII-IX.

(276) Vide opinião de P. J. Blok e J. G. van Dillen, in G. J. Renier, *History. Its purpose and method*, London, 1950; Alemães, franceses e ingleses, em P. Renouvin, "L'Orientation des travaux d'histoire contemporaine", in *Relazioni*, vol. VI, X Congres. Int. di Scienze Storiche, Sansoni, 1955, 345, e M. Postan, "Economic social history", in *Times Literary Supplement*, 6 de janeiro de 1956.

(277) Vide José Honório Rodrigues, *As fontes da História do Brasil na Europa*, Rio de Janeiro, 1950.

(278) Carlos Rama, de Montevidéu, apresentou ao X Congresso Internacional de História, realizado em Roma, de 4 a 11 de setembro de 1955,

A história social pode compreender também a demográfica, imigratória, rural e urbana.

No Brasil, tomando-se a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como modelo, observa-se que no período de 1890 a 1914 a história social ocupa, 44% da matéria, e no período de 1915 a 1938, 55% (279).

Desde o princípio deste século, nossos historiadores começaram a voltar sua atenção para a história social e Capistrano de Abreu, no *Descobrimento do Brasil*, nos *Capítulos de História Colonial*, nos *Ensaio e Estudos* e nos prefácios às Denúncias e Confissões da *Primeira Visitação do Santo Ofício*, introduziu o povo na história, deu significação à vida familiar e doméstica, às profissões, às relações sociais. Seu prefácio e o de Rodolfo Garcia nas Denúncias e Confissões representam o mais autêntico retrato da vida social e familiar do Brasil colonial: “pai soturno, mulher submissa, filhos aterrados”, foi a frase com que Capistrano esboçou a família brasileira de então. *As Órfãs* de Rodolfo Garcia são outra importante contribuição à história social, como o são também *No tempo dos Flamengos*, de José Antônio Gonçalves de Melo Neto, *a Vida e Morte dos Bandeirantes*, de Alcântara Machado, *as Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, *A Primeira Revolução Social Brasileira (1798)*, de Afonso Ruy, os estudos de Amaro Quintas e Barbosa Lima Sobrinho sobre a Revolução Praeira, de Wanderley Pinho sobre *Salões e Damas do Segundo Reinado* e, acima de tudo, *Casa Grande e Senzala* e *Sobrados e Mucambos*, de Gilberto Freyre (280).

uma dissertação sobre movimentos sociais. O prof. Renouvin, *ob. cit.*, 345-351, apresentou um relatório das últimas atividades mundiais no campo da história social.

(279) Rollie E. Poppino, *A century of the Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasil*, separata da *The Hispanic American Historical Review*, vol. I, XXXIII, n. 2, maio 1953.

(280) Importante estudo interpretativo da história social e política brasileira é o de Jacques Lambert, *Le Brésil. Structure sociale et institutions politiques*, Paris, Colin, 1953.

18. *História da Arte.*

A história da arte como disciplina acadêmica é um produto germânico. Foi na Alemanha que ela primeiro se libertou da própria história e, conseqüentemente, foi lá que encontrou seus métodos. Durante a geração de Burckhardt ela ainda se conservava ligada à *Kulturgeschichte*. No fim do século 19, nas mãos de Wölfflin e Schmarsow, estabeleceu como seu objetivo próprio a história das qualidades estéticas dos trabalhos de arte e arquitetura; tornou-se a história da forma e do estilo. O esteticismo teve sua voga e deu lugar à história da arte como uma *Geistesgeschichte*. As obras de arte foram ligadas, por Dvorak, aos movimentos religiosos e filosóficos. Modernamente, surgiu também uma *Kunstsoziologie*, que encontra um exemplo na obra de Arnold Hauser ⁽²⁸¹⁾. A história social da arte estuda a relação do artista com seu público, a história do gosto e da crítica, a da edição artística, a da coleção artística, seu tratamento e preservação. Estabelecida como uma disciplina acadêmica nos centros universitários europeus e norte-americanos, a história da arte desenvolveu-se enormemente e logo se reconheceu que o historiador da arte trazia uma nova dimensão, não só ao estudo da história como ao ensino da própria arte.

A história da arte deve revelar as sucessivas fases do gosto e da apreciação artística oferecidos ao povo; deve descrever e interpretar as formas e composições apresentadas às várias sociedades humanas para sua admiração e gozo; distinguir as obras de arte dos meros artefatos e objetos de curiosidade; descobrir como as várias composições foram recebidas pelas comunidades; quais os que se impuseram apenas durante algumas gerações ou permanentemente; os que deram prazer aos círculos elevados ou humildes da sociedade e as que mais contribuíram para enriquecer nosso tesouro de imagens, à medida que se tornaram clássicas. Deve tentar ver a correspondên-

(281) *The Social History of Art*. Routledge and Kegan Paul, 1951, 2 vols.

cia entre as representações visuais e outras expressões da vida de um período, como a literatura, a música ⁽²⁸²⁾, o teatro ⁽²⁸³⁾ e o pensamento. Finalmente, o estudo das formas artísticas pode ser usado como um dos mais valiosos documentos da história da humanidade ⁽²⁸⁴⁾.

A história da arte deve compreender o estudo da decoração e ilustração, dos materiais e técnicas, dos valores e movimentos, da côr e proporção, da composição, do estilo, influências, da originalidade e personalidade. Infelizmente, como acentuou Lucien Febvre, a história da arte é uma disciplina que freqüentemente se nutre de monografias individuais — artistas e movimentos ⁽²⁸⁵⁾.

Na história da arte em suas várias manifestações é necessário distinguir o valor artístico do histórico e do documentário. O primeiro não apresenta interêsse para o historiador; o segundo absorve-se na história da arte, e o terceiro é fundamental para qualquer aspecto histórico. É necessário fazer aqui esta distinção entre os diversos valores de uma obra histórica. Hannah Levy mostrou que nem sempre coincidem êstes vários valores. Um quadro representando o instante histórico da proclamação pode possuir valor documentário, histórico e artístico. O próprio valor documentário — o único importante para a história em geral — pode ser nulo, caso o pintor não tenha

(282) A melhor bibliografia da história da música no Brasil é de Luís Heitor Correia de Azevedo, in *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro, 1949, 741-777; o melhor estudo é também de Luís Correia, *Música e músicos do Brasil*, Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1950; Vide também Gerrit de Jong Jr., "Brazilian Music and Art", in *Brazil, Portrait of half a continent*, New York, 1951, 423-448; Ann Livermore, "Music" in *Portugal and Brazil, An introduction*, Oxford, 1953, 394-403.

(283) A melhor bibliografia sôbre teatro é de Leo Kirchenbaum, in *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, ob. cit., 727-739. Trabalhos recentes são os de Afonso Rui, *O primeiro teatro do Brasil*, Publicação n. 2, do Centro de Estudos Baianos, Salvador, Bahia, 1951; Athos Damasceno, "O teatro em Pôrto Alegre no século XIX", in *Fundamentos da cultura rio-grandense*, 1.ª série, Faculdade de Filosofia, Pôrto Alegre, 1954, 85-113. A Academia Brasileira de Letras promoveu, em 1954, um Curso de Teatro, do qual foi publicada a aula de José Carlos de Macedo Soares, *O teatro jesuítico*, São Paulo, 1954.

(284) Bernard Berenson, *Aesthetics and history in the visual arts*, Pantheon, 1948, 218.

(285) "Histoire de l'art, histoire de la civilization", in *Combats pour l'histoire*, Paris, Colin, 1953, 295.

sido contemporâneo, ou não se tenha baseado em fontes autênticas e fidedignas. O valor histórico e artístico pode ser também nulo e, então, o quadro não terá nenhuma significação na própria história da arte. Mas se possuir grandes qualidades artísticas nem por isso terá valor histórico, porque “a história da arte demonstra nitidamente que não é o valor artístico de um quadro, de uma escultura, de uma arquitetura que determina sua importância histórica. Se o quadro em questão não exerceu nenhuma influência direta ou indireta, seja sobre outros artistas, seja sobre o público (formação do gosto), o valor histórico do quadro fica inexistente para o historiador da arte.” Esse mesmo quadro pode constituir uma obra-prima da pintura nacional e, pelo seu valor artístico, ter direito a um lugar eminente da história da pintura. Verifica-se também o contrário, ou seja o de um quadro de deplorável qualidade artística possuir indiscutível valor histórico, pela influência que a seu tempo exerceu ⁽²⁸⁶⁾.

Cabe, portanto, distinguir numa representação plástica ou pictórica uma pluralidade de valores, dos quais o documentário é o que mais nos interessa. Como as fontes escritas, as plásticas estão sujeitas às mesmas regras críticas. Os problemas da época, o lugar de origem, a autoria, autenticidade, falsidade e veracidade devem ser criticamente examinados. Foi deste modo que H. Tietze formulou sua metodologia, inteiramente baseada na de Bernheim ⁽²⁸⁷⁾.

A história da arte no Brasil possui hoje extensa bibliografia, é um dos grandes campos de pesquisas ⁽²⁸⁸⁾ e

(286) Cf. Hannah Levy, “Valor artístico e valor histórico. Importante problema da história da arte”, *SPHAN*, n. 4, Rio de Janeiro, 1940, 182-192.

(287) *Die Methode der Kunstgeschichte*, Leipzig, 1913.

(288) A principal bibliografia está relacionada in *CEHB*, 1881, 2.º vol. e suplemento. E. Castro e Almeida, Catálogo de mapas, plantas, desenhos, gravuras e aquarelas, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1908; Robert C. Smith, “Arte”, in *Manual de Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro, 1949, 7-100; José Valadares, *A Arte Brasileira (1943-1953)*, Publicação n. 30 do Centro de Estudos Baianos, Bahia, 1955. Vide também “Fine Arts”, in *Atas do Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiro*, The Vanderbilt Univ. Press, 1953. Os últimos estudos importantes não registrados nas bibliografias acima são: Serafim Leite, *Pintores jesuítas do Brasil (1549-1760)*, Archivum

desde 1943 um grande movimento de criação de museus de arte impulsionou seu estudo ⁽²⁸⁹⁾, havendo inclusive revistas especializadas para sua divulgação ⁽²⁹⁰⁾.

As obras iconográficas ou artísticas só nos interessam pelo seu valor documentário, quer se trate de peças relativas aos acontecimentos históricos, quer aos costumes, folclore, assuntos militares, paisagens, monumentos, decoração, sátira e sobretudo retratos. Em 1931, o Comitê Internacional de Ciências Históricas abriu um inquérito sobre os recursos essenciais dos museus e bibliotecas públicas ⁽²⁹¹⁾.

As mais antigas documentações iconográficas são a pintura e a gravura. Se é exato que muito poucas estampas têm valor estético, é certo também que desde o início as gravuras tiveram caráter popular. Elas se dirigiam às multidões, não para lhes dar satisfações artísticas, mas para servir às suas crenças, paixões e ódios. Inteligíveis aos iletrados, acessíveis por suas dimensões e preço, foram e permaneceram por muito tempo um instrumento admirável de ação social. Por isso fornecem uma contribuição essencial à história religiosa, política, econômica. Completamente popular, a gravura é um testemunho das necessidades e dos problemas sociais, e uma representação de costumes, tipos, trajés e formas. A princípio foi inteligentemente aproveitada pela religião, pois fornecia edificantes imagens de piedade ⁽²⁹²⁾.

Historicum Societatis Iesu, extractum e vol. XX, 1951; idem, *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760)*, Lisboa, 1953; idem, *Novos documentos sobre Francisco Dias, Mestre de Obras de S. Roque em Lisboa, Arquitecto da Companhia de Jesus no Brasil*, Archivum Historicum Societatis Iesu, Extractum e vol. XXII, 1953; Guilherme Auler, *O Imperador e os artistas*, Tribuna de Petrópolis, 1955; Mário Barata, *Azulejos no Brasil*, Rio de Janeiro, 1955; J. W. Rodrigues, *Fardas do Reino Unido e do Império* (Separata do Anuário do Museu Imperial, 1950); Rio de Janeiro, 1953; R. C. Smith, *As artes na Bahia*, 1.ª parte, Arquitetura colonial, Salvador, Bahia, 1954; Gilberto Ferrez, *Iconografia de Petrópolis*, Petrópolis, 1956; Gerrit de Jong Jr., "Brazilian Music and Art", in *Brazil, Portrait of half a continent*, New York, 1951, 423-448.

(289) José Valadares, *Arte Brasileira, ob. cit.*, IV.

(290) Especialmente RPHAN (Rio de Janeiro), *Habitat* (São Paulo), e *Brasil: Arquitetura Contemporânea* (Rio de Janeiro).

(291) André Blum, "Des répertoire iconographiques", *Résumés des Communications présentées au Congrès*, Varsovie, 1933, 138-139.

(292) Léon Rosenthal, *La Gravure*, Paris, 1909, II.

O estudo da iconografia brasileira envolve, portanto, o conhecimento das primeiras gravuras e gravadores do Brasil e dos primeiros estabelecimentos litográficos. As primeiras manifestações, esporádicas até o estabelecimento da Impressão Régia em 1808, têm pouco ou nenhum valor documentário ⁽²⁹³⁾.

Fundado o Real Arquivo Militar, em 1808, com uma secção de gravura sôbre chapas de cobre ou talho doce, a fim de reproduzir cartas e mapas, em 1824 adquiria-se uma litografia a fim de substituir a gravura. O primeiro estabelecimento litográfico dirigido por João Steinmann fazia parte do próprio Arquivo Militar ⁽²⁹⁴⁾.

A Steinmann seguem-se Armand Julien Palière e Luis Aleixo Boulanger ⁽²⁹⁵⁾. Os desenhos, quadros e litografias por êles apresentados têm um caráter documentário de grande importância para a história.

Quem realmente compreendeu e encareceu o valor da iconografia e das fontes artísticas em geral foi Manuel de Araújo Pôrto Alegre, Barão de Santo Ângelo. Em 1856, êle mostrava a necessidade de uma coleção de imagens e retratos dos grandes homens ⁽²⁹⁶⁾. Pretendia escrever uma obra que servisse de complemento ao *Plutarco Brasileiro*; seria uma coleção de imagens, às quais ajuntaria algumas notícias biográficas.

A mais rica coleção iconográfica brasileira é a da Biblioteca Nacional. Até 1874 não se conhecia o admirável acervo possuído pela Biblioteca Nacional e por isso Ramiz Galvão podia escrever, no Relatório de 1875, que a descoberta, de 1874, da riquíssima e numerosa coleção de estampas de tôdas as escolas e dos mais afamados mes-

(293) Sôbre os inícios da gravura no Brasil, vide Floriano Bicudo Teixeira, "A Gravura no Brasil" in *A Biblioteca*, vol. 3, ns. 1 e 2, jan. e fev. de 1940, 24-41, e depois impresso in *Política e Letras*, Rio de Janeiro, 22 de julho de 1948; e Francisco Marques dos Santos, "José Joaquim Viegas de Menezes", *RSPHAN*, n. 2, 229.

(294) Cf. Marques dos Santos, "Litografia no Rio de Janeiro", *RSPHAN*, n. 1, 45-49. Melo Moraes julgou êste estabelecimento particular, Cf. *A Litografia no Brasil*, in *História da Trasladação da Côte Portuguesa para o Brasil*, em 1807-1808, Rio de Janeiro, 1872, 132-135.

(295) Cf. Francisco Marques dos Santos, "Dois artistas franceses no Rio de Janeiro", *RSPHAN*, n. 3, 123-148.

(296) "Iconografia brasileira", *RIHGB*, t. 19, 1856, 349-54.

tres que em todos os tempos ilustraram a arte da gravura, era um acontecimento de extraordinária importância histórico-artística. Esta vasta, rara e preciosa coleção, que inclui 81 gravuras de A. Dürer e várias outras das escolas flamenga, francesa e italiana, tinha e tem enorme valor artístico e histórico e nenhum valor documentário para a história do Brasil. Data dessa época a criação, pelo Regulamento de 1875, do Gabinete de Estampas da Biblioteca Nacional. A coleção foi crescendo e, em 1884, compunha-se de desenhos originais e mais de 30.000 estampas ⁽²⁹⁷⁾, gravuras, litografias, desenhos, fotografias, reproduzindo episódios, homens, costumes, tipos, formas e trajos de indiscutível valor documentário ⁽²⁹⁸⁾.

A grande coleção da Biblioteca Nacional contém as principais fontes iconográficas, como paisagens, vistas, marinhas, desenhadas, gravadas e fotografadas, costumes, usos, indumentárias. Alburns de vistas de caráter social e econômico sobre estradas de ferro, colônias de imigrantes, concretizam a imaginação, tornam real o que antes era apenas alusivo. Nos livros pitorescos e de viagens se encontram muitas gravuras de interesse documentário ⁽²⁹⁹⁾.

A documentação iconográfica inédita é ainda muito vasta. Plantas, cartas e outros documentos manuscritos se encontram em vários arquivos e bibliotecas.

Documentos de importância não somente para a história da arte, da arquitetura, da pintura etc., mas para a história geral do Brasil, como representação dos acontecimentos ou do ambiente e personagens se encontram nos arquivos portugueses. As litografias, gravuras e pinturas

(297) Cf. *Catálogo da Exposição Permanente de Cimélios*. Rio de Janeiro, 1885.

(298) Sobre a importância da Seção em 1897, vide R. Villa Lobos, "Iconografia" (Estudos), ABN, Rio de Janeiro, vol. 18, 1897, 414-444.

(299) O CEHB, classe XV, regista muitas gravuras de livros de viagens. Exemplos clássicos são os dos livros de Debret, Rugendas, Ender, Chamberlain, Maria Graham, Guillobel e Landseer. Sobre este último, cf. Alberto Rangel, "O Album de Highcliffe, The Landseer Sketchbook", RSPHAN, n. 6, 87.116. Dois exemplares de alburns históricos são: Ramiz Galvão, *Galeria de História Brasileira, 1500-1900*, Garnier, 1899, e J. M. Paranhos da Silva, *Album des Vues du Brésil*, Paris, 1889.

revelam, pelas imagens que evocam, novos aspectos da vida brasileira.

Percebendo a importância destas fontes organizou-se, em 1930, a Subcomissão brasileira de Iconografia criada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1929. A proposta dos trabalhos foi organizada por Ramiz Galvão ⁽³⁰⁰⁾.

Documentos de importância indiscutível são também os desenhos satíricos, as caricaturas com sua capacidade discriminatória. O grande exemplo da caricatura como crítica social encontra-se em Honoré Daumier (1808-1879), que pôs a serviço de sua tarefa toda sua personalidade e toda a graça de seu gênio artístico. Ele retratou sua época e a crítica ao governo e mostrou o *bas-fond* de Paris em contraste com a abundância da classe dominante. A principal força de sua expressão artística é contra o burguês. A caricatura no Brasil apresenta hoje rica bibliografia e a obra de J. A. Soares de Sousa e especialmente a de Herman Lima representam o ponto alto da história da caricatura no Brasil ⁽³⁰¹⁾.

A litografia, inventada em 1805 por Aloys Senefelder, foi suplantada modernamente pela fotografia, que se tornou uma das mais importantes fontes plásticas. Os retratos a óleo, em miniatura e em gravura ⁽³⁰²⁾ foram substituídos

(300) *RIHGB*, vol. 165, 1933, I-IV.

(301) Vide J. A. Soares de Sousa, "Um caricaturista brasileiro no Rio da Prata", *RIHGB*, vol. 227, abril-junho 1955, 3-84. Herman Lima tem publicado na imprensa do Rio de Janeiro excelentes estudos, baseados numa pesquisa exaustiva. São parte de um livro sobre *A caricatura no Brasil*, a ser editado por José Olímpio, e que domina toda a bibliografia até hoje impressa. A reportagem "Herman Lima apresenta: A Caricatura no Brasil", in *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 17-18 de julho de 1954, dá uma idéia da obra.

(302) As principais fontes são: *Colecção de retratos de todos os homens que adquiriram nome pelo gênio, talentos, virtudes, etc., desde o princípio do mundo até nossos dias. Com resumo histórico de suas vidas*. Imprensa Régia, 1816. *Retratos e elogios de varões e damas que ilustraram a História de Portugal*, Oficina de Simões Tadeu, 1817. A coleção de retratos coligidos por Diogo Barbosa Machado foi estudada e descrita por José Zeferino de Menezes Brum, in *ABN*, vols. 16-26, 1893-1905. Vide também *Uma coleção de retratos e biografias das personagens ilustres de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1840. Sobre retratos a óleo, cf. H. Levy, "A Pintura colonial no Rio de Janeiro", *RSPHAN*, v. 6, 1942, 7-77.

pelo retrato fotográfico. Este tem, para a biografia, a mesma importância que um auto-retrato para uma memória ou a representação plástica de um sucesso para uma exposição histórica. Nem sempre a fotografia foi considerada uma arte ou uma imparcial representação da verdade. Nenhum aparelho fotográfico seria capaz de representar uma fisionomia que se surpreende ao primeiro golpe de vista numa pintura. “A lente, esse pretense olho imparcial permite também tôdas as deformações possíveis da realidade, pois o caráter da imagem está determinado pela maneira de ver do operador” (303).

No Brasil, as primeiras fotografias datam de 1840, e já entre 1857 e 1870 se observa um enorme desenvolvimento.

O *CEHB* regista várias fotografias e álbuns fotográficos de extraordinário valor documentário. A obra principal é hoje a de Gilberto Ferrez (304).

(303) Cf. Gisèle Freund, *La fotografía y las classes medias*, Losada, B. Aires, 1946, 12.

(304) *A fotografia no Brasil*, separata da *RSPHAN*, n. 10, 1953.

CAPÍTULO 7.

A METODOLOGIA HISTÓRICA

Método científico é o processo pelo qual se conquistam conhecimentos próprios de uma ciência. Sob o nome de metodologia, diz Bernheim, compreendemos a exposição geral da idéia e da natureza do método de uma ciência, enquanto que designamos como metódica os princípios e artifícios metódicos pelos quais chegamos àquele resultado (1). Poder-se-ia dizer, também, que a Metodologia Histórica é o conjunto de princípios que presidem o trabalho histórico em suas várias fases, ou sejam a pesquisa, o exame crítico, a interpretação e a exposição. Ela consiste no estudo das fontes — heurística, da autenticidade e integridade dessas fontes, na crítica de sua autoridade. Colhido o documento por intermédio da heurística, verificara sua autenticidade e integridade pelo apêlo às disciplinas auxiliares e criticada sua autoridade e fidedignidade por intermédio das críticas externa e interna, inicia-se o trabalho de comparação das fontes e de sua interpretação, a fim de que se possa redescobrir a realidade tal qual sucedeu.

Assim, o estudo da metodologia histórica facilita a descoberta das fontes históricas, a análise de sua integridade e a crítica de sua autoridade. Como o historiador não se limita a transcrever os documentos, mas deve in-

(1) Ernst Bernheim, *Lehrbuch der historischen Methode und der Geschichtsphilosophie*, Leipzig, 1908, 179. — O método é a força absoluta, única, suprema, infinita, à qual nenhum objeto resistiria; é a tendência da razão a reconhecer-se a si mesma em todas as coisas. (Hegel, *Logique*, t. III, apud Karl Marx, *Misère de la philosophie*, Paris, 1922, 121).

interpretá-los, a metodologia histórica aponta-lhe a necessidade de conhecer as teorias históricas, com as quais êle vai comparar e interpretar as fontes já criticadas. É por essa razão que deveremos estudar as várias disciplinas auxiliares, a crítica histórica e as relações da História com as ciências sociais, pois é das vizinhanças destas que nascem as teorias interpretativas. É lógico que já se formou um conjunto de regras e princípios que não podem continuar como tesouros escondidos de uns poucos que se entregam a êsses estudos.

A História, embora prêsa aos fatos, não se limita a êles, e procura compreendê-los. Usa, assim, dos métodos históricos, mas não consiste nêles. Ortega y Gasset disse que a física e as ciências naturais consistem nos seus métodos, o que não acontece com a história. Ela não renuncia nunca à compreensão dos fatos (2). O método define, portanto, o comportamento do historiador em face do objeto histórico. Mas cumpre evitar que o método se substitua ao objeto e se torne independente dêle ou o seu próprio fim. Eduard Meyer assinalou que a prática do historiador deve seguir os seus próprios mandamentos, que lhe são impostos pela conformação mesma do material (3).

A verdade é que à medida que o historiador teve de tratar da melhor forma possível os casos singulares, de conduzir a pesquisa e trabalhar os seus resultados, a experiência lhe foi ensinando certo número de regras e maneiras que hoje englobamos sob o nome de método histórico e que podem ser formuladas teòricamente. Mas cairia em êrro grosseiro, como diz Meyer, aquêle que imaginasse, pelo fato de tê-las guardado, que já era um historiador e que o tratamento científico da história pudesse ser encerrado nos parágrafos de uma metódica. A exterioridade da técnica pode ser exercitada metòdica-

(2) Ortega y Gasset, "Historiologia", *Goethe desde dentro*, Buenos Aires, Espasa-Calpe, 1940, 208.

(3) Eduard Meyer, "Zur Theorie und Methodik der Geschichte", *Kleine Schriften zur Geschichtstheorie und zur wirtschaftlichen und politischen Geschichte des Altertums*, Halle, Verlag von Max Niemeyer, 1910, 3.

mente. Entretanto, o principal, a compreensão interior do material, o conhecimento dos problemas históricos, a descoberta de suas ligações não podem nascer senão do íntimo do pesquisador (4).

É por isso que as teorias históricas representam um papel tão importante na compreensão do material histórico. E é por isso também que na evolução da metodologia histórica se procurou dar tanta importância aos problemas da filosofia da história e das teorias históricas. Espírito sem método não prejudica menos a ciência do que método sem espírito, como dizia Bernheim (5).

Finalmente, o método é o conhecimento das regras que substitui o agir intuitivo e imitativo, o agir empírico pelo agir reflexivo. Mas ele não se esgota nessa reflexão sobre a prática; sua essência consiste especialmente na interpretação dos documentos, que são as provas com que chegamos à certeza, à verdade histórica. A interpretação descansa na teoria e na filosofia; daí o apêlo da metodologia às disciplinas vizinhas e às concepções do mundo.

Não se deve pretender que o ensino da metodologia histórica seja capaz de criar um pesquisador ou historiador. Para isso outras qualidades são indispensáveis. Já se disse, e mais de uma vez, que o historiador nasce feito. Mas pode-se e deve-se produzir condições especiais para que sua formação e educação sejam facilitadas. A tarefa da metodologia é preparar a formação do historiador, tal como a gramática é indispensável ao conhecimento da língua.

Depois, com o exercício continuado, facilmente se esquecem as regras e normas de uma e de outra, porque a sua aplicação se torna inconsciente. Não há nada de mais prático do que a teoria. Com isso se quer dizer que a teoria existe para que as experiências práticas não se façam sem motivos, mas, desde o início, sejam elaboradas em condições que possibilitem o êxito (6).

(4) Eduard Meyer, *Ibid.*, 4.

(5) Ernst Bernheim, *ob. cit.*, 183.

(6) Paul Kirn, *Einführung in die Geschichtswissenschaft*, Berlin, 1947, 6.

É por esta razão, pela sua própria força como elemento auxiliar de criação de um tipo de atividade intelectual, que não cessam de aparecer novos trabalhos de metodologia, frutos de cursos obrigatórios nos Departamentos de História de Universidades americanas e européias.

História da Metodologia Histórica.

Há relativamente muito pouco de uma história da metódica (7). De um modo geral, sabe-se que desde Luciano (ca. 115-200), com a sua *De História Conscribenda* (8), de Ibn Kaldun (1331-1406), com seus *Prolegomena* (9), de Jean Bodin (1530-1596), com seu *Methodus ad facilem historiarum cognitionem* (10) de 1566, de Luis Cabrera de Cordoba (1559-1623), com sua *De Historia, para entenderla y escribirla* (11), e Gabriel

(7) Um bom resumo se encontra em Bernheim, *ob. cit.*, 206-250.

(8) Luciano, *De Historia Conscribenda*, Florença, Laur. de Alopa, 1496. Esta é a edição *princeps*, feita por J. Lascaris. A primeira edição da tradução latina foi publicada em 1515, em Nuremberg, por Fred. Peypus, sob o título de *De Ratione conscribendae historia*. Há edições latinas impressas em Oxford (1776), em Leipzig (1796), em Dublin (1799), sob o título de *Quomodo historia conscribenda*. Uma das melhores edições é a de C. H. Hermann, em Francforte, 1828. São as seguintes as traduções portuguesas: 1) *Arte Histórica do Luciano*, tradução do grego para o português de Manuel de S. Antônio, Lisboa, 1733; 2) *Arte histórica do Luciano*, tradução de Jac. de S. Miguel, Lisboa, 1735; 3) *Sôbre o modo de escrever a história*, tradução de Custódio José de Oliveira, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1771. Desta última foi que nos servimos.

(9) Ibn Kaldun, *Prolegomena*, introdução à sua *História Universal*, da qual foi publicada uma tradução francesa nas *Notices et extraits des manuscrits de la Bibliothèque Imperiale*, Paris, 1847-68, vols. XVI-XXI. Há também uma tradução por Quatremère, em 3 volumes e Seleções em inglês em *An Arab Philosophy of History*, trad. de Charles Issawi, Londres, 1950.

(10) Jean Bodin, *Methodus ad facilem historiarum cognitionem*, Paris, 1566; 2.ª ed. revista e aumentada, Paris, chez Martin le Jeune, 1572. Existe uma tradução francesa, *La methode de l'histoire*, Paris, Alger, 1941, publicação da Faculdade de Letras de Alger. A tradução inglesa de Beatrice Revnolds, *Method for the easy comprehension of history*, New York, Columbia University Press, 1945, faz parte dos "Records of Civilization". John L. Brown escreveu um estudo crítico sobre o Método. Cf. *The Methodus ad facilem historiarum cognitionem of Jean Bodin; A critical study*, Washington, 1939.

(11) A obra escrita em 1811 foi publicada com um estudo preliminar e notas de Santiago Montero Diaz, Madrid, Inst. Est. Politicos, 1948.

Bormot de Mably (1709-1785), com sua *De la manière d'écrire l'histoire* ⁽¹²⁾ de 1782, faziam-se reparos às excentricidades dos historiadores seus contemporâneos e exigia-se-lhes melhor formação.

Tratava-se aí, em geral, da maneira de escrever e não da forma de reconstruir a história, de redescobrir a verdade histórica. Era sempre um conjunto de preceitos respeitantes à forma, e não à aquisição da matéria histórica. Supunha-se já conhecida a verdade histórica e só se cuidava da forma, da disposição mais ou menos lógica, hábil e artística e da descrição melhor ou piormente imaginada ⁽¹³⁾. Diferença profunda separa, então, a “Ars Historica” ⁽¹⁴⁾ do atual método histórico.

Observações gerais sôbre a aplicação crescente da crítica e das ciências auxiliares ⁽¹⁵⁾, sôbre o uso das fontes, sôbre princípios de método ⁽¹⁶⁾ apareciam de tempos em tempos. Foi somente no século XIX, com os estudos de Niebuhr sôbre as fontes clássicas romanas e o apêndice de Leopold Ranke, “Para a crítica dos mais novos historiadores”, à sua obra sôbre os povos romanos e germânicos que se inaugurou uma metodologia teórico-prática inteiramente original ⁽¹⁷⁾. Na sua cátedra da Universida-

(12) Gabriel Bormot de Mably, *De la manière d'écrire l'histoire*. Encontra-se no 12.º tomo da *Collection complète des Oeuvres de l'Abbé de Mably*, Paris, 1794-95, 365-571.

(13) Giovanni Gentile, “Contributions à l'histoire de la méthode historique”, *Revue de synthèse historique*, 1900, 21-23.

(14) O primeiro trabalho metodológico sôbre a *Arte Histórica* é o de Gerhard Joh. Voss, *Ars historica* (Leyden, 1623), no qual reúne pela primeira vez, como êle próprio diz, as regras da maneira acertada de escrever a história.

(15) O primeiro trabalho sôbre a crescente aplicação das ciências auxiliares na história data de Benjamin Hederich, *Anleitung zu den fuernehmsten historischen Wissenschaften*, 2.ª ed., 1711.

(16) A primeira tentativa de exposição dos princípios de método vem de W. Wachsmuths, *Entwurf einer Theorie der Geschichte*, Halle, 1820.

(17) Leopold Ranke, *Geschichte der romanischen und germanischen Voelker*, Berlin, 1824. O título original do apêndice, também publicado em separado, é o seguinte: *Zur Kritik neuerer Geschichtschreiber*, Berlin e Leipzig, 1824. Foi reimpresso nas *Sämmtliche Werke*, vol. XXXIII-XXXIV, 2.ª ed., 1874. Em 1822-23, Hegel dizia que preocupava muito aos alemães saber como se devia escrever a história. Cf. *Lecciones sobre la Filosofia de la Historia Universal*, Buenos Aires, Revista de Occidente, 1946, 1.ª vol., 154.

de de Berlim, Ranke ensinou a seus discípulos os novos processos que têm sido, desde então, utilizados no progresso da ciência histórica (18). Georg Waitz (1813-86), discípulo de Ranke, formou, por sua vez, dois homens que iriam fundamentar decisivamente a metodologia histórica: Ernst Bernheim (1850-1922), autor do monumental *Tratado do Método Histórico e de Filosofia da História* (19), e Gabriel Monod (1844-1912), que inaugurou os cursos de seminários e metodologia em França (20).

O cultivo do método na França, trazido por Monod da Alemanha, produziu em 1899 o grande manual francês de introdução aos estudos históricos, universalmente adotado desde muito tempo, a *Introduction aux études historiques*, escrito por Charles V. Langlois e Charles Seignobos (21). A exposição teórica do método, corporificação dos princípios práticos lançados por Ranke, não podia deixar de fazer progressos e não só se inauguram por tôda a parte cursos de metodologia como se escrevem, em várias línguas, diversos trabalhos.

A literatura sôbre metodologia da história é hoje incomensurável. Mas a codificação dos princípios críticos de tratamento dos documentos e de sua utilização, valorização e interpretação não influiu sômente na própria elaboração histórica. Tôdas as ciências sociais sofrem a influência dessa corporificação metodológica (22) e é riquíssima também a bibliografia dos estudos metodológicos das várias disciplinas sociais, não importando o título com que se intitulem, mas tão-sômente os princípios prático-teóricos que formulam para os que se iniciam. Na geografia,

(18) Ernst Bernheim, *Lehrbuch der historischen Methode und der Geschichtsphilosophie*, Leipzig, 1908, 240.

(19) Ernst Bernheim, *ob. cit.*, 1.ª edição, 1889. A melhor edição é a de Leipzig, Verlag von Duncker & Humblot, 1908, em cuja fôlha de rosto se diz "quinta e sexta edição, revista e aumentada".

(20) Gabriel Monod é autor do capítulo sôbre método histórico no volume *De la méthode dans les sciences*, Paris, Alcan, 1909, 319-362.

(21) Charles V. Langlois e Charles Seignobos, *Introduction aux études historiques*, Paris, 1898.

(22) As disputas metodológicas nas várias ciências exatas e suas conseqüências para a teoria do conhecimento estão sumariadas por Ernst Cassirer, *El problema del conocimiento*, México e Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1948, especialmente as págs. 134, 138-142, 150, 260.

na sociologia, na antropologia, na linguística, no direito, várias introduções procuram estabelecer os princípios gerais de suas disciplinas. Alguns limitam-se a divulgar as noções gerais da disciplina, sem entrar nos problemas propriamente metodológicos, como é o caso das Introduções ao Direito, que são apresentadas como enciclopédias jurídicas. Metodologias, guias, introduções, manuais, representam a tentativa de iniciar o estudante nas bases teóricas e práticas de cada disciplina. Para ilustrar o desenvolvimento da disciplina metodológica histórica nesses últimos anos basta lembrar as obras, sumárias ou completas, de Zacarias Garcia Villada ⁽²³⁾, de Wilhelm Bauer ⁽²⁴⁾, de Louis Halphen ⁽²⁵⁾, de Fábio Cusin ⁽²⁶⁾, de Emílio Ravignani ⁽²⁷⁾, de J. M. Romein ⁽²⁸⁾, de León E. Halkin ⁽²⁹⁾, de Marc Bloch ⁽³⁰⁾, de Giovanni Soranzo ⁽³¹⁾, de G. J. Renier ⁽³²⁾, de Louis Gottschalk ⁽³³⁾, de Carlos Rama ⁽³⁴⁾. Além disso, existem várias introduções sobre temas especiais, como a obra monumental de Pierre Caron ⁽³⁵⁾, ou sobre certos períodos, como a de Louis Halphen ⁽³⁶⁾, de Hermann Bengtson ⁽³⁷⁾, de Camille Bloch e Pierre Renouvin ⁽³⁸⁾ e de Gabrielle Pepe ⁽³⁹⁾ e

(23) *Metodologia y critica historicas*, Barcelona, 1921.

(24) *Introducción al estudio de la historia*, 1.ª ed., 1921, trad. espanhola, Barcelona, 1944.

(25) *Introduction a l'Histoire*, Presses Universitaires, Paris, 1946.

(26) *Introduzione allo studio della storia*, Padova, 1946.

(27) *Introducción a los estudios historicos*, Montevideo, 1948.

(28) *Apparaat voor de studie des geschiedenis*, Groningen, 1949.

(29) *Inticiation a la critique historique*, Paris, 2.ª ed., 1953.

(30) *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*, Paris, 1949.

(31) *Avviamento agli studi storici*, Milano, 2.ª ed., 1950.

(32) *History, its purpose and method*, London, 1950.

(33) *Understanding History. A primer of historical method*, New York, 1950.

(34) *Introducción a los estudios historicos*, Montevideo, 1951.

(35) *Manual Pratique pour l'étude de la Révolution Française*, Paris, 1947.

(36) *Iniciation aux études d'Histoire du Moyen Âge*, 2.ª ed., Paris, 1946.

(37) *Einführung in die Alte Geschichte*, München, 1949.

(38) *Guide de l'étudiant en histoire moderne et contemporaine*, Paris, 1949.

(39) *Introduzione allo studio del Medio Evo latino*, 2.ª ed., Napoli, 1950.

dêste com Federico Chabod (40). No campo da metodologia histórica e suas ligações com as ciências sociais, o Conselho de Pesquisa nas Ciências Sociais, de Nova York, tem preparado relatórios de extremo interêsse e valia (41).

Necessidade dos cursos de metodologia histórica

Inaugurados os seminários de metodologia na Alemanha (1830), os “cursos práticos” na Bélgica por Godefroid Kurth (1880-81), os cursos de ciências auxiliares na França (1884), logo outros países, como a Áustria, Holanda, Inglaterra e Itália se apressaram a seguir as lições de ensino e preparo do professorado que viam naquelas nações. Foi assim que nos Estados Unidos desde 1890 se iniciaram cursos sôbre método e ciências auxiliares. Aí, as influências da técnica e da indústria fizeram, por vêzes, chamar de “curso de laboratório” às aulas de metodologia.

Mas na própria Europa os cursos de metodologia cada vez mais se aperfeiçoaram. O grande mestre Henri Pirenne dirigia na Bélgica, em 1882-83, um novo curso dessa matéria, com a duração de três anos. Logo foi ampliado, dando-se lições não só de método histórico como sôbre a natureza da história, ciências auxiliares, heurística e crítica. Na Alemanha, ao lado da metodologia, logo se iniciou um curso de historiografia, seguido pelos de filosofia da história e de didática. No de metodologia, os alunos que desejavam dedicar-se às ciências históricas se acostumavam a manejar as fontes, fazer investigações, aplicar métodos de crítica aos documentos. O caráter puramente doutrinário foi cedendo lugar ao caráter prático de seminário, com obrigações de consulta a textos históricos, feitura de monografias, dissertações em classe, etc. O curso dado por

(40) Gabriel Pepe e Federico Chabod, *Orientamenti per la Storia d'Italia nel Risorgimento*, Bari, 1952.

(41) Louis Gottschalk e outros, *The use of personal documents in history, anthropology and sociology*, New York, 1945; *Theory and practice in Historical Study: A report of the Committee on Historiography*, 1946; *The Social Sciences in historical study*, 1954.

Bernheim, em Greifswald, era de metodologia e ciências auxiliares da história, com exercícios práticos (42).

Aos poucos se ia especializando o ensino metodológico. O grande historiador alemão Eduard Meyer, autor de uma famosa *História da Antiguidade*, regia o seminário de exercícios práticos e era professor de um curso sobre as fontes históricas da Antiguidade. Em Tübingen e Friburgo logo foi inaugurado um curso especial sobre fontes da história alemã. As disciplinas auxiliares passaram a ser dadas não só em cursos gerais de metodologia histórica, como em cursos especiais e particulares de cada uma. A especialização na história da historiografia era de tal ordem que se davam cursos, por exemplo, sobre o *Anabasis* de Xenofonte ou sobre Tucídides.

No inquérito realizado por Ernesto Quesada sobre o Ensino da História nas Universidades Alemãs, verificou-se que já entre 1908-1909 vinte e duas Universidades ensinavam metodologia histórica. Nos Estados Unidos, as Universidades exigem para o bacharelado a frequência obrigatória à cadeira de Metodologia, diversamente denominada, e para o doutoramento os seminários de metodologia, historiografia e, algumas delas, a cadeira de filosofia da história. Na América do Sul, as Universidades argentinas de Buenos Aires, La Plata e Cordoba, no México a Escuela Normal Superior, a Universidade Nacional, a Escola Nacional de Antropologia e História e o Colégio do México, bem como a Faculdade de Humanidades e Ciências de Montevideu criaram-na, exigindo as primeiras a sua frequência para a licenciatura.

Dêste modo, é hoje um princípio elementar de organização curricular universitária a exigência de frequência desta disciplina para os que desejam graduar-se em his-

(42) Para a Bélgica, vide Paul Fredericq, *L'origine et les développements des cours pratiques d'histoire dans l'enseignement supérieur de Belgique*, Liège, Impr. Liégeoise, s. d. Sobre a Alemanha, vide Ernesto Quesada, *La enseñanza de la historia en las Universidades alemanas*, La Plata, Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, 1910.

tória. Não se trata de uma inovação a ser tentada, mas, ao contrário, da adoção de uma experiência universalmente aceita e louvada. Para países como o Brasil, de organização universitária tradicionalmente menos livre, com currículos fixados previamente, qualquer criação nova poderia parecer descabida. Mas porque ela atende a uma necessidade curricular, decidiram os professores das Universidades no Brasil, em dezembro de 1956, ao regulamentarem a lei 2594, de 8 de setembro de 1955, criar no programa a disciplina de Introdução aos Estudos Históricos, a ser inaugurada em 1957.

Aliás, a verdade é que nos Estados Unidos já o ensino da história nos cursos secundários é feito com ligeiras noções de metodologia. O Professor Emérito de História do Colégio de Professores (Teacher's College) de Columbia, Henry Johnson, defende a adoção do ensino de metodologia no próprio curso ginásial. Diz êle: "A tendência dos alunos acostumados na escola a ver na página impressa a evidência da verdade do que está impresso é continuar na vida na sujeição à tirania da página impressa (43). E então, desenvolvendo sua argumentação, acrescenta: "É um lugar comum que a maior parte de nossa conversa é narrativa e histórica, seja o assunto o que nós, nossos amigos ou outras pessoas disseram ou fizeram esta manhã, ou há cem anos passados. É um lugar comum que os dados históricos influem no pensamento e no plano da vida da infância. Deve ser também um lugar comum que a história escolar dê ao aluno consciência do que é o conhecimento histórico e algum treino no método pelo qual se estabeleceu o conhecimento histórico." *"Treinar no método histórico é uma expressão dificilmente dissociada do trabalho universitário.* Mas o Professor não deve ficar atemorizado com o que possa parecer uma terminologia pretensiosa. Nós falamos da história na escola elementar (primária) e da história na universidade, sem

(43) *Teaching of history in elementary and secondary schools*, New York, Macmillan, 1942, 301.

preconceito de uma para outra. É conveniente, e deve ser possível, falar do método histórico em ambas. Certamente, os processos descritos — pesquisa do material, classificação e crítica, determinação dos fatos particulares, seleção e arranjo dos fatos, apresenta aspectos elementares.” Estabelecido êste princípio, o Prof. Johnson exemplifica os passos desta aprendizagem crítica em grau elementar. Êstes princípios são endossados e valorizados pelos mais recentes trabalhos sôbre o ensino da história, escritos por professôres norte-americanos sob o patrocínio de sociedades educativas responsáveis, como os de Richard E. Thursfield (44) e W. E. Cartwright e A. C. Binning (45).

Ora, se se aceita e aprova hoje, nos melhores meios universitários, que não é possível continuar a ensinar história em grau elementar sem mostrar como se adquire o conhecimento histórico, e as razões de sua fidedignidade, então, como compreender que futuros professôres universitários, historiadores e diretores de serviços públicos com função histórica, permaneçam no mais ingênuo desconhecimento dos processos de conhecimento, da crítica e da pesquisa na historiografia? A mesma observação deve ser feita com relação aos Institutos de Educação. É certo que nestes, como nas Faculdades de Filosofia, se exige no último ano o curso de Didática, muitas vêzes lastimavelmente confundido com a Metodologia. Como se deve ensinar a história (Didática da História) é muito diferente do que é a história, seus processos e sua autenticidade como conhecimento.

Dêste modo, se concordamos em que a diferença essencial do homem educado do deseducado consiste em que o segundo acredita em tudo, que ouve ou lê e o

(44) *The study and teaching of American History*, 1946, preparado a pedido do Conselho Nacional para os Estudos Sociais, departamento da National Education Association, com sede em Washington.

(45) *The teaching of history in the United States*, 1950, promovido pela Comissão de História do Instituto Panamericano de Geografia e História, organização especializada da O. E. A.

primeiro exige a prova que o conduza à certeza, é lógico que o atual ensino da história, na opinião de uma crescente maioria de mestres europeus e norte-americanos exige aprendizagem dos prolegômenos indispensáveis à formação de um espírito crítico que saiba distinguir a história da ficção. No excelente trabalho sobre o Estudo e o Ensino da História Americana, promovido pelo Conselho Nacional para os Estudos Sociais, a que já nos referimos, estabeleceu-se que o conhecimento e a compreensão do método histórico e crítico é essencial no desenvolvimento de cidadãos inteligentes. Por outro lado, no Plano para a preparação de professores (46), escreve-se que em qualquer programa de ensino do professor dever-se-ia incluir uma boa introdução ao método histórico. “É indispensável que pelo menos na fase da sub-graduação o estudante adquira essa compreensão, da história que só lhe pode vir através do conhecimento do método histórico e do estudo intensivo de algum segmento da história.”

Por conseguinte, pretende-se, hoje, conseguir o que pleiteava Seignobos em 1881, ao escrever que era “necessário aprender que a história não se encontra toda escrita nos livros de segunda mão e que deve ser procurada nos documentos, porque ela é uma questão de crítica e não de autoridade.” “Deve-se acostumá-los (aos estudantes), em seguida, à idéia de que esses documentos não devem ser cridos cegamente, pois, com freqüência, os autores se enganam, dissimulam ou mentem” (47).

No Brasil, o ensino da história geral no segundo ciclo se inicia não diretamente pelos fatos, mas pelos Prolegômenos, constituídos de noções gerais de História (conceito), da verdade histórica, do fato histórico, do documento histórico, síntese histórica, periodização, cultura e civilização. Com esse programa mínimo, satisfatório de certo modo para o curso secundário, volta o estudante, nos

(46) *Ob. cit.*, 413.

(47) “L’enseignement de l’histoire dans les universités allemandes”. *Etudes de politique et d’histoire*, Paris, Presses Universitaires, 1934, 90.

curso superiores da Faculdade de Filosofia, ao encontro direto dos fatos, sem curso preparatório metodológico mais desenvolvido.

Na antiga Universidade do Distrito Federal, no art. 38 das Instruções n. 1, do Reitor da Universidade (instruções baixadas de acôrdo com o art. 45, do Decreto n. 5513, de 4 de abril de 1935, que instituiu a mesma Universidade), determinava-se a criação de cursos especiais de arqueologia, paleografia e cronologia. Como se vê, matéria insuficiente e insatisfatória, não só porque são várias outras as disciplinas auxiliares da história, como também porque o ensino da metodologia não se esgota no conhecimento destas disciplinas.

Na verdade, o que se pretende é libertar a história do diletantismo, do autodidatismo, e o que se reclama, como acentua o Prof. L. Halphen (48), é uma compreensão mais larga e mais sã dos métodos que se impõem a tôda ciência digna dêste nome.

Finalmente, é preciso não esquecer que o Comité de Accion Cultural, no seu "Informe General sobre funcionamento, atividade y estudios realizados", apresentado na Décima Conferência Interamericana da O. E. A., na parte relativa às "Bases para el desarrollo de programas de Geografia e História de America" veio reforçar a opinião de tantas autoridades e pleitear que se estendam pela América êstes princípios, ao recomendar que no ensino superior "se fomentara especialmente el estudio de la Metodologia Histórica" (49).

Esta é a história do desenvolvimento do método histórico e do seu ensino atual. Em relação a Portugal e ao Brasil, cabe a Fidelino de Figueiredo, no seu trabalho intitulado *Espírito Histórico* (50), a primeira tentativa valiosa e realmente atualizada de uma noção da história, dos

(48) L. Halphen, *Introduction à l'étude de l'histoire*, Paris, Presses Universitaires, 1946.

(49) Washington, 1953 mimeografado, apresentado e aprovado em Caracas, Venezuela, 1954.

(50) Lisboa, Livraria Clássica Edit., 1920.

seus métodos, e de uma tentativa de bibliografia portuguesa da teoria e ensino da história.

Evolução do ensino da Metodologia Histórica.

De regra, a metodologia histórica, desde os seus primeiros tratados e manuais, cingiu-se à descoberta e crítica das fontes e a algumas normas sobre como se deveria operar a construção ou a síntese histórica. Tanto o trabalho de Bernheim, nas suas primitivas edições, como o manual mais conhecido e divulgado de Langlois e Seignobos limitaram a metodologia ao estudo desses princípios.

Foi a evolução do ensino de metodologia histórica que levou a novos caminhos. Esta não se esgotaria no conhecimento das fontes manuscritas e das ciências auxiliares — a paleografia, a diplomática, a epigrafia, a sigilografia, a heráldica, a numismática, a cronologia — que iniciam o debate histórico pelo exame crítico do valor e da identificação do testemunho, nem na filologia ou nas críticas externa e interna do documento.

Colhido este, verificada a sua autenticidade e integridade, criticada sua autoridade e feita a sua comparação com os outros documentos sobre os quais a mesma crítica se exerceu, inicia-se o trabalho de interpretação com o fito de compor a narrativa histórica. Foi exatamente nesta última parte que se verificou uma modificação quase radical do ensino.

Houve, por razões fáceis de compreender, acentuado exagêro no ensino das duas partes iniciais de que se compunha a metodologia histórica. As disciplinas auxiliares e a crítica histórica cresceram desmesuradamente e algumas vêzes se converteram em objeto exclusivo do historiador. De instrumento de trabalho passaram a ser o próprio objeto da história. O método confundia-se com o objeto.

É assim que desde o fim do século passado já se chamava atenção, na própria Alemanha, sobre os excessos da crítica histórica. Detendo-se em observações micros-

cópicas e em pormenores sem importância, alguns historiadores perderam a noção de conjunto e passaram a considerar mais importante o documento novo e seu exame crítico do que a composição ou construção histórica.

Outros, orientados pelo critério de que a história só se contrói com documentos inéditos, chegaram a desprezar de tal modo os trabalhos anteriores dos historiadores que muitas vêzes caíram no perigo de descobrir o ôvo de Colombo. Desconhecendo as novas contribuições, os resultados das pesquisas e dos trabalhos históricos, tornaram a realizar tarefas já executadas.

A inteira dedicação ao puro trabalho de pesquisa documental e de exame crítico dos documentos tornou-se uma das influências mais tràgicamente esterilizadoras do pensamento histórico, como ainda há pouco afirmava Toynbee (51). É bem conhecido o caso de Mommsen. Em seus dias de mocidade escreveu um grande livro, publicado aos 39 anos de idade, e que será sempre reconhecido como uma das obras-primas da literatura histórica a *História Romana* (1854-56). Logo depois sua magnífica energia e habilidade se encaminharam para outros rumos. Mommsen dedicou, então, sua vida a organizar a publicação de inscrições latinas e à apresentação enciclopédica do Direito Constitucional Romano. *Romanische Staatsrecht* e o *Corpus Inscriptionum Latinarum* foram os monumentos de sua vida de investigador de fontes e crítico de textos (52).

Outro grande exemplo é o de Lord Acton, autor do plano da *Cambridge Modern History*, que influenciado pelo especialismo minucioso e pela sofreguidão da pesquisa

(51) Arnold Toynbee, *A study of history*, Londres, Oxford University Press, 1934-39, v. 1, 3.

(52) Mommsen, *Römische Geschichte*, 1854-56, 12.^a e 13.^a ed., Berlin, 1920-1923. Há uma edição da Everyman's Library, Londres e Nova York, 1911. *Römische Staatsrecht*, 1871-76, 3.^a ed., 3 vols. in 5. Leipzig, 1887-88; o *Corpus Inscriptionum Latinarum* foi editado pela Königliche Preussische Akademie der Wissenschaften, 15 vols. in 36. Berolini, 1836-1920; 2.^a ed., vol. I, 1-2, Berolini, 1893-1918.

e da crítica, não chegou sequer a completar sua *História da Liberdade*.

Toynbee diz, com razão, que Mommsen e Lord Acton foram representantes da sociedade industrial, da subjugação do pensamento histórico ao industrialismo e à divisão de trabalho da vida ocidental (53).

Desde Ranke — à parte sua enorme contribuição sempre assinalada —, os melhores historiadores dedicaram o melhor de suas energias à descoberta da matéria-prima, à cata do documento ou inscrição inédita, a fim de reuni-los em um corpo de documentos; só então poderiam ser produzidos ou manufaturados os trabalhos de síntese. As coletâneas de documentos são, de regra, monumentos de laboriosidade, de conhecimento de fatos, de habilidade e poder de organização.

O símbolo, no ensino histórico, dêsse domínio da matéria-prima sobre o pensamento se vê na denominação de “laboratórios” aos seminários históricos e na restrição, talvez não consciente mas deliberada, da expressão “trabalho original” à descoberta ou verificação de algum fato ou fatos não previamente conhecidos.

Sentindo o êrro dessa destruição do pensamento pela matéria-prima — que é o fato, muitos começaram a reagir. A rebelião não significava que se desse menos valor ao fato. O que se queria era mostrar que não basta êste, o depoimento ou testemunho, mas que é necessária a reflexão sobre todos êles e a conseqüente interpretação. O pior êrro da historiografia contemporânea foi precisamente o de se deixar levar por uma escandalosa superestimação de suas técnicas (54).

O curso de método e crítica histórica deve ter caráter prático de seminário (55). O exclusivamente doutrinária-

(53) Arnold Toynbee, *A study of history*, vol. 1, 46.

(54) Ortega y Gasset, “Historiologia”, *Goethe desde dentro*, Buenos Aires, Espasa Calpe, 1940, 208.

(55) Vide interessante estudo sobre o desenvolvimento da instituição do seminário in Frank Tannenbaum, *The University Seminary movement at Columbia University*, Repr. from the *Political Science Quarterly*, v. LXVIII.

rio, como se fazia nos começos do século XIX, devia ser abandonado. Quando Eduard Meyer escreveu que o principal era a compreensão interior do material, reagia contra a delimitação do ensino metodológico às regras da pesquisa e da crítica do testemunho. Ele queria um pouco mais: queria um pouco de filosofia da história, de ciências sociais e humanas. A descoberta das ligações dos fatos históricos baseada na filosofia e nas ciências sociais era o essencial no ensino metodológico da história.

Compreendendo que os dados são manifestações da realidade, apresentados a alguém, e que este alguém, que deve examiná-los e interpretá-los precisa, para ser um historiador, conhecer as teorias históricas, as doutrinas filosóficas e o exemplo dos grandes autores, clássicos ou modernos, é que se procurou substantivar a metodologia, renovando-lhe o ensino, com realce e destaque dados exatamente à parte interpretativa.

Na Alemanha, onde de há muito se professavam grandes cursos de historiografia e de filosofia da história, a reação ao exame crítico documental é antiga. O próprio livro de Bernheim, nas suas mais recentes edições, contém grandes trechos de ordem interpretativa e filosófica. Alguns autores de grandes livros de metodologia, que exerceram em seus países de origem definitiva influência no renascimento histórico, foram superados. Assim Hockett, ⁽⁵⁶⁾, decisivo na formação dos modernos historiadores ameri-

junho 1953. O autor mostra o seminário atual não como uma instituição dirigida por um professor, com estudantes graduados, que discutem e criticam mutuamente um tema, mas como uma instituição permanente, de variada composição e dedicada exclusivamente a um tema, que é discutido e criticado por estudantes, professores e convidados especiais. Funciona não só interdepartamentalmente como "interfaculdades". Esses seminários são permanentes e orgânicos, possuem estudantes registados e trazidos por professores para fins especiais; são administrados não pelo departamento ou faculdade, mas pelos membros desta que fazem parte do seminário. O tema é tratado de modo completo e profundo por estudiosos de todas as disciplinas. Desde 1947 funciona um seminário para o estudo do "Conteúdo e métodos das ciências sociais".

(56) Homer C. Hockett, *Introduction to research in American history*, New York, Macmillan, 1931; 2.^a ed., refundida, Macmillan, 1956, sob o título *Critical method in historical research and writing*.

canos, Langlois e Seignobos, A. Lappo Danilevskij ⁽⁵⁷⁾, na Rússia, deixaram de atender às exigências do novo ensino.

Foi nos Estados Unidos que se manifestaram sob forma mais aguda êsses defeitos de formação excessivamente especializada, exageradamente detida na caça ao documento, na conversão do necessário e imprescindível (a investigação e crítica das fontes) em principal (a interpretação teórica do fato).

O historiador americano em geral só considerava original o trabalho histórico que trazia um novo documento, pobre ou rico de conseqüências. A técnica americana, dominando tudo, converteu fãcilmente o método no fim da vida. Mas aí mesmo a reação se fêz sentir. Em 1943, quando estivemos presentes, como convidado, a algumas aulas do curso de Metodologia histórica da Universidade de Colúmbia, dirigido pelo Prof. Charles W. Cole, notamos que já se dava muito maior importância à filosofia da história, às teorias históricas, à história da história (para contato com os grandes mestres), e que se chamava atenção para os vários gêneros de história — intelectual, econômica, política, social, literária, científica, militar, biográfica, etc. — em lugar de ficar nos problemas de bibliografia e de descoberta e crítica dos documentos.

Em resposta a um inquérito que fizemos sôbre o ensino da metodologia histórica nos Estados Unidos, o Prof. Crane Brinton, da Universidade de Harvard, nos dizia que em 1938 êle e seu colega Prof. Michael Karpovich haviam decidido dedicar muito menos tempo do que fazia o anterior professor a problemas de bibliografia e pesquisa de caráter “detetivesco”. Preferiam que os estudantes travassem conhecimento com os grandes historiadores e lessem pelo menos um ou dois volumes dessas “oeuvres de longue haleine”. Finalmente, dizia o Prof. Brinton em sua carta: “Karpovich e eu sentimos que

(57) A. Lappo Danilevskij é autor de uma *Metodologia da História* e V. Khvostov de uma *Teoria do processo histórico*, 1911. Vide N. Kareev, “Russie”, *Histoire et historiens depuis cinquante ans*, Paris, Alcan, 1.º vol., 369.

devíamos reconhecer que os historiadores hoje em dia se defrontam com a necessidade de adquirir alguma filosofia da história e de manter relações íntimas com os economistas, sociólogos, antropólogos e outros trabalhadores nas chamadas ciências sociais”. Acrescentava ainda que com o aparecimento do que é algumas vêzes chamado “the New History” em seu país, com a conversão de homens como Charles Beard à interpretação filosófica da história, com a crescente exigência de uma ciência social suprema, que seria uma espécie de pedra filosofal nos negócios humanos, com o “reconhecimento de figuras como Marx e Pareto nos Estados Unidos, a ortodoxia histórica, profissional e acadêmica, tendeu a desaparecer.”

É lógico concluir dêste esboço de evolução moderna do ensino da metodologia histórica que, no Brasil, não podemos prescindir daquela parte da metodologia que se refere às ciências auxiliares e à crítica histórica. Não podemos prescindir porque nunca a ensinamos, embora os nossos grandes mestres tivessem recolhido e praticado as lições européias. Seria, contudo, uma perda irreparável de tempo se cada geração tivesse de aprender por si mesma, autodidaticamente, os processos e regras do método histórico, da crítica histórica, da aplicação das disciplinas auxiliares na pesquisa e no exame dos documentos.

Além disso, nenhum dos países citados abandonou tais capítulos da metodologia. Apenas não continuaram a considerar a metodologia histórica limitada às ciências auxiliares e à crítica histórica. Estas últimas são o adjetivo e o advérbio da linguagem histórica. O substantivo é a teoria e a filosofia da história. A primeira nasce dos contatos de vizinhança da história com a economia, a antropologia, a geografia, etc. A segunda depende da concepção do mundo e do homem. As concepções históricas que se encontram em luta, como afirmou Scheler, fundam-se em idéias distintas sôbre a essência, a estrutura e a origem do homem ⁽⁵⁸⁾.

(58) Max Scheler, *El porvenir del hombre. La idea del hombre y la historia. El puesto del hombre en el Cosmos*. Buenos Aires, Espasa, Calpe, 1942, 59.

AS FONTES HISTÓRICAS.

JÁ vimos, no capítulo sôbre a Certeza, que o trabalho histórico se inicia com a pesquisa dos meios de conhecimento, que são as fontes, ou os documentos públicos e privados. Esta primeira tarefa tem o nome de Heurística. Ela nos diz o que deve ser considerado fonte histórica, suas varias espécies, e nos informa quais são as coleções e a bibliografia de fontes. É, assim, apenas uma parte da pesquisa histórica, que com ela se inicia e termina com o exame crítico das fontes. Seguem-se, então, os trabalhos de interpretação e de composição. Dêste modo, o objeto da história não só é a caça e a descoberta do documento, que é unicamente um meio de conhecimento ⁽¹⁾, mas a reconstituição histórica baseada em documentos autênticos e fidedignos.

Como ensina Bauer, pode ser fonte da história, no sentido mais amplo da palavra, tudo que nos proporciona material para a reconstrução da vida histórica. Fonte, no sentido de fonte histórica, é uma expressão que, na época moderna, aparece repetida em quase tôdas as línguas cultas européias. Provavelmente, vem da orientação humanista que, de acôrdo com suas tendências históricas e políticas, quis investigar o antigo em sua origem, ir buscá-lo onde êle se conservasse em sua absoluta pureza.

De *fons*, origem, a *fons*, meio de conhecimento, não havia mais que um passo e, às vêzes, nos clássicos latinos,

(1) Ernst Bernheim, *Lehrbuch der historischen Methode und der Geschichtsphilosophie*, Leipzig, Verlag von Duncker & Humblot, 252.

se encontram insinuadas tais transposições. Com a imagem da fonte se exprime, além disso, muito acertadamente, que ela não é objeto, mas meio de conhecimento (2).

A importância ou essencialidade da fonte depende do objeto e tema da pesquisa. É por isso que Bernheim afirma que a nossa atenção deve ser dirigida desde o início de modo a não prejudicar o trabalho pela falsa ou pouca clara colocação dos problemas, pela pesquisa realizada sem determinados fins em vista, ou pela consideração parcial do tema.

A clara determinação do assunto implica o claro conhecimento das fontes. O presente está sempre sugerindo novas matérias, novos exames, novas pesquisas. Sob esta inspiração e com esta finalidade velhos documentos conhecidos, usados e abusados podem parecer novos porque novas perguntas lhes foram feitas. Toda pesquisa implica, portanto, o realce de alguns documentos e o silêncio de outros, segundo se ache que uns são eficientes e outros inertes para a exata compreensão e resposta ao debate sugerido. A evocação desejada por uma nova curiosidade, por novos centros de interesse pode revalorizar fontes consideradas completamente esgotadas ou pode fazer surgir novas fontes. É assim, por exemplo, o caso de Bernhard Groethuysen, cuja obra sobre a formação da consciência burguesa na França (3), sugeriu o exame dos sermões como uma das principais fontes para a criação do seu tema.

A utilização de fontes começou modestamente. Os historiadores clássicos colhiam os fatos, por meio de viagens e conversação, que eram suas fontes, mais que os documentos, raros naquela época (4). Não é também a massa dos documentos que decide a certeza da narração. A prova histórica não é a soma aritmética das fontes, que *non sunt numerandi, sed ponderandi*.

(2) Wilhelm Bauer, *Introducción al estudio de la historia*, Barcelona, Bosch, 1944, 219-220.

(3) Bernhard Groethuysen, *La formación de la conciencia burguesa en Francia durante el siglo xviii*, México, Fondo de Cultura Económica, 1943.

(4) Georg Macaulay Trevelyan, *History and the reader*, London, Cambridge Univ. Press, 1945, 8.

Por isto dizia com razão Alexandre Herculano, citando uma regra de crítica de Gmeiner, que “a verdade dos conhecimentos históricos não depende de modo nenhum da abundância dos historiadores, visto que não provém maior certeza a um fato histórico de ser relatado em livros de muitos autores mais modernos, cada um dos quais foi copiando o que outro tinha dito. Todos êles juntos não valem mais do que o primeiro que o referiu” (5).

O texto é a matéria-prima essencial, é o núcleo *a priori* e o melhor historiador, segundo Fustel de Coulanges, é o que escreve e pensa segundo êles.

Smedt no seu livro, que até hoje é um modelo de crítica histórica, dá aos estudantes os seguintes conselhos, úteis e orientadores: não se deve começar consultando manuscritos; o novato deve iniciar com um bom manual que lhe dê uma noção geral da época. Trata-se de um contato provisório que não retira a liberdade de rever o livro tomado como guia. A seguir, deve consultar as obras especiais escritas por sábios, eruditos e autoridades, que não emitem uma opinião sem citar as fontes em que se apóiam, e procurar conhecer as monografias e dissertações, para atualizar o problema; só daí em diante é que se pode percorrer com frutos os documentos originais (6). Os amadores da história que têm ardor e boa vontade, mas são faltos de conhecimentos e experiência, deviam fazer o mesmo. Os estudantes superiores de história — de que no caso se trata — deviam estagiar no Arquivo Nacional ou na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

Para saber o estado atual do problema escolhido deve-se acompanhar as revistas especializadas, os artigos e estudos sobre o assunto, frequentar os mestres, consultar a bibliografia, os catálogos e inventários de manuscritos. E também nunca se esquecer de que transcrever

(5) Alexandre Herculano, *Solemnia Verba*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1850, 22.

(6) Charles Smedt, *Principes de la critique historique*, Liège, 1883, 72-82.

documentos não é fazer história, mas apenas tornar enfadonha e insípida a narrativa, que é a essência da história. “Dar traslado de papeis”, dizia Frei Luiz de Sousa, “he modo de encurtar trabalho, encher muyto, a cançar leitores.”

É preciso advertir ainda que não é só a pura descoberta de novos documentos que define a contribuição de um livro de história. Bem se pode dizer que os autores mais originais não são só os que encontram algo de novo, mas os que são capazes de interpretar de tal modo que os assuntos nos pareçam como jamais nos pareceram. Aquêles que é capaz de, sob a base das fontes já conhecidas, interpretar originalmente, traz à história contribuição talvez tão importante quanto a do pesquisador de novos documentos.

Outro engano muito comum é o de pensar que as fontes contemporâneas manuscritas têm mais valor do que as impressas, só porque são manuscritas. Ambas gozam da mesma autoridade, exceto quando o exame crítico mostra que se trata de fonte suspeita. Os manuscritos não são mais importantes que os livros coevos; ambos podem ser fontes primordiais ou secundárias, se se basearem num conhecimento direto ou indireto. Se o autor do livro foi uma testemunha direta dos acontecimentos, e se, de acôrdo com o exame crítico interno chegamos à convicção de que deve merecer fé, então sua informação vale mais do que a do autor do manuscrito, baseada em declarações de terceiros, indignos de reputação ou desconhecidos quanto ao mérito. Vê-se, assim, que o problema da autoria assume grande importância no problema da fonte. Não é uma frivolidade a pesquisa tendente à atribuição de autoria. Ela pode ajudar-nos a avaliar a fidedignidade de um escrito, seja impresso, seja manuscrito.

Um impresso de autor coevo, reputado, que o exame crítico mostre ser digno de crédito, deve ser considerado mais fidedigno do que um manuscrito sem autor declarado e sobre o qual não podemos concluir após o exame crí-

tico. Às vèzes, ao contrário, o exame crítico de um manuscrito anônimo, ajudado pelas evidências circunstanciais dos restos mudos, pode levar-nos à certeza de sua fidedignidade. As variações são, portanto, enormes.

É costume, especialmente nos trabalhos históricos americanos, denominar a uma obra, mesmo principal, de fonte secundária, porque derivada de conhecimento indireto e não porque seja inferior. Ora, já vimos que um livro pode também ser fonte primordial, quando coevo e não derivado, e além disso uma fonte manuscrita pode ser tão secundária quanto um livro, desde que ambos se baseiem em terceiros. Assim, pondo de lado o livro fonte, contemporâneo e de conhecimento direto, fonte primordial ou primária, temos a obra principal não contemporânea, que interpreta e narra sob base das testemunhas diretas conhecidas, e a complementar, ou subsidiária, aquela que se baseou em algumas fontes indiretas ou apenas interpretou sob base de compilação. Dêste modo, assim como possuímos a fonte primordial ou primária e secundária, possuímos o livro principal e o complementar ou subsidiário.

Lembraríamos os casos das descrições da sua atualidade feitas por Gandavo, Cardim e Gabriel Soares e que têm maior valor do que alguns documentos inéditos e manuscritos. Só a prática e a iniciativa do historiador podem levá-lo livremente à convicção sôbre o valor do testemunho utilizado.

A significação fundamental do questionário, diz Bernheim, dificilmente poderá ser apreciada, pois as perguntas feitas condicionam antecipadamente a orientação, o âmbito e o resultado da pesquisa. Melo Morais, que tanto usou do inquérito, e tanto consultou testemunhas visuais, não soube, de regra, preparar formulários inteiramente adequados ao seu tema. É assim que ao interrogar Manuel Marcondes de Oliveira Melo, Barão de Pindamonhangaba, companheiro de viagem de D. Pedro I a S. Paulo, e, portanto, testemunha ocular dos acontecimentos da proclamação da Independência, perguntou no nono quesito como ia vestido o príncipe e em que cavalo cavalgava. Ora,

para a história da Independência, para a história política, era inessencial o traje do Príncipe ou historicamente indiferente o nome do alfaiate que lho fizera (7). A pergunta seria essencial para a história da moda e para a história dos preços (8).

O outro exemplo de questionário metódicamente formulado e de grande importância hoje para a história e a geografia do Brasil é o realizado em 1881, por iniciativa de Ramiz Galvão. As respostas, descrevendo vários municípios do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, em atenção à circular de 2 de fevereiro de 1881, do diretor da Biblioteca Nacional, acham-se registradas no *Catálogo da Exposição de História do Brasil* (9).

O melhor exemplo de questionário histórico foi formulado para conhecimento da Revolução de 1824. Oferecera o Cel. José Maria Ildefonso Jácome da Veiga Pessoa e Melo (nasc. 1791), capitão e comandante da Fortaleza do Brum, uma descrição dos acontecimentos de 1824 ao Instituto Arqueológico. Antônio Joaquim de Melo formulou o questionário, que foi respondido pelo participante da Revolução (9-A).

(7) Cf. Melo Moraes, *A Independência e o Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1877, 73-75. Outro exemplo de inquérito é o testemunho de Zeferino Pimentel Freire, a pedido de Melo Moraes, dado em carta datada do Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1861, sobre as bastonadas que levou o farmacêutico Pamplona, início da agitação que deu lugar à dissolução da Constituinte. Como modelo de questionário, cf. Mss. da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, II-32, 20, 14, II-32, 30, 16 e II-32, 20, 21.

(8) O exemplo relembra a polêmica entre Rickert e Meyer, quando aquele, para mostrar como o valor condiciona a seleção do essencial na história, citou como exemplo de fato historicamente essencial a negativa de Frederico Guilherme IV de coroar-se, e, como fato historicamente inerte, o alfaiate que lhe fez a vestimenta. Cf. *Die Grenzen der Naturwissenschaftliche Begriffsbildung*, 1896, 325, 1902, 290. Meyer replicou que o exemplo era drástico, mas que não era certo. Para a história política era indiferente qual teria sido o alfaiate, mas não para a história da moda e dos preços. Cf. "Zur Theorie und Methodik der Geschichte", *Kleine Schriften zur Geschichtstheorie und zur wirtschaftlichen und politischen Geschichte des Altertums*, Halle, Verlag von Max Niemeyer, 1910-44.

(9) Vide CEHB, cap. 4, "Geografia das Províncias".

(9-A) RIAGP, v. VIII, n. 47, 289-295.

A pesquisa histórica; seus problemas (10)

Não teria sido possível o grande desenvolvimento da ciência histórica sem a plenitude da pesquisa que colecionou e valorizou os testemunhos em vasta e sérias edições críticas e interpretações das fontes. . Repetindo muitas vezes a mesma tarefa, com a mudança dos meios de solução, com novas tentativas de crítica, ou apenas com a correção do que aconteceu, atingiu-se, especialmente na Europa, a uma amplitude desconhecida. Para isto concorreram as ciências auxiliares, a biblioteconomia e a arqueologia, aplicando aos espaços mais variados, cada vez menores e cada vez melhor observados, todos os princípios da metodologia histórica.

Este o resultado inimaginável da investigação histórica na Europa e nos Estados Unidos. Não é o nosso caso, que ainda temos diante de nós tarefas mais simples e muito mais vastas.

Mas se a ciência histórica atingiu o mais alto amadurecimento, à custa da pesquisa, do método e da síntese filosófica, seu futuro depende da utilização das fontes, conhecidas ou por conhecer.

A massa dos documentos manuscritos e impressos, o desenvolvimento dos serviços públicos, a abundante legislação, os trabalhos parlamentares, a difusão dos jornais, e publicidade de dados comerciais e industriais, a colheita dos elementos estatísticos e a melhoria dos serviços de conservação dão ao historiador treinado a acabrunhadora impressão de um mundo material impossível de dominar. Com muito maior razão o jovem que se inicia no estudo da história tem o sentimento de que muito pouco foi deixado para novos exames, novos achados, novas aventuras.

Há milhões de coisas a fazer, especialmente no Brasil, seja na humilde e útil pesquisa, seja na grandiosa e enso-

(10) Vide José Honório Rodrigues, *A Pesquisa Histórica no Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1952.

berbecida interpretação. Já não é só a exigência do presente que impulsiona novos reexames, mas as próprias tarefas que aqui ainda não foram executadas.

O problema das fontes brasileiras pode ser dividido em três partes: 1) a preservação física do documento, fonte de vida; 2) a elaboração de inventários e catálogos; 3) a publicação de textos. Tôdas elas estão sujeitas à mercê e ao subsídio do Estado. Em comparação com os Estados Unidos pouco se tem feito no Brasil, em defesa do papel histórico, mas já se procura salvaguardá-lo dos seus inimigos tradicionais. O problema do catálogo, ou seja o de inventariar o acervo, torná-lo facilmente conhecido a qualquer estudioso em qualquer parte, é fundamental. Só assim a fonte é utilizável, porque conhecida, examinada pessoalmente ou requisitada por cópia microfilmada ou fotográfica. Defender o documento e conhecer sua existência pelo catálogo, eis os problemas principais. A publicação do texto é tarefa subsidiária, e por isso é que nos Estados Unidos, sempre muito objetivos e metódicos, cuida-se da preservação, com meios técnicos e científicos, e cataloga-se como em nenhuma parte. Assegurada a vida da peça e conhecida sua existência, a tarefa histórica pode continuar a ser cumprida, especialmente hoje que se pode facilmente reproduzir o documento, permitindo a consulta e renovando sua vida. A publicação de textos é tarefa complementar, que depende, além do mais, de seleção, e portanto da variedade dos interesses, opiniões e oportunidades.

As direções encarregadas dêste trabalho erudito selecionam o material interessante ou útil e negligenciam o que consideram secundário. O valor destas coleções depende da reputação dos historiadores responsáveis pela publicação, isto é, da opinião em que seja tida a independência de espírito e a probidade científica dos editôres.

Se o historiador deve ater-se ao texto e não só ao texto livresco, então uma de suas principais fontes são os arquivos, e as seções de manuscritos das bibliotecas. Afora os arquivos públicos há os particulares, de antigos

castelos, de casas comerciais e industriais, arquivos eclesiásticos de paróquias e câmaras, os registros públicos, os cartulários dos mosteiros, cabidos, casas-pias, chamados comumente Livros do Tombo ⁽¹¹⁾.

Nos registros públicos, seja nos antigos tabeliães do judicial e notas, nos escritvães de paz, nos de órfãos, nos da Fazenda Pública, no eclesiástico, no Geral de Hipotecas, ou seja nos modernos tabeliães de notas, no de notas e contratos marítimos, nos registros de imóveis, de títulos e documentos, no civil das pessoas jurídicas, no de interdições e tutelas, no civil das pessoas naturais ⁽¹²⁾, no de protesto de títulos, nos tabeliães da Fazenda Pública, de Órfãos e Sucessões, nos das Varas Cíveis se encontravam e se encontram milhares de documentos valiosíssimos para a história. Nas minutas ⁽¹³⁾, escrituras, testamentos ⁽¹⁴⁾, inventários, contratos, qualquer que seja a veracidade das informações, encontra o historiador prevenida uma extraordinária fonte de natureza social, econômica, jurídica e biográfica. Não são só os registros judiciais que contém documentos importantes. Também as câmaras municipais, desde a época colonial, guardavam grandes volumes de registros, onde se copiavam tôdas as

(11) *A Pesquisa Histórica no Brasil, ob. cit.*, onde o autor discute êste tema com maior desenvolvimento.

(12) Os mais antigos tabelionatos do Rio de Janeiro, são os seguintes: 1) Tabelião Dr. Carlos da Silveira Lôbo, criado em 1567, sendo Pedro da Costa seu primeiro serventuário; 2) Tabelião Pires Ferrão, de que é primeiro serventuário o sr. Antônio Joaquim de Cantanheda Júnior; 3) Cartório Pedro José de Castro; 4) Tabelião Francisco José Fialho, do qual é serventuário Francisco Pereira Ramos. Cf. Melo Moraes, *Brasil Histórico*, 12 de março de 1882, n. 5, l. Sôbre os vários tabelionatos e registros, vide Joaquim de Oliveira Machado, *Guia prático do tabelião*, Rio de Janeiro, 1887, ou *O notariado no Brasil e a necessidade de sua reforma*, Rio de Janeiro, 1886, ou ainda Jônatas Serrano, *O Notariado no Brasil, Importância jurídica e social; origem histórica, evolução*, Rio de Janeiro, 1917. Sôbre a organização atual, vide o *Código de Organização Judicial do Distrito Federal*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946.

(13) Sôbre o valor das minutas, cf. Francisco de Sales Macedo, "As minutas dos tabeliães", *Arquivo do Distrito Federal*, IV, 431.

(14) Os testamentos são considerados comumente como fontes importantíssimas. Revelam, melhor que quaisquer outros documentos legais, os sentimentos das classes mais diversas da sociedade. Vide Luís Teixeira Sampaio, "O testamento de um Prior de aldeia no século XVII", *Revista de História* (Lisboa), n.º 28, 1918, 277-278.

mercês, graças, concessões feitas pelos vereadores, capitães-mores e governadores, e as cartas provenientes do reino ou ao reino enviadas. As Atas da Câmara de Santo André e de São Paulo e os Registros da Câmara desta última já foram publicadas, bem como as sesmarias e as cartas de datas de terras.

Grande parte desses documentos deixou de ser recolhida aos arquivos, como se estabelecia já no Código Filipino, já na lei de 30 de outubro de 1830 ⁽¹⁵⁾. Também nos cartulários (códices contendo transcrições de documentos referentes a um determinado lugar ou negócio, de regra cópias desprovidas de qualquer sinal de validação dos mosteiros, cabidos, casas-pias), chamados em português mais comumente Livros de Tombo, se encontram preciosos documentos. No Brasil, já se publicaram alguns desses Livros ⁽¹⁶⁾.

Em Portugal, é no Arquivo da Torre do Tombo, nas Bibliotecas de Lisboa, Évora e Ajuda, no Arquivo Histórico Ultramarino, na Academia de Ciências de Lisboa que se encontram as mais preciosas peças de nosso passado. Lembramos que ao Conselho Ultramarino, criado por decreto de 14 de julho de 1642, competiam tôdas as matérias e negócios de qualquer qualidade tocantes aos Estados da Índia, Brasil, Guiné, Ilhas de Santo Tomé, Cabo Verde e tôdas as demais partes ultramarinas e lugares da África. Tratava-se ali de tudo que respeitava

(15) Cf. Código Filipino, ed. de Cândido Mendes de Almeida, 1870, livro I, tit. 84, parágrafo 23, no qual se estipula que o tabelião é obrigado a guardar os feitos crimes até vinte anos, e os cíveis até trinta anos. Vide também José Paulo de Figueiroa Nabuco de Araújo, *Legislação brasileira ou Coleção Cronológica das leis, decretos, resoluções de consultas, provisões, etc., do Império do Brasil, 1808-1831*, Rio de Janeiro, 1844, VII, 209.

(16) Melo Moraes, *Tombo das terras dos jesuítas*, Rio de Janeiro, 1880; cf. também *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 1944, vol. 63; *Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade do Salvador*, Tip. Benedictina da Bahia, 1945. Sobre essa edição, cf. José Honório Rodrigues, "A historiografia brasileira em 1945", *O Jornal* (Rio de Janeiro), 10 de março de 1946. *Livro do Tombo das terras da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro*. Trasladados da medição de 1753 pelo Ouvidor Geral Dr. Manuel Monteiro de Vasconcelos e com uma introdução de J. da Costa Ferreira, Rio de Janeiro, 1930. *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda*, RIAGP v. XLI, 1948.

à guerra, justiça e fazenda. Só foi extinto em 30 de agosto de 1833. Por isso, seus papéis, hoje no Arquivo Histórico Ultramarino, têm uma importância extraordinária para o Brasil (17).

No Brasil, a maior riqueza manuscrita se encontra no Arquivo Nacional e, depois, na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, onde existem cerca de 400.000 peças originais e cópias, no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico e no Arquivo Geral do Itamarati, no Museu Imperial e nos Arquivos Estaduais e Municipais. Muita documentação se encontra inédita nos arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares, onde nada ou quase nada se tem feito para o conhecimento do que encerram.

O Arquivo da Bahia, por exemplo, que deveria ser um dos mais ricos do Brasil, só começou a ser organizado em 1845. Apesar dos estragos feitos pelos holandeses e da desordem que sempre reinou até aquela data, ele era dos mais copiosos. Melo Moraes, que o visitou em 1857, declara que vários livros estavam estragados, outros foram queimados e outros, como os referentes ao Conde de Sabugosa, haviam sido levados para Portugal (18).

Cabe ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por dispositivo legal (19), a catalogação sistemática e a proteção dos arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares, cujos acervos interessam à história nacional e à história da arte no Brasil. O Serviço do Patrimônio já tomou várias iniciativas nesta matéria a respeito do Arquivo do Estado de Sergipe, dos Arquivos dos Mosteiros de São Bento, da Ordem Terceira do Carmo de São

(17) Cf. Marcelo Caetano, "Notas para uma Memória sobre o Conselho Ultramarino", *Estudos Gerais, 1.º Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, 1938, 173-184.

(18) Melo Moraes, *Brasil Histórico*, 2.ª série, 1866, 254.

(19) Art. 2.º, par. 1.º, do Dec.-Lei n. 8.534, de 2 de janeiro de 1946, que passou a Diretoria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Pleiteia-se, em *A Pesquisa Histórica no Brasil*, de José Honório Rodrigues, (*ob. cit.*), que esse serviço seja executado pelo Arquivo Nacional ou criada uma repartição especial, a exemplo da Inglaterra, que possui a Comissão Real de Manuscritos Históricos e o Registo Nacional de Arquivos, os quais poderiam ser reunidos no Instituto Nacional de Pesquisa Histórica,

José del Rei (Tiradentes), da Ordem Terceira do Carmo do Rio de Janeiro, dos Cartórios Civis de Mariana, da Ordem de São Francisco de Assis, em Ouro Preto, da Ordem Terceira do Carmo de Ouro Preto, da Ordem Terceira das Mercês e Perdões de Ouro Preto (20).

Há ainda a considerar quanto ao futuro da pesquisa histórica três questões de extrema importância: 1) a dificuldade de conhecimento de tôdas as fontes impressas; 2) as reservas do Estado e de certos documentos; 3) os arquivos particulares. Quanto às fontes impressas, há que considerar as coleções de textos e os livros coevos, os primeiros de acesso facil, mas de difícil conhecimento, e os segundos de difícil acesso. Neste caso — Livros raros — há que recorrer às grandes bibliotecas e quando não seja isso possível pessoalmente, pedir cópia fotográfica ou microfilmada. No primeiro caso é realmente difícil dominar tôda a impressão feita no país. As lacunas existentes nas bibliotecas de coleções importantes, especialmente com relação a documentos parlamentares, legislativos, estatísticos e administrativos é um grande obstáculo à investigação, que precisa ser removido. Daí a necessidade de completar antes de tudo as falhas das coleções existentes. Elaborar repertórios bibliográficos, gerais e especiais, bibliografia de opúsculos, de jornais, catalogar artigos de revistas e jornais, estudar grupos de jornais a fim de estabelecer o grau de confiança que nêles se pode depositar, são tarefas urgentes e imprescindíveis, reclamadas pelas necessidades do saber histórico.

As reservas do Estado quanto ao acesso, estabelecidas nos regulamentos de Bibliotecas e Arquivos, impedindo a consulta de certos documentos, quando há inconvenientes para o interêsse nacional ou para as relações com outros Estados coloca o historiador diante de uma tarefa que só

(20) Adalberto Mário Ribeiro, *O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945. Arquivo Histórico da Venerável Ordem 3.ª de N. S. do Monte do Carmo, desde sua fundação em 1648 até 1872, vide Bento José Barbosa Serzedelo, in *Novo Mundo*, 23 de abril de 1874, 125.

pode ser realizada provisòriamente. O inquérito formulado pelo Comitê Internacional de Ciências Históricas verificou que nos principais estados europeus os documentos dos últimos cinqüenta anos estão resguardados da curiosidade erudita ⁽²¹⁾. Fontes monásticas ou de companhias, examinadas por seus zelosos membros, não estão inteiramente expostas à diligência dos estudiosos leigos, que ficam, assim, sempre à mercê dos trechos selecionados e publicados, ou das opiniões afirmadas pelos editôres e historiadores religiosos.

As dificuldades não seriam só estas. Restariam os arquivos particulares, os de sociedades comerciais e industriais, de regra suspeitosos para com os curiosos estudantes de história.

Além disso, existem em todos os arquivos os documentos sigilosos, que não podem ser lidos pelos consulentes devido a disposições dos doadores ou precauções de interesse nacional. No Instituto Histórico criou-se, em 1847, a Arca do Sigilo ⁽²²⁾, na qual se conservam notícias históricas contemporâneas, lacradas em cartas, que só poderão ser abertas ao tempo que seu autor determinar. Recebeu a Arca vários depósitos, como o do Conselheiro Manuel Francisco Correia a ser publicado três meses depois de falecido, em 1890, o segundo a ser aberto depois da morte de D. Pedro II, e o terceiro a ser conhecido quando o Conselheiro Correia deixasse o cargo de Presidente do Tribunal de Contas ⁽²³⁾. Nela foram guardadas, em 1892, as Memórias do Visconde de Taunay, que só deveriam ser publicadas em 1943, e em 1914 o Ar-

(21) O sigilo e a consulta pública estão bem regulados em certos arquivos estrangeiros. Vide as regras dos Arquivos Nacionais Norte-Americanos, *Regulations for the public use of records in the National Archives* (Reprinted from Federal Register, Março 23, 1953, 2 fôlhas), e a *AHR*, v. LXII, n.º 2, Jan. 1952, 578-580; e as regras para o uso público dos Arquivos do Departamento de Estado, in *AHR*, LVI, n.º 4, Julho 1951, 1027-1029; as do Departamento do Exército, *AHR*, LVII, n.º 1, Oct. 1951, 287-289.

(22) *RIHGB*, v. 13, 1850.

(23) O primeiro depósito foi publicado no t. 73, v. 122, 1910, da *RIHGB*; o segundo no t. 55, v. 86, 1892, da mesma Revista.

quivo do Conselheiro Saraiva, para só ser conhecido em 1930 ⁽²⁴⁾.

Os arquivos particulares, ricos em papéis conservados por estadistas e altos funcionários públicos são, às vezes, mais importantes que os públicos, pois o pensamento dos autores nêles se exprime, quase sempre, com mais liberdade e sinceridade. Muitas vezes êles encerram documentos que deveriam ser conservados, pelas suas origens e natureza, nos arquivos públicos. Seu futuro é uma questão de interêsse nacional, pois êles são um patrimônio cultural e histórico ⁽²⁵⁾.

É bem difícil, todos o sabem, traçar uma linha de demarcação exata entre a correspondência oficial e a pessoal. E por isso há que considerar o interêsse do Estado na defesa e conservação dos arquivos particulares e a necessidade de se estabelecer em lei a obrigação, como existe na Inglaterra, de registrar no Arquivo Nacional todo e qualquer arquivo particular. É um problema complexo reivindicar o direito de posse do Estado ao arquivo particular. Mas a obrigação do registro, com punição para os fraudadores, de perda da posse, e o estabelecimento por

(24) Sobre isto, cf. Max Fleiuss, "O Imperador D. Pedro II no Arquivo do Conselheiro José Antônio Saraiva", *1.º Congresso de História Nacional*, v. 1, 1509-1540, t. esp. da RIHGB; e *Memórias do Visconde de Taunay*, S. Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1948.

(25) O Registo Nacional de Arquivos, pleiteado in *A Pesquisa Histórica no Brasil*, de José Honório Rodrigues (*ob. cit.*), defenderia êsses Arquivos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é riquíssimo em arquivos particulares ou coleções particulares de documentos, formados por seus proprietários e ali depositados. A Lista dessas coleções, publicada por Virgílio Correia Filho, abrange A. Morales de los Rios, Barão de Cotegipe, de Loreto, de Mauá, de São Borja, Cândido de Oliveira, Conde de Afonso Celso, Conde d'Eu, Conselheiro Azambuja, Cons. Francisco Belisário, Cons. T. de Alencar Araripe, Saraiva, D. Antônio Macedo Costa, Des. Souza Pitanga, Duque de Caxias, Gal. Bormann, Gal. Osório, José Bonifácio, José Tomás de Porciúncula, Gal. Lima Drummond, L. A. Boulanger, L. R. Cavalcante de Albuquerque, Macedo Soares, Manuel Barata, Marechal Andréa, Marechal Solon, Marquês de Olinda, Marquês de Paranaguá, Martim Francisco, Max Fleiuss, Padre Gay, Ramiz Galvão, Senador Nabuco, Vautier, Vieira da Silva, Visconde de Caravelas, Visconde de Maracáú, Visconde de Ourém, Visconde de Ouro Preto (Vide "Respondendo a consultas"), *Jornal do Comércio*, 10-10-1954. Sobre outros arquivos particulares, vide 2 de Joaquim Gonçalves da Silva, organizado por Eduardo Duarte, *RIHGRGS*, 1922, VI, 69; Arquivo Aguirre, Família J. B. de Campos Aguirre, *RIHSP*, XXXVI.

lei da preferência dos Arquivos e Bibliotecas, no caso de venda, já asseguraria e defenderia um patrimônio de inestimável valor ⁽²⁶⁾.

Impedindo a exportação, editando catálogos, assegurando cópias fotográficas, quer para preservação, quer para o fornecimento de Bibliotecas, Arquivos e estudiosos, que as pedissem sob base dos catálogos, evitavam-se as perdas, devidas à negligência ou ao cálculo e defendia-se um patrimônio de merecimento incalculável.

Apesar de tãda assistência material, moral e técnica do Govêrno, o estudo da história é de natureza privada e depende da iniciativa e do esforço de cada um; mas do Estado depende a manutenção dos depósitos, a preservação das peças, a feitura e publicação de catálogos e finalmente a edição de textos. Parece tudo ou quase tudo; mas é da vontade de saber de jovens, homens e mulheres, que esperam uma palavra de estímulo, uma sugestão, um conselho que depende o mundo histórico. É uma obrigação nacional digna do mais sério exame e função das sociedades civilizadas manter e preservar as fontes para o estudo e o conhecimento das gerações futuras e estimular os que querem transmitir ao futuro o que fêz o passado.

Divisão das fontes

Bernheim divide todo o material das fontes em dois grandes grupos: o da tradição e o dos restos. Tudo o que existe e ficou indiretamente dos acontecimentos êle chama de restos, e tudo o que é transmitido diretamente, através da compreensão humana, chama de tradição. Os restos podem ser ainda subdivididos em dois grandes grupos: 1) restos no sentido estrito (vestígios), nos quais não há nenhum intuito de recordação para a posteridade, tais como utensílios, vestidos, adornos, veículos, etc., pelos quais podemos ter uma idéia dos hábitos, costumes,

(26) Na Inglaterra, os arquivos particulares são registados no The National Register of Archives; cf. V. H. Galbraith, *Historical Study and the State*, Oxford, At the Clarendon Press, 1948.

jogos, cultos, etc; e 2) os monumentos ou restos em que se manifesta a intenção de memorizar e lembrar para o futuro. Assim os monumentos pròpriamente ditos, as inscrições e documentos, etc.

A tradição pode ser pictórica, oral e escrita. A primeira é constituída por exposições artísticas de personalidades e lugares históricos, como, por exemplo, cartas geográficas, plantas de cidades, etc. A tradição oral é constituída de narrativas, anedotas, provérbios, adágios, canções de conteúdo histórico. É a matéria do folclore. A tradição escrita abrange inscrições de conteúdo histórico, calendários, árvores genealógicas, anais, crônicas, memórias, biografias e exposições históricas de tôda natureza; sua parte mais importante é o documento manuscrito ou impresso, de cujas espécies trataremos adiante.

A tradição pictórica brasileira conserva-se especialmente nos Museus, sendo que a parte iconográfica se encontra também em Bibliotecas.

A tradição oral pode ser dividida, segundo Bauer, em duas partes: 1) aquilo que se atribui a personalidades determinadas e que tendo sido fixado em escrito se conservou até nós; e 2) as formas impessoais de transmissão oral que incluem o rumor, o mito, a lenda, a anedota, o provérbio, a canção popular ⁽²⁷⁾. A historiografia extrai dessas fontes os materiais para a compreensão da vida popular e o sentido de que a história se faz com o acréscimo vagaroso e a humilde influência dos homens comuns. Enquanto a história, ao recorrer à tradição, retifica as invencionices, os acréscimos e as interpolações, o folclore visa recolher o maior número de variantes tradicionais e verificar como se processam tôdas estas transformações da memória popular.

(27) Wilhelm Bauer, *Introducción al estudio de la historia*, Barcelona, Bosch, 1944, 341-352. Hoje caminha-se na investigação histórica para a colheita e seleção de uma nova fonte, o registo oral, através de entrevistas ou leituras de textos, de autores e personalidades influentes. Há oito anos (1948-1956) a *Oral Historical Research Office* da Universidade de Colúmbia regista em discos entrevistas com homens preeminentes nas atividades nacionais. Vide *AHR*, LIX, n.º 2, Jan. 1954, 497-498.

Já Varnhagen notarã que a tradição é vaga, compõe, associa, romanceia, despreza a cronologia, reúne, às vezes, dois entes em um só, criando monstros, mas nunca inventa ⁽²⁸⁾.

A atitude de reserva e de crítica era a posição normal do historiador diante do fato folclórico. Ele não era, como dizia Mário de Andrade, verdadeiramente concebido como um processo de conhecimento do passado e do atual. “Na maioria de suas manifestações é antes uma forma burguesa de prazer (leituras agradáveis, audições de passa-tempo), que consiste em aproveitar exclusivamente as “artes” folclóricas no que elas podem apresentar de bonito para as classes superiores. Na verdade, êste “folclore” que conta em livros e revistas ou canta no rádio e no disco, as anedotas, os costumes curiosos, as superstições pueris, as músicas e os poemas tradicionais do povo, mais se assemelha a um processo de superiorização social das classes burguesas ⁽²⁹⁾.

O fato folclórico, como fato social e, ao mesmo tempo, tradicional (conteúdo ou forma), anônimo e popular, é de extrema importância para a história em geral e muito especialmente para a história social e cultural. A evolução dos estudos folclóricos relembra os pioneiros como Sílvio Romero, Melo Moraes filho, Pereira da Costa, Silva Campos, Basílio de Magalhães, Couto de Magalhães, João Ribeiro, Lindolfo Gomes, Rodrigues de Carvalho, Amadeu Amaral. Alguns fatos importantes mostram o desenvolvimento e o apuro metodológico alcançado pelos estudos folclóricos. O primeiro foi o exame crítico de Mário de Andrade sôbre a situação dos estudos folclóricos no Brasil, onde se revelava a necessidade de uma orientação científica e se traçavam normas para o apuro da investigação. O segundo foi o levantamento bibliográfico feito por Oneyda Alvarenga, Nêle se pode verificar a influência da doutrina de Mário de Andrade na orientação metodológica do Primeiro Congresso de Folclore e o salto científico dado por êste em relação aos trabalhos anteriores, sendo o registro valiosís-

(28) F. A. de Varnhagen, “Caramuru”, *RIHGB*, XVI, 130-140.

(29) Mário de Andrade, “Folclore”, in *Manual de Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro, 1950, 285-298.

simo pela riqueza da informação e referência. O terceiro foi a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Folclore, sob os auspícios da Comissão Brasileira da Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas (Unesco), no Rio de Janeiro, de 22 a 31 de agosto de 1951. Estabeleceram-se aí, na *Carta do Folclore Brasileiro* ⁽³⁰⁾, os princípios fundamentais, as normas de trabalho e as diretrizes que devem orientar as atividades do Folclore Brasileiro. Trata-se de um documento de importância capital, no qual se fixa o conceito de fato folclórico “como constituindo as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo, preservadas pela tradição popular e pela imitação, e que não sejam diretamente influenciadas pelos círculos eruditos e instituições que se dedicam ou à renovação e conservação do patrimônio científico e artístico humano, ou à fixação de uma orientação religiosa e filosófica”; aconselha-se, na análise, o emprêgo dos métodos históricos e culturalistas, e estabelecem-se as normas metodológicas da pesquisa folclórica. A Carta traça ainda as diretrizes para um Plano Nacional de Pesquisas Folclóricas e propugna pela criação de um organismo nacional, no quadro administrativo, para a execução do plano de uma cadeira de Folclore nas Faculdades de Filosofia. O quarto fato foi a publicação do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, de Luís da Câmara Cascudo, que significou, pela riqueza e exatidão da pesquisa e da colheita, e pela novidade de muita informação, um dos marcos da nova etapa do folclore brasileiro. Contribuições importantes pelo sentido metodológico são a bibliografia de Edison Carneiro, completando a de Oneyda Alvarenga, e o pequeno manual de pesquisa folclórica deste último ⁽³¹⁾, bem como o *Guia do Folclore Gaúcho*, de Augusto Meyer (Rio, 1951).

(30) *Anais*, 1.º Congresso Brasileiro de Folclore, Ministério das Relações Exteriores, 1952-1953, 2 vols., vol. 1, 77-85.

(31) Oneyda Alvarenga, “Folclore”, *Manual de Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro, 1949, 299-317; Edison Carneiro, *O Folclore Nacional*, Rio de Janeiro, 1954; Luís da Câmara Cascudo, *Dicionário do Folclore Brasileiro*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954; Edison Carneiro, *Pesquisa de Folclore*, Comissão Nacional de Folclore, Rio de Janeiro, 1955 (1.º manual de pesquisa folclórica).

Se a tradição oral é, por sua natureza, um processo que sofre alterações, o historiador precisa, diante dela, mais do que nunca, discutir a confiança do testemunho. As deformações sofridas pela tradição oral de narrador a narrador obrigam o crítico a retroceder tanto quanto possível à forma primitiva. Muitas vèzes a tradição oral é recolhida por um escritor e, ainda aí, é necessária uma crítica rigorosa que procure apurar a forma primitiva da tradição recolhida. Um exemplo literário e em tom de exagerada caricatura sôbre os perigos da tradição oral nos é dado por Machado de Assis, em seu delicioso "Quem conta um conto..."⁽³²⁾.

A tradição oral, que pode ser assim tão deturpada, já era severamente criticada por Luciano de Samosata, quando disse que os ouvidos merecem menos crédito do que os olhos, pelo que escrevia o que via e não o que ouvia⁽³³⁾. O historiador deve traçar uma linha divisória entre as fontes históricas e as legendárias, poéticas e míticas.

De um modo geral, podem-se aceitar as seguintes condições, estabelecidas por A. Tardif, para que a tradição seja admitida: 1) quando ela se aplica a um fato importante e público, que teve necessariamente um grande número de testemunhas; 2) quando foi universalmente admitida durante um lapso de tempo considerável; 3) quando não provocou nenhuma objeção de pessoas que teriam interêsse em contradizê-la e que dispunham de meios de informação necessários para assegurar a realidade dos fatos⁽³⁴⁾.

Bernheim assim resume, num esquema, a sua divisão das fontes:

I. Restos.

- | | |
|--|---|
| a) (Restos em sentido estrito vestígios, utensílios, adornos, vestidos, etc.). | b) Monumentos (inscrições, monumentos, documentos). |
|--|---|

(32) Machado de Assis, *Contos Fluminenses*, Rio de Janeiro, Ed. Jackson, 1944, 2.º vol., 55-83.

(33) Luciano de Samosata, *Sôbre o modo de escrever a história*, Trad. de Custódio José e Oliveira, Lisboa, Régia Ofic. Tip., 1771, 57.

(34) A. Tardif, *Notions élémentaires de critique historique*, 1883, 17.

2. Tradição.

pictórica: quadros históricos, representações topográficas, esculturas históricas.

oral: narrativas, sagas, anedotas, provérbios, canções históricas.

escrita: inscrições históricas, genealogias, calendários, anais, crônicas, biografias, memórias (35).

Bauer classifica as fontes históricas em sentido estrito em três grupos: as transmitidas oralmente, por escrito (impressas) ou plásticamente. É o seguinte o esquema que apresenta:

I. — Fontes transmitidas oralmente:

Lendas (sagas), anedotas, provérbios, canções, contos, narrações, discursos.

II. — Fontes transmitidas por escrito (ou impressas).

1. que se refiram à vida prática:

fórmulas, receitas, escritos econômicos (contas, inventários etc.), calendários, livros de viagem, itinerários, nomes próprios e de lugares.

2. que se refiram à ordem volitiva:

a) lendas (sagas, provérbios e refrãos), textos jurídicos, códigos.

b) escritos sobre assuntos oficiais: documentos, inscrições de conteúdo jurídico, atas judiciais, de conselhos, de Côrtes, de Concílios, estatutos locais, livros de rendas eclesiásticas, registros penais, livros de gastos, notas estatísticas, atas de tipo administrativo, as atas procedentes de relações internacionais, informações de embaixadores, atas de assuntos militares (ordens do dia e papéis de guerra etc.).

c) escritos de índole religiosa, litúrgicos, de sermões, tratados, livros de fundações, de penitências, cartas de indulgências.

3. que se refiram à vida do espírito.

a) descrições históricas, inscrições de conteúdo histórico, árvores genealógicas, crônicas, anais, biografias, obras históricas em geral.

b) fontes autobiográficas: memórias, diários, cartas.

(35) Ernst Bernheim, *Lehrbuch der historischen Methode und der Geschichtsphilosophie*, Leipzig, Verlag von Duncker & Humblot, 1903, 233. Aceitando a classificação de Bernheim, substituímos alguns exemplos.

- c) meios especiais de expressão publicitária, libelos, fôlhas soltas, prognósticos, periódicos, correspondências periódicas.
- d) escritos artístico-literários. Catálogos de bibliotecas.
- e) escritos científicos.

III. — Fontes transmitidas por meio da representação plástica:

- 1. de conteúdo geográfico: mapas, planos de cidades, quadros de paisagens.
- 2. de conteúdo antropológico: retratos.
- 3. que afetam a vida prática: reproduções de utensílios, vestidos, armas, moedas, escudos, películas cinematográficas, cartazes publicitários.
- 4. representações plásticas de festas, cerimônias em geral, cultos, caricaturas, películas cinematográficas (36).

São os Museus que recolhem e guardam as fontes não escritas, os restos e vestígios.

BIBLIOGRAFIA DAS FONTES

As principais fontes não escritas encontram-se no Museu Nacional, criado em 1818 (Cf. Ladislau Neto, *Investigação histórica e científica sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1870; J. B. Lacerda, *Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1905; C. de Melo Leitão, *A biologia no Brasil*, S. Paulo, Cia. Editora Nacional, 1937, cap. V), no Museu Paraense, criado em 1867, e no Museu Paulista, fundado em 1894. Com exceção deste último, que passou, com a administração de Afonso d'E. Taunay, a conter fontes escritas, os outros só contêm restos arqueológicos e etnológicos. Vide

(36) Wilhelm Bauer, *Introducción al estudio de la historia*, Barcelona, Bosch, 1944, 222. A fotografia é uma fonte primordial e adquire cada vez maior força de decisão. Diz com muita precisão Carlos Drummond de Andrade que "Já muitos pleitos se decidem pela força da imagem, que inunda os autos de uma súbita e luminosa verdade. Não é demais esperar que os juízos históricos de ananhã repousem por sua vez no depoimento da objetiva, que captou, paralisou e cristalizou o fato controvertido..." ("O Fotógrafo", *Correio da Manhã*, 10-6-1956). Grandes coleções de fotografias não foram incorporadas aos arquivos públicos. Múcio Leão noticiava a existência do arquivo fotográfico de Guilherme dos Santos, de cerca de 17.000 clichês. Vide "De um precioso arquivo", *Jornal do Brasil*, 1-1-1955.

Afonso d'E. Taunay, *Guia da Secção Histórica do Museu Paulista*, São Paulo, 1937. Encontram-se ainda no Museu Histórico Nacional, criado em 1922 (vide Adolfo Dumas, *A idéia da criação do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, 1947); e no Museu Imperial de Petrópolis, criado pelo decreto-lei 2096, de 29 de março de 1940, o qual contém o antigo Arquivo da Família Imperial. Vide Alcindo Sodrê, "O Arquivo do Museu Imperial", *Anuário do Museu Imperial*, XI, 1950, 157-175; idem, *Museu Imperial*, Rio de Janeiro, 1950. Os "Inventários dos Documentos Históricos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil" foram publicados in *ABN*, vols. 54-55, 1939. Citaremos ainda os Museus subordinados ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como o da Inconfidência, em Ouro Preto, criado pelo decreto-lei n. 965, de 20 de dezembro de 1938; o das Missões, em S. Miguel, Rio Grande do Sul, criado pelo decreto-lei n. 2077, de 8 de março de 1940, e o do Ouro, em Sabará, criado pelo decreto-lei n. 7.483, de 23 de abril de 1945 e o do Diamante, em Diamantina. Há outros Museus, como o Regional de Olinda, com móveis, imagens, painéis e objetos de natureza vária (Cf. *RSPHAN*, n. 1, 163); o de Mariano Procópio, em Juiz de Fora, de história e antigüidades, e de belas-artes, contendo autógrafos, gravuras, medalhas, cerâmica e objetos de história natural (Cf. *RSPHAN*, n. 1, 164); o Museu Coronel David Carneiro, em Curitiba, de história, numismática, medalhística, etc. (Cf. *RSPHAN*, n. 1, 169); o Museu Emílio Goeldi, no Pará, de História Natural (cf. *RSPHAN*, n. 1, 7); o Museu da Casa de Rui Barbosa, rico em documentário para a história do fim do Império, da República, da História do Direito e da língua portuguesa e em correspondência de personalidades destacadas; o Museu do Índio, o Museu do Conselho Nacional de Geografia, do Departamento Federal de Segurança Pública, do Banco do Brasil (inaugurado a 28-1-1955), e o Histórico Diplomático do Itamarati (inaugurado a 14-3-1956); a Casa Vitor Meireles (Florianópolis, Santa Catarina), e o Museu de Arte Tradicional (Salvador, Bahia); o de Ciência e Técnica (São Paulo), o do Teatro (Teatro Municipal do Distrito Federal) e o Republicano, Convenção de Itú. (Vide Afonso d'E. Taunay, *Guia do Museu Republicano "Convenção de Itú"*, São Paulo, 1946).

Espécies de fontes

De modo geral, podemos dividir as fontes históricas em *primordiais* e *secundárias*. Não há, a propósito, nenhuma regra. O historiador conserva a inteira liberdade de

decidir, de conformidade com os princípios das disciplinas auxiliares e da crítica histórica, qual fonte deve ser considerada primordial e qual secundária. De acordo, porém, com a experiência e a prática, podem-se estabelecer certos requisitos indispensáveis ao reconhecimento da fonte primordial, que deve ter preferência e autoridade sobre as outras. É lógico que certos documentos devem, de princípio, merecer mais fé que outros. Tais, por exemplo, os monumentos históricos, as moedas, as inscrições, os selos, os textos de lei, os atos jurídicos, etc. A autoridade e fidedignidade de outros têm sido asseguradas pelas disciplinas auxiliares e pela crítica — portanto, em fases posteriores à heurística.

De tal forma tem sido confirmada na prática a maior credibilidade de uns sobre outros, que a própria heurística sente-se com forças para proclamar, com reservas, é claro, que tal documento deve ser preferido àquele outro, embora nada impeça que no trabalho histórico, depois de examinado e criticado o mesmo documento, se chegue à conclusão oposta.

Os restos materiais de uma civilização são sempre superiores, como fontes históricas, às memórias, diários, biografias e crônicas, porque estes variam grandemente no seu valor, e só depois do exame crítico é que podemos atribuir-lhes autoridade e fidedignidade. Há certos fatores que devem ser também considerados. Assim, por exemplo, se é exato que, em princípio, devemos atribuir à lei, como fonte histórica, maior fidedignidade do que a uma memória, não é menos certo que certos preâmbulos alegam fatos absolutamente inverídicos. Tivemos leis de emergência no Brasil em cujos preâmbulos foram alegados fatos inexistentes ou absolutamente falsos (37).

Várias são as definições, nem sempre satisfatórias, sobre o que seja fonte primordial e fonte secundária. De modo simples, pode-se dizer que a fonte primordial é

(37) Cf. Preâmbulo da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 1937, Imprensa Nacional.

aquela que contém uma informação de testemunha direta dos fatos, enquanto que a secundária é a que contém uma informação colhida por intermédio de terceiros. A primeira é original e a segunda derivada. Esta a diferença fundamental que as distingue.

Às vêzes, uma mesma fonte é primordial em certos pontos e secundária em outros. Exemplo característico oferecem as Cartas de Luís dos Santos Vilhena, as primeiras sôbre a Bahia, onde o autor viveu e lecionou, e nesse ponto fonte primordial e direta, e as últimas sobre Minas, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Ceará, etc., cujas informações foram obtidas por meio de terceiros, e nesse ponto fonte secundária (38).

É lógico também que aos vários tipos de história correspondem várias espécies de fontes. Só a história geral se utiliza de tôdas elas; mas a história administrativa utiliza-se especialmente dos relatórios ministeriais e documentos parlamentares (39); a eclesiástica (40), das bulas, pas-

(38) Luís dos Santos Vilhena, *Notícias Soteropolitanas e Brasíliaas*, Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1922, 2 vols. 3.º volume, Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1935.

(39) O artigo 42 da Lei de 15 de dezembro de 1830 determinava a obrigatoriedade da apresentação, até o dia 15 de maio, de relatórios impressos com a exposição dos negócios a cargo de cada uma das repartições que integravam a administração imperial. Cf. Carta Lei de 15 de dezembro de 1830, que fixava as despesas e receita, in José de Figueiroa Nabuco de Araújo, *Legislação brasileira ou Coleção cronológica das leis, decretos*, etc., Rio de Janeiro, 1844. Os Ministérios do Império, Estrangeiros, Fazenda, Marinha, Guerra, Justiça (Interior e Justiça em 1892) foram os primeiros criados, aos quais se uniram em 1860 o da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (Indústria, Viação e Obras Públicas em 1892), em 1906 divididos em Viação e Obras Públicas e Agricultura, Comércio e Indústria, o da Instrução Pública em 1892, o de Correios e Telégrafos em 1890 e os contemporâneos da Educação (1930), Trabalho e Aeronáutica. Alguns apresentaram antes de 1830 relatórios dos negócios de suas repartições. As coleções desses relatórios constituem, assim, uma fonte de caráter oficial, às vêzes sujeita, por isso mesmo, a precauções críticas.

(40) Era lastimável a situação do Arquivo da Sé Metropolitana em 1862, conforme se vê da carta do Metropolita dirigida a Cândido Mendes de Almeida e por êle transcrita em seu *Direito Civil Eclesiástico*, Rio de Janeiro, 1866, 2.º vol., 770-771. Inventário dos livros do arquivo da Câmara Eclesiástica do Arcebispado e dos livros paroquiais recolhidos ao Arquivo da mesma Câmara encontram-se in Antônio Alves Ferreira dos Santos, *A Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Tip. Leuzinger, 1914, 42-57.

torais, cartas, circulares, orações, sermões, atas, ânuas; a militar, de ordens-do-dia, boletins, diários, ofícios, proclamações, interrogatórios de prisioneiros (41); a constitucional, de instruções e legislação eleitorais, manifestos, editais, discursos e Falas, anais, etc. (42); a diplomática, de convenções, ajustes, tratados, atos e tréguas (43); a econômica, de relatórios, regulamentos, representações, memórias, legislação, dados estatísticos; a do ensino, de

(41) Norton Cru, em seu livro *Témoins*, procurou demonstrar que só os soldados são capazes de dar testemunho de uma batalha. Stendhal pensava de modo diferente. Fabricio del Dongo, personagem de *La Chartreuse de Parme*, assiste à batalha de Waterloo e é incapaz de testemunhá-la. Cf. Paul Harsin, *Comment on écrit l'Histoire*, Paris, 1933, 69.

(42) Os Anais das Assembléias Constituintes, da Assembléia Geral, da Câmara dos Deputados, das Assembléias Legislativas, provinciais, estaduais, municipais, das câmaras, por estados e municípios são também fontes primordiais, não só políticas, como gerais. As *Falas do Trono* foram publicadas anualmente desde 1823 até 1889. Vide sobre publicações oficiais brasileiras, *Guide to the Official Publications of the other American Republics, III*. Brazil, Washington, Library of Congress, 1948.

(43) Gilberto Freyre diferencia a correspondência consular da diplomática dizendo que "os diplomatas propriamente ditos não se ocupavam em geral senão com o fato ou a ocorrência chamada única. Os cônsules é que nos seus relatórios se entregam principalmente ao registro das recorrências. A distinção é resultado prático do princípio teórico estabelecido na *Sociologia*, onde, inspirado por Rickert, Gilberto Freyre distinguira o fato sociológico, recorrente e plural, do fato histórico, único e singular. (*Sociologia*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1945, 1.º vol., 175 e sgts.). Na realidade, Rickert não distinguiria o fato sociológico do histórico pela unicidade, já que a própria sociologia é ciência histórica, e a recorrência nunca permitiu que se formulasse uma lei sociológica. A recorrência do fato Revolução, por exemplo, que é o que estuda a sociologia, ao contrário da história, que investiga uma revolução determinada, é formal e não substancial. O fenômeno Revolução não é a reprodução sob outra forma de um fundo que permanece o mesmo; a substância não é idêntica e sim a forma universal de exprimi-la. A sociologia é uma ciência de formas, e por isso a forma de ação radical dos grupos sociais chamada Revolução é matéria sua. Dêste modo, a única recorrência que distingue a Sociologia da História é a da forma, o que também é precário, de vez que a história, como já vimos, exprime-se em formas universais de pensamento e ação. Se assim é, não cabe distinguir as duas correspondências dêste modo, uma cuidando das ocorrências aparentemente únicas, sensacionais ou importantes, e a outra registrando as recorrências, os processos sociais mais simples; uma anotando os fatos históricos, outra os sociológicos. Além disso, o exemplo dado, do declínio da importação da cerveja, é certamente infeliz, de vez que o fato, continuamente registrado pela correspondência consular, não é repetido, recorrente, plural, sociológico. É o mesmo fato, num mesmo processo histórico, registrado em suas várias etapas. — Sobre a correspondência diplomática e consular do Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, Cf. Alberto Rangel, *No rolar do tempo*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1937.

regulamentos, projetos, estatutos e programas; a artística tem sua mais genuína fonte nos livros de contas existentes nos arquivos de igrejas e órbita das diversas irmandades, matrizes, ordens terceiras, arquivo episcopal, têrmos e acórdãos dos arquivos religiosos e dos arquivos dos cartórios dos tabeliães mais antigos, recibos, contratos, atos e processos (44).

Vemos, assim, que as fontes transmitidas por escrito são essencialmente a matéria usada pelos historiadores. O documento manuscrito ou impresso é, assim, a principal fonte do historiador. Em têrmos gerais, documento significa a fonte escrita contendo informação histórica ao contrário do testemunho oral, ou dos restos pictóricos, arqueológicos etc.

Documento não é sinônimo de fonte, mas uma espécie de fonte. Não se pode também diferenciar os documentos pelo grau de subjetividade, como faz Gottschalk (45), isto é, documentos escritos na primeira pessoa, autobiografias, cartas e documentos na terceira pessoa, jornais, etc.; porque documentos escritos aparentemente na terceira pessoa são às vêzes da primeira pessoa, e outros há, como o *Tratado Descritivo da Terra e Gente do Brasil*, de Gabriel Soares de Sousa, em que o autor fala de si mesmo na primeira e na terceira pessoas.

É necessário distinguir, desde logo, no emprêgo da palavra documento, o sentido lato e o estrito. O primeiro significando tôda a escritura destinada a comprovar um fato, e o segundo significando a declaração escrita revestida de forma determinada, sôbre fatos ou acontecimentos de natureza jurídica. É lógico que em história usamos a palavra no sentido lato. E, por isso, tanto utilizamos os documentos privados, que não revestem nenhuma formali-

(44) Rodrigo Melo Franco Andrade, "Araújo Pôrto Alegre, precursor dos estudos de História da Arte no Brasil", *RIHGB*, vol. 184, 1944, 124, e Hannah Levy, "A pintura colonial no Rio de Janeiro", *RSPHAN*, vol. 6, 1942, 7-78.

(45) Louis Gottschalk e outros, *The use of personal documents in history, anthropology and sociology*, New York, Bul. n. 53, Social Science Council, 1945, 13.

dade legal, nem contém nenhum elemento jurídico, como os privados, revestidos de solenidade e os públicos. O primeiro é o redigido por pessoa privada ou pública quando não devido a seu cargo, ou sem observar as formalidades prescritas. O segundo é o redigido por pessoa privada segundo as regras jurídicas, estabelecidas no art. 135 do Código Civil. Este é, então, uma espécie intermediária, ou seja uma peça redigida para interesses privados, sob a sanção da autoridade pública ou de seu representante. O terceiro é o escrito por pessoa pública em razão do seu cargo.

Estas várias espécies de documentos podem transmitir-se à posteridade sob a forma de originais, cópias e transuntos (46). Os primeiros não são sempre únicos. Era comum, desde a mais remota Antigüidade, tirar-se de um documento mais de um original. A duplicata significa, portanto, qualquer cópia de um documento feita ao mesmo tempo do original. Podem existir também as triplicatas, multiplicata, etc. É preciso, também, não confundir os originais com as cópias ou com as minutas; estas não trazem qualquer sinal de validação. São anteriores ao original. A cópia é simultânea ou posterior.

São várias as espécies de cópias. As figuradas procuram imitar o original, representando-lhe tôdas as características exteriores, e até mesmo os sinais de validação. As autógrafas são feitas pelo próprio autor do ori-

(46) Certidão, traslado ou pública-forma chama-se à transcrição integral do texto copiado com o registro das emendas, borrões, rasuras, acréscimos. A certidão tem preâmbulo, o traslado, não; a certidão e a pública-forma têm extração facultativa e o traslado obrigatório; a certidão e a pública-forma podem ser tiradas em tantas vias quantas a parte quiser; o traslado é único, não pode ser tirada segunda via sem despacho da autoridade competente. A certidão faz fé independentemente de conferência; o traslado, em segunda via, não é valioso sem o concôrto do tabelião companheiro, ou sem escrevente juramentado. A certidão pode compreender tudo quanto há escrito e arquivado no cartório, tanto no livro de notas e auxiliares, como nos papéis avulsos; o traslado só se refere às escrituras e textos lançados nos livros de notas. Cf. A. Teixeira de Freitas, *Formulário dos contratos, testamentos e de outros atos do tabelionato*, Rio de Janeiro, Garnier, 1881. Sobre as cópias e transuntos, vide A. Giry, *Manuel de Diplomatique*, Paris, Alcan, 1925, 10-36. Exemplos de *vidimus* podem ser observados no *Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade do Salvador*, Bahia, 1945, 76 e 85.

ginal. As autênticas ou certificados são as lavradas por notários ou tabeliães, autenticadas com os sinais públicos e contemporâneas ou simultâneas aos originais. As livres são despidas de quaisquer formalidades diplomáticas ou jurídicas. As cópias figuradas não devem ser confundidas com os *vidimus* e as renovações (*acta rescripta*). Estas são documentos posteriores à data do original, refeitos segundo os restos conservados dos originais, seja por meio de antigos extratos, de menções ou de simples tradições. Os *vidimus* são uma espécie de confirmação de antigos atos, nos quais se transcreve o texto, sem exclusão dos protocolos inicial e final, e dos sinais de validação, e reproduzem integralmente (*verbum ad verbum*) os atos anteriores. São, assim, atos autênticos, expedidos sob a garantia de uma autoridade competente. Nêles quem os faz declara que viu o documento, que o examinou, e descreve o material empregado, a forma, integridade, etc.

Até aqui se tem considerado os documentos sob o ponto de vista da autenticidade e integridade, mas não sob o aspecto da fidedignidade ou veracidade de suas afirmações. Há que considerar, então, o aspecto jurídico e histórico da veracidade, nem sempre coincidentes. Juridicamente, os documentos públicos presumem-se genuínos e fidedignos até prova em contrário, por meio de argumentos convincentes, e, assim, merecem mais fé que os privados. Dentre êstes têm mais fôrça aquêles que estão revestidos de formalidades legais, isto é, assinados do próprio punho, subscritos por testemunhas e registrados (art. 135 do Código Civil). Para que um documento seja considerado público é necessário que preencha as seguintes condições: 1) que provenha de pessoa pública; 2) que esta pessoa possa realizar o ato; 3) que o tenha realizado dentro dos limites legais; 4) que haja observado tôdas as solenidades essenciais do ato. Segundo o Código Civil Brasileiro, são instrumentos públicos (47): 1) as

(47) Clóvis Beviláqua, *Teoria geral do direito civil*, Rio de Janeiro, Livraria Alves, 1929, 2.^a ed., 319.

escrituras lavradas por tabelião e os traslados extraídos dos seus livros de notas; 2) os atos judiciais; 3) as certidões tiradas dos autos pelos escrivães; 4) os atos autênticos passados em país estrangeiro, segundo as leis respectivas, e legalizados pelos cônsules brasileiros; 5) as certidões extraídas dos livros das repartições fiscaes, do registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos e de outros registros públicos; 6) os instrumentos guardados nos arquivos públicos; 7) os instrumentos de aprovação dos testamentos cerrados; 8) as notas de corretores, estando os seus livros regularmente escriturados; 9) os protestos de letras. Ainda juridicamente não merecem fé pública os documentos públicos ou privados cancelados, raspados, riscados e borrados (Código de Processo Civil, art. 227). Assim também as cópias ou traslados só são autênticos e, portanto, só merecem fé quando a pessoa pública certifica sua conformidade com o original (Código Civil, arts. 137 e 138 e Código de Processo Civil, arts. 225 e 226).

Juridicamente, as declarações dos documentos públicos presumem-se verdadeiras, ou seja, permitem a conclusão racional sobre a verdade de uma coisa duvidosa, deduzida de indícios freqüentemente relacionados com a verdade (*rei incerta probabilis coniectura*, Cãnone 1825). Mas historicamente não se distingue nenhuma espécie qualificada como no direito. As próprias formalidades de pública fé do notário apenas nos dizem que a cópia é autêntica, fiel e legítima, sem contudo provar a veracidade de sua afirmação. Para que uma declaração tenha eficácia histórica é necessário que ao exame paleográfico e diplomático e à crítica externa, que investigam apenas a integridade e autenticidade dos documentos, se junte a crítica interna, que verifica a sua fidedignidade.

Dêste modo, a validade da declaração histórica contida num documento não depende, tal como no direito, de forma especial (Código Civil, art. 130); apenas se conjectura que tal documento, por ser autêntico, deve merecer mais fé, mas a presunção deve ser confirmada pela crítica. Como exemplo, podemos apontar o caso de es-

crituras públicas que juridicamente têm um valor absoluto, mas que historicamente valem, às vezes, menos que um documento privado que, acidentalmente, trate do assunto. Aquêlê pode, apesar de tôdas as formalidades, ser viciado, e êste não tem interêsse a defender. É uma fonte “casual” e não intencional. Assim, não é certa para a história a determinação jurídica (Código Civil, art. 131, parágrafo único) de que não tendo relação direta com as disposições principais ou com a legitimidade das partes, as declarações enunciativas não eximem o interessado em sua veracidade do ônus da prova. É só a análise cuidadosa, a leitura atenta, a crítica auxiliar paleográfica e diplomática e a crítica interna que permitem, sob a base de raciocínios legítimos, a presunção, e depois a certeza da informação prestada pela fonte.

Por conseguinte, uma simples memória pode, às vezes, ser mais verídica do que um documento público registrado. Quantas vezes um inventário ou um testamento contêm afirmações fãcilmente reconhecidas como inexatas? Os que estão treinados no exercício da advocacia sabem as marcas de vício que podem trazer os documentos considerados legalmente como merecedores de fé pública. A verdade é que o tabelião não confirma senão o que lhe foi dito e declarado pela vontade livre das partes; não investiga o direito das pessoas, nem a verdade dos fatos. Na realidade, êle é uma mera testemunha instrumentária (48).

O registo, o reconhecimento da firma, as formalidades impostas pela lei na produção das provas não merecem muito historicamente; podem, no máximo, presumirse autênticas. Mas a recriação histórica faz-se não só com peças autênticas, mas fidedignas e verdadeiras nas suas afirmações. De documentos privados, como memórias, relatórios, relações, cartas, diários, papéis comerciais,

(48) A. Teixeira de Freitas, *Formulário dos contratos, testamentos e outros atos de tabelionato*, Rio de Janeiro, Garnier, 1881, 37. Veja-se sôbro a verdade dos documentos jurídicos, o que conta Afonso Pena Júnior, *A Arte de Furtar e seu autor*, Rio de Janeiro, 1946, 1.º vol., 97.

destituído de qualquer formalidade jurídica, considerados autênticos pelo exame paleográfico e diplomático, podem-se extrair informações indiscutivelmente verdadeiras.

Documentos perdidos

Não se pode avaliar, especialmente no Brasil, cujos arquivos e bibliotecas não possuem inventários completos dos seus acervos, a riqueza e variedade das fontes. Pode-se dizer que alguns estão irremediavelmente perdidos, seja pela ação corrosiva do próprio tempo, seja pela destruição consciente, promovida por alguns homens, seja devido a acontecimentos naturais. De outras fontes perdemos os vestígios; desapareceram de nossos arquivos públicos e particulares. O Visconde de Santarém nos informa que “nove cofres ou caixões de livros e papéis da maior estimação, por antigos, raros e preciosos, foram roubados da Torre do Tombo para o Arquivo de Simancas” (49). Outros têm pior sorte e simplesmente desaparecem. A queima de São Vicente pelos ingleses, em 1599, e a tomada da Bahia pelos holandeses, em 1624, foram a causa da perda de importantes documentos de nossa primitiva história (50).

A verdade é que não houve sempre da parte portuguesa e da nossa o mesmo cuidado pelo arquivamento de manuscritos. Roteiros de navegantes, correspondências administrativas, relações de viajantes e outros documentos

(49) Visconde de Santarém, na introdução do *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal* (1.º vol., XIV), editado pelo Visconde de Santarém, Luís Augusto Rebelo da Silva e J. da Silva Mendes Leal, Paris, 1842. D. Filipe II é para os crendeiros — dizia Luís Augusto Rebelo da Silva — uma espécie de ogre, devorador de todos os autógrafos de fábulas, que não aparecem, pela ótima razão de que nunca existiram. Desde o famoso *Porco Espim* do Senado de Lisboa, até ao *Prodígio de Nazareth* e à *Vida del Rei Rodrigo* pesam sobre sua memória tôdas as novelas históricas cuja autenticidade clama, por documentos, inútilmente. *Cartas ao Senhor Ministro da Justiça sobre o uso que se faz do Púlpito e da Imprensa uma fração do Clero Português*, Lisboa, 1850, 27.

(50) Cândido Mendes de Almeida, “Notas para a história pátria. A catástrofe de João de Bolés foi uma realidade?”, *RIHGB*, t. 42, 1879, 143.

não foram convenientemente guardados (51). Outros acontecimentos naturais concorreram para o desaparecimento de fontes valiosas. No incêndio da noite de 20 de junho de 1790, nesta cidade do Rio de Janeiro, o primeiro livro do Senado da Câmara (1566-1590) foi consumido. Os cartórios públicos conseguiram salvar-se (52).

Segundo Pizarro, salvaram-se apenas alguns livros que estavam na casa do escrivão e outros na do Juiz-de-Fora, então Baltazar da Silva Lisboa.

Quanto ao terremoto de Lisboa, escreveu Capistrano de Abreu que o desbarato dos arquivos portugueses a êle devido tornou impossível o conhecimento dos primeiros tempos dos nossos anais (53). Todo o cartório da Secretaria do Estado, juntamente com o Paço da Ribeira, foi destruído no terremoto (54). Os livros da secretaria geral do registro das mercês haviam sido destruídos porque se encontravam na casa de Diogo Soares, que se incendiou a 2 de outubro de 1681.

Motivos sentimentais provocaram também destruição documental. É assim que apaziguado o movimento revolucionário da Confederação do Equador, José Félix de Azevedo e Sá (1781-1827) determinou que se destruíssem todos os livros públicos, ofícios, diplomas e portarias e quaisquer outros papéis, e se abrasassem os impressos, proclamações e escritos defensores do sistema confederativo: “de sorte que não apareça nem ao menos o vislumbre dessa tristíssima luz, hoje de todo apagada, e que tanto mal causou à Província inteira” (55).

(51) Cândido Mendes de Almeida, “Notas para a história pátria. Quem levou a notícia da descoberta do Brasil?”, *RIHGB*, t. 39, 2.^a parte, 1876, 5-24.

(52) José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo, *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1820, vol. 7, 153, n. 1.

(53) *História do Brasil de Frei Vicente do Salvador*, São Paulo, Comp. Melhoramentos, s. d., 71.

(54) *Inventário dos Livros das Portarias do Reino*, Lisboa, 1909, vol. 1, XIV.

(55) Cf. Ofício de 14 de nov. de 1824, de José Félix, mandando destruir tôda a correspondência relativa ao movimento de 1824. *RIC*, t. esp., 1924.

Do mesmo modo se procedeu quando da Abolição da escravatura. Foi Nina Rodrigues o primeiro a denunciar a queima dos arquivos da escravidão, ordenada por despacho do Ministério da Fazenda, assinado por Rui Barbosa em 14 de dezembro de 1890, e mandado pôr em execução pela circular assinada por Tristão de Alencar Araripe em 13 de maio de 1891. Gilberto Freyre atribuiu a Rui Barbosa tão infeliz iniciativa. A verdade, porém, foi restabelecida por Américo Jacobina Lacombe, quando mostrou que se não pode atribuir exclusivamente a Rui a idéia da destruição dos arquivos de vez que, em primeiro lugar, o móvel da medida era evitar a pretensão de indenização por parte dos escravocratas que, para isso, teriam de basear-se nos livros de matrícula geral dos escravos do Império ⁽⁵⁶⁾, e, em segundo lugar, ela correspondia à mentalidade dos abolicionistas, tanto que a ordem de destruição foi calorosamente recebida na Câmara por algumas de nossas grandes figuras. Rui não foi, assim, o único responsável, mas a mentalidade do tempo, que queria apagar da nação a mancha da escravidão e evitar os pedidos de indenização. Os livros destruídos devem ter sido os de registro de escravos para efeito do pagamento nos impostos, e os livros de entrada nas Alfândegas. Como os elementos estatísticos do primeiro livro constam dos relatórios dos ministérios e presidentes de província, os alfandegários são os únicos realmente perdidos. Como acentuou muito bem Américo Jacobina Lacombe, em outros arquivos, inclusive o Nacional, encontram-se várias fontes manuscritas, documentos administrativos e judiciários a respeito da escravidão ⁽⁵⁷⁾.

Documentos de cartórios, documentos judiciários típicos de informações econômicas, como testamentos e

(56) A 24 de julho de 1888, Joaquim Nabuco lia uma representação de constituintes seus para que os livros de matrícula geral dos escravos do Império fôsem cancelados ou inutilizados, de modo a que não pudesse mais haver pedidos de indenização. Vide Carolina Nabuco, *A Vida de Joaquim Nabuco*, São Paulo, Cia. Edit. Nac., 1928, 256, nota.

(57) Américo Jacobina Lacombe, "A queima dos arquivos da escravidão", *O Jornal*, 17 de março de 1940.

inventários têm sido destruídos impiedosamente, como me referiu Vilhena de Moraes que, com desvêlo raro, procura reuni-los no Arquivo Nacional.

Documentos importantes, relatórios, livros inéditos, sabemos, por informações de velhos autores, perdidos para, nossas pesquisas. A simples consulta à *Biblioteca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado, à *Biblioteca Hispana Nova* de Nicolau Antônio e ao *Epitome de la Bibliotheca Oriental y Occidental, nautica y geographica* de Antônio de León Pinelo (58), revelará a inumerável lista de Histórias, Compêndios, Descrições, Relatórios, Diários, Instruções etc., cujos destinos desconhecemos hoje. É certo que os inventários de manuscritos de alguns arquivos já têm revelado a presença desses documentos. Alguns desapareceram, como o original dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, retirados da Biblioteca Nacional de Lisboa por José Feliciano de Castilho Barreto, mas são substituídos por outros originais ou cópias encontrados em outros arquivos, como estes mesmos *Diálogos*, que Varnhagen descobriu na Biblioteca de Leide. Outros voltaram às nossas mãos, como o códice “Cartas d’El Rei a Gaspar de Sousa (1540-1626)”, adquirido recentemente pela Biblioteca do Itamarati (59).

Intenções declaradas de obras em elaboração nos fazem sempre pensar na sua possível perda, como é o caso daquela “História do Brasil” que Simão Estácio da Silveira dizia entender escrever e o da “História do Brasil” do cronista-mor oficial Diogo Gomes Carneiro, cujos manuscritos desapareceram sem deixar rastros (60). De alguns

(58) Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, Lisboa, 1751-59, 4 tomos; Nicolau Antônio, *Biblioteca Hispana Nova*, Madrid, 1783-88, 2 vols.; Antônio de León Pinelo, *Bibliotheca Oriental y Occidental, nautica y geographica*, Madrid, 1737-38, 3 vols. Entre outros, podem citar-se a Segunda Década da *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasileira*, de Francisco de Brito Freire, o *Paraíso dos Mulatos, Purgatório de brancos e inferno de negros*, e o *Diário del Brasil*, de Francisco Manuel de Melo.

(59) Sobre este códice, vide *Um códice dos séculos XVI e XVII, propriedade do Doutor Abel de Andrade*, Lisboa, Separata da Revista da Faculdade de Direito, 1919, 21.

(60) Cf. a “Relação sumária das coisas do Maranhão”, de Simão Estácio da Silveira, nas *Memórias do Maranhão*, editadas por Cândido

sabemos que foram escritos, como a narrativa do descobrimento da ligação interna entre a Bahia e o Ceará, feita e escrita por João Velho do Vale e hoje extraviada ou perdida ⁽⁶¹⁾. Fonte preciosa, como o primeiro volume relativo à administração de D. Luís de Sousa (1617-1621), contendo a correspondência para a Côrte, achava-se perdida, ainda em 1918, quando Capistrano de Abreu anotava a *História do Brasil* de Frei Vicente Salvador ⁽⁶²⁾.

Da época anterior de D. Francisco de Sousa (1590-1602) e de Diogo Botelho (1601-1608) se esclareceria muita coisa se fôsse encontrada a descrição geral do Brasil feita nessa época pelo viajante florentino Baccio da Filicaya ⁽⁶³⁾. Semelhante ao caso do Diário, visto, desaparecido e cujo paradeiro se desconhece, é o Relatório do Conde de Castanheira, que Varnhagen prometeu dar à luz na primeira edição de sua *História Geral* ⁽⁶⁴⁾. Capistrano de Abreu lamentou que não mais se encontrassem livros como aquêle, em que os almoxarifes deveriam anotar a cobrança dos direitos do dízimo da calda do açúcar e outros, com os nomes dos lavradores ⁽⁶⁵⁾.

A exemplificação não teria fim, mas convém registrar que documentos do início de nossa vida histórica perderam-se. É assim o caso das “Instruções Régias” dadas a Cabral para a sua viagem, das “Instruções Régias adicionais”, de que se conservaram apenas os borrões, e da carta de Aires Correia, referida pelo Mestre João, perdidas inteiramente até hoje.

Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1874, 2.º vol., 17, 25, 26. Sobre a “História do Brasil” de Diogo Gomes Carneiro, trata o autor na obra em preparo “História da História do Brasil”.

(61) Capistrano de Abreu, *Capítulos de história colonial*, Rio de Janeiro, Garnier, 1927, 136.

(62) Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, São Paulo, Cia. Melhoramentos, s. d., nota de Capistrano de Abreu à pág. 441.

(63) Prolegômenos de Capistrano de Abreu na *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, 252.

(64) Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, 3.ª ed., São Paulo, Cia. Melhoramentos, s. d., 1.º vol., 173, nota 19.

(65) Capistrano de Abreu, nota 7, 295 do 1.º vol. da *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen, 3.ª ed., São Paulo, Cia. Melhoramentos, s. d.

Mais difícil é a falta de qualquer exemplar de obra impressa, como é o caso da *Relatio de populis brasiliensibus* de François Bourdemare ou Bourdemer, impressa em Madrid em 1617 (66).

Melo Moraes escrevia em 1872 que um dos mais antigos cartórios da Província do Rio de Janeiro vendeu dezenas de arrôbas de autos antigos para a fábrica de foguetes e que êle comprara depois ao fogueteiro. Afirma ainda que entre as coleções que D. João VI deixou a Pedro I havia memórias secretas, que em 30 de julho de 1831 foram, com outros papéis da Biblioteca Imperial, para a Câmara dos Deputados, e se extraviaram (67). Quando não se trata de perda de fontes por desleixo ou negligência, é o desinterêsse pelo registo ou preocupação por esconder ou ocultar suas atividades que deixa a história sem seus recursos documentais, como se verifica na história econômica, e especialmente na dos negócios. Joaquim Nabuco, na defesa dos nossos direitos na questão de Pirara, estabeleceu um paralelo interessante entre os colonos de Essequibo e os do Pará, a propósito da ocupação do Rio Negro: "Essequibo é uma feitoria comercial, o negócio de uma companhia; tudo quanto acontece tem que figurar em duas contabilidades para a minuciosa fiscalização holandesa; tem que ser guardado para desobriga do gerente e da diretoria. Daí a minudência do registo dos livros da Companhia, semelhantes a livros de compra e venda de uma casa de negócios. Nada é aí insignificante demais. O oposto acontece no Pará. Os moradores exploram o país, pode-se dizer, à vontade. Os particulares não têm arquivos e não deixam registo das suas transações, que pelo contrário escondem" (68).

Preciosos arquivos particulares, como os de Antônio Paulino Limpo de Abreu, Visconde de Abaeté, e os de

(66) François Bourdemare ou Bourdemer, *Relatio de populis brasiliensibus*, Madrid, 1617.

(67) *O Brasil social e político, ou o que fomos e o que somos*, Rio de Janeiro, 1872, 52 e 61.

(68) Joaquim Nabuco, *Memória*, I, 57.

P. W. Lund, foram queimados pelos descendentes ou vendidos para servirem de bucha.

Só a prática da pesquisa, aliada ao estudo da evolução da pesquisa no Brasil, pode facilitar o amplo e perfeito conhecimento das fontes de nossa história (69).

Feitas essas considerações gerais sobre a importância, utilização e perda das fontes, convém indicar as coleções e bibliografias de fontes.

Coleções e Bibliografias de Fontes

É lógica a distinção que devemos fazer entre coleções de fontes e bibliografia de fontes. A primeira se limita a reproduzir os documentos encontrados em arquivos e bibliotecas públicas ou privadas. Tanto pode editar inéditos como reeditar livros raros e coetâneos. A única exigência é a mais perfeita acórdância com os princípios da edição crítica, os quais serão expostos adiante. A segunda consiste apenas na indicação das fontes. São os catálogos, inventários e listas de manuscritos de arquivos e bibliotecas.

Coleções de Fontes

Se a primeira coleção sistemática de fontes data da Renascença, a coleção crítica se inicia com os *Monumenta Germaniae Historica* (70). Na França, Inglaterra, Bélgica, Holanda, Itália, Dinamarca, Suécia e Espanha, a iniciativa foi logo imitada. Em Portugal, antes dos *Portugaliae*

(69) Cf. José Honório Rodrigues, *A Pesquisa histórica no Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1952.

(70) *Monumenta Germaniae Historica inde ab anno Christi quinquagesimo usque ad annum millesimum et quingentesimum auspiciis Societatis Aperiendis Fontibus Rerum Germanicarum Medii Aevi*, 120 vols. Hannoverae e Berolini, 1826-1925. O melhor trabalho sobre os *Monumenta* é o de Harry Bresslau, "Geschichte der Monumenta Germaniae Historica", *Neues Archiv*, Hannover, 1921, vol. 42. V. José Honório Rodrigues, *A Pesquisa Histórica no Brasil*, ob. cit., 153 e segts.

Monumenta Historica, já a Academia Real da História Portuguesa, instituída em 1720, editara a valiosa Coleção de Documentos e Memórias” (71). Desaparecida esta Academia em 1736, só em 1779 era fundada a Academia Real das Ciências (72), sob cujos auspícios se iniciou a publicação dos *Monumenta*. Antes editara a Academia as *Memórias Econômicas*, onde se encontram algumas excelentes monografias relativas ao Brasil, a *Coleção de Notícias para a História e a Geografia das Nações Ultramarinas*, e a *Coleção de opúsculos reimpressos, relativos à história das navegações, viagens e conquistas dos portugueses* (73).

Em dezembro de 1855, assinava Alexandre Herculano a introdução do primeiro fascículo da *Portugaliae Monumenta Historica* (74). A vasta coleção que se inspirava diretamente no modelo germânico e seguira rigorosamente os princípios da edição crítica, estava dividida em quatro grandes grupos: 1) Monumentos narrativos; 2) Legislação e jurisprudência; 3) Diplomas e atos públicos e privados; 4) Atos e monumentos privados. A coleção monumental abrangia as fontes do século VIII ao XV, não tendo, assim, nenhum interesse para o Brasil. Mas a indicação se justifica pela importância e significação da iniciativa, que ficava como uma lição a ser seguida para a edição de fontes brasileiras.

(71) Manuel Teles da Silva, *História da Academia Real de História Portuguesa*, Lisboa, 1727; Academia Real da História Portuguesa, *Coleção de documentos e memórias*, 1721-1736, 15 tomos.

(72) Sôbre a Academia Real das Ciências, vide José Carlos Rodrigues, *Novo Mundo*, III (1872), 166; IV (1873), 50; e Fidelino de Figueiredo, “O que é a Academia (Real) das Ciências de Lisboa (1779-1915)”, *Revista de História*, n. 16, out.-dez. 1915, 297-305.

(73) *Memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas*, Lisboa, 1789-1815, 5 tomos.

(74) *Portugaliae Monumenta Historica, a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum jussu Academiae scientiarum Olisiponensis edita*. Olisipone typis Academicis, 1856. Do primeiro grupo, Monumentos Narrativos, foram publicados 3 fascículos, contendo ao todo 420 páginas, sob o título de *Scriptores*, 1855-61; do segundo grupo, Legislação e Jurisprudência, foram publicados 7 fascículos, contendo ao todo 980 páginas, sob o título *Leges et Consuetudines*, 1856-58; do terceiro grupo, *Diplomata et chartae*. 6 fascículos, 1858-73; do quarto grupo, *Inquisitiones*, foram publicados 3 fascículos, 1888-1891.

Já nos referimos, também, ao *Quadro Elementar* e ao *Corpo Diplomático*, dirigidos e coligidos pelo Visconde da Santarém ⁽⁷⁵⁾, que representa, com Alexandre Herculano, o mais alto ponto da historiografia portuguesa. O *Quadro Elementar* compõe-se de todos os tratados de paz, de aliança, de neutralidade, de trégua, de comércio, de limites, de ajustes, de cessões territoriais, de doações, negociações, embaixadas, missões, etc. É, assim, um corpo sistemático e uma vastíssima coleção de todos os documentos políticos pertencentes ao direito público externo diplomático português, desde o princípio da Monarquia até os dias em que viveu o Visconde de Santarém. O *Corpo Diplomático* é outra fonte preciosíssima, que abrange as relações diplomáticas com a Cúria Romana. A publicação de fontes em Portugal, apesar d'esses maduros exemplos, não tem sido feita sistematicamente.

As impressões das principais fontes brasileiras data da publicação da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1839 ⁽⁷⁶⁾. Não se pôde, contudo, afirmar que esta Revista seja, realmente, uma coleção de fontes. Quando do seu aparecimento, não se teve uma clara e definida compreensão do que deveria ser o órgão oficial do Instituto. Se é exato que durante algum tempo se publicou mais documentos que estudos, não é menos certo que assim tenham sempre procedido os editôres. Houve época em

(75) Visconde de Santarém e outros, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal*, Paris, 1842, 18 vols. O primeiro volume contém a parte geral, demarcações, privilégios, concessões relativas a vários países; o segundo volume encerra as relações diplomáticas de Portugal com a Espanha; os volumes 3.º a 9.º, as relações diplomáticas com a França; os volumes 10.º a 13.º, as relações diplomáticas com a Cúria Romana, e, finalmente, os volumes 14.º a 18.º, as relações diplomáticas com a Inglaterra. O *Corpo Diplomático português*, edição de L. A. Rebêlo da Silva, José da Silva Mendes Leal e Jaime Constantino de Freitas Muniz, Lisboa, 1862-1902, consta de 12 vols. O último volume vai até 1644.

(76) Sobre a coleção, vide Índice analítico, t. 1-84, 1839-1919, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927; Max Fleiuss, *O Instituto Histórico através de sua Revista*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938; Rollie E. Popino, *A century of the Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Separata da *HAHR*, vol. 2, Maio 1953. Vide também a opinião de Machado de Assis sobre a Revista, in *Correspondência de Machado de Assis*, coligida por Fernando Nery, Rio de Janeiro, 1932, 94.

que a *Revista* inseria quase que apenas discursos, conferências e artigos ligeiros, e abandonava nos seus arquivos as fontes originais que possuía em abundância. Dêste modo, não pode ser apontada como exemplo de coleção de fontes no Brasil, porque contém mais pretextos do que textos.

O mesmo se poderia dizer de tôdas as demais Revistas históricas brasileiras, editadas pelos Institutos Históricos estaduais: a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, 1860-63, 1920; a *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, 1865; a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiana*, 1871; a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*, 1872; a *Revista do Instituto do Ceará*, 1887 — (77); a *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, 1894; a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 1895 — (78); a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, 1902; a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, 1907, 2 vols., 1943; a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná*, 1909; a *Revista do Instituto Histórico de Sergipe*, 1913; a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, 1913; a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, 1916; a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*, 1917, 1 vol.; a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão*, 1946; a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, 1917; a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, 1919.

Na verdade, a primeira publicação sistemática, ordenada e correta de fontes deve-se ao Arquivo do Estado de São Paulo, quando, em 1914, lançava as *Atas de Santo André da Borda do Campo*, logo seguidas pelas *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, dos *Inventários e Testamentos*, do *Registro Geral*, dos *Documentos Interessantes*, das *Sesmarias* e finalmente das *Cartas de Datas de Terras* (79). As *Atas* e o *Registro Geral* encerram documentos

(77) O autor dêste trabalho, em colaboração com Leda Boechat Rodrigues, preparou os Índices analíticos e comentados da RIAGP e da RIC, escrevendo sobre a historiografia pernambucana e cearense dois estudos, publicados em sua *Notícia de Vária História*, Rio de Janeiro, Livraria São José, 1951, 143-160 e 161-209. Esses Índices deverão sair próximamente.

(78) *Índice Repertório* (30 primeiros volumes), São Paulo, 1938.

(79) *Atas de Santo André da Borda do Campo*, 1 vol.; *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, 1914; *Inventários e Testamentos*, 1920; *Registro Geral*, 1917; *Documentos interessantes para a história de São Paulo*, 1913; *Sesmarias*, 1921; V. Índice dos Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vol. 21, São Paulo, 1897.

oficiais e os *Inventários e Testamentos* documentos particulares de valor público. Os *Documentos Interessantes* versam sobre os séculos XVIII e XIX. A iniciativa em matéria de publicação de atas cabe a P. Theberge, que em 1862 publicou, embora não em separado, as “Atas da Câmara do Crato, de 11 de maio de 1817 a 27 de janeiro de 1823”, bem como os “Extratos dos assentos do antigo Senado do Icó, desde 1738 até 1835” (80). Assim também a primeira relação de sesmarias foi feita por José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo (81).

Outra coleção importantíssima é a dos *Documentos Históricos* publicados pela Biblioteca Nacional, e iniciada em 1928. Compõe-se especialmente de documentos públicos, ou sejam ordens régias, alvarás, patentes, provisões, leis, regimentos, portarias, mandados, forais, doações, sesmarias, provimentos seculares e eclesiásticos, livros administrativos e correspondência oficial de governadores. Já os *Anais* da Biblioteca Nacional têm publicado afora estudos biobibliográficos e históricos, documentos particulares, como relações, memórias, relatórios, cartas, e feito reedições e traduções de livros raros, catálogos e bibliografias (82).

Outras coleções de fontes são os anais, publicações, revistas e documentos de arquivos, museus e serviços nacionais, estaduais e municipais (83).

PUBLICAÇÕES DE ARQUIVOS E MUSEUS

Publicações do Arquivo Nacional, 1886; existe um *Índice*, Rio de Janeiro, 1944; *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1896; existe um *Índice*, organizado por Teófilo Feo de Andrade, abrangendo os 14 primeiros volumes, Belo Horizonte, 1914; um *Índice Geral*, vols. 1-18, Belo Horizonte, 1920; devendo-se também consultar A. V. Barreto, vol. 24, 439-739. *Publicações do Arquivo do Distrito*

(80) “Atas da Câmara do Crato de 11 de maio de 1817 até 27 de janeiro de 1823”; “Extratos dos assentos do antigo Senado do Icó, desde 1738 até 1835”, *RIHGB*, v. 25, 1862, 43 e sgts., 62 e sgts.

(81) José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo, “Relação das sesmarias da capitania do Rio de Janeiro, extraídas do Livro de Sesmarias e Registros de 1565 a 1798”, *RIHGB*, v. 63, 93.

(82) *Documentos Históricos*, publicação em curso da Biblioteca Nacional 1928; *Anais da Biblioteca Nacional*, 1876 — “Índice dos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro”, *ABN*, vol. 70, 1950, 171-221.

(83) As publicações periódicas como Almanques, Anuários etc., são riquíssimos em fontes históricas. Vide, por ex., o *Anuário do Rio Grande do Sul*, de Graciano Azambuja.

Federal, 1894-97, 4 vols. (84); existe *Índice da Revista do Arquivo do Distrito Federal*, com extrato alfabético de assuntos, 1894-97, Rio de Janeiro, 1919. *Anais da Biblioteca do Arquivo Público do Pará*, 1902-1926, 10 vols.; *Revista do Arquivo do Amazonas*, 1906, 4 números; *Anais do Arquivo Público da Bahia*, 1917; *Anais do Museu Paulista*, 1922; *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, 1934, com vários índices, entre os quais dois publicados em 1937 e 1940; *Anais do Itamarati*, 1936; *Arquivos da Prefeitura Municipal do Recife*, 1943; *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, 1937; *Anuário do Museu Imperial*, 1940; *Anais do Museu Histórico Nacional*, 1940; *Revista do Arquivo Público*, Pernambuco, 1946; *Boletim Municipal*, Pôrto Alegre, 22 números; *Documentos Históricos do Arquivo Municipal*, Bahia, 1945; *Documentos Históricos do Arquivo Municipal*, Salvador Bahia, 1949.

Entre as principais coleções de fontes no Brasil destacam-se naturalmente os vários Documentos publicados pelo Arquivo do Estado de São Paulo e os Documentos Históricos da Biblioteca Nacional.

Existem muitas publicações esparsas ou especiais de fontes (85).

Fontes primordiais são também os regulamentos, exposições, orçamentos, legislação e os relatórios dos Ministérios, publicados anualmente (86).

(84) O Arquivo do Distrito Federal imprimiu também as seguintes publicações: *Autos de correição de ouvidores do Rio de Janeiro*, coligidos por Eduardo Tourinho, Rio de Janeiro, 1929-31, 3 vols., abrangendo de 1624 a 1820; *Extratos de manuscritos sobre aforamentos*, Rio de Janeiro, 1928-29, 2 vols.; *Índice das Ordens e Provisões Reais*, Rio de Janeiro, 1923.

(85) *Relatórios do Ministério das Relações Exteriores*. Existem publicados os de 1828 a 1941, com exceção do período do Barão do Rio Branco, os quais estão até hoje inéditos, e vão de 1903 a 1912.

(86) *Arquivo Diplomático da Independência*, Rio de Janeiro, 1922, 8 vols.; *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1935-38, 7 vols.; *Documentos para a História da Independência*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1923, 1 vol.; *Documentos Holandeses*, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação do M. E. S., 1945. Trata-se da tradução do primeiro volume da Coleção de Documentos Holandeses trazidos por Joaquim Caetano da Silva e que se encontram no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Primeira Visitação do Santo-Ofício às Partes do Brasil*, 1.º vol., *Confissões da Bahia*, 1591-92, São Paulo, 1922; 2.º vol., *Denúncias da Bahia*, 1591-93, São Paulo, 1925; 3.º vol., *Denúncias de Pernambuco*, 1593-95, São Paulo, 1929; *Floriano. Memórias e Documentos*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação, 1939, 6 vols.; *Livro Velho do Tombo do Mosteiro de S. Bento*, Bahia, Tip. Beneditina, 1945, e vários outros *Livros do Tombo*, já indicados.

Não se deve esquecer que o *Brasil Histórico* de Melo Morais é rico em documentação, quase sempre mal transcrita e de pouca fidelidade (87).

É preciso não confundir as grandes coleções de estudos, como a “Brasiliana” da Companhia Editora Nacional, os “Documentos Brasileiros” da Livraria José Olímpio, a “Biblioteca Histórica Brasileira” da Livraria Martins com as coleções de fontes primordiais a que nos referimos acima (88). Estas coleções não são documentais; divulgam ensaios ou contribuições de estudiosos, com exceção de algumas reedições de velhos autores contemporâneos aos acontecimentos, aí, então, fontes.

Aliás, a idéia de uma “Brasiliana” ou “Biblioteca Brasileira”, ou “Coleção de obras e documentos relativos à história e geografia do Brasil” originou-se no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por proposta de Manuel Ferreira Lagos, em 29 de junho de 1870, devendo destinar-se não só à publicação de trabalhos inéditos, antigos e modernos, sobre história e geografia, como também à reimpressão de notícias, memórias, narrações, diários, roteiros, viagens, descrições ou outras quaisquer obras e documentos relativos ao mesmo assunto. Só seria feita a reimpressão de obras raras (89).

Temos, assim, que distinguir a coleção de fontes das coleções de estudos brasileiros e das Brasilianas. Embora se denominem as segundas de Brasilianas, a expressão deve ser reservada para designar grandes bibliotecas de livros raros, estimados e preciosos sobre o Brasil ou do Brasil, reunidos, de regras, por bibliófilos. Já no século passado existiram grandes “Brasilianas”, como a do Comendador Manuel Ferreira Lagos, adquirida em 1873 para a Biblioteca Nacional, pelo preço de vinte e oito contos; como a de João Antônio Alves de Carvalho, comprada em 1886 pela Biblioteca Nacional por vinte e cinco contos;

(87) Melo Morais, *Brasil Histórico*, Rio de Janeiro, 1866-68, 3 tomos.

(88) Coleção “Brasiliana”, da Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1931; “Documentos Brasileiros”, da Livraria Editôra José Olímpio, Rio de Janeiro, 1936; “Biblioteca Histórica Brasileira”, da Livraria Martins, São Paulo, 1940.

(89) Cf. *RIHGB*, t. 33, 2.^a parte, 1870, 377-381.

a de Melo Morais, em parte doada, em parte comprada por sete contos; a de João Antônio Marques Brasil, residente em Lisboa, oferecida à Biblioteca Nacional em 1889; a de Salvador de Mendonça, doada à Biblioteca Nacional entre 1884 e 1890; a de José Carlos Rodrigues, doada à Biblioteca Nacional por Júlio Benedito Otoni, em 1914; a coleção Ramos Paz, depositada na Biblioteca Nacional, em 1920, pela família Guinle ⁽⁹⁰⁾. Grandes Brasileiras foram ainda as de Eduardo Prado, Alfredo de Carvalho e Alberto Lamego, umas dispersas, outras na Biblioteca Central da Faculdade de Filosofia de São Paulo.

Bibliografia de Fontes

A pobreza da publicação de fontes em Portugal e no Brasil é uma consequência direta e imediata do desconhecimento do acervo de nossos arquivos e bibliotecas. Dêste modo, a mais urgente tarefa da pesquisa histórica luso-brasileira é a publicação de inventários, catálogos, listas e elencos dos manuscritos de arquivos. Este trabalho foi quase sempre menosprezado pelos diretores de instituições culturais luso-brasileiras, apesar do apêlo formu-

(90) D. João VI, Salvador de Mendonça, Benedito Otoni e Família Guinle são, ao lado de outros menores, os grandes benfeitores da Biblioteca Nacional. O Catálogo da Coleção de Manuscritos de Melo Morais foi publicado sumariamente no *Brasil, Histórico*, 2.^a série, 1.^o ano, 1866, 4, 9, 17, 25, 33, 41, 49. O Catálogo da Coleção Salvador de Mendonça foi publicado nos *ABN*, vol. 27, 1906. A biblioteca de José Carlos Rodrigues, doada à Biblioteca Nacional em 1914, por Benedito Otoni, está relacionada na *Biblioteca Brasileira*, *Catálogo Anotado dos livros sobre o Brasil*, Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1907. Grande e magnífica Brasileira foi constituída por J. F. de Almeida Prado, autor de vários trabalhos sobre história colonial. Ele acaba de doá-la à Municipalidade da Capital de São Paulo, para constituir o acervo da Biblioteca Municipal de História do Brasil. Vide Afonso d'E. Taunay, "Doação de uma Biblioteca", *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1948. Seria desejável que a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro inaugurasse brevemente a Sala Francisco Adolfo de Varnhagen, dedicada ao Brasil, concretizando a idéia oferecida pelo historiador ao bibliotecário Benjamin Franklin de Ramiz Galvão em 1873. Cf. Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen a Ramiz Galvão, Mss. da Biblioteca Nacional, in *Catálogo da Exposição de Cimélios*, Rio de Janeiro, Leuzinger, 1885, n. 63, 545. Outras Brasileiras são ainda a de João Marinho, no Rio de Janeiro, e a de Francisco Carvalho Franco, em São Paulo.

lado desde 1848 por Ernest Renan ⁽⁹¹⁾, ao afirmar que não havia, no estado atual da ciência, obra mais urgente do que um catálogo crítico dos manuscritos das diversas bibliotecas. É um trabalho de aparência humilde, mas que exige um saber enorme para que seja feito de maneira definitiva.

Ora, ainda que se abandonasse qualquer pretensão crítica, para limitar-se à simples enumeração do que se possui, prestar-se-ia um serviço inestimável à ciência histórica. Estudiosos de toda parte ficariam sabendo com que material contariam para suas pesquisas. Ao mesmo tempo, pela divulgação, incentivar-se-ia a edição das fontes, salvando-se, assim, o pedaço de papel, tão humilde na sua aparência, mas tão rico de significação humana, tão indispensável para o reconhecimento da vida passada. Planos, esquemas, esboços, cartas, notas, nêles respira a vitalidade da pessoa, como observava Wilhelm Dilthey. Qualquer fôlha insignificante de papel pode converter-se num elemento de conhecimento causal, pode explicar as conexões finais, intrincadas e profundas da obra do homem, do espírito de uma época ⁽⁹²⁾.

BIBLIOGRAFIA DE ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

Portugal

A principal bibliografia é de Bailey W. Diffie, "Bibliography of the principal published Guides to Portuguese Archives and Libraries", *Atas do Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros* (Washington, 15-20 Out. 1950), The Vanderbilt Univ. Press, Nashville, 1953, 181-188. O autor não menciona os seguintes volumes (já referidos na 1.^a edição deste trabalho, de 1949):

Índice geral dos documentos registrados nos livros das chancelarias existentes no Real Archivo da Torre do Tombo, mandado fazer pelas Côrtes na lei do Orçamento de 7 de abril de 1838, t. I, Lisboa, Typ. G. M. Martins, 1841.

(91) Ernest Renan, *L'Avenir de la science*, Paris, 1848, 217.

(92) Wilhelm Dilthey, *Teoria de la concepción del mundo*, México, Fondo de Cultura Económica, 1945, 444.

Biblioteca Nacional de Lisboa, *Inventário, Seção XIII. Manuscritos. Coleção Pombalina*, Lisboa, 1889. Contém a relação de 755 códices.

Antônio de Portugal de Faria, *Portugal e Itália. Elenco de manuscritos portugueses ou referentes a Portugal existentes nas Bibliotecas de Itália, precedido de um suplemento geral ao Ensaio de Dicionário Bibliográfico*, Leorne, Tip. de Rafael Giusti, 1900.

José Ramos Coelho, *Alguns documentos do Real Arquivo da Torre do Tombo*, 1892.

Pedro A. de Azevedo, "Gavetas da Torre do Tombo, Maço 1, da gaveta 1", *Arquivo Histórico Português*, vol. IV, 1.

"Catálogo dos documentos mandados copiar por D. Pedro II na Torre do Tombo, Academia Real das Ciências, Biblioteca de Évora, Conselho Ultramarino", *RIHGB*, t. 67, 1903. (É atribuído a Capistrano de Abreu. Cf. *RIHGB*, t. 74, 1911, 364).

Relatório das investigações a que precedeu Guilherme Luís dos Santos nos arquivos portugueses para achar entre os documentos respectivos ao Brasil os que interessassem especialmente ao Estado do Piauí. Lisboa, Tip. da Cooperativa Militar, 1903.

Antônio Ferrão, *Da importância dos documentos diplomáticos em história. Estudo sucinto de alguns arquivos diplomáticos estrangeiros e nacionais*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917.

José Pedro de Miranda Rebêlo, Extrato do Real Arquivo da Torre do Tombo, Lisboa, 1904; Eduardo de Castro e Almeida, "Inventário dos Documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa", *ABN*, vol. 71, 1951; Luiza da Fonseca, "Índice Abreviado dos Documentos do século XVIII do Arquivo Histórico Colonial de Lisboa", *Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia*, II, 1950, 7-353; Maria Izabel de Albuquerque, "Documentos de interêsse biográfico para a Bahia copiados do Arquivo Colonial", *Anais*, cit., 491-499; A. de Magalhães Basto, *Alguns documentos de interêsse para a História do Brasil*, Coimbra Ed., 1953; Gwendolin B. Cobb, "Bancroft Library Microfilm, Portugal and her Empire", *HAHR*, fev. 1954, 114-125; Virgínia Rau e Maria Fernanda Gomes da Silva, *Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*. Acta Universitatis Conimbrigensis, 1956, 1.º vol.

Geral

Guides do manuscript materials for the history of the United States. Washington, Carnegie Institution, 1906-1932, 21 vols. — A pesquisa foi feita tendo em vista a história da América em

geral, e por isso encontram-se registrados milhares de documentos dos arquivos espanhóis, franceses, suíços e alemães relativos ao Brasil. José Honório Rodrigues, *As fontes da história do Brasil na Europa*, Rio de Janeiro, 1950; idem, *A Pesquisa histórica no Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1952 (As pesquisas brasileiras no estrangeiro e os principais guias dos arquivos estrangeiros); Virgílio Corrêa filho, *Missões brasileiras nos arquivos europeus*, México, Instituto Pan-americano de Geografía e Historia, 1952.

Inglaterra

Frederico Francisco de la Figanière, *Catálogo dos manuscritos importantes, respectivos ao Brasil e Portugal, existentes no Museu Britânico*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1853.

Francisco Adolfo de Varnhagen, *Sucinta indicação de alguns manuscritos importantes, respectivos ao Brasil e Portugal, existentes no Museu Britânico em Londres e não compreendidos no Catálogo Figanière, publicado em Lisboa em 1853, ou simples aditamento ao dito Catálogo*. Habana, Impr. La Antilha, 1863.

Pascual Gayangos, *Catalogue of the manuscripts in the Spanish language in the British Museum*, London, Printed by order of the Trustee, 1875-93, 4 vols.

Manuel de Oliveira Lima, *Relação dos manuscritos portugueses e estrangeiros de interesse para o Brasil, existentes no Museu Britânico de Londres*, Rio de Janeiro, Comp. Tip. do Brasil, 1903. Separata da *RIHGB*, t. 65, 2.^a parte, 1902.

França

Visconde de Santarém, *Notícia dos manuscritos pertencentes ao direito público externo diplomático de Portugal e à história e literatura do mesmo país que existem na Biblioteca Real de Paris*, Lisboa, 1827.

Holanda

José Higinio Duarte Pereira, "Relatório sôbre as pesquisas realizadas na Holanda", *RIAGP*, n. 30, 1886, 7-110.

C.H.T. Bussermaker, *Verslag van een voorloopig onderzoek te Lissabon... naar archivalia belangrijk voor de geschiedenis van*

Nederland op last de regering ingesteld, Gravenhage, 1905; "Relação dos documentos sôbre o Brasil existentes no Arquivo Real de Haia", *ABN*, v. 72, 1952, 215-293. Engel Sluiter, *The Dutch Archives and American Historical Research*, Haia, Martinus Nijhoff, 1937. Reimpressão da *Pacific Historical Review*.

Estados Unidos da América do Norte

Ruth E. Holmes, *Bibliographical and historical description of the rarest books in the Oliveira Lima Collection at the Catholic University of America*, Washington, 1927.

Manuel Cardoso, *A Guide to the manuscripts in the Lima Library, The Catholic University of America*, Harvard University Press, Separata do Handbook of Latin America Studies, n. 6, 1940, 471-504.

José Honório Rodrigues, "Uma viagem de pesquisas históricas", *RIHGB*, vol. 188, 1946, 14-29. *List of National Archives Microfilm Publications*, Washington, 1953; John P. Harrison, *The Archives of United States Diplomatic and consular post in Latin America*, The National Archives, Washington, 1953; Lota M. Spell, *Research materials for the study of Latin America at the University of Texas*, University of Texas Press, 1954.

Espanha

Francisco Adolfo de Varnhagen, "Documentos copiados dos arquivos de Espanha, 1846", Códice da Biblioteca Nacional, I-4, 3, 17, n. 1, 2, 12. — Trata-se de códice cheio de informações, nos officios, sôbre as riquezas dos arquivos espanhóis de interesse para o Brasil. Vide a descrição do mesmo por Teixeira de Melo, "Subsídios existentes na Biblioteca Nacional para o estudo da questão de limites do Brasil com o Oiapoque", *ABN*, vol. 17, 1895, 41-49; Julián Paz, *Catálogo de Manuscritos de America existentes en la Biblioteca Nacional*, Madrid, 1933; Magnus Mörner, *Archivo General de Indias I Sevilla — Ett Centrum för Spansk Amerikansk Historieforskning* (Separ. *Historisk Tidskrift*, 1952). "Memória sôbre os trabalhos que se podem consultar nas negociações de limites do Império, 1851", Manuscrito. Biblioteca Nacional; Pedro Souto Maior, "Nos arquivos de Espanha." Relação dos manuscritos que interessam ao Brasil, *RIHGB*, t. 81, 3.

Goa (Índia Portuguesa)

C. R. Boxer, A glimpse of the Goa Archives, Repr. from the BSOAS, 1952, XIV, 2.

Itália

Um trentennio di Vita Brasiliana nella corrispondenza diplomatica napoletana, Nápolis, 1953.

BIBLIOGRAFIA DE FONTES NO BRASIL

Francisco Adolfo de Varnhagen, "Carta dando conta de suas investigações em Santos", *RIHGB*, t. 2, 1840, 523-25 e 529-31;

Manuel José da Silva Pontes, "Coleção das memórias arquivadas pelo caminho da Vila de Sabará", *RIHGB*, t. 6, 1844, 269;

Manuel José da Silva Pontes, "Coleção das Memórias arquivadas pela Câmara da Vila de Pitangui", *RIHGB*, t. 6, 1844, 284.

Relação das memórias e mais papéis reservados que se acham no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, alguns escritos por ordem do Governo Imperial e outros oportunamente apresentados pelo Conselheiro B. da Ponte Ribeiro, 1873.

"Catálogo dos manuscritos da Biblioteca Nacional", *ABN*, v. 4, 5, 10, 15, 18, 1877-96.

"Catálogo da Exposição permanente de cimélios da Biblioteca Nacional", *ABN*, v. 11, 1883-84; "Relação dos autógrafos e originais do Instituto Histórico", por M. D. Moreira de Azevedo, *RIHGB*, t. 47, 1884, 2.^a parte, 505-523;

Catálogo dos manuscritos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, existentes em 31 de dezembro de 1883. Organizado por ordem alfabética e dividido em quatro partes: 1. Biografia; 2. Documentos; 3. Memórias; 4. Poesias. Rio de Janeiro, Tip. Perseverança, 1884. 2.^a série, Rio de Janeiro, Tip. Laemmert, 1889.

"Catálogo de cartas, provisões, alvarás, avisos, portarias, de 1621 a 1681", *Publicações do Arquivo Nacional*, vol. 1, 1886.

"Coleção de Ordens Régias, 1719-1807", *Publicações do Arquivo Nacional*, v. 5, 1906; "Catálogo dos livros manuscritos do A.P.M." (1702-1870), *RAPM*, XII, 1907, a 745; "Enumeração dos documentos do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", *RIHGB*, v. 55 (1922), 386; "Catálogo dos manuscritos:

do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano”, *RIAGP*, v. 27, 1926, 107-327;

“Índice alfabético das leis, alvarás, cartas régias, decretos e mais ordens existentes no Arquivo da Provedoria da Fazenda Real, organizado por Alexandre Max Kitzinger”, *Publicações do Arquivo Nacional*, vol. 21, 1928.

Antônio Carlos Chichorro Gama, “Memórias. Catálogo”, *Publicações do Arquivo Nacional*, 1928.

“Sesmarias. Sinopse das sesmarias registradas nos livros existentes no Arquivo da Tesouraria da Fazenda da Bahia e referente a doações naquele Estado e nos de Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Espírito Santo”, *Publicações do Arquivo Nacional*, vol. 27, 1931.

“Índice alfabético de documentos relativos a sesmarias dos seguintes Estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe”, *Publicações do Arquivo Nacional*, vol. 36, 1939.

Alberto Rangcl, “Inventário dos documentos históricos da Casa Imperial do Brasil no Castelo d’Eu”, *ABN*, vols. 54 e 55, 1932-33.

Luís Camilo de Oliveira Neto, “Do Rio de Janeiro a Vila Rica, introdução ao Diário de D. Pedro de Almeida e Portugal”, *RSPHAN*, Rio de Janeiro, n. 3, 283-294. O autor estuda as fontes portuguesas e do Arquivo Público Mineiro para a história das minas (1693-1720).

“Catálogo de inventários existentes no Arquivo da Polícia do Estado”, *RIHGRGS*, 1940, 20, 25, 437.

“Elenco das publicações e dos documentos originais ou em reproduções fotográficas com o respectivo relacionamento, apresentados pelo Diretor do Arquivo Nacional em execução da parte do seu programa de colaborar com a Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal”, *Publicações do Arquivo Nacional*, 1941.

Arquivo Nacional. Para orientar as pesquisas de documentos nessa instituição, consulte-se o Plano da Seção Histórica, no vol. 16, 1915, das *Publicações do Arquivo Nacional*.

J. F. de Almeida Prado, *Fontes primárias para o estudo das explorações e reconhecimento geográfico no século XVI*. São Paulo, Publicação do Instituto de Administração, 1948.

Alice P. Canabrava, *Fontes primárias para o estudo da moeda e crédito em São Paulo no século XVI*, S. Paulo, Publicação do Instituto de Administração, 1948.

Paulo Florêncio da Silveira Camargo (cônego), *Fontes primárias para o estudo da história religiosa de S. Paulo no século XVI*; S. Paulo, Publicação do Instituto de Administração, 1948.

Florestan Fernandes, *Aspectos do povoamento de São Paulo no século XVI*, São Paulo, Publicação do Instituto de Administração, 1948.

Luís Saia, *Fontes primárias para o estudo das habitações, por vias de comunicações e dos aglomerados humanos em São Paulo, no século XVI*, São Paulo, Publicação do Instituto de Administração, 1948.

Ernesto de Sousa Campos, *Fontes primárias para o estudo da educação e saúde pública em São Paulo no século XVI*, São Paulo, Instituto de Administração, 1948.

Nícia Vilela Luz, *Fontes primárias para o estudo da história administrativa de São Paulo no século XVI*, São Paulo, Publicação do Instituto de Administração, 1948.

Herbert Baldus, *Etnologia brasileira no século XVI*, São Paulo, Publicação do Instituto de Administração, 1948.

Sérgio Buarque de Holanda, *Os primórdios da expansão paulista no fim do século XVI e começo do século XVII*. São Paulo, Publicação do Instituto de Administração, 1948.

Noronha Santos, *Resenha Analítica de livros e documentos do Arquivo Geral da Prefeitura*, Rio de Janeiro, 1949.

"Catálogo de documentos sobre a Bahia existentes na Biblioteca Nacional", *ABN*, v. 68, 1949; "Revolução Praieira, Catálogo e documentos", *ABN*, v. 70, 1950, 7-35; "Joaquim Nabuco. Catálogo e documentos", *ABN*, v. 70, 1950, 37-87; "Rui Barbosa. Catálogo e documentos", *ABN*, v. 70, 1950, 89-113; "Catálogo de manuscritos sobre o Maranhão", *ABN*, v. 70, 1950, 115-169; "Catálogo de manuscritos sobre Pernambuco existentes na Biblioteca Nacional", *ABN*, v. 71, 1951, 171-335, 359-370; "Alexandre Rodrigues Ferreira, Catálogo de manuscritos e bibliografia", *ABN*, v. 72, 1952, 11-151; "Antônio Gonçalves Dias, Catálogo de manuscritos e bibliografia", *idem*, 153-213; "Catálogo de manuscritos sobre São Paulo existentes na Biblioteca Nacional", *ABN*, v. 74, 1953, 49-211; Luiza da Fonseca, "Algumas sugestões de assuntos brasileiros no Arquivo Histórico Colonial", *Atas do Colóquio*, *ob. cit.*, 1953, 222-224; "Catálogo dos manuscritos sobre o Paraná existentes na Biblioteca Nacional", *ABN*, v. 74, 1953, 15-48; "Lista dos manuscritos de Antônio Vieira existentes na Biblioteca Nacional", *ABN*, v. 73, 1954.

HISTÓRIA DE ARQUIVOS BRASILEIROS

José Ricardo Pires de Almeida, *Considerações sobre o Arquivo Municipal*, Rio de Janeiro, 1885.

Histórico do Arquivo Público de São Paulo, São Paulo, Duprat et Cie., 1908.

Max Fleiuss, "O arquivo do Instituto Histórico", *Jornal do Comércio*, 21 de julho de 1929.

Pandiá H. de Tautphoeus Castelo Branco, "Arquivo Nacional, Subsídios para a sua história (1838-1938)", *Publicações do Arquivo Nacional*, vol. 35, 1937.

Alcides Bezerra, *O Arquivo Nacional, 1838-1938. Breve notícia histórica*, Rio de Janeiro, 1938.

Aluizio Napoleão, *Os arquivos particulares do Itamarati*, Rio de Janeiro, 1940.

O Arquivo Nacional. Breve notícia ilustrada, contendo o histórico e o resumo das atuais atividades da repartição. Rio de Janeiro, Publicações do Arquivo Nacional, 1944.

Antônio Paulino de Almeida, *O Arquivo Público do Estado e sua contribuição à história de São Paulo* (com a colaboração de Melo Garcia Melionni e Maria da Glória Silveira), São Paulo, Publicação do Instituto de Administração, 1948.

Aluísio Napoleão, *Arquivo do Barão do Rio Branco*, Rio, 1951.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio, 1952.

Jordão Emerenciano, "O Arquivo Público Estadual, Pernambuco", *Atas do Colóquio*, ob. cit., 1953, 220-222.

Guilherme Auler, *Os Bolsistas do Imperador*, Petrópolis, 1956. Contem estudo sobre os papéis e documentos de D. Pedro II, o Arquivo da Casa Imperial, da Mordomia e da Superintendência.

Guilherme Auler, *Pernambuco no Arquivo da Casa Imperial*, Petrópolis, 1956.

HISTÓRIA DE ARQUIVOS ESTRANGEIROS

Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal, edição do Visconde de Santarém, Luís Augusto Rebêlo da Silva e J. da Silva Mendes Leal, Paris, 1842-1860, 19 vols. — As informações sobre os principais arquivos portugueses encontram-se no 1.º vol., XV-LIII-LXXVIII; e sobre os arquivos franceses, XXX-LXXII.

João Pedro Ribeiro, *Memórias autênticas para a história do Real Arquivo*, Lisboa, Na Imprensa Régia, 1819.

Pedro de Azevedo e Antônio Baião, *O Arquivo da Torre do Tombo, seu histórico, corpos que o compõem*, Lisboa, s. ed., 1905.

A. Mesquita de Figueiredo, *O Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Roteiro prático*, Lisboa, Livr. Universal, 1922.

Luís Teixeira de Sampaio, *O Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores, Subsídios para o estudo da história da diplomacia portuguesa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

J. Torre Revello, *Los archivos españoles*, Buenos Aires, 1927.
The General State Archives and their contents, 'sGravenhage,
1932.

Virgínia Rau, *A Tórre do Tombo em 1631*, Lisboa, 1945.

Roscoe R. Hill, *The National Archives of Latin America*, Cambridge, Harvard Univ. Press, 1945; Trad. esp. La Havana, 1948; V. Secção "Latin American Archivology", in HAHR, até 1954.

Cláudio Ganns, "Contribuição dos arquivos e instituições culturais brasileiras para o estudo da história nacional", *RIHGB*, v. 209, 1952, 214; Virgínia Rau, "Arquivos de Portugal", in *Atas do Colóquio*, ob. cit., 189-213.

LIVROS RAROS

A pesquisa de fontes não se esgota na consulta de manuscritos, mas exige, também, o conhecimento de livros raros. A bibliografia de livros raros e de Brasiliana será indicada especialmente no capítulo sôbre Bibliografia.



JOHAN HUIZINGA



MAX WEBER



FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN,
quando na Espanha. Original no Museu Nacional de Belas Artes.



JOÃO CAPISTRANO DE ABREU,
segundo retrato oferecido por Rodolfo Garcia à Biblioteca Nacional.



BENJAMIM FRANKLIN RAMIZ GALVÃO